

GUSTAVO MORITZ

ACONTECIMENTOS
POLÍTICOS
DO RIO GRANDE DO SUL

Partes I e II

Organizadores

Gunter Axt

Ricardo Vaz Seelig

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz



MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul - Vol 4

"Acontecimentos

Políticos do Rio Grande do Sul - 89-90-91", de autoria do jornalista Gustavo Moritz, foi originalmente publicado em 1939. A importância da obra para a historiografia regional foi amplamente reconhecida com o passar dos anos. Tornou-se uma edição rara, disputada nas livrarias de livros antigos. Com esta reedição, portanto, o Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul presta um relevante serviço à comunidade cultural, facilitando o acesso à uma obra rara.

Vem, ainda, este livro enriquecido com o inédito segundo volume da obra original de Moritz, que jamais chegou a ser organizado, pois o autor faleceu em 1945, antes de concluir seu desejo.

A obra completa de Moritz aborda o período que se desenrola da Proclamação da República até a Pacificação de agosto de 1895.



Gustavo Moritz

**Ministério Público do Estado
do Rio Grande do Sul**
Procuradoria-Geral de Justiça

Procurador-Geral de Justiça
Roberto Bandeira Pereira

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Antônio Carlos de Avelar Bastos

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Cláudio Barros Silva

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Mauro Henrique Renner

Corregedor-Geral do Ministério Público
Mário Cavalleiro Lisbôa

Subprocurador-Geral do Ministério Público
Luiz Sérgio Guilhon Risso

Coordenador do Memorial do Ministério Público
Ricardo Vaz Seelig

GUSTAVO MORITZ

ACONTECIMENTOS
POLÍTICOS
DO RIO GRANDE DO SUL

Partes I e II

(Orgs.)

Gunter Axt

Ricardo Vaz Seelig

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz



O governo do Dr. Silva Tavares	82
O governo do General Carlos Machado de Bittencourt	96
O governo do General Cândido Costa	99
Manifesto de Silva Tavares	111
A fundação da “União Nacional”	131
Gomercindo Saraiva	150
Atitude da Imprensa	154
A mudança de Ministério	165
O governo do Dr. Fernando Abbott	173
O governo de Julio de Castilhos	180
O fechamento do Congresso Nacional	183
As conseqüências do golpe de estado	206
A Junta Governativa	227
O governo do General Barreto Leite	252
A repercussão da revolta deste Estado	266
Chegada de Ramiro Barcellos e Borges de Medeiros	275

Parte II

Os acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul de 89 a 95	299
Pedro II e Saldanha da Gama	301
O Marechal Floriano Peixoto e o Sargento Silvino Macedo	303
A Revolução Castilhista de 4 de fevereiro de 92	305
Floriano Peixoto e o governo de Barreto Leite	309
Processo contra os revolucionários de 4 de fevereiro de 92	312
O governo do General Barreto Leite e o Tribunal de Relação	313
Sensacional discurso de Silveira Martins	315
O manifesto dos treze generais	318

O Congresso Federalista e Joca Tavares	320
O governo de João de Barros Cassal	322
O governo de Barros Cassal e a Imprensa	325
A Brigada Policial criado pelo governo de Barros Cassal	328
Chachá Pereira e o governo de Barros Cassal	330
O governo de Barros Cassal e a política positiva	333
Fim do governo de Barros Cassal	336
O Marechal Floriano e o Padre Gervásio Campello	338
Os candidatos à Presidência do Rio Grande em 1892	341
Os candidatos à Convenção de junho de 1892	344
Fim do governo Barreto Leite	346
O governo do Visconde de Pelotas	349
Preparativos revolucionários para a deposição do Visconde de Pelotas	351
O primeiro de novembro de 1892	354
Carta de Facundo Tavares – escrita na Cadeia	356
Carta de Dom Cláudio ao Visconde de Tamandaré	359
A Revolta da Armada I	360
A Revolta da Armada II	362
O ataque do cruzador auxiliar “ <i>Esperança</i> ”	364
A discórdia entre os revolucionários de 93	366
A capitulação da Lapa	368
De Gomercindo Saraiva a Floriano Peixoto	371
O começo da agonia revolucionária	373
Rui Barbosa e a Revolta da Armada	375
Ataque ao Rio Grande, por terra e por mar	379
As tragédias de uma época	382
O Barão de Serro Azul e os seus companheiros de infortúnio	385

Ordem do dia de Gomercindo Saraiva sobre o combate de Passo Fundo	387
Episódios da revolução de 1893	389
Telegrama de Rodrigues Lima ao Marechal Francisco Moura	391
A morte de Gomercindo Saraiva	392
Depois da morte de Gomercindo Saraiva	397
Cartas inéditas de Saldanha da Gama I	399
Cartas inéditas de Saldanha da Gama II	401
Cartas inéditas de Saldanha da Gama III	403
Cartas inéditas de Saldanha da Gama IV	405
Cartas inéditas de Saldanha da Gama V	407
A reorganização das forças federalistas	410
Invasão federalista planejada por Saldanha da Gama	412
Preparativos para o combate de Campo Osório	413
Carta ao General Galvão de Queiroz a Joca Tavares	415
A morte de Saldanha da Gama	416
A primeira conferência para pacificar o Rio Grande	418
Ata sobre a pacificação do Rio Grande do Sul	421
Telegrama de Julio de Castilhos a Prudente de Moraes	423

ANEXOS

Os últimos momentos de D. Pedro II	427
Os últimos momentos de Deodoro da Fonseca	429
A Guerra de Canudos	432
O 50º aniversário da pacificação do Rio Grande do Sul	436
O 111º aniversário do nascimento de Silveira Martins	437

Apresentação

O Memorial do Ministério Público nasceu *Projeto Memória*, em agosto de 2000. Inicialmente, empenhou-se na sistematização da história da instituição, organizando o seu acervo histórico e, a partir daí, realizando exposições, seminários, palestras e publicações centradas nos fatos e personalidades que construíram o Ministério Público, tal como hoje se apresenta no cenário social e jurídico de nosso país.

Várias foram as linhas direcionadas ao estudo da história institucional, destacando-se a série “*Histórias de Vida*”, que já se encontra no seu terceiro volume, o livro “*Evolução Histórica do Ministério Público do Rio Grande do Sul*”, sobre a sua trajetória desde a Idade Média até os nossos dias, bem como a obra “*De Homem Só a Guardiã da Cidadania*”, tematizando a história de nossa associação de classe, desde as primeiras mobilizações da categoria até a edificação do nosso atual arcabouço político e jurídico.

Ainda, dedica-se o Memorial à realização de eventos para debater as políticas de preservação do patrimônio histórico, além de, também, direcionar as suas atividades num esforço de interiorização consubstanciado na recuperação da memória do Ministério Público nas diversas comarcas de nosso Estado.

Mas, em que pesem estas conquistas, em si, já muito significativas, o Memorial não parou. Evoluiu. Entendendo que sua missão, antes de restringir-se a contar exclusivamente a sua história, deve ser, sobretudo, a de estabelecer um canal de comunicação da instituição com o entorno comunitário, o Memorial desenvolve um projeto de ação cultural com foco no patrimônio histórico, que ultrapassa os seus próprios muros.

Pois, exatamente nesta perspectiva de gestão cultural é que o Ministério Público se volta mais uma vez para o estudo da nossa história regional, chancelando a publicação dos “*Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul*”, de Gustavo Moritz. Quarto volume da série “*História Política e Jurídica do Rio Grande do Sul*” esta obra resgata do esquecimento uma precisa radiografia do panorama político regional e nacional em que foi engendrado o nascimento da república e cujo cenário e núcleo, por assim dizer, estava centrado nos personagens que habitaram o palácio onde hoje se situa o Ministério Público do nosso Estado.

Este, portanto, é mais um trabalho em que o Ministério Público, através de seu operoso Memorial, tem procurado transmitir à sociedade o seu comprometimento com a preservação de nosso patrimônio histórico e a identidade cultural do povo gaúcho. E mais, comprometimento que se dá de forma crítica, dinâmica e moderna com estes pressupostos básicos de nossa cidadania. O resultado concreto deste esforço pode ser facilmente captado no amplo espaço que os diversos meios de comunicação — locais e mesmo internacionais — têm concedido às atividades culturais do Memorial nos últimos anos.

No cumprimento de sua missão constitucional, se vê recompensado o Ministério Público quando se registra que a programação do Memorial do Ministério Público hoje integra a agenda política e cultural da cidade. E que o faz de forma positiva e propositiva, o que é fundamental numa quadra tão carente de bons exemplos e de iniciativas sérias.

Roberto Bandeira Pereira
Procurador-Geral de Justiça

Palavra da Coordenação

Quando, no ano de 2002, o Memorial do Ministério Público alvitrou inserir em sua linha editorial a série “*História Política e Jurídica do Rio Grande do Sul*”, assim o entendemos porque, se o nosso objetivo era o de contribuir para a preservação do patrimônio histórico e cultural de nosso estado, os mecanismos desta missão deveriam contemplar também os eventos e personalidades que evidenciassem os laços que nos unem ao substrato social do qual emergimos como instituição.

Em três anos, esta Série, com a edição dos “*Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul*”, de Gustavo Moritz, já chegou ao seu quarto volume. Para um projeto cultural ainda jovem, é, sem dúvida, um rendimento apreciável, do qual, certamente, muito nos orgulhamos. É também motivo de regozijo o fato de que estes livros vêm sendo viabilizados sem sobrecarregar o orçamento da instituição, vez que editados por meio da ação de uma rede de parceiros, sob os auspícios das leis de incentivo à cultura.

A cada obra publicada, o Ministério Público, mais do que cumprir o comando constitucional que lhe encarrega de zelar pela proteção do patrimônio histórico e cultural, reafirma o seu compromisso ético com a cultura gaúcha. Se a política cultural que traçamos tornar nossa atribuição constitucional mais clara para o cidadão, estará então o Memorial cumprindo a contento a sua missão.

A propósito, ressaltamos que não é mero acaso remeterem-se três livros desta Série à quadra que os historiadores convencionaram chamar de Primeira República. Foi nesta época, mais precisamente entre 1896 e 1921, que o prédio onde atualmente está sediado o Palácio do Ministério Público atingiu o ápice de sua importância, abrigando a sede do governo republicano no estado.

Ao restaurar esta jóia do patrimônio gaúcho e devolvê-lo à comunidade depois de anos de completo abandono, compete-nos, ainda, facilitar-lhe o acesso a este inestimável bem público. Assim o fazemos não só quando o abrimos à visitação pública, mas, sobretudo, com iniciativas como esta, em que resgatando do esquecimento uma verdadeira resenha dos acontecimentos políticos que permearam o nascimento da república, estabelecemos o seu vínculo com as personalidades que, no mesmo contexto histórico, protagonizavam a vida política

do estado no palácio que hoje nos abriga e que, na sua história, conta a história de todos os gaúchos.

Ricardo Vaz Scelig
Procurador de Justiça,
Coordenador do Memorial do Ministério Público

Apresentação

O jornalista GUSTAVO MORITZ nasceu na cidade de Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina, em 5 de junho de 1878. Aos 17 anos transferiu-se para o Rio Grande do Sul, instalando-se inicialmente em Porto Alegre. Primeiramente dedicou-se ao comércio, mas sua aspiração era o jornalismo. Sua atuação na área começou nos primórdios dos anos de 1900, primeiro atuando como redator n' *O Comércio*, em Cachoeira do Sul. Quando retornou a Porto Alegre, tornou-se revisor do *Jornal do Comércio* e da *Gazeta do Comércio*, até alcançar seu objetivo: trabalhar em um grande jornal. Tal aconteceu por volta de 1907, quando passou a fazer parte da equipe do jornal *Correio do Povo*, veículo pertencente ao brilhante jornalista da época, Caldas Júnior, de quem Gustavo Moritz tornou-se amigo, assim como de seu filho e sucessor, Breno Caldas. O "róseo", como também era chamado o *Correio*, tinha grande circulação e reconhecida credibilidade nesse período.

Ao longo dos 35 anos em que atuou no *Correio do Povo*, Gustavo Moritz desempenhou diversas funções, iniciou como revisor, foi repórter e atuou na chefia da revisão. Como repórter fez a cobertura de matérias referentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, além de atuar nas editorias policial e de política. Seu interesse por esta área e pela história rio-grandense levou-o a debruçar-se sobre um conturbado período do nosso Estado, a chamada "Revolução Federalista". Republicano com simpatia pelos federalistas, Moritz tinha grande admiração pelo líder dos antigos liberais, Gaspar Silveira Martins. Na segunda metade dos anos 30 ele começou a escrever uma série de artigos, publicados semanalmente no *Correio*, intitulada "*Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul de 1889 a 1895*". Ao iniciar este desafio, o jornalista não tinha a pretensão de transformá-lo em um livro, entretanto, segundo suas próprias palavras, "*fui levado a fazê-lo, atendendo não só ao interesse despertado entre os leitores do jornal, como também à solicitação dos amigos*". A publicação do primeiro volume de sua obra deu-se no final de 1939, sob o mesmo título da série, abarcando os fatos ocorridos entre 1889 e 1891.

Depois desta primeira edição, Gustavo Moritz deu prosseguimento a sua série de artigos abrangendo os acontecimentos dos anos subsequentes, 1892 à 1895, com vistas a reuni-los em um segundo volume, o que não foi possível

concretizar, em função de seu falecimento em dezembro de 1945. Seus escritos resultaram em 90 artigos publicados entre 1939 e 1945. Desde então permaneceu latente em seus descendentes, em especial sua filha Ondina Moritz, a vontade de editar a obra inconclusa. Depois de receber esta incumbência de minha tia, este projeto passou a me acompanhar nos últimos 20 anos, período em que ele foi engavetado e desengavetado algumas vezes até que, passados 60 anos da morte do meu avô, finalmente ele tornou-se realidade. Agora é chegado o momento de agradecer a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a sua concretização: aos colegas de organização Gunter Axt, Ricardo Seelig e Coralio Cabeda, pela inestimável perseverança, ao Mario Rozano, pela qualificada cooperação, aos professores da UFRGS, Hélió Trindade e Maria Izabel Noll, pelo estímulo, e à equipe de historiadores auxiliares, Ana Paula Zanella, Rosimeri Fogaça e Moacir Bueno, pela competência no resgate do material empírico e na pesquisa iconográfica.

Para finalizar, recorro novamente aos dizeres do meu avô, quando fez a apresentação de seu primeiro volume aos leitores, *“é um trabalho despretenso, calcado em documentação e inspirado no desejo de reviver e divulgar muitos fatos que, até agora, permaneciam ignorados pelos contemporâneos. Se conseguir atingir essa finalidade, dar-me-ei por satisfeito”*. Pelo seu legado, rendo minhas homenagens ao jornalista Gustavo Moritz.

Maria Lúcia Moritz

Gustavo Moritz e os acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Em 1939, editado pela Tipografia Thurmann, de Porto Alegre, era lançado o livro “Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul - 89-90-91”, de autoria do jornalista Gustavo Moritz, redator e antigo chefe da revisão do *Correio do Povo*.

Trazia a indicação de “1º volume”, o que deixava antever os planos do autor em dar-lhe seqüência.

Essencialmente, reunia artigos publicados naquele ano, no mencionado jornal, sob o mesmo título, apenas ampliando a abrangência do período, isto é, 1889 a 1895.

Foi essa uma das épocas mais tumultuadas e de maior complexidade da História do Rio Grande do Sul: a luta pelo poder, desde a Proclamação da República até o final da Revolução Federalista.

Contemporâneo dos fatos, pois nascera em Florianópolis, em 1878, Gustavo Moritz conheceu e, possivelmente, conviveu com participantes e testemunhas de muitos dos episódios narrados.

Além disso, sua condição de homem de jornal deve ter-lhe facilitado o acesso a preciosas coleções de periódicos, muitos, infelizmente, desaparecidos. O mesmo teria ocorrido quanto a documentos e a obras que se tornaram raridades, como “Os Voluntários do Martírio” (1896), do Dr. Ângelo Dourado, e o manuscrito “Apontamentos Históricos da Revolução Civil do Rio Grande do Sul na Zona Serrana”, de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, mencionados e transcritos em vários desses artigos.

Simpatizante de uma das facções em luta, a do Partido Federalista, liderado pelo Conselheiro Gaspar Silveira Martins, como se deduz das opiniões expendidas, nem por isso fica diminuída a sua contribuição. A sua importância reside justamente na reconstituição dos fatos e na recuperação de um notável elenco de participantes maiores ou menores, facilitando o trabalho do pesquisador desse período histórico.

Possivelmente, das obras que tratam do tema, seja o livro de Moritz dos mais completos nesse último aspecto.

Entre 1940 e 1945, ano de seu falecimento, Gustavo Moritz continuou a publicação dos “Acontecimentos” nas páginas do *Correio do Povo*, cuja reunião, é de imaginar-se, constituiriam o 2º volume da obra, que, infelizmente, não pode concluir.

Não se trata, como seria de esperar, de uma reconstituição da Revolução Federalista na mesma seqüência dos fatos arrolados na obra de 1939, mas de artigos que o autor foi redigindo sem o rigor cronológico, embora, com exceção de três ou quatro, pertinentes aos anos de 1892 a 1895.

Possivelmente, como fez em relação ao 1º volume, esses artigos fossem burilados e ampliados antes de reunidos e remetidos à gráfica.

Por ocasião do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia, em 1940, Moritz deixaria mais uma contribuição, o trabalho intitulado “Resumo da História Político-Militar do Rio Grande do Sul”, publicado no 4º volume dos respectivos Anais.

Passadas seis décadas e com o auxílio precioso de sua neta, Profª Maria Lúcia Rodrigues Freitas Moritz, que recolhera e iniciara a digitação dos artigos, eis que o Memorial do Ministério Público, prosseguindo em sua orientação de patrocinar a edição de obras importantes para a História do Rio Grande do Sul, reedita o 1º volume dos “Acontecimentos Políticos” e traz à luz o até então inédito 2º volume, onde se procurou, tanto quanto possível, manter-se a unidade narrativa e o encadeamento dos fatos.

Todo livro tem uma história. Foi ainda na graduação em História da UFRGS que pela primeira vez entrei em contato com o livro “Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul”, de Gustavo Moritz. Li um exemplar emprestado por uma professora, com as páginas amarelecidas pelo tempo. Logo percebi que se tratava de leitura imprescindível para todos aqueles interessados em estudar a passagem do Império para a República no Estado meridional. As obras de nossos grandes historiadores contemporâneos bebem, em geral, na fonte de Moritz. Há nesse livro uma rica descrição de fatos e personagens que pontificaram nos primeiros anos da República. Trata-se, como todos sabem, de período especialmente complexo e tumultuado da nossa História Política.

Moritz era jornalista e procurava se comunicar com seu público de leitores. Escreveu, portanto, um texto preciso, revelador de intimidade com as fontes, mas leve e descontraído, sem o ranço dos científicimos da época. Seu texto, assim, ainda hoje permanece atual e sua leitura é sempre convidativa.

Sua obra tem, também, a peculiaridade de deslocar um pouco a perspectiva analítica do processo histórico. Vitoriosos na Revolução Federalista, de 1893 a 1895, os republicanos castilhistas e borgistas, que permaneceram por décadas no poder, foram razoavelmente eficazes na cerzidura de uma versão hegemônica sobre o período em tela. Moritz deu voz à oposição, sem necessariamente assumir partidarismo exagerado. Assim, apesar da importância de seu texto e do enorme manancial factual que ele encerra, subsidiando os trabalhos dos pósteros, muitas de suas interpretações demoraram a ser absorvidas por uma historiografia bastante identificada com o republicanismo hegemônico.

A primeira edição de sua obra logo se esgotou. Alguns anos depois do primeiro contato, tive a sorte de encontrar um exemplar num sebo do Centro da Capital. Lembro que paguei caro pela jóia. Sendo obra tão preciosa para a historiografia, de leitura cativante e, além disso, edição rara assaltou-me a convicção de que uma eventual reedição seria contribuição importante para a cultura gaúcha.

Intrigava-me, igualmente, o porquê de estar escrito na capa “1º volume”. Nem os livreiros, nem os colegas historiadores tinham conhecimento da

existência de um 2º volume! O assunto permanecia um daqueles curiosos enigmas a cutucar o pessoal conhecedor de bibliotecas rio-grandinas ou interessado na cultura política regional.

Até que o colega Coralio Cabeda, há uns quatro ou cinco anos atrás, esclareceu-me a charada e, ainda, como é próprio dos homens de erudição, apontou-me interessante perspectiva: Moritz falecera antes de lograr concluir seu desejo de publicação do segundo volume, que completaria a obra, mas seus familiares, com os quais Cabeda estabelecera contato, eram guardiões do acervo e almejavam, um dia, trazê-lo ao público.

Foi quando conheci sua neta, Maria Lúcia Moritz. Iniciou-se, então, o longo percurso que culminaria com a reedição do primeiro volume e a edição do segundo volume, ainda inédito.

Consultei o Procurador de Justiça, Dr. Ricardo Vaz Seelig, Coordenador do Memorial do Ministério Público, que se interessou pela matéria e, confirmando seu habitual descortino, expressou desejo de trazê-la para o âmbito da Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul. Faltavam-nos os recursos para consumir o intento. Decidiu-se, então, em 2004, submeter uma proposta ao Ministério da Cultura, na forma da Lei Rouanet. Aprovado o projeto, ele recebeu, em julho deste ano, patrocínio da Caixa RS, instituição pública de fomento que vem sistematicamente apoiando, nos últimos anos, a cultura histórica.

Sem o interesse do Memorial do Ministério Público, o suporte da Lei Rouanet e o patrocínio providencial da Caixa RS, a edição deste livro jamais se concretizaria. A fórmula comprova a eficácia de uma rede de parceiros irmanada por conceitos comuns e reafirma a importância que a edição de livros sobre a História tem alcançado no aproveitamento da Lei Federal de Incentivo à Cultura em terras gaúchas, o que, sem dúvida, traduz-se em interessante fenômeno regional.

Como os dois volumes, uma vez digitados, não se mostraram muito extensos, alvitamos reuni-los num único tomo, diferenciando-os por Parte I e Parte II. Cuidamos da atualização ortográfica e de protocolo, conforme as normas contemporâneas. À exceção deste aspecto, a Parte I reproduz fielmente a edição original de 1939. A Parte II demandou uma maior intervenção dos organizadores. Em sintonia ao tema abordado pela obra, os artigos de Moritz que do mesmo se afastavam foram dispostos ao final, reunidos em um anexo. A fim de facilitar a compreensão do leitor, organizamos os artigos que compõem a Parte II na ordem cronológica dos fatos históricos narrados, desconsiderando, portanto, a ordem cronológica de sua publicação no *Jornal Correio do Povo*. A

obra presentemente editada traz ainda um caderno de ilustrações, que retrata alguns dos principais personagens e lugares mencionados por Moritz.

Foi fundamental para o sucesso deste trabalho o concurso de uma diligente equipe de profissionais, que se envolveu diretamente na confecção da obra. São eles: os produtores culturais Pedro Longhi e Mário Rozano, da Telos Produções, e a produtora independente Márcia Ruy Dias; os historiadores, auxiliares de pesquisa, Rosmeri Fogça, Ana Paula Zanella, Moacir Paulino Bueno e Luiz Armando Capra Filho; a museóloga Andréa Cogan e a estagiária em design gráfico Juliana Anschau – todos integrados às equipes da Axt Consultoria Histórica e da Telos; e, finalmente, a revisora Sonia Pinto, do Memorial do Ministério Público.

Parte I

Ao leitor

Ao iniciar, no “Correio do Povo”, a publicação da série de artigos sob a epígrafe “Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul de 1889 a 1895”, não pensava reuni-los em um livro.

Entretanto, com desvanecimento o confesso, fui a fazê-lo, atendendo não só ao interesse despertado entre os leitores daquele jornal, como também às solicitações de amigos, nesse sentido.

É um trabalho despretensioso, calcado em documentação e inspirado no desejo de revivescer e divulgar muitos fatos que, até agora, permaneciam ignorados pelos contemporâneos.

Se conseguir atingir essa finalidade, dar-me-ei por satisfeito.

O autor



Silveira Martins

Seu prestígio e sua ação política — Notas biográficas — Embarque para o Rio — Notícia da revolução militar de 15 de novembro — Prisão no porto do Desterro — Revolta de soldados — Desembarque e permanência na Capital da República — Decretos de deportação — Habeas corpus impetrado por Carlos de Laet ao Supremo Tribunal em favor do prisioneiro — Incompetência do Tribunal — Artigo de “O País” — Alarma no Sul — Entrevista com Mário de Artagão.

O advento da República não só veio transformar os costumes políticos e sociais do país, como também foi o início de acontecimentos que determinaram lutas e rebeliões em todos os Estados brasileiros, notadamente no Rio Grande do Sul.

A narrativa dessas ocorrências, aqui no sul, vamos fazê-la com sinceridade, sem a falsear, e comentá-la sem paixão, fundamentando-a com farta documentação, extraída de fontes fidedignas.

Muito já se tem escrito sobre o assunto, mas há, ainda, muito que dizer. A paixão predominou em certos espíritos, cometendo-se injustiças a vultos de grande projeção, atirando-se sobre eles responsabilidades descabidas e enaltecendo uns em prejuízo de outros.

Feito um paralelo entre os trabalhos de alguns autores com artigos dos mais notáveis jornalistas da época, sobre um mesmo fato, encontram-se, não raro, contradições evidentes.

Entre os políticos de destaque, no Rio Grande do Sul, durante largo período de tempo no regime passado e no início do novo, Gaspar Silveira Martins exerceu influência dominadora.

Nasceu em Aceguá, município de Bagé, a 5 de agosto de 1834 e não em 1835, como se supunha. Estudou em Pelotas os primeiros anos e, depois de frequentar a Faculdade de Direito de S. Paulo, passou para a de Recife, onde se formou em Ciências Jurídicas e Sociais.

Foi advogado e juiz municipal no Rio de Janeiro.

Trabalhou com Felix da Cunha e, envolvendo-se na política, abraçou as idéias do Partido Liberal.

Em 1870, fundou “A Reforma” com Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, Antônio Eleutério de Camargo, Felisberto Pereira da Silva e Carlos Chaves.

Eleito deputado geral, pela primeira vez, em 1873, muito se distinguiu na oposição que fez aos chefes conservadores Visconde do Rio Branco e Barão de Cotejipe, quando presidentes de gabinete.

Exaltando a sua qualidade de orador, escreveu um jornalista da época que “os seus discursos foram memoráveis, pois sua eloquência tribunicia rivalizava com a de Emílio Castelar e a de Leão Gambetta.

“É quando Silveira Martins encontra no campo adversário o romancista, orador e jornalista José de Alencar.

Travaram ambos um duelo da tribuna, que fez recordar as lutas do parlamento inglês, sustentadas por Eduardo Burck, Fox, Sheridan, Pitt e outros, que glorificaram a tradição liberal da Grã Bretanha.

Silveira Martins com a facúndia do seu talento era um orador implacável”.

Outro escritor escreveu:

“Sua eloquência desfez como uma tempestade e suas palavras incandescentes, pensamento em fogo, saem convulsionadas pela paixão; sua voz toma os tons cavos e longínquos de uma tormenta que se avizinha e todo o seu gesto e expressão denunciam as forças oratórias em agitação.

Um momento depois, os seus períodos fulgem como relâmpagos, suas sentenças fuzilam como raios, ferindo os píncaros mais elevados e a sua voz toma as trepidações do trovão que ribomba nos seios das nuvens e ressoa nas encostas côncavas da serra.

Ah! o sistema parlamentar presta-se a estes esplêndidos torneios da palavra, em que os talentos e as ilustrações mais notáveis tinham ocasião de sobressair, de avultar na opinião e na imaginação popular”.

“Silveira Martins personificou o Parlamento Brasileiro na sua fase liberal.

Ministro na situação liberal de 5 de janeiro de 1878, extraordinário e imenso prestígio, que o sagrara o “primus inter pares” dos rio-grandenses, ainda maiores proporções tomou.

Defendeu o programa liberal em toda a sua amplitude e, por isso, deixou os conselhos da coroa, uma vez que o ministério Sinimbu se recusava a realizar as reformas da elegibilidade dos acatólicos e naturalizados, bem como a modificação do sistema eleitoral.

Voltou ao Rio Grande do Sul e foi triunfalmente recebido pelos seus co-provincianos e pelos alemães.

Desde então, ficou considerado um verdadeiro ditador moral, tão poderosa, tão generalizada ficou a sua influência.

Iniciou a política dos grandes melhoramentos materiais e da prosperidade da sua terra natal, pela qual o seu magnânimo coração palpitou anelante até o último instante.

Ao glorioso tribuno, tudo deve o seu amado Rio Grande.

Silveira Martins era para o Rio Grande do Sul uma individualidade eminente, querido como Daniel O'Connell, o orador irlandês para a sua desgraçada Erin”.

Tal foi a individualidade de que se socorreu D. Pedro II, Imperador do Brasil, às vésperas da proclamação da República, para organizar o gabinete, por indicação do visconde de Ouro Preto, que pedira demissão com os seus companheiros de Ministério.

E não podia ser mais feliz a indicação, porque nenhum político gozava, no momento, de tanta influência, em todo o país, como Silveira Martins.

Fora da governança da Província, achando-se no poder os conservadores, meses antes, derrotava, em pleito memorável, os dois partidos que o enfrentavam: o republicano e o conservador.¹

Não fora esse o sistema político adotado pela Constituição do Império, os conservadores, aqui no sul, ficariam eternamente à margem do poder presidencial, pela inferioridade numérica de seu eleitorado.

Em 16 de julho de 1889, o Governo Imperial dissolveu a Câmara, sendo marcado o dia 31 de agosto do mesmo ano para as eleições de deputados gerais: caíra o gabinete de que era presidente o ilustre conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, membro conspícuo do Partido Conservador, e que assinara, a 13 de maio de 1888, com a Princesa Isabel, filha de Pedro Segundo e esposa do Conde d'Eu, o decreto que extinguiu a escravidão do Brasil. Coube à princesa assinar esse ato, por estar ela, então, à testa do governo, na ausência de seu pai, que viajava pela Europa.

A Província do Rio Grande do Sul era, então, governada pelo presidente Galdino Pimentel, um dos maiores dessa agremiação política, quando se feriu o último pleito para deputados à assembléia, no regime monárquico, para o biênio de 1889 a 1890.

A propaganda dos partidos em prol de seus candidatos, por meio de sua imprensa desta capital e do interior era intensa.

¹ No regime parlamentar, eram eleitos pelo povo os senadores e deputados gerais e estaduais, não o sendo, porém, os presidentes de Províncias. Quando caíam e subiam os ministros, por meio de votações de confiança do Congresso, o imperador, depois de conferenciar com um dos maiores do partido, fosse liberal ou conservador, o encarregava de organizar o gabinete. Operava-se, então, uma completa transformação política em todo o país: se o ministério caía, também caíam, em todas as províncias, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, os seus presidentes.

Ao inverso do que teria sucedido se estivéssemos no regime democrático, pois a vitória, na certa, caberia ao governo, o Partido Conservador, apesar de se achar no poder — convém repetir — sofreu uma derrota formidável, esmagadora: enquanto Silveira Martins conseguia a sua e a votação da quase totalidade de seus companheiros de chapa, os conservadores tiveram que se contentar com a eleição de doze deputados e os republicanos não elegeram um sequer.

A chapa apresentada pelo Partido Republicano aos sufrágios de seu eleitorado, no pleito realizado a 31 de dezembro de 1888, era constituída dos seguintes candidatos, a maioria dos quais foi de grande projeção política no país:

1º círculo: Dr. Ramiro Barcellos, médico, residente nesta Capital; Dr. João de Barros Cassal, advogado do nosso foro; Alfredo Alberto de Alencastro, proprietário em S. Sebastião; Alfredo Augusto de Azevedo, agrimensor nesta Capital.

2º círculo: Drs. Joaquim Pereira da Costa, Salvador Martins França Júnior e José Carrilho de Revoredo Barros, advogados em Cruz Alta e Dr. José Pinheiro Machado, advogado e fazendeiro em S. Luiz.

3º círculo: Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, fazendeiro em Cruz Alta; Aparício Mariense da Silva, fazendeiro em S. Borja; Dr. Demétrio Nunes Ribeiro, engenheiro, residente nesta capital; Dr. Fernando Abbott, médico em S. Gabriel.

4º círculo: Dr. Álvaro José Gonçalves Chaves, residente em Pelotas; Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, advogado em Pelotas; Dr. Manoel Pacheco Prates, advogado em Santana do Livramento; Tenente-Coronel José da Silva Borba, de Bagé.

5º círculo: Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, médico em Jaguarão; Apolinário José Gomes Porto Alegre, professor e jornalista nesta capital; Patrício Vieira Rodrigues, proprietário em S. João Batista de Camaquã; Dr. Ernesto Alves de Oliveira, advogado nesta Capital.

6º círculo: Dr. Júlio Prates de Castilhos, advogado e jornalista, residente nesta Capital; Dr. Antão Gonçalves de Faria, engenheiro em S. Sepé; Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, advogado em Cachoeira; Dr. Protásio Antônio Alves, médico residente nesta Capital.

O Partido Liberal também submeteu aos sufrágios de seus correligionários chapa de homens de valor, de grande nomeada no cenário político do Grande do Sul. Ei-la:

1º distrito: Conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, Coronel Joaquim Pedro Salgado, Capitão Carlos von Koseritz, Comendador Frederico Haensel.

2º distrito: Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Capitão Bento de Oliveira, Capitão Diniz Dias Filho, Major Luiz Henrique Moura de Azevedo.

3º distrito: Tenente-Coronel Joaquim Antônio Vasques, Albino Pereira Pinot, Major Alfredo Pinheiro Machado, Orlando Carneiro da Fontoura.

4º distrito: Coronel Luiz Alves Pereira, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, Capitão João de Deus Martins, Major Geraldo de Faria Corrêa.

5º distrito: Dr. José Francisco Diana, Dr. Severino de Freitas Prestes, Capitão Pedro Pereira Maciel e Capitão Pedro Baptista Corrêa da Câmara.

O Partido Conservador apresentou ao seu eleitorado uma chapa de elementos selecionados no nosso meio político e social, alguns dos quais tão saliente papel vieram a desempenhar no novo regime. Os seus candidatos foram os seguintes:

1º círculo: Dr. Israel Rodrigues Barcellos, Major Francisco de Oliveira Neves, Dr. Paulino Rodrigues Fernandes Chaves, Wilhelm Ter Brueggen.

2º círculo: Capitão Cândido Alves Machado, Coronel Evaristo Teixeira do Amaral, Gervásio Lucas Annes, Capitão José Gabriel da Silva Lima.

3º círculo: Capitão Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção, Dr. Antônio Rodrigues Autran, Tenente Joaquim Pinto Dias.

4º círculo: Dr. Francisco da Silva Tavares, Tenente Francisco de Paula Alencastro, Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, Tenente-Coronel Antônio Antunes da Porciúncula Costa.

5º círculo: Laurentino Pinto Filho, Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, José Thomaz da Porciúncula, Comendador Thomaz de Mello Guimarães.

6º círculo: Brigadeiro Albino José Pereira, Dr. Hemetério José Velloso da Silveira, Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt e Capitão João Manoel de Oliveira Mello.

Apresentou-se, ainda, pelo 1º círculo, um candidato: o Sr. José Manoel da Silva Só, apoiado pela classe operária.

O resultado da votação foi o seguinte: os liberais tiveram 23 candidatos eleitos, não o sendo, apenas, o do 4º distrito, Coronel Luiz Alves Pereira.

Os conservadores elegeram os seguintes: Dr. Israel Rodrigues Barcellos, pelo 1º círculo; Cândido Alves Machado e José Gabriel da Silva Lima, pelo 2º círculo; Dr. Antônio Rodrigues Autran e Tenente Joaquim Pinto Dias, pelo 3º círculo; Dr. Francisco da Silva Tavares e Tenente-Coronel Antônio Antunes da Porciúncula Costa, pelo 4º círculo; Joaquim Gonçalves da Silva, José

Thomaz da Porciúncula e Thomaz de Mello Guimarães, pelo 5º círculo; e o Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt e o Brigadeiro Albino José Pereira, pelo 6º círculo.

Foi, também, eleito, pelo 1º círculo, o Sr. Manoel José da Silva Só, candidato do operariado, graças ao auxílio que lhe prestou Silveira Martins, que nele mandou votar na véspera do pleito.

Ocorrendo a queda do gabinete conservador, presidido pelo conselheiro João Alfredo, em 16 de julho de 1889, o Imperador encarregou de reorganizá-lo outro conservador: o Visconde de Vieira da Silva, que não conseguiu o seu intento.

Foi, então, incumbido da nova composição ministerial o eminente político e notável jurista brasileiro Visconde de Ouro Preto, grande influência liberal.

Em conseqüência, pois, dos novos rumos que ia tomar a situação, foi o conselheiro Gaspar Silveira Martins, chefe do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, nomeado Presidente da Província, cujas funções assumiu no dia 24 de Julho daquele ano, no Paço da Assembléia, a uma hora tarde.

No dia 6 de novembro, Silveira Martins passou o governo ao seu substituto legal, o 1º Vice-Presidente, Sr. Justo de Azambuja Rangel, que exercia as funções de Diretor da Fazenda Provincial. Era este um homem austero e acatadíssimo no nosso meio social e político.

A própria “A Federação”, que não poupava os adversários e, principalmente, o tribuno rio-grandense, teve, sempre, palavras de lisonja para o substituto de Gaspar Martins na governança da Província.

Motivou a passagem do Governo das mãos de Silveira Martins para as do Vice-Presidente Sr. Justo Rangel ter aquele sido chamado, com urgência, ao Rio de Janeiro, para organizar o novo ministério, pois o Visconde de Ouro Preto não encontrava o apoio necessário à sustentação da Monarquia.

A fim de não tornar ainda mais alarmante a situação por que vinha passando a Monarquia, Silveira Martins declarou aos amigos que a sua viagem se prendia tão somente aos trabalhos do Senado, na qualidade de representante desta Província.

Assim é que, acompanhado de diversos deputados gerais, embarcou o ilustre chefe do Partido Liberal, nesta capital, no dia 12 de novembro de 1889, no paquete “Rio Pardo”, para a Corte. Mas, em caminho, quando fazia a travessia entre o Rio Grande e Santa Catarina, estalou, no Rio, o movimento militar, que depôs Pedro Segundo.

Ao aportar à cidade do Desterro, capital daquela então Província, no dia 19 de novembro, foram levadas, a bordo do navio em que viajava, duas surpresas ao político rio-grandense: a proclamação da República e a sua prisão, por ordem do Governo Provisório.

Desembarcando, foi Silveira Martins recolhido ao estado maior do 25º Batalhão de Infantaria.

À noite, o cabo Valentim revoltou parte da soldadesca e, dirigindo-se ao ilustre prisioneiro, ofereceu-lhe liberdade. Este recusou a oferta e aconselhou os soldados amotinados a desistirem do seu intento. Eles, porém, responderam com vivas ao tribuno, à monarquia e a D. Pedro II e saíram rua a fora, do seu quartel, no Campo do Manejo, todos armados de espingardas e municiações.

Prenderam o Major Fiscal do batalhão e percorriam a cidade, quando, pela madrugada, se deu um encontro entre eles e forças comandadas pelo Capitão do Exército Firmino Lopes Rego, no Largo Treze de Maio.

Do combate, saíram os rebeldes derrotados. Houve diversos feridos. Uns fugiram, inclusive Valentim. Outros foram presos.

Sobre as conseqüências dessa rebelião, os jornais do Rio de Janeiro deram, em maio de 1890, uma notícia, que foi transcrita pelo “Mercantil”, na sua edição de 16 daquele mês, e que assim rezava:

“A comissão permanente de inquérito militar condenou 19 praças do 25º Batalhão de Infantaria que se insubordinaram na cidade do Desterro, sendo três a galés perpétuas, três a 20 anos de prisão, três a 10, três a 5 e três a 2”.

Não confiando o novo governo na segurança dos navios de navegação, foi mandado para o porto do Desterro o cruzador “Parnaíba”, que estava ancorado no Rio de Janeiro, a fim de nele tomar passagem o tribuno rio-grandense.

Acompanhavam Gaspar Martins, nessa viagem, além do Conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, os deputados Joaquim Pedro Salgado, conselheiro Francisco Antunes Maciel, Dr. Joaquim Pedro Soares e Coronel Joaquim Antônio Vasques, que iam tomar parte nos trabalhos da Câmara.

O Conselheiro Camargo ficou, durante alguns dias, em Santa Catarina, com o chefe do Partido Liberal e os demais voltaram para o Rio Grande do Sul, no vapor “Rio Negro”, logo após a prisão de Silveira Martins.

A 24 de novembro de 1889, seguia Gaspar Silveira Martins para o Rio de Janeiro, naquele vaso de guerra, sendo acompanhado, até ao embarque, por uma verdadeira multidão.

Vimo-lo, então, pela primeira vez. Ia ao lado, conversando, com o Coronel Eliseu Guilherme da Silva, chefe do Partido Liberal de Santa Catarina, e com

o Conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, redator de “A Reforma”, que, com ele, partira desta capital.

Antes de seguir para o Distrito Federal, Gaspar Martins telegrafou aos seus amigos, aqui residentes, nos seguintes termos:

“Doente. Amavelmente tratado pela oficialidade”.

Foi este o único telegrama que ele mandou da cidade do Desterro.

A sua família morava, então, na Corte.

À sua chegada ao porto do Rio de Janeiro, que se verificou no dia 27 de novembro, foi Silveira Martins recebido a bordo pelo Sr. Quintino Bocaiúva, Ministro do Exterior do Governo Provisório, que o acompanhou até à sua residência, onde ficou preso sob palavra.

Mais tarde, foi relaxada a sua prisão, sendo-lhe concedida aquela cidade por menagem.

Dias após, o Governo Provisório decretou a sua deportação, que foi, porém, cancelada.

Novamente decretada a sua deportação, isto é, a 18 de dezembro de 1889, o ilustre escritor Carlos de Laet impetrou ao Supremo Tribunal Federal uma ordem de “habeas-corpus” em favor de Silveira Martins. Essa alta Corte de Justiça, tomando conhecimento do pedido, julgou-se incompetente para resolvê-lo. Em virtude dessa decisão, seguiu o chefe do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, no dia 22 de dezembro de 1889, no vapor alemão “Lissabon”, para a Europa, sendo acompanhado, até ao porto de Salvador, capital da Bahia, por um capitão da polícia.

Durante a permanência de Gaspar Martins no Rio de Janeiro, era muito discutida a orientação que o influente chefe político seguiria, caso lhe fosse concedida liberdade. Temiam que, vindo ele para o Sul, concitasse seus correligionários a uma rebelião no sentido de desmembrar o Rio Grande do Sul do resto do País.

Se uns acreditavam nessa possibilidade, outros a julgavam improcedente.

A propósito, um articulista de “O País”, órgão de Quintino Bocaiúva, em longo artigo, disse, entre outras coisas, o seguinte:

“O ilustre ex-senador rio-grandense não é homem para empreender o desmembramento do Rio Grande do Sul, que será um dos mais poderosos estados da União Brasileira, mas que não passará de insignificante nação independente.

Quem escreve estas linhas acredita fazer justiça ao aplaudido tribuno, dizendo que o seu patriotismo não o levará a abrir a cisão na família brasileira.

Entretanto, o Governo Provisório, cujos atos são pautados pelo critério, ainda não desmentido nos 24 dias de governo, em quadra em que as paixões podem desencadear-se de momento para outro, não o teria sob vistas, se poderoso motivo para isso não existisse.

Chamar ao seu seio adversários dignos como o Sr. Silveira Martins é dever do governo, que sabe o que quer e porque o quer.

Mas, em política, não há meios, há fins.

E a paz geral, garantindo e firmando a unidade territorial do Brasil, é o primeiro dever de quem fez a República“.

Por que motivo atingiu tão somente a Silveira Martins o decreto de deportação?

A resposta se resume nisto: daqui do sul partiu o grito de alarma: — solto Silveira Martins, como o desejava Quintino Bocaiúva, os pampas iriam arder em chamas.

Deodoro da Fonseca, seu inimigo político no Império, e que aqui ocupara o Comando das Armas, conhecia muito bem o prestígio de que gozava o chefe liberal do Rio Grande do Sul.

Só mais tarde, a 11 de maio de 1890, “A Reforma” ratificava a nossa afirmativa, nas seguintes linhas:

“Deus sabe o trabalho imenso que tiveram os chefes do partido para reter a explosão no interior do Estado, quando se espalhou a nova da prisão de Silveira Martins”.

“Não! Tais cenas não se deviam reproduzir, era necessário poupar-se a efusão de sangue rio-grandense, e, por isso, embora cheios de desespero, rangendo os dentes, os liberais resignaram-se, fazendo à Pátria o maior de todos os sacrifícios que podiam ser impostos a homens que têm sangue nas veias e vergonha na cara”.

Antônio Corrêa Leite Filho, o brilhante escritor rio-grandense que, com o pseudônimo de Mário de Artagão, tanto ilustrou a imprensa carioca e a de sua terra natal, teve uma entrevista com Silveira Martins quando preso, sob palavra, se achava em sua residência, no Rio de Janeiro.

Eis como descreveu ele sua palestra, em 18 de dezembro de 1889, com o eminente tribuno:

“Foi isto alguns dias depois do grande crime.

Um nevoeiro muito denso algodoava os morros de Botafogo. A caminho da praia, espalmavam asas algumas pirogas de pescadores. O sol havia morrido, numa formidável congestão, tingindo de sangue alguns farrapos de nuvens.

Grande silêncio em torno.

— É ali! — disse-me com secura o condutor do bonde.

Estremeci e saltei.

E o carril, a seguir e a desaparecer ao longe, mandava-me, através do vidro da lanterna, um olhar vermelho, um olhar estriado de sangue, muito pavoroso, naquela minha solidão de amigo dos exilados.

— É ali! tinha dito o condutor; e eu vi na minha frente um casarão, de janelas corridas, silenciosas, ladeado por jardins.

Naquele momento havia vultos cruzando o meio da rua.

— Secretas! pensei, e empurrei o portão de ferro.

Uma criança acudiu a receber-me.

— É aqui que mora o Conselheiro Gaspar Silveira Martins?

Eu quisera ter perguntado:

— É aqui que enjaularam o leão?

Mas a criança não me teria compreendido, e demais eu receava inspirar-lhe medo. Nessa época de terror, eram suspeitas todas as palavras cabalísticas do patriotismo.

— É o papai que procura?

— Sim! o papai! — respondi, e tive ímpetos de beijar aquela criança.

— Dê-me o seu nome!

Disse-lhe que vinha como representante da “Tribuna Liberal”; e, momentos depois, era eu introduzido numa grande sala, muito elegante, no seu tapete de ramagens cinzentas e muito quente, no estofado pesado de seus reposteiros de seda.

Ao fundo, um piano escancarava o teclado muito branco, num grande riso de sarcasmo.

Aproximei-me; e, folhas abertas, dormia sobre o banco o velho hino do Imperador exilado.

Era aquela uma música proibida.

Agitou-se um reposteiro, e, a passo firme, mãos no paletó de alpaca, avançou, sorrindo, o grande gaúcho, o grande irmão nosso, o grande Gaspar Silveira Martins.

A mão do tribuno parecia tremer, ou melhor: — era a minha que tremia.

— Que notícias me traz? perguntou ele, descançando-me no ombro essa mão leal, que tanta liberdade havia defendido.

E eu falava-lhe pela primeira vez.

Fitei-o de rijo, alucinado.

— V. Exa. quer fugir?

E, como resposta, ele teve um sorriso heróico de infinita dor.

— Não quer fugir? Repeti. Não o seduz a liberdade dos nossos pampas? Não o seduz, lá em baixo, lá no meio dos gaúchos, a idéia de uma reação legítima e desesperada?

— É tarde, meu amigo!

— Mas, sabe V. Exa. que neste momento assina-se o seu decreto de deportação?

— Suspeitava-o!...

— E não tem saudades da sua... Da minha terra?

Neste momento, estávamos juntos da última janela ao fundo, do lado esquerdo.

Ele abriu-a; e, ambos, irmãos na mesma dor, através dos morros enevoados, lançamos o olhar nostálgico para o mar, para esse caminho da terra que era o nosso berço, para essa terra onde o gaúcho fora sempre livre, e que tão distante estava do proscrito e de mim, que representava a agonia de uma causa que mar em fora ia morrendo, com o exílio do velho Imperador.

Na qualidade de escritor político do único jornal que tinha uma lágrima para os patrícios deportados, aspirava por entrar no pensamento desse homem que, havia trinta anos, estava representando uma das figuras mais culminantes do patriotismo na história da nossa Pátria.

— Já que assim o quer, falemos política... exclamou etc.

E o tribuno, como se meditasse ao princípio, foi desenrolando, com calma, gesto pacato, olhar sereno, a história da revolução, até que a pouco e pouco entrando na apreciação dos homens que se tinham constituído usurpadores, encrespavam-se-lhe os lábios, sibilou-lhe a palavra, e, arrebatado, nervoso, cílios carregados, acento caloroso, deu-me a felicidade de ouvi-lo, incomparável na majestade do talento, admirável na veemência das cóleras supremas!

Eu ali o tinha, no meio da sala, sublime de indignação, a zurzir sem piedade a cobardia indecorosa dos trãnsfugas, que na véspera gastavam os tapetes do paço com as solas dos sapatos, e que hoje vis, hoje traidores, cuspiam nos juramentos, estraçalhando a constituição que durante sessenta anos nos outorgara a maior soma de liberdades de que se pode orgulhar um povo!

— E a mim, continuou o tribuno trovejando, a mim, que só vivia pela ambição de poder ser útil à minha Pátria; a mim, que desde a fortuna até à popularidade tudo sacrifiquei, para impulsionar o progresso da estremecida terra do sul; a mim, que timbrei em ser o mais franco e ousado dos conselheiros em redor do soberano; a mim, que nunca quebrei a espinha na curvatura da bajulação; a mim, que tenho o orgulho de ser mais democrata que toda essa enxurrada de declamadores modernos; a mim, de quem se devia esperar que

fosse tão bom patriota no Brasil-República como o fui no Brasil-Império, porque a felicidade da Pátria eu a sei colocar acima das formas do governo; a mim, finalmente, que no cabimento de todas as forças estava disposto a evitar as convulsões que porventura viessem atrasar o longo período de paz que tantos progressos nos concedeu; a mim, por todo esse passado de serviços, por todas as garantias do presente, por todas as boas intenções do futuro, ousa o Governo Provisório, como recompensa imorredoura, atirar-me despótica e desumanamente para o Calvário do degredo!...

E o formidável tribuno, extenuado pela indignação, fez uma pausa dolorosa.

— Pátria desgraçada!... Liberdade tutelada nos quartéis... Democracia militar...

Irrisão!... Mentira!...

A custo, muito em surdina, foi murmurando essas palavras, arrancadas à profecia do desespero.

Depois, acentuando as sílabas numa pungente abstração de mártir, juntou:

— E todavia a República ainda se podia conciliar com felicidade do povo.

— Como assim? indaguei, curioso, quase magoado.

— É um segredo, meu rapaz!... é um segredo, que guardo para melhores dias.

Hoje compreendo: — naquele instante, já começava a ser estruturado o problema do parlamentarismo.

Fazia-se tarde. Despedi-me, e pedi-lhe que me deixasse publicar o transunto da nossa entrevista.

Proibiu-mo, aconselhando-me prudência.

— Agora, acrescentou ele, acompanhando-me à porta, quero que o meu amigo tenha a bondade de abraçar por mim um dos seus colegas de redação.

— Qual deles? Perguntei.

— Esse bom amigo que, no jornal de hoje, em artigo tão fundamente emotivo, soube ferir o meu amargurado e saudoso coração rio-grandense. Agradeça-lhe muito de minha parte: — é um exilado que lhe pede!

Apressei a despedida. O meu coração sangrava.

Era o meu artigo que tanto o havia impressionado; era eu mesmo o colega para quem o inigualável tribuno mandava a ternura lancinante da sua grande alma agradecida”.

Distúrbio Militar

Vivas ao Imperador e à Monarquia — Tiroteios — Mortos e feridos — Prisões de oficiais do Exército e de vários políticos de destaque do regime passado — Os motivos que deram causa à revolta, segundo declarações dos soldados.

Se, entre a classe militar, era grande o número de adeptos da República, muitos oficiais do Exército e da Armada continuavam a manifestar suas simpatias pelo monarca deposto.

Não fora o rigor com que eram tratados os adversários do novo regime, apoiados pela quase totalidade da Nação, Pedro Segundo voltaria a ocupar o trono, nos primeiros meses subseqüentes à sua queda. Por isso mesmo, os republicanos não anuíram ao plebiscito com que, em 1890, os monarquistas quiseram provar sua superioridade numérica.

Principalmente entre o elemento pobre, as classes menos favorecidas, militar ou civil, gozava o imperador de enorme prestígio.

Na tarde em que o Dr. Cesário Alvim levou a Gaspar Silveira Martins o decreto de sua deportação, irrompeu uma revolta no Rio, cuja responsabilidade se pretendia atirar sobre o tribuno rio-grandense e outros vultos eminentes do Império.

Entretanto, ela foi espontânea, como, mais tarde, veio a se verificar.

Vejamos o que, a propósito dessa rebeldia, escreveu o correspondente do “Correio Paulistano”, de S. Paulo, em data de 20 de dezembro daquele ano.

“O movimento começou, na tarde do dia 18, pouco depois das duas horas, no quartel de S. Cristóvão, onde estava o 2º Regimento de Artilharia.

Depois, os revoltosos, durante a tarde, percorreram, em grupos, as ruas do Imperador, do Coronel Figueira de Melo e a praia adjacente.

Esses grupos, armados, hasteavam bandeiras, com a coroa imperial e davam vivas ao Imperador e à Monarquia.

Outro grupo do mesmo regimento entrincheirou-se no jardim do quartel e assestou as peças em posição de fazerem fogo.

A oficialidade que se achava no quartel foi desrespeitada pelos revoltosos e teve, por isso, de retirar-se.

Tendo ciência do ocorrido, o governo fez marchar para as imediações do quartel o 23º e o 24º Batalhões de Infantaria, com o fim de dominarem a revolta.

O 7º e o 10º Batalhões ficaram de prontidão no quartel do campo e também os corpos de Marinha.

O regimento revoltado manifestava intenções hostis em relação à força enviada pelo governo e ameaçava fazer fogo, no caso de aproximação.

Por outro lado, querendo evitar efusão de sangue, havia ordenado o governo aos comandantes dos 23º e 24º Batalhões que usassem da maior prudência, esgotando primeiramente os meios suasórios para reduzirem à ordem as praças revoltosas.

Às 8 horas e 40 minutos da noite, alguns soldados do 2º Regimento, tomando a ofensiva, atacaram, na Praça dos Lázarus, um piquete do 23º Batalhão de Infantaria. Houve 22 tiros. Às 10 horas e 50 minutos, na Rua do Imperador, houve novo tiroteio, entre as praças do 2º Regimento de Artilharia e o 24º Batalhão de Infantaria.

Nessa ocasião, ia sendo vítima de sua patriótica temeridade o Tenente Adolfo Pena, que tinha conseguido penetrar no quartel do regimento sublevado, com o intuito de acalmar a revolta.

Às 10 horas e 58 minutos da noite, os revoltosos fizeram disparar duas peças de artilharia, que haviam assestado na parte externa da porta do quartel.

Depois de haverem expellido os poucos oficiais e sargentos que se achavam no quartel, os soldados revoltados arrombaram a arrecadação e muniram-se de armas, cartuchos, balas e todos os aprestos de fuzilaria e artilharia.

Três canhões foram assestados em frente ao quartel em posição estratégica, seis outros foram colocados em diversos pontos do jardim, na frente próxima ao ângulo direito e nesse lado.

Esse quartel comunica-se por um pátio interior com o do 9º de Cavalaria, que dá os fundos para a Rua Coronel Figueira de Melo.

As praças dos 23º e 24º Batalhões de Infantaria estavam saltando da Rua Coronel Figueira de Melo, transpondo o muro para dentro do quartel do 9º Corpo de Cavalaria e tentavam atacar o quartel do 2º Regimento. Percebidos em tempo, foram repellidos. Então aqueles batalhões formaram em grupos de vedetas pelas ruas de S. Cristóvão e do Imperador.

Pouco depois das 11 horas da noite, o Tenente-Coronel Solon Sampaio Ribeiro obteve entrada no quartel dos revoltosos e convenceu-os, tendo-lhes ouvido as queixas, de apresentaram-se ao quartel general.

Cerca de 56 praças dos revoltosos entregaram-se desarmadas à prestigiosa oficialidade, que as confiou à guarda de uma força do 24º de Infantaria.

Às 11 e 22 minutos, saíram do quartel de S. Cristóvão para o Quartel-General, onde chegaram às 12 e 36 da noite.

Consta oficialmente que no tiroteio havido morreu um soldado do 24º Batalhão e houve muitos feridos.

Diz-se, porém, reservadamente, que os mortos foram quatro.

O 2º Regimento deve ter cerca de 136 praças.

Durante o dia 19, foram presas muitas praças das que se não tinham entregues ao Tenente-Coronel Solon.

Outras se apresentaram espontaneamente.

Esteve sempre presente ao conflito o Comandante da Brigada Coronel Cândido José da Costa.

Comandava interinamente o 2º Regimento de Artilharia o Capitão Francisco Xavier Baptista.

Os revoltosos foram conduzidos presos a uma das companhias do 1º Batalhão de Infantaria.

Foi preso e recolhido incomunicável ao estado maior do 1º Batalhão o Tenente-Coronel Antônio Joaquim da Costa Guimarães.

Propala-se que esse oficial, ex-secretário do Visconde de Maracajú, quando ministro, bem como ex-comandante do regimento revoltado, influenciou para a revolta.

É essa, porém, uma acusação muito grave, da qual não assumo a responsabilidade.

Foi nomeado um conselho de guerra, sob a presidência do General Barreto, para sindicar do fato.

Durante o dia 19, foram interrogadas as praças revoltosas e os inferiores, mas esse inquérito fez-se em segredo. Por isso, nada lhe posso adiantar. O conselho deve terminar hoje (20).

O governo, suspeitando ter havido intervenção política nessa tentativa de sublevação, fez prender, em suas residências, pela madrugada, por oficiais da polícia, os srs. conselheiro Silveira Martins, Visconde de Assis Martins e Lima Duarte, Conselheiro Carlos Afonso e o Comendador Jerônimo Ferreira Braga.

Às 7 horas da manhã, foram presos: no Convento de Santo Antônio, o Sr. Conselheiro Ferreira Vianna; às 10 e meia, em seu escritório, o Dr. Prado Pimentel, sendo todos recolhidos ao salão principal da secretaria da guerra.

À 1 hora da tarde, foram interrogados pelos srs. Ministros da Guerra e do Exterior os Srs. Jerônimo Braga e Conselheiro Ferreira Vianna, que foram postos em liberdade às 3 horas da tarde.

Às 3 e meia, reuniu-se todo o ministério.

Depois de interrogados, foram postos em liberdade, às 5 horas, mais ou menos, os Srs. Assis Martins, Lima Duarte e Prado Pimentel.

Às 4 e meia, foi preso, quando saía do escritório do “Jornal do Comércio”, o Sr. Conselheiro Tomás Coelho, por um oficial, o Sr. Alfêres Ortiz.

O ex-Ministro da Guerra e da Agricultura foi conduzido, escoltado, por 30 praças, a pé, até o quartel. Era grande a massa de povo que o acompanhava, por curiosidade.

Todos os outros foram conduzidos de carro; apenas o conselheiro Tomás Coelho teve que sofrer o vexame de ser exposto à curiosidade pública.

Isso, porém, se deu por desazo do oficial que o conduziu.

Esse fato contrariou muito o sr. Ministro da Guerra.

Depois de ouvida sua informação, o honrado ex-senador foi posto em liberdade.

Às 5 e meia da tarde, chegou preso ao quartel o Sr. Marquês de Paranaguá, acompanhado pelo Sr. Desembargador Serafim M. Barreto e por seu digno filho Dr. Ricardo Paranaguá.

Interrogados pelos Srs. Ministros da Guerra e das Relações Exteriores, o velho marquês retirou-se em liberdade.

Às 6 horas e meia, veio conduzido o Sr. Dr. Carlos de Laet que fora preso em sua residência.

Também foi solto, após breve conferência com o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Às 8 horas da noite, foi preso, como os anteriores, em sua residência e conduzido ao quartel o Sr. Conselheiro Alfredo Chaves, que, finalmente, foi solto às 10 horas.

Os Srs. Silveira Martins e Carlos Afonso jantaram na Secretaria da Guerra.

Às 8 horas da noite, foi enviado preso para a fortaleza de Santa Cruz o Sr. Carlos Afonso pelo Alferes José Bevillacqua.

O Sr. Silveira Martins ficou retido na Secretaria da Guerra.

Hoje, às 2 horas da tarde, reúne-se de novo o ministério.

Os Srs. Silveira Martins e Carlos Afonso estão calmos e com bastante sangue frio. Suspeitava o governo que esses cidadãos houvessem tomado parte na revolta, pois que os soldados traziam nas bolsas dinheiro, cuja origem não era facilmente explicada.

As causas, porém, apresentadas igualmente pelas praças que fizeram parte da revolta são: 1º que elas querem soldo igual ao da polícia; 2º que um de seus camaradas havia sido injusta e cruelmente maltratado por um sargento.

Entretanto, não falta, como se sucede em tais ocasiões, quem afirme que, em tudo isto, anda dedo oculto e que as praças não procederam de “motu próprio”, mas foram instigadas.

No quartel do campo estão batalhões de prontidão, entre eles o da Escola Militar.

Foram para ali levadas algumas peças de artilharia e metralhadoras, que estavam no Arsenal de Guerra. Há muita munição no quartel. A cidade está indiferente. Apenas em frente ao quartel, estiveram durante o dia e parte da noite alguns curiosos.

Alguns detalhes: Entre os revoltados estavam diversos presos, que foram postos em liberdade.

Estava também um indivíduo ainda muito moço, trajando roupa de casemira clara. Esse foi preso por estar armado e de correame e espada; dizem que assentara praça ante-ontem.

O Sr. Conselheiro Gaspar Martins recebeu a notícia de sua deportação por intermédio do sr. Cesario Alvim, que, tendo-o consultado antes, em nome do governo — se ele queria sujeitar-se a residir em Minas, tivera resposta negativa.

O Sr. Gaspar Martins foi posto em liberdade, saindo de carro com diversos amigos, hoje, às 5 e um quarto da tarde, para a sua residência, onde tratará dos seus negócios e se preparará para, sem demora, partir para a Europa.

Corre que foi confiscada na residência do sr. Carlos Afonso uma secretária, contendo grande número de papeis.

Consta que será também deportado o Coronel Gentil José de Castro.²

O Sr. Gaspar Martins esteve sempre cercado de grande número de oficiais, com os quais conversava ora sobre assuntos políticos, ora sobre serviço militar”.

Julio de Castilhos

A sua situação durante a propaganda — A “Questão Militar” — Juramento prestado na “Fazenda da Reserva” — Na Constituinte Federal.

Na propaganda, teve lugar de destaque uma plêiade de gaúchos, que, pela palavra e pela pena, predicavam a implantação da República em nosso País.

Assim, Julio de Castilhos, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Demétrio Ribeiro, Antônio de Faria, Ramiro Barcelos, Apolinario Porto Alegre, Vitorino Monteiro, Apeles Porto Alegre, Álvaro Batista, Homero Batista e tantos outros foram propagandistas e batalhadores ardorosos do regime.

² O Coronel Gentil de Castro era redator do brilhante órgão monarquista — “A Liberdade”, — quando, em 1897, foi assassinado, dentro de um trem, por um grupo de jacobinos, chefiados por Benjamin Constant Filho. Graças às enérgicas medidas tomadas pelo então Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, os culpados foram processados e condenados.

Dentre esses, veio Julio de Castilhos a tornar-se “leader”, pois a sua ação na imprensa se fez sentir de maneira preponderante.

Jornalista de escól, polemista brilhante, criou um prestígio real, que o tornou condutor de um partido, cujo domínio se fez sentir no Rio Grande do Sul por largos anos. Julio de Castilhos iniciou sua atividade combatente desde os bancos acadêmicos, e, em S. Paulo, onde cursou a Academia de Direito, fez parte do “Clube Republicano 20 de Setembro” e colaborou nos jornais da época, publicando artigos na “A Evolução”.

Mais tarde, na “A Federação”, notabilizou-se em artigos doutrinários e em polêmicas brilhantes.

Em 1887, na “Questão Militar”, em artigos, que tiveram larga repercussão, atacou fundamente o Governo Imperial.

Na “Fazenda da Reserva”, de propriedade da família de Julio de Castilhos, em S. Martinho, pertencente ao município de Santa Maria, reuniu ele, em março de 1889, um grupo de propagandistas, a fim de concertar forças de oposição à monarquia, na possibilidade de um terceiro reinado.

Das deliberações tomadas, nessa reunião, consta a seguinte ata:

“Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição em qualquer terreno ao futuro reinado, que ameaça a nossa Pátria com desgraças de toda a ordem, e a necessidade de preparar elementos para, no momento oportuno, garantir o sucesso da revolução, declaramos que temos nomeado nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Julio de Castilhos, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Demétrio Ribeiro para trabalharem para que se consigam aqueles fins, empregando livremente os meios que escolherem.

Nós juramos não nos deter diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrifício inútil de nossos concidadãos. Excluída esta hipótese só haveremos de parar diante da vitória ou da morte.

Reserva, 21 de março de 1889. Cândido Pacheco de Castro, Joaquim Antonio da Silveira, Lauro Domingues Prates, Fernando Abbott, Ernesto Alves de Oliveira, José Gomes Pinheiro Machado, Vitorino Monteiro, Possidônio da Cunha, Homero Batista, Manoel da Cunha Vasconcelos, J. F. de Assis Brasil, Salvador Pinheiro Machado, Julio de Castilhos”.

Depois de fazer parte da Constituinte Federal, onde se houve com brilho excepcional, como deputado por este Estado, Julio de Castilhos foi eleito Presidente do Rio Grande do Sul, em cujo cargo se conservou, com interrupção, desde 16 de julho de 1891 até 25 de janeiro de 1898, quando o assumiu o Dr. Borges de Medeiros.

Foi um presidente honesto e muito fez pelo progresso de sua terra.

Durante a sua gestão governamental, desencadeou-se a mais sangrenta guerra civil de que há memória na América do Sul.

Desses acontecimentos, vamos tratar, pormenorizadamente em subsequente volume.

Julio de Castilhos nasceu na Fazenda da Reserva, no dia 29 de junho de 1860 e faleceu, nesta capital, às 18 horas de 24 de outubro de 1903, em consequência de uma operação a que se submetera na garganta.

Tinha, portanto, pouco mais de 43 anos de idade.

O governo do Visconde de Pelotas

O 15 de novembro de 89 em Porto Alegre — A contribuição dos rio-grandenses na propaganda — Demétrio Ribeiro no primeiro Ministério — Juramento do Governo Provisório — Mensagem a Pedro Segundo e a sua resposta — Ordens do dia — Manifesto do Visconde de Pelotas — O primeiro Governo do Rio Grande na República — Seu secretariado — Manifestos de Justo Rangel e Carlos von Koseritz — Discórdia entre o Visconde de Pelotas e os seus auxiliares — Outros manifestos.

Para a implantação da República no Brasil muito contribuíram os filhos do Rio Grande do Sul, quer pela palavra escrita, quer pela palavra falada, e tanto assim que, desde os primórdios do novo regime, jamais foram eles esquecidos para o desempenho dos mais elevados postos. De quase todos os ministérios, fizeram parte os gaúchos.

O grande acontecimento ocorreu pela manhã de 15 de novembro de 1889.

Em Porto Alegre, porém, e, quiçá, em todo o Estado, ignorava-se o que se estava passando, nesse dia, no Rio de Janeiro.

A falta de notícias da Corte deu margem, nas rodas políticas e nos cafés, a uma superabundância de prognósticos, a uma série de comentários contraditórios: nem a imprensa vespertina, nem a imprensa matutina, havia recebido telegrama algum durante o dia. Tão somente aos bancos eram enviadas notícias, de momento a momento, sobre a queda do câmbio.

“A Reforma”, órgão matutino, que representava o pensamento de Silveira Martins, mostrava-se inquieta, pois também nenhuma informação havia recebido do Rio, para onde embarcara o chefe liberal, no dia 12 de novembro, no paquete “Rio Pardo”, em companhia de vários amigos.

A 16, dizia a velha folha gasparista que algo de anormal ocorria na Corte. Registrava o boato, de acordo com os comentários que ouvira, sem que, porém, desse a proclamação da República como um fato consumado.

Entretanto, "A Federação", jornal vespertino, dirigida por Julio de Castilhos, e órgão do Partido Republicano, publicava, sob a epígrafe "O Câmbio", em seu número de 15 de novembro, a seguinte notícia:

"A progressiva baixa do câmbio, nos bancos desta praça, desde a manhã de hoje, oferece indício de graves acontecimentos no Rio, dos quais ainda não tivemos notícia telegráfica.

Às 10 horas, o cambio estava a 27 1/2; de meia em meia hora, foi baixando 1/8, até descer a 27, cotação com que foram hoje encerradas as transações.

Sabemos que, até às 2 horas da tarde, havia tendência para baixa".

Tendo como título um ponto de interrogação, no mesmo número, a folha dos propagandistas dava mais esta local:

"À notícia que hoje inserimos sobre a baixa brusca do câmbio, temos de acrescentar que uma importante firma comercial desta praça recebeu dos seus correspondentes no Rio um telegrama assim concebido:

"Nem câmbio, nem governo".

Que será? Devemos ainda acrescentar que, em certos círculos, correu o boato de haver sido assassinado o Ministro da Marinha, Barão de Ladário.

Por enquanto, não pudemos saber o que há de verídico nesta versão.

Até à hora em que escrevemos, 4 da tarde, não recebemos nenhuma comunicação telegráfica do ilustre amigo que serve de ativíssimo correspondente da "Federação" no Rio".

Mais tarde, publicava "A Federação" o seguinte boletim:

"A "Federação" acaba de receber este telegrama, que lhe foi transmitido com o caráter de serviço especial:

"Governo Provisório. — Rio, 15 de novembro. O povo, o Exército e a Armada vão instalar um Governo Provisório, que consultará a Nação sobre a convocação de uma constituinte.

Erguem-se aclamações gerais à República. Quintino Bocaiuva". "Viva a Liberdade! Viva a República! Viva a Pátria Brasileira!"

Os primeiros telegramas que chegaram do Rio de Janeiro davam como morto o Barão de Ladário.

Entretanto, notícias posteriores diziam que ele havia tiroteado com um piquete do Exército e tinha sido ferido. Lúcio de Mendonça, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal, era então correspondente da "Federação", na Capital Federal.

Tratando desse incidente, assim o narrou ao extinto órgão do Partido Republicano Rio-Grandense:

“O Ministro da Marinha, Barão de Ladário, na Rua de S. Lourenço, próximo ao quartel, dera ordem de prisão ao General Deodoro, em nome do Ministro da Guerra do Governo Imperial.

Deodoro respondera dando-lhe voz de prisão, como refém, pelo Exército.

A isto, Ladário puxou do revolver que trazia, e, à queima-roupa, fez fogo, duas vezes, contra Deodoro. Da primeira, fálhou; da segunda, errou o tiro. Então, o piquete que seguia Deodoro acometeu-o, à baioneta e a tiro, ferindo-o gravemente”.

À proporção que vinham chegando notícias detalhadas sobre a revolução, os jornais anunciavam a organização do seguinte governo: chefe, Marechal Deodoro da Fonseca; Ministros: do Interior, Aristides Lobo; da Agricultura, Demétrio Ribeiro; dos Estrangeiros, Quintino Bocaiuva; da Justiça, Campos Sales; da Fazenda, Rui Barbosa; da Guerra, Tenente Coronel Benjamin Constant; da Marinha, Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk.

O ministério liberal que caía com Pedro Segundo era o seguinte: Fazenda e Presidente do Conselho, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto; Império, Franklin Américo de Menezes Dória, Barão de Loreto; Justiça, Senador Cândido Luiz Maria de Oliveira; Estrangeiros, deputado José Francisco Diana; Guerra, Marechal-de-Campo Rufino Enéas Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju, que acumulava as funções de Ajudante General do Exército; Marinha e Chefe da Esquadra, Almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário; Agricultura, deputado Lourenço de Albuquerque.

Esse Ministério, que havia sido organizado a 8 de junho de 1889, fora substituir o de que era presidente o Conselheiro João Alfredo, figura de grande relevo do Partido Conservador e que vinha governando o país desde 20 de agosto de 1885.

Demétrio Ribeiro achava-se no interior do Estado, quando se deu a proclamação da República.

Logo que foi organizado o Ministério do Governo Provisório, Francisco Glicério, velho e astuto político paulista, telegrafou àquele ilustre rio-grandense nos seguintes termos:

“Venha sem falta para assumir a direção da pasta Agricultura. Francisco Glicério”.

Dias depois, embarcava Demétrio Ribeiro para o Rio de Janeiro a assumir aquela Secretaria de Estado.

Com exceção de Demétrio Ribeiro e Campos Sales, respectivamente Ministros da Agricultura e da Justiça, e que se achavam ausentes do Rio de

Janeiro, no dia 16 de novembro de 1889, os demais membros do Governo se empossaram, nesse dia, nas suas pastas.

Foi este o juramento então feito pelo Governo Provisório:

“Aos 16 de novembro de 1889, compareceu, no Paço, o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, composto dos cidadãos Manoel Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Aristides da Silveira Lobo, Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva e Eduardo Wandenkolk, que declarou, perante a Câmara Municipal, reunida em sessão extraordinária, prestar, sob sua honra, o juramento de manter a paz, as liberdades públicas e os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da nação, tanto no interior, como no exterior, em firmeza do que assinam os ditos cidadãos, com os vereadores da mesma ilustríssima Câmara Municipal, este compromisso para com o povo brasileiro, representado, neste momento, pela Municipalidade da cidade do Rio de Janeiro”.

Assinado o termo, falaram os Srs. Drs. Aristides Lobo e Benjamin Constant, respectivamente Ministros do Interior e da Guerra.

Tratando-se de documentos interessantes, vamos publicar a mensagem que o Governo Provisório dirigiu a Dom Pedro Segundo e a resposta do grande monarca aos vitoriosos de 89, quando se deu a mudança do regime.

Está assim concebida a mensagem dirigida ao imperador :

“Senhor: — Os sentimentos democráticos da Nação, há muito preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violência, de corrupção, de subversão de todas as leis, exercida num grau incomparável pelo Ministério de 7 de junho; a política sistemática de atentados do Governo Imperial, nestes últimos tempos, contra o Exército e a Armada, política odiosa à Nação, e profundamente repelida por ela: o esbulho dos direitos dessas duas classes que, em todas as épocas, têm sido, entre nós, a defesa da Ordem, da Constituição, da Liberdade e da honra da Pátria; a intenção manifestada nos atos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial, que foram, sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal: — determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar.

Em face dessa situação, pesa-nos dizer-vo-lo e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família Imperial no país, ante a nova situação, que lhe criou a resolução irrevogável do dia 15, seja absurda, impossível e provocadora de desgostos, que a salvação pública nos impõe a necessidade, de evitar.

Obedecendo, pois, às exigências urgentes do voto nacional, com todo o respeito, devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o Governo Provisório espera do vosso patriotismo o sacrifício de deixar o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve prazo possível.

Para esse fim, se oferece o prazo máximo de 24 horas, que contamos, não tentareis exceder.

O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa ocorrerá por conta do Estado, proporcionando-vos, para isso, o Governo Provisório um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança de vossa pessoa e de toda vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia e continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que, sobre este ponto, se pronuncie a próxima Assembléa Constituinte.

Estão dadas todas as ordens, a fim de que se cumpra esta deliberação.

O país conta que sabereis imitar, na submissão aos seus desejos, o exemplo do primeiro imperador, em 7 de setembro de 1831. Rio, 16 de novembro de 1889. Manoel Deodoro da Fonseca”

A resposta de D. Pedro Segundo foi a seguinte:

“À vista da representação que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta pátria de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado.

Ausentando-me, pois, eu, com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. Dom Pedro de Alcântara”.

Coube a um rio-grandense a tarefa da entrega da mensagem que o Governo Provisório dirigiu a Dom Pedro de Alcântara, no dia 16 de novembro, comunicando-lhe a nova ordem de coisas e a sua conseqüente destronização do Império Brasileiro, já agora extinto, bem como a notificação para se ausentar do país, com sua família, para a Europa, dentro de 24 horas.

Esse rio-grandense foi o Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, então comandante do 9º Regimento de Cavalaria, estacionado em S. Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Entusiasta do novo regime, mostrou-se, poucos anos depois, já então general, descrente da direção que iam tomando os negócios públicos.

Eis a sua vibrante ordem do dia a propósito da mudança do regime.

“Quartel do comando do 9º Regimento de Cavalaria, em S. Cristóvão, 16 de novembro de 1889. Ordem do dia nº 1. Com letras de ouro, vai inscrita, na história da nossa nacionalidade, a data de 15 de novembro, em que o povo, a Armada e o Exército expeliram de nossa idolatrada Pátria a Monarquia, que, deslealmente, nela se implantara a 7 de setembro de 1822.

Nesse certame glorioso, que enche de assombro o mundo inteiro, valiosa foi a cooperação do 9º Regimento.

Perseguido, em Ouro Preto, pelos representantes do regime decaído, veio ele fazer parte da patriótica e valorosa 2ª Brigada do Exército, à qual, ligada à brilhante mocidade da Escola Superior de Guerra e Militar da Praia Vermelha, coube a glória de iniciar o movimento, que deu em resultado a Proclamação da República, neste vastíssimo território da livre América, o único em que ainda existia aquela anacrônica forma de governo.

É enorme a responsabilidade que, por tão grande cometimento, assumiram a Armada e o Exército.

O patriotismo e a dedicação sem limites de que tem dado as mais exuberantes provas o regimento que me orgulho de comandar contribuirão, estou certo, para que o sábio Governo Provisório leve a efeito as humanitárias e grandiosas idéias que lhe assinalaram o posto em que legitimamente se acha colocado, idéias de cuja realização dependem o progresso e a felicidade da Pátria. (Assinado) Frederico Solon Sampaio Ribeiro, Major Comandante”.

O Marechal Deodoro da Fonseca, logo após a proclamação da República, telegrafou ao Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Visconde de Pelotas, convidando-o a assumir a Presidência do Estado.

Dirigindo-se este a palácio, não lhe passou o Sr. Justo de Azambuja Rangel a governança da Província, alegando que só o faria, quando se convencesse de que a ordem partia de um poder reconhecido pela maioria da Nação ou quando lhe faltasse o apoio da força com que contava.

No dia 16, porém, o Sr. Justo Rangel entregava o governo ao Visconde de Pelotas.

Assumindo a Presidência do Estado, o Visconde de Pelotas dirigiu ao Rio Grande do Sul o seguinte manifesto:

“À Província do Rio Grande do Sul. — Grave, solene e excepcional é o momento em que me cabe a honra de dirigir a palavra à minha cara Província natal.

Acaba de consumir-se no país uma profunda revolução política, promovida pelo povo, pelo Exército e Armada.

Foi, ontem, deposto o Governo do Império e constituído um Governo Provisório, que proclamou a deposição da dinastia e a instalação da República.

Deste Governo é chefe o meu velho amigo e companheiro de armas, o ínclito Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, que, em telegrama de ontem, fez um apelo ao meu patriotismo, convidando-me a assumir a Presidência do Rio Grande do Sul.

Em respeito ao dever, que sempre inspirou a minha conduta de militar e de cidadão, por amor à minha Província, cuja paz e cujo bem estar sempre mereceram a minha solicitude de filho devotado, não me foi lícito deixar de acudir, embora com sacrifício pessoal, ao honroso apelo.

Não se cogitava de fazer uma revolução: a revolução já estava feita.

Ante o fato consumado, cujas conseqüências eram evidentes, recusar a atitude que me era indicada pelo atual governo do País, seria furtar-me aos ditames do meu próprio patriotismo e deixar de corresponder à confiança de que me tornara depositário o meu companheiro dos campos de batalha, onde, juntos, defendemos, por longo tempo, a honra do pavilhão nacional.

A estes motivos ponderosos, juntava-se o natural anelo do meu coração de rio-grandense de evitar a perturbação da ordem pública e de concorrer para a manutenção das garantias da paz social, na minha Província.

Tais são as causas que determinaram a resolução que tomei, assumindo o Governo Provincial.

Em idade avançada, tendo atingido, no país, as mais altas posições com que ele me há honrado, depois de 50 anos de serviço militar, entre os quais conto numerosos anos de campanha, não vacilei em aceitar o melindroso posto que ora ocupo, onde não nutro outra aspiração que não seja a de bem servir os interesses reais da nação e, particularmente, do Rio Grande do Sul.

É deste posto que me dirijo aos meus concidadãos para apresentar-lhes um instante pedido, em nome do nosso comum patriotismo.

Para felicidade do Rio Grande do Sul, é preciso que todos concorram para ser, inalteravelmente, mantida a ordem pública, e para não serem perturbadas a patriótica harmonia e a cordialidade que presidiram à instalação do Governo atual.

Tenho a ventura de contar com o ilimitado apoio de todas as guarnições militares, que, fiéis à solidariedade do Exército, prestam inteira obediência ao novo poder constituído.

Espero, confiante, que a população fraternize com a força pública, a bem da ordem e dos elevados interesses do nosso amado Rio Grande.

O governo de que sou delegado garante plenamente todos os direitos e está firmemente disposto a fazer respeitá-los.

Que a Província confie, com segurança, na firmeza dessas garantias.

Viva a Pátria Brasileira!

Viva o Rio Grande do Sul!

Viva a autoridade constituída!

Marechal do Exército, Visconde de Pelotas”.

Foram os Ministros Aristides Lobo e Benjamin Constant que agradeceram, em nome do Governo Provisório, a atitude tomada pelo Visconde de Pelotas em relação ao novo regime e dando-lhe conhecimento de sua nomeação para governador político do Rio Grande do Sul e da do Marechal Augusto César da Silva para Comandante das Armas.

O telegrama está assim concebido:

“O Governo Provisório aprecia e agradece a atitude de V. Exa. e declara que V. Exa. fica nomeado governador político da Província do Rio Grande do Sul — futuro Estado — e investido de todos os poderes.

Marechal Augusto César da Silva nomeado Comandante das Armas. Segue decreto. Aristides Lobo, Benjamin Constant”.

Ao deixar a governança do Estado, o sr. Justo de Azambuja Rangel³ explica ao povo, em manifesto, publicado, nesta capital, a 17 de novembro de 1889 e datado de 16, a atitude que assumira, nos dias anteriores, em face de momento tão grave.

Eis o que escreve, nesse interessante documento, o último governante monárquico da Província do Rio Grande Sul:

“Aos meus concidadãos — Tendo, ontem, deixado o governo da Província, de que me achava investido, na qualidade de 1º Vice-Presidente, sob a pressão da revolução, que, segundo as graves notícias transmitidas pelo telégrafo, determinou a queda do Ministério, de que eu era delegado, julgo-me no dever de expor à Província e ao País as ocorrências que me impuseram aquela resolução e o modo por que procedi, em tão grave conjuntura.

³ Durante o Governo do General Cândido Costa, isto é, a 5 de junho de 1890, era aposentado o ilustre político rio-grandense, homem de confiança de Gaspar Silveira Martins: o sr. Justo de Azambuja Rangel, o último Presidente da Província no regime monárquico e que, então, ocupava o cargo de Diretor Geral da Fazenda Provincial. Exercera essas funções durante 19 anos, 3 meses e 20 dias, sendo aposentado com a mensalidade de 214\$300. Quantia irrisória essa, com que se aposentava o funcionário que ocupava, então, o primeiro posto efetivo na administração pública do Rio Grande do Sul. Justo de Azambuja Rangel, homem acatadíssimo, em toda Província, política e socialmente falando, quando viu a anarquia predominante em todo o país, resolveu afastar-se das elevadas funções que desempenhava e recolher-se à vida privada.

Era, talvez, uma hora da tarde, quando recebi um telegrama do chefe dos Telégrafos no Rio Grande, pedindo-me, da parte do nosso Ministro em Montevidéu, informações sobre as alarmantes notícias transmitidas pelo cabo submarino: — assassinato do ministro Ladário, prisão do Presidente do Conselho e proclamação da República.

Imediatamente, telegrafei para a Corte, pedindo informações, e, àquele funcionário, declarando que aqui nada constava e que, pelo telégrafo a seu cargo, ou pelo submarino, exigisse da estação central e me transmitisse notícias sobre os aludidos fatos.

Da Corte, não tive solução alguma e do encarregado dos Telégrafos nesta cidade recebi, quase às 4 horas da tarde, um ofício em que, de ordem do Engenheiro Chefe na Província, me transmitia a circular, com caráter oficial, assinada por Quintino Bocaiúva, e dirigida aos comandantes militares, em que se dizia: — “Povo, Exército e Armada vão instalar Governo Provisório, que consultará Nação convocação Constituinte. Aclamações gerais República”.

Mandando sobreestar na entrega deste telegrama, mostrei-o, com o que anteriormente havia recebido, ao Dr. Chefe de Polícia⁴, que já se achava em palácio, e convidei-o para acompanhar-me à residência do General Comandante das Armas, que, há dias, se achava enfermo.

Aí chegando, conferenciamos com o general, e assentamos sobre as providências necessárias para manter a ordem pública até que novas informações aclarassem a situação e nos indicassem a conduta a seguir.

De volta a palácio, mandei convidar os Coronéis Comandante da Escola Militar e Diretor do Arsenal de Guerra para uma conferência às 7 horas, e dirigi-me à casa do Sr. Visconde de Pelotas, quando fui informado de que ele havia saído.

Foi, então, que o encarregado dos Telégrafos informou-me que a minha ordem, para sobreestar na entrega da circular de Quintino Bocaiúva, não fora cumprida, em vista de ordem expressa do novo chefe dos Telégrafos na Corte, recebida durante sua ausência da repartição.

Às 7 horas, achando-se reunidos em palácio, comigo, o Dr. Chefe de Polícia, os Srs. Comandante da Escola Militar e Diretor do Arsenal de Guerra, combinamos sobre a atitude que era preciso manter e providências necessárias

⁴ Era Chefe do Polícia da Província, a 15 de novembro de 1889, o Dr. Pantalcão Paulo Pereira, conhecido advogado no fôro de Cachocira e falecido há alguns anos.

para a manutenção da ordem entrando, também, na combinação e de pleno acordo, os Srs. Comandantes dos 13º e 30º Batalhões, que compareceram, mais tarde, a meu convite, por intermédio do comando das armas.

Estando eu, ainda, reunido com o Dr. Chefe de Polícia e os referidos oficiais, com exceção dos dois últimos, compareceu o Sr. Visconde de Pelotas, que foi imediatamente recebido no gabinete particular em que nos achávamos.

Então, o mesmo Sr. Visconde, explicando a sua posição e nenhuma responsabilidade pelos acontecimentos de que havia notícia, fez ver, entretanto, que se achava disposto a qualquer sacrifício que fosse necessário, com o fim de evitar a guerra civil e o derramamento de sangue, dever este que o seu patriotismo lhe impunha acima de qualquer outra consideração, e com este intuito inquiriu-me qual seria o meu procedimento diante de uma ordem que pudesse receber do Governo Provisório, para passar a administração ao delegado por ele nomeado.

Respondi do modo mais formal e diante das pessoas acima mencionadas, que eu, fiel ao meu dever, e colocando, acima de tudo, a minha dignidade, só poderia passar o Governo que me fora confiado, quando me convencesse de que a ordem partia de um poder reconhecido pela maioria da Nação ou quando me faltasse o apoio da força com que eu contava.

Esta mesma resposta dei ao povo que, já ciente dos telegramas espalhados na cidade, se aglomerava em palácio ansioso de saber do que ocorria e qual a minha atitude.

Mais tarde, cerca das 11 horas da noite, S. Exa. mandou-me mostrar e ouvir sobre um telegrama do Governo Provisório, convidando-o para assumir a presidência da Província, e, pouco depois, compareceu, em pessoa, para saber de minhas disposições a respeito.

Respondi com a devida deferência, que a minha resposta não podia ser outra senão a que já havia dado, quaisquer que fossem as conseqüências.

S. Exa., manifestando, ainda uma vez, o seu empenho em evitar as graves conseqüências que a resistência de minha parte pudesse ocasionar, saiu com o evidente propósito de consultar as forças da guarnição, prometendo que, pouco depois, voltaria; o que fez, assegurando-me que os oficiais e as forças da guarnição entusiasticamente aderiram ao Governo Provisório, parecendo-lhe, portanto, que eu, não podendo contar com o seu apoio, não devia opor-me às ordens do mesmo Governo, sem expor a Província a funestas conseqüências.

Declarei, ainda, que, por mais autorizada que fosse, para mim, a sua palavra, eu não podia mudar de resolução ante as declarações que me haviam sido feitas pelos órgãos competentes da força aqui estacionada, e apelei para S. Excia. o Sr.

Comandante das Armas, que, até à última hora, se conservou a meu lado. Este general saiu, então, a verificar a atitude e as disposições das forças sob seu comando, voltando, pouco depois, com a seguinte declaração, que, nos termos mais categóricos, fez, perante as pessoas que se achavam reunidas, no gabinete particular da Presidência:

“Oficiais e praças da guarnição, à vista da atitude tomada pelo Exército e pela Armada, na capital do Império, não desejando concorrer para que se derramasse uma só gota de sangue, aderiam ao Governo Provisório”.

Na mesma ocasião, me foram franqueados diversos telegramas de chefes militares da campanha, aderindo e pedindo ordens do referido Governo.

Essas manifestações importavam na declaração de que eu não podia mais contar com o apoio daquelas forças para manter o Governo de que me achava investido e resistir à nova ordem de coisas.

Em tais condições, sem apoio da força militar e sem nenhum outro elemento organizado que, eficazmente, me pudesse amparar, forçoso me foi submeter à imposição do Governo da revolução, dando por finda a minha missão, o que declarei ao povo que havia invadido o palácio do Governo e que, de um modo significativo, aplaudia a minha resolução, como a única digna e aconselhada pelas circunstâncias que acabo de descrever.

Retirei-me, em seguida, acompanhado pelo sr. Visconde de Pelotas e pelo povo que se achava reunido, tendo como compensação da difícil conjuntura em que me achei no último dia de minha curta administração, a consciência de haver cumprido, dignamente, o meu dever, com a qual, tranqüilo, me entrego ao julgamento de meus concidadãos. Porto Alegre, 16 de novembro de 1889. Justo de Azambuja Rangel”.

Proclamada a República, começou a se manifestar nas Províncias, nos dias que se seguiram ao 15 de novembro de 1889, sobre a mudança do governo, a imprensa, como porta-voz das diferentes classes sociais.

Carlos von Koseritz, ilustre jornalista e redator da “Reforma”, órgão do Partido Liberal, dando a conhecer a sua atitude ao elemento germânico, que era grandemente adepto de Silveira Martins, publicou, em idioma alemão, um manifesto largamente distribuído por todas as colônias assim concebido:

“Aos meus amigos e companheiros de partido: — Compatriotas e amigos. — Uma revolução militar rompeu, no Rio de Janeiro, no dia 15 do corrente, e na qual tomaram parte o Exército, a Armada e o corpo policial, derrubou o governo e instalou um governo provisório, à frente do qual se acha o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

Toda transformação se operou sem derramamento de sangue e tanto quanto se pôde, por ora, julgar, parece não ter sido perturbada, em ponto algum, a ordem pública.

Em nossa Província foi, pelo Governo Provisório do País, o Marechal do Exército, Visconde de Pelotas, instituído como Governador do futuro Estado. Tendo, sem exceção, aderido ao movimento todos os corpos militares aqui existentes, não teve o Vice-Presidente em exercício, Justo Rangel, meio algum de manter a sua autoridade, vendo-se forçado a depor o Governo, que foi imediatamente assumido pelo Visconde de Pelotas.

No Rio de Janeiro, foi, entretantes, proclamada a República e deposta a dinastia.

Da mesma forma, foram abolidos o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado, ao passo que foi derrubada a Câmara temporária eleita em 31 de agosto. Será convocada uma Constituinte, à qual incumbirá elaborar a futura constituição do País e regular todas as relações do mesmo.

Na presença do fato consumado, é o primeiro dever de todos os cidadãos se esforcarem no sentido de ser mantida a ordem e evitada uma guerra civil.

Por contrariadas que possam ser nossas opiniões e sentimentos pessoais, pela nova ordem de coisas, deve ser o principal alvo de todos os nossos esforços a manutenção do sossego público.

Uma gota de sangue não deve correr; o progresso da Província não deve ser atalhado por uma luta civil.

Devemos, hoje, portanto, curvar-nos ao poder, assim como, também, mais tarde, deveremos subordinar as nossas opiniões à resolução comum, que a Nação tomará na Constituinte.

Cidadãos do país, devemos, antes de tudo, evitar que seja perturbada a ordem pública e haja derramamento de sangue irmão.

Assim, pois, concito todos os amigos e companheiros, que me honram com a sua confiança política, a sujeitarem-se à nova ordem de coisas, esperando, em atitude pacífica, o seu futuro desenvolvimento.

O Governo Provisório promete respeitar todos os direitos e vós me achareis, como sempre, pronto para defender os vossos, com toda dedicação, sempre que seja necessário. Confiai-vos, pois, nesta grave situação, sem reserva, à minha direção e atendei ao meu conselho, que ainda nunca vos guiou por mau caminho. Sujeitai-vos à força do fato consumado, trabalhai tranquilamente em vossas roças e em vossas oficinas e evitai tudo quanto possa conduzir a uma perturbação da ordem. Num ponto, parecem concordes todos os habitantes do país, desde o imperador deposto até ao ultimo jornaleiro, — o qual é, que não

deve haver guerra civil, nem correr sangue de irmãos! Porto Alegre, 16 de novembro de 1889. C. v. Koseritz”.

Secundando os seus adversários políticos Justo de Azambuja Rangel, que governava a Província do Rio Grande do Sul, quando se deu o golpe de 15 de novembro de 1889, e o jornalista Carlos von Koseritz, também veio à fala um dos dirigentes do Partido Conservador, o Dr. Paulino Rodrigues F. Chaves.

No órgão oficial do seu partido, “O Conservador”, o velho adversário de Gaspar Martins dava à publicidade, no dia 19 de novembro de 1889, ao seguinte manifesto:

“À Província — A República é, hoje, um fato consumado no país.

O povo, Exército e Armada, a proclamaram na Corte, e as províncias a aceitaram sem levantar o menor protesto.

A dinastia imperial, portanto, foi deposta e extinto o sistema monárquico representativo.

O imperador, respeitando a vontade popular, depôs, sem fazer a menor oposição, as altas funções que exercia e, em companhia de sua família, retirou-se para a Europa.

A administração do país está hoje nas mãos de um governo provisório, que acaba de ser instituído.

Como brasileiros, e sinceros patriotas, fazemos votos à Providência para que a grande evolução por que acaba de passar o país, sem o derramamento de uma gota de sangue sequer, seja o prenúncio da prosperidade e engrandecimento da Nação Brasileira, que está fadada a representar papel proeminente entre as nações civilizadas.

Na nova forma de governo em que vivemos e que, como é de nosso dever, acatamos respeitosamente, continuaremos a pugnar pelas idéias da escola política que abraçamos, e com as quais procuraremos, sinceramente, concorrer para a felicidade e progresso da nossa querida Pátria.

Na nossa folha, que, de hoje em diante, se denominará — “O Patriota” — porque queremos que ela participe também da grande evolução operada no país, encontrarão nossos amigos e correligionários franco e dedicado apoio.

Como conservadores, pois, da República, não nos esqueceremos um momento, sequer, de nossos deveres para com o governo instituído pela Nação, e para com a nossa Pátria, por cuja felicidade fazemos ardentes votos ao Criador. Porto Alegre, 19 de novembro de 1889. Paulino Rodrigues F. Chaves”.

Também as classes armadas, pelos comandantes dos batalhões e dos diretores de estabelecimentos militares, se manifestaram sobre a transformação do regime governamental.

Em Porto Alegre, sede do Comando das Armas do Rio Grande do Sul, o Tenente-General Salustiano dos Reis deu parte de doente, passando o cargo que vinha ocupando no Império ao Marechal de Campo Augusto César da Silva, que, mais tarde, veio a se filiar no partido de Silveira Martins, tornando-se um dos maiores do federalismo rio-grandense: foi presidente, durante vários anos, do diretório central do partido gasparista e grande e leal amigo do eminente tribuno rio-grandense, com quem mantinha ativa correspondência política.

A ordem do dia do Tenente-General Salustiano, Barão de Camaquã, que exercia as funções de Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, é assim concebida:

“Ordem do dia n° 795, — Dou conhecimento às forças em guarnição, nesta Província, que, tendo dado parte de doente, fui exonerado, por ofício, da Presidência da Província, de hoje, e nomeado, para substituir-me, o Marechal de Campo Augusto César da Silva, a quem faço entrega do comando.

Cumpro, agora, o grato dever de agradecer aos srs. comandantes de fronteiras, guarnições, corpos e demais oficiais, a eficaz coadjuvação que me prestaram durante o tempo de minha administração, estendendo este meu agradecimento a todos os srs. oficiais, empregados no quartel general, ao Sr. Dr. delegado cirurgião-mór do Exército, ao corpo de saúde, ao sr. secretário do conselho de fornecimento e aos meus ajudantes de ordens. O Tenente-General, Barão de Camaquã”.

O Marechal de Campo Augusto César da Silva, assumindo tão elevado posto, publicou também uma ordem do dia, fazendo-o nos seguintes termos:

“Comando das Armas da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, 16 de novembro de 1889. Ordem do dia n° 1.

Publico, para conhecimento da guarnição desta Província, que, em virtude de nomeação do Exmo. Sr. Presidente da Província, Marechal do Exército Visconde de Pelotas, assumi, hoje, o Comando das Armas.

O Exército, a par da Nação, identificando-se com as suas aspirações, manter-se-á, sempre, no caminho da honra e do dever, garantindo-se a ordem e a tranqüilidade pública, para que a Pátria prossiga, desassombrada, no caminho da liberdade, hasteando o pavilhão da justiça, que guia as nações civilizadas.

Estou seguro de que o soldado brasileiro jamais se desviará dos indispensáveis princípios de disciplina e subordinação. Soldados, continuai a honrar a nossa farda.

Viva a Pátria Brasileira! O Marechal de Campo, Augusto César da Silva”.

Por julgarmos interessantes, não nos pudemos furtar de publicar, também, outras ordens do dia, firmadas por conhecidos militares, de alta patente, os

quais vieram a desempenhar importantes cargos no cenário político do Rio Grande do Sul. Esses documentos assim se expressam:

“Diretoria do Arsenal de Guerra em Porto Alegre, 16 de novembro de 1889. Ordem do dia nº 1. — Para conhecimento dos Srs. Oficiais, empregados, praças e mais pessoal deste Arsenal, que, em virtude de uma revolução realizada pelo Povo, Exército e Armada, no Rio de Janeiro, foi deposto o Governo do Império e organizado um Governo Provisório, que vai consultar a Nação por meio de uma Constituinte.

Outrossim, declaro que assumiu a Presidência desta Província o Exmo. Sr. Marechal do Exército Visconde de Pelotas e que todas as guarnições já aderiram a esse movimento, procedimento que vai sendo imitado pelas Câmaras Municipais de diversas localidades. Esta diretoria espera dos srs. empregados e mais pessoal acima referido todo o concurso em bem da ordem e tranqüilidade pública, que deve ser o desejo de todos os patriotas. Continuam em vigor as ordens existentes até que o Governo na conveniência do serviço determine o contrário. O Coronel Julio A. Falcão da Frota, Diretor”.

Quartel do comando de 13º Batalhão de Infantaria, na cidade de Porto Alegre, 17 de novembro de 1889.

Ordem do dia nº 1. — Publico, para conhecimento do Batalhão e devida execução, as seguintes ocorrências:

“Nova forma de Governo — O povo, o Exército e a Armada, no dia 15 do corrente, resolveram, por sentimentos patrióticos, a extinção da Monarquia do solo brasileiro, adotando a República Federal, e instalaram um Governo Provisório, tendo como chefe o nosso cabo de guerra Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, de quem, pelos seus sentimentos e patriotismo, muito espera o Exército.

Em vista, pois, do aludido, o Governo Provisório nomeou Governador do Estado do Rio Grande do Sul o nosso invicto Marechal do Exército Visconde de Pelotas, o decantado herói de Aquidabã. Este comando e seus oficiais, em reunião geral, também, resolveram, no referido dia 15, prestar todo o apoio ao Governo constituído, garantindo continuar ser mantida a boa ordem e disciplina no cargo em que servem.

Soldados! Vós, que tendes sabido impor-vos, pela vossa norma de conduta, espero que continuareis, com todo o empenho, a esforçar-vos a bem da manutenção da ordem, dando, assim, aos vossos concidadãos, maior exemplo de abnegação e patriotismo. Domingos Alves Barreto Leite, Coronel Comandante”.

“Quartel do comando do 30º Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre, 18 de novembro de 1889.

Ordem do dia — Acatando, respeitosamente, o extraordinário cometimento do dia 15 do corrente, o qual trouxe como resultado a fundação do Governo Provisório, que ora dirige os destinos da grande Pátria Brasileira e inspirando-me no dever militar, concito os srs. oficiais e praças sob meu comando a manterem ileso o princípio da autoridade legalmente constituída, respeitando e fazendo respeitar as leis que o poder competente houver por bem decretar.

Defendendo, com lealdade, honra e patriotismo, a bandeira cuja guarda nos foi confiada, teremos servido, com fidelidade, a causa nacional. Viva a Nação Brasileira! Viva a Armada! Viva o Exército! O Tenente-Coronel João Pedro Xavier da Câmara”.

Ao assumir o Visconde de Pelotas a presidência do Rio Grande do Sul, o que se registrou a 16 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, nomeou o Dr. Julio de Castilhos, então diretor da “Federação”, para as funções de Secretário, extensivas às de Superintendente do Interior.

Assumindo o cargo, Julio de Castilhos propôs, e foi aceita, a criação das Superintendências dos Negócios das Obras Públicas e da Fazenda: para a primeira, foi nomeado Dr. Antão Gonçalves de Faria, engenheiro civil, e, para a segunda, foi nomeado o Dr. Ramiro Barcellos, médico nesta capital, e ambos redatores daquele jornal. A chefia de polícia foi ocupada, no início do novo governo, pelo Dr. João de Barros Cassal, que, poucas semanas depois, era substituído pelo Dr. Hermínio do Espírito Santo, vindo do Rio de Janeiro.

Foram ainda nomeados: Diretor da Estatística, o Sr. Dinarte Ribeiro; Diretor da Instrução Pública, o Dr. Ernesto Alves de Oliveira; Diretor da Escola Normal, o Dr. Paulo Emílio Loureiro de Andrade; Comandante da Força Policial, o Sr. Cândido Pacheco de Moraes Castro; ajudante de ordens da Presidência da Província, o Capitão de Infantaria do Exército Tomaz Thompson Flores; oficial de gabinete, o sr. Arthur Candal.

Mais tarde, foi Ernesto Alves nomeado Vice-Diretor da Repartição de Estatística.

Barros Cassal e Ernesto Alves eram também redatores da “Federação”, pois substituíram, por vezes, Julio de Castilhos, na direção dessa folha.

O Capitão Tomaz Thompson Flores foi, pouco tempo depois, promovido a major e, convidado, aceitou o Comando Geral da Guarda Cívica de Porto Alegre.

Por essa época, era secretário do 30º Batalhão de Infantaria, comandado pelo tenente-coronel João Pedro Xavier da Câmara, o então Alferes Cipriano da Costa Ferreira, que foi nomeado sub-comandante da mesma Guarda Civil.

As coisas políticas no Rio Grande do Sul, com a transformação que acabava de sofrer o país, pelo advento da República, iam de mal a pior.

Desde o início da implantação do novo regime, havia discórdias entre alguns membros destacados do Partido Republicano, as quais, se não vieram a público, desde logo, foram, contudo, motivo de largos comentários, naquela época, nas rodas dos políticos. Também, entre o secretariado e o Visconde de Pelotas, se manifestou uma desinteligência, pouco tempo depois da composição do novo governo.

Não se prolongou muito no poder o primeiro Presidente nomeado para a Província, após a proclamação da República, pois o seu ideal não era, positivamente, aquele que dominava o espírito dos propagandistas.

Os dias de seu governo estavam contados: não eram ainda passados três meses e já descia o Marechal José Antonio Corrêa da Câmara as escadas do palácio para entregar a direção dos negócios públicos ao seu substituto, nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório.

Tendo Julio de Castilhos declinado do honroso convite para presidir a Província, recaiu a nomeação no General Julio Anacleto Falcão da Frota, que acabava de ser promovido a esse posto, quando na Direção do Arsenal de Guerra desta Capital.

Dos motivos que deram causa à renúncia do Visconde de Pelotas um foi a nomeação, para o desempenho de elevado cargo, do conhecido educacionista e jornalista rio-grandense Aquiles Porto Alegre; outros, as demissões que Castilhos exigia dos funcionários “gasparistas” e a nomeação de seus amigos para substituí-los e, ainda, o rompimento, que impunham, ao Visconde, com os redatores da “Reforma” e os elementos que a apoiavam.

E se não tivesse o Marechal Corrêa da Câmara tomado aquela atitude, tê-la-ia tomado o seu secretariado. O dilema, imposto pelas circunstâncias, era este: ou o Visconde deixaria o governo ou os republicanos teriam de abandoná-lo.

Ao deixar o Governo, o Visconde de Pelotas publicou o seguinte manifesto:

Aos meus concidadãos: — Retirando-me do Governo deste Estado, sou obrigado a declarar aos meus concidadãos o motivo que determinou este meu procedimento.

Aceitei o governo num momento em que julgava necessária a minha intervenção, a fim de garantir a ordem e evitar qualquer incidente que perturbasse a calma com que se inaugurava o novo regime.

Foi esta a única razão que atuou em meu espírito, para aceder ao convite do meu velho companheiro de armas, o benemérito chefe do Governo Provisório.

Seria um crime recusar o poder, quando apelavam para o meu patriotismo e quando afirmavam ser necessário o meu sacrifício pessoal para garantia da ordem pública, enquanto se efetuava a passagem do antigo para o novo regime.

O poder foi para mim um verdadeiro sacrifício.

Só a Pátria poderia exigí-lo. Chamei, e nem me era lícito proceder de forma diferente, para meus auxiliares políticos e administrativos os representantes do antigo Partido Republicano, os defensores do princípio que estava recebendo sua consagração na vida prática.

É muito possível existir manifesta incompatibilidade entre a minha educação política e a dos meus auxiliares: nada, porém, me autorizava a suspeitar semelhante incompatibilidade.

Duas vezes, solicitei ao Governo Federal a minha exoneração: e, tanto numa como noutra, meus auxiliares tentaram demover-me deste propósito, mostrando os inconvenientes da minha retirada.

Tinha, pois todo o direito, de supor que existia a mais completa solidariedade entre os diretores políticos e administrativos do Estado, durante o meu governo.

No dia 6 de fevereiro, porém, os Drs. Julio de Castilhos, Antão de Faria e Barros Cassal afirmavam-me que não continuariam no governo, uma vez que o sr. Aquiles Porto Alegre tomasse conta do cargo de Inspetor da Alfândega do Rio Grande, para que fora ultimamente nomeado.

Respondi-lhes que o Sr. Aquiles, como ninguém ignorava, obtivera a nomeação graças a pedidos meus, que eu a considerava como uma homenagem feita à minha pessoa, pois que antes pedira a colocação deste, num emprego no Estado de São Paulo ou do Rio de Janeiro.

Se não tinha indicado para o cargo de inspetor da Alfândega do Rio Grande, tinha-o, em todo o caso, recomendado ao Governo.

Ficaria, portanto, mal colocado perante o próprio Governo Federal, se autorizasse, com o meu silêncio, pedidos para ser cassada a nomeação.

Acrescentei, entretanto: “Estou pronto a entregar o governo a Julio de Castilhos, pois que o meu “único desejo é não criar dificuldades” à reconstrução política da minha Pátria”.

Meus auxiliares pediram-me algumas horas para refletir, antes de aceitarem a solução que eu, de pronto, lhes oferecia.

Em seguida, novamente procuraram-me, já então dispostos a aceitá-la.

Eu, porém, tinha seguido o exemplo deles, e, aproveitando as horas que mediarão entre a primeira e a segunda conferência, refleti ser precipitado da minha parte abandonar o poder sem comunicar ao Governo Federal o ocorrido, sujeitando o conflito à sua decisão.

Não seria leal, para o Governo da República, deixar o lugar que me fora confiado, sem francamente lhe expor os fatos e esperar a sua solução.

Não devia deixar a direção deste Estado, quando, no dia primeiro do corrente, o Governo Federal me rogava, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria, não desse semelhante passo, que seria uma calamidade nacional, um golpe terrível nas nossas esperanças; e suplicava-me que tal não fizesse, pois que a minha autoridade era essencial ao futuro da República, afirmando precisar de mim a Pátria e não poder dispensar meus inestimáveis serviços.

O Governo Federal assim se pronunciava a meu respeito, exagerando meus serviços; a lealdade, pois, ordenava não me retirar do poder sem aguardar a sua palavra.

Não seria correto eu corresponder ao seu apelo, livrando-me das responsabilidades que sobre mim pesavam, antes de ouvi-lo.

Ao seu patriotismo, pois, e critério resolvi afetar a questão.

Com efeito, ao meu telegrama, respondeu-me o Sr. Ministro da Fazenda pedindo-me para aguardar a chegada do Dr. Ramiro Barcellos, que tudo conciliaria. Repliquei nos seguintes dizeres:

“7 de fevereiro de 1890. — Urgente — Ministro Fazenda. — Vinda Ramiro, conforme vosso telegrama, não resolve questão: Secretário do Governo, Superintendente Obras Públicas solicitaram demissão; amanhã não comparecerão repartições, grave prejuízo serviço.

Intervenção amigos políticos para que continuassem auxiliar meu governo foi infrutífero.

Estes embaraços aconselham minha exoneração, que evita dissidência, que traria prejuízo eleição constituinte.

Afirmo-vos que, fora do governo, continuarei servir República com toda dedicação, guardando, pelo chefe Governo Provisório e seu Ministério, o maior reconhecimento. — Visconde de Pelotas”.

Retirei-me do Governo para não criar embaraços à consolidação do regime republicano.

No telegrama que dirigi ao sr. Ministro da Fazenda claramente tracei a minha conduta futura, e dela não pretendo desviar-me.

No último quartel da vida, sem ambições de glórias, nem de mando, fiz o supremo sacrifício de colocar-me à testa do Governo deste Estado, sem outra preocupação que a de prestar mais um serviço à minha Pátria.

Ao Governo Federal e aos meus auxiliares neste Estado manifestei não urna, mas muitas vezes, o desejo ardente de retirar-me do poder.

Dizia sempre para todos:

“Será o dia de maior felicidade para mim, aquele em que voltar à vida privada”.

Respondiam apelando para meu patriotismo.

Resignava-me, portanto, recorrendo aos meus sentimentos patrióticos que nunca me abandonaram, que sempre me dirigiram na vida pública e, ainda hoje, são os únicos móveis da minha conduta. Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1890. — Visconde de Pelotas”.

Assumindo a Presidência a 16 de novembro de 1889, o Marechal Corrêa da Câmara a 11 de fevereiro passava o governo ao general Julio Anacleto Falcão da Frota.

Na mesma ocasião, foram nomeados, pelo Governo Provisório, os Drs. Julio de Castilhos e Antão de Faria para os cargos de 1º e 2º Vice-Governadores do Estado.

Um e outro continuaram a prestar os seus serviços ao novo Presidente, o primeiro como Secretário e o segundo como Superintendente das Obras Públicas e interino da Fazenda, que vagara com a nomeação do Dr. Ramiro Barcellos para Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da República Oriental do Uruguai.

Poucos dias depois, era nomeado para a Superintendência dos Negócios da Fazenda o Dr. Homero Batista, que, em matéria de finanças, deu provas sobejas de sua competência, durante o período presidencial de 1918 a 1922, como Ministro da Fazenda do Dr. Epitácio Pessoa, eleito em virtude de haver ocorrido o falecimento do Dr. Rodrigues Alves, candidato, que fora eleito a 1º de março de 1918, para ocupar esse elevado posto.

O Diretório do Partido Republicano, em manifesto, dava contas ao público, no dia 13 de fevereiro de 1890, da crise política por que vinha atravessando a Província, em face da discórdia entre o Visconde de Pelotas e vários auxiliares de seu governo.

Assinaram esse documento, na ordem que segue, os srs. Antão de Faria, Julio de Castilhos, Orlando Coelho, Cândido Pacheco, Ernesto Alves, J. Barros Cassal, Ramiro Barcellos e Assis Brasil.

O manifesto está concebido nos seguintes termos: Ao Rio Grande do Sul: — Vimos cumprir o imperioso dever de fazer a exposição pública da crise política, anteontem felizmente terminada, e das causas que a motivaram.

Investidos da responsabilidade da direção do Partido Republicano e do governo deste Estado, devemos prestar contas do modo por que nos conduzimos no desempenho da nossa missão: rio-grandenses, votados ao serviço da nossa terra, não nos é lícito negar-lhe as explicações da nossa conduta cívica.

Silenciar seria mais cômodo no ponto de vista pessoal, mas não é este o nosso. O dever nos inspira, o dever nos dirige; e a nossa obediência a esta noção fundamental não se interrompe, nem se entibia.

Somos hoje o que fomos sempre — dedicados servidores da República, que queremos continuar a servir com o mais completo desinteresse pessoal, quanto às intenções, e com a mais perfeita dignidade, quanto aos atos.

A conquista do poder não nos inebria; as posições oficiais não nos fascinam. O que nos preocupa soberanamente é este grandioso fato — que a República se organize tal como em todos os tempos a ideamos.

Daí — o memorável conflito político que nos ocupa.

No dia 15 de novembro, avisado pelo cidadão Julio de Castilhos da revolução consumada no Rio, compareceu à tarde no escritório da “Federação” o sr. Visconde de Pelotas, a quem, após a mais íntima conversação, aquele e o cidadão Ramiro Barcellos, únicos presentes, exortaram a aceitar o governo do Rio Grande, declarando que, julgando-se no dever de indicar um nome ao governo provisório, iam oferecer o dele, pelo telégrafo. Relutou por algum tempo o Sr. Visconde, fazendo sobre o caso e suas conseqüências várias observações, que foram por aqueles cidadãos atribuídas a uma natural modéstia. Sem embargo a indicação se fez e dentro em poucas horas era o Sr. Visconde convidado pelo General Deodoro a tomar o governo.

Diversas razões motivaram aquela iniciativa: o Sr. Visconde de Pelotas, divorciado do partido do Sr. Gaspar Martins desde a Questão Militar, entrara em convivência estreita com alguns de nós, a quem revelara suas preocupações patrióticas, em harmonia com os intuitos do Partido Republicano; além disso, e por causa disso, S. Exa. era o cidadão que, já pela sua atitude adversa aos desvarios do imperialismo em desespero, já pelo seu justo prestígio social e militar, as circunstâncias indigitavam para o posto de chefe no momento revolucionário, seguramente previsto e esperado. Não havia, portanto, lugar para hesitações da nossa parte.

Firmes e resolutos viu S. Exa. ao seu lado os diretores do Partido Republicano durante os episódios da 1ª hora, vencendo não só as resistências inerentes ao início de fatos tão graves, como também as próprias hesitações do novo governador em tomar decisivamente as medidas e a atitude impostas pelas circunstâncias.

Não se sabia por fatos positivos qual a deliberação de todos os oficiais e tropa desta guarnição e o Sr. Visconde foi convidado a apresentar-se no quartel dos 13º e 30º Batalhões; o representante do governo deposto ameaçava, segundo se dizia, ocupar pela força a estação telegráfica e o Sr. Visconde foi convidado a

resistir em qualquer terreno; o mesmo delegado imperial declarava não poder desocupar o governo e os republicanos que cercavam o Sr. Visconde instavam para que revelasse a mais enérgica disposição. S. Exa. não foi aos quartéis senão depois de muito vacilar sobre tal deliberação; declarou que não havia inconveniente em restituirmos o telégrafo ao Vice-Presidente que resistia, e quanto à ocupação do governo revelou desejo de retirar-se, desde que o atual ocupante não se desalojasse voluntariamente.

Com grande custo venceram-se estas e outras hesitações do Sr. Visconde, que não deixaram de chocar desagradavelmente os leais amigos que o rodeavam, mas que encontravam fácil desculpa na estima e confiança que lhe eram votadas e na consideração da natural debilidade em que o tempo e a enfermidade têm posto o ilustre general.

Consumada, pois, no Rio Grande do Sul, a Revolução, cuidou-se logo de organizar o serviço político e administrativo, de harmonia com as necessidades emergentes. Dirigiram-se para este fim ao Sr. Visconde, a quem o cidadão Dr. Assis Brasil, em nome dos companheiros, expôs as principais exigências do momento. S. Exa. concordou, mas discordou posteriormente, alegando que certas medidas não deviam ser tomadas sem o consenso do Governo Federal.

Demos razão a S. Exa., mas este fato, combinado com os primeiros passos da revolução e com as circunstâncias que se foram acumulando, não tardaram em nos formar no espírito a convicção de que, na melhor hipótese, o novo governador possuía qualidades aquém das exigências do momento revolucionário: tibieza, irresolução, vacilação nas deliberações tomadas, etc.

Depois de vários incidentes, nos quais também tomou parte o nosso amigo Demétrio Ribeiro, que acabava de chegar a esta Capital, e por uma espécie de transação entre a opinião do governador e a nossa, foi pelo governo provisório nomeado Secretário do Estado o cidadão Julio de Castilhos que, fiel porta-voz dos companheiros, demonstrou a S. Exa. que era imprescindível a criação das funções de Superintendentes dos Negócios da Fazenda e de Obras Públicas do Estado, aos quais devia caber a missão de imediatos auxiliares de confiança da sua administração com referência a tais negócios. S. Exa. aceitou a proposta, cujos intuitos aliás era estabelecer as preliminares para a necessária organização do serviço do Estado.

Empossados das respectivas funções, os três auxiliares — superintendentes e secretário — perceberam logo as dificuldades que lhes surgiriam a cada passo, atentas as hesitações do Governador em resolver certos atos mais ou menos comezinhos, como demissões de funcionários que, pela sua conduta, não podiam inspirar qualquer confiança. Todavia, não se impacientaram; mas,

tributando sempre a S. Exa. a máxima consideração pessoal, foram obtendo as resoluções mais simples, na persuasão de que com calma e judiciosa ponderação conseguiriam convencê-lo das necessidades da situação republicana, de caráter mais urgente.

Encaminhava-se prudentemente a ação dos auxiliares do Governador, quando, sem que ninguém o previsse, surgiu em uma folha desta cidade a notícia da nomeação de Aquiles Porto Alegre para o cargo de Contador da Tesouraria Geral de Fazenda. Não foi menos desagradável que a do público a impressão dos diretores republicanos ante essa notícia inesperada.

Semelhante ato importava a promoção de um funcionário que, pelos seus conhecidos precedentes, longe de merecer essa melhoria, devia antes atrair as vistas vigilantes da moralizadora administração republicana. Não sabendo a quem deviam atribuir o pedido que motivara tal nomeação, da qual nunca lhes falara o governador, que aliás lhes dava a honra de os consultar, especialmente ao secretário, quando endereçava pedidos aos srs. ministros, os auxiliares de S. Exa., de combinação com os seus amigos políticos, reclamaram imediatamente a cassação do ato, em telegramas dirigidos ao digno Sr. Ministro da Fazenda e ao nosso amigo Dr. Demétrio Ribeiro, que então ocupava com brilhantismo o Ministério da Agricultura.

Pouco depois foi declarada sem efeito a nomeação. Vendo a surpresa que isto causou ao sr. Visconde, o Secretário do Estado perguntou-lhe se fora pedido por S. Exa. o ato revogado, e, ante a afirmativa, revelou com a mais leal franqueza o que determinara a revogação, mencionando também os imperiosos motivos de moralidade, que haviam ditado a reclamação acima aludida. S. Exa. se manifestou plenamente satisfeito com a explicação, e até se mostrou arrependido de haver feito o pedido, tanto que imediatamente telegrafou ao benemérito chefe do Governo Provisório e ao ilustre sr. Ministro da Fazenda para participarlhes que desistia do que pedira.

Este episódio ocorreu no palácio do governo, às 11 horas da manhã, mais ou menos. Mas à noite, no palacete da sua residência, onde Ramiro Barcellos e Julio de Castilhos haviam comparecido, a seu chamado, o ilustre Sr. Visconde lhes declarou que ia pedir exoneração por julgar-se desconsiderado pelo sr. Ministro da Fazenda, que cassara a referida nomeação, sem lho haver participado previamente. Não conseguindo dissuadi-lo dessa resolução, os seus dois amigos obtiveram de S. Exa. a segurança de que, dadas as devidas explicações, retiraria o pedido, e intervieram no empenho de as suscitar, o que foi fácil, devido à gentileza do ilustre sr. Ministro, que cavalheirosamente explicou a sua intenção. Ficou assim liquidado o incidente.

Decorridos muitos dias, durante os quais não cessaram os seus auxiliares de insistir sobre a necessidade de certas medidas políticas e administrativas, o Sr. Visconde declarou ao Secretário que ia mandar desligar da Tesouraria de Fazenda, para servir na Secretaria do Estado como auxiliar da sua administração, o mesmo Aquiles Porto Alegre, a quem queria oferecer esta prova de confiança. O Secretário, surpreendido ante tão estranha resolução, declarou amistosamente a S. Exa. que, moralmente incompatível com Aquiles, se retiraria das suas funções, desde que esse senhor entrasse na secretaria como funcionário. Ouvindo então detidos comentários sobre o caso, S. Exa. pediu desculpa e exortou o seu amigo a não ver nenhuma intenção molestandora no seu alvitre, do qual — disse — não mais se lembraria. Foi aceita a sua insistente explicação.

Ao mesmo tempo, chegavam reclamações dos diretórios republicanos locais contra a morosidade com que eram satisfeitas as indicações que faziam a bem da situação política nas respectivas localidades. Os diretores do partido reconheciam a legitimidade desses reclamos; efetivamente, tais indicações se acumulavam; a solução era protelada, porque não podiam eles vencer de pronto a relutância do Governador, que opunha dúvidas até mesmo quando se tratava da demissão de um escrivão de coletoria, peando assim a solicitude dos seus auxiliares, que se achavam em posição mais e mais constrangedora, porque, além do exposto, ainda tinham de responder às constantes interpelações que lhes fazia S. Exa. a propósito das censuras que apareciam no jornal da facção gasparista acerca de demissões de funcionários e outros atos da administração.

Esta preocupação do Governador de não desagradar a facção gasparista, revelada a todo o momento por pensamentos, palavras e obras, cada vez tornava mais constrangedora a co-participação de responsabilidade que com ele mantínhamos.

Ora, éramos seguramente informados de que membros conspícuos daquela facção repetiam suas visitas ao nobre general; ora que redatores da folha que lhes é órgão levavam-lhe seus escritos, alguns mesmo de agressão ao Governo Federal, para receberem censura prévia, chegando o comércio amistoso ao ponto de o digno Governador propor em tais escritos alterações de redação; ora, finalmente, ocorriam fatos de difícil explicação, como o de ter o Sr. Governador desconhecido o Chefe de Polícia do Estado, na ocasião em que este enérgico e zeloso funcionário procurava-o para dar-lhe conta da missão de que ele mesmo o encarregara de admoestar o redator da “Reforma”⁵ e de uma folha

⁵ O redator da “Reforma” era Carlos von Koseritz.

alemã" para que não continuasse a usar de perfídia para com a República, dando-se neste incidente a agravante de ser ele passado na presença do atual chefe da facção gasparista.⁷ Os mais benévolos não verão nisto senão um sintoma de depercimento físico da parte do ilustre cidadão, ultimamente sobrecarregado das mais pesadas atribuições; mas houve também quem enxergasse no fato desejo de dar arras ao chefe gasparista da pouca intimidade entre o governador e o Chefe de Polícia⁸, ou da nenhuma responsabilidade daquele pelo ato deste, que, aliás, podemos garantir, foi por ele expressamente determinado.

Tal posição, que não devia continuar indefinidamente, foi agravada, quando divulgou-se a notícia da nomeação de Aquiles Porto Alegre para inspetor da alfândega do Rio Grande. Ouvindo os seus auxiliares, que lhe ponderaram não dever prevalecer tal nomeação por tratar-se de um funcionário que a própria administração imperial não julgara licito conservar na alfândega desta capital como simples conferente, o governador respondeu que não pedira esse ato e concordou em que eles reclamassem ao governo federal contra a nomeação. Posteriormente verificou-se que S. Exa. se opunha a que 'esta fosse cassada, motivando assim o insucesso da reclamação.

Convencidos de que havia cessado a confiança recíproca, convencidos também de que o governador se opunha à adoção de indispensáveis medidas políticas e administrativas, os auxiliares de S. Exa. resolveram convocar a comissão executiva do Partido Republicano e diversos companheiros a quem expuseram o que ocorria; ficou então deliberado que os cidadãos Antão de Faria, Barros Cassal e Julio de Castilhos celebrariam uma conferência decisiva com o Governador.

Efetivamente, no dia seguinte, 6 do corrente, às 11 horas da manhã, em palácio, S. Exa. ouviu a longa e respeitosa exposição que lhe fizeram esses cidadãos. Não podendo contestar o valor das ponderações feitas, S. Exa. concordou e declarou anuir às medidas reclamadas; mas, ao terminar a conferência, propôs como melhor solução, em tom de manifesta cordialidade,

⁶ Quanto ao Jornal alemão, de que falam os republicanos — trata-se do antigo "Koseritz Deutsche Zeitung", dirigido por Carlos von Koseritz, e que ainda hoje se publica em Porto Alegre sob a denominação de "Neue Deutsche Zeitung", estabelecido à rua Voluntários da Pátria, antigo Caminho Novo.

⁷ O chefe gasparista de que tratam os republicanos era o Coronel Joaquim Pedro Salgado, pai do ex-ministro Salgado Filho.

⁸ Exercia o cargo de Chefe de Polícia — a que se refere o manifesto — o Dr. Hermínio do Espirito Santo.

a sua retirada do governo por motivos de saúde, e quis pedir imediatamente por telegrama a sua exoneração, acrescentando que faria declaração pública de apoio completo ao seu sucessor. Ponderaram-lhe os seus auxiliares que julgavam menos conveniente essa solução, preferindo a que já haviam proposto — a de retirarem-se, conservando-se S. Exa. no cargo. Insistindo S. Exa., pediu-lhe o Secretário, como um obséquio pessoal, que sustasse a sua resolução ao menos até a noite, porque a emergência exigia detida reflexão cujo resultado lhe seria exposto. Acceceu S. Exa. ao pedido, terminando a conferência em meio de ostensiva cordialidade. Ouvidos os amigos, à noite compareceram os mesmos cidadãos ao palacete do Sr. Visconde, a quem declararam que preferiam retirar-se das funções públicas que exerciam, mas que, se S. Exa. insistisse em levar a efeito a resolução que havia tomado, conformar-se-iam pesadamente, desde que S. Exa., como asseverara, afirmasse publicamente a continuação do seu apoio à República e ao Governo. S. Exa. respondeu que, refletindo melhor, havia resolvido conservar-se no cargo, para corresponder à grande confiança que em si depositava o Governo Provisório. Aplaudindo a sua declaração peremptória, os seus auxiliares lhe declararam também que, conforme ao que haviam antes proposto, retiravam-se das funções públicas que ocupavam a seu lado, com o que S. Exa. se conformou.

Efetivamente, aqueles funcionários, retirando-se, foram ao telégrafo, onde o Secretário escreveu e transmitiu telegramas ao bravo General Deodoro, ao Ministro da Agricultura⁹ e ao Dr. Demétrio Ribeiro, narrando sumariamente a situação e, ao primeiro, solicitando dispensa do cargo.

Tal procedimento, como estava combinado por um espontâneo movimento de solidariedade, foi logo igualmente observado pelo Superintendente das Obras Públicas e interinamente da Fazenda, Dr. Antão de Faria, pelo Chefe de Polícia, Dr. Hermínio, pelo Diretor e Vice-Diretor da repartição de estatística cidadãos Dinarte Ribeiro e Ernesto Alves, pelo Diretor e Secretário da Escola Normal, Dr. Loureiro e Souza Moura, pelo Diretor das Obras Públicas e Fiscal da estrada de ferro de S. Leopoldo, Dr. J. J. Pereira Parobé, tornando-se um penoso trabalho a todos nós evitar que por um abandono em massa todos os cidadãos que exerciam funções de confiança dessem as suas demissões tanto nesta capital, como fora dela.

Cientificados do fato os nossos amigos do interior do Estado, memorável e comovente manifestação da mais estreita solidariedade política nos veio animar e confortar.

⁹ Era, então, Ministro da Agricultura o Sr. Francisco Glicério.

Determinados estávamos a não levar adiante a nossa ação, contentando-nos com demonstrar por modo tão eloqüente que não estávamos no governo por amor dele, mas pelo desejo de servir o nosso grande ideal político; as circunstâncias, porém, lógico desenlace dos primeiros passos, bem depressa nos demoveram de tal intento.

Não restava ao nosso ilustre concidadão Visconde de Pelotas, senão a preferência entre uma ou outra das pontas deste dilema: largar o governo, ou governar sem o apoio dos republicanos, senão com o exclusivo amparo dos gasparistas. Não sabemos bem qual a elaboração que se operou no espírito do nobre Visconde; mas com a lealdade e franqueza com que devemos falar ao Estado Rio-Grandense, afirmamos que a impressão que tivemos dos fatos nos deliberou a operar com a maior energia.

Seguras informações nos permitiram saber que o telégrafo, por ordem expressa do Governador, nos havia sido trancado, não só para nos comunicarmos com os nossos correligionários do interior, como até com o Governo Provisório, não havendo exceção nem para os funcionários de imediata confiança do mesmo governo!

Ao mesmo tempo, um acaso fortuito nos punha a par de uma circunstância gravíssima:

O Sr. Comandante das Armas¹⁰, general colhido pela reforma compulsória, expediu telegrama-circular a todas as guarnições do Estado afirmando que “os redatores da “Federação” moviam impatriótica oposição ao Visconde de Pelotas, por uma questiúncula de nomeação de um empregado da alfândega”. Aduzia o digno comandante uma formal concitação às guarnições para que não abandonassem o Governador.

Se o pronunciamento dos nossos correligionários pertencentes às classes civis nos encheu de viva satisfação, o dos amigos da República pertencentes à classe militar juntou a esse sentimento o da admiração: longe dos sucessos, mal informados deles, vendo de um lado a mais alta patente do Exército e do outro alguns homens que não tinham outro prestígio que não fosse o que lhes empresta a grandeza da idéia que defendem, eles não vacilaram, na sua maioria, entre o homem e a idéia. Se houve algum militar, que acreditando que a informação que recebia devia ser, pelo menos, séria, por ela se pronunciou, esse mesmo, logo melhor informado, não demorou em protestar fidelidade à República e aos seus legítimos representantes. Este fato é decisivo: o exército ama, antes de tudo, a República.

¹⁰ Era Comandante das Armas o Marechal Augusto César da Silva, amigo de Silveira Martins.

Ao mesmo tempo que estas providências eram tomadas pelo sr. comandante das armas, o sr. Visconde de Pelotas, completamente abandonado pelos antigos republicanos, era rodeado por homens afetos à facção gasparista, ou por seus ostensivos caudilhos.

O nosso prestigioso correligionário, Dr. Silva Tavares, indo à residência do nobre Visconde oferecer-lhe o seu parecer, que por ele lhe havia sido solicitado, ali encontrou o Coronel Salgado com alguns homens da sua parcialidade. Dizendo o Dr. Tavares que, no estado das cousas, não via outro recurso ao Sr. Visconde, senão o de insistir pela demissão que ele dizia haver pedido, respondeu o Governador que “aqueles amigos” (e apontou para o sr. Salgado e os seus) lhe tinham lembrado o alvitre de provocar uma manifestação de todo o Estado, para decidir se devia ou não permanecer no governo. Ponderou o Dr. Tavares que julgava a lembrança desastrada e perigosa: a idéia desse plebiscito confundia-se muito de perto com a de rebelião.

Esta seqüência de fatos e mil outros incidentes nos alarmaram sobre a gravidade do que poderia acontecer, máxime quando, sem necessidade, nem cabimento, procurava-se envolver a força pública numa questão meramente de política interna e contra homens que limitavam toda a sua oposição a não quererem continuar solidários com uma administração que julgavam má.

Alguém de nós procurou o digno Marechal Julio Frota, que, entendendo-se com o Governador, obteve o levantamento da interdição do telégrafo. Então pudemos com mais precisão informar o governo e os nossos amigos.

Por último, considerando em sua sabedoria as circunstâncias que lhe foram expostas, o benemérito chefe do Governo Provisório resolveu a crise política de modo satisfatório e honroso para a República. Concedeu a exoneração solicitada pelo ilustre Sr. Visconde e nomeou Governador o cidadão Julio de Castilhos, a quem dirigiu esta comunicação telegráfica no dia 9:

“Por decreto de hoje fostes nomeado Governador desse Estado.

“O Governo espera que continueis a prestar os valiosos serviços costumados nesse novo posto de sacrifícios”.

Idêntica comunicação fez o Sr. Ministro do Interior, bem como o 1º Vice-Chefe do Governo, o ilustre concidadão Rui Barbosa, que se exprimiu nestes termos:

“Em conselho de hoje foi V. Exa. unanimemente nomeado Governador do Rio Grande do Sul”.

“Permita-me associar-me a essa justa homenagem ao seu eminente mérito e grandes serviços à causa republicana. Os meus protestos de afetuosa estima e admiração”.

Como, porém, o conflito assim resolvido não fora motivado por nenhuma preocupação de ordem pessoal e, sim, pelo dever que todos temos de pugnar pelos princípios republicanos e de zelar os interesses da República, o cidadão nomeado, obedecendo aos seus escrúpulos e à voz dos seus companheiros, declinou da alta incumbência, e, depois de ouvir os diretores do partido e o ilustre General Julio Frota, apresentou o nome deste à consideração do benemérito chefe do governo, que o nomeou Governador.

Plenamente acorde com a política republicana, com os seus diretores, o ilustrado General Frota há de demonstrar pela sua ação governamental que é digno da confiança do governo e do Partido Republicano.

Estão, portanto, definitivamente instalados (pelo menos tais são nossa convicção e nossas esperanças) o governo e a administração, como à República convém, neste Estado.

Nossos concidadãos nos conhecem. Não é necessário encarecer o civismo e desinteresse com que servimos hoje a República, nós que a ela tínhamos votado a nossa existência na hora mais difícil da luta.

Só mesmo a consideração dos nossos soberanos deveres nos levaria a romper (ainda que apenas politicamente) com um cidadão que acatávamos e admirávamos, qual o Sr. Visconde de Pelotas.

Para servir a nossa grande causa, para fazer o nosso dever não conhecemos barreiras, nem mesmo as maiores violências que, por ventura, tenhamos de exigir do nosso coração.

O Sr. Visconde de Pelotas retirou-se do governo rodeado das mesmas homenagens e respeitadas atenções com que o acompanhamos no dia em que dele tomou posse, e nós, no poder, ou na adversidade, seremos os mesmos: amigos fiéis da República, porque ela é a salvação da Pátria .

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1890.

O governo do General Julio Frota

O General Julio Frota na Presidência do Rio Grande do Sul — Seus secretários — A criação do Banco Emissor — A queda desse Governo — Pedido de demissões — Novo manifesto dos republicanos — Protesto do comércio desta praça — Nomeações de Governador e Vice Governador.

Tanto tempo quanto o Visconde de Pelotas, permaneceu o General Julio Anacleto Falcão da Frota na Presidência do Rio Grande do Sul, pois, tendo assumido o cargo no dia 11 de fevereiro de 1890, renunciava-o a 6 de maio do mesmo ano, o que veio provocar uma nova crise política na Província.

Quando dessa renúncia, os seus auxiliares de Governo, Julio de Castilhos, Antão Gonçalves de Faria e Homero Batista demitiram-se de seus cargos, dirigindo ao General Julio Frota a seguinte carta:

“Solidários, inteiramente, com o vosso governo e administração, que, infelizmente, para o Rio Grande do Sul, terminam hoje, pedimos que nos concedais exoneração dos cargos que tivemos a honra de exercer ao vosso lado, como superintendentes dos Negócios do Interior, Obras Públicas, Agricultura e Fazenda”.

— Na mesma ocasião, se demitiram também os srs. Ernesto Alves, Loureiro de Andrade e outros funcionários de categoria.

Ramiro Barcellos demitiu-se igualmente, do elevado cargo de Ministro plenipotenciário do Brasil junto ao governo oriental do Uruguai, e Assis Brasil, solidário com os seus companheiros de luta, dirigia o seguinte telegrama ao Ministro do Exterior:

— “Ao Ministro do Exterior. — Tendo necessidade de ficar aqui, ao lado dos leais defensores da República, repudiados pelo Governo, peço me dispenseis da comissão diplomática que me confiastes. Assis Brasil”.

Em Porto Alegre, já se achava, há algum tempo, Demétrio Ribeiro, que deixara o cargo de Ministro da Agricultura por divergir da política financeira iniciada pelo Governo Provisório.

Os motivos dessa nova reviravolta política explicam-nos os propagandistas em novo e longo manifesto ao Partido Republicano e ao Rio Grande do Sul.

A criação do Banco Emissor no país, ideado pelo Sr. Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e que tanto descontentamento produziu em todo o país, foi a causa única da deliberação tomada pelo Governo do Rio Grande do Sul.

De toda parte, surgiam protestos contra a fundação do novo estabelecimento de crédito.

Transcrevemos abaixo o segundo manifesto que os republicanos dirigiram ao Rio Grande do Sul a propósito da nova crise aberta, na política estadual, com a criação do Banco Emissor.

Esse documento, agora assinado pelos srs. Julio de Castilhos, Antão de Faria, Homero Batista, Assis Brasil e Ernesto Alves, está assim redigido:

Ao Rio Grande do Sul. — É a segunda vez que, depois de proclamada a República, vimos explicar a nossa conduta política ao Partido Republicano e ao Rio Grande do Sul.

Na primeira, cumprimos o dever de expor os elevados motivos que nos haviam impellido a retirar o nosso concurso ao Visconde de Pelotas, retirada em

que fomos sem demora apoiados honrosamente pelo Governo Provisório e sustentados pela livre opinião da nossa terra.

Agora, mais profundo é o nosso pesar, mas não menos imperioso é o dever de fazer a luz sobre as causas da dolorosa crise política que motivou os pedidos de exoneração apresentados ao Governo Provisório pelo insigne General Julio Frota, pelos Vice-Governadores Julio de Castilhos e Antão de Faria, pelo enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário do Brasil junto ao governo da República Argentina, Assis Brasil, pelo Chefe de Polícia Dr. Hermínio do Espírito Santo, bem como idêntico pedido dos principais auxiliares do ex-Governador, seguidos imediatamente pelos funcionários de confiança política.

Não é a voz da paixão a que agora se eleva para falar ao público; não são as instigações do despeito as que nos impelem; não é ofensa a um vão amor-próprio o que nos estimula. E para evidenciá-lo é bastante consignar que não fomos despedidos: despedimo-nos. Não foi o poder oficial que nos escapou das mãos: abandonamo-lo nós. Não foi a posse das posições que nos faltou: desistimos dela, renunciemo-la.

Obedecemos a uma só voz — a do dever, a uma só instigação — a da lealdade, a um só estímulo — o do patriotismo. E, pois, comparecendo mais uma vez ante o nosso partido, que nos confiou a sua direção, e provocando o julgamento da opinião rio-grandense, que nos apoiou no governo, vamos expor a verdade dos fatos que determinaram a nossa atual atitude.

Nossa conduta no Governo Provisório foi sempre inspirada pela mais cordial estima ao seu benemérito chefe e a alguns dos seus membros, bem como pela mais completa lealdade para com todos. O primeiro, além de haver sido sempre acatado e louvado pelo Partido Republicano Rio-Grandense, tinha aos nossos olhos, como tem, o extraordinário mérito de chefe da Revolução de 15 de novembro. Os ministros, alguns dos quais são antigos companheiros nossos de propaganda republicana e amigos pessoais, mereciam-nos toda a consideração.

Não foi alterado o nosso procedimento, nem mesmo quando se retirou do ministério o nosso companheiro Demétrio Ribeiro, que, aliás, ao retirar-se, deu-nos a segurança de que, tendo sido substituído pelo eminente cidadão Francisco Glicério, a política rio-grandense continuaria a ser bem representada. A esta segurança, de grande valor, seguiu-se imediatamente a expressiva demonstração de inteira confiança em nós depositada pelo Governo Provisório, quando o seu digno chefe, acorde com os ministros, pôs termo ao conflito político que abríamos com o Visconde de Pelotas, cuja conduta foi então julgada desfavoravelmente pelo mesmo Governo, que decidiu estar de nosso lado a

legitimidade dos intuitos. Assim ficaram ainda mais consolidadas as nossas recíprocas relações, que nos pareceram para sempre inalteráveis.

Constituído em virtude da indicação que, de acordo com os companheiros, fez um dos signatários desta exposição, começou sob os mais felizes auspícios o governo do General Julio Frota, auxiliado de boa vontade por nós todos, aplaudido pela grande parte do Exército estacionado neste Estado, sustentado pelo espontâneo apoio da opinião incorruptível.

Tudo se encaminhava da melhor maneira, já pela dissipação do justo clamor a que dera origem o infeliz governo do Visconde de Pelotas, já pela consolidação da harmonia dos republicanos em numerosos municípios rio-grandenses, visitados por dignos emissários políticos, — quando, pelo distinto Sr. Ministro da Marinha, que então acumulava o Ministério dos Negócios do Exterior, na ausência do respectivo proprietário, foi convidado a ir ao Rio o cidadão Assis Brasil, a quem pelo governador e seus auxiliares foi então confiada uma missão de ordem política junto ao Governo Provisório.

Entre outras incumbências recebeu o emissário a de pedir instantemente, em nome dos interesses do Rio Grande, ao chefe do governo, para não autorizar a incorporação do Banco Emissor do Sul, nas condições constitutivas do decreto de reforma bancária, que, aliás, podiam ser modificadas de acordo com as conveniências econômicas deste Estado. Motivaram tal pedido razões de subida valia, concernentes à natureza da instituição, já considerada em si mesma, já relativas às circunstâncias especiais dos homens que pretendiam ser incorporadores.

Em longa conferência com o chefe do Governo, Assis Brasil apresentou e motivou a legítima solicitação, que foi satisfatoriamente acolhida, assegurando S. Exa. que não autorizaria a incorporação, atendendo assim ao pedido dos seus amigos rio-grandenses, cuja direção política aqui lhe merecia confiança e apoio, não desejando embaraçá-la por qualquer forma. De tão feliz e decisivo resultado deu pelo telégrafo conhecimento imediato ao governo do Rio Grande o cidadão Assis Brasil, que, de regresso a esta capital, confirmou a comunicação anterior, referindo em detalhe o que fora positiva e definitivamente resolvido pelo chefe do Governo.

Cumprе consignar que também com os srs. ministros, reunidos, celebrou uma demorada conferência o representante rio-grandense, que lhes expôs fiel e detidamente a situação política do Estado e as principais necessidades correspondentes, sendo lisongeiramente atendido por todos, que lhe garantiram provimento às medidas que fossem reclamadas aqui pelo conjunto das circunstâncias peculiares do Rio Grande do Sul.

Nossa tranqüilidade de ânimo e satisfação patriótica foram completas, como zelosos servidores dos interesses rio-grandenses, ao lado do ilustre General que, com o maior tino, elevação de vistas e previdência, dirigia os destinos da nossa terra. O leal apoio que prestamos ao Chefe do Governo adquiriu mais um poderoso elemento de fixidez, de modo a não parecer suscetível de ser perturbada a plena concórdia espontânea que, com a maior lealdade, era mantida no Governo Provisório.

Sob tão animadores auspícios, a situação republicana se fortalecia dia a dia; debelava-se com celeridade e segurança a ação perniciosa dos inimigos da República, reduzidos a uma fração que, arrastando penosa existência, aniquilava-se sem cessar; por toda parte agremiavam-se ao Partido Republicano os bons cidadãos desprendidos de qualquer preocupação que não fosse a de contribuir para o fortalecimento da situação, bem impressionados sobre a conduta enérgica, mas prudente e conciliadora, do governo do General Julio Frota; por toda parte exerciam-se a boa vontade patriótica e o esforço perseverante dos amigos da República, sobre cuja segurança e normalidade não restava já nenhuma dúvida ou temor ao espírito público.

Preparada assim a deslumbrante vitória definitiva, foi com surpresa natural que o governador recebeu do Generalíssimo chefe do Governo, a 16 de abril, a comunicação telegráfica de haver sido organizado o Banco Emissor. Nos termos mais respeitosos, o Governador prestou lealmente ao Generalíssimo, como fiel amigo, imediata informação sobre as graves dificuldades que surgiriam se prevalecesse aquela instituição, ponderando que não havia na questão intuito de oposição frívola ou de hostilidade sistemática ao Governo, não somente da sua parte, como da dos diretores republicanos em cujo espírito atuava unicamente a convicção profunda de ser contrária aos interesses do Rio Grande a referida instituição, atendendo aos moldes em que fora vasada e tendo em vista também as condições pessoais dos incorporadores. A seu turno, o cidadão Julio de Castilhos, honrado com a consideração e estima constantemente dispensadas pelo Generalíssimo, expôs-lhe em telegrama, com o maior respeito, as circunstâncias que poderiam sobrevir e os desagradáveis efeitos da nova resolução, lembrando ao mesmo tempo o que fora acordado com o cidadão Assis Brasil. Teve a honra de receber, no dia 18, a resposta do Generalíssimo, que prometeu providenciar sobre o assunto daquela exposição, pelo que foram transmitidos a S. Exa. os mais vivos agradecimentos, confiando nós que, quando não fosse revogada a medida, seria, ao menos, sustada a execução até final acordo, e não prevaleceria a nomeação do sr. Rodrigo Villa Nova, para presidente do Banco, por ser este

cidadão mais que suspeito ao Partido Republicano rio-grandense, ao qual sempre tem movido hostilidade.

Decorridos alguns dias, o nosso antigo amigo e atual Ministro da Agricultura interveio amistosamente no incidente lamentável exortando-nos a desistir da questão. Depois de trocados vários telegramas entre o ilustre Ministro, de um lado, o Governador e Julio de Castilhos de outro lado, ficou combinada a viagem de um emissário à capital federal, sustando-se a decisão definitiva até que este ali chegasse.

Enquanto isso se passava, o Ministro da Fazenda, saltando por sobre o Governador do Estado, exautorando-o de modo formal, correspondia-se telegraficamente com as associações comerciais, consultando-as sobre a questão bancária e provocando as respostas que lhe dirigiam alguns membros das respectivas diretorias, com menoscabo manifesto à pessoa do General Governador. Punham-se assim de parte as mais rudimentares normas de governo e administração, com desprestígio da primeira autoridade deste Estado. Com a sua habitual prudência e patriotismo, o General Frota tolerou pacientemente a exautoração ostensiva, aguardando a última palavra do Governo, resultante de acordo honroso que aqui se preparara com a melhor disposição e boa vontade.

Mas com a mais penosa estranheza, quando todos envidávamos esforços no melhor sentido, recebeu o Governador, no dia 1º do corrente, um ofício em que o Presidente do Banco comunicava que este acabava de ser instalado nesta capital, por ordem do Governo Provisório! Assim, efetuou-se a instalação sem ciência prévia do Governador, a quem, apesar do seu caráter de delegado de confiança do Governo, este não deu conhecimento oficial do fato, colocando-o na desmoralizadora contingência de receber do próprio presidente do Banco a primeira comunicação!

Releva assinalar outra circunstância bastante significativa: é que, quando foi ordenada a instalação, já estava em viagem para o Rio o emissário cuja presença fora reclamada com urgência pelo Sr. Ministro da Agricultura de acordo com o generalíssimo. Ainda mais: o mesmo Sr. Ministro sabia que o cidadão Julio de Castilhos também partiria dentro de poucos dias, no caráter de enviado político.

Desde aquele momento, a dignidade chocada tornou-se a única conselheira para o General Frota, que, não devendo e não querendo governar sem a precisa força moral, reconhecida pelo Governo Provisório e pela opinião pública, solicitou novamente a sua exoneração pelo imperioso motivo de haver sido desacatado pelo Ministro da Fazenda, — principal promotor do grave

incidente. Foi acompanhado solidariamente pelos seus auxiliares, como não podia deixar de o ser, salvaguardando toda a dignidade própria, que ficaria sacrificada, e com ela o prestígio da política republicana, se o apego às posições neles tivesse mais poder do que o amor ao dever.

Eis a fiel narrativa dos fatos ocorridos, postos da parte alguns episódios que não é mister referir. Supérfluo é observar que não há aqui um só ponto em que haja sido alterada a verdade.

Sirva ela de base segura à apreciação imparcial dos homens retos e da nossa querida terra que há de julgar o nosso procedimento. O que fica exposto basta, para ditar um julgamento correto.

Quanto a nós dispensamo-nos de fazer aqui qualquer apreciação. O nosso fim agora é apenas expor os motivos da nossa conduta, pondo-a em confronto com a do Governo.

Somente, formularemos uma interrogação que ressalta inevitável do seio dos fatos expostos.

Que motivo determinaria a brusca mudança operada no espírito do ilustre Generalíssimo, atuando sobre ele de modo a deixar de subsistir o expresso compromisso anteriormente contraído com o Governo deste Estado e fazer a resolução oposta, sem que se fizesse prevenção ao governador?

Sobre este ponto capital pululam as versões, superabundam os boatos, entrechocam-se as conjecturas. Nada podemos afirmar com segurança. Em breve, porém, as incertezas se dissiparão, cessarão as dúvidas, e a verdade há de impor-se serena e radiante, derrocando todos os artificios da intriga, da calúnia, da perfídia de certos homens que, residindo no Rio Grande do Sul, uns atuados por vulgaríssima ambição e ridículas veleidades políticas, outros guiados por interesses bastardos, não podiam ver sem amargura os sucessos da criteriosa, honesta e escrupulosa administração do General Frota, a qual reorganizava os serviços administrativos ao mesmo tempo que constituía um invencível obstáculo a quem quer que intentasse lesar os interesses do Estado. Em breve, os acontecimentos derramarão luz sobre as misteriosas intrigas e calúnias, e o benemérito Chefe do Governo reconhecerá que a lealdade sempre inspirou as nossas palavras e os nossos atos.

Não é esta a ocasião de ventilarmos a questão bancária; mas não nos inibiremos de assinalar que o próprio Governo reconheceu justa a nossa insistente impugnação de algumas das condições mais injustificáveis dos estatutos do Banco — as do artigo 27. Pelo menos nesse ponto, reconheceu que tínhamos razão, como a temos quanto a outros igualmente funestos no ponto de vista econômico e político.

Estamos fora do poder, mas estamos dentro da República, — amado objetivo de uma dezena de anos, de labor incessante, de luta sem tréguas, de sacrifícios sem limites, através de todas as dificuldades e reveses, em que pusemos em risco a própria existência, sem vacilações, ante a perseguição opressora do regime imperial.

À República continuamos a servir com o mesmo devotamento, consagrando-lhe o melhor do nosso esforço, tudo o que valer a nossa atividade cívica, o labutar do nosso espírito e os impulsos do nosso coração.

Não nos desalentamos. Batalharemos na República pela República, livremente, sem dependências dos governos, sem a responsabilidade dos males que estes fizeram desabar sobre a nossa Pátria.

Nosso caminho está traçado desde que abandonamos o poder. Não somos solidários mais com a marcha que houver de seguir o Governo constituído, assim como negamos absolutamente o nosso apoio à política administrativa do Sr. Silva Tavares, cuja missão no Governo há de prejudicar gravemente a República no seio deste povo, dado que consiga ser perdurável o seu predomínio oficial, que por natureza é efêmero.

Ao glorioso Partido Republicano, aguerrido na adversidade, diremos: trabalhemos pela República em oposição aos que a desnaturam, tendo sempre presente ao espírito que só há uma vitória verdadeira — é a definitiva.

Ao povo rio-grandense, ao Rio Grande do Sul, repetiremos o que lhe afirmamos em ocasião solene:

Não encarecemos o civismo e o desinteresse com que servimos hoje a República, nós que a ela tínhamos votado a nossa existência na hora mais difícil da luta contra o Império.

Para servir a nossa sagrada causa, para cumprir o nosso dever, não conhecemos barreiras, nem mesmo as maiores violências que porventura tenhamos de fazer ao nosso coração.

Porto Alegre, 8 de maio de 1890”.

Tendo o Sr. João Arez, então presidente da Praça do Comércio de Porto Alegre, dirigido um telegrama de congratulações ao Sr. Rui Barbosa pela criação do Banco-Emissor, o comércio forte desta Capital veio à fala e publicou, nos jornais da época, um protesto, que passamos a reproduzir, com as assinaturas respectivas:

— “O corpo comercial desta cidade protesta contra o telegrama do presidente da Praça do Comércio, publicado, hoje, no “Jornal do Comércio”, congratulando-se, em nome da preferida Praça, com o Ministro da Fazenda, e agradecendo o “grande serviço prestado com a criação do Banco de Emissão

neste Estado”, e estranha que o mesmo presidente não convocasse os sócios da Praça para, em sessão de assembléia geral, resolverem sobre assunto de tão magna importância. Porto Alegre, 26 de abril de 1890. Mostardeiro e Luchsinger, Antonio R. Tavares e Cia., H. Lüderitz e Cia., Nogueira de Carvalho e Cia., Manoel José Gonçalves Júnior, Macedo e Azevedo Sucessores, Cândido Pacheco Júnior, Barcellos e Soares, Virgílio Boeira, Lopes, Faceiro e Cia., Manoel Py, Freitas e Mello, Hallawell e Cia., Sebastião da Costa Dias, Borges e Carvalho, João Steenhagen, L. P. Barcellos e Cia., Pimentel e Cia., Carvalho da Costa e Irmão, M. Poeta, L. H. Roset, José Gertum e Cia., Gonçalves e Cia. Sucessores, Domingos de Souza Britto, Luce e Cia., Manoel Alves de Carvalho, J. P. Alves, V. Daniel, Julio Pacheco, Pedro Soares de Barcellos, José Viale e Cia., Carneiro e Irmão, C. Trindade, B. Chana, Gaspar Guimarães, Junqueira, Freytag e Cia., Americo Ungaretti e Irmão, Azevedo Filho e Cia., Affonso Vianna Sucessores, Gonçalo Henrique de Carvalho, Moraes e Silva, Vicente José de Barcellos Júnior, João Moreira da Silva, José Antonio Lopes Mendes, Nunes e Carvalho, Antonio Pinto e Cia., João Gomes e Cia., João B. Pimenta, Martins e Cia., José Dias da Costa, Ventura P. de Oliveira e Cia., Joaquim Manoel Garcia, Francisco Azevedo e Cia., Figueiredo e Silva, Francisco Moura Gonçalves Bastos, Manoel Martins de Magalhães, Cardoso e Campos, A. A. Moreira, Francisco A. Pereira e Cia., Braga Irmãos, Porfírio e Santos, Francisco Gomes de Carvalho, Bernardes e Martins, João Brochado, Domingos Martins Pereira e Souza, H. P. Schmitt e Cia., José Nunes e Cia., Alfredo Alencastro, Pasquier e Cia., Warncke e Doerken, M. J. Bins e Cia., João Pinto Ribeiro”.

Também a classe acadêmica, que cursava a Faculdade de Direito de S. Paulo, mandou aos republicanos o seguinte telegrama, datado de 8 de maio de 1890:

“Aplaudimos atitude enérgica, questão bancária. Viva o Rio Grande! Armando Azambuja, Manoel Amaral, Afonso Coelho, João Rolim, Henrique Ramos, Ulisses Carvalho, Goulart Filho, João Ávila, Mário Barros, Olavo Godoy, Alexandre Moura, José Alvim, Paulino Souza, Leonardo Macedonia, Tibúrcio de Azevedo, Patrício Souza, Sérgio Oliveira, Antônio Martins Costa, Pedro Moacyr, José Rocha, Diana Terra, Tristão Vianna”.

Como acima dissemos, com a exoneração concedida ao Marechal Júlio Anacleto Falcão da Frota, os seus auxiliares mais diretos, Julio de Castilhos, Antão Gonçalves de Faria e Homero Batista, que superintendiam os Negócios do Interior, das Obras Públicas e da Fazenda, fazendo causa comum com o Governador resignatário, demitiram-se de seus cargos.

Igual procedimento tiveram o Marechal Carlos Resin Filho, Comandante das Armas, que havia sido nomeado, a 9 de fevereiro de 1890, para o desempenho desse alto posto militar, até então ocupado pelo Marechal de Campo Augusto César da Silva; o Dr. Hermínio do Espírito Santo, Chefe de Polícia; o Dr. Ernesto Alves de Oliveira, Vice-Diretor da Estatística; o Dr. Loureiro de Andrade e o Sr. José Ribeiro de Souza Moura, Secretário da Escola Normal; o Capitão Cipriano da Costa Ferreira, Comandante da Guarda Civil e o Coronel Antônio Soares de Barcellos, Delegado de Polícia.

Em virtude, pois, desses acontecimentos, o Generalíssimo Deodoro da Fonseca nomeou Governador da Província o General Cândido Costa, que residia no Rio de Janeiro, fora, portanto, do ambiente político do Rio Grande do Sul.

A nomeação para Vice-Governador recaiu no Dr. Francisco da Silva Tavares, que, como já tivemos ocasião de dizer, fora eleito deputado à Assembléia Provincial, no dia 31 de dezembro de 1888, pelo Partido Conservador.

Era o novo Vice-Governador irmão dos ilustres rio-grandenses General Joca Tavares, Barão de Santa Tecla e dos Coronéis Zeca Tavares, Bonifácio Tavares e Facundo Tavares.

Para Comandante das Armas foi escolhido o General Carlos Machado de Bittencourt, então promovido de Coronel àquele posto, quando no exercício das funções de Comandante de Guarnição e de Fronteira, em Jaguarão.

Pouco antes dessa nomeação, tinham sido nomeados Comandantes de Guarnição e de Fronteira: o Brigadeiro Antônio Nicolau Falcão da Frota, do Rio Grande; o Brigadeiro honorário João Nunes da Silva Tavares, de Bagé; o Brigadeiro Francisco Rodrigues de Lima, de São Borja e o Tenente-Coronel Luiz dos Reis Falcão, de Uruguaiana.

Em vista de se achar o General Cândido Costa ausente desta Capital, assumiu a Presidência do Rio Grande do Sul o Dr. Francisco da Silva Tavares.

A ascensão ao poder do novo governante deu-se no dia 7 de maio de 1890.

O governo do Dr. Silva Tavares

Telegramas de Deodoro da Fonseca — O secretariado — Apedrejamento do Banco Emissor — Fundação da União Nacional — Os seus componentes — O 13 de maio em Porto Alegre — Revolta da Escola Militar e de Batalhões do Exército — Comentários da Imprensa — As vítimas — Boletim médico — Protesto — Prisões — Falta de circulação de jornais.

Nomeado primeiro Vice-Governador do Estado o Dr. Francisco da Silva Tavares, o Generalíssimo Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, dando-lhe conta desse ato, assim telegrafou ao seu correligionário do tempo do Império:¹¹

“Rio, 5 de maio de 1890. Dr. Francisco da Silva Tavares. Urgente. Governo espera que aceiteis cargo primeiro vice-governador e que entreis logo em exercício. Deodoro”.

Logo, depois, o chefe do Governo Provisório mandava mais este telegrama ao novo presidente interino do Rio Grande do Sul:

“Dr. Silva Tavares, governador do Rio Grande do Sul — General Cândido José da Costa foi nomeado governador desse Estado. Deodoro”.

Assumindo as rédeas do Governo, o ilustre membro da família Silva Tavares tratou de se cercar de elementos de sua inteira confiança.

Felizmente, os dois partidos políticos do Rio Grande do Sul que se degladiavam em campos opostos sempre tiveram de sobra, homens de relevo, cultos e ponderados, capazes de arcar com a responsabilidade dos mais elevados cargos.

Procurou o Dr. Francisco da Silva Tavares dentro das facções oposicionistas alguns dos elementos que deveriam constituir os seus auxiliares de Governo.

Assim, pois, para Secretário dos Negócios das Obras Públicas e interino dos Negócios da Fazenda, foi nomeado o Dr. Domingos Francisco dos Santos, um dos membros de maior destaque do Partido Conservador; para assumir a Chefia de Polícia, foi convidado, e aceitou o encargo, o Coronel do Estado Maior do Exército Rafael Fernandes de Lima; para Diretor da Instrução Pública e, posteriormente, Delegado especial da Inspeção Geral da Instrução Pública, foi nomeado o Dr. Joaquim Antônio Ribeiro, mais tarde catedrático de Direito e um dos maiores juriconsultos rio-grandenses; foi ocupar o cargo de Diretor da Escola Normal o culto e conhecido professor Apeles Porto Alegre, fundador do “Colégio Rio-Grandense”.

Dias depois, foi o Dr. Joaquim Ribeiro convidado pelo Dr. Silva Tavares para Superintendente do Interior.

O Major Domingos Baptista de Carvalho, que, durante o domínio conservador, fora Comandante da Polícia, teve a sua nomeação para Comandante da Guarda Civil. Para ocupar o cargo de Delegado de Polícia, foi

¹¹ Deodoro da Fonseca e Silva Tavares eram conservadores, no Império, e, mais tarde, um e outro, passaram a apoiar os partidários da República.

convidado o Antero Ferreira d'Ávila, advogado do nosso foro e primo do ilustre rio-grandense, Conselheiro Henrique d'Ávila, ambos membros entusiastas do Partido Liberal, no Império.

A 1º de maio de 1890, instalou-se, nesta Capital, sob a gerência do Comendador Frederico Duval, o famoso Banco de Emissão.

A 7 do mesmo mês, começou o seu funcionamento.

O General Júlio Anacleto Falcão da Frota, na véspera, deixara o governo, com todos os auxiliares, que, mais diretamente, solucionavam as questões vitais dos negócios públicos da Província.

Entendeu um numeroso grupo de republicanos fazer, na noite de 7, uma manifestação aos elementos do Governo abdicante.

A passeata foi feita e, ao defrontarem os manifestantes o Banco de Emissão, apedrejaram-no, quebrando-lhe todas as vidraças.

A polícia compareceu e restabeleceu a ordem.

Essa manifestação de desgosto repetiu-se na noite seguinte.

O Comendador Frederico Duval ocupava, com sua família, a parte superior do edifício do Banco. Nada, porém, — a não ser um grande susto — sofreram os seus moradores.

Era grande a exaltação dos republicanos, motivada pela instalação daquele estabelecimento de crédito.

Haviam os propagandistas fundado uma agremiação política, a que deram a denominação de “União Republicana”, e, mais tarde, os oposicionistas criaram a “União Nacional”.

Dessa última associação, faziam parte os elementos que acompanharam Silveira Martins no Império — os liberais, e, ainda, uma boa parcela de conservadores, destacando-se, dentre estes, os irmãos Silva Tavares, os Drs. José Bernardino da Cunha Bittencourt, Domingos dos Santos, Coronel Laurentino Pinto Filho e outros.

Apolinário Porto Alegre, um dos mais antigos propagandistas deste Estado, e que, quando professor, pregava, em aula, a República como o regime ideal, se filiou no partido da oposição, sendo, mais tarde, um dos mais brilhantes redatores da “Reforma”.

Seguindo o seu exemplo, também se arregimentou nas hostes que, de futuro, se chamariam federalistas, o seu irmão, o ilustre professor Apeles Porto Alegre, que, também, vinha da propaganda.

Apesar de sua desistência à governança da Província, os propagandistas não se podiam conformar em ficar no ostracismo, eles, que tudo fizeram pela queda do Império.

Representando, embora, um grande partido, não podiam, porém, naquela época, enfrentar as hostes gasparistas, pois, fora do poder, os republicanos nunca triunfaram por meio de eleições, tanto mais que o prestígio de Silveira Martins continuava intato, não só no Rio Grande do Sul, como em todo o país, de norte a sul.

Demétrio Ribeiro, uma das maiores mentalidades do nosso Estado e Ministro, que fora, do Governo Provisório, em declarações feitas em S. Gabriel, meses após a proclamação da República, confessou, abertamente, que o grande tribuno, então deportado na Europa, gozava, ainda, de invulgar prestígio em sua terra natal.

Os republicanos, apoiados, que eram, pela maioria dos oficiais do Exército das guarnições do Estado, resolveram festejar a passagem do segundo aniversário do dia 13 de maio, a data magna que, para sempre, banuiu, em 1888, a escravatura do Brasil.

Os intuitos dos republicanos, porém, eram outros, Pretendiam eles hostilizar o Governo e, se possível, provocar um levante, para, de novo, subir.

Em vista, pois, dos boatos alarmantes que corriam pela cidade, dias antes daquela data, o Chefe de Polícia do Governo Silva Tavares, o Coronel de Estado Maior do Exército Rafael Fernandes de Lima, foi, pessoalmente, entender-se com os dirigentes da “União Republicana”, apelando para eles, a fim de que não levassem a efeito a procissão cívica anunciada.

Era preciso impedir essa manifestação, para evitar grandes males.

Chega, afinal, o 13 de maio. Contra a expectativa geral, o edifício da “União Republicana” amanheceu vistosamente ornamentado, todo ele com bandeiras multicores, apresentando um aspecto festivo, de deslumbramento... De vez em quando, e durante todo o dia, foguetões subiam aos ares, pelas imediações da sede da “União Republicana”.

A procissão cívica estava marcada para a noite.

Pouco antes de escurecer, duas bandas de música, tocando marchas festivas, se encaminhavam para o edifício ocupado pela “União Republicana”.

Atraídas pelas fanfarras, muitas famílias e uma volumosa massa popular para lá se dirigiram.

O “Mercantil”, que tinha como um dos seus redatores o conhecido escritor rio-grandense Dr. Manoel de Campos Cartier, nos conta, com detalhes, os acontecimentos que então ocorreram em Porto Alegre.

Ei-los:

“Dizia-se que o dia 13 de maio era o assinalado para o rompimento das hostilidades, por ocasião da passeata que a “União Republicana” pretendia fazer,

sob o pretexto de comemorar o aniversário da áurea lei que acabou, de um jacto, com a escravidão do Brasil.

“As autoridades tinham disso conhecimento e as providências, para a conservação da ordem, tinham sido tomadas.

“Na noite de 12 para 13, era geral o pânico que existia na cidade, em parte minorado pela confiança que inspiravam as autoridades, a quem tinha sido entregue a manutenção da ordem pública.

“Amanheceu o dia 13, sem nada de notável ter ocorrido e, nós, mesmos, que bastante apreensivos nos achávamos, ficamos convencidos de que os boatos eram infundados e que a ordem pública não seria alterada.

“Durante o dia, os foguetes da “União Republicana”, as duas bandas de música postadas em frente àquela sociedade e o povo que, à tarde, ali se foi aglomerando, trouxe-nos, de novo, a apreensão de que alguma coisa ia haver, porque sabíamos que os festejos tinham sido proibidos para acabar com o pretexto para a alteração da ordem pública”.

Prosseguindo, diz aquela folha que um dos seus redatores “passava pela Tesouraria Geral da Fazenda, quando ouviu ter sido chamado o Capitão Cunha Mattos, oficial do dia, que, momentos depois, dava ordens para que ao reforço que se achava naquela repartição fossem distribuídas munições e, em seguida, seguisse para a Rua dos Andradas”.

Ao chegar nas proximidades da rua do Comércio, hoje Uruguai, a força fez alto.

Alguns oficiais dela se destacaram para, por meios suasórios, fazer dispersar o povo, tendo o Capitão Cunha Matos ido ao salão da “União” fazer sentir ao seu presidente a conveniência de retirar as músicas e de acabar com os festejos.

Acrescenta aquela folha:

“Foi nessa ocasião que vários sócios da “União Republicana” desceram as escadas e juntaram-se aos populares, tendo alguém proferido — avança, — atirando-se contra a força.

“Ao mesmo tempo que isso ocorria, as bandas tocavam a “Marselhesa”.

“O Comandante Cunha Matos mandou, então, cruzar baionetas e, ao ser assaltada a força, que era de sessenta praças, deu voz de carregar.

“Ouviram-se, então, vários tiros, de que resultou mortes e muitos feridos, inclusive o Dr. Barros Cassal, que fazia parte da “União Republicana”, o qual recebeu uma lesão grave”.

Dispersado o povo, a força retirou-se para a Rua da Ladeira, hoje General Câmara.

Depois subiu essa rua, em direção à Praça Marechal Deodoro, defronte o Palácio do Governo, onde se achavam o Dr. Silva Tavares, o General Carlos Machado de Bittencourt, Comandante das Armas, muitos oficiais do Exército e o Comandante da Flotilha, que era o Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, fuzilado, mais tarde, na fortaleza de Santa Cruz, no norte de Santa Catarina, por ordem do Coronel Antônio Moreira César.

Retiraram-se, pouco depois, esses oficiais, exceto o último.

Voltando, mais tarde, a Palácio o Comandante das Armas declarou ao Dr. Silva Tavares que tinha ido à Escola Militar e se bem que encontrasse os ânimos dos alunos muito exaltados, tinha conseguido apaziguá-los e que nada havia deles a temer.

Minutos depois, informavam, em Palácio, que os alunos estavam se armando e preparavam quatro peças de artilharia para depor o Governo.

Deixando o Palácio, o Comandante das Armas dirigiu-se à Escola Militar e, voltando, momentos depois, declarou ao Dr. Silva Tavares que os alunos marchavam em direção à Praça Marechal Deodoro, com aquela artilharia, tendo aderido ao movimento os Batalhões do Exército.

Nessas condições, achava o General Carlos Machado de Bittencourt que o Dr. Silva Tavares deixasse o governo.

Consultando os oficiais presentes, ao governador declararam estes que estavam prontos a sustentá-lo, mas que nenhum elemento de resistência teria S. Exa. senão o que eles lhe ofereciam.

Assim, pois, acrescentaram, melhor seria que abandonasse o governo, conforme lhe aconselhara o Comandante das Armas.

O Dr. Silva Tavares, acedendo, afinal, entregou o governo ao General Carlos Machado de Bittencourt.

Deu-se, então, um pequeno atrito entre o Comandante das Armas e o Dr. Silva Tavares, sobre a redação do telegrama que se devia passar, a respeito, ao Marechal Deodoro da Fonseca.

O Comandante das Armas queria que, no telegrama, se declarasse que aceitara o governo para evitar derramamento de sangue, ao passo que o Dr. Silva Tavares queria que se dissesse que ele não podia contar com os dois batalhões que se tinham reunido à Escola Militar e marchavam contra o Palácio.

A “Federação”, órgão do Partido Republicano, vinha estampando uma série de artigos da lavra de Julio de Castilhos, na primeira coluna da primeira página, sobre os fatos ocorridos naquela noite.

Com grande habilidade, soube o articulista explorar o assunto, para atirar a responsabilidade do conflito sobre o governo de Silva Tavares.

Se não foram os republicanos os provocadores da intentona, que teriam ido fazer os ilustres propagandistas Julio de Castilhos e Homero Batista na Escola Militar, na noite de 13 de maio?

De mais a mais, havia uma forte corrente de políticos que vinham acusando os propagandistas de separatistas, pois, segundo se dizia, o General Júlio Anacleto Falcão da Frota seria proclamado o primeiro Presidente da República Rio-Grandense àquela época.

Assim, pois, se preparava um movimento revolucionário para declarar o Rio Grande do Sul separado dos demais Estados do Brasil.

A revolta da Escola Militar e dos 13º e 30º Batalhões ocorreu à meia noite.

Vejamos o que, sobre os acontecimentos, disse a “Federação”, em sua edição de 19 de maio de 1890, debaixo da epígrafe “A Jornada”:

“Referíamos que, cerca de meia noite, dominando a todos um só pensamento — o de salvar a paz pública dolorosamente abalada, estavam reunidos, no edifício da Escola o estimado General Frota, o digno Comandante das Armas, os íntegros chefes militares e os zelosos oficiais que ali exercem funções, apoiados todos pelos valentes camaradas que nos quartéis estavam atentos.

Também ali haviam comparecido os cidadãos Homero Batista e Julio de Castilhos, representando, ocasionalmente, a política republicana, que o Vice-Governador intentara subverter pelo terror, e interpretando o ardente clamor popular que se difundira pela cidade. Secundou-os a presença de muitos outros cidadãos, estranhos às armas.

Enquanto no pavimento superior, deliberavam os chefes, combinando a ação incruenta que ia seguir-se, embaixo ouvia-se o comovente burburinho patriótico da mocidade militar, que, apaixonada, no cumprimento do dever, cingida da espontaneidade e pureza juvenis, aguardava impaciente a ordem de entrar na forma.

Nada mais comovedor do que contemplar de perto essa nobre impaciência, que, tão diretamente, correspondia ao intenso palpitar do coração dessa luzida legião de moços generosamente consagrados ao serviço ativo da Pátria, na inclemente carreira das armas!

Ao mesmo tempo, chegavam de instante a instante grupos de cidadãos, que espontaneamente iam oferecer o concurso de seu braço em favor da segurança pública.

Adotada a deliberação definitiva, retiraram-se o Comandante das Armas e o dos dois Batalhões. O primeiro, depois de visitar os quartéis do 13º e do 30º Batalhões, para conhecer de vista a situação de espírito da oficialidade, foi

comunicar ao Vice-Governador que, após o lutuoso sucesso pouco antes ocorrido, não mais podia este contar com a força pública para apoiar a sua autoridade, cuja conservação ameaçava a ordem, que aquela era obrigada a manter.

Os segundos dirigiram-se aos seus quartéis, onde estava vigilante a briosa oficialidade, atenta à voz de comando, em nome da ordem.

Regressando de Palácio o General Comandante das Armas, a quem o Vice-Governador declarara entregar o governo, já estavam formados o 13º e o 30º batalhões em frente ao quartel do primeiro, não tardando a juntar-se-lhes toda a corporação da Escola, que, em marcha rápida e silenciosa, para ali se dirigira.

Efetuada a patriótica junção em meio da maior serenidade, seguiram as forças, acompanhadas de avultada multidão popular, para a Praça General Deodoro, onde formaram em frente ao Palácio, como uma necessária confirmação solene à declaração do General Carlos Machado.

Já então estacionava, naquela praça, considerável número de cidadãos, empenhados em confraternizar com a força pública.

Pouco depois, chegaram ao mesmo local o pessoal do Arsenal de Guerra e a digna oficialidade da Guarda Cívica, que, assim, se associaram, solidariamente, ao súbito movimento salvador.

Imponente era o aspeto que apresentava então aquela bela praça, onde o povo e a tropa confraternizavam.

Subiram a Palácio o insigne General Frota e os íntegros Comandantes das Armas, dos Batalhões e da Escola Militar, para ouvirem a última palavra do Vice-Governador, que, perante todos, declarou entregar o governo a bem da ordem pública.

Pouco depois, apareceu, em uma das janelas do palácio, o General Frota, que, dirigindo-se ao povo e à tropa, em uma inspirada e patriótica alocução, referiu o que ocorrera, e, tranquilizando os espíritos, pediu, com instância, a maior calma e prudência, a fim de ser plenamente mantido o sossego da cidade. Ao terminar, ergueu saudações ao Governo Provisório e ao seu heróico chefe Generalíssimo Deodoro, ao Exército e à Armada, ao Rio Grande do Sul e à Pátria Republicana.

Foi entusiasticamente correspondido o popular cidadão, por entre calorosas aclamações ao seu prestigioso nome e ao dos seus ilustres companheiros militares.

Não podia ser mais bela a concórdia, nem mais grandiosa a sempre memorável demonstração.

Soavam duas horas da madrugada, quando desceu as escadas do Palácio o Sr. Silva Tavares, cavalheiramente acompanhado até sua residência pelo General Carlos Machado, retirando-se as forças aos quartéis, com a maior disciplina e espontânea harmonia.

Pelo telégrafo, cuja estação fora prontamente guardada por um pelotão sob o comando de um distinto oficial, o General Carlos Machado deu imediato conhecimento do ocorrido ao Generalíssimo chefe do Governo, que, no mesmo dia, declarou aceitar as explicações dadas e determinou àquele ilustre cidadão que continuasse no governo, mantendo a tranqüilidade pública.

Mais uma vez se fez credor do reconhecimento dos seus companheiros de armas e do Rio Grande do Sul o heróico chefe da Revolução de 15 de novembro.

E assim ficou a nossa amada terra liberta desse odioso governo dos seis dias, desse domínio do terror, sedento do sangue dos cidadãos, submergido no opróbrio que lhe assinalou a funesta existência, condenado, para sempre, à execração pública!

Em nome do povo: Viva o Exército!"

Proseguindo, posteriormente, nas acusações ao Dr. Silva Tavares, escrevia ainda a "Federação", em outro artigo:

"Assim, a ele, ao Sr. Tavares, cabe a principal responsabilidade moral pelos monstruosos crimes da noite de 13.

Julguem-no o Governo Provisório, os seus concidadãos, a opinião do país e o povo rio-grandense, de cujo apoio e direção se divorciou, para sempre, esse infeliz patricio, que, erguido, inopinadamente, ao governo da sua terra, fez o que nunca quis fazer o odioso e raivoso Sr. Gaspar Martins, ao tempo em que concentrava, em sua mãos, todos os poderes oficiais no Rio Grande.

Entre os promotores da consumação do atentado infamante destacam-se na ordem da enumeração:

Os Srs. Antero d'Avila e Rafael Fernandes de Lima, que, como autoridades, presidiram à sangrenta brutalidade, cuidadosamente premeditada.

Os Srs. Capitão Cunha Mattos, Tenente Ernesto Machado e Alferes Leonel de Oliveira.

O primeiro destes era o superior do dia à praça, mas, encarniado inimigo da República e dos republicanos, tomou a si a bárbara tarefa de fazer distribuir o cartuchame embalado à força que tinha de executar o crime, intervindo no serviço que não lhe competia. O segundo, que comandava o pelotão, encontrou ocasião azada para fazer do mortífero fuzil dos seus comandados o instrumento dos seus ódios gratuitos contra os republicanos. O terceiro é um desses caracteres irregeneráveis, um desses tipos que, rebaixando a natureza humana, cumprem,

por toda parte, o triste fadário de sua desgraçada existência. Esteve outrora ao serviço do terrorismo do Sr. Gaspar contra o Partido Republicano, como professo delator dos seus companheiros de armas; não era de estranhar que fosse aproveitado para a obra do mal pelos mazorqueiros que se afundaram, ontem, na sua própria ignomínia.

O Sr. Joaquim Pedro Salgado e seus sequazes, que, em mal velada aliança com o Vice-Governador e em estreito conluio com o sanguinário Sr. Ávila, a quem o primeiro fornecera a malta de caceteiros que, impudentemente, se exibiam nas praças e ruas, atiravam, desde muitos dias, a matilha dos seus agentes e foram instigadores da tentativa de assassinato em massa.

Além desses nomes, que aqui ficam registrados, para conhecimento da opinião pública e do governo, a voz popular acrescenta o do Tenente-Coronel Luiz Alves Salgado, que, não exercendo nenhuma função, estando em trânsito para tomar o comando do seu corpo em Uruguaiana, foi visto sempre ao lado dos promotores do atentado até à hora de ser este consumado. Fazendo esta referência baseamo-nos, principalmente, nas declarações do nosso bravo companheiro Dr. Barros Cassal, com quem, sem motivo, altercou esse oficial, no instante em que se ia executar o plano abominável. Tal é o testemunho do nosso amigo e de outras pessoas que ouviram a altercação a que este fora provocado.

Não nos referiremos a outros culpados, verdadeiras máquinas inconscientemente postas ao serviço da monstruosidade dos criminosos.

Ainda nos resta assinalar o modo por que se exerceu a nobre, a gloriosa e sempre memorável reação patriótica que, em nome da ordem e da salvação públicas, tomou a si a benemérita classe militar, para a qual não há galardão mais expressivo do que a gratidão do povo e o reconhecimento da posteridade.

Cumpriremos esse dever sagrado”.

A propósito das pessoas vítimas desse incidente, escreveu a “Federação”, de 14 de maio:

“Damos, em seguida, algumas informações sobre a o estado das vítimas da nunca vista brutalidade com que ontem o governo monstruoso dos senhores Tavares e Salgado¹² envergonhou e horrorizou esta Capital:

Henrique Navarro, empregado do Hotel Siglo, cidadão espanhol, foi atravessado na altura dos pulmões por uma bala Comblain; morreu à meia noite, depois de copiosa hemorragia;

¹² Coronel Joaquim Pedro Salgado, pai do ex-Ministro Salgado Filho, e chefe liberal.

Otaviano Silveira da Luz, da casa Lopes, Faceiro & Cia., teve o pé direito despedaçado por uma bala. O ferido foi primeiramente medicado pelo médico militar Dr. Josetti. Ainda não lhe foi amputado o pé.

Antero Borges, empregado nas capatazias da Alfandega, sofreu um balaço em uma perna, na situação do joelho. Foi-lhe amputada a perna pelo Dr. Wallau. O ferido vai bem.

Houve muitos outros cidadãos que pagaram a sua veneração pela data da libertação dos escravos com ferimentos mais ou menos graves, todos por arma de fogo.

De momento, citamos os mais gravemente ofendidos, deixando para dar, mais tarde, aos leitores, à medida que as formos colhendo, informações sobre outros feridos. De todos os cidadãos vítimas pela hedionda tirania que, ontem, caiu, nenhuma causou maior clamor e consternação do que o nosso valente e querido amigo Dr. João de Barros Cassal, um dos órgãos mais conspícuos da direção do Partido Republicano e o primeiro Chefe de Polícia do nosso Estado.

Nos braços dos seus amigos e rodeado de todos os carinhos e cuidados, foi o grande mártir conduzido para a farmácia do Sr. Ferro, à Rua dos Andradas, onde recebeu os primeiros cuidados.

Ali, compareciam, à porfia, médicos e amigos de todas as classes, para prestarem-se ao ferido.

O proprietário da farmácia, cidadão respeitável e coração cheio de nobres virtudes, velou do enfermo, socorrendo-o generosamente com os serviços profissionais e toda sorte de cuidados.

Nessa farmácia, passou o Dr. Cassal toda a noite, sofrendo as mais cruciantes dores nas horríveis feridas que recebeu; mas, relativamente, o seu estado não foi e não é mau, o que, em grande parte, se deve às apertadas providências tomadas pelos hábeis médicos, amigos do ferido, que nunca o abandonaram.

Receando esquecer, involuntariamente, algum nome (tal é o estado do nosso espírito, ao traçar estas linhas) citaremos os dos Drs. Serapião Mariante, Josetti, Protásio, Birnfeld, Brasília Luz, Castilho e Wallau.

Hoje, cerca de meio-dia, foi o ferido levado, em maca, para sua residência, à Rua Duque de Caxias.

Nunca se viu, em Porto Alegre, mais comovedora procissão do que a que formavam os amigos e admiradores, que levaram então o generoso manco.

Eram pessoas de todas as classes, especialmente das mais respeitáveis, que não podiam reprimir as lágrimas que arrancava o espetáculo que tinham diante de si: um homem, moço, puro e imaculado, um eleito da inteligência e, antes

de tudo, pai de cinco inocentes filhinhos, abatido por uma tirania sórdida, que se levantou em nome do seu interesse e por ele estava disposto a cometer atrocidades tais.

Eis o boletim dos médicos, Drs. Protásio Alves, Serapião Mariante e Rodolfo Josetti, que tratavam de Barros Cassal:

“O estado timpânico do ventre conservou-se até à noite, cedendo, depois, a doses mais fortes da medicação instituída.

A língua melhorou também do seu aspecto anteriormente referido e o doente pede já alimentos.

Dormiu cerca de duas horas de contínuo, passando o resto da noite inquieto, pela imobilidade a que é obrigado o membro ferido.

A temperatura era de 38°,4 às 10 horas da noite, e desceu, gradualmente, a 37°,5 pela manhã.

As dores espontâneas ao nível das feridas são quase nulas.

O doente acha-se bastante animado. Porto Alegre, 18 de maio de 1890. Protásio, Mariante, Josetti”.

Em face das acusações que lhe eram atribuídas, o Dr. Silva Tavares publicou no “Mercantil”, a 16 de maio, o seguinte protesto:

“Protesto. — Repilo, mesmo, a responsabilidade moral que se me dá nos sucessos lamentáveis da noite de 13 do corrente.

Sem examinar antecedentes, referirei o que ocorreu das 6 para as 7 horas da noite em meu gabinete.

Presente o Sr. Comandante das Armas, compareceu o Sr. Coronel Chefe de Polícia¹³ acompanhado de um oficial, que não conheço, e nos comunicou que a “União Republicana” estava em festas.

Respondi — nada temos com as festas “inter-muros”.

Disse-me o oficial que uma banda de música tocava na rua em frente à “União”.

¹³ O Chefe de Polícia de que fala o Dr. Silva Tavares era o Coronel de Estado Maior do Exército Rafael Fernandes de Lima, que, posteriormente, quando General, se ligou à facção dissidente, da qual, eram maiorais o Dr. Demétrio Ribeiro, Coronéis Drs. João Cândido Jacques, e Emílio Julien, Drs. Homero Batista, Álvaro Batista, Barros Cassal, Antão de Faria, Aníbal Cardoso, Assis Brasil, Ernesto Silva, Dinarte Ribeiro, Artur Candal, João Francisco Machado e muitos outros. Durante a curta existência desse partido, foi o General Rafael Fernandes Lima presidente do seu diretório central, com sede em Porto Alegre.

Os dissidentes tiveram, nesta Capital, dois jornais: o “Rio Grande” e a “República”, ambos em épocas diferentes.

O conhecido escritor Alcides Maya fez parte da redação da “República”.

Nesse caso, respondi: peça para que a recolham.

Ao que respondeu o Sr. Comandante das Armas: mas o oficial não pode ir só, precisa levar força para se fazer respeitar.

Retorqui: sobre isso V. Exa. delibere com o Sr. Chefe de Polícia; aos srs. está confiada a ordem pública.

Eis a minha intervenção.

Isto mesmo referi em roda de oficiais na madrugada de 14 e foi confirmado pelo sr. Comandante das Armas. Porto Alegre, 16 de maio de 1890. Francisco da Silva Tavares”.

No mesmo número do “Mercantil”, lia-se a seguinte declaração, em tipos garrafais:

“A fim de que não soframos mais alguma decepção, declaramos que este jornal, de nossa propriedade, doravante, cifrar-se-á a noticiar simplesmente os fatos, sem comentários. Assim é preciso. José Francisco Dias”.

Os jornais do Rio e de S. Paulo publicaram longos despachos sobre os acontecimentos de Porto Alegre, sem exprimirem, porém, a verdade.

A propósito, o “Mercantil” escrevia o seguinte:

“Os nossos colegas do Rio e de S. Paulo publicaram telegramas relativos aos sucessos do dia 13, que são verdadeiramente irrisórios.

Esses recados anunciam que foi o povo em massa que perseguiu o Dr. Silva Tavares e que o depôs, depois de ter ele se refugiado em casa do Sr. General Carlos Machado que, à vista da exaltação dos ânimos, havia assumido o governo em nome da tranqüilidade!

Ora, quem esteve nesta capital, na memorável noite de 13, quem viu o povo se recolher, pacificamente, às suas casas, só poderá dizer: “Como se mente!”

Houve, em Porto Alegre, milhares de pessoas, que só souberam do ocorrido na célebre noite, pelas violências que desde a madrugada de 14, praticou um energúmeno sub-delegado, que, investido do cargo, cometeu as mais horrorosas tropelias, em nome da República.

E, assim, se escreve a história! Para não mentirmos dessa forma, foi que nós fechamos as nossas oficinas, muito embora esse nosso procedimento nos acarretasse não pequeno prejuízo e, mais ainda, o ódio de meia dúzia de indivíduos, que representam as suas personalidades, porém, nunca, com orgulho bradamos, a maioria do povo rio-grandense!”

Em consequência desses acontecimentos, era preso, nas Pedras Brancas, hoje cidade de Guaíba, onde se achava, em companhia de sua família, o ilustre jornalista Carlos von Koseritz, redator-chefe da “Reforma”, e que, poucos dias depois, falecia.

Em Porto Alegre, foi recolhido à cadeia civil, permanecendo, durante seis dias, nesse estabelecimento penitenciário, o sr. Henrique Hasslocher, ex-gerente da “Folha da Tarde”, daquela época.

O grande orador e jornalista emérito Germano Hasslocher, um dos redatores da “Reforma”, desapareceu de Porto Alegre, para não ser preso. Também o chefe gasparista, Coronel Joaquim Pedro Salgado, retirou-se da Capital.

Daniel Job¹⁴, um dos redatores do “Mercantil”, foi recolhido à cadeia, sendo, ali, conservado durante três dias e meio.

A propósito da prisão de Daniel Job, comentava o “Mercantil”, em seu número de 16 de maio de 1890:

“A prisão do redator deste jornal, nosso amigo sr. Daniel Job, que, com outros cidadãos, se acha recolhido, e incomunicável, à cadeia civil desta cidade, desde a manhã do dia 14, fez com que, nesse dia, suspendêsemos a publicação do “Mercantil”, pelo terror que a todos inspira a situação que atravessamos.

Víamos que a verdade das ocorrências não podia ser dita, e mais nos vieram confirmar esse nosso propósito as pálidas, omissas, e inexatas narrações que delas fizeram os jornais da manhã.

“A Federação” nos faz sair do propósito de acompanhar os receios dos colegas, porque, se estes foram omissos, aquela, propositalmente, deturpou os fatos para minorar a responsabilidade que tem nos fatais acontecimentos da noite de 13, e que ninguém mais do que nós, com pesar, lamenta”.

Além das prisões acima, temos a acrescentar as do Coronel Rafael Fernandes de Lima, Chefe de Polícia, do Capitão Cunha Mattos, do Tenente Ernesto Machado e do Alféres Leonel de Oliveira, este irmão de um antigo jornalista rio-grandense: o sr. Germano de Oliveira, que, durante muitos anos, trabalhou no “Correio do Povo”, e, mais tarde, no “Correio da Manhã”, do Rio, onde veio a falecer, há algum tempo.

Ainda em virtude dos lamentáveis acontecimentos de 13 de maio, o Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena exonerou-se do Comando da

¹⁴ Depois de prestar relevantes serviços ao “Mercantil” e à “República”, órgão do partido dissidente, Daniel Job, gasparista extremado, entrou, em 1897, para a redação do “Correio do Povo”.

Partidário intransigente do federalismo, foi dos melhores elementos que passaram pela aludida folha, onde, com carinho, trabalhou, ilustrando as suas colunas durante cerca de doze anos, quando, minado o seu organismo por grave moléstia, foi levado à sepultura aos 50 anos de idade.

Flotilha Rio-Grandense, sendo substituído pelo também Capitão de Mar e Guerra Alvarim Costa.

Por falta de garantias, todos os jornais, exceto “A Federação”, suspenderam a publicação, inclusive o “Mercantil”, que teve parte de sua edição de 16 de maio arrebatada pelos republicanos.

Assim é que, durante o governo do General Carlos Machado de Bittencourt, que teve a duração de onze dias, o “Mercantil” só saiu duas vezes: a 16 e a 17 de maio de 1890.

O governo do General Carlos Machado de Bittencourt

O desaparecimento do Dr. Antero d’Avila desta Capital — O seu esconderijo — Dias amargos — A atitude da imprensa — Partida do General Carlos Machado de Bittencourt, para o Rio.

O General Carlos Machado de Bittencourt assumiu a Presidência do Estado na madrugada de 14 de maio de 1890, na qualidade de Comandante das Armas e em virtude da deposição do Dr. Francisco da Silva Tavares, procurando administrá-lo com evidente simpatia e com aplausos dos propagandistas.

Entregou o novo governante a Chefia de Polícia ao Major do Exército Dr. Francisco Alberto Guillon, professor do Colégio Militar.

O Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, que ainda tinha suas simpatias voltadas para Silva Tavares, não o queria ver fora do Governo.

Entretanto, este preferiu embarcar para o sul do Estado do que voltar a reassumir a presidência, a fim de não ver reproduzida uma segunda farsa, com perdas de vidas.

Ao receber a comunicação dos fatos que se desenrolaram nesta Capital, a 13 de maio, Deodoro da Fonseca telegrafou ao General Carlos Machado de Bittencourt nos seguintes termos:

“Já que estais empossado no governo desse Estado, continuai nele, se Silva Tavares não quiser reassumir. Mandai, por escrito, comunicações completas fato, mencionando chefes, quer civis, quer militares. Deodoro”.

Machado de Bittencourt, porém, não estava disposto a demorar-se no governo e, por isso, pediu a Deodoro da Fonseca que abreviasse a vinda do General Cândido Costa para o sul.

Os acontecimentos desenrolados na noite de 13 de maio traziam a cidade em contínuo sobressalto e apreensões. Políticos de destaque, temendo prisões e desacatos, refugiavam-se em casas de amigos.

O Dr. Antero d'Ávila, Delegado de Polícia do governo do Dr. Silva Tavares, foi um dos que tiveram de abandonar a cidade, a fim de evitar ser preso. O seu desaparecimento desta Capital revestiu-se de originalidade.

Residia o Dr. Antero d'Ávila na Rua Duque de Caxias, quase à esquina da Rua General Portinho, no Alto da Bronze, junto ao vistoso prédio atualmente ocupado pela Escola Médico Cirúrgica.

Prevendo a sua prisão, refugiou-se ele, com sua família, na casa nº 389 da Rua dos Andradas, na antiga Praça da Harmonia.

Morava, nesse prédio, o sr. José Joaquim Salgado, funcionário aposentado de Prefeitura Municipal e amigo dedicado do Dr. Antero d'Ávila.

À meia noite de 14 de maio de 1890, uma força cercava a casa da Rua Duque de Caxias. Ficara encarregado de cuidá-la um construtor de nacionalidade portuguesa — o Antônio Mulher — como o chamavam. Pela manhã de 15, a soldadesca penetrou no prédio e tudo revolveu. O Antônio foi preso e, na Casa de Correção, meteram-no em confissão.

Nada adiantaram com isso, porque, de fato, o Dr. Antero d'Ávila não lhe confiara o segredo do seu esconderijo.

Mais tarde, foi Antônio Mulher posto em liberdade.

Três dias são passados. Uma embarcação, de Carlos Sehl, atraca na antiga Doca da Praça da Harmonia.

Eram 12 horas, quando um homem disfarçado, toma nela passagem. Seis remadores rumam para a Ilha do Araújo, de onde o conduzem para a fazenda denominada dos "Pinheiros", situada junto à "Granja Carola". O personagem disfarçado era o Dr. Antero d'Ávila.

Ali, dormia ele no mato, ao relento.

A fazenda, que era de sua propriedade, foi varejada, o alambrado destruído e o gado dispersado.

Tudo isso se fazia debaixo de uma gritaria infernal: "Morra o Dr. Antero d'Ávila". Morra..."

Em seguida, em companhia de um filho de Antônio Manoel Gonçalves Pires, partiu o Dr. Antero d'Ávila, dali, para a fazenda de D. Faustina Centeno, em São João de Camaquã.

Depois, rumou para Pelotas, e, em passagem de terceira classe, no vapor "Itaituba", embarcou para a cidade do Desterro, capital de Santa Catarina. Sua família partiu, logo depois, para a mesma localidade.

Posteriormente, durante o governo do General Domingos Barreto Leite, foi o Dr. Antero d'Avila nomeado Desembargador da mais alta Corte de Justiça do Rio Grande do Sul.

Passando, anos depois, a residir no Rio de Janeiro, foi o Dr. Antero d'Avila eleito intendente, mas, como estivéssemos em pleno regime "democrático", não foi reconhecido, deixando, assim, de tomar conta de seu cargo.

Faleceu, naquela capital, em 1909.

A República trouxe para a imprensa independente muitas novidades, inclusive o regime da "rolha", substituído, posteriormente, por um censor, que, nem sempre, estava à altura do cargo.

Foi por isso que, não podendo dizer a verdade sobre os fatos que então se passavam no Rio Grande do Sul, e, principalmente, em Porto Alegre, os jornais, exceto a "Federação", durante o governo do General Carlos Machado de Bittencourt, preferiram suspender a sua publicação temporária.

E, quando reapareceram, salientaram o contraste em relação à liberdade de imprensa durante os dois regimes.

Enquanto os periódicos republicanos atacavam, em linguagem virulenta, as instituições antigas, explorando, muitas vezes, com pequenas falhas do governo, os jornalistas independentes, agora, em pleno regime democrático, não podiam noticiar a verdade das coisas.

E transcreviam, nos seus jornais, para comprovar os seus argumentos, o que os republicanos diziam sobre o regime decaído.

De Silva Jardim, entre outros períodos, publicaram os seguintes, escritos dias antes da proclamação da República:

"Toda a evolução termina por um ato violento: é a revolução. No terreno político, principalmente, esse termo é fatal. O verdadeiro evolucionista republicano é o revolucionário: — calmo, enérgico, audaz, desassombrado, anti-sanguinário, fraterno, amigo do povo: — visando o governo, situação em que os homens políticos se revelam verdadeiramente. Evolucionismo pacífico é paralisia, é retrogradação: sonho de falsos utopistas, ou hipocrisia de áugures, que se riem dos próprios desacertos.

Para o brasileiro, a revolução é, hoje, a transformação: a manifestação da altivez, do brio, da dignidade, da honra: não importa a guerra civil, que não é inimiga da ordem. Uma agitação sinceramente apoiada, e inteligentemente dirigida, nos levaria a um pronunciamento popular, decisivo, como o de 7 de abril de 1831".

De norte a sul do país, reproduziam-se os empastelamentos dos jornais; a cadeia passara a ser a residência de homens de destaque social e político; enfim,

uma série de perseguições sem conta sofriram aqueles que não comungavam com as idéias dos poderosos de então.

O jornalista, este, tinha que lutar não só pela sua subsistência, como, também, pela sua liberdade.

Logo depois de entregar o Governo do Estado ao General Cândido José da Costa, partiu o general Carlos Machado de Bittencourt para o Rio de Janeiro.

O governo do General Cândido Costa

Conferência no Rio Grande — Declarações do novo governante — Hostilidades ao General Carlos Machado de Bittencourt — Artigo do “Mercantil” — Explicações do Coronel Joaquim Pedro Salgado e da “Reforma” — Liberdade a vários civis e oficiais do Exército — Prontidão suspensa — Separação do Rio Grande — Carlos von Koseritz — A sua prisão e o seu falecimento — A sua personalidade — Apreciação sobre o novo regime e as contínuas mudanças de governadores.

A 17 de maio, tomava o general Cândido José da Costa passagem na capital da República, com destino a Porto Alegre.

No Rio Grande, procurou-o, a bordo do vapor em que viajava, o Dr. Silva Tavares, que ainda não havia sido exonerado do cargo de Vice-Governador.

Depois de longa conferência entre ambos, prosseguiu o General Cândido Costa a sua viagem para esta Capital.

No dia 24 de maio de 1890, ao meio dia, assumindo a Presidência do Estado, o General Cândido Costa proferiu breve discurso, declarando que vinha governar o Rio Grande do Sul sem prevenções, nem ódios; que o seu governo seria de paz, de ordem e de justiça; que não trazia rancores, nem seria perseguidor; que tinha feito enorme sacrifício vindo até este Estado e que esperava que o povo rio-grandense o coadjuvasse no intento que tinha em vista, isto é, o conagração do mesmo povo.

Ao terminar o General Cândido Costa a sua oração, o sr. Manoel Felicíssimo de Azevedo, que foi, mais tarde, e durante muito tempo, colaborador do “Correio do Povo” ergueu um viva ao novo governante, o que foi correspondido entusiasticamente.

Os jornais independentes e da oposição começaram a circular de novo, e, voltando a tratar dos acontecimentos de 13 de maio, romperam hostilidades contra o General Carlos Machado de Bittencourt.

Queria a imprensa que o General Cândido Costa estivesse a par de tudo o que ocorrera com os devidos detalhes.

Sob a epígrafe “Esclarecimento necessário”, escreveu o “Mercantil”:

“Quer a “Federação” fazer acreditar que, no movimento sedicioso da noite de 13 de maio, que deu como resultado a entrega feita, à força, pelo sr. Dr. Tavares, do governo do Estado, ao General Carlos Machado, Comandante das Armas, o povo afluira com a tropa a palácio e com esta confraternizara.

Podemos garantir que isto é uma falsidade.

Na praça enfrente ao palácio, na noite de 13, quando se deu a deposição, não havia senão a tropa.

Com a Escola Militar, sim, apresentaram-se alguns paisanos, a maior parte com blusa militar, fingindo-se alunos da Escola.

Esses não passaram de meia dúzia, quando muito.

Não envolva a “Federação” o povo naquilo em que ele não tomou parte.

Si tiveram a “coragem” de influir para o desacato que o delegado do Governo Central sofreu na noite de 13, tenham, também, a hombridade da responsabilidade de seus atos.

Não queiram, agora, arrependidos, bater nos peitos, partilhando essa responsabilidade com quem não teve a mais pequena co-participação.

O povo desta Capital não tomou parte na deposição do Sr. Dr. Tavares.

Esta é que é a verdade que ninguém pode escurecer.

É este um esclarecimento que julgamos necessário e que o fazemos para que este ponto fique bem claro”.

Ainda sobre os acontecimentos da noite de 13, estampava o “Mercantil”, depois de seu reaparecimento, mais estes interessantes detalhes:

“Muito antes do dia 13, correndo que os dois batalhões estacionados nesta Capital eram contrários ao governo do sr. Dr. Tavares, oficiais desses batalhões promoveram, entre seus colegas, um “nós abaixo assinados”, declarando que sustentavam o governo legal do Estado, e que estavam prontos a morrer no campo da honra.

Esse “nós abaixo-assinados” foi proibido, tendo, apenas, conseguido uma dúzia de assinaturas.

Essa proibição trouxe, para nós, a certeza dos acontecimentos que se preparavam para o dia 13.

O prestativo cidadão, Coronel Joaquim Pedro Salgado, diariamente, recebia denúncias do que se premeditava, aconselhando-se-lhe que tomasse precauções porque seria a primeira vítima da sedição.

Seus amigos o obrigaram a esconder-se e nós fomos um dos tantos que, ao escurecer do dia 13, o aconselharam que se retirasse do escritório da “Reforma”, porque se a passeata da “União Republicana” fosse levada a efeito, como estava

assentado, um conflito era inevitável e se sássem os anarquizadores vitoriosos, seriam as primeiras vítimas ss., a “Reforma”, o Banco Emissor e o sr. Dr. Antero d’Avila.

Foi lamentável o conflito da noite de 13, não há dúvida nenhuma; mas o que é verdade é que se, naquela ocasião, a tropa confraternizasse com os anarquistas, Porto Alegre se inundaria de sangue, e desgraças maiores e irreparáveis teríamos hoje a lamentar.

Felizmente, a tremenda responsabilidade que assumiram os iniciadores da sedição fê-los recuar, originando-se a deposição do sr. Dr. Silva Tavares e a aclamação do sr. Frota.

Esta última não se realizou, porque o Dr. Tavares declarou, peremptoriamente, ao receber a intimação, em nome da Escola Militar e dos dois batalhões, que entregaria o poder ao sr. Comandante das Armas e que isso mesmo ia comunicar ao Generalíssimo chefe do Governo Provisório.

Ficaria muito calva a premeditação e forçado foi o sr. Comandante das Armas a aceitar o poder, ainda mesmo com relutância.

Por ordem de quem foram as 40 praças do Batalhão de Engenheiros, chegados nesse dia, mandados para a Escola Militar, a fim de conduzirem a artilharia para a frente do Palácio?

Por ordem de quem foi a estação telegráfica tomada, mesmo antes da deposição do governador?

Por ordem de quem foi mandada retirar a força linha que se achava postada na escada do portão, para impedir a passagem da Escola Militar, quando aquela força estava disposta a cumprir o seu dever?

São esses fatos que o novo governo deve mandar sindicat para reconhecer quais os culpados da sedição do dia 13.

Essa sindicância é imprescindível, para que não sofra o justo pelo pecador, para que oficiais briosos que cumpriram o seu dever, com risco da vida, não se vejam perseguidos, como o estão sendo, a fim de se arredar as culpas dos verdadeiros criminosos”.

O Coronel Joaquim Pedro Salgado, chefe interino do Partido Liberal, publicava, na “A Reforma”, de 28 de mês e ano, larga exposição sobre os sucessos da noite de 13 e sobre os motivos que determinaram a sua ausência por alguns dias, desta Capital.

Por sua vez, “A Reforma”, velho e tradicional matutino gasparista, que acabava de reaparecer, publicava a seguinte nota, em que delineava a sua posição, em face da situação política que atravessava o Rio Grande do Sul:

“A Reforma”, órgão de um grande partido, cuja agremiação ainda é conveniente conservar-se, jamais contribuirá para que seja perturbada a paz

pública, e tem por supremo fim não concorrer, de forma alguma, para dar-se qualquer conflagração no Estado.

Com a geral aquiescência dos mais influentes chefes do partido que representa, continua no seu posto de honra.

Não pede favores ao governo: quer justiça para todos; trabalha para alcançar o poder, nem quer partilhar suas responsabilidades.

Espera, todavia, que o governo lhe garanta a liberdade de imprensa e a liberdade eleitoral.

Nada mais quer”.

Depois de muitos dias de detenção, foram postos em liberdade, por ordem do novo governador do Estado, diversos civis, o Coronel Rafael Fernandes de Lima, o Capitão Cunha Mattos, o Tenente Ernesto Machado e o Alfêres Leonel Oliveira, todos oficiais do Exército, que tinham sido presos em virtude dos acontecimentos da noite de 13 de maio de 1890.

As forças do Exército e da Polícia estavam de prontidão, desde a noite de 13 de maio, isto é, durante todo o governo do General Carlos Machado de Bittencourt, que teve a duração de 11 dias.

Dois dias depois de assumir a Presidência do Estado, ou seja a 26 de maio, o General Cândido Costa ordenou o levantamento da prontidão.

Quando o Marechal Deodoro da Fonseca nomeou o Dr. Silva Tavares Vice-Governador do Estado, embarcava o Visconde de Pelotas no Rio de Janeiro, onde se achava havia alguns dias. Trazia o Marechal Corrêa da Câmara secretas instruções para as forças do Exército aqui aquarteladas.

Com a sua chegada, corria, de boca em boca, uma grave acusação aos propagandistas: a de idealizarem a separação do Rio Grande do Sul da União.

Dizia-se, nas rodas políticas, que eles pretendiam, depois de proclamada a separação, aclamar presidente da República Rio-grandense o General Júlio Anacleto Falcão da Frota.

O que é fora de dúvida é que os propagandistas, desde a saída do General Júlio Frota do governo e a conseqüente ascensão do Dr. Silva Tavares à suprema governança do Estado, preparavam uma revolta para depô-lo, custasse o que custasse.

Como se vê das notas abaixo transcritas, falhou o plano dos republicanos, porque o paquete que conduzia o Visconde de Pelotas, Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, não encalhou, como esperavam aqueles seus adversários.

Era comum, naquele tempo, os encalhes, em Pelotas, dos vapores que procediam do norte, quando em viagem para esta Capital.

O Visconde de Pelotas devia ser preso e as instruções que trazia do Governo Provisório seriam apreendidas e, no meio da confusão que então havia, proclamar-se-ia a independência do Rio Grande do Sul.

Era isso que se comentava, com insistência, nas rodas políticas de então.

A propósito dos fatos de que acima tratamos, o “Mercantil”, em sua edição de 26 de maio de 1890, escreveu o seguinte artigo:

“Tomamos a nós a tarefa de levar ao conhecimento do Governo todos os fatos relativos à sedição de 13 de maio, a fim de que a verdade seja dele conhecida e a culpabilidade recaia sobre quem deva recair.

Sem ódios nem paixões, com a consciência do cumprimento de um dever, temos sido o arauto da verdade do que vimos e ouvimos e das informações que nos têm sido transmitidas por conselheiros em que depositamos a mais leal confiança.

Já dissemos, à saciedade, que a deposição do sr. Dr. Tavares foi planejada logo após a demissão do sr. General Frota e a consumação marcada para o dia 13.

Era, por consequência, inevitável o conflito nesse dia, sob qualquer pretexto.

O fim não era só a deposição do sr. Tavares: era a aclamação do sr. General Frota, era a separação deste Estado do resto do Brasil.

O rompimento desabrido da “Federação” ao governo central, e, logo após, a sua mudança de linguagem nos trouxe a certeza de que alguma coisa de grave se tramava, e nossas apreensões a transmitimos, não só a amigos, como ao sr. Coronel Rafael Lima, então Chefe de Polícia.

Em Pelotas e Rio Grande, era grande a ansiedade por notícias do dia 13, porque lá, como aqui, havia certeza de que alguma coisa de grave se ia dar, nesse dia, nesta Capital.

Boatos destes não correm sem fundamento. Os acontecimentos vieram provar a veracidade deles.

Não se realizou a proclamação, por ter o Dr. Tavares tomado o expediente de entregar o governo do Estado ao sr. General Comandante das Armas, e, assim, frustrar a aclamação do sr. General Frota, de antemão premeditada.

Não se realizou a proclamação da separação, porque o vapor que trazia do Rio Grande o Exmo. Sr. Visconde de Pelotas, felizmente, não encalhou nessa viagem e S. Excia. não pode ser preso em caminho.

É o que dizem que estava premeditado e que nós acreditamos por nos induzirem a isso os fatos que se sucederam.

Ainda mais: se o Exmo. Sr. General Cândido Costa quiser pôr-se a par do que ocorreu antes da deposição do Sr. Dr. Tavares, indague quem estava, na

noite de 13, logo depois do conflito da Rua dos Andradas, na Escola Militar, sem a ela pertencer, o que ali faziam e porque ali estavam.

Se S. Exa quiser ir além, syndique do que se passou nos Batalhões 13º e 30º; que ordens ali foram dadas e que oficiais ficaram retidos ou deixaram de ser ouvidos sobre o que se pretendia fazer.

Indague, mais, porque razão deixou de ser enviado, para a força que estava em palácio, o cartuchame pedido pelo Governo e a quem foi a reclamação feita.

Estes fatos se prendem uns aos outros, como os elos de uma cadeia: deles se chega à conclusão lógica dos acontecimentos que se deram e do plano de sedição preconcebido e executado no dia de antemão designado.

Mal do Rio Grande do Sul se o precedente se firma; a estabilidade do governo legal desaparecerá e a anarquia se assentará sempre que o governador do Estado subsequentemente não se prestar a governar de conformidade com aqueles que, sem raízes na opinião pública, querem, no entanto, dominá-la.

Temos dito bastante. Por hoje, aqui paramos”.

Como dissemos anteriormente a 25 de maio reaparecia “A Reforma”, sem a colaboração, porém, do seu redator principal — Carlos von Koseritz — que, sendo preso na vizinha povoação de Pedras Brancas, hoje cidade de Guaíba, no dia 14 de maio, só obteve liberdade após sofrer, com sua família, as maiores asperzas e perseguições.

Logo depois de ser solto, pretendia ele embarcar para o Rio de Janeiro, tanto assim que os jornais do dia 30 noticiaram a sua partida no vapor que zarparia à tarde.

Ele mesmo, escreveu as suas despedidas, publicadas pela imprensa, no dia 29, e assim concebidas: “Carlos von Koseritz, partindo para o Rio de Janeiro, onde terá alguma demora, oferece seus préstimos, ali, ou em outro qualquer lugar a que o destino o levar”.

Dizia-se que Deodoro da Fonseca, chefe do governo Provisório, amigo e compadre que era de Carlos von Koseritz, o convidara para ocupar o cargo de cônsul do Brasil em Hamburgo.

O seu último escrito, damo-lo em resumo. Nele, também Carlos von Koseritz fala que os propagandistas pretendiam separar o Rio Grande do resto do país, e que o seu primeiro presidente seria o General Júlio Frota.

Jornalista e polemista brilhante, foi Carlos von Koseritz um dos que mais sofreram em consequência dos acontecimentos de 13 de maio.

Perseguido e preso na vizinha povoação de Pedras Brancas, aí passou momentos de amargura, impressionantes, em companhia de sua família, na chácara que era então, de propriedade do sr. José Vicente da Silva Telles.

Desde o dia 14 até 21 daquele mês, esteve ele sob a guarda de praças com armas embaladas, as quais tinham ordem de atirar sobre o preso, se notassem o menor movimento para fugir.

Por essa ocasião, desenrolaram-se cenas comovedoras entre a esposa e as filhas do ilustre publicista.

Quando lhe deram ordem de prisão, houve entre ele e a autoridade competente o seguinte diálogo:

— Preso, como?

— O senhor está preso.

— Mas, por ordem de quem?

— Por ordem do governador.

— Quem é este governador?

— O sr. General Júlio Anacleto Falcão da Frota, que foi aclamado pelo povo e pela força pública, que depuseram o sr. Silva Tavares. Estabeleceu-se, afinal, a verdadeira República. Até aqui, só tivemos a anarquia. Mas a vida do preso está garantida, porque a República é generosa.

Escreve Carlos von Koseritz que, na mesma ocasião, intervindo o cunhado da autoridade que o prendera, este disse à família daquele jornalista que, se “o Dr. Barros Cassal perigasse, todos esses bandidos liberais, que já estavam ou ainda seriam presos, pagariam, por ele, com a vida”.

Foi nessa ocasião que o sr. Theodoro Reinecken, que ali se achava, narrou a Carlos von Koseritz, que até então os ignorava, os fatos que ocorreram em Porto Alegre na noite de 13 de maio.

Acrescenta o redator da “Reforma”:

“Desde o primeiro momento, não me iludi sobre a gravidade de minha situação. Conhecia os terríveis ódios que pesavam sobre mim e sabia que os meus covardes adversários seriam capazes de tudo para se desfazerem de minha pessoa, logo que estivesse realizada, como devia supor, em vista das comunicações recebidas pela autoridade de Pedras Brancas, a separação do Estado.

Que assim era, provou o extraordinário rigor de minha prisão nos primeiros dois dias, 14 e 15 de maio. Só um grande rebelde, sentenciado à morte, ou algum malvado assassino, candidato à força, pôde ser guardado, como eu fui, no primeiro dia, por seis soldados, com carabina Spencer em punho, ficando um deles sentado a seis passos de distância de minha pessoa, com a arma apontada para mim.

E isto em presença de minha mulher e de quatro filhas, desfeitas em pranto e julgando o seu pai morto ao primeiro movimento que fizesse.

Prosseguindo, diz:

“No dia 21, recebi um bilhete do sr. Chefe de Polícia, que me foi entregue pela autoridade de Pedras Brancas, no qual o sr. Major Guillon me comunicava “que podia regressar à Capital, estando tomadas todas as providências para a minha segurança individual”.

Acrescentava o digno cidadão que logo devia apresentar-me perante a Chefia de Polícia.

Chegando a 22, já tarde, fui, no dia 23, à Chefatura e, aí, se informou o sr. Major Guillon do modo por que eu fora tratado, desculpando os extraordinários rigores dos primeiros dias, pelo fato de ter sido a minha prisão de caráter político, em época em que ainda tudo era incerteza, estando seriamente ameaçada a ordem pública.

Registro esta declaração, por não estar de acordo com outras informações que vi publicadas.

Na entrevista que tive com o sr. Guillon, S. Sa. não falou na tal história de garantias para a minha vida, ameaçada por inimigos pessoais”.

Ocupando mais de uma página da “Reforma”, Carlos von Koseritz assim perorou a sua impressionante narrativa:

“Terminando esta longa exposição, dirijo-me ao Rio Grande, ao qual dei 35 anos de incansável trabalho, em bem do seu progresso, e fui representante da Assembléia em 4 legislaturas. Desde 15 de novembro, ocupei o meu posto de honra na direção da imprensa do meu partido, sem um momento de hesitação, sem a idéia de um recio, cumprindo o meu dever em toda a sua extensão.

Se hoje, temporariamente, me afastado deste posto de honra, não é porque me faleça o ânimo para a luta, nem porque desespere do futuro desta heróica terra, que, incólume, atravessará todas as provações que parece preparar-lhe a insânia de alguns dos seus filhos.

É, sim, porque, acima do meu dever de cidadão, está o meu dever de pai, que me obriga a precaver a vida de fracas meninas, já profundamente afetadas por contínuos sustos e terrores, principalmente nos últimos dias de prisão, que comigo partilharam, contra novos abalos.

Não fujo, não abandono meu posto de combate, e a ele voltarei, logo que as circunstâncias o permitirem”.

No dia em que ia embarcar, isto é, a 30 de maio de 1890, justamente quando acabava de escrever a sua narrativa, uma triste notícia repercutiu por todo o Estado, e, mais tarde, por todo o país: a morte, repentina, de Carlos von Koseritz, o brilhante redator chefe da “Reforma”.

Vai o leitor conhecer a personalidade ilustre desse grande jornalista, através da pena do redator do “Jornal do Comércio”, folha, essa, alheia à política apaixonada que então predominava em todo o País:

“Baixou, ontem, à terra o mais valente e ilustre jornalista que nos orgulháramos de possuir.

No dia em que projetava transportar-se à Capital Federal, a fim de restabelecer a saúde, a tranqüilidade de espírito de sua estimável família, partiu para a eterna viagem, deixando em luto, não só os entes que adorava com todo o fanatismo de esposo e de pai, mas as letras brasileiras, que tinham, nele, um devotado apóstolo.

Morreu em seu posto de combate, após haver lavrado veemente protesto contra as violências de que ultimamente fora vítima. A pena, que meneara durante 35 anos de dedicações ao progresso do Rio Grande do Sul, só lhe desprendeu da mão, quando o coração, ferido por tantos golpes, deixou de pulsar e a gelidez da morte lhe paralisou os dedos.

Sob a impressão dolorosa que nos abate o espírito, como traçar a biografia do homem de imprensa que mais rumor levantou em volta do seu prestigioso nome neste Estado? Que pena de águia pôde, enxugando as lágrimas que correm espontâneas, escrever a longa história de lutas, de abnegação, de sacrifícios, de incrível atividade do colosso da imprensa brasileira, que se chamou Carlos von Koseritz?

O Brasil inteiro o conhece: a sua vida pública, o seu levantado mérito, os seus variados conhecimentos derramados, em profusão, em jornais, em revistas e em livros, fotografam-lhe a fisionomia intelectual, colocando-o, de par, com os mais eminentes vultos literários que temos possuído.

Como polemista político, poucos o poderiam enfrentar sem temor: nenhum vencê-lo.

Argumentação cerrada e lógica de ferro e todos requisitos que constituem as armas de um paladino da imprensa — ele os possuía em requintado grau e os punha em ação com incrível facilidade.

Como as procelárias que desferem o vôo entre o fragor das tempestades, zombando da fúria infrene dos elementos em desordem; como os guerreiros antigos afeito às peripécias das porfiadas batalhas, Carlos von Koseritz, o combatente inquebrantável, colocou-se, sempre, na brecha em que mais renhido era o fogo dos adversários. O seu largo peito parecia revestido de invencível armadura, da qual ressaltavam, amolgadas e frias, as balas dos adversários. Como Horácio Codes, ele só, porque valia uma legião, defendia a ponte da invasão inimiga.

Espírito forte, capaz de arrostar a todas as provações; grande coração aberto a todos os sentimentos afetuosos; era ele o mestre de todos nós, o admirado mentor dos que, nesta arena incruenta, honravam-se de tê-lo como exemplo.

O “Jornal” guarda, para com ele, insolúvel dívida de gratidão. Quando, há 26 anos, se fundou esta folha, Carlos von Koseritz se inscreveu no número de seus redatores, ao lado de Inácio de Vasconcellos Ferreira e, por muitas vezes, assumiu a redação ostensiva deste órgão de publicidade.

Contam-se, por centenas, os artigos que escreveu em prol do engrandecimento desta terra, que ele amava com verdadeiro entusiasmo: todos os assuntos lhe eram familiares, pois que possuía conhecimentos enciclopédicos.

As justas deferências de que se viu cercado, na Europa, por parte de eminentes vultos científicos, conquistou-as ele pelos seus trabalhos antropológicos merecidamente reputados na Alemanha.

Não foi simplesmente uma vida que se extinguiu: foi uma glória que desapareceu!

Seu nome será sempre para nós uma legenda de dedicação à causa da Pátria brasileira, que ele sempre amou com toda a sinceridade de seu coração magnânimo!

Descansa em paz, na terra rio-grandense, a que te devotaste com todo o entusiasmo do teu talento, emérito cidadão, “primus inter pares” dos jornalistas rio-grandenses!

Orvalhem-te o precioso foreiro não só as lágrimas da viuvez e da orfandade, mas as do Rio Grande do Sul, que se enluta perante o cadáver daquele que, dignamente, soube representá-lo em várias legislaturas provinciais!

Dobre a fronte consternada a imagem da República diante do majestoso esquife, porque a Pátria perdeu em Carlos von Koseritz um dos seus mais ilustrados colaboradores, para firmar em bases amplas a consolidação da própria República!”

Em sinal de pesar pela morte de Carlos von Koseritz, o comércio, que fechou suas portas, e as sociedades alemãs conservaram à meia haste as bandeiras respectivas.

Falaram no cemitério o Dr. Germano Hasslocher, o Dr. Francisco Peixoto de Abreu Lima e o jornalista Damasceno Vieira.

Todos os jornais salientaram que foi o maior enterro até então visto em Porto Alegre.

Carlos von Koseritz nasceu em Dessau, capital do Ducado de Anhalt, na Alemanha, a 7 de junho de 1830.

Era de família nobre e com a revolução de 1848, desencadeada naquele país, viu-se obrigado a emigrar, escolhendo o Brasil para sua nova pátria.

Casou em Piratini com uma patriciã nossa, D. Zeferina Andrade, e deixou várias filhas, inclusive a escritora rio-grandense Carolina von Koseritz, e a exma. esposa do conhecido tribuno rio-grandense Dr. Pereira da Cunha.

Carlos von Koseritz tinha vários irmãos, entre eles o conselheiro de Estado, Kurt von Koseritz, e a senhora Tony von Koseritz, dama de honra da Duquesa de Anhalt.

O município de Porto Alegre prestou-lhe uma homenagem: deu o seu nome a uma das suas ruas.

Apreciando os acontecimentos políticos que se vinham desenrolando desde a implantação da República, o “Mercantil” publicou veemente artigo.

Eis o que disse aquela popular folha:

“Em seis meses de República, tem tido o Rio Grande do Sul cinco governadores.

O caos que à administração pública trazem essas danças contínuas ressalta à primeira vista.

A que é isso devido?

À política de ódios e rancores, que tem sido a norma de conduta dos auxiliares desses administradores.

O Exmo. Sr. Visconde de Pelotas exerceu o governo numa quadra toda excepcional, tinha de assegurar a tranqüilidade pública; tinha de consolidar o novo sistema de governo, inaugurado a 15 de novembro, e não podia, o confessamos, deixar de rodear-se dos auxiliares de que se rodeou, dando-lhes, com o seu prestígio, força e importância de que, mais tarde, se serviram para o intrigar com o governo central, promovendo-lhe a mais dura e cruenta guerra.

O governo, julgando que a tranqüilidade de que este Estado gozava era filha da importância real desses auxiliares, dera-lhes toda a força moral e margem para prosseguirem nessa política nefasta, que trouxe ao Rio Grande esse mal estar de que ainda hoje ele se ressentente.

Não puderam cevar seus ódios no governo do nobre Visconde de Pelotas; deram a eles expansão no governo do General Frota.

S. Exa., que se viu, de um momento para outro, elevado “à altura de um princípio”, atordoado pelas lisonjas que, em derredor de sua pessoa, levantavam os pescadores de “águas turvas”, entregou-se, de corpo e alma, aos seus adoradores, tornando-se, no governo do Estado, um simples porta-voz de seus auxiliares.

Tratou, como vencidos, a grande maioria do Estado; concordou na perseguição dos patriotas que não comungavam com sua política pequenina e tacanha, e, quando seus turiferários, que, como S. Exa., viviam iludidos, se julgavam no fastígio, na onipotência, abriram luta com o governo federal, ameaçando-o com a separação do Rio Grande da comunhão nacional, sob o fútil pretexto da instalação, neste Estado, do Banco Emissor.

Confiaram, demais, nas suas forças, tomaram a nuvem por Juno, e, atordoados pela queda que não previram, atiraram-se, raivosos, ao substituto do General Frota.

O governo central foi arrastado pela rua da amargura, não sendo nem sequer poupado o Generalíssimo Chefe do Governo Provisório.

O que fizeram para derrubar o governo do Sr. Dr. Tavares está na consciência de todo o povo desta Capital e nós, por nosso turno, isentos de paixão, interpretes fiéis da opinião pública, já deixamos descarnado nos números anteriores do “Mercantil”.

Seguiu-se ao Sr. Dr. Tavares o governo revolucionário do Sr. General Carlos Machado.

O que ele foi, ainda não é tempo de tudo se dizer.

Está hoje no governo do Estado o Exmo. Sr. General Cândido Costa.

Em três dias de administração, não nos é dado formar um juízo sobre o governo de S. Exa.

O “Mercantil”, porém, que não é órgão de partido político algum; que trabalha, só e só, pela felicidade desta terra querida; que não quer senão a ordem, a paz e a moralidade na administração, tem confiança em S. Exa. e a seu lado se colocará para apoiá-lo nas medidas patrióticas que a administração do Estado reclama e que S. Exa., depois de estudá-las e reconhecer a sua necessidade urgente, há de, sem dúvida, iniciar, em seu governo, temos essa esperança.

S. Exa. pode superar toda dificuldade da anormal situação em que veio encontrar este Estado.

Rodeie-se de auxiliares leais, enxote, de palácio, os judas que criaram a sobressaltada situação que atravessamos; faça da justiça a égide de seu governo, que a confiança reaparecerá, e o Rio Grande não será ingovernável, como o querem fazer crer aqueles que só podem aparecer; que só sabem salientar-se no meio da anarquia, por entre o torvelinho das paixões, que, com desbragado cinismo, insuflam, para atingirem ao desenlace: “a necessidade de suas individualidades junto ao Governo do Estado”.

O novo Presidente, General Cândido Costa, dias depois de tomar posse de seu cargo, já vinha sofrendo acusações da imprensa independente e da

oposicionista, pelas simpatias, logo manifestadas, aos republicanos.

É que o General Cândido Costa fizera várias nomeações que desagradaram aos adversários políticos dos propagandistas.

Os primeiros atos do novo governo foram as nomeações do oficial de gabinete e do oficial técnico: o primeiro cargo foi ocupado, interinamente, pelo Sr. Arthur Candal, que já o exercera durante o Governo do Visconde de Pelotas. Para o segundo lugar, foi escolhido o Tenente-Coronel do Exército Dr. Francisco de Abreu Lima.

Mais tarde, chegou de Pernambuco o Oficial de Gabinete efetivo, o Dr. Honório Hermeto de Britto.

Para as superintendências de Estado dos Negócios do Interior, da Fazenda e da Agricultura e Obras Públicas, o General Candido Costa nomeou, respectivamente, os Drs. Carlos Thompson Flores, Fernando Abbott e Antão Gonçalves de Faria.

Para Chefe de Polícia, foi escolhido o Dr. Antônio Antunes Ribas, que estava exercendo essas funções em Pernambuco, sendo o Dr. Inácio Alves Pereira, conhecido fazendeiro e criador rio-grandense, nomeado para o desempenho do cargo de Procurador Fiscal da Fazenda do Estado e chefe do contencioso.

Mais tarde, foram esses auxiliares do Governo substituídos por outros elementos do Partido Republicano.

Manifesto de Silva Tavares

A deposição — Ainda as ocorrências da noite de 13 de maio — Os Batalhões e a Escola Militar — Contestação de dois generais e de vários comandantes de corpos do Exército e da Escola Militar — Depoimento de Barros Cassal ao Chefe de Polícia do novo Governo.

Foi durante o Governo do General Cândido Costa que o Dr. Silva Tavares deu a conhecer ao povo o seu manifesto, que, ainda que estivesse datado de 16 de maio, só foi publicado, pela imprensa porto-alegrense, a 3 de junho 1890.

Eis na íntegra o importante documento:

A minha deposição. — Para poder desvendar a trama urdida contra o meu governo de 7 dias, é imprescindível historiar os fatos, remontando à minha declaração de republicano.

Para guardar ordem na exposição, dividirei esse manifesto em partes relativas às diversas épocas.

Quero limitar-me ao papel de historiador.

Descrente da monarquia, pela observação das coisas políticas na Capital do Império, declarei-me republicano em manifesto aos meus concidadãos com um programa definido — a República Conservadora.

Até então, eu via um grupo de moços lutando pela República em ativa propaganda nas diversas localidades da Província, ocultando, porém, seu programa.

Ninguém sabia como queriam a República. Ainda hoje, a população deste Estado ignora o **modus faciendi** que transparece medonho nos artigos da “Federação”. Sabem os meus concidadãos que, por esse tempo, me achava adoentado e que, pouco ou quase nada, podia fazer em proveito de minhas idéias. Limitava-me a escrever algumas cartas, a passar telegramas. Além, não podia ir minha atividade.

Entretanto, a votação republicana, que até então não subia de mil e poucos votos, na eleição de agosto, excedeu a três mil.

Como político, nunca fui criatura de ninguém. Com a independência que me caracteriza, trabalhei sempre com um programa definido, reunindo em torno dele um grupo forte de amigos que depositavam, em mim, ilimitada confiança.

Ao declarar-me republicano, não procurei nem pedi licença a ninguém e, muito menos, aos srs. da “Federação”, com os quais não tinha a honra de entreter relações de qualquer espécie. Fui, por eles, procurado no dia seguinte com as maiores manifestações de apreço.

Não pedi a ninguém que me acompanhasse, nem solicitei as hosanas com que me brindou a “Federação”.

Fique, pois, consignado que não fui lançar-me nos braços desses senhores, procurando um abrigo às minhas decepções políticas, como perfidamente escreveram em um dos últimos números dos seus jornais. Por essa época, eu valia um exército. Meus irmãos, Barão do Itaqui, que renunciou o título, e José Bonifácio, que me acompanharam com a maior dedicação e espontaneidade, receberam os maiores encômios da “Federação”. Hoje, diz essa gazeta que **nem os meus parentes de Bagé concorreram às urnas!** Que se iludiram, julgando-me capaz de arrastar um exército! Assentado, pois, que me declarei republicano com um programa definido, passemos ao segundo período.

Fui, talvez, o primeiro, neste Estado, que teve conhecimento da revolução de 15 de novembro, mas estava de viagem marcada para Montevidéu em serviço de minha profissão de advogado. Entretanto, telegrafei ao Governo Provisório e ao Governador do Estado, o ilustre Visconde de Pelotas, oferecendo meus serviços. Só segui viagem no dia 22, depois de verificar que nada perturbaria a

nova ordem de cousas, tendo, previamente, prevenido aos amigos da campanha das ocorrências, e pedindo-lhes que estivessem prontos para consolidar a obra da revolução.

Ao regressar de minha viagem, fui apresentar-me ao Governador do Estado e aguardar suas ordens.

Recebi, nessa ocasião, telegramas de Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cacimbinhas e Livramento, pedindo a minha presença, julgada imprescindível para a reorganização do Partido Republicano.

Fui a Palácio e comuniquei ao senhor Visconde de Pelotas esses chamados, bem como aos seus superintendentes; e disse-lhes que seguiria para o sul, no primeiro vapor, que deveria sair dentro de seis dias.

Na véspera de minha partida, voltei a Palácio a receber as ordens do Governador. Asseverei aos superintendentes que reorganizaria as Comissões Executivas, aproveitando os bons elementos de todos os partidos que fossem conciliáveis. A bordo, encontrei-me com o senhor Assis Brasil, que ia também para o sul.

S. Sa. fez-me a gentileza de mostrar uma autorização escrita, franca, do Sr. Governador — para casar e descasar — politicamente; e outra da Comissão Executiva de Porto Alegre para dissolver Comissões Executivas locais e reorganizá-las como julgasse conveniente; e acrescentou que era seu fim acabar com as influências pessoais nas localidades! Não se podia ter mais desconsideração por um homem político nem ficar mais a descoberto! Não havia maior afronta que o fazer acompanhar por um outro com poderes amplos para desfazer o que ele fizesse.

Todavia, segui o meu caminho, organizei Comissões Executivas em Canguçu, Piratini e recolhi-me para Bagé, aguardando o procedimento do Sr. Assis Brasil, que, aliás, não teve tempo de percorrer as localidades. Um outro fato não passou despercebido: em casa de meu irmão, Barão de Santa Tecla, reunidos os srs. Piratinino de Almeida, Possidônio Cunha e Cassiano do Nascimento, ficou combinado comigo que se organizaria uma Comissão Executiva naquela localidade, composta dos antigos elementos conservadores e republicanos, lembrando-se os nomes de diversos cidadãos da maior respeitabilidade, para o que se efetuariam reuniões políticas.

A reunião efetuou-se, não nas condições combinadas, mas, somente de elementos genuínos, para uma verdadeira lavagem; compondo-se a Comissão Executiva com exclusão completa dos respeitáveis cidadãos cujos nomes ficaram assentados.

Interpelando o Dr. Nascimento sobre tão irregular procedimento, respondeu-me que os homens de Porto Alegre não tinham accitado a combinação e que se fizera o que eles haviam determinado.

Foi, por esse tempo, dissolvida a Câmara Municipal de Bagé e, nomeada uma intendência, sem minha audiência, sucederam-se muitos outros atos idênticos, que causaram clamor entre os antigos conservadores.

Por fim, tendo vagado a Superintendência da Fazenda, mandaram vir de S. Borja o Sr. Homero Batista, por falta de homens em Porto Alegre, para exercer o cargo.

O exclusivismo político estava bem acentuado; não havia mais que duvidar dele.

Esta terra tinha sido conquistada por eles; o domínio absoluto lhes pertencia. Nós devíamos limitar-nos ao papel de auxiliares obedientes.

De todos os pontos da fronteira, chegavam-me reclamações das perseguições que sofriam os conservadores antigos, meus leais companheiros de todos os tempos, e da desconsideração com que eram eles tratados pelas Comissões Executivas locais.

A fazenda do Coronel Estêvão Câmara tinha sido invadida por ordem da intendência genuína, em Uruguaiana; os alambrados desse respeitável cidadão foram arrombados. De outros pontos, as mesmas e desagradáveis notícias forçaram-me a ir a Palácio e a dizer aos superintendentes, perante o Sr. Carlos Flores, que vissem bem a posição em que me colocavam.

Ninguém, pois, me poderá argüir de precipitação. Limitava-me a dizer aos amigos que não era solidário com essas tropelias e desconsiderações; que se alistassem e aguardassem a ocasião oportuna para fazerem valer os seus direitos e a sua influência. Tinha sido publicado, nas páginas de honra da “Federação”, o programa de um grande partido socialista que ia ser organizado neste Estado, quando fui a Pelotas no dia 22 de março.

Encontrei os espíritos alarmados com o tal programa e mais de um antigo chefe conservador me perguntou: — Para onde o senhor nos quer levar? Tomei a resolução inabalável de tornar clara a minha posição política para não perder os únicos elementos bons com que podia contar em todo o tempo, para firmar a República Conservadora.

Em resposta à carta que me dirigiu o meu colega e amigo Dr. Fábio dos Reis, deixei bem acentuado o meu modo de pensar sobre a atualidade política. Essa carta, que mereceu os aplausos de todos os homens bem intencionados, foi lida com olhos vinhosos pela gente diretora da política da “Federação”.

Ao regressar a Porto Alegre, conheci logo que os tinha como adversários, à vista da atitude manifestamente hostil com que era recebido. Isso, porém, me era indiferente. Nunca recuei diante de dificuldades.

Surgiu, por esse tempo, a questão do Banco Emissor. O Governo Provisório, não querendo ceder às imposições que lhe faziam os diretores da “Federação”, mandou instalar o Banco e demitiu o Governador Frota e seus auxiliares.

Coube-me a melindrosa sucessão no meio de um verdadeiro caos administrativo.

No dia 6 de Maio, à uma hora da tarde, assumi a administração do Estado, somente por consideração ao Generalíssimo e às instâncias do Governo Provisório, procurando cercar-me dos bons elementos republicanos de todas as origens, preferindo, em todo caso, o genuíno. Nomeei para Inspector da Instrução Pública o Dr. Joaquim Antônio Ribeiro — genuíno. Para Diretor da Escola Normal foi nomeado Apeles Porto Alegre, — genuíno — irmão do decano dos republicanos do Estado. Para Superintendente das Obras Públicas, nomeei o Sr. Dr. Domingos Francisco dos Santos, — de origem conservadora. Para Delegado de Polícia, o Sr. Dr. Antero d’Avila, — de origem liberal. Para Superintendente do Interior, convidei o Dr. Joaquim Pereira da Costa, — genuíno, que, em telegrama de 7 de maio, me respondeu nos seguintes termos: “Sigo Cruz Alta; peço permissão contestar dali honroso telegrama de V. Exa.” Ponderei ao Dr. Costa que urgia reorganizar o Governo do Estado e insisti para que viesse assumir o cargo.

Obtive a seguinte contestação a 8: “Penhorado. Não me é possível aceitar convite de V. Exa.”.

Dirigi-me, logo, ao Sr. Dr. Piratinino de Almeida, convidando-o para o lugar de Secretário de Estado, a quem queria também confiar a Superintendência do Interior, depois de recebido o telegrama do Dr. Pereira da Costa.

O Dr. Piratinino de Almeida telegrafou-me nos seguintes termos: “Sou vosso amigo e patriota, conta com o meu fraco apoio ao vosso Governo e ao do Centro, em prol da República. Merecem-me ambos inteira confiança. Peço-vos, porém, me releveis de aceitar o lugar de Secretário que me ofereceis. É-me impossível. República só me terá a seu lado sempre como obscuro soldado. Agradeço distinção e escreverei primeiro vapor”.

De fato, recebi a carta do Sr. Piratinino de Almeida, da qual transcrevo o seguinte trecho: “Agora não um conselho, mas uma lembrança a bem da República e sobretudo do nosso Estado: Esquece qualquer ressentimento e coloca-te acima das pequenas cousas, mostra-te desapassionado e patriota e trata

não só de tolerar como de te cercar dos antigos ex-conservadores, dos poucos “gasparistas” leais e dos republicanos sobretudo. Se estes erraram, não te chamando para, junto deles, a fim de com eles partilhares os amargores e doçuras do poder (o que sempre reprovei) dá tua lição, chamando-os aqui” (esta carta é de 12 de Maio).

Entretanto, este mesmo Sr. Piratinino de Almeida, que tão salutar conselho me deu e que eu estava seguindo cuidadosamente, passou, depois, o seguinte telegrama publicado na “Federação”: “Felicitamos nosso Estado por ter sua frente tão conspícuo cidadão. Contra os traidores, ora conhecidos pela República, a bem da ordem e sua salvação, contai, etc., etc.”.

Confrontem este telegrama, de 15, com os conselhos da carta de 12, e julguem os meus amigos do critério com que se me condena.

Depois da recusa do Dr. Piratinino de Almeida, dirigi-me ao Dr. Vasco Pinto Bandeira, de quem obtive a seguinte e definitiva resposta: “Não posso aceitar honrosa confiança. Carta explicarei”.

Esta resposta foi-me dada a 11 do corrente.

À vista disso, mandei chamar o Sr. Paulino Chaves, no dia 12, e com esse amigo combinei tomar ele a Delegacia, passando o Dr. Antero d’Ávila para a Inspeção da Instrução Pública, assumindo o Dr. Joaquim Ribeiro a Superintendência do Interior.

Vê-se bem manifesta a intenção de congregar todos os elementos republicanos, dando preferência aos anteriores à 15 de novembro.

Não obstante a correção do meu procedimento, os homens da “Federação” faziam propalar, por todo o Estado, as minhas ligações íntimas com o gasparismo, traindo a República!

A intriga e a calúnia foram as armas habilmente jogadas para conseguirem o fim. E aqueles mesmos que assim procediam, telegrafaram hoje para toda a campanha, anunciando o conagração da “Federação” com a “Reforma”! Quanta miséria vai em tudo isso.

No dia 7, às 3 horas da tarde, conferenciando com o Sr. Comandante das Armas, disse-lhe que ao Exército ficava confiada a segurança pública; que queria nomear um oficial superior Chefe de Polícia, para marchar de acordo com S. Excia., nas medidas concernentes à ordem pública.

De fato, depois da indicação de alguns nomes, ficou entre nós assentada a nomeação do Coronel Rafael Lima para aquele cargo, nomeação, essa, que assinei no mesmo dia.

Assevero que nunca tomei resolução alguma sobre a segurança pública; todas essas medidas eram indicadas por esses dois funcionários e por mim aprovadas.

Entretanto, no dia 6 de maio, sem que um só ato meu autorizasse, o Sr. Antão de Faria, de uma das janelas da casa do Sr. Frota, jogou-me expressões ofensivas: e, no dia seguinte, a “Federação” rompeu com a administração.

Neste mesmo dia, foi estendido o fio da conspiração, que devia terminar pela minha deposição.

O Sr. Assis Brasil veio para o sul, onde conferenciou com o Sr. Marechal Frota, nesta cidade, e com alguns oficiais militares. Seguiu, depois, para o Rio Grande, voltando, no dia 12, para Porto Alegre, levando o Sr. Capitão-de-Fragata Lorena, com as suas duas canhoneiras de guerra.

A intriga continuava a ferver e a todo o momento me chegavam avisos de reuniões e conferências dos comandantes dos corpos com o Sr. General Frota, e Comandante das Armas, e que a Escola Militar estava em alarme.

No dia 10, mandei chamar o Sr. Comandante das Armas, a quem dei conhecimento dos boatos que corriam e pedi que tomasse informações.

S. Exa. declarou-me que tudo era devido às notícias propaladas de que eu tratava de sua substituição, da transferência dos comandantes dos corpos e da Escola Militar.

Disse a S. Exa. que não temia a deposição; que ela importava na do Chefe do Estado, de quem eu era apenas delegado; que me depusessem e fossem ajustar contas com ele. Acrescentei: para provar que tudo isso é falso, vou passar um telegrama ao generalíssimo, pedindo que não faça alteração na força da capital enquanto eu estiver no Governo deste Estado.

De fato, passei o telegrama e entreguei ao Sr. General, aberto, pedindo que o mandasse ao telégrafo pela sua ordenança. À noite, voltou S. Exa. assegurando-me que os ânimos estavam calmos, pela certeza de que eram falsas as notícias adrede espalhadas.

Essa primeira tempestade passou.

No dia 11, à noite, Júlio Pacheco, exaltado partidário da “Federação”, disse altercando com alguns cidadãos: — Depois de amanhã, a política fica definida.

Neste mesmo dia, o Sr. General Comandante das Armas mostrou-me um telegrama do meu amigo Tenente-Coronel Adolfo Menna Barreto, dizendo que o Generalíssimo confiava que a guarnição me sustentaria.

No dia 12, choviam as denúncias e as prevenções por parte de conspícuos comerciantes.

Os horizontes pareciam muito toldados. Estavam anunciadas duas manifestações para a noite de 13 de maio: uma, ao General Visconde de Pelotas, que regressava do Rio; outra, em regozijo ao aniversário da emancipação dos escravos.

Reuni em Palácio o Comandante das Armas e o chefe de polícia e ponderei-lhes a conveniência de evitar essas duas manifestações à vista da excitação dos espíritos. Um encontro dos manifestantes poderia ser de graves conseqüências.

Foram essas autoridades de opinião que se devia proibir até as retretas à noite para evitar aglomeração de povo.

De fato, ficou o Sr. Coronel Chefe de Polícia de entender-se com os promotores das manifestações. À noite, voltou essa autoridade, dizendo-me que os promotores da manifestação ao Visconde de Pelotas cederam prontamente, mas que a União Republicana recalcitrava, tendo-lhe seu presidente dirigido um officio desatencioso. Ao que respondi: Eles querem um pretexto. Não lhes dê; procure o Frota e o Carlos Machado, e peça-lhes intervenção para que as cousas terminem em paz.

No dia seguinte, 13, às 11 horas, mais ou menos, recebi um cartão do General Frota, acompanhado da seguinte carta: "Ilustre amigo general Frota. A sua intervenção produziu o resultado que eu previa: os nossos amigos da União resolveram não efetuar a passeata cívica em virtude da sua solicitação. Serão por esta forma cumpridas ordens policiais". Estava assinado B. Cassal. Meia hora depois, recebi este outro bilhete, cujo nome omito: "...Comunicam-me que o General Comandante das Armas, Coronel Oscar e Tenente-Coronel Flores estiveram conferenciando hoje com o General Frota por muito tempo".

Às três horas da tarde, procurou-me uma respeitável senhora de nossa sociedade, pedindo que me acautelasse, visto estar definitivamente assentada a minha deposição, que a Escola vinha para a Rua dos Andradas incorporar-se com os sócios da União Republicana. Procurei sossegar espírito aflito da boa senhora, dizendo que a União não fazia festas. Ao que me respondeu: — Faz e o sr. vai ver.

Até ao escurecer, não me faltaram avisos.

Às 6 horas da tarde, apareceu em minha casa o Sr. Visconde de Pelotas, acompanhado de diversos officiais do Exército. Perguntou-me se sabia do que estava planejado; respondi-lhe que sim, mas esperava fazer abortar o plano pela prudência.

O Sr. Visconde retirou-se, voltando, logo, mais apreensivo ainda.

Por essa hora, veio procurar-me o Sr. Comandante das Armas que se recolheu ao meu gabinete, onde conversávamos, quando chegou o Sr. Chefe de Polícia, acompanhado de um official, que não conheço, e disse-nos que a União Republicana estava em festas. Disse-lhe que nada tinha com as festas internas. Redargui o official que uma banda de música tocava na Rua dos Andradas.

Não é justo, disse o Sr. Comandante das Armas, que, tendo se privado as famílias da música nas praças, como é de costume, esteja uma música a tocar na rua.

Então, voltei-me para o oficial e disse: pois peça ou intime para que a recolha.

Redargui o Sr. Comandante das Armas: “Mas o oficial não pode fazer uma intimação sem levar força para se fazer respeitar”.

Ao que respondi: sobre isso, V. Exa. delibere com o Sr. Chefe de Polícia; aos senhores está confiada a ordem pública.

Não devo omitir uma circunstância: às duas horas do dia 13, compareceu em minha casa o Sr. Capitão de Fragata Lorena, que tinha chegado de manhã com a canhoneira “Marajó”, tendo, no dia 12, fundeado em frente ao Arsenal de Guerra a canhoneira “Camocim”, procedente do Rio Grande.

Em conversa com as muitas pessoas que se achavam na sala, disse o sr. Lorena: — só me dei bem quando conspirei; o meu elemento é a conspiração.

Passados alguns momentos, para conhecer as suas intenções, perguntei: — em caso de necessidade que força pode o Sr. desembarcar para garantir a ordem pública? Respondeu-me o Sr. Lorena: — nenhuma e a minha gente está mal! Depois, isso não lhe serve de nada.

Às sete horas da noite, deu-se o conflito. A força que acompanhou o oficial que foi fazer a intimação se postou em linha à meia quadra abaixo do edifício em que funciona a União Republicana.

Informaram-me que, logo que a força apareceu, o Tenente-Coronel Flores foi ao grupo de povo que saía do edifício e disse: — “Dêem vivas ao Exército e ao 30º Batalhão”. O fato é que, depois dos vivas ao 30º e ao Exército, o povo dirigiu-se para a força, esperando que ela confraternizasse e juntando-se aos alunos da Escola Militar, que estavam na rua, viessem à casa do governador depô-lo.

A descarga ou alguns tiros, porém, adiou a minha deposição por algumas horas.

Dizem testemunhas presenciais que o Tenente-Coronel Vespasiano bradou aos seus alunos: “Escola! às armas”, mesmo momento, diversas pessoas vieram relatar-me ocorrências.

Em companhia do Sr. Visconde de Pelotas e de vários oficiais fui para Palácio, a fim de providenciar sobre os acontecimentos.

Às nove horas, compareceu o Sr. Comandante das Armas, dizendo-me vir da Escola, onde os alunos estavam exaltados, mas que “responsabilizara o Vespasiano” pelo que pudesse acontecer. Recomendei ao Sr. Comandante das

Armas que, no dia imediato, nomeasse um Conselho de inquérito para tomar conhecimento dos fatos e punir os culpados.

Mandei chamar os comandantes dos corpos, presente o Sr. Comandante das Armas; dei-lhes conhecimento das ocorrências, recomendando-lhes que providenciassem para que a ordem não fosse mais alterada, confiando nas providências tomadas para a punição dos culpados.

Pedi-lhes que fossem à Escola sossegar os rapazes.

Saíram todos: à 1 hora da madrugada, voltou o sr. Comandante das Armas, dizendo-me que a Escola vinha sobre a cidade com quatro bocas de fogo e que não havia remédio senão eu deixar o governo.

Declarei-lhe que era meu dever resistir e contava com elementos para isso.

Respondeu-me S. Exa. que a força tinha pactuado com a Escola e que eu não tinha elemento algum para a resistência. Abri a porta do gabinete e mandei entrar os oficiais que me cercavam. Relatei o que se passava e perguntei-lhes se estavam dispostos a acompanhar-me na resistência.

Todos me responderam que sim; mas, que já não tínhamos forças, visto que, mesmo a que estava em palácio, já se havia retirado.

À vista disso, passei ao generalíssimo um telegrama seguintes termos: “Ao Chefe do Governo Provisório. Rio. — Urgentíssimo. “Acaba de chegar o Comandante das Armas declarando que a Escola marcha sobre a cidade com quatro bocas de fogo; que não posso manter resistência, porque a força está com a Escola. Convoquei oficiais que se achavam presentes e todos foram acordes em declarar que não tinha elementos para resistir. Declarei que passava o Governo do Estado ao Sr. Comandante das Armas até que V. Exa. delibere”.

O Sr. Comandante das Armas pretendeu que eu declarasse no telegrama que passava o Governo para evitar efusão de sangue. Recusei-me formalmente, porque não estava habituado a faltar à verdade.

Passei o Governo, porque as forças tinham pactuado com a Escola e eu não tinha elementos para fazer respeitar o princípio da autoridade.

Quis retirar-me, mas S. Exa. pediu-me que esperasse, porque os comandantes dos corpos queriam autenticar o seu procedimento.

Tive a condescendência de esperá-los, mesmo porque queria colher mais alguma coisa.

Às 3 horas da madrugada, com grande arruído bélico, formados os corpos em frente ao palácio, assestadas as peças de artilharia, subiram ao gabinete o General Frota, o Comandante das Armas, comandantes dos corpos e da Escola e oficiais da guarnição.

Tomando a palavra o primeiro, fez o discurso de deposição, bem dispensável àquela hora, dizendo que 1.500 homens viriam depor-me se o Exército não tomasse a deliberação de fazê-lo e terminou garantindo-me a vida; generosidade que prontamente agradei.

Respondi-lhe que, desde que assumi a administração, entregara a ordem pública ao Exército, para o que tinha nomeado um chefe de polícia militar, de acordo com o Comandante das Armas. E nunca dera a ordem sobre a segurança pública; que todas as medidas eram resolvidas pelas duas autoridades; que, mesmo naquela noite, as providências tinham sido tomadas pelos Srs. Comandante das Armas e Chefe de Polícia, o que tudo foi confirmado por esses dois militares. Terminei recusando o oferecimento que me fizeram de acompanhar-me até minha casa.

Saí só. Ao chegar à rua, deparei um espetáculo de meter medo. Na frente, formava a Escola; entre os alunos, destacavam-se indivíduos de chapéu alto e espingarda na mão. Outros, em mangas de camisa e pés descalços, esbravejavam em brados: “mata o bandido, mata o traidor!”

Era uma verdadeira jacobinada. Ia já à meia rua, direito aos jacobinos, quando me alcançou o Sr. Comandante das Armas, travando-me o braço; foi então que notei ser acompanhado de alguns amigos e do Tenente-Coronel Oliveira Salgado. Assim terminou a conspiração, tão cuidadosamente tramada.

Qual foi o ato que acendeu as iras dos patriotas da “Federação” contra a minha administração? A nomeação do Sr. Antero d’Ávila? Mas Antero d’Ávila aderiu à República logo a 15 de novembro, ofereceu os seus serviços à causa comum, por intermédio do Dr. Domingos dos Santos; aceitou o cargo de inspetor de quartelão do 3º distrito, sendo, aliás, um homem de posição saliente na sociedade, de boa fortuna, completamente independente; de relações políticas estremecidas com o elemento “gasparista”, vivia Antero d’Ávila retirado da política, quando rompeu a revolução de 15 de novembro.

As minhas ligações com os “gasparistas?” Mas quem dá notícias delas senão o grupo da “Federação?” Quem nelas acreditou senão os que conspiravam pela porta do Governo e dos cargos que criaram? Se foram essas pretensas alegações “gasparistas” que aconselharam a atitude hostil, porque telegrafam presentemente aos seus adeptos, dizendo que a “Federação” e a “Reforma” congraçaram?

Molière, o teu tartufo tem imitadores na geração nova!

No dia 14, à noite, apareceu, em minha casa, o General Comandante das Armas e mostrou-me o seguinte telegrama, do qual tirei cópia com o consentimento de S. Exa.: Já que estais empossado no Governo desse Estado,

continuai nele, se Silva Tavares não quiser reassumir. Mandai, por escrito, comunicações completas fato, mencionando chefes, quer civis, quer militares. — Deodoro”.

Não figurou nessa trama um único chefe civil; os mesmos redatores da “Federação” semearam a intriga, maneжaram as forças armadas e incitaram os alunos da Escola Militar sem aparecerem à descoberta. A história da revolução francesa oferece muitos exemplos dos bons tipos revolucionários.

No dia 15, apareceu, novamente, na minha casa, o mesmo Sr. Lorena que, quanto mais falava, mais se comprometia, dizendo que não sabia nada da conspiração e pedindo-me cartas para o Generalíssimo, visto ter sido demitido e chamado ao Rio.

Recusei-me a escrever e disse aos amigos presente, depois que se retirou o Sr. Lorena:

“Se tivessem dúvida da conspiração, seriam, agora, forçados a acreditar, depois que ouviram esse homem”.

E se quisesse publicar, aqui, todas as informações que posteriormente me foram prestadas, faria um enorme capítulo de acusações, o que não é minha intenção.

Os poderes competentes encontrarão, neste manifesto, dados suficientes para fazerem justiça e os meus concidadãos matéria para julgar-me.

Não posso deixar de mencionar aqui o celebre telegrama passado por três membros do Tribunal da Relação de Porto Alegre e publicado na “Federação”.

Dizem os três grandes magistrados, incumbidos de distribuir justiça: — “Que a força atirou sobre as Janelas da “União”, repletas de senhoras e de crianças e que o povo depôs o Vice-Governador!”

É preciso muita coragem para, por esse modo, deturpar-se a verdade dos fatos. E admira que não ficasse uma só senhora ou criança ferida com tal selvajaria!

A força, postada à meia quadra da “União”, fazer frente ao povo, que estava na rua, não podia atirar sobre as janelas do edifício. Os tiros foram dirigidos ao grupo que vinha sobre a força, dispersando-se imediatamente.

A minha deposição foi imposta pela guarnição de Porto Alegre, exclusivamente. Não apareceu um único homem do povo em Palácio. Julguem, por isso, do critério e da dignidade dos signatários do telegrama aludido.

Pobre Estado! A quem está confiada a distribuição da justiça!

Depois do que acabo de expor, e para cumulo do escândalo, ainda as perseguições aos jornais da capital, obrigados, todos, pelo terror, a suspender a

sua publicação, e, ainda, o trancamento do telégrafo para a imprensa e para os que não pertencem à grei da “Federação”.

A mentira, a falsidade, a calúnia circularam por toda a parte e a ninguém foi permitido confundi-las, desmascará-las! Quanto assusta a verdade aos réus de alta traição e lesio-patriotismo!

A atualidade política não deixa mais dúvidas a ninguém. Os elementos anárquicos estão em campo. O programa socialista impresso na “Federação”; a partida da propriedade é chamariz que atrai as forças dissolventes da sociedade; a separação do Estado Rio-Grandense é aspiração de meia dúzia de indivíduos que nada têm a perder.

O primeiro passo está dado: foi a revolução de 13 de maio. Contra este estado de coisas, devem ligar-se os bons cidadãos, os verdadeiros patriotas. Desapareçam, para sempre, as rivalidades dos antigos partidos; esqueçam-se ódios velhos, liguem-se, todos, como um só homem, para livrar esta terra abençoada das garras dos jacobinos.

Um grito parte de todos os cantos do Rio Grande: A União dos Rio-Grandenses para a prosperidade da Nação.

Quem vos fala nada mais quer da política; será um simples auxiliar na nova ordem de coisas.

Sem pretensões, o conselho é desinteressado: Um por todos e todos pela Pátria. Porto Alegre, 16 de maio de 1890. FRANCISCO DA SILVA TAVARES”.

Logo após o aparecimento do manifesto de Silva Tavares, houve vários protestos de pessoas a quem o ex-Governador fizera referências.

Vamos publicar o mais importante dentre eles, assinado por dois generais e pelos comandantes de batalhões e da Escola Militar:

Ao país e aos nossos camaradas. — Imperiosos motivos, que se prendem à nossa posição, como militares, e ainda o sentimento da dignidade pessoal, nos aconselham a não promover, nem aceitar, polêmica com o Sr. F. S. Tavares, acerca dos sucessos da noite de 13 de maio, e suas conseqüências; aqueles mesmos motivos, entretanto, nos obrigam a dar ao país e aos nossos camaradas explicação cabal do procedimento da guarnição de Porto Alegre, não deixando campear incontestada a falsificação da verdade dos fatos e dos nossos intuitos.

Supremo dever nos obrigou a agir; em vão, más paixões e interesses feridos tentarão emprestar-nos outros móveis e intenções. Às vozes de vingança, ao perigo de geral conflagração, interpusemos atitude resoluta e decisiva, indeclinável no momento.

Temos consciência de que a nossa Pátria nos é devedora de lhe havermos poupado cenas horrorosas e, ao governo, de que somos fiéis servidores, dificuldades e amarguras.

Aceitamos, pois, plenamente, perante o poder constituído e o país, a plena responsabilidade do nosso procedimento.

Exporemos primeiramente os motivos que deram lugar aos fatos ocorridos e depois os mesmos fatos na parte em que interessam à guarnição de Porto Alegre.

Os motivos: — Obedecendo ao sistema de calúnia e intriga, que parece, hoje, mais do que nunca, preponderante, tem se querido denegrir o nosso procedimento, tentando fazer acreditar que ele foi fruto de plano premeditado, e concluindo, daí, que a patriótica intervenção da força, que representávamos, foi simplesmente uma sedição.

O bom senso mais vulgar enxerga o desmentido de tão falsa acusação nos próprios termos dela, cotejados com os fatos. Onde se viram sediciosos, revolucionários, que, vendo desprestigiada a autoridade (e uma autoridade interina) e no seu desprestígio envolta a segurança da ordem pública e a estabilidade do governo, impõem silêncio às paixões do momento e ocupam o posto desamparado, fazendo imediatamente ato de obediência ao poder contra o qual os supõem rebelados?

Estão aí as palavras do Comandante das Armas ao Governo Provisório, do Comandante das Armas, que nem sequer cometeu um arbítrio, justificável no caso, de salvação pública, de que se tratava, pois assumiu o cargo abandonado, no seu caráter de primeira autoridade militar do Estado; estão aí as suas palavras, explicando os sucessos ao chefe da Nação e do Exército e fazendo-lhe voto de subordinação.

Seriam sediciosos de nova espécie esses que fizessem sedição, por amor à sedição, entregando logo o poder usurpado ao seu legítimo ocupante.

Na imputação que nos fazem, nem reparam os nossos desastrados acusadores que envolve ofensa ao heróico chefe da Nação, que, aceitando as explicações de nossa conduta, seria cúmplice do nosso crime. O cidadão que preside aos destinos da nossa Pátria nos conhece, conhece o Exército de que somos não pequena parte; tem bastante patriotismo e bom senso para compreender e repelir a mistificação em que o querem envolver os que não enxergam outro modo de fazer carreira e figura, senão adulando o poder, sem cujo apoio estão convencidos da sua incapacidade.

Para provar a existência da suposta premeditação, alegam-se coisas da ordem das que, em seguida, enumeramos: A viagem de um cidadão ao sul do

Estado, coincidindo com a vinda a esta capital do Comandante da Flotilha, que, desde muito, havia resolvido tal digressão, como é fácil demonstrar com grande número de testemunhas e documentos escritos:

A visita de simples cortesia feita pelo referido cidadão a um general de divisão, residente em Pelotas, o qual, com a autoridade do seu nome respeitável, atesta o objeto inocente de tal visita;

O fato de ter rompido em oposição ao administrador interino um jornal político desta cidade, que, se merece aos militares o maior conceito, não é, entretanto, seu órgão; o fato de conferenciar, algumas vezes, com o General de Divisão Júlio Frota, o Comandante das Armas, que o próprio Vice-Governador declara que mandou procurar aquele general e que, como homem delicado, procurava-o em casa, e não o convidava para conferenciar na rua;

As visitas que os chefes militares faziam, por simples cortesia e camaradagem, a um chefe estimado e amigo;

Avisos de que estava em alarma a Escola Militar, que, aliás, se tivesse intenção de conspirar, não estaria em alarma, que denunciasse o seu intento, nem andariam os alunos dela, em grande número, passeando descuidadosamente, quando se deu o atentado, sem exemplo, de treze;

O fato de constar haver um honrado e pacífico negociante desta praça profetizado que brevemente a situação política se definiria;

Ter uma senhora, acessível, sem dúvida, às impressões mais infundadas, manifestado ao Vice-Governador que pensava que ele seria deposto, pois a Escola Militar se incorporaria à “União Republicana”, quando é certo que, como acima aludimos, grande número de alunos da Escola vagava, sem armas, desprevenidamente, pelas ruas, mesmo passo que à “União Republicana” se congregava para festejar o aniversário da redenção dos cativos;

Um bilhete recebido pelo Vice-Governador, no dia treze, às onze horas da manhã, prevenindo-o de que o Comandante das Armas, o Coronel Artur Oscar e o Tenente-Coronel Flores conferenciavam com o General Frota, quando a verdade é que este último comandante não saiu de sua casa, a treze, senão ao escurecer, e acompanhado de sua esposa, filhos e mais uma senhora de sua amizade; o Coronel A. Oscar só foi, à noite, à casa do General Frota para cumprir o piedoso dever de dar-lhe pêsames pelo falecimento de uma irmã, e o General Carlos Machado, Comandante das Armas, não esteve com o General Frota senão no dia doze e acompanhado do Chefe de Polícia, dizendo ambos que se apresentavam em nome do Vice-Governador para pedir a intervenção do referido General, no sentido de ser obstado o passeio cívico que projetava a “União Republicana”, pedido a que ele atendeu, obtendo o resultado desejado pelo

Vice-Governador; finalmente, outras alusões mais ou menos positivas, marcadas todas com a nota singular de encontrarem em si mesmas o desmentido.

Pôde alguém, assistido do mais vulgar bom senso com tais dados, lançar sobre uma parte respeitável, em número e qualidade, do Exército Brasileiro, tão tremenda denúncia, como a de traição à autoridade constituída?

Os fatos: — Se nas imputações com que se pretende desnaturar as nossas intenções, a visível falta de critério, ou falsidade, não são mais verdadeiros os fatos referidos passados antes do acontecimento principal, durante ele e depois dele.

Não é verdade que o Vice-Governador confiasse absolutamente à força pública a segurança da cidade; porque, como está demonstrado, pelo inquérito respectivo, foi distribuído, a capangas, armamento da Guarda Cívica, fato a que se liga certamente a ordem, felizmente impugnada a tempo pelo General Carlos Machado de fornecer a tesouraria um conto de réis para despesas “secretas”; não é verdade, porque, para não deixar dúvidas, aí estão documentos assinados pelo próprio Vice-Governador, já publicados pela imprensa, ordenando ao Comandante das Armas que mandasse colocar força de linha de prontidão em uma praça pública, à disposição da polícia, e recomendando-lhe que efetuasse a prisão dos promotores de manifestações a cidadãos que, certamente, as mereciam, porque, recentemente ainda, eram as primeiras autoridades e funcionários do Estado.

Não é verdade que o Comandante das Armas aconselhasse ao Vice-Governador fazer acompanhar de força, e muito menos com cartuchos embalados, oficial da Guarda Cívica, que iria intimar a dissolução do grupo de povo que estacionava em frente do edifício da “União Republicana”; que disse o Comandante das Armas foi que não era prudente, nem de uso mandar o oficial, sem duas ou três ordenanças, o que é certo e atestamos pela honrada palavra do Comandante das Armas é que o Vice-Governador, por duas vezes, ordenou peremptoriamente ao Chefe de Polícia que fizesse retirar a música que tocava em frente ao edifício da “União Republicana” e dissolver o agrupamento, pretextando que o governo, as autoridades e o Exército não podiam ficar desmoralizados, tudo isto apesar das ponderações do Chefe de Polícia, que afirmava tratar-se de uma reunião pacífica.

Não é verdade que o oficial que acompanhou a força, comandando-a, fizesse nenhuma intimação para dissolver-se a pacífica reunião; dois de nós e alguns outros militares que estavam entre o povo que circulava na rua, e que escaparam milagrosamente às descargas, não ouviram intimação alguma, e ela realmente não se deu.

Não é verdade que o Tenente-Coronel Vespasiano, Comandante da Escola Militar, por ocasião do atentado, gritasse: “Escola, às armas!” Ouvindo as detonações, vendo caírem cidadãos feridos, mortalmente, notando no grupo muitos dos seus comandados, expostos aos tiros, e, mesmo, querendo arredá-los de qualquer distúrbio que se desse, o Comandante bradou simplesmente: “Alunos, à Escola!” A sua voz foi prontamente obedecida. Tanto o Comandante da Escola, como o do treze batalhão, também presente, empregaram todos os meios para fazer cessar o atentado, já promovendo a dispersão do povo, já intimando aos soldados que cessassem fogo. Releva notar, aqui, que, se a Escola estava aparelhada para a sedição não se compreende como os alunos não confraternizaram com o povo, segundo anunciava o bilhete a que alude o Vice-Governador. É certo que, no edifício da Escola Militar, fora resolvida a deliberação que se conhece; mas o fato de ali se reunirem os Comandantes dos Batalhões e o das Armas, foi devido à ordem do próprio Vice-Governador, que ali os mandou no intuito de acalmar os ânimos dos alunos, que ele julgava superexcitados, depois das descargas da Rua dos Andradas.

Não é verdade que o Comandante das Armas convidasse o Vice-Governador a esperar as forças que se dirigiam ao palácio e que aquele cidadão esperasse por “condescendência”; esperou espontaneamente. Nessa ocasião, o General J. Frota não fez discurso algum, de deposição, como afirma o Vice-Governador; aquele General apresentou-se em palácio a chamado do Vice-Governador, que o convidou a comparecer com os chefes militares, a fim de explicar-se.

Não disse que 1.500 homens viriam fazer a deposição; mas sim que havia aquele número, mais ou menos, de pessoas do povo armadas e que, sem dúvida, cenas de sangue se dariam, se o Vice-Governador não tivesse passado o cargo ao Comandante das Armas, autoridade legal e competente, no caso, para conter a ordem. Demais, em nada é estranhável a presença do General J. Frota no lugar do perigo: como militar, conhecedor dos seus deveres, não podia deixar de acudir ao toque de rebate e chamada ligeira, recolhendo-se ao quarto mais recôndito da sua casa; a sua alta patente é mais uma consideração para explicar o seu procedimento no sentido de evitar efusão de sangue. O Vice-Governador não saiu só de palácio, como diz; foi acompanhado, desde a porta do edifício, até sua casa pelo Comandante das Armas, Major Guillon e mais cinco ou seis oficiais. O Vice-Governador insinua que a resolução patriótica da guarnição de Porto Alegre não foi aprovada pelo benemérito chefe da Nação. É certo que, por motivos fáceis de compreender, a primeira impressão do bravo Generalíssimo Deodoro não foi favorável ao nosso procedimento, o que o Comandante das

Armas teve a lealdade de mostrar ao próprio Vice-Governador, exibindo-lhe o telegrama que isso denotava; e que ele, procedendo infielmente, publicou; mas, como já é público, melhor informado, logo no mesmo dia, o grande cidadão dirigiu-se ao Comandante das Armas, cientificando-lhe que aceitava as explicações que lhe foram dadas e confiava-lhe a manutenção da ordem, até a vinda do governador nomeado, isto é, exatamente o que havia resolvido esta guarnição. — Não queremos levar além estas explicações ao país e aos irmãos de armas.

Não era nosso principal intuito rebater as falsidades contra nós publicadas senão quanto bastasse para clarear os fatos a que se prende a nossa responsabilidade e a nossa honra, sagrado objeto que temos o dever de defender, ainda tendo de tocar nos assuntos mais repugnantes.

Aparecendo com as armas na mão em nome da salvação pública, ou falando serenamente aos nossos concidadãos, não nos anima o desejo de tornar simpática, ou impopularizar esta ou aquela parcialidade política; como cidadãos cultivamos nossas opiniões; como soldados, fazemos simplesmente o nosso dever, e assim possamos dar sempre à nossa Pátria testemunho de que bem compreendemos, como na madrugada do dia 14. Procurará talvez alguém desnaturar a nossa intervenção, fazendo-nos passar por instrumento de ambições políticas: solenemente declaramos que julgáramos a nobre corporação, à que pertencemos, desonrada e profundamente perigosa ao bem público, no dia em que trilhasse tal terreno.

Porto Alegre, 4 de junho de 1890. — General de Divisão Julio Frota, General de Brigada Carlos Machado de Bittencourt, Coronel A. Alves Pereira Salgado, Coronel Artur Oscar, Tenente-Coronel Vespasiano G. de Albuquerque e Silva, Tenente-Coronel Tomaz Thompson Flores.

Em princípios de junho, portanto, durante o Governo do General Cândido Costa, achando-se o Dr. Barros Cassal em condições de fazer declarações, o Dr. Francisco Guillon, Chefe de Polícia, foi ouvi-lo em sua casa de residência, onde continuava em tratamento dos graves ferimentos recebidos na noite de 13 de maio.

Interrogado, declarou o ilustre propagandista que, tendo a “União Republicana” resolvido comemorar a data de 13 de maio com uma passeata cívica, o Coronel Rafael Fernandes de Lima, Chefe de Polícia do Governo Silva Tavares, procurou, na véspera daquele dia, obstar a realização desta comemoração, oficiando à diretoria “União” e comparecendo, à noite, no edifício daquela sociedade.

Nessa ocasião, ele, depoente, entendeu-se com aquela autoridade, fazendo-lhe ver que, ao invés da prática por ela adotada, devia dar ordens para impedir a

projetada passeata, bem assim que a autoridade ordena e não impetra, acrescentando que o que se achava autorizado a declarar é que a “União Republicana” estava resolvida a cumprir ordens explícitas; ao que tornou o Chefe de Polícia, Coronel Fernandes Lima, que não estava disposto a impedir reuniões que se lhe afiguravam legais, e que, portanto, insistia no seu pedido, esperando ser atendido.

Disse, mais, o Dr. Barros Cassal, que, no dia 13, depois de haver sido procurado pelo General Carlos Machado de Bittencourt e após a intervenção amistosa do General Júlio Frota, ficou definitivamente resolvido que o projetado passeio cívico não seria mais levado a efeito, em virtude do que se limitou a “União Republicana” a embandeirar o edifício e iluminar, à noite, a sua fachada.

Às sete horas da noite — acrescentou o Dr. Barros Cassal — a “União Republicana” fez postar duas bandas de música na frente do referido edifício, limitando-se a isso, exclusivamente a isso, os festejos comemorativos da data.

Àquela mesma hora, dirigiu-se o depoente para o edifício, acompanhado de duas irmãs moças e de uma sobrinha de seis anos e do Sr. João Henrique de Oliveira Knorr, que também ia com sua família.

Ao penetrarem, todos, no edifício da “União”, já ali se achava grande número de cidadãos em íntima e festiva reunião, notando, então, ele depoente, que, na rua, havia número limitado de homens, senhoras e crianças, fato que atribuiu ao terror do pânico gerado pelos boatos oriundos das ordens e disposições policiais, bem como da ostentação de força armada, previamente postada em vários pontos da cidade.

Acrescentou que, então, subiu ao edifício da “União”, em procura dele, Dr. Barros Cassal, um oficial do Exército, que era o Tenente-Coronel Oliveira Salgado e que este, chamando-o a um canto, em reserva, pediu-lhe que fizesse dissolver a reunião, fazendo, ao mesmo tempo, recolher ao interior do edifício as músicas que tocavam na rua, ao que ele, depoente, respondeu que não faria, principalmente por julgar aquela reunião de todo legal e de caráter pacífico, mas que, se ele, Tenente-Coronel Salgado, quisesse, podia intimar, estando certo de que a sua intimação seria de pronto atendida, ao que se recusou o citado oficial, alegando não dever fazê-lo, visto ali não exercer nenhuma autoridade, por isso que viera apenas pedir e aconselhar.

Disse, mais, que, ao se retirar o Tenente Coronel Salgado, compareceu, ainda, a procurá-lo, a ele depoente, um oficial da Guarda Cívica, que, lhe disseram, depois, ser o Capitão Luiz Teles, o qual, fazendo idêntico pedido, teve resposta à contestação dada antes ao Tenente-Coronel Salgado; que foi, logo após a retirada desse oficial, que ele, depoente, teve notícia de que uma força de

linha se aproximava do edifício da “União”; que, imediatamente, recomendou aos cidadãos presentes, em número superior a cinquenta, que não saíssem do edifício, que guardassem a maior calma e prudência diante daquela grosseira provocação, recomendando, ao mesmo tempo, ao seu amigo Alencastro de Andrade, que se postasse diante da porta da sala e impedisse a saída de quem quer que fosse, o que foi, desde logo, cumprido; que desceu então, só, as escadas que davam saída para a rua e que, ali chegado, notou, distanciado da força, que já se achava postada na rua, um grupo de 20 ou 30 cidadãos, que cercavam o Tenente-Coronel Salgado, que a ele se dirigia, pedindo que se retirassem incontinenti.

Depois de observar que já a esse tempo se haviam retirado as bandas de música e a rua se achava quase deserta, dirigiu-se o Dr. Barros Cassal para o grupo, onde arengava o referido Tenente-Coronel, a quem falou, mais ou menos, nestes termos: “Estavam todos dispostos a retirar-se, cumprindo a mais ilegal das ordens emanadas de autoridades constituídas; que lhe custava a acreditar aquele bravo oficial estivesse em tal emergência convertido em instrumento caprichoso do Governo, que acabava, naquele momento, de perder todo o direito à consideração pública; que a “União Republicana” estava ali cumprindo o dever patriótico de uma comemoração cívica, mas, como quer que fosse, cedia à força, para dar arras de seu amor à ordem”.

Prosseguiu o depoente dizendo que, sem que houvesse a autoridade feito qualquer intimação, o pequeno grupo dissolveu-se, descendo a maior parte a Rua do Comércio e seguindo ele, Dr. Cassal, acompanhado de meia dúzia de pessoas, para o lado onde se achava postada a força, pretendendo, então, dirigir-se ao comandante dela e pedir-lhe que se retirasse; que, na ocasião em que o grupo se dispersava, foram, da parte de alguns populares, levantados vivas à República, ao Exército e ao 30º Batalhão; que, ao aproximar-se da força, cerca de 25 passos, ouviu distintamente, e repetidas vezes, partida do seio dela, a voz de fogo; que, em seguida, detonou uma descarga, a começar da esquerda, indo morrer no centro, e, logo depois, nova descarga, que prostrou a ele, depoente, de quem imediatamente se accercaram diversos cidadãos sendo que, ainda então, vários tiros detonaram, despedaçando a bengala de um dos cidadãos que, abaixados, procuravam levantá-lo. Disse ainda o Dr. Barros Cassal não lhe foi possível observar a direção que tomou o Tenente-Coronel Salgado, por ocasião de ser disperso o grupo, de que apenas ouvira dizer que em um dos flancos da força se achava o Coronel Chefe de Polícia e Capitão Cunha Mattos. Afirmou, mais, o Dr. Barros Cassal, que, ao cair ferido por diversas balas, começou, desde logo, a perder muito sangue, não lhe sendo

possível observar mais nada e havendo sido incontinenti transportado para a farmácia do Dr. Ferro.

Disse, por fim, que, em relação ao fato, o dava como mero acaso, mas que notara, desde muito, visível má vontade da autoridade, pois que não só ele, Dr. Cassal, mas, também, a sua casa se tinha tornado, há muitos dias, objeto de espionagem de um bando armado, que se dizia polícia secreta, acrescentando que podia, com segurança, afirmar que, no dia 13 de maio, o Dr. Silva Tavares ordenara ao Coronel Chefe de Polícia que tornasse efetiva a prisão dele depoente.

A fundação da “União Nacional”

Reunião em casa do Visconde de Pelotas — Deliberações tomadas — O manifesto daquela corporação política — Apreciações da “Federação” sobre Silveira Martins — Discurso do conselheiro Antunes Maciel — Ataques aos propagandistas — A classe militar e a candidatura Deodoro da Fonseca — Rompimento de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria — O pronunciamiento das Executivas e o manifesto da representação federal no Congresso Nacional.

De longa data, existia, em Porto Alegre, a “União Republicana”, que contava com elevado número de sócios, adeptos do regime democrático, inclusive a quase totalidade dos propagandistas, que a fundaram.

Por sua vez, em princípios de junho de 1890, diversos políticos, opositoristas de destaque, arregimentaram-se e resolveram fundar a “União Nacional”.

O Partido Liberal continuava intacto, obediente à direção do seu chefe interino, o Coronel Joaquim Pedro Salgado, a quem Silveira Martins, do exílio, confiara essa missão; o Partido Conservador, embora tivesse sofrido a deserção de uma boa parcela de correligionários que se passaram para os republicanos, contava, ainda, com elementos de primeira ordem, que se uniram aos gasparistas. Por sua vez, um número seletivo, embora reduzido, de propagandistas, descrentes pelos rumos que iam tomando as coisas governamentais do Rio Grande do Sul, também se manifestou solidário com os antigos políticos do Império, para formar uma grande agremiação, capaz de, nas urnas, dar mostras de sua superioridade numérica sobre seus adversários.

Resolvida a fundação desse partido, aderiram logo à idéia homens de elevado destaque, em todo o Rio Grande do Sul.

O Conselheiro Henrique d'Avila, figura de alto relevo no Partido Liberal, Ministro da Justiça, que fora, no regime Imperial, estava no Rio de Janeiro, e, ao ter conhecimento daquela resolução, embarcou para Porto Alegre.

Outro rio-grandense ilustre, que também fora ministro no regime monárquico, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel, embarcou em Pelotas, rumo a Porto Alegre, para tomar parte na reunião do novo partido.

E, como esses dois ilustres estadistas gaúchos, muitos outros vultos de grande valor se movimentaram para criar a nova agremiação política, que passaria a denominar-se “União Nacional”.

A 3 de junho de 1890, na casa de residência do Visconde de Pelotas, à Rua Duque de Caxias nº 968, defronte à Rua General Auto, realizou-se a primeira reunião para a fundação do novo partido.

Presente grande número de pessoas de influência, assumiu a presidência da sessão o Visconde de Pelotas, que explicou os seus fins e abordou a situação política por que vinha atravessando o Estado.

Seguiu-se com a palavra o Dr. Francisco da Silva Tavares, que recém chegara do sul do Estado, para onde embarcara, a fim de arregimentar elementos que contribuíssem para a fundação do novo partido.

Falaram, logo após, na ordem que segue, o Dr. Germano Hasslocher, brilhante orador e jornalista emérito; o Coronel do Exército Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, posteriormente Marechal e chefe de um dos corpos do Exército Federalista, na revolução de 1893; os Conselheiros Henrique d'Avila e Francisco Antunes Maciel, e o Dr. Adriano Nunes Ribeiro, um dos redatores da “Reforma” e que propôs fosse aclamado presidente do diretório do novo partido o Marechal José Antonio Corrêa da Camara, Visconde de Pelotas.

A maioria dos jornais do Estado noticiava esse fato como um grande acontecimento político, não escondendo as suas simpatias pela nova facção, que acabava de se fundar.

Em todo o Estado, reuniram-se os diretórios locais do Partido Liberal, que manifestaram, logo, o seu apoio á “União Nacional”, pedindo, por essa ocasião, a volta de Silveira Martins à terra natal.

Por sua vez, muitos conservadores, residentes em vários pontos do Estado, aderiram à nova agremiação política.

Até ao dia 5 de junho de 1890, “A Reforma”, órgão do partido de Silveira Martins, trazia o dístico de “Órgão do partido Liberal”.

Nesse dia, a velha e brilhante folha gasparista declarava haver sido celebrada uma coligação entre membros dos Partidos Liberal, Conservador e alguns dissidentes do credo republicano.

E adiantava, “A Reforma”, a propósito dessa coligação: “manter a ordem pública, abdicando a qualquer pretensão ao governo, como partido político, pomo de discórdia, no nosso meio, onde se debatem as mais exageradas ambições”.

No dia 10 de junho, “A Reforma publicava o manifesto da “União Nacional”, sob o título “Ao Rio Grande do Sul”.

Esse documento está assim concebido:

“O Rio Grande do Sul está intranquilo, sem confiança no andamento pacífico da República, certo de que o poder não é o poder na órbita dos interesses públicos, em que devia com esmero conservar seus predicados naturais. Sombrias apreensões, que a transformação orgânica do país não espargiu sobre nós — em sua iniciação — assaltam hoje nosso espírito, com presságios funestos; não porque as tradições se convulsionem para reconquistar o perdido império político, mas porque os erros, as violências, as fragilidades, a esterilidade e a confusão administrativa, de que são culpados os diretores da política aqui iniciada, têm tudo agitado, obscurecendo a atualidade e tornando suspeito o futuro. Os direitos individuais e o prestígio do poder público estão despídos de suas garantias: a descoberto, neles se escancaram as chagas por onde lhes escorre a vida.

Os interesses coletivos, econômicos, industriais, religiosos, intelectuais e materiais, se desfazem no abandono, porque os governadores mal têm horas para resguardarem a existência e assegurarem imune retirada desse palácio assombrado, de cujas escadas rolam com estrépito e escândalo social.

Não florescem, não existem, entre nós, nem prosperidade material, nem o conforto da tranqüilidade, nem deslumbramento da glória, nem o contentamento da liberdade, nenhum, portanto, dos bens sociais, cujo gozo em todo regime garante a ordem pública, tornando-a inacessível aos assomos das paixões subversivas.

O desespero atual não tem filiação nas reminiscências dinásticas, ou nas ambições de velhos partidos, sangrando de seus ressentimentos e despeitos contra as novidades da inversão orgânica da pátria, que glorificaram; não é a exprobação odienta ou egoística do passado, levantando-se contra as instituições ainda hibernadas nas regiões da ditadura, a exacerbada desconfiança que agora nos aflige e consterna.

Não; ela nasce dos vícios e defeitos desta época tragada por manhas e audácias, provocadoras da reação espontânea do instinto de conservação social; ela decai dos intuitos de ambições antipáticas à consciência popular; ela dimana dos desgovernos e das crises sucessivas que não fizeram desaparecer da vida pública a respeitabilidade que deve ser seu atavio e resguardo da soberania.

Esterilizar estes elementos de decomposição do corpo social; retirá-los do ambiente da vida civilizada que gozávamos é um incomparável dever cívico, cuja prática, por si só, constituirá alto título de benemerência.

Um passo nesse patriótico intuito foi caminhado. Representantes dos antigos partidos governamentais e propagandistas, ouvindo a voz do patriotismo, acordaram em reunir esforços, em prol da restauração da ordem e da liberdade, em ação comum, escoimada de prevenções partidárias, nesta época em que tudo, tudo é perturbação, perplexidade e aventura.

Para empecer todos ou alguns dos desenlaces fortuitos que ela comporta ameaçadoramente, liberais, conservadores, dissidentes republicanos, desviaram os olhos do poder constituído mal obedecido, para o poder soberanamente resistente, vivaz, da opinião, catando em todas as fontes as energias dos cidadãos para, condensadas numa força dútil, movida por uma só impulsão, aguardarem o futuro com tranqüilidade.

Sendo esta congregação de esforços devida aos fatos anômalos de agora, claro é que não podia ir além das causas e fins que a determinavam imperativamente.

Portanto, a operação a realizar-se nos apuros do momento, com aquelas inspirações; não podia ser mais do que a concentração accidental de forças políticas até aqui inativas, ou que agiam isoladamente pelo influxo de seus ideais e para seus fins peculiares, sem destruir, porém, o princípio e as tradições que cada uma continha na sua formatura partidária.

Nenhum partido podia abstrair de seu passado, nem duvidar de seu futuro; nenhum podia confessar-se morto; todos, como batalhões de regiões diversas, podiam formar um exército, conservando as suas bandeiras e os seus fardamentos.

A unidade da direção e a homogeneidade do movimento constituiriam as únicas novidades para as forças alinhadas no propósito de uma defesa comum.

E assim foi feito com a aliança denominada “União Nacional”.

Assinaladas as causas únicas de sua constituição, resta caracterizar o seu papel em frente dos poderes públicos, desejando-lhe os limites terminais das evoluções, cuja responsabilidade assumem os aliados.

Desde logo, pela mesma composição heterogênea da aliança, que é um conjunto de partidos e de concursos não partidários, porque podem formar nela também os cidadãos desagregados dos partidos existentes, se destaca como distintivo capital da mesma aliança a impossibilidade de ser uma força oficial, uma coletividade ao serviço político dos governos.

Neste serviço, os governos não poderiam dar um passo sem contrariar diretamente os interesses de algum dos partidos da aliança que os retiram da atualidade e do seio dela, mas com a condição natural de não serem os de uns sacrificados aos dos outros.

Não deve o governo achar na aliança pensamentos políticos comuns: não encontrará nela senão a idéia de manter a ordem, as liberdades públicas, a integridade nacional, nos termos das garantias escritas em nossos códigos, de cuja fiel observância depende principalmente a sólida organização da República Brasileira.

Não pode, portanto, pretender que estejamos incondicionalmente às suas ordens, de qualquer espécie que sejam, recebendo dele o santo e a senha em cada momento.

Formamos a massa de equilíbrio entre as possibilidades revolucionárias e as possibilidades tirânicas do poder constituído.

Temos consciência de nossa força, de nossos deveres e das fragilidades de que poderemos ser vítimas.

Todas bem ponderadas, sentimos que temos ânimo bastante e meios eficazes de cumprir aqueles e de evitar estas.

Portanto, não podemos ser partido oficial. Ainda mais: não podemos ser uma reunião de homens político esperando ou aceitando, para viver, os alentos do governo.

Tencionamos viver com o povo, para o povo e pelo povo; nada mais.

Entendemos que o pedir deve ser absolutamente neutro nesta época: e, como conseqüência, que ele tenha toda a liberdade na administração, na política e na escolha de seus funcionários, reservando-nos, nós, inteira liberdade de julgamento das ações e omissões dos seus decretos, que, entretanto, serão por nós obedecidos.

Portanto, admitindo que adote o governo alguns dos pensamentos da “União Nacional”, para ele daremos nosso apoio; e se escolher para seus funcionários alguns membros da aliança, essa escolha não importará prévia responsabilidade de nossa parte.

O funcionário, venha donde vier, que cumprir seus deveres, terá nosso apoio, será também nosso; se a eles faltar, terá nossa censura.

Assim a “União Nacional” não é um partido que absorvesse todos os outros partidos nela coligados; a “União” mantém, com plena independência perante o governo, cujos atos e propósitos fiscalizará, completa liberdade.

Não deseja o usufruto do poder; não espera merecer os seus favores; mas aceita toda solidariedade com ele, nos casos em que ela for impreterível, pela

garantia da ordem, da liberdade e da integridade nacional, prestando-lhe franco e decidido apoio.

Com estes sentimentos e idéias, apresentasse a “União Nacional”, solicitando a adesão de todos os cidadãos, convencidos dos altíssimos deveres que a todos pesam na melindrosa crise que nos aflige.

Não é um partido que vem disputar a outro partido ou a preeminência da opinião ou a posse do oficialismo: não; é a consciência rio-grandense desperta e revigorada que vem ante o governo e o país demonstrar que eficazmente quer que a República seja uma verdade, a liberdade, uma realidade, embora a muitos republicanos pareça que uma e outra possam ser adiadas para tempos infindos.

Responda ao nosso apelo cada cidadão refletidamente, inspirado, não pelos ódios, ressentimentos, ambições, paixões pessoais, muitas vezes legítimas, mas hoje perigosas; responda, ouvindo a voz da consciência e os clamores da Pátria unicamente.

Absolutamente não poderemos dar galões aos que combaterem em nossas fileiras, nem teremos, para os que contra ela se baterem, ódios ou perseguições: o bom e leal serviço que uns e outros prestarem ao Rio Grande do Sul, terão a recompensa do remorso ou a alegria produzida pela consciência de cada um. Porto Alegre, 8 de junho de 1890. O Diretório: Visconde de Pelotas, Presidente; Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Apolinário Porto Alegre, Dr. J. B. da Cunha Bittencourt, Catão Augusto dos Santos Roxo, Joaquim Antonio Vasques, Dr. Joaquim Pedro Soares, Ernesto Reinhold Ludwig, Adriano Nunes Ribeiro.

O Dr. Domingos Francisco dos Santos, membro do diretório, não assinou, porque estava ausente.

Em discurso pronunciado em Pelotas, sua terra natal, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel assim se referiu à fundação da “União Nacional”:

“A União Nacional” não é o que, cientificamente, se chama um partido político.

É o agrupamento de todos os cidadãos amigos da Pátria, que, tendo acolhido com dedicação a República, são vítimas do exclusivismo dos republicanos históricos, das violências e ultrajes que eles lhes infligem.

A “União Nacional” tem um programa: fazer respeitar a lei, concorrer para a reorganização da Pátria, para a garantia da ordem pública e para pôr a coberto de qualquer ataque aqueles de seus membros que mais expostos estiverem a sofrerem-no.

Não é uma coalizão organizada para a agressão, mas para a defesa.

O país é de todos; todos lhe dão o contingente do esforço pessoal e de sacrifícios, e, sendo assim, todos têm iguais direitos a intervir na sua administração.

Os exclusivistas não podem prescindir do apoio do povo que hoje desdenham, dos antigos partidos, que hoje buscam exterminar, de velhos, que hoje cobrem de ridículo; porque, com todos os erros e abusos, com todos os vícios do regime decaído, foram a força e o patriotismo desse povo, a dedicação desses partidos e a experiência desses velhos, que tornaram o Brasil grande e respeitado; que lhe deram as glórias, que assinala a história, que lhe deram 50 anos de paz e de uma liberdade de que hoje nos lembramos com saudade.

Os exclusivistas hão de procurar-nos, quando certos de sua inexperiência, quando convencidos de que não é com discursos bonitos, nem com festas e luminárias, que se governam os povos; virem que é pequena a sua força ante a responsabilidade da obra que encetaram”.

Poucos dias antes da fundação da “União Nacional”, a “Federação”, órgão do Partido Republicano, referindo-se ao tribuno rio-grandense, chamou-o de “odiento e raivoso”.

Já agora, passadas, apenas, duas semanas, o tradicional jornal da propaganda mudava de linguagem, quando fazia menção do nome do chefe do Partido Liberal.

Procurando evitar que os elementos de Gaspar Martins viessem a colaborar na “União Nacional”, que prometia tornar-se uma organização partidária respeitável, não só pelo número, como, também, pelo valor intelectual dos homens que trabalharam pela sua fundação, a “Federação” passou a exaltar a personalidade do eminente tribuno rio-grandense, escrevendo, em artigo de fundo, uma série de períodos encomiásticos ao popular e prestigioso rio-grandense.

Dizia a “Federação”:

“O Partido Liberal bem que, com a queda da monarquia, que ele sustentava, perdesse a razão de ser, sempre tinha uma explicação natural. Essa explicação era a existência do seu ilustre chefe, a fascinação profunda que ele chegou a exercer, por largo tempo, sobre o espírito de grande número de ardentes sectários.

O Sr. Silveira Martins possuía a primeira condição para arrastar as massas, especialmente tratando-se de um povo como o rio-grandense, no qual o temperamento emocional é tão acentuado: ele possuía todas as qualidades brilhantes, sabia falar do nobre orgulho rio-grandense, jugular a razão e mover o sentimento.

Além disso, o Sr. Silveira Martins era realmente um homem eminente, um chefe capaz de impor pela energia, seduzir pelo talento, vencer pela habilidade.

A fascinação que ele exercia sobre os espíritos havia de passar, porque a sociedade não pode ser perpetuamente presa de miragens; mas, antes disso, muito tempo havia de decorrer.

Só o Sr. Silveira Martins podia explicar a existência de seu partido.

Ora, acontece que, hoje, os homens da coligação, como condição para se aproximarem, tiveram necessidade de exigir, dos antigos liberais, que abrissem mão do seu ilustre chefe.

Com o esquecimento de Silveira Martins, o Partido Liberal está definitivamente dissolvido.

A coligação que surge, em lugar dele, viciada na origem, também morrerá, antes do prazo que marcou para o seu suicídio.

A terra que lhe seja leve!"

A paixão política predominava, cada vez mais acentuadamente, em todas as localidades do Rio Grande do Sul. Embora viesse, do Rio de Janeiro, como governador, nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, um homem estranho às facções que se digladiavam em campos opostos, as coisas, no sul, se encaminhavam para uma solução pouco satisfatória.

Aparentando neutralidade, o General Cândido José da Costa rodou-se, desde logo, dos propagandistas, a quem confiara as mais altas posições no seu governo.

Esse fato irritou, sobretudo, a opinião pública, a imprensa gasparista e independente, que começou a se manifestar, abertamente, contra ele.

Leiamos o que, a propósito, escreveu o "Mercantil", desta capital, em sua edição de 1º de julho de 1890:

"Moços vaidosos, sem nenhuma prática administrativa, os iniciadores da nova política não compreenderam o alto alcance do patriótico procedimento dos velhos partidos, e, julgando fraqueza onde só havia abnegação, muito amor aos interesses do Rio Grande, principiaram essa política de ódios e rancores, que deu em resultado a sizânia nas próprias fileiras e, em pouco tempo, a sedição de 13 de maio, de tão fatais conseqüências para o princípio da autoridade.

A anarquia, que esse desrespeito à primeira autoridade trouxe, repercute por todo o Estado, vendo-se o cidadão pacífico à mercê dos beleguins da polícia, que nada respeitavam, nem mesmo o sacrário do lar doméstico.

E tudo isso aplaudia o governo da sedição¹⁵ pela impassibilidade de reprimir o que seu exemplo autorizara pelo receio que então nutria de como seria recebido, pelo Governo Provisório, esse ato de rebelião.

¹⁵ O governo da sedição a que se refere o articulista é o do General Carlos Machado de Bittencourt, que, na madrugada de 14 de maio, substituiu o Dr. Silva Tavares.

Impassíveis não podíamos continuar ante o terror que se apoderava da família rio-grandense.

A necessidade se fazia sentir, de pôr-se um freio aos desmandos dos sediciosos, de garantir-se a paz e a ordem no Rio Grande.

Nasceu, daí, a idéia da “União Nacional”, a congregação de todos os elementos sãos da sociedade, que, sem querer a responsabilidade do governo, apoiavam-no nas medidas que tivesse de opor à anarquia que, no Estado reinava. O novo governador, Sr. General Cândido Costa, encontrou, na “União”, o mais sólido auxiliar.

Ela nada queria para si e para os seus, exigindo em troca de seu patriótico e desinteressado procedimento, que S. Exa. apenas procedesse no seu governo com a imparcialidade e justiça a que todos tinham direito.

Enganamo-nos.

O governo em vez de punir o crime, galardoou-o e em todos os seus últimos atos, não se enxerga outro móvel que o desejo de impelir-nos a um rompimento que nos ponha à mercê dos demagogos, a quem o Estado se entregou e que hão de prosseguir nessa política nefasta, que tanto mal está causando e há de causar ao Rio Grande.

A “União Nacional”, porém, representando a grande maioria do Estado, não se afastará do seu papel, e o pronunciamento das urnas há de salientar bem, que estamos com a maioria e quão correto tem sido e foi o nosso patriótico procedimento.

A política que seguimos é a da paz e da ordem é a única que convém ao Rio Grande, nas atuais emergências, é a única que há de sair vencedora, como o tempo o demonstrará.

Das urnas, só nos podem arredar à ponta de baionetas; só a elas sujeitaremos os nossos direitos, não porque não possamos repelir, com vantagem, a força, mas porque tudo envidaremos para evitar o derramamento de sangue, a desolação e o luto à família rio-grandense.

É esta a política do Rio Grande, é esta a política da “União Nacional”, que tão mal apreciada tem sido pelo Governo Provisório”.

Por essa época, os jornais antagônicos à “Federação” diziam que o Dr. Demétrio Ribeiro estava alijado da direção do Partido Republicano, pois um grupo de seus correligionários o tinham colocado em posição secundária.

A propósito, escrevia um vespertino, além de outros períodos:

“Para nós, está, de fato, alijado o Sr. Dr. Demétrio Ribeiro.

S. Sa. quer fatos para em tal acreditar? Eles para outros menos ingênuos, aí estão claros e palpáveis; o está para S. Sa., pior para S. Sa. — o “pior cego é aquele que não quer ver”.

Pouco tempo depois, Demétrio Ribeiro sustentava longa polêmica com Julio de Castilhos, abrindo brecha no Partido Republicano.

No dia 7 de julho de 1890, aportava a esta capital, procedente do Rio de Janeiro, o Dr. Julio de Castilhos, que ali fora conferenciar com o Marechal Deodoro da Fonseca sobre a situação política do Rio Grande do Sul.

Sobre essa viagem, dizia o “Mercantil”:

“Todo o mundo está ansioso pelo “mot d’ordre” que s. s. há de trazer, depois da conferência que teve com o Generalíssimo, apadrinhado pelo Sr. Dr. Ramiro Barcellos.

Tudo conseguiu — é o que dizem os seus íntimos — e esse tudo é de uma latitude tal, que nos deixa apreensivos sobre o destino de nós outros, míseros mortais, que não aceitamos a direção política do “alter ego” da situação.

Dizem que o Dr. Julio de Castilhos traz plenos poderes para vencer as eleições a todo transe, que carta branca lhe foi outorgada para derrocar todos os obstáculos que encontrar em seu caminho, assumindo, mesmo, o governo do Estado, na qualidade de 1º Vice-Governador, caso o Sr. General Cândido Costa não se preste às exigências que as circunstâncias determinarem.

Não cremos que o Generalíssimo tenha tanto ódio ao Rio Grande, que delegasse ao Sr. Dr. Julio de Castilhos tanta soma de poderes, como seus amigos apregoam”.

Julio de Castilhos, na viagem que fizera ao Rio de Janeiro, tornara-se às boas com o Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, e com o Sr. Rui Barbosa, vice-chefe do mesmo governo e Ministro da Fazenda.

Voltando a esta capital, apresentou Castilhos, a 10 de julho de 1890, pelas colunas da “Federação”, a candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca à primeira presidência constitucional do país, sendo apoiado pela grande maioria de seus correligionários e por numerosos oficiais do Exército.

A classe militar, porém, estava dividida: nem todos rezavam pela mesma cartilha.

Vamos, pois, apreciar a atitude que tomaram membros destacados do Exército, que serviam nas guarnições do Rio Grande do Sul.

O Tenente-Coronel José Cristino Pinheiro de Bittencourt era comandante de um regimento em Bagé, quando recebeu uma circular de vários oficiais do Exército da guarnição de S. Gabriel, que pediam o seu apoio à candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca à primeira presidência constitucional da República, e, caso isso não vingasse, propunham eles se interviesse por meio de uma sedição.

Respondendo aos seus camaradas, assim se manifestou aquele ilustre militar:

“Ao cidadão Tenente-Coronel Francisco de Paula Pereira. — Recebi, a 22 do corrente mês, a circular firmada pelos cidadãos Tenentes-Coronéis Comandantes do 4º Regimento de Infantaria, 4º Regimento de Artilharia e 4º de Cavalaria e Major Comandante do Corpo de Transporte, convidando aos companheiros deste Estado para, a todo transe, fazer triunfar a candidatura do Generalíssimo chefe do Governo Provisório à Presidência da República e aconselhando a união absoluta do Exército, a fim de, diretamente, intervir na política do país. Depois, alguns considerandos que traduzimos — revolução — caso sejam malogradas aquelas aspirações.

Reunidos, então, os oficiais do regimento, combinaram que o Exército de 15 de novembro de 1889 seria indigno dessa jornada e da Nação de que é guarda, se, esquecendo os deveres de honra e de lealdade que, para com esta, contraiu, abusasse dos elementos de que dispõe para de encontro aos princípios de liberdade e de ordem, de paz e de progresso, de que é garantia, abraçasse os desmandos, a anarquia, donde o desmantelamento social e o enfraquecimento da autonomia nacional, o descrédito, a desmoralização e a desonra do próprio Exército, que levantara a Pátria para abatê-la, pouco depois, no conceito estrangeiro.

Que, com estas proposições, julgamos fazer-nos compreender com relação ao objetivo da circular de que sois um dos signatários.

Quartel em Bagé, 21 de agosto de 1890. — José Cristino Pinheiro de Bittencourt.

— Por sua vez, vários oficiais do 29º Batalhão de Infantaria, estacionado em Pelotas, assim responderam aos signatários da circular:

“Aos cidadãos Tenente-Coronel Francisco de Paula Pereira, Antônio Fernandes Barbosa, Antônio A. da Fontoura Menna Barreto e Major Trajano de Menezes Cardoso — Os infrascritos, autorizados, respondem a vossa circular datada de 2 de agosto findo, pelos seus companheiros de arma ao 29º Batalhão de Infantaria, em reunião convocada e presidida pelo seu ilustre chefe, pensam desempenhar-se dessa incumbência, apresentando-vos as seguintes linhas:

Nós, antes de receber a vossa circular, já tínhamos resolvido empenhar nosso fraco concurso em prol da eleição do Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca para Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Do que, porém, jamais cogitamos foi de elegê-lo a todo transe.

Pensamos que o Exército é inseparável da Nação, e, desde o momento em que ele dela se divorciar, mentirá aos seus fins, para se transformar em instrumento cego da tirania.

Se, em vez de Deodoro, outro fora o nome indicado pela opinião nacional, única soberana para decidir nestes pleitos, teríamos para o invicto general, para o grande cidadão, aquele culto, aquela veneração que inspira os grandes feitos, os grandes homens, os beneméritos da humanidade, e, para o outro, o profundo respeito e a obediência esclarecida que desperta, nos espíritos cultivados, a autonomia constituída legalmente pela vontade popular — que é a Pátria.

O Exército Brasileiro não é uma porção de homens armados, separados do resto da Nação, agindo por inspiração própria, ou prontos para destacar de si núcleos de resistência para comprimir a livre manifestação do pensamento dos seus irmãos civis, não, mil vezes não.

É, sim, uma corporação regular, eminentemente nacional e patriótica, que jamais abandonará o povo donde é filha, para se lançar nos braços dos que pensam vencer pelo emprego da força bruta, pela ameaça e pelo terror.

Nós também pensamos como vós quanto à união do Exército, não com o fim único de manter intervenção direta nos destinos políticos do país, porque não desejamos retrogradar e nem organizar o regime da força, porém para sustentar, consolidar e conservar em plena paz a obra extraordinária e admirável que ao lado do povo constituímos a 15 de novembro de 1889.

Nunca, porém, pairou em nosso espírito a menor soma de dúvida a respeito da lealdade do elemento civil, porque foi justamente do seu seio que partiu a iniciativa da eleição do ilustre General para o lugar de Presidente da República, procedimento corretíssimo e livre que veio ao encontro dos nossos mais ardentes desejos. Estamos, pois, desobrigados de cogitar de um ponto estratégico para outro de resolução e muito menos de preparar elementos contra quem tem sido, em todos os tempos, um nosso fiel aliado.

Nos tempos agitados que atravessamos, tudo nos incita a conservar-nos no plano de nossa missão, garantindo a paz e mantendo a ordem.

A árvore da liberdade está plantada na terra da cara Pátria. Mantenhamo-nos, nós, na órbita traçada para a nossa missão — que a prosperidade aguarda o povo brasileiro e o juízo severo da história nos reservará a posteridade, a mais nobre ambição, a mais justa recompensa que os Exércitos modernos podem hoje aspirar.

Com estes concisos pensamentos, a comissão julga ter respondido a vossa circular, lamentando, entretanto, que não estejamos em perfeita harmonia de vistas. Pelotas, 1º de setembro de 1890. Saúde e fraternidade. Capitão Tito Pedro de Escobar, relator, Tenente Luiz Gonzaga de Lyra Flores, Alferes José Inácio Heschth”.

A “União Republicana” contava em seu seio um grande número de adeptos de Demétrio Ribeiro e tanto assim que os seus amigos apresentaram o seu nome, em assembléa geral, à senatoria à Constituinte, para o que se devia excluir um dos três candidatos que figurariam na chapa: General Júlio Anacleto Falcão da Frota, Pinheiro Machado ou Ramiro Barcellos.

Comparecendo à reunião avultado número de sócios, houve acalorada discussão entre “castilhistas” e “demetristas”, ficando resolvido o adiamento do assunto para outra assembléa.

A propósito, escrevia um vespertino, em sua edição de 13 de agosto de 1890:

“União Republicana — Este clube político, em sessão de assembléa geral de ontem, apresentou a candidatura a senador, por este Estado, do Sr. Dr. Demétrio Ribeiro.

Depois de larga discussão, em que era impugnada por uns e aprovada por outros, aquela candidatura, em que doestos foram, de parte a parte, dirigidos, foi deliberado que se adiasse, até nova reunião de assembléa geral, aquela discussão, que tão azeda trazia os ânimos.

A impugnação da candidatura do Sr. Dr. Demétrio Ribeiro foi feita pela gente da “Federação”.

É o que nos informam se passou, ontem, na assembléa geral da “União Republicana”.

Para elucidação completa do leitor, vamos dar-lhe a conhecer as acusações que se faziam aos republicanos, que disputavam “direitos adquiridos” junto ao governo do General Cândido Costa, a fim de conseguirem o seu apoio nas eleições que se iam realizar a 15 de setembro de 1890, para senadores e deputados federais à Constituinte.

Ao passo que, em vários Estados, como em São Paulo, em Minas, no Rio e em Pernambuco muitos republicanos de destaque se recusaram a fazer parte das chapas governamentais, no Rio Grande do Sul, — comentava-se nas rodas políticas — queriam os propagandistas, a todo transe, tudo para si: a senatoria, a deputação federal e estadual e todos os empregos públicos.

Naquele tempo, a minoria não tinha direito à representação nem no Congresso Federal, nem na Assembléa Estadual.

O General Cândido Costa, que lutou, a princípio, para se afastar dos partidos, cedeu, afinal, por circunstâncias múltiplas, para se envolver, embora discretamente, na política agitada do Rio Grande do Sul.

O “Mercantil”, folha sem filiação política e declaradamente independente, profligando a atitude dos propagandistas, escreveu, sobre o assunto em debate, o seguinte artigo, em seu número de 14 de agosto de 1890:¹⁶

“Que importa, para eles, o sacrifício do pundonor nacional, os bríos nunca conculcados da opinião pública deste Estado, se logram o seu intento, se satisfazem a sua tola e ridícula vaidade?

O governo não quer, no Congresso, fiscais dos seus atos, juizes que lhe tomem conta do esbanjamento dos dinheiros públicos, que ponham embaraços a essas convenções humilhantes, que, a troco de um reconhecimento prematuro, se viu obrigado a aceitar e a fazer com que o Congresso humildemente as referende, sem perscrutar se ofendem os interesses da Nação, se vão de encontro aos princípios sagrados da integridade do nosso solo, que se obrigou a entregar intacto ao assumir a direção do país.

Homens independentes, patriotas sinceros, não se querem, nem convém ao Congresso. Daí, essas chapas oficiais, compostas de nulidades, que, de

¹⁶ Ainda que esse artigo aparecesse nas colunas de um jornal independente, como o era o “Mercantil”, a sua linguagem bem demonstra a paixão que predominava no espírito dos dirigentes dessa folha, por tudo quanto dizia respeito à política republicana.

Muitas verdades disse o vibrante jornalista, mas exagerou, demasiadamente, em relação aos candidatos à senatoria e à deputação federal.

O articulista nega-lhes tudo, chamando-os, até, de nulidades, quando de fato, a chapa republicana era constituída de homens respeitáveis, dos quais, alguns, mais tarde, vieram a desempenhar elevadas posições no país. Dentre eles, podemos salientar Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Assis Brasil, Ramiro Barcellos, Homero Batista, Antônio de Faria, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott e Vitorino Monteiro.

Presidentes do Estado e chefes do Partido Republicano os dois primeiros, e exceto Pinheiro Machado, que representou o Rio Grande do Sul no Senado Federal, até a morte, os demais foram ministros no país e no estrangeiro.

Quanto aos outros componentes da chapa — Generais Manoel Luiz da Rocha Osório e Júlio Frota, Tenentes-Coronéis Thompson Flores e Menna Barreto, Vice-Almirante Joaquim Francisco de Abreu, Ernesto Alves, Alcides Lima e Pereira da Costa deixaram um passado digno do maior acatamento.

Thompson Flores, depois de fazer a revolução de 1893 ao lado do governo, sucumbiu, heroicamente, durante a guerra dos Canudos, na Bahia, no ano de 1897.

Demétrio Ribeiro, que, pelo talento e pela cultura variada de que era dotado, como escritor, principalmente, poderia ter prestado à sua Pátria os maiores serviços, retirou-se, desgostoso, para Paris, de onde só voltou, há poucos anos, para morrer na sua terra natal. Por lá conservou-se ele cerca de quarenta anos.

De volta ao Brasil, muitos amigos e admiradores seus lembraram o seu nome para Presidente da República. Houve, em seu favor, uma forte corrente, mas tudo foi inútil: Demétrio Ribeiro, o insigne sonhador de uma grande República, foi o único propagandista que se ausentou, descrente dos homens e das coisas políticas, para nunca mais disputar qualquer posição na sua Pátria. Entretanto, ninguém mais do que ele tinha esse direito.

Era engenheiro civil, natural de Alegrete, para onde foi levado o seu corpo. Foi um grande patriota e um rio-grandense eminente. Faleceu com a idade de 78 anos.

antemão, se comprometam à sanção de todas as ilegalidades praticadas, que, submissos, se corroem aos dislates passados e futuros que aprouverem à ditadura, de fato, praticar: à ditadura de direito, que, no país, se quer implantar.

Honra aos patriotas que recusam seu nome à chapa oficial.

Nem tudo ainda está pervertido no país. Ainda há caracteres ilibados, que se revoltam contra a ignomínia que se nos impõe. Ainda há patriotas. Não há que desesperar do futuro de nossa terra.

O Rio Grande, humilhado hoje, há de, altivo, levantar-se para expurgar, de seu solo, esses Judas que o sacrificam, que atiraram, ao limbo, tradições heróicas, que faziam, de seu passado, o mais justo orgulho de seus filhos.

Continuem os diretores da política republicana deste Estado na nefasta senda que encetaram. Tempo virá, e este não está longe, em que o povo abandonando a indolência a que se entregou, reivindique, para si, os direitos que se deixou roubar, e estampe, na frente desses filhos espúrios, o estigma com que se marcam os réprobos da sociedade.

Na oposição foi que o Rio Grande sempre se elevou, mostrando a força e a pujança da vontade de seus filhos. Naqueles tempos, tínhamos leias, recursos de que lançássemos mão quando a prepotência tentava estender suas garras à expansão do livre pensamento. Hoje, que tudo nos foi roubado, que, em torno de nós, só vemos a ditadura com a espada alçada sobre nossas cabeças, só temos o recurso da reação, no próprio terreno em que o despotismo a coloque.

Ela é tão legal, como o governo que se nos impôs. A covardia é um crime, quando se trata do futuro da Pátria.

Ela está em perigo. Aos patriotas cumpre salvá-la.

Aos patriotas dos Estados que recusaram seus nomes à chapa do governo, os nossos parabéns.

Vergonha e opróbio àqueles que não se inspiram em tão nobres exemplos!"

Vários propagandistas de relevo, entre eles os irmãos Apolinário Porto Alegre e Apeles Porto Alegre, já haviam abandonado as fileiras do Partido Republicano, quando, poucos meses depois, um dos maiores agitadores de então, João de Barros Cassal, se enfileirava na oposição, para hostilizar, francamente, Julio de Castilhos, por ter este lançado, pelas colunas da "Federação", a candidatura do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, à primeira presidência constitucional da República.

Estavam anunciadas para 15 de setembro daquele ano as eleições de senadores e deputados, quando foi consultado Barros Cassal se permitia a inclusão do seu nome na chapa do partido.

Negou-se, desde logo, e peremptoriamente, a aquiescer ao convite, alegando, como motivo, ser contrário à candidatura de Deodoro da Fonseca à mais alta investidura da Nação.

Instado sempre, para consentir que seu nome figurasse ao lado dos seus antigos companheiros de luta na chapa para deputados federais, Barros Cassal respondeu, por fim, aos mais influentes membros do partido, segundo narra a “Federação”, nos seguintes termos:

“Não insistam mais em incluir o meu nome; se o incluírem, declararei, na imprensa, que não sou candidato ao Congresso e exporei o motivo, que consiste no completo desacordo em que me acho quanto à candidatura do General Deodoro, e isto será inconveniente; se não fizerem a inclusão, estarei pronto a trabalhar ativamente, como sempre, e assinarei a proclamação dos candidatos quando houver de ser publicada a respectiva lista”.

Poucas semanas depois, era publicada a chapa do Partido Republicano, dela não fazendo parte, como era de seu desejo, João de Barros Cassal, que, por sua vez, não assinara a proclamação dos candidatos à senatoria e à deputação.

Homem de grandes recursos intelectuais e oratórios, agitador dos mais brilhantes e valentes que tem tido o Rio Grande do Sul, Barros Cassal passou para as praça públicas de Porto Alegre a fazer discursos incendiários contra a candidatura de Deodoro da Fonseca e profligando a conduta política de Julio de Castilhos.

Em meio de seus discursos, não deixava o orador de mencionar a parcialidade com que estava agindo o governo do General Cândido Gosta, em torno do momentoso assunto.

Ao mesmo tempo que isso ocorria, a “Federação” vinha publicando, havia dias, a chapa dos candidatos que o Partido Republicano ia submeter aos sufrágios do seu eleitorado a 15 de setembro.

Por sua vez, os amigos e admiradores de Barros Cassal, que eram numerosos nesta capital, embora fosse escasso o tempo para uma propaganda tenaz no Estado, resolveram apresentar a sua candidatura à deputação.

A chapa republicana era a seguinte:

Para senadores: General Julio Anacleto Falcão da Frota, Dr. José Gomes Pinheiro Machado e Dr. Ramiro Fortes de Barcellos.

Para deputados: Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, Dr. Fernando Abbott, Dr. Ernesto Alves de Oliveira, Dr. Julio Prates de Castilhos, Dr. Homero Batista, Dr. Demétrio Nunes Ribeiro, Dr. Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Dr. Antônio Gonçalves de Faria, Dr. Alcides de Mendonça Lima, Dr.

Joaquim Pereira da Costa, Vice-Almirante Joaquim Francisco de Abreu, General Manoel Luiz da Rocha Osório, Tenente-Coronel Tomaz Thompson Flores e Tenente-Coronel Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto.

Realizadas as eleições em todo o Estado, os candidatos da chapa do Partido Republicano obtiveram a seguinte votação: 29.426, o menos votado; 35.741, o mais votado, Barros Cassal obteve 7.219 votos.

Na capital, Demétrio Ribeiro, o mais votado da chapa, obteve 2.150 votos, e Barros Casal obteve 889.

Para a eleição de 15 de setembro, a “União Nacional” não apresentou candidatos. Entretanto, a ela concorreu o “Centro Católico”, que submeteu aos sufrágios de seus correligionários a seguinte chapa: Para senador, Dom Cláudio José Ponce de Leão, Bispo do Rio Grande do Sul. Para deputados: Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida, Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, Dr. Carlos Wallau, José Fialho Dutra e Dr. Luiz Englert. Esses candidatos não foram eleitos.

Antes da eleição realizada a 15 de setembro, em todo o país, para senadores e deputados federais à primeira Constituinte da República, já a “Reforma” afirmava que, “da forma por que a “Federação” encaminhava os fatos, os meios de que se servia, tudo indicava que a eleição não seria livre, que teríamos de cruzar os braços diante da violência”.

Assim é que, procedida à eleição, os jornais independentes e os da oposição faziam graves críticas às fraudes havidas, mencionando fatos, e comentando a atitude parcial tomada, nela, pelo governo do General Cândido José da Costa.

A propósito da fraude havida, além de enumerar outros casos idênticos, o jornal católico “A Época”, desta capital, em sua edição de 14 de outubro de 1890, sob a epígrafe “Protesto”, publicava o seguinte: “Os abaixo assinados, moradores nos 5º, 6º, 7º e 8º quarteirões da freguesia de Santo Antonio da Estrela, declaram e jurarão, se preciso for, que, na eleição de 15 de setembro, votaram na chapa apresentada pelo “Centro Católico” e protesto contra o resultado da apuração, que deu, apenas, quarenta e quatro (44) votos aos candidatos católicos, quando, pelas chapas depositadas na urna, deviam caber 89 votos aos mesmos candidatos.

Estrela, Novo Paraíso, 30 de Setembro de 1890. (Seguem-se 89 assinaturas).

O General Cândido Costa, que vinha governando o Rio Grande do Sul desde 24 de maio daquele ano, em princípios de outubro, isto é, quatro meses e pouco depois, já estava farto e cansado das coisas políticas que se desenrolavam no Estado, resolvendo telegrafar ao Marechal Deodoro da Fonseca, pedindo a sua demissão das elevadas funções que exercia.

O chefe do Governo Provisório e os seus ministros negaram, porém, a dispensa solicitada pelo General Cândido Costa, apelando para o seu patriotismo no sentido de continuar à testa dos negócios públicos deste Estado.

Atendendo, pois, a esse apelo, continuou o aludido militar a governar, ainda, durante algum tempo, o Rio Grande do Sul.

O “Mercantil”, em seu número de 15 de outubro escreveu sobre o mesmo assunto e sobre o regulamento eleitoral, então em vigor, o seguinte artigo:

“O governo assume uma grave responsabilidade, se intervir, como parece depreender-se da conservação do regulamento eleitoral, na eleição¹⁷ para a Assembléia do Estado.

Não ignora o governo que esse regulamento dá margem a toda classe de bandalheiras, que a última eleição para o Congresso, em vez de expressar a opinião do eleitorado, exprimiu, apenas, a fraude, a vontade das mesas eleitorais, a apuração a “bico de pena”.

Se o eleitorado não concorreu às urnas nem num terço, se a eleição abandonada foi tão descomunalmente adulterada, o que devemos esperar de uma eleição pleiteada, como, sem dúvida, vai ser a que breve se realizará para a Constituição do Estado?

Medite o governo na grave responsabilidade que sobre seus ombros vai pesar. O Rio Grande não está disposto a deixar-se conduzir como um rebanho de cordeiros. Há de reagir, há de sustentar seus direitos à custa de todos os sacrifícios, e do embate do poder contra a livre manifestação da opinião pública, resultados funestos podem surgir de que será o único culpado o governo, pela sua desídia, senão propósito, de uma intervenção indireta num pleito que, não afetando os interesses gerais da nação, é, para os Estados, uma questão de vida ou de morte.

A prova de nosso espírito calmo e ordeiro teve-a o governo no último pleito, onde fomos testemunhas impassíveis da fraude e do escândalo eleitoral. Vimos conculcados os direitos de nossos concidadãos. Vimos a fraude espoliar do voto a milhares de eleitores. Vimos a troca escandalosa de um nome, por outro, na apuração das cédulas e rimo-nos de tanto escândalo, porque nos tínhamos absterido do pleito e pouco nos importava que os designados fossem estes ou aqueles. Era uma farsa em que não queríamos intervir, não interviemos, deixando que corresse à revelia.

¹⁷ A eleição de que fala o “Mercantil” era para a escolha dos representantes à Assembléia do Estado, que deviam, em seguida, elaborar a Constituição e eleger o primeiro presidente Constitucional do Rio Grande do Sul. Essa eleição efetuou-se em maio do ano seguinte, na presidência do Dr. Fernando Abbott.

Hoje, o caso muda de figura. Trata-se do futuro da nossa terra, desse caro torrão que não desejamos ver manietado ao carro dos desmandos desses pretensiosos ridículos, que nela querem ostentar uma força que não possuem, um prestígio que não conquistaram. Não seremos, como então, testemunhas impassíveis. Queremos a eleição livre, e ela o há de ser, porque o querer é o poder, e o poder, nestes casos, é aquele que provém da vontade do povo livremente manifestada na soberania das urnas, e não da força bruta, da fraude e da compressão, elementos que os repelidos da opinião pública se rodeiam, sempre que têm as costas quentes pelo calor oficial.

O governo sabe que o seu regulamento eleitoral é um conjunto de elementos para o vício da vontade nacional. Sabe que a grande maioria dos eleitos ao Congresso Constituinte não representa senão a fraude e o escândalo. Tem disso certeza, pelo enojo que tem demonstrado pelo último pleito eleitoral; e, no entanto, conserva o mesmo regulamento, ordenando que as Assembléias dos Estados sejam eleitas pelo mesmo sistema fraudulento e vicioso que condena.

Para não se viver com honra, mais vale não se existir. A não haver eleições livres, mais vale não as fazer.

Correrão pacíficas as próximas eleições?

Depende do governo. É ele e só ele o responsável do que pode se dar.

É grave a responsabilidade que assume. Oxalá o iluminem o patriotismo e o amor da Pátria!”

Dias depois do pleito, Demétrio Ribeiro e Antão Faria, que estavam eleitos deputados federais pelo Partido Republicano, romperam com Julio de Castilhos, começando, daí por diante, pela imprensa, uma discussão lenta, mordaz, entre os três propagandistas.

Se a brecha aberta, por Barros Cassal, no seio daquela agremiação política, causou funda impressão, imagine-se a sensação produzida, no espírito público, pela divergência havida entre três elementos de grande projeção política em todo o Estado.

Quando o General Cândido José da Costa assumiu a Presidência do Estado, foram empossados nos cargos de superintendentes do Interior, da Fazenda e das Obras Públicas e Agricultura, respectivamente, os drs. Carlos Thompson Flores¹⁸, Fernando Abbott e Antão de Faria.

¹⁸ O Dr. Carlos Thompson Flores foi Procurador-Geral do Estado e foi o primeiro Diretor da Faculdade da Direito de Porto Alegre.

Dando-se o rompimento deste, com a situação de então, foi ele substituído pelo Dr. João José Pereira Parobé, amigo dedicado, que sempre foi, de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Os dois primeiros já tinham sido substituídos, anteriormente, pelos Drs. Julio de Castilhos e Homero Batista.

O Dr. Thompson Flores fora nomeado Juiz de Direito da 2ª vara desta Capital e o Dr. Fernando Abbott passou a exercer, em São Gabriel, a sua profissão de médico, partindo, pouco depois, para o Rio de Janeiro, onde tomou parte nos trabalhos do Congresso Constituinte.

No dia 21 de outubro de 1890, surgiu, nesta Capital, o primeiro número do “Rio Grande”, jornal dos dissidentes, tendo à frente de sua redação o Dr. Demétrio Ribeiro, e como redatores os Drs. Barros Cassal, Antônio de Faria e Silvio Rangel.

Essa folha traçou, em resumo, o seguinte programa:

Separação da igreja e do Estado;

Casamento civil obrigatório;

Secularização dos cemitérios;

Liberdade de imprensa;

Supressão dos privilégios teóricos;

Liberdade de profissão, quer se trate de serviços de ordem moral, quer se considerem trabalhos puramente intelectuais ou exclusivamente industriais;

Garantias individuais, inviolabilidade do domicílio, igualdade de todos perante a lei;

Liberdade de reunião em toda a sua plenitude;

Liberdade eleitoral, elegibilidade independentemente de crenças religiosas;

Construção de uma Pátria livre;

Unidade Nacional.

Gomercindo Saraiva

A sua prisão — Descoberta macabra — Resultado de um exame médico — Acusações falsas — Fuga sensacional — Sentinelas amigas

Estava preso na cadeia de Santa Vitória do Palmar, em outubro de 1890, uma das figuras mais tradicionais do guerreiro gaúcho: Gomercindo Saraiva.

Com o advento da República, para abaterem o seu prestígio, sofreu uma série de perseguições.

Intrépido como os mais intrépidos, político intransigente, entendia que a “liberdade não se conquistava de joelhos em terra, mas de espada em punho”.

Nunca conseguiram humilhá-lo. Ativo e magnânimo, era respeitado pelos seus adversários políticos.

Para se defender de qualquer surpresa, Gomercindo Saraiva andava sempre armado.

Por essa circunstância, e para liquidarem, de uma vez para sempre, com o seu prestígio, os republicanos apontavam-no como autor de vários crimes que se tinham verificado e se rodeavam de mistério, nas terras ou nas redondezas da estância do “Curral dos Arroios”.

Um dia, quando se aproximavam as eleições de 15 de setembro, descobriram um cadáver enterrado na fazenda do grande caudilho.

Chamaram três médicos e exumaram o cadáver, para o respectivo exame.

O resultado a que chegaram os peritos foi assim descrito, no auto lavrado a propósito.

“Cabelos da cabeça, pretos e finos; os da barba e bigode, grisalhos e grossos; 50 anos, mais ou menos de idade. No crânio, na região occipital, existe uma solução de continuidade, dirigida de fora para dentro e de trás para diante, de bordo mais ou menos regulares, completamente afastados, havendo diversas manchas róseas. Na região da face, não havia tecidos, que foram incisados nas regiões malares, fraturas completas de todos os ossos da porção superior da face, não existindo o maxilar superior e nem vestígios; das fraturas, as superfícies ósseas, que se articulam com o maxilar superior e com os ossos próprios do nariz, são antigas, encontrando-se outras superfícies ósseas fraturadas, de recente data. As suturas fronte-parietal, bi-parietal estão invisíveis. É de cor amarelo-pardo. Dr. Souza Lima, Dr. Odilon de Carvalho, Dr. Carvalho Nobre”.

Ora, quem poderia ser acusado desse crime, senão Gomercindo Saraiva, “autor”, já célebre, de tantos delitos idênticos?...

O governo do General Cândido Costa, completamente dominado pelo castilhismo, graças à influência que junto a ele exerciam o redator da “Federação” e a maioria dos oficiais do Exército que serviam neste Estado, providenciou, logo, pela prisão do grande caudilho.

Encadearam-no. Processaram-no. Pronunciaram-no. Não houve defesa que fizesse prova nos autos, para o juiz julgar a improcedência da denúncia. Houve, depois, confirmação da pronúncia.

Gomercindo, em liberdade, era um perigo para a nova ordem de coisas...

“A Reforma”, o tradicional órgão chefe do partido de Silveira Martins, estampa o retrato de Gomercindo Saraiva, traça-lhe a biografia, dá-lhe os qualificativos de que é merecedor. Ressalta a injustiça que se lhe faz, a ele, um homem honrado, digno, estimado por toda sociedade de Santa Vitória e de Artigas.

Desde que caíra preso, os seus amigos planejavam a sua evasão da masmorra imunda em que se achava recolhido.

Pela madrugada de 12 de outubro de 1890, num sábado, Gomercindo viu-se liberto, graças a uma chave falsa que um amigo imaginara forjar.

Vai o leitor apreciar como a “Federação”, então dirigida por Julio de Castilhos, em sua edição de 14 de outubro de 1890, nos informa sobre a evasão do grande caudilho, em complemento a uma notícia que a mesma folha dera na véspera:

“Evadiu-se da cadeia civil de Santa Vitória o indivíduo Gomercindo Saraiva, bandido quase célebre, que, há dias, teve o retrato na página de honra da “Reforma”, galeria onde já ocupam lugares, também, Gaspar e outros notáveis da grei.

Criminoso temerário, educado em correrias incessantes, Gomercindo espalhou, por longo tempo, o terror e a desolação, impunemente, ora amparado na complacência de governos que, calculadamente, fechavam os olhos às suas façanhas.

O nome desse aventureiro está ligado a fatos horrorosos, a medo relatados nas paragens que ele trouxe alarmadas até ser preso por crimes a cuja responsabilidade não pôde fugir.

Gomercindo Saraiva estava recolhido à cadeia de Santa Vitória do Palmar, por delitos entre os quais figura o de haver mandado assassinar um cidadão.

Ia ser submetido a julgamento do júri, de que contava, talvez, sair absolvido.

Mas, a descoberta do cadáver da sua vítima, na estância do “Curral dos Arroios”, a exumação, pela qual ficou evidenciada a prática de um horroroso crime, de que circunstâncias assaz ponderosas patenteavam ter sido Gomercindo o mandatário, levaram-no à evasão de que demos notícia ontem.

Mais uma vez, o famigerado personagem amigo dos inimigos da República pôs em prática o seu ardil, fugindo à ação da justiça, arrastando ao crime dois soldados, a quem estava confiada a sua vigilância.

Volve às suas correrias costumeiras, a alarmar pacíficas populações, o audaz criminoso.

Está de parabéns a “Reforma”. Vá, reedite a estampa do celerado e a sua biografia correta e aumentada com o último sucesso palpitante de atualidade!”

Ainda a respeito de Gomercindo Saraiva, a “Federação”, de 20 de outubro de 1890, dava o seguinte telegrama, que lhe foi expedido de Santa Vitória do Palmar:

“Santa Vitória, 20 — Gomercindo Saraiva está à frente de 20 homens armados, em casa de Loreno Pereira, próximo de S. Miguel, limites deste Estado com a República Oriental do Uruguai.

Gomercindo apresenta-se com intuitos ameaçadores contra as autoridades e o povo desta cidade”.

Sob a epígrafe Gomercindo Saraiva, o “Jornal do Comércio”, folha imparcial, que se publicava nesta capital, em sua edição de 25 de outubro de 1890, publicava a seguinte notícia:

Refere o “Federalista”, de Santa Vitória do Palmar, de 15 do corrente, que a evasão do cidadão Gomercindo realizou-se na noite de sábado para domingo, 12 do corrente mês, e foi conhecida pouco antes de uma hora da madrugada daquele último dia.

Com o preso fugiram, como é sabido, duas praças do 6º de Cavalaria — Julio Bento e José Mercedes da Porciúncula, que estavam de sentinela no pátio da cadeia.

O Alferes Bandeira, comandante da guarda, mandou logo tocar a rebate, e o 6º Regimento reuniu-se imediatamente, a fim de perseguir o fugitivo, sendo, porém, inúteis todos os esforços para o conseguir, porque, diz o “Federalista”, não havia cavalos para as praças.

Gomercindo Saraiva saiu vestido com uniforme completo de soldado de cavalaria e armado de espada e clavina, tendo aberto a prisão com chave falsa.

Acompanhado pelas duas sentinelas, transpôs o portão, cujo guarda não o reconheceu. Transposto o portão, os três fugitivos dirigiram-se para um cercado fronteiro, e, aí chegados, deitaram a correr.

Foi nessa ocasião que a sentinela do portão bradou às armas, desfechando a clavina contra os fugitivos.

Acrescenta o “Federalista” que, no mesmo dia da fuga, o cidadão Gomercindo Saraiva esteve em uma loja de fazendas na fronteira do Chuí, em frente à guarda comandada pelo Major Avelino, do Exército Oriental, que, antes, por várias vezes, visitara o preso.

— Consta ao “Artista”, do Rio Grande, que os Srs. Salvador Trotta e Capitão José Pedro de Oliveira, que, logo após a evasão, tinham sido presos como cúmplices, já foram postos em liberdade”.

Esse caudillo, que se celebrizou, mais tarde, não só em sua terra natal, mas em todo o continente sul-americano, foi o maior general dos pampas, na revolução que se desencadeou em 1893.

Das suas façanhas, iremos tratar, em outro volume, quando fizermos a história da Revolta Federalista e da Armada Nacional contra Julio de Castilhos e Floriano Peixoto.

Atitude da Imprensa

O pronunciamento das comissões executivas do Partido Republicano — Protesto dos congressistas republicanos — Embarque de deputados — Demétrio Ribeiro e Antão de Faria se filiam na oposição — Manifesto da “União Nacional” — Repto dos dissidentes.

Com a fundação do “Rio Grande”, órgão dos republicanos dissidentes, aumentou o número de jornais que faziam oposição ao governo do Estado.

Na capital eram eles a “Reforma”, tradicional órgão de Silveira Martins, o “Mercantil”, folha independente, e, agora, mais o “Rio Grande”.

Também o “Jornal do Comércio”, órgão das classes conservadoras, não escondia as suas simpatias pela oposição, embora se conservasse alheio aos ataques que vinha sofrendo o governo do General Cândido Costa, com quem se congratulou e com o povo, quando lhe foi negada, pelo Governo Provisório, a demissão do seu cargo.

Penas conhecidas e adestradas no jornalismo rio-grandense, como Adriano Ribeiro, Apolinário Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, Campos Cartier, Wenceslau Escobar, Barros Cassal, Antão de Faria, Silvio Rangel e muitas outras ocupavam, diariamente, as colunas das folhas porto-alegrenses, passando em revista, em longos comentários, atos e fatos que então se desenrolavam na capital e no interior do Estado.

A luta, pela imprensa, avolumava-se cada vez mais, tornando-se violenta, principalmente entre Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal, de um lado, e Julio de Castilhos, Pinheiro Machado e Homero Batista, de outro.

Também se salientava, nessa época, pelos golpes certos que desferia na sua secção “Tiro ao Alvo”, que aparecia na “Reforma”, o ilustre jornalista e tribuno rio-grandense Germano Hasslocher, de quem os propagandistas vinham guardando, desde os últimos tempos do Império, um profundo sentimento de rancor.

Quando, de uma feita, em meados de 1890, o General Manoel Teófilo Barreto Vianna, republicano, e o seu cunhado, advogado Albino Pereira Pinto, liberal, consertaram a colaboração de um grupo de partidários de Silveira Martins na política republicana, os propagandistas Homero Batista e Julio de Castilhos exclamaram: “não nos tragam, porém, para cá, o Germano, o Adriano, o Joaquim Pedro Salgado... Só queremos o elemento puro”.

Depreende-se, daí, o ódio que tinham os propagandistas daqueles três partidários de Gaspar Martins.

A palestra que tiveram o Sr. Albino Pereira Pinto e o General Barreto Vianna, a que aludimos, deu lugar uma discussão pela imprensa e o seu objetivo não foi além de uma conversa entre parentes, pois não vingou.

Em consequência da linguagem virulenta, acrimoniosa, empregada pelos dissidentes, nos seus artigos, e da luta aberta com Julio de Castilhos, as comissões executivas do Partido Republicano do Rio Grande do Sul vieram à fala e se manifestaram contra a atitude de Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, pedindo a cassação do mandato destes, que, como já dissemos, foram eleitos a 15 de setembro de 1890 deputados federais à Constituinte.

A “Federação” dava, nesse sentido, o pronunciamento diário, das executivas, vindo de todos os recantos do Rio Grande do Sul.

Vamos ouvir, agora, a palavra dos companheiros de chapa de Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, a propósito do rompimento havido entre estes e aqueles:

“Ao eleitorado Republicano: — Eleitos representantes do Rio Grande do Sul ao Congresso Nacional pelo numeroso eleitorado de que se compõe o Partido Republicano, cumprimos o dever de manifestar a nossa opinião e definir a nossa atitude, a propósito do incidente político provocado pelos Drs. Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, que também foram eleitos.

Antes de tudo, embora pareça supérfluo, asseguramos que mantemos escrupulosa fidelidade às idéias que constituem o programa republicano, sustentado pela comunhão política de que somos delegados, comprometendo o nosso esforço, a fim de que elas tenham realização refletida, de acordo com a situação do país.

Por esse mesmo motivo, somos plenamente solidários com a direção política, governamental e administrativa do Rio Grande do Sul, a qual não tem desvirtuado na aplicação uma só daquelas idéias, merecendo, assim, o nosso completo apoio.

Quanto ao incidente a que aludimos, cumpre-nos declarar que mantemos, sem discrepância, plena solidariedade política com a “Federação”, a qual continuamos a considerar como legítimo e autorizado órgão do Partido Republicano.

Conseqüentemente, não podemos dispensar apoio aos Drs. Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, cuja conduta atual reputamos injustificável.

Para julgarmos divorciados do Partido Republicano os mencionados cidadãos, bastaria simplesmente a estranha atitude que recentemente assumiram. Mas acresce uma circunstância que agrava a incorreção do seu procedimento. Referimo-nos à sua declaração pública de que julgam eleita, pela fraude, a representação rio-grandense e consideram imprescindível a revogação do regulamento eleitoral, no qual dizem ver a consagração dessa fraude.

Semelhante declaração, além de envolver uma ofensa aos seus próprios autores, porque aceitaram gostosamente a eleição com que os distinguiu o Partido, encerra uma afronta à dignidade do eleitorado republicano, cujo pronunciamento nas urnas, eles consideram agora fraudulento.

Em nome do brioso eleitorado do Partido Republicano e do Rio Grande do Sul, protestamos contra essa desazada leviandade, nós que nos consideramos legal e legitimamente eleitos representantes deste Estado.

Eis, em poucas palavras, o que nos cumpre significar ao Partido Republicano, ao qual devemos a máxima lealdade. — Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Júlio Frota, Alcides Lima, Tomaz Flores, Vitorino Monteiro, Pereira da Costa, Alexandre C. do Nascimento, Adolfo Menna Barreto, Homero Batista, Julio de Castilhos”.

Manifestaram-se, depois, solidários com essa declaração o Vice-Almirante Joaquim Francisco de Abreu, os Drs. Assis Brasil, Borges de Medeiros, Ernesto Alves e Fernando Abbott e o General Manoel Luiz da Rocha Osório, os quais se achavam ausentes desta capital.

Não ficaram sem resposta os protestos das comissões executivas e da representação federal ao Congresso Nacional, pois Demétrio Ribeiro e Antão de Faria vieram a público, pelas colunas do “Rio Grande”, e esclareceram os motivos que determinaram a sua atitude.

Em 27 de outubro de 1890, embarcou, para o Rio de Janeiro, a maioria dos representantes do Rio Grande do Sul ao Congresso Nacional.

Ernesto Alves, que enfermara gravemente, não pode seguir.

Assis Brasil, que, então, ainda acompanhava a política do seu cunhado Julio de Castilhos, achava-se em Buenos Aires como nosso embaixador, tendo dali partido, dias depois, a tomar parte nos trabalhos do Congresso Constituinte.

Com o mesmo fim, embarcaram, no dia 4 de novembro, os deputados Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, que se aliaram, logo, aos elementos chefiados pelo Marechal José Simeão de Oliveira e pelo Contra-Almirante Custódio

José de Mello, representantes, respectivamente, de Pernambuco e da Bahia e inimigos do Governo chefiado por Deodoro da Fonseca.

Também fazia parte desse grupo, mui dissimuladamente, aparecendo nas reuniões secretas que então se faziam, o Marechal Floriano Peixoto, o “Carneiro de Batalhão”, como ele mesmo se apelidara.

De dia a dia, tornava-se mais acesa e apaixonada a luta política em todo o país, e, principalmente, no Rio Grande do Sul.

A 1º de janeiro de 1891, o diretório da “União Nacional” dirigiu um manifesto ao Rio Grande do Sul, que causou funda impressão no espírito público.

Nesse documento, é acusado o governo do General Cândido Costa de não haver designado o dia em que o povo devia concorrer às urnas para escolher seus representantes à primeira Assembléia Legislativa do Estado. Os signatários do manifesto assim descrevem a situação:

Circunstância característica da época, de incertezas que atravessamos, e que evidencia também a falta de plano político dos atuais governantes, é, por sem dúvida, a de não sabermos ainda o dia no qual o povo rio-grandense deve concorrer às urnas, para escolher os seus representantes à primeira Assembléia Legislativa do Estado.

Todas as ex-Províncias que constituem hoje a Federação Brasileira já sabem aquilo que nós, por exceção lamentável, ignoramos ainda.

Isto prova quão acertados temos andado, fazendo oposição à política atual, cujos diretores violam os mais sagrados direitos populares, ocupados que estão na obra anti-patriótica dos arranjos partidários, com prejuízo manifesto dos reais interesses de nossa terra.

No Rio Grande do Sul, depois de 13 meses de governo, tudo está por fazer.

A nossa amada terra está ainda fora da lei, porque assim convém aos diretores da nefasta política que está arruinando a antiga província, diretores, cujo único ideal conhecido é a conservação do poder, ainda que isso lhes haja custado o sacrifício dos princípios políticos, dos compromissos solenes, da doutrina antes sustentada na imprensa e na tribuna.

O Governo Provisório expediu o decreto de 4 de outubro, referente à organização definitiva dos Estados, determinando aos governadores que promulgassem constituições, que deveriam ser aprovadas pelas Assembléias Legislativas, nas quais se reconhecia o poder constituinte, devendo, na mesma ocasião, ser marcado o dia da eleição.

Em todos os Estados, o decreto ditatorial já foi cumprido, exceto neste, porque assim o têm querido os auxiliares do governador, os quais, no caso, são

os diretores, de fato, dessa política prejudicial aos interesses do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que é violadora dos princípios garantidores da liberdade.

Aludindo a essa falta de cumprimento do dever imperioso da parte do governo do Estado, que não obedeceu ao Decreto de 4 de outubro, não o fazemos porque necessitamos da Constituição, que de suas mãos vai sair. Neste ponto, não transigiremos: o poder constituinte não pertence ao executivo, mas ao povo, que o exerce por intermédio de seus representantes legítimos. É um direito de que não abdicaremos ante força alguma que nos for oposta.

Quando reclamamos, visamos unicamente saber o dia da eleição e o número de representantes. Nada mais. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul será feita pelos seus mandatários, conforme os princípios vencedores da política moderna. Ao poder executivo cabe unicamente a tarefa de manter a ordem pública e garantir a liberdade do voto.

Este emperramento, de que resulta o desbarato de nossas finanças, a anarquia em todos os ramos da administração, tem fatalmente de cessar; e a eleição da Assembléia Legislativa será realizada em época que não pode estar longe.

Esse é o motivo por que o diretório da “União Nacional” se dirige hoje aos seus compatriotas”.

Em agosto do ano que acaba de findar, aconselhamos aos nossos patrícios a abstenção do voto no pleito anunciado para 15 de setembro.

Nessa ocasião, deixamos bem claro que a grave deliberação não importava na dissolução da “União Nacional”, e também que a abstenção era o cumprimento de um dever cívico, que não deveria ser confundido com sistema político que tivesse de ser observado em futuros pleitos eleitorais.

Se, então, aceitássemos a luta, ela seria ferida fora do terreno da legalidade; rios de sangue rio-grandense correriam pelas quebradas de nossas campinas, sem que nos fosse lícito ter a certeza de que o historiador destes tempos de tristezas da Nação Brasileira aplaudiria nossa atitude, quando se tratava apenas de eleger senadores e deputados a um Congresso que teria de ser composto, em sua maioria, não de representantes do povo, mas designados da polícia.

Ouvimos a voz do nosso patriotismo, e deixamos passar o carro da maior ignomínia política nacional, esmagada sob o desprezo da opinião pública, certos de que não era ainda chegado o momento de sairmos em defesa da liberdade da Pátria.

A abstenção, agora, quando se trata da organização do Estado, não seria só uma grave falta; seria um crime perante a Pátria e perante a história.

Neste momento, estão em jogo nosso bem estar, nossa tranqüilidade, nosso futuro, nosso progresso, nossa civilização, tanto no presente como no futuro.

Chegada é a época em que o povo rio-grandense deve recuperar o seu lugar, pela reivindicação de seus direitos, pela conquista das liberdades que não foram confiscadas, por haver demasiadamente confiado nas promessas dos governantes.

Nunca houve pleito de tão grande importância para nós.

Das urnas resultará: ou a vitória da liberdade sobre o regime opressor que nos está afligindo, ou a perpetuidade deste, o que será o maior mal que possa ameaçar a sociedade rio-grandense. Ou reconquistaremos os direitos e as liberdades perdidas, ou descenderemos à posição aviltante de homens escravos.

Portanto, todos os sacrifícios nesta ocasião; a Pátria exige-os.

Com o sistema federativo, que parece reger o país, terão de aumentar as atribuições dos Estados; além das que já possuíam, como antigas Províncias, outras virão afirmar sua autonomia, tais como: escolha de magistrados, Guarda Nacional, todo o serviço da polícia, etc.

É, em suma, a organização do Rio Grande do Sul como Estado autônomo, governando-se por si, respeitadas, porém, os laços de união que o ligarão à futura Federação Brasileira.

Já não nos é permitido ter alguma dúvida sobre a situação a que será sujeito o Rio Grande do Sul, se cruzarmos os braços, permitindo a permanência do abominável poder que está massacrando todas as nobres aspirações de um povo amante da liberdade e do progresso.

Em treze meses de governo, os atuais dominadores tudo não destruído e do montão de ruínas a que reduziram tudo o que fora conquistado, em lutas ingentes, pelos que os precederam, surge apenas a certeza da satisfação de interesses inconfessáveis, fato que vai alimentando a falta de confiança no futuro, criando assim a mais crítica e dolorosa situação a que poderia chegar nossa amada terra rio-grandense.

Todos os ramos da administração pública estão desorganizados, reinando completa anarquia.

O estado das finanças, apesar do sigilo criminoso, sabe-se pelo colossal aumento da vida, que não pode ser pior.

Em treze meses de administração aumentaram a dívida em mais 2.350 contos de réis, sem que se saiba qual a aplicação que foi dada a tão enorme soma.

Não é necessário acrescentar nada mais, para que os contribuintes se convençam de que seria completa a ruína do Estado rio-grandense, se continuasse o domínio atual.

Mas... se é que ficamos arruinados; em nossas mãos está não ficarmos aviltados.

Preparemo-nos para a próxima luta, certos de que vamos salvar a ordem, a liberdade, a honra do Rio Grande do Sul, crimosamente sacrificadas pela política sem escrúpulos que, para contentar bastardas ambições, não trepida em passar por sobre os mais sagrados princípios, violando, ao mesmo tempo, os mais severos preceitos da moral.

É necessário que nossos patrícios se convençam de que, por maiores que sejam os sacrifícios que tenhamos de fazer a liberdade, a honra, a felicidade do Rio Grande do Sul têm a eles indiscutível direito.

A lei eleitoral, uma das grandes vergonhas da atualidade política, pode permitir a fraude, se não exercitarmos, com energia, o nosso direito de fiscalização, garantida pelo artigo 47 do Regulamento vigente.

Exerçamos com a calma e com a energia de patriotas esse direito. Não transijamos com ele.

Unamo-nos, rio-grandenses. Congreguemos esforços. Convoquemos nossos compatriotas, concitando-os à próxima luta, que é da liberdade contra a tirania disfarçada.

Não sejamos surdos aos gritos de dor que solta a Pátria rio-grandense, oprimida pelos falsos apóstolos da democracia.

Empreguemos todos os meios legais para conquistarmos um regime de liberdade, garantidor da ordem, da paz, do progresso, da civilização de nossa querida terra. Tal será a significação de nossa vitória.

Sejamos pela paz, pela ordem, mas, também, pela liberdade, que, única, nos pode garantir aquelas.

E, se, às demonstrações de nosso patriotismo, responderem eles com a violência, com a opressão, pretendendo, por esse ou por outro modo, tal como a fraude, falsear a vontade popular, então cumpramos o dever de lhes apresentar nossos feitos de homens livres, dispostos a tudo sacrificar pela salvação de nossa terra, e acompanhá-los ao terreno para onde eles, pela loucura, surdos às nossas invocações, quiserem levar-nos.

Tenhamos firmeza, que se trata dos destinos de nossa amada Pátria rio-grandense.

O governo pertence à maioria e a maioria somos nós”.

Assinaram o manifesto o Visconde de Pelotas, o Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, o Coronel Joaquim Pedro Salgado, o Dr. Francisco da Silva Tavares, o General Domingos Alves Barreto Leite, o Dr. Ernesto R. Ludwig, o Dr. Joaquim Pedro Soares, o professor Apolinário J. G. Porto Alegre e o Dr. Adriano Nunes Ribeiro.

O General Catão Augusto dos Santos Roxo e o Tenente-Coronel Joaquim Antônio Vasques, membros do diretório, não assinaram, por estarem ausentes desta capital.

Nos primeiros dias de janeiro de 1891, em virtude da atitude, de franca oposição, que, no Congresso, vinham tomando os dois deputados dissidentes, o deputado Homero Batista, em discurso pronunciado no Congresso Nacional, censurou Demétrio Ribeiro, dizendo que este não era mais representante do Partido Republicano do Rio Grande Sul, que já lhe havia cassado o mandato, como Julio de Castilhos já tinha feito notar em aparte.

Deu isso margem a que Demétrio Ribeiro telegrafasse ao “Rio Grande”, em data de 12 de janeiro, nos seguintes termos:

“O Dr. Homero Batista contestou a legitimidade com que represento o eleitorado desse Estado. Dias antes, protestando eu a favor da liberdade e da fiscalização do sufrágio, o Dr. Julio de Castilhos, em aparte que não vi publicado, afirmou que eu não podia falar em nome do eleitorado rio-grandense.

Por essa dupla provocação, formulei o seguinte repto:

O eleitorado e a opinião decidirão quais os legítimos representantes: se nós, que nos esforçamos e redobramos esses esforços em prol da liberdade do sufrágio; se vós, que aqui vos tendes manifestado contra esses intuitos.

Antão de Faria é solidário nesse apelo.

Pela minha parte, aguardo, tranqüilo, a sentença povo, para retrain-me, se o represento mal, ou continuar a servi-lo, se bem traduzo as suas aspirações.

Como quer que seja, não vereis imolada a minha dignidade de homem político. Demétrio Ribeiro”.

O “Rio Grande”, a “Reforma”, o “Mercantil”, “Jornal do Comércio”, a “Época”, e a “Federação”, desta capital, e os jornais do interior do Estado, e de todo o país comentaram, longamente, a atitude tomada pelos dissidentes.

A “Federação”, dirigida, então, interinamente, pelo Dr. Álvaro Batista, escreveu, em artigo de fundo, em sua edição de 16 de janeiro de 1891, entre outros, os seguintes períodos.

“O Sr. Homero Batista censura, então, muito naturalmente, em discurso, o Sr. Demétrio que, como dissidente, já não tinha motivos para divergir, muito menos para explicar seu procedimento, manifestamente irregular quanto à lealdade e quanto à incoerência, como homem político”.

“Impelido, portanto, pelo que se deu, e diante do conhecimento que possuía o Congresso de quanto se havia passado, é que lançou o célebre repto, que, desde logo, devia ser proposto.

Não há, pois, motivo para a exaltação da hombridade proclamada pelo “Rio Grande”, quando da narração simples e exata dos fatos se reconhece ser a única solução, aliás por muito tempo cautelosamente evitada por quem devia com empenho procurá-la...

E o próprio Sr. Demétrio Ribeiro afirmou, em telegrama, que só depois da dupla provocação atirou a luva de desafio.

Fez, entretanto, o que lhe cumpria no momento, e de bom grado aceitamos o repto.

Não foi, porém, escudado na plena confiança do cumprimento do dever e do apoio que lhe pudesse, porventura, dar o partido republicano, que o deputado, sem razão dissidente, fez a provocação para o juízo de seus correligionários.

Foi procurar recurso no elemento adverso contra o qual sempre havia combatido, outrora, ao nosso lado, e do qual tinha recebido, sem cessar, os maiores golpes o Partido Republicano e o próprio recorrente.

Este proceder é que o caráter rio-grandense jamais poderá sofrer; é perante esta aliança repulsiva que a consciência se prostra dolorosamente abatida!

Poderíamos admitir todos os desvios e erros do Sr. Demétrio Ribeiro, que, dentro em pouco, será, mais uma vez estigmatizado pela sanção que contra ele proferirá, o Partido Republicano deste Estado; mas não sabemos que nuvem lhe obscureceu o espírito, que sentimento despeitado, lhe deturpou o caráter, para qualificar sua aliança com os homens da “União Nacional”, a fim de ser, em breve, não um vencido nobre, mas um humilhado comum.

Quer dar batalha aos seus correligionários, de quem diz divergir por princípios, e pede socorro, jurando bandeira ao adversário comum.

Será uma vitória mais assinalada que obteremos; e ficar-nos-á o agre prazer de ver realizada a nossa previsão de tanto tempo”.

Sobre o mesmo assunto, o “Mercantil” assim se pronunciou:

“Demétrio e Antão foram levados na enxurrada do poder despótico que nos assoberba. Reagiram. Não se deixaram humilhar. Honraram sua terra, esta

os abraça e acaricia, concedendo-lhes franco apoio em honra de todos os seus filhos.

Da consulta, ainda mesmo restrita, se houvesse meios de levá-la a efeito, sem que fosse desvirtuada, não haveria a menor dúvida que seria favorável àqueles dois cidadãos.

O Rio Grande já está cansado, aborrecido, vexado de ver tanta degeneração de caráter. É verdade que não tomou parte nessa bacanal indecente que se intitulou eleições. É verdade que não quis assumir a responsabilidade dos atos que a representação, que dizem ser sua, tem até aqui, praticado. Apela para o Rio Grande. Ao apelo, não quer ele ser surdo, declarando, em alto e bom som que, se tem representantes, eles se circunscrevem a Demétrio e Antão.

São eles que se têm inspirado no sagrado amor da Pátria. São eles que não se deixaram jungir ao carro dos desvarios do poder áulico que nos infelicita. A eles, nosso apoio, o apoio dos homens que pensam, que têm orientação política, no meio do caos que nos assoberba, que tem levado, aos trambolhões, honra, brio e dignidade.

Que Demétrio e Antão resignariam seus cargos, caso lhes fosse contrária a opinião pública do Estado, não nos resta a menor dúvida; mas que o outro tanto o façam os seus colegas de deputação, é o que não acreditamos por mais que eles o afirmem.

Os Castilhos e os Frotas, os Nascimento e os Flores e mais comitante caterva, não largam as posições por mais contrárias que lhes sejam a opinião do eleitorado.

Chegaram aonde nunca pensaram. Elevaram-se nas asas da fraude. Não se despenham, nem por uma questão de honra. Hão de se conservar nelas, agarrados com unhas e dentes, enquanto não forem enxotados por uma nova eleição em que franca e lealmente predomine a soberania do povo.

O repto é uma utopia. É uma irrisão, um escárnio, na atualidade, que atravessamos. .

Todos sabem que os “fósforos” pulularam no último pleito; que a eleição, quase toda, foi feita a “bico de pena”; fantasiaram eleitores que às urnas não foram; tudo foi fraude; tudo foi falsidade. Contam com esses elementos. É para eles que apclam. Não devemos aceitar no terreno que querem o repto.

A eleição do Estado se vai em breve pleitear. Apelem para ela. Vençam, se são capazes. Mostrem que têm raízes, que têm força, que têm poder na opinião pública do Rio Grande.

Apesar dos elementos oficiais que possuem, apesar da qualificação viciada na sua origem, apesar do Regulamento que não quiseram reformar, emprazamo-

los para a eleição do Estado — é, ali, que lhes havemos de infligir a mais vergonhosa derrota; é, ali, que se tirará a prova que não representam o Rio Grande, de que devem resignar os cargos — se é que foram sinceros no repto que aceitaram. Fá-lo-ão?

Não fazem, afirmamos de antemão.

Na questão que se ventila têm o apoio do Rio Grande os Srs. Demétrio e Antão. Tem o apoio do Rio Grande o bravo Contra-Almirante Custódio José de Melo. Tem o apoio do Rio Grande o ilustre cabo de guerra José Simeão. Duvidam?

Emprazamos para a eleição do Estado. É lá, que havemos de mostrar que esta terra não comporta Judas; que ela repele a representação dos Castilhos e de seu rancho.

Hão de ir para a vala comum. Hão de ir acompanhados da execração da opinião pública, sem que uma lavra de dó lhes mitiguem os sofrimentos ao darem os últimos arrancos.

Não se foge ao destino. Está escrito. Hão de cumprir o fadário”.

O repto lançado aos republicanos causara sensação em todo o Brasil, pois ia repetir-se fato idêntico passado no Império entre Silveira Martins e o Visconde de Mauá, em que o grande tribuno saiu vitorioso.¹⁹ O plebiscito, porém, entre os dois eminentes políticos monárquicos fora liso. Agora, poderia o repto lançado redundar num desastre para os dissidentes, embora contassem eles com a simpatia da maioria do eleitorado rio-grandense.

O Sr. Assis Brasil, que continuava a apoiar a política de seu cunhado Julio de Castilhos, respondendo ao repto, declarou, da tribuna da Câmara, o seguinte:

“Breve haverá uma eleição no Rio Grande do Sul. Se, por essa ocasião, o mesmo eleitorado declarar que retira a sua confiança política ao orador, ou a

¹⁹ Mais uma vez, deu mostras de seu grande prestígio Silveira Martins, quando repteu o seu ilustre correligionário e notável financista Visconde de Mauá, natural de Arroio Grande, para uma consulta ao eleitorado desta então Província sobre quem representava, no Congresso do Império, o pensamento do Partido Liberal. Aceito o desafio, e, embora coubesse tão somente ao eleitorado liberal resolvê-lo, os conservadores muito trabalharam por um êxito favorável ao Visconde de Mauá, concorrendo às urnas.

Mas, o prestígio de Gaspar Martins, ainda desta vez, com os conservadores no poder, não sofreu arranhão algum: coube-lhe mais uma vitória a juntar às muitas que já alcançara.

Homem de honra, digno, sob qualquer aspecto que se encarasse a sua personalidade inconfundível, o Visconde de Mauá, desde então, recolheu-se a vida privada, para nunca mais voltar ao Senado ou a Câmara, como representante do povo.

O Brasil e, principalmente, o Rio Grande do Sul devem ao Visconde de Mauá assinalados serviços pelo muito que fez em prol de sua terra natal.

Ainda há poucos meses, foi o seu nome glorioso citado, no Rio de Janeiro, como sendo o maior dos brasileiros.

quaisquer outros que estão com ele, nenhum voltará a este Congresso. Está certo que os dissidentes terão o mesmo procedimento”.

A isso, responderam Demétrio Ribeiro e Antão Faria pelas colunas do “Rio Grande”:

“Entretanto, a nossa palavra é esta:

Consideramos lícito que a autoridade governamental deste Estado altere o Regulamento Eleitoral, garantindo a liberdade e a fiscalização do sufrágio no próximo pleito.

Não há uma só disposição da Constituição Federal em vigor que se oponha a uma tal intervenção moralizadora, nem os preceitos fundamentais do regime republicano a isso são antagônicos.

Isto posto, vos propomos:

“Alterado o Regulamento Eleitoral, de acordo, para exemplo, com as disposições da Lei Saraiva, no que se referem à organização de mesas, recebimento e apuração de cédulas e fiscalização — renunciaremos, todos nós e vós, o mandato, e entraremos no pleito oficial, que o Governo será obrigado a marcar, imediatamente, de conformidade com o que preceitua o parágrafo terceiro do artigo 71 Constituição, guiando-nos pelas alterações indicadas. Demétrio Ribeiro, Antão de Faria”.

Uma forte polêmica estabeleceu-se entre a “Federação” e os demais jornais políticos porto-alegrenses a propósito do repto.

E tudo ficou por isso mesmo.

As duas partes não se entenderam...

A verdade é que se o eleitorado se pudesse manifestar livremente, por meio de uma lei séria, os Srs. Demétrio Ribeiro e Antão de Faria teriam saído vencedores, contando, como contavam, com o apoio do “gasparismo”.

A mudança de Ministério

O câmbio — Notícias alarmantes — O Ministério organizado pelo Barão de Lucena — O porto de Torres — A eleição de Deodoro e Floriano — Crítica ao Regulamento Eleitoral e ao senador Ramiro Barcellos — A exoneração do General Cândido Costa.

O câmbio piorava de dia para dia, em face da política financeira adotada pelo Sr. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda e Vice-Chefe do Governo Provisório.

O povo, de norte a sul do Brasil, pela sua quase unanimidade, descrente, completamente, do novo regime, clamava contra os revolucionários de 15 de novembro de 89, e manifestava-se francamente contra o então estado de coisas.

O Ministério, desorientado, um ano e pouco depois da implantação da República, sentia-se mal, em situação crítica, tais as acusações que se vinham fazendo ao Governo. Benjamin Constant, gravemente enfermo, demitia-se a 19 de janeiro de 1891 do cargo de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, e, à uma hora da madrugada de 22 do mesmo mês, vinha a falecer.

Estavam as coisas neste pé, quando, a 20 de janeiro daquele ano, dois telegramas importantes, que diziam respeito ao Brasil, foram expedidos, de Londres e divulgados pela imprensa dos Estados. Um deles, fazendo referência à baixa que ali tiveram os fundos brasileiros, atribuíam-na ao fato do avultado “déficit”, apresentado pelo Ministro da Fazenda, Sr. Rui Barbosa, e à emissão concedida ao Banco da República, emissão que, naquela praça, era considerada perigosa e excessiva. O outro despacho, da mesma procedência, assim rezava:

“Consta que a Casa Rotschild pediu exoneração de agente do Brasil na Inglaterra”.

A 20 de janeiro, demitia-se todo o Ministério, logo após a votação da Constituição em primeira discussão.

Eram várias as versões que corriam a respeito dessa sensacional ocorrência.

Entretanto, a verdade é esta: pretendendo o Marechal Deodoro da Fonseca, em face da anarquia que predominava no país, passar o Governo ao ilustre político imperialista Henrique Pereira de Lucena, mais conhecido por Barão de Lucena, o seu melhor e maior amigo, o ministério seria demitido.

Em vista disso, e antes, mesmo, que tal sucedesse, resolveu retirar-se. Apesar de ser aquele o motivo que determinou a exoneração de todos os Secretários de Estado do Governo, vamos dar a conhecer ao leitor duas cartas que trocaram os Ministros e o chefe da Nação:

“Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1891. Generalíssimo. Tendo sido votada, hoje, pelo Congresso Nacional, em primeira discussão, o projeto da Constituição da República, circunstância da qual ficou dependente a nossa retirada da gerência dos negócios públicos, pela demissão que demos dos nossos cargos, na última conferência celebrada a 17 do corrente, em consequência de nossa oposição à garantia de juros para a construção do porto das Torres, aguardamos a designação de nossos sucessores, reiterando-vos os protestos da nossa alta consideração. Rui Barbosa, M. Ferraz de Campos Salles, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk, Q. Bocaiúva, Cesário Alvim”.

“Capital Federal, 21 de janeiro de 1891. Ilustres cidadãos. Em resposta à vossa carta de ontem, solicitando dispensa do Ministério, tenho a honra de declarar-vos que a concedo, lamentando, apenas, que tenha servido de pretexto a essa resolução a garantia de juros para a construção do porto das Torres, obra,

aliás, urgentíssima, de elevado alcance político e econômico, e como tal reconhecida pela quase totalidade do Ministério.

Reitero-vos os protestos da minha consideração. Aos eminentes cidadãos Rui Barbosa, M. Ferraz de Campos Salles, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk, Q. Bocaiuva, José Cesário de Faria Alvim". M. Deodoro da Fonseca".

Como se vê das duas cartas acima, já naquele tempo, há, portanto, cinquenta anos, se falava muito na construção do porto de Torres, neste Estado.

Com a exoneração concedida ao Ministério de 15 de novembro de 89, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, foi chamado para organizar o novo gabinete um antigo político e magistrado pernambucano, o Barão de Lucena, homem de talento e experimentado em serviços públicos, mas muito violento, o que teremos ocasião de ver confirmado.

Amigo sincero e dedicado de Deodoro da Fonseca, desde o regime passado, deu-lhe o chefe do Governo Provisório carta branca para fazer a escolha de seus companheiros de Ministério.

Assim é que, no momento, diversas pastas foram preenchidas da seguinte maneira: Henrique Pereira de Lucena, Justiça; Tristão de Alencar Araripe, Fazenda; João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Interior; Almirante Fortunato Forster Vidal, Marinha; General Antônio Nicolau Falcão da Frota, Guerra. As duas pastas não preenchidas — Exterior e Instrução Pública, Correios e Telégrafos — vieram, mais tarde, a ser ocupadas, respectivamente, pelos Srs. Justo Leite Chermont e Antônio Luiz Afonso Carvalho.

Vários problemas muito sérios teriam que ser estudados e resolvidos. Um deles, dos mais importantes, tinha ligação com o Rio Grande do Sul: a construção do porto de Torres.

A imprensa do Rio, em sua maioria, manifestava-se contra a consumação do desejado melhoramento.

Diziam os jornais que esse porto artificial era dispensável, uma vez que já se achavam em andamento os trabalhos para a abertura da barra do Rio Grande.

O Barão de Lucena, não levando em conta a gritaria dos jornais e de uma forte corrente de pessoas gradas, assinou o contrato para a construção do aludido porto.

Por esse seu ato, veio o seu Ministério a sofrer, logo de início, uma oposição forte de parte de um grupo de congressistas e de numerosos jornais. E o problema da construção do porto de Torres, até hoje, ficou em projeto.

Aproxima-se o dia em que ia ser promulgada a Constituição Federal e iam ser eleitos, pelos congressistas, os futuros Presidente e Vice-Presidente da República.

A cabala agitava os políticos do Senado e da Câmara, com a apresentação das chapas que deviam ser sufragadas pelas duas facções em que se contendiam os congressistas: uma, a oficial, constituída do Generalíssimo Deodoro da Fonseca e do Almirante Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha demissionário; a outra, a oposicionista, composta do Dr. Prudente José de Moraes e Barros, senador por S. Paulo, e do Marechal Floriano Peixoto. Aumentavam os boatos de que, se o Marechal Deodoro da Fonseca fosse derrotado, o Exército dissolveria o Congresso.

Essa declaração fizeram-na muitos militares e foi confirmada pelo Marechal Floriano Peixoto.

Deodoro da Fonseca era, com justa razão, idolatrado pela sua classe. O velho militar sempre dera mostras, no império, de uma dedicação sem par aos seus companheiros de armas. Justo, pois, era — diziam eles — ampará-lo, agora, que ele vinha sofrendo uma guerra sem tréguas do Marechal Floriano Peixoto, do General José Simeão de Oliveira, do Contra-Almirante Custódio José de Mello, os dois últimos congressistas, de numerosos civis e de um grupo de oficiais do Exército e da Armada.

Julio de Castilhos apresentara, pelas colunas da “Federação”, a candidatura do Generalíssimo Deodoro da Fonseca à curul presidencial e por ela muito trabalhou, no Rio.

Promulgada a Carta Constitucional, a 24 de fevereiro de 1891, no dia 25 realizou-se a disputadíssima eleição, cujo resultado foi este: Deodoro da Fonseca, 121 votos e Prudente de Moraes, 89, para Presidente da República; Eduardo Wandenkolk, 57 votos, e Floriano Peixoto, 153, Vice-Presidente.

Convém ao leitor conhecer um episódio interessante, que então se passou.

O Contra-Almirante Custódio José de Melo, representante da Bahia e que exercia grande influência na sua classe, havia combinado, muito secretamente, com um reduzido número de oficiais da Marinha, um movimento revolucionário, que partiria do mar, caso fosse dissolvido o Congresso, na suposição de sofrer o Generalíssimo Deodoro uma derrota. Assim é que, de dentro do Congresso, então na Quinta da Boa Vista, caso triunfasse Prudente de Moraes, o deputado Custodio de Mello passaria para um carro fechado, no qual o aguardava o nosso conterrâneo 1º tenente Francisco de Mattos, e que o levaria, rapidamente, ao cais, de onde, em escaler, seria conduzido para bordo do cruzador “Primeiro de Março”, comandado pelo Capitão de Fragata Rodrigo José da Rocha.

Tinha por fim esse cometimento revoltar a esquadra.

Nada, porém, disso ocorreu, porque, com a vitória de Deodoro da Fonseca, não foi o Congresso dissolvido.

Entretanto, o carro e o escaler achavam-se nos lugares combinados à espera daquele Contra-Almirante.

Todos esses sucessos vinham calando fundo no espírito do povo. A grande maioria dos jornais desta ex-Província deles tratava e exaltava as qualidades morais e intelectuais dos estadistas do Império, enquanto se mostrava descrente dos governantes do Centro e dos Estados.

O General Cândido Costa sentia-se mal à frente dos poderes públicos do Rio Grande e, repetidas vezes, pediu ao Marechal Deodoro da Fonseca um substituto.

É que o então governante do Estado sofria uma forte oposição dos jornais independentes e “gasparistas” ou, melhor nos expressando, da grande maioria da imprensa gaúcha.

Aproximava-se o pleito para deputados à Assembléia Legislativa e não lhe convinha, de forma alguma, assistir a uma segunda farsa eleitoral.

No Congresso, o General José Simeão de Oliveira e outros representantes da Nação reclamavam garantias para o eleitorado, nos futuros pleitos, criticando, acerbamente, o Regulamento que dispunha sobre essa matéria, cheio de falhas, dando margem a toda espécie de fraude.

Emprestando apoio à sua atitude e à de seus colegas da oposição, o Visconde de Pelotas, presidente da “União Nacional”, mandou este telegrama àquele militar:

“General José Simeão. Rio. — O diretório da “União Nacional” aplaude a vossa atitude e de vossos companheiros na defesa da autonomia dos Estados, da liberdade eleitoral e dos altos interesses da Pátria, no Congresso. — Visconde de Pelotas.

Sobre o Regulamento Eleitoral que vigorava naquele tempo, e comentando a atitude do senador Ramiro Barcellos²⁰, o “Mercantil” escreveu o seguinte artigo:

²⁰O Dr. Ramiro Barcellos, natural de Cachoeira, foi dos mais ilustres propagandistas da República. Colaborou, por esse tempo, na “Federação”, debaixo do pseudônimo de Alfredo Juvenal. Por mais de uma vez, pelo seu espírito de independência, divorciou-se de Julio de Castilhos, por divergências políticas. Posteriormente, e durante muitos anos, escreveu no “Correio do Povo”, sob o pseudônimo de Rafael de Mattos, tendo tido discussões aceras com a “Federação”. Espírito combativo, orador e escritor brilhante, talento poliforme. Ramiro Barcellos, por ocasião da campanha civilista, divergiu de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, que apoiavam a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, em oposição a de Rui Barbosa. Com o eminente Jurista baiano, Ramiro Barcellos, mais de uma vez, no Parlamento, cruzou armas, mantendo, com elevação de vista, discussões calorosas, durante as quais deixava o seu temível adversário em situação bastante crítica. A imprensa carioca, quando se referia a esses fatos, salientava o talento primoroso do senador gaúcho. Logo depois de sua formatura, exerceu, nesta Capital, a medicina. Como os seus colegas Olinto de Oliveira, Amadeu Masson, Fábio de Barros, João Birnfeld e outros clínicos dedicava-se Ramiro Barcellos também à música. Foi dos membros mais cultos e acatados que passaram pelo Senado da República.

“Não há dúvida nenhuma, que o poder tem doçuras, que obriga o homem a todos os papéis.

O sr. Dr. Ramiro Barcellos, que abandonou o Partido Liberal por não ter sido incluído como candidato de canastra, que se passou para o Partido Republicano por entender que as eleições então não eram livres, acaba, segundo nos informa o telégrafo, de votar contra o projeto da revisão do Regulamento Eleitoral.

O que é esse Regulamento, não precisa que o digamos: é uma farsa eleitoral ridícula, onde a vontade do povo se substitui pela fraude, onde as mesas são senhoras absolutas para substituir um nome por outro, elegendo a seu talante os candidatos que quer.

Foi com essa liberdade que os novos moldes implantaram, que o Sr. Dr. Ramiro Barcellos ocupou o primeiro lugar nos eleitos para o Senado. Chegou lá, atingiu ao apogeu das alturas. Precisa conservar-se nelas, gozar as delícias que o poder encerra, e daí o seu voto contrário revisão do Regulamento para garantir a liberdade do voto.

Tínhamos o Sr. Dr. Ramiro Barcellos, apesar de seu passado político, por um dos adeptos sinceros da autonomia do povo; julgávamos um dos poucos isentos da paixão do mando; um dos poucos, a quem as delícias do poder não obrigasse a renegar os princípios que simbolizam a bandeira a que se acolheu. Enganamo-nos, redondamente.

S. Sa., “comme les autres”, pugnou pela liberdade do voto, alcançou as alturas, sustenta o Regulamento que no Senado lhe deu uma cadeira, elevando a fraude e a falsidade à altura de um princípio.

Que coerência, que lógica, que amor à liberdade!

E é o Sr. Dr. Ramiro um dos melhores congressistas que para lá foram, um dos poucos em quem nós outros alguma confiança tínhamos.

Decididamente, as doçuras do poder, o desejo de figurar, obriga o homem a todos os papéis, a uma transformação tal, que só mesmo o acompanhando de perto, se poderá encontrar ligação entre o Dr. Ramiro de ontem e o Dr. Ramiro de hoje!

Combatendo os desmandos da situação que enfrentamos, não nos regozijamos, não, com tanta degeneração de caráter.

É sempre um rio-grandense que vai para a vala comum, é mais um que vem encher a lista dos apóstatas, nesta terra que, sempre ativa, com a mais nobre hombridade, sustentou a liberdade com as armas na mão, nessa luta sanguinolenta em que tantos de nossos irmãos, por amor dela, pereceram.

E tanto sangue derramado, e tantas vidas perdidas por amor de uma causa santa, não influíram no ânimo desses moços que se apossaram da direção do

Rio Grande, apesar de muitos deles descenderem desses mártires que tão nobre exemplo deixaram!

É triste o que se está passando, tão triste que não há quem não se envergonhe de tanta degeneração de caráter.

Pobre de nossa terra! Ora, é um, pedindo licença para fazer oposição; ora, é outro votando, calado, em todas as leis de arrocho; ora, é outro, como o Dr. Ramiro, votando contra a liberdade do voto, infligindo à terra, que é sua, a mais vergonhosa das ignomínias! E consentiremos, calados, no triste e degradante papel que nos querem infligir?

Não o cremos.

Se, nas alturas, o contágio com elementos mórbidos amordaça a consciência, aniquilando, de um jato, a honra do dever cívico, nós outros, cá debaixo, afastados de uma atmosfera tão podre e viciosa, sentimos ainda nos pulsar sentimentos de patriotismo, que se não deixam enlevar nas doçuras do poder. Honremos nossa terra, combatendo os apóstatas que não exprimem a opinião da maioria de seus filhos.

Referindo-nos a nós, referimo-nos à opinião pública de que somos representantes.

Ela quer eleições livres, ela quer preponderar nos destinos deste Estado.

Ponham-lhes as peias que quiserem, congreguem quantos os elementos o poder lhes possa oferecer: as eleições hão de ser livres, o povo quer, e o povo rio-grandense já deu mostras que não recua ante sacrifício algum, quando quer que prepondere a sua soberana vontade.

Representantes do aulicismo, da fraude e da falsificação, querem jungir-nos ao carro da baixeza e do servilismo; querem à nossa terra reduzir a burgo podre, para sobre sua ruína continuarem no gozo das delícias do poder, que os inebria, esquecendo-se do que foram, para lembrarem do que pretendem ser.

Não hão de consegui-lo. Deus não o quer. O Rio Grande há de ser livre, senhor de sua vontade, porque o quer, porque tem brio e vergonha, e ao seu querer, ninguém, ninguém lhe há de pôr obstáculos.

Gozem as delícias do poder, gozem-nas, que não está longe a hora do castigo.

E quando ele chegar, quando baterem, arrependidos, nos peitos, é que hão de conhecer que nesta terra não há lugar para judas e traidores”.

No Rio Grande do Sul, a agitação progredia de dia para dia.

Depois de insistentemente pedi-la, a 16 de março de 1891, era concedida a exoneração ao General Cândido José da Costa da Presidência do Estado e do Comando das Armas do Rio Grande do Sul.

Substituiu-o o 2º Vice-Governador, Dr. Fernando Abbott, deputado federal à Constituinte e político republicano apaixonado. O Comando das Armas passou a ser desempenhado pelo General Júlio Anacleto Falcão da Frota, então senador da República e, também como aquele, afeiçoado amigo de Julio de Castilhos.

Em artigo de fundo, e sob a epígrafe General Candido Costa, escreveu a “Federação” de 17 de março de 1891.

“Havendo obtido a exoneração que instantemente solicitara, por lhe ser preciso retirar-se para o Rio de Janeiro, deixou, ontem, o Governo e a Administração do Estado, o General Cândido Costa, que, amanhã, partirá para aquela capital.

Lamentando a retirada do ilustre general, determinada por motivos respeitáveis, é-nos grato assinalar os inestimáveis serviços que S. Exa. prestou à República e à nossa terra, durante os dez meses em que exerceu os cargos de Governador e Comandante das Armas.

Acabava de descer, cabisbaixo e humilhado, as escadas do Palácio um Vice-Governador que, depois de haver espalhado o alarme por toda parte, com a exibição espetaculosa dos seus desatinos, no sétimo dia do seu desazado governo, deixou que se consumasse, nas ruas desta cidade, o selvagem atentado de 13 de maio.

Daí, a sua deposição imediata, como uma imperiosa necessidade de salvação pública.

Tendo cumprido, nobremente, o seu dever a briosa força armada, por entre os aplausos gerais da população rio-grandense, restaurou-se, prontamente, a ordem material; mas não deixaram de subsistir, no ânimo público, o desassossego e as naturais apreensões, como um resultado inevitável da incerteza que se seguira.

Foi em tais circunstâncias melindrosas que assumiu o governo o General Cândido Costa, de cujo tino e de cujo patriotismo dependiam a pacificação e a segurança geral da situação política.

É certo que há um bando de descontentes, de cujo seio se ergue clamor contra S. Exa. e os seus auxiliares; esses só estariam satisfeitos se pudessem empolgar o mando oficial, que é a sua suprema aspiração, não para realizarem o bem público, mas para saciarem paixões inferiores e atenderem aos reclamos do estômago. Um tal contentamento faz honra ao administrador que o provoca.

A “Federação” saúda o General Costa, agradecendo-lhe os valiosos serviços que lhe deve o Rio Grande do Sul”.

O governo do Dr. Fernando Abbott

Eleição para deputados estaduais — Fraudes — A atitude da Escola Militar — Transferências em massa — Manifestações aos alunos — Prisão de Aníbal Cardoso.

Quando Silva Tavares deixou a Presidência do Estado, na madrugada de 14 de maio de 90, na qualidade de Vice-Governador, o Generalíssimo Deodoro da Fonseca só lhe concedeu a demissão solicitada, insistentemente, um mês e pouco depois, pois ainda tinha esperança de que seu velho amigo e correligionário do Império continuasse naquele posto.

Assim é que só a 21 de junho de 1890, foram nomeados 1º e 2º Vice-Governadores, respectivamente, os Drs. Julio de Castilhos e Antão de Faria.

Este, mais tarde, demitindo-se, foi substituído pelo Dr. Fernando Abbott.

Nessas condições, pois, tendo Julio de Castilhos declinado da sua ascensão àquele elevado posto, assumiu a Presidência do Estado o Dr. Fernando Abbott, quando se retirou para o Rio de Janeiro o General Cândido Costa.

Em todas as ex-Províncias, já se tinham realizado as eleições para deputados às Assembléias Constituintes, enquanto que, no Rio Grande do Sul, não se falava nisso.

Os jornais independentes e da oposição já estavam cansados de reclamar contra aquela anomalia, quando o Governo do Estado resolveu marcar o dia 5 de maio de 1891 para se realizar o pleito à representação estadual.

Mais uma vez ia ser posto “à prova de fogo” o Regulamento Eleitoral que, no país inteiro, servira de lei às eleições de 15 de setembro de 1890 para senadores e deputados à Constituinte Federal, às quais não concorrera a oposição rio-grandense.

No Rio Grande do Sul, a agitação era extraordinária em todos os meios. As classes conservadoras, o operariado e também as senhoras davam mostras do seu entusiasmo pela causa que defendiam.

Era grande a curiosidade pública para se conhecerem as chapas dos dois partidos em que se dividia a opinião política rio-grandense e que iam ser submetidas ao sufrágio dos seus correligionários.

Já próximo ao pleito, isto é, a 14 de abril de 1891, a “Reforma”, órgão matutino, dava à publicidade os nomes dos candidatos da “União Nacional”. Ei-los: Dr. Adolfo Luiz Osório, Dr. Adriano Nunes Ribeiro, Dr. Antônio Mâncio Ribeiro Tacques, Coronel Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Dr. Antão Gonçalves de Faria, Antônio José de Azevedo Machado, Antônio José Dias de Oliveira, Bartolomeu de Assis Brasil, Barão de Ibirocaí, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Dr. Cândido Tavares Bastos, Carlos Trein Filho, Dr. Demétrio

Nunes Ribeiro, Capitão Dionísio Amaro da Silveira, Dr. Ernesto Reinholdt Ludwig, Ernesto Francisco de Souza e Silva, Dr. Eduardo Fernandes Lima, Saturnino Epaminondas de Arruda, Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Dr. Francisco Gomes de Araújo Góes, Dr. Francisco da Silva Tavares, Dr. Francisco de Paula Azevedo e Souza, Dr. Fábio Alexandrino dos Reis e Silva, Conselheiro Gaspar Silveira Martins, Guilherme Hoffmann, Dr. Germano Hasslocher, Conselheiro Henrique Francisco d'Avila, Major Ildefonso Pires de Moraes Castro, Dr. João Chaves Campello, Dr. João de Barros Cassal, Dr. João Coelho de Moraes, Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, José Pedro Alves, Coronel José Bonifácio da Silva Tavares, José Maria Ferreira, José de Miranda Ferreira Campello, Dr. Joaquim Marques da Cunha, Coronel Joaquim Antônio Vasques, Coronel Joaquim Pedro Salgado, Júlio Pacheco de Castro, Dr. Jorge Frederico Fayet, Dr. Manoel Marques da Silva Acauan, Major Pedro Batista Corrêa da Câmara, Capitão Pedro Pereira Maciel, Dr. Silvio Ferreira Rangel, Tomaz de Figueiredo Rocha, Dr. Vitor de Britto e Dr. Wenceslau Escobar.

Na chapa da “União Nacional”, figuravam, a princípio, os dois propagandistas da República, os irmãos Apolinário Porto Alegre e Apeles Porto Alegre, o Cônego Dr. José Gonçalves Vianna, o Dr. Hipólito Cabeda, o Coronel Laurentino Pinto Filho, o Major Luiz Henrique Moura de Azevedo, o Tenente-Coronel Antero Anselmo da Cunha, o Dr. Raimundo Vieira da Silva e o Major Alfredo Pinheiro Machado, este último irmão do senador Pinheiro Machado e “gasparista” convicto até à morte. Esses candidatos porém, desistiram da inclusão de seus nomes na chapa oposicionista em favor de vários dissidentes, que se aliaram à “União Nacional”, entre os quais Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Silvio Rangel, Barros Cassal e Ernesto Silva.

A chapa republicana era a seguinte: Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Dr. Vasco Pinto Bandeira, Dr. Manoel Vicente do Amaral, Dr. Frederico Bastos, Dr. Júlio de Mendonça Moreira, Dr. João José Pereira Parobé, Dr. Artur Homem de Carvalho, Dr. Possidônio Mâncio da Cunha Junior, Dr. Fernando Luiz Osório, Dr. Gervásio Alves Pereira, Dr. Epaminondas Piratinino de Almeida, Luiz Carlos Massot, Ismael Simões Lopes, Dr. Libio Vinhas, Tenente Alencastro Carneiro da Fontoura, Dr. Tristão de Oliveira Torres, Dr. Fernando Setembrino de Carvalho, padre Augusto Martins da Cruz Jobim, Major Lídio Purpurário dos Santos Costa, Dr. Aureliano Pinto Barbosa, Major Francisco de Paula Alencastro, Dr. João Abbott, Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida, Antônio Celso de Campos, Dr. Marçal Pereira de Escobar, Dr. Caetano Inácio da Silva, Heráclito Americano de Oliveira, Dr. Manoel Teófilo Barreto Vianna, Dr. Luiz Englert, Dr. Carlos Thompson Flores, Desembargador Salustiano Orlando de

Araújo Costa, Coronel Antônio Soares de Barcellos, Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães, Dr. Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, Dr. Protásio Antônio Alves, Capitão José Carlos Pinto, Dr. Alfredo Clemente Pinto, João Steenhagen, Coronel Gervásio Lucas Annes, Coronel José Gabriel da Silva Lima, Dr. Cândido Machado da Silveira, Coronel Evaristo Teixeira do Amaral Júnior, Dr. Antônio Antunes Ribas e Francisco Gonçalves de Miranda.

Em Porto Alegre, a “União Nacional” derrotou, por 45 votos, os republicanos. Essa vitória foi festejadíssima pelo povo em geral.

Entretanto, o governo dizia-se vencedor por 194 votos. É que não foram contados como válidos os da secção das ilhas fronteiras, onde a oposição obteve uma maioria de 55 votos, e de outras mesas, em que houve fraude.

Para anular a votação, ali, o presidente e outro membro da mesa abandonaram-na, e, mais tarde, desapareceram os livros em que devia ser lavrado o resultado do pleito.

E, assim, não só em vários pontos da capital, como na maioria dos municípios, reproduzia-se toda espécie de fraude, até que os governistas conseguiram arrumar a “grande” maioria de 194 votos em Porto Alegre. Em todo o Estado, o resultado foi o seguinte: os republicanos obtiveram uma maioria de 10.780 votos sobre o candidato da oposição mais votado, e 12.436 sobre o candidato menos votado, de acordo, aliás — cumpre-nos declarar aqui — com o quadro a respeito publicado pela “Federação”, que contrariava a maioria do resultado estampado pela imprensa oposicionista e independente.

Vamos transcrever o que, a propósito do pleito realizado, então, em Porto Alegre, escreveu o vespertino “Mercantil”, em sua edição de 6 de maio de 1891:

“A vitória da oposição, na capital do Estado, onde o governo dispõe de um número imenso de funcionários públicos, é a condenação solene desse governo, que desonra o Rio Grande, enlameando tradições que eram o nosso maior orgulho.

Repudiados da opinião pública, procuraram, na fraude, um ganho de causa que o eleitorado lhe recusa, já mandando alterar o resultado das urnas, já deixando de fazer eleições nas secções em que perdiam por grande maioria.

Não importa.

O Rio Grande não se há de constituir por meio de fraude. A maioria não há de ser suplantada e, na apuração, reivindicaremos nossos direitos, não olhando a sacrifícios, seja de qual classe for.

Os homens do governo festejaram, ontem, a vitória da capital, contando com a fraude que mandaram fazer nas ilhas fronteiras, onde tivemos uma maioria de 55 votos.

Roubaram os livros para que a ata não fosse lavrada. Mandaram a força pública praticar esse desacato. Mas não tiveram o poder de subornar a maioria da mesa e esta lavrou sua ata, dando o resultado fiel da eleição.

Não é tempo ainda de externarmos nosso juízo sobre a eleição do dia 5, sobre as torpezas que o governo tem cometido para forjar uma vitória.

Fá-lo-emos com maior vagar. Não há de haver prejuízo pela demora”.

De toda parte, vinham notícias de protestos sobre a validade do pleito.

Dentre os muitos que houve, vamos transcrever o de Pelotas, apresentado à Intendência Municipal, por ocasião da apuração dos votos.

Ei-lo:

“Cidadãos membros da Intendência Municipal: Os abaixo-firmados protestam, em bem da verdade eleitoral, contra a legitimidade da eleição procedida neste município em 5 do corrente, que estais apurando.

Os vícios dessa eleição não podem ser aquilatados por vós, que só tendes a função de somar votos, segundo a lei. Eles devem ser, portanto, argüidos e provados ante poder competente para julgá-los, como sucederá.

Neste momento e lugar, o nosso protesto teve apenas, o fim de evitar que, do silêncio dos cidadãos sobre a última operação eleitoral, aqui, se colha insidioso argumento de que reconhecemos a legitimidade de uma eleição que, em nosso conceito, não é a expressão livre da soberania popular, sendo, pelo contrário, a subjugação e a negação dela.

Requeremos, na forma da lei, a inserção deste protesto na ata da apuração de hoje.

Paço Municipal de Pelotas, 15 de maio de 1891. Conselheiro Francisco A. Maciel, Major Antonio José de A. Machado Filho, Dr. Francisco de P. Azevedo e Souza, Dr. João Chaves Campello, Dr. Antônio Mâncio Ribeiro Tacques, Capitão José de Miranda Ferreira Campello”.

Não era só ao elemento civil que vinha apaixonando a política gaúcha. Também a classe militar tomava parte ativa nesses acontecimentos. A maioria dos oficiais do Exército se colocara ao lado de Julio de Castilhos. Um outro grupo, em número reduzido, apoiava o elemento “gasparista”.

Quando, porém, se deu o rompimento entre Barros Cassal, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e outros elementos de destaque do Partido Republicano, de um lado, e Julio de Castilhos, Pinheiro Machado e os seus amigos, de outro lado, houve um grupo, bem regular, de militares, que passou a apoiar os dissidentes. Esse elemento saiu da Escola Militar.

Já em abril de 1891, isto é, pouco antes das eleições para deputados estaduais, quando os dissidentes publicaram um manifesto ao Rio Grande do Sul, eram presos, por terem-no assinado, o então Major Dr. João Candido Jacques, lente daquele estabelecimento de ensino e falecido, há anos, no posto de Marechal, o 1º Tenente Alfredo Rodrigues Pires e o Alfêres Augusto Pedro de Alcântara Júnior, ambos funcionários da mesma Escola.

Esses oficiais foram recolhidos ao Estado Maior do 30º Batalhão de Infantaria, e, segundo se dizia, tinham sido presos em virtude de um telegrama dirigido por Julio de Castilhos, não ao Ministro da Guerra do Governo Provisório, General Antônio Nicolau Falcão da Frota, mas diretamente ao Generalíssimo Deodoro da Fonseca, que, por sua vez, comentava-se, mandara, sem ouvir a respeito, aquele titular, ordens ao General Júlio Frota, então Comandante das Armas, no sentido de efetuar aquelas prisões.

O Ministro rebelou-se contra essa irregularidade, o que motivou uma contra-ordem, sendo postos em liberdade, dentro de 24 horas, aqueles três oficiais.

A Escola Militar, que, um ano antes, havia ajudado a deposição de Silva Tavares do governo, colocava-se, agora, francamente, ao lado dos dissidentes, abrindo uma luta feroz contra Julio de Castilhos.

Hostilizava-o, por todos os meios e modos, o que determinou, logo após as eleições de 5 de maio e os festejos de 13 de maio de 1891, a transferência de 160 cadetes e oficiais, para Bagé, Jaguarão e outras cidades da fronteira do Estado, bem como para o norte do país. A propósito, escreveu o “Mercantil”, em sua edição de 16 de maio de 1891, sob a epígrafe “Escola Militar”:

“A cento e sessenta já monta o número de oficiais e cadetes desligados da Escola Militar, a bem da disciplina, segundo noticia o órgão oficial.

O motivo desse rigorismo ainda não é bem conhecido, pois ao passo que se diz que esse desligamento tivera lugar em consequência da manifestação de apreço que fizeram por ocasião da partida do Tenente Pires e outros, diz-se também que o móvel foram os vivos dados a Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Barros Cassal e outros membros da oposição por ocasião dos festejos da noite do dia 13.

A folha governista, em seu número de ontem, nega que os alunos da Escola tivessem tomado parte nessa manifestação de desagrado aos homens do Governo do Estado, e, no entanto, o Comandante da Escola²¹ os desligou por causa dessa mesma manifestação.

²¹ Era Comandante da Escola Militar o Coronel Vespasiano Albuquerque, que, durante várias legislaturas, representou o Partido Republicano no Congresso Nacional.

Que era pequeno o número de alunos que nos festejos da noite de 13 tomaram parte na manifestação, de desagrado ao Sr. Dr. Julio de Castilhos, todos quantos assistiram a esses festejos o viram: sabia disso o Sr. Comandante da Escola, assim como também que aqueles moços, briosos, ao serem interpelados sobre seu modo de pensar, teriam a franqueza de externar suas idéias, assumindo, com toda a hombridade, a responsabilidade delas.

O desligamento foi, a princípio, de três alunos, mas como o Sr. Comandante apelasse para a dignidade da Escola, perguntando se outros estavam solidários com aqueles três desligados, os alunos presentes deram um passo à frente, declarando que o eram.

Foram também desligados.

No dia seguinte, nova turma se apresentou pedindo a mesma sorte de seus outros companheiros.

Foram também desligados, constando-nos que, hoje, muitos outros o serão também!

Até ontem atingia a 160 o número dos desligados.

Os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul pode ser que tenham cometido faltas, devido à sua pouca idade e ao prisma por que encaravam os seus deveres patrióticos, mas o que é verdade é que, se essas faltas existiram, elas desapareceram ante o nobre procedimento que acabam de ter, mostrando que têm pundonor, que têm brio e vergonha, que não fogem à responsabilidade dos atos bons e maus que praticam.

Não temos senão louvores ao procedimento da Escola Militar. Já não é pouco, numa época em que vemos a degeneração do caráter atingir à meta de um princípio; vemos moços, imberbes ainda, a se elevar, no conceito público, dando exemplos que cobrem de opróbio aqueles que os perseguem.

Consta-nos que, no vapor da Margem, seguem, hoje, para o interior, alguns dos desligados e que, amanhã e depois, seguirão outros, no “Mercedes” e no “Cometa”.

São dignos esses briosos moços de uma alta prova de apreço do povo desta Capital. Devem dá-la, despedindo-se deles, por ocasião do embarque.

Será um protesto eloqüente de que reprovam a perseguição que sofrem e de que não acompanham essa política nefasta que, entre nós, se quer implantar.

Demos essa prova de apreço aos briosos mártires da dignidade, eles a merecem, são dignos de tudo quanto por eles pudermos fazer.

Sob o título “O embarque dos alunos”, a mesma folha publicou, em sua edição de 18 de maio de 1891, a seguinte notícia:

“Seguiram, ontem, às três horas da tarde, no vapor “D. Pedro”, fretado expressamente para esse fim, para a Margem, com destino a diversos corpos da fronteira, sessenta e tantos alunos, dos ultimamente desligados da Escola Militar.

Apesar de ser mudada a hora da partida das 7 para as 3 da tarde, o povo, em grande massa, concorreu ao embarque desses moços briosos, perseguidos pelo grande crime de atenderem a um apelo de honra que, maquiavélico, lhes fora feito.

As despedidas foram imponentes. Mais de mil pessoas concorreram ao porto de embarque, despedindo-se dos briosos moços que confundiram seus perseguidores, mostrando que a corrupção ainda não invadiu todas as camadas sociais, e que, no coração da mocidade, ainda pulsam os sentimentos do patriotismo, ainda se conservam impolutos os sentimentos do dever e da honra.

Muitos discursos patrióticos foram pronunciados, lembrando a nobreza de caráter das ilustres vítimas da prepotência, rompendo o povo em frenéticos vivas à briosa Escola Militar; morras aos traidores, aos capachos e aos servis do poder.

O povo, dando a paternidade das perseguições dos alunos ao Sr. Julio de Castilhos, contra esse senhor se desencadeou a indignação pública, sendo seu nome verberado por todas as pessoas presentes.

A essa mocidade briosa, tão atrozmente perseguida, só lhe pode ser criminada a parte ativa que tomou na deposição do Dr. Tavares a 13 de maio do ano passado.

Nessa ocasião, tinha ela, porém, à sua frente os mesmos que hoje a perseguem, os mesmos que a induziram a esse ato, que tanto aplaudiram e que o próprio Generalíssimo deu também o seu placet com a entrega do governo do Estado aos seus chefes e cabeças.

No embarque, ontem, dos alunos, o que chamou a atenção foi que os que estavam recolhidos ao 30º Batalhão embarcaram à vontade sem serem custodiados, ao passo que os que se achavam no 13º vieram comandados por um capitão, que assistiu ao embarque deles!

Consta-nos que mais cinqüenta e tantos alunos da Escola requereram o seu desligamento, o que não lhes foi concedido; mas eles persistem no pedido, exigindo a mesma sorte de seus companheiros com quem são solidários.

Dos alunos da Escola apenas dezesseis ou vinte, segundo nos dizem, fogem daquela solidariedade!

Pode-se dizer que está fechada a Escola Militar do Rio Grande do Sul; ela não pode funcionar com o número de alunos que fica, nem outros se podem matricular já no meio do ano.

E a esses moços se deve o regime que hoje existe, foram eles os primeiros fatores da República entre nós implantada!

Hoje, seguiu no “Mercedes” outra turma dos alunos desligados, com destino a Bagé e Jaguarão, e para diversos Estados da União.

Como ontem, um povo imenso foi fazer suas despedidas aos briosos desligados.

Porto Alegre, a “una voce”, reprova a perseguição, esperando que o Governo Federal, melhor orientado do que se passou, repreve o ato do seu delegado, mandando voltar aos seus estudos os briosos moços deles afastados por uma questão de brio e de honra.

Se alguém está incompatível, não são os alunos, mas aqueles que os obrigaram a dar semelhante passo.

Com a honra não se transige, foi o que disseram os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul”.

À mocidade militar, foram oferecidos ramalhetes de flores por grande número de senhoritas, que compareceram ao seu embarque.

Um dos professores de mais vasta cultura desse estabelecimento de ensino militar era o propagandista da República, 1º Tenente Aníbal Cardoso. Estimadíssimo pelos alunos, escrevia, seguidamente, artigos políticos, no “Rio Grande”, órgão de Demétrio Ribeiro.

Não durou muito, era ele preso, sob a acusação de ser um oficial rebelde e indisciplinado, pois vinha tomando parte ativa nos acontecimentos políticos do Estado. Mais tarde, foi posto em liberdade.

O governo de Julio de Castilhos

Reconhecimento de deputados estaduais — Eleição de Julio de Castilhos para primeiro Presidente constitucional do Rio Grande do Sul — Compromisso — O secretariado — Luta entre o Barão de Lucena e os congressistas.

Como era de se esperar, o Conselho Municipal, constituído de republicanos, reconheceu os seus correligionários como eleitos à deputação estadual.

Assim é que, a 14 de julho de 1891, realizaram eles a eleição para o primeiro Presidente constitucional do Rio Grande do Sul.

Às 12 horas e 15 minutos desse dia, presentes 42 deputados, cujos nomes já divulgamos no capítulo passado, o Dr. Carlos Barbosa, presidente da Assembléia, declarou aberta a sessão, e, em seguida, o Dr. Frederico Bastos, 1º Secretário, iniciou a leitura da Constituição.

Anunciando-se a aproximação do Dr. Fernando Abbott, Governador em exercício, foi interrompida a leitura e nomeada uma comissão para recebê-lo.

Introduzido na sala, tomou o Dr. Abbott assento à direita do Dr. Carlos Barbosa.

Também entraram para o recinto o General Júlio Frota, Comandante das Armas, o General Antônio Joaquim Bacellar, oficiais dos corpos do Exército e da Brigada Militar, oficiais de Marinha e magistrados.

Terminada pelo Dr. Frederico Bastos a leitura da Constituição, foi aprovada a sua redação.

À uma hora e quinze minutos, o Presidente do Congresso promulgou a Constituição e, em seguida, deu vivas ao Estado do Rio Grande do Sul, à União Federal e à data de 14 de julho.

Ao mesmo tempo, estrugiram salvas de palmas, bravos, aclamações e vivas. Das galerias, caiu sobre o tapete uma chuva de flores. As senhoras, que se achavam em uma das galerias, acenavam com lenços. As bandas de música tocaram hinos e a flotilha, ancorada no Guaíba salvou a terra.

Às 14 horas e 20 minutos, procederam os deputados à eleição para presidente do Estado.

Recolhidas as cédulas, assinadas, a mesa efetuou a apuração, sendo Julio de Castilhos eleito, por 42 votos, ou seja pela unanimidade dos deputados presentes, o primeiro Presidente constitucional do Rio Grande do Sul, na República.

Anunciado esse resultado, foi recebido, pala assistência, com uma calorosa salva de palmas, vivas, saudações e brados ao novo governante.

Na rua, espoucaram foguetes e salvas de dinamite em todos os ângulos da cidade, sendo a bandeira nacional suspensa em vários pontos da metrópole.

Em seguida, o Dr. Aureliano Barbosa requereu fosse lavrado, em ata, um voto de louvor ao Dr. Fernando Abbott pela forma por que se houve na gestão dos negócios públicos.

Passou-se, depois, à leitura de uma carta do Dr. Fernando Osório, deputado estadual, dizendo que deixara de comparecer às últimas sessões da Assembléia, devido à pertinaz moléstia. Entretanto, congratulava-se com os seus colegas pela promulgação da carta constitucional. Declarou, ainda, o Dr. Fernando Osório, que, se estivesse presente à Assembléia teria votado “em Julio de Castilhos, benemérito rio-grandense, que, por sua ilustração, moralidade e patriotismo, inspira confiança e seguramente promoverá, no Governo, a felicidade do Rio Grande Sul”.

Encerrados os trabalhos, encaminharam-se os deputados e a assistência para o Palácio, a fim de cumprimentarem Julio de Castilhos.

Saudado pelo Dr. Aureliano Barbosa, respondeu o Presidente eleito “que provaria, por atos sucessivos, na sua administração, a injustiça das acusações de seus adversários; que deixava de ser o homem do partido, assumindo a Presidência do Rio Grande do Sul, ao qual quer servir e não somente aos seus correligionários”.

No dia 15, pouco depois do meio dia, Julio de Castilhos encaminhou-se para a Assembléia, onde foi introduzido, por uma comissão de deputados, à sala das sessões.

Logo depois, o ilustre político rio-grandense proferiu o compromisso estabelecido no artigo 16 da Constituição do Estado, que assim reza:

“Declaro que serei cumpridor dos deveres do meu cargo, em cujo exercício não faltarei jamais às inspirações do patriotismo, da lealdade e da honra”.

Prestado o compromisso, o novo Presidente foi aclamadíssimo.

Ao assumir a Presidência, Julio de Castilhos tratou, logo, da composição de seus auxiliares de Governo e tomou outras providências indispensáveis à boa marcha dos negócios públicos.

As Superintendências do Interior e Justiça, da Fazenda e das Obras Públicas foram ocupadas, respectivamente, pelos Drs. Alfredo Varella, Possidônio Cunha e João José Pereira Parobé.

Desses três secretários, apenas um ainda é vivo — o Dr. Alfredo Varella, que reside em Portugal.

Para Chefe de Polícia, foi convidado o Dr. Francisco Guillon, que já vinha desempenhando esse cargo desde o governo do General Carlos Machado de Bittencourt.

Julio de Castilhos, fora do Governo, à frente de sua folha, “A Federação”, viveu sempre, com os seus inimigos políticos, numa luta acesa, acalorada, firmando-se, no jornalismo republicano rio-grandense, como a sua figura primacial.

Tomando conta do Governo, a 15 de julho de 1891, aumentaram-lhe os ataques as folhas partidárias, e, mesmo, as independentes, como o vespertino “O Mercantil”.

Em Porto Alegre, em Pelotas, no Rio Grande, em Bagé, nas pequenas e nas grandes cidades, nas vilas e nas povoações longínquas, em todos os confins da ex-Província, os elementos oposicionistas não o poupavam e esperavam a ocasião oportuna para derrubá-lo e lhe tirar as rédeas governamentais.

A população acompanhava, com vivo interesse, a marcha dos acontecimentos, não só em relação ao nosso, como, também, ao que dizia respeito aos outros Estados, e, principalmente, ao Governo da República.

Eleito, pelo Congresso, a 25 de fevereiro de 1891, Deodoro da Fonseca pôs de lado os conselhos de todos os amigos que a ele se chegavam e atendia tão somente às deliberações que ia dando aos negócios públicos o seu antigo correligionário do Império, o Barão de Lucena.

Toda vez que julgava prejudicar os interesses da Nação, qualquer projeto governamental, o Congresso, por maioria de votos, contrariava os seus planos e não deixava passar.

Os agiotas e os bolsistas, que já tinham prejudicado, e muito, os cofres do país, trabalhavam, agora, junto ao Barão de Lucena, para tirarem, ainda, maiores proveitos. Por isso, incutiram no seu espírito que havia necessidade da reorganização do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

Ao passo que o câmbio baixava, cada vez mais cresciam os “bons e sinceros amigos” de todos os governos, os filhos diletos da República, que iam conferenciar com o chefe do Ministério sobre a apresentação de um projeto, que, na certa, viria trazer a felicidade e a salvação do país.

O projeto sobre a aludida reorganização não passou.

O Barão de Lucena ficou em estado de ira, e, por isso, aumentou a luta entre os congressistas e o governo.

O ilustre senador baiano Conselheiro José Antônio Saraiva, um dos mais notáveis políticos vindos do Império, renunciava à sua cadeira a 14 de outubro de 1891, diante da anarquia desenfreada em que se debatia o país, de norte a sul.

Apesar de ter aceito a República como um fato consumado, dela se afastou, descrente dos homens que a dirigiam.

O fechamento do Congresso Nacional

Manifesto de Deodoro da Fonseca — Estado de sítio — Contra manifesto dos congressistas — Reunião do 2º Regimento — Como pensava o seu comandante, Tenente-Coronel Hermes Rodrigues da Fonseca, sobrinho do Generalíssimo — Opiniões discordantes.

Não eram ainda passados dois anos, e o câmbio já baixava para 13 1/2, quando o imperador, ao embarcar para o exílio, o deixara a 27 1/2: 14 pontos, “apenas”, de diferença...

Pioravam, assim, as coisas, de dia para dia.

Mui discretamente, falava-se, no Rio, que Deodoro da Fonseca, aconselhado pelo Barão de Lucena, ia ordenar o fechamento do Congresso, por forças do Exército e, nesse sentido, dirigiria um manifesto à Nação, para expor os motivos por que o fazia.

De fato, a 3 de novembro de 1891, executou ele esse seu plano. Justificando-o, como uma necessidade imprescindível, disse o chefe do Governo da República, em longo manifesto, assim concebido:

“Quando a 15 de novembro de 1889 coube-me a honra de assumir o supremo Governo da República, em virtude da proclamação solene do Exército e da Armada, como altos depositários da vontade nacional, meu primeiro cuidado foi organizar a administração interna sob os novos moldes democráticos e preparar o País para o exercício da faculdade soberana de eleger os seus legítimos representantes, aos quais seria cometida a missão de discutir, emendar e aprovar a Constituição que era meu firme desígnio decretar, antes mesmo de expirado o período revolucionário, como ensaio e preparo do povo à vida constitucional.

O Governo Provisório providenciou, por todos os meios a seu alcance, para que as eleições, a que se devia proceder, se realizassem em plena paz, garantida absoluta liberdade na manifestação do voto. A Nação não era convocada tão somente para eleger representantes imediatos a uma nova assembléia legislativa; tinha que aprovar ou reprovar por modo solene e soberano a obra da revolução, isto é, da República.

Este elevado intuito foi conseguido, e o Brasil e o mundo puderam verificar que a República é a única forma de governo compatível com a livre América.

Reunida a Assembléia Constituinte aos 15 de novembro de 1890, a Nação passou a tratar da sua definitiva organização política, aceitando para base dos seus trabalhos a Constituição por mim decretada e promulgada aos 23 de julho daquele ano. Nesse documento eu procurei afirmar todo o meu amor à grandeza da liberdade e todo o meu respeito à majestade do Direito, consagrando a forma federativa, a divisão, harmoniosa e independente, dos poderes políticos, a extensão e limites das atribuições respectivas, os direitos e deveres do cidadão brasileiro, bem assim as garantias constitucionais de que depende o concurso de todos para a manutenção da ordem e segurança da Nação.

À Constituinte pareceu que essa obra devia ser refundida e transformada, chamando a si a faculdade não só de fazer-lhe os acrescentamentos compatíveis com os processos da ciência e da democracia modernas, como ainda a de concentrar nas suas mãos a faculdade, que lhe era estranha, do governo e administração do País.

Não tendo vingado esta última pretensão, que poria em perigo a segurança geral e abalaria profundamente a ordem estabelecida com referência a direitos adquiridos, aos atos inerentes à constituição industrial e econômica do País, formaram-se desde logo no Congresso Constituinte grupos radicais e intransigentes, para o fim de introduzir na obra constitucional idéias e princípios

que transferissem para o Poder Legislativo a mais vasta soma de atribuições, embora diminuindo e absorvendo muitas das que são da essência e natureza do Poder Executivo.

Assisti impassível à longa gestação dessa obra inçada de perigos que se amontoavam à proporção que as idéias reacionárias, o desrespeito às tradições nacionais, o espírito de seitas filosóficas abstrusas, as inovações e as utopias iam penetrando nesse organismo destinado a servir à obra de bom senso prático, definido pelas grandes idéias de liberdade, direito, justiça e ordem.

Contra a autoridade que devia exercer o Presidente da República, recaíram os maiores golpes, justamente porque se acreditava que o ditador que havia fundado a República sem efusão de sangue, e assegurado a ordem sem o emprego da tirania, pensava em transferir-se desta para aquela posição.

Puro engano, erro e injustiça dos homens, julgando as vítimas escolhidas pelo destino ou pela Providência, para a realização de uma obra de grandeza e sacrifício!

Recordarei em rápida síntese o que foi a ditadura e a que alvos dirigi a minha ambição.

Calmamente e sereno eu só tinha diante de mim a imagem da Pátria para lembrar-me de que a vingança, a opressão e a tirania diminuiriam a generosidade da revolução, e converteriam uma Nação, que se mostrou uma só família no dia 15 de novembro, em facções hostis, dilaceradas e dizimadas pela guerra civil.

Poucas medidas de segurança geral foram tomadas, quanto às pessoas que poderiam ser vítimas dos preconceitos e revinditas populares, ou que pudessem atentar contra os fatos consumados. A própria liberdade de imprensa, que entre nós é a instituição de mais vastos domínios, quase não experimentou os efeitos da lei de exceção, decretada por força das circunstâncias. O direito de reunião nenhuma limitação sofreu, e as antigas, como as novas opiniões políticas, gozaram da mais ampla liberdade, onde quer que os cidadãos fossem chamados a manifestar os seus direitos soberanos.

Esta situação normal dentro da revolução atraiu para o nosso País a confiança geral do mundo industrial e financeiro, e em poucos meses o capital e a associação transformaram completamente a face do Brasil sob o ponto de vista econômico.

Ao mesmo tempo efetuamos todas as reformas que durante tantos anos foram objeto de anelo universal, não falando naquelas que derivavam da nova forma de governo que adotáramos, e que, em pouco tempo, nos assegurou o prestígio de um povo disciplinado sob a forma constitucional.

Por último, a ordem e a tranqüilidade públicas, condições essenciais à vitalidade das instituições e à fecundação do progresso em todas as manifestações da atividade humana, foram mantidas sem a mínima violência, tal o amor dos brasileiros aos inestimáveis benefícios da paz.

Entretanto, como se toda essa obra, que é o orgulho da classe a que me desvanço de pertencer, não representasse um patrimônio sagrado e um título de benemerência perante a democracia e a história, ocorreu que a Constituinte ao encerrar os seus trabalhos com a eleição do Presidente da República, procurasse manifestar a sua reprovação à nossa vitória pacífica, levantando contra minha pessoa o espírito faccioso. Aguardei os acontecimentos com a calma imperturbável de quem já tinha as maiores recompensas nos aplausos com que o mundo civilizado saudou a integração da América republicana.

Todavia, os fermentos das paixões e da indisciplina aí ficaram, e o País, se não contasse com o apoio das classes conservadoras que tanto me têm auxiliado na defesa das novas instituições, teria com certeza assistido aos mais lamentáveis espetáculos da anarquia e das reações.

As circunstâncias, porém, se agravaram, de modo a fazer-nos perder a fé nas nossas incruentas vitórias, apenas a Assembléia Constituinte, já eivada de ódios e paixões, passou a funcionar como Assembléia Legislativa ordinária. Desde então o País tem-se encontrado face a face com os maiores perigos, e não só a fé nas nascentes instituições republicanas tem se entibiado com as perspectivas mais ou menos próximas da anarquia, como, o que é profundamente grave, à mercê desse trabalho lastimável e funesto, tentam os adeptos das depostas instituições levantar a bandeira restauradora.

O momento escolhido para este crime é o mais azado, como adiante demonstrarei, depois que houver passado em revista alguns dos fatos mais salientes da vida do Congresso com o Poder Executivo.

Todos quantos acompanham a marcha dos negócios públicos terão notado, que logo após a iniciação dos trabalhos legislativos ordinários, o Congresso assumiu, contra o Presidente da República e seus Ministros, posição inteiramente adversa e hostil. De semelhante procedimento, inspirado pelo menoscabo à Constituição votada, resultou o completo falseamento das instituições, assente sobre o regime presidencial, de todo em avesso às práticas do regime parlamentar.

É prova deste fato, que ao País causou dolorosa surpresa, a maneira por que se fez votar nas duas Câmaras um projeto de lei, em contravenção ao art. 50 da Constituição pelo qual as funções de Ministro de Estado, apenas incompatíveis com o exercício de outras, foram declaradas incompatibilidades

absolutas, já para forçar alguns dos atuais Ministros a renunciar os cargos que adquiriram na magistratura vitalícia, já para privarem-se da faculdade, que me é conferida pelo art. 48 § 2º da Constituição, de nomear e demitir livremente os Ministros de Estado.

Privado dos estilos parlamentares que faziam cair e subir ministros por meio de votações de confiança, o Congresso recorria ao processo sumário das leis facciosas, decretadas sem a necessária reflexão, do que, em última análise, resultava o regresso ao regime proscrito pelo próprio Congresso.

Logo em seguida o Senado, a pretexto de preencher a atribuição que lhe compete de aprovar as nomeações de membros do Supremo Tribunal de Justiça, celebrou uma sessão secreta, com grande abalo para o País, que, em tão graves movimentos da política, experimenta sempre choques os mais perniciosos aos seus interesses, não tendo essa encenação outro fim senão expor o Presidente da República ao desaire provável de uma derrota moral, visto como tais nomeações, por terem sido feitas sob a ditadura, independiam daquela formalidade constitucional.

Na Câmara os mesmos movimentos do parlamentarismo, o mesmo prurido de lei atentatória da Constituição dominou desde logo as maiorias facciosas, ali formadas no aluvião dos interesses contrariados.

Entenderam os adversários do Governo que infligiam derrotas à pessoa dos Ministros, elegendo o pessoal da sua mesa administrativa e de suas principais comissões pelo mesmo processo empregado nas Câmaras monárquicas, isto é, escolhendo indivíduos, em sua quase unanimidade, tirados dos adversários irreconciliáveis do Governo. Os Ministros, porém, fiéis à letra constitucional, nem solicitaram apoio, nem deram-se por menos fortalecidos com a presença dos seus mais intransigentes adversários na mesa administrativa e nas comissões, uma vez que gozavam e gozam da minha plena confiança e que o responsável pelos atos do Governo é o Presidente da República.

Alguns deputados não se achavam satisfeitos com a marcha política que ilustres Governadores, patriotas de reconhecido valor cívico, por mim nomeados, imprimiam na marcha dos negócios públicos. Para libertarem-se desse obstáculo não tiveram mais do que aliarem-se ao lado oposicionista da Câmara, e para logo foi votado um projeto que é outro atentado à Constituição, a qual confere ao Governo o direito de intervir na direção dos Estados enquanto não se acharem definitivamente organizados.

Freqüentemente a ação administrativa do Governo era embaraçada, e direi mesmo suspensa, em razão do pânico causado no espírito público pela apresentação de certos projetos reacionários.

É assim que a faculdade de prover ao sistema de viação geral, quanto à sua execução por contratos, compete ao Governo; é esta a parte administrativa que o Congresso não pode exercer, visto competir-lhe pela Constituição apenas a faculdade de estabelecer as condições gerais e os fundos para esse serviço.

Não obstante a Constituição e outras normas rudimentares na ciência administrativa, freqüentemente a Câmara tentou avocar a si as poucas atribuições do Governo, já iniciando projetos especiais, casuísticos, para o fim de anular concessões feitas e iniciadas, já fazendo pedidos de informações em termos em que a moralidade da administração era coberta dos maiores baldões. Tais recursos, que tinham unicamente por fim a satisfação de interesses públicos, eram grandemente prejudicados pela suspeita que pairava sobre a falta de prestígio do Governo para resolver e contratar definitivamente o serviço da viação pública e outros. Nada podia acarretar maiores tropeços ao desenvolvimento do nosso progresso industrial do que essa manobra política; o País sabe perfeitamente que era inconstitucional, e portanto inviável qualquer providência legislativa nesse sentido; mas os interesses materiais que assentam sobre o capital são, em regra, assustadiços e ao primeiro movimento do Corpo Legislativo contra o Governo, eles tomam outra direção e retraem-se.

A mesma tática de guerra foi empregada em relação a contratos findos e acabados, celebrados na forma das leis, tendo em atenção, muitas vezes, os mais altos interesses de ordem econômica e industrial, ou os justos reclamos da saúde pública.

Imediatamente levantava-se no Congresso celeuma realmente deprimente da nossa educação política, e não havia apodo que não fosse lançado à face do Governo e de seus agentes imediatos. Como complemento eram logo iniciados projetos reacionários e de ocasião, cerceando ou cassando atribuições privativas da Intendência Municipal e do Governo.

Uma vez que era preciso estender a ação do Governo Legislativo da Câmara a todos os poderes, não escapou o poder municipal federal da sede de arbítrios do Congresso, e o projeto que está em vias de ser definitivamente votado é uma obra defeituosíssima, que atenta contra os direitos civis e políticos do cidadão brasileiro; que alarga e contrai o princípio das incompatibilidades, segundo as pessoas que o Congresso tem em vista condenar ou aproveitar, e, por último, tratando os seus autores de firmar a autonomia local, chegaram, por assim dizer, ao extremo de desagregar do território nacional o município federal, cortando todos os laços ou afinidades políticas com os demais poderes reconhecidos pela Constituição. De um lado predominou nessa lei o pessoalismo; de outro a constante preocupação de colocar o Presidente da

República no segundo plano da política nacional; e, para o Congresso, o Presidente da República não era a entidade abstrata de que a lei cogita, mas o atual Chefe do Estado.

Na ordem dos acontecimentos graves figura a lei de responsabilidade do Presidente da República. Essa lei, iniciada às pressas no começo da atual sessão legislativa, discutida de afogadilho, falsa quanto aos princípios da ciência criminal, odiosa porque era feita expressamente contra o atual Presidente da República, eivada de uma casuística deprimente da moralidade dos poderes soberanos da Nação, não era por certo um monumento que devesse figurar nos nossos arquivos, atestando a sabedoria e previsão do legislador. Era o fruto de rancores mal dissimulados, que, a prevalecerem, arredariam da pessoa do primeiro magistrado da Nação aquele grau de respeito e prestígio essenciais ao exercício nobre e digno do seu elevado cargo.

Recente conflito estabeleceu-se entre mim e o Congresso, ainda e sempre pela inquebrantável defesa da Constituição, a que me consagrei. Neguei sanção ao projeto que tornava absolutas as incompatibilidades relativas dos Ministros de Estado: coloquei-me do lado das liberdades políticas, e opus-me a reformas da Constituição fora dos trâmites por ela estabelecidos no art. 90. O Senado, que iniciara o projeto, apenas teve conhecimento do veto presidencial, levantou violento temporal nas suas discussões. Submetido inconstitucionalmente o meu ato ao processo estabelecido pela Constituição, foi ele aprovado, visto não terem reunido dois terços de votos os adversários do veto, nos termos do art. 37, § 3º. Impertinente dúvida foi sugerida contra a legitimidade do voto de um dos senadores que sufragaram o veto; e, por uma mistificação da legalidade regimental, de par com a mais flagrante violação das prerrogativas parlamentares, o voto do aludido senador foi declarado insubsistente, alcançando assim os contrários ao veto irrisória vitória.

Chegou a vez de a Câmara manifestar-se, e o ilustre Presidente dela, no uso das prerrogativas que lhe competem pelo Regimento, entendeu não dever incluir na ordem do dia essa matéria; além de outros motivos de conveniência política, tinha a fundada convicção de que era inconstitucional, nos termos do art. 40 da Constituição, a renovação da discussão de um projeto não sancionado na mesma sessão em que esta ocorrência se desse. Formou-se uma maioria facciosa, para impor ao Presidente a violação da Constituição, exautorando-o muito embora diante do Regimento, e votou-se que o projeto não sancionado fosse trazido a debate. O Presidente resistiu; a Câmara insistiu. O Presidente demitiu-se; a Câmara reconduziu-o; ele, porém, reservou-se o direito de não voltar ao seu posto senão mediante nova eleição. A Câmara aceitou essa solução,

para melhor acentuar sua atitude revolucionária, e no lugar dele colocou um partidário da idéia oposta.

Ficou, portanto, o Presidente da República exposto a ver anulado o seu ato à custa da infração dos preceitos legais e constitucionais; reduzida, por consequência, a autoridade suprema do Chefe do Estado, a não passar de mero juguete da indisciplina política.

Se a Câmara quisesse neste assunto proceder com a circunspecção que o caso pede, dando tréguas às paixões, teria recorrido a um processo perfeitamente constitucional que tudo concilia deixando o princípio da autoridade revestido da integridade moral de que tanto necessita. Esse processo seria o da iniciação de uma lei interpretativa do art. 40 da Constituição, lei que, devendo passar pelos turnos de três discussões, em cada uma das casas do Congresso, e depois pelo da sanção, não só salvaria os princípios como traria salutar calma às paixões e aos espíritos. Assim não aconteceu, e a ordem política sentiu-se desde logo profundamente abalada por atos e resoluções que acarretam, para a Constituição, de um ano apenas, evidente e precoce decadência.

Um outro recurso empregou a Câmara dos Deputados como arma de guerra contra o Governo, sem atender a que a primeira vítima sacrificada eram as nascentes instituições republicanas.

A pretexto de que a nossa situação financeira era a de completa ruína, e de que colossal “déficit” se verificava entre a receita e a despesa, a Câmara desorganizou a maior parte dos serviços criados, cortando ou suprimindo verbas indispensáveis à boa marcha da administração. Não contente com esse tropeço de ordem interna, a Câmara procurou romper com os laços de solidariedade internacional que tão cordiais relações nos faziam cultivar com as principais potências da Europa e América, suprimindo legações diplomáticas neste momento em que o Brasil mais precisa de tornar simpáticas e estimadas as novas instituições.

Notarei que no Senado altos esforços foram feitos por espíritos verdadeiramente conciliadores, no sentido de restabelecer-se ao menos a legação junto à Santa Sé. Somos um País católico, e bem que tenhamos decretado a separação da Igreja do Estado, contudo não desapareceram certas dependências que formam a unidade da Igreja e afervoram cada vez mais a consciência e a fé. Não foi possível conseguir que a maioria do Senado voltasse atrás, o que importa o mesmo que condenar de ora em diante o Brasil a ser um país mais ignorado sob a República do que sob a Monarquia.

Se da ordem política sairmos para a ordem econômica, aí se evidenciará que a Câmara dos Deputados foi constante causa das mais sérias dificuldades. A

exageração do “déficit” orçamentário, completamente eliminado com o simples recurso do corte de despesas e elevação de algumas tarifas aduaneiras, bastaram para demonstrar quanto são vastos os nossos recursos para nada temermos. Demais, para assegurar o estado próspero do Tesouro e a abundância de meios de que dispomos, o Governo fez publicar os documentos oficiais pelos quais prova, não só achar-se provido dos saldos necessários em Londres para toda a metade do futuro exercício financeiro de 1892, como, além disso, possui em suas arcas soma líquida superior a um terço da nossa receita.

É preciso notar-se, e o digo com grande desvanecimento, que o Governo tem satisfeito pontualmente todos os compromissos do Tesouro, realizado os gastos exigidos pelos vários serviços a cargo da administração, e a tudo tem resistido galhardamente, apesar de duplicados ou aumentados os vencimentos dos funcionários públicos, de agravada a folha dos pensionistas, isto sem jamais ter emitido papel-moeda ou bilhetes do Tesouro, sem contrair empréstimos no interior ou exterior, com cujo produto cobríssimos qualquer desfalque, como era de uso outrora.

Apesar de confirmarmos oficialmente todos estes fatos, insistiu-se da tribuna e em vários órgãos da imprensa adversos ao Governo, que a nossa situação era e é da bancarota, que temos um “déficit” orçamentário superior em dois terços à nossa receita ordinária, o que deixava ver claramente que, se o Império foi o “déficit”, a República é e será a dívida onerosa, a depreciação devastadora da riqueza pública e particular, o aniquilamento, enfim, da nossa primeira força, — o crédito.

Não bastava destruir a prosperidade do Tesouro para suplantar o Governo; era lógico penetrar no comércio, advertir esta poderosa classe de perigos imaginários, convencê-la de que os bancos emissores perturbavam substancialmente a vida econômica do país e das indústrias, pelo excesso de papel fiduciário lançado na circulação, e que, mesmo dada a hipótese de equilíbrio entre a massa emitida e as necessidades reais das transações, faltava àquele instrumento base metálica ou títulos que o valorizasse. Chegou-se até ao recurso de atribuir malversação na administração da nossa principal instituição bancária emissora, e discussões se feriram nas duas casas do Congresso que acarretaram as mais profundas e deprimentes alterações no crédito público. Após as discussões vieram os projetos de caráter socialista, atentatórios de contratos bilaterais soleníssimos, incompletos nas suas providências, inexequíveis nos seus cálculos e conjecturas.

Quando a situação assumiu os ares de uma calamidade social, o Senado convidou o Governo a manifestar-se e ofereceu-lhe o seu concurso legislativo

nas medidas que indicasse para conjurar a crise. O Governo, compenetrado das dificuldades da situação, realmente opressivas, dirigiu ao Senado longa e minuciosa mensagem, na qual expôs tudo quanto pensa sobre a crise e tudo quanto lhe pareceu não só oportuno como inadiável. Essa mensagem concluía por um plano que reorganizava o crédito comercial, protegia a indústria nacional, indicava a revisão das tarifas, reformava o regime dos bancos emissores, traçava o caminho da unidade sem deixar de atender às necessidades regionais; fixava um máximo de emissão correspondente à agitação industrial do País, restabelecia a normalidade da circulação metálica, convertendo os depósitos dos bancos em apólices ouro do Estado; indicava a conveniência da revisão do nosso padrão monetário, em ordem a fixar-lhe o máximo sobre que assentam desde longos anos, com pequenas intermitências, todas as fortunas, e, finalmente, para forçar a fixação da moeda metálica no Brasil e tornar o seu curso um fato normal, o Governo aconselhou a providência do arrendamento das vias férreas do Estado, mediante condições que o habilitavam desde logo a contar em Londres com um elevado saldo em ouro para todas as suas necessidades e para auxiliar o comércio na venda de saques nas épocas em que a usura mais o oprime.

O País precisa saber que este plano foi posto à margem, sem que outro melhor o viesse substituir, ao contrário, quanto mais se adiantava a discussão do projeto financeiro da Câmara, impellido até por intervenção estrangeira interessada em tornar a crise uma fonte inesgotável de lucros, mais se fazia sentir a pressão das dificuldades em todas as manifestações da vida comercial. Como consequência disto, é natural o empobrecimento geral do país, a depreciação rápida de todas as fortunas, a opressão e necessidades que experimentam as classes desfavorecidas da sociedade, o jogo imoral da especulação, a coação posta ao Governo para o regresso aos processos artificiais em matéria de câmbio, tudo, enfim, quanto pode contribuir mais eficazmente para apressar o desenlace fatal da crise. E o Governo não podia agir por si nem oferecer recursos imediatos a tantos males, porque, de um lado, a lei lho veda, e, de outro, o Congresso lho obstava, negando-lhe autorizações oportunas ou a aprovação pronta do seu plano. Seguiu-se, o que era de prever: uma calamidade extensa, que ao mesmo tempo penetra no âmago de todas as indústrias e de todas as fortunas, preparando um momento de explosão em todo o País contra a imprestabilidade das instituições republicanas.

Eis aqui o fim a que os acontecimentos e os fatos se dirigem. Lançadas a anarquia política e a anarquia financeira na vida de um povo, este, ou torna-se cúmplice da própria ruína, ou reage pela revolução, voltando-se para quem o pode salvar.

Conhecido, como está, esta situação anômala, criada pelo Congresso Legislativo a favor dos inimigos da República, estes aproveitam-se por todos os modos das dificuldades e do pânico geral, para passarem despercebidos e hastearem no meio do clamor público a bandeira da restauração monárquica.

O Governo possui elementos para julgar do grau de procedência e adiantamento em que vão tais maquinações contra a República; sabe perfeitamente onde estão os adversários que afrontam a legalidade e a autoridade, certos de que têm por si as dissidências e anomalias do Congresso.

Contemporizei até agora. Se na crise em que se encontra a República eu não apelasse para a Nação, dissolvendo, como dissolvo, o atual Congresso, eu seria um traidor à Pátria.

BRASILEIROS! — A situação em que se acha a nossa cara Pátria é difícil e suprema.

Para salvar as instituições republicanas, assumo perante a Nação a responsabilidade do ato que acabo de praticar dissolvendo o Congresso.

Esta medida é imposta, além disso, pela salvação pública.

A 15 de novembro de 1889, achei-me a vosso lado para a deposição da monarquia; hoje me encontrais ainda fiel à minha missão de soldado e de brasileiro para depor a anarquia.

Achamo-nos minados por todos os lados, e a idéia restauradora ganha caminho à mercê dos mais funestos elementos de dissolução social.

Os inimigos da Pátria tentam francamente a destruição das instituições.

A sua arma é o desespero de todas as classes, o descrédito das nossas finanças.

Sofre o povo a carestia da vida e não longe estarão a miséria e a fome.

Sofrem o comércio e as classes produtoras do País, devorados por ominosos sindicatos.

Quanto mais exuberante é a agricultura, tanto mais a fraude esteriliza a sua seiva vital.

Temos prósperas rendas públicas, o Tesouro está munido dos recursos necessários para fazer face a todos compromissos, e, entretanto, nos apresentam ao mundo como uma Nação arruinada e sem crédito.

O nosso Exército e Armada são o exemplo da constância e da disciplina, e não há insídias que se não excogitem para dividi-los e fazê-los cúmplices das conspirações e sedições.

Usamos de generosidade para com os adeptos da monarquia, e eles nos afrontam já conspirando, já provocando a ação dos poderes públicos de modo ousado e insólito.

A linguagem da imprensa partidária, filiada à causa da restauração, é um brado de insurreição diária e audaz.

Cada pequeno conflito popular de alcance mínimo é logo explorado como a guerra civil declarada, e por toda a parte o telégrafo anuncia a tirania e a matança.

Os discursos do Congresso estabelecem diariamente profunda divisão entre os poderes públicos, e são verdadeiras armas de guerra contra a República.

Não há uma lei votada firmando princípios; há, porém, a lei dos subsídios aumentados em proveito dos próprios que a decretaram, quando, aliás, tratando-se de melhorar a condição do País, eles a tudo se recusavam sob o pretexto de que estamos no domínio da bancarrota.

Para evitar todos esses males, resolvo, como disse, dissolver uma assembléa que só poderá acarretar ainda maiores desgraças.

Assumo a responsabilidade da situação e prometo governar com a Constituição, que nos rege.

Garanto a paz, a ordem e a verdade das instituições republicanas.

Serão respeitados todos os compromissos pecuniários do Estado.

Serão respeitados todos os direitos adquiridos, os atos e contratos legalmente celebrados.

Todos os tribunais funcionarão para a execução das leis e satisfação do direito.

Serão alteradas, modificadas e revogadas as leis que se opuserem ao interesse e à segurança geral.

Serão decretadas e completadas as reformas necessárias, as quais ficarão dependentes da aprovação do futuro Congresso.

O Exército e Armada Nacional gozarão de todas as regalias e vantagens que as leis lhes asseguram e daquelas que forem compatíveis com as reformas que pretendo decretar para melhor afirmar o seu elevado papel de principais mantenedores da ordem e das instituições.

Um decreto convocará oportunamente o novo Congresso.

BRASILEIROS! — Eu, o vosso leal e constante amigo, faço este apelo à vossa vontade soberana, e conto que me ajudeis a salvar as instituições republicanas, únicas que podem assegurar a grandeza e a felicidade da nossa Pátria”. Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente da República.

Ao manifesto de Deodoro da Fonseca, publicado a 3 de novembro de 1891, respondeu a grande maioria dos congressistas — senadores e deputados —, contestando as acusações que lhe foram feitas pelo Presidente da República.

Esse documento, datado de 4 de novembro daquele ano, traz as assinaturas de representantes de todos os Estados, inclusive as dos deputados rio-grandenses Borges de Medeiros, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Alcides de Mendonça Lima, Cassiano do Nascimento e Vitorino Monteiro.

É do teor seguinte o manifesto dos congressistas:

“O ato, pelo qual o Chefe do Estado acaba de dissolver o Congresso Nacional, convocado para constituir legalmente a Nação e repor a vida pública nos seus legítimos fundamentos, promulgando a Constituição da República e as leis orgânicas, que deviam dela emanar, é um atentado de tal ordem, que não encontra paralelo na história das crises violentas por que passaram outros povos.

No meio da mais profunda paz interna e externa quando decretada a Constituição, os poderes públicos por ela organizados funcionavam regularmente, salvo as pequenas dificuldades inerentes a todo o regime novo; quando o Congresso Nacional, empenhado seriamente no cumprimento dos seus deveres, colocava-se acima dos ressentimentos naturais, que lhe deviam causar os atos arbitrários e inconstitucionais e violentos emanados do poder executivo com singular pertinácia, para solver os grandes problemas da vida pública já no último estágio de seus trabalhos, é, sem causa ou motivo algum que o justifique, dissolvido violentamente pelo poder executivo, à mão armada, cortando criminosamente a parábola pacífica da transformação nacional.

Os motivos alegados no manifesto, com que o poder despótico que dirige a Nação, além de ser um processo calunioso, repleto de inverdades contra os legisladores do País, reflete em si as preocupações individuais e acerbas de que se acha possuído o Chefe do Estado.

A Nação deve ter visto nesse triste documento a presunção orgulhosa da supremacia absoluta e toda pessoal do Chefe do Estado sobre todos os poderes públicos.

É assim que, tendo ele convocado a Nação para gerir os seus destinos, ato previsto pelos próprios desígnios da revolução de 15 de novembro, desconhece desde as faculdades soberanas de que fora investido o Congresso Nacional, e levou a mal, como ora manifesta nas razões que acaba de expor ao País, que a Constituinte, no uso legítimo de seu mandato, alterasse a Constituição provisória que oferecia à consideração do Congresso.

A preocupação a que aludimos salienta-se no trecho dessa deplorável peça política, em que o Chefe do Estado, descendo do nível elevado em que os acontecimentos o colocaram, amargura-se pela liberdade que assumiram os

representantes da Nação de não sufragarem unanimemente a sua candidatura ao lugar efetivo de Presidente da República.

As mais nobres reminiscências da história foram repudiadas por ele, infelizmente em presença de interesses de caráter pessoal.

Os dissentimentos do Congresso, aos olhos da mais vulgar consciência, no que toca à eleição do homem que havia exercido a ditadura, durante um largo período, justificam-se pela própria posição que o destino lhe dera.

Bem longe de descobrir no procedimento do Congresso mesquinha intenção de magoá-lo, fora o seu dever enxergar nesse escrúpulo dos representantes do povo o nobre recato de seus próprios atos, óbvios e elevados interesses.

A série de atos que se seguiram à convocação do Congresso que acaba de ser dissolvido, contra a disposição constitucional que o declara absolutamente indissolúvel (art. 17 § 2º e art. 1º § 4º das disposições transitórias) está longe de justificar a ousada pretensão que se arroga o poder executivo de achar-se dentro das atribuições que lhe foram conferidas.

Longe disso, o poder executivo, já depois de promulgada Carta Constitucional, e em presença de efetivo trabalho legislativo, julgou-se no direito de legislar, afrontando e invadindo com o mais estranho desembaraço as faculdades conferidas exclusivamente a um outro poder.

É assim que, em pleno domínio da legislatura atual, ora interrompida pelo golpe de Estado, que acaba de rasgar o mandato dos legisladores à face da própria nação, e postergando disposição constitucional expressa, criou cargos públicos de privativa atribuição do Congresso, e, para ir mais longe, legislou, como a Nação inteira viu, sobre sociedades anônimas, levando o seu desembaraço de, contra prescrições da moral e do interesse público, criar direito novo, considerando lícito o que é declarado criminoso pelas leis vigentes.

O comércio e o país sabem que este fato deu causa à baixa de nossos fundos nas praças estrangeiras.

Nós, representantes da nação, poremos de parte o processo já feito na opinião pública dos abusos praticados sob a responsabilidade iniludível do Presidente da República.

O trabalho de paz interna, para o qual sem dúvida tem concorrido poderosamente a força moral do Exército, teve por si, além da cordialidade extrema e da índole pacífica do povo Brasileiro, os conselhos e advertências patrióticas que inspirava a melindrosa situação em que se acha o País.

O Congresso, dirigindo-se à nação neste momento angustioso para ela, lamenta, profundamente, as divergências havidas entre ele e o Chefe do Estado, aliás conhecidas de todo o País.

É dever, porém, do Congresso, restabelecer perante o país a verdade dos fatos.

O poder executivo, em vez de se constituir em colaborador ao Congresso, entrando na obra de seus trabalhos com a cordialidade própria de um fator efetivo, conforme a Constituição o previra, encerrou-se em uma separação absoluta e rude, recusando-se a ministrar às comissões parlamentares, os dados de que elas careciam e que só o Governo poderia fornecer-lhes.

Está no domínio público o fato assinalado. Na direção dos trabalhos parlamentares jamais influiu no pensamento do Congresso a falsa argüição que lhe faz de pretender renovar costumes e processos incompatíveis com o regime presidencial.

A constituição das mesas é negócio da economia interna das Câmaras e ato de sua exclusiva competência.

O incidente que o manifesto do Presidente da República pretende explorar em proveito da injusta argüição que fez ao Congresso sobre a última organização de Mesa da Câmara não tem a expressão política que se lhe quer atribuir.

Em todo o caso, seria irrisório perante o senso universal que se dê um golpe de estado, que afeta, se não destrói pela base um regime inteiro, pelo fato de não ter entregue uma das casas do Congresso a direção de seus trabalhos a um indivíduo da confiança do Chefe da Nação.

Semelhante pretexto, evidentemente ridículo, vai encher de pasmo as nações onde for lido o triste e lamentável documento que estamos no dever penoso de refutar.

A Câmara, a que se refere especialmente o manifesto do Presidente da República, nunca foi facciosa mas ativa e digna.

Procurou resguardar a honra de seu mandato perante as invasões do executivo.

Os que compreendem o regime presidencial sabem que a independência do poder executivo não exclui a crítica e a fiscalização de seus atos pelo Congresso.

A divergência essencial e intrínseca dos dois sistemas, sabe-o qualquer, está em que no regime parlamentar os Ministros são comissários do Parlamento, ao passo que no regime presidencial são simples órgãos do Presidente.

Isto, porém, não quer dizer que, neste último sistema, não assista às câmaras o direito de crítica e censura sobre os atos do Governo.

Essa argüição do manifesto ditatorial provém do grosseiro equívoco em que labora sobre a índole e o mecanismo do mesmo regime.

Os projetos ou atos a que o manifesto chama casuísticos e para o fim de anular concessões feitas, eram medidas reparadoras do crédito público vulnerado contra a lei por atos do Governo.

Os clamores da opinião, que argüia tais atos, repercutiam no seio do Congresso solicitando de sua parte medidas legislativas que estancassem uma verdadeira torrente de abusos.

Estes contratos, sujeitos ao exame das câmaras, eram radicalmente nulos pela falta de poder e competência das autoridades que os fizeram.

É dessa origem e não da crítica parlamentar que provem a falta de prestígio do Governo, a que o manifesto alude.

É assombroso que, entre os motivos do golpe de estado, se ouse alegar a preocupação do Congresso em prover a organização municipal, quando é certo que a atual administração, que merece o apoio pertinaz e invencível do poder executivo, tem sido objeto de verdadeiras exigências da parte da opinião pública que precisamente aguardava esta medida legislativa como um termo a seus males.

O Congresso achou-se em presença de um trabalho de organização urgente.

O Presidente da República argüi o projeto de lei sobre os crimes de responsabilidade do Chefe do Estado de ter sido iniciado às pressas e de afogadilho, bem como de falso, quanto aos princípios da ciência criminal e odioso porque visava à pessoa do atual Chefe do Governo.

Deixando de parte a apreciação da suposta ofensa a princípios de direito que o manifesto não diz quais sejam, convém chamar a atenção do País para a obrigação que ao Congresso incumbia de elaborar aquela lei dentro da primeira sessão da futura legislatura, como expressamente determina o artigo 54 da Constituição.

Se não fora a preocupação pessoal que o acompanha com a fatalidade de um temperamento, o atual Presidente da República, que acaba de rasgar suas vestes constitucionais para assumir o papel de um ditador vulgar, com certeza não teria visto no cumprimento desse dever rigoroso uma agressão premeditada dos legisladores contra si.

O caráter das leis é serem impessoais.

É verdadeiramente espantosa a argüição que faz ao Congresso o manifesto do ditador, por ter procurado prover de remédio eficaz o “déficit” colossal que se encontra nos orçamentos do País.

Sabe a Nação, e é isto elementar, que só há dois processos econômicos para restabelecer o equilíbrio das finanças públicas: o aumento da receita ou a redução da despesa.

É caluniar os fatos pretender que o Congresso pudesse restabelecer o equilíbrio dos orçamentos no atual momento sem a redução das despesas públicas.

O manifesto não se encarregou de dizer quais os serviços que foram desorganizados e alude às legações que foram anexadas ou suprimidas, entre as quais menciona a da Santa Sé.

Sejam quais forem os interesses que se ligam às relações internacionais, é verdade que país algum deixa de obedecer, antes de tudo, na manutenção dos cargos, à situação de suas rendas.

O Congresso não se inspirou, como caluniosamente diz o manifesto, na perseguição à Igreja.

O argumento evidentemente visa indispor os atuais legisladores com o sentimento religioso da nação: não o conseguirá.

A parte do manifesto que se refere ao estado das finanças é verdadeiramente infeliz.

Página arrancada dos debates interesseiros da Bolsa, este ponto reflete em si a reprodução de exigências inaceitáveis que foram excluídas pelo Congresso com o aplauso caloroso da melhor opinião no assunto.

Os debates havidos no seio das duas Câmaras e a discussão paralela da imprensa insuspeita, em que a opinião do atual Governo foi completamente batida, devem ter esclarecido o espírito público de modo a tornar inútil a sua reprodução.

Chegamos ao momento em que é preciso encarar um problema delicado e difícil, a que alude o manifesto do ditador.

O Congresso não se desapercebeu da corrente reatora que se forma em torno da República, impulsionada precisamente pelos erros do Governo; mas o remédio eficaz e pronto está no respeito às instituições, na guarda dos princípios e na observância da Constituição e das leis.

Sem isso toda a política é artificial e falsa.

O que o bom senso aconselha é que, antes de se recorrer às medidas extremas e aos golpes desatinados, os governos precavidos e sérios procuram nobilitar o regime que representam pela sincera aplicação da lei e por um severo regime de moralidade.

São estas largas brechas por onde penetram os inimigos das instituições republicanas.

Entre os lamentáveis aleives levantados contra o Congresso, está o pretendido obstáculo à repressão de qualquer movimento restaurador.

É assombroso!

O Governo tinha razão de saber, nós o afirmamos, que, na figurada hipótese, o Congresso inteiro estaria de seu lado.

Demais, basta olhar os fatos que atestam a atitude da Câmara nas tentativas de levarem-na a contemplações indiscretas no sentido da argüição feita, para encontrar o evidente desmentido; a moção sobre o regresso imperial repelida *in limine* e sem debate pela Câmara, atesta de modo eloqüente a sua justa susceptibilidade e o seu zelo pelos destinos da República.

Estranha coragem que vai até a afronta da evidência dos fatos atestados pelos anais legislativos!

Há um tópico do manifesto que o Congresso confrange-se em tomar em consideração, tal é a mesquinhez e a falsidade da argüição que lhe é feita e que jamais devia figurar em documento que, se é destinado a dissimular um ato de evidente tirania, não deverá contudo comparecer aos olhos do mundo civilizado com um cunho relapso de um rebaixamento nacional.

Esse tópico é aquele em que rebuscando as difamações próprias da baixa imprensa, acusa-se o Congresso de ter-se preocupado somente de fazer a lei de seu subsídio.

Essa acusação inepta, além de ser mais um desconhecimento do preceito constitucional, aliás interpretado e executado pelo próprio Governo, é uma falsidade contra a evidência dos fatos.

A questão é simples e é esta: Dando cumprimento ao preceito constitucional sobre o subsídio, o Congresso decretou a lei respectiva, mandando igualá-lo em observância da disposição expressa da lei.

Não disse o Congresso se o nivelamento decretado era para mais ou para menos.

Interpretando a disposição legislativa o fato é este: o Governo igualou os vencimentos dos deputados aos dos senadores.

Como, pois, agora se insurge contra seu próprio ato e pretende imputá-lo ao Congresso, que com certeza o não praticou?

O fim da ditadura é manifesto: procura rebaixar aos olhos da Nação os sentimentos do Congresso, abater o nível moral de sua autoridade e por esse modo desprestigiá-lo perante o País.

Semelhante increpação cobre de verdadeira tristeza o Congresso que vê com o mais profundo pesar, pela primeira vez em sua Pátria, em uma época que deverá ser a da regeneração dos costumes públicos, agitar-se, como fundamento de um golpe de Estado, assunto de tão baixo nível.

Há um erro grave da parte do atual ditador: — ele não acredita nas ressurreições da história.

Qualquer que seja o abatimento em que se julgue ter caído o espírito desta Nação, é irrisório supor que ela haja esquecido para sempre os heróicos testemunhos de sua antiga virilidade.

Nós, membros do Congresso, dirigimo-nos altivamente aos nossos concidadãos a fim de, neste momento angustioso para nossa Pátria, dizer-lhes que não reconhecemos de modo algum o atentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos e que, se pudesse consumir-se à face do País e do mundo, seria o perpétuo opróbrio desta Nação.

Nenhum povo conquista e mantém a liberdade sem grande sacrifício.

É esta a lição da História.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1891. — Prudente José de Moraes Barros, Vice-Presidente do Senado, Senador pelo Estado de São Paulo; Bernardino de Campos, Presidente da Câmara, Deputado pelo Estado de S. Paulo; Manuel Francisco Machado, Senador pelo Amazonas; Virgílio Clímaco Damásio, Senador pela Bahia; Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior, Senador pelo Ceará; Eduardo Wandenkolk, Senador pelo Distrito Federal; Joaquim Saldanha Marinho, idem; Domingos Vicente Gonçalves de Souza, Senador pelo Espírito Santo; Gil Diniz Goulart, idem; José Cezário de Miranda Monteiro de Barros, idem; e João Pedro Belfort Vieira, Senador pelo Maranhão; Francisco Manuel da Cunha Júnior, Senador pelo Maranhão; José Secundino Lopes de Gomensoro, idem; Antônio Pinheiro Guedes, Senador por Mato Grosso; Joaquim Felício dos Santos, Senador por Minas Gerais; Américo Lobo Leite Pereira, idem; Manuel de Mello Cardoso Barata, Senador pelo Pará; José Pereira dos Santos Andrade, Senador pelo Paraná; José Higino Duarte Pereira, Senador por Pernambuco; José Bernardo de Medeiros, Senador pelo Rio Grande do Norte; Joaquim Antônio da Cruz, Senador pelo Piauí; Amaro Cavalcanti, idem; Antônio Justiniano Esteves Júnior, Senador por Santa Catarina; Joaquim Murtinho, Senador por Mato Grosso; Manuel Ferraz de Campos Salles, Senador por S. Paulo; José Luiz Coelho Campos, Senador por Sergipe; Francisco de Paula Leite Oiticica, Deputado por Alagoas; Gabino Besouro, idem; Manuel Ulchôa Rodrigues, Amazonas; Manuel Inácio Belfort Vieira, idem; José Augusto de Freitas, Bahia; Aristides César Spinola Zama, idem; Severino dos Santos Vieira, idem; Francisco dos Santos Pereira, idem; Custódio José de Mello, idem; Francisco de Paula Oliveira Guimarães, idem; Anfilóbio Botelho Freire de Carvalho, idem; Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, idem; Sebastião Landulfo

da Rocha Medrado, idem; Alexandre José Barbosa Lima, Deputado pelo Ceará; José Freire Bezerril Fontenelle, idem; João Lopes Ferreira Filho, idem; Frederico Augusto Borges, idem; José Beviláqua, Deputado pelo Ceará; João Batista de Sampaio Ferraz, Distrito Federal; Aristides da Silveira Lobo, idem; Francisco Furquim Werneck de Almeida, idem; José Augusto Vinhais, idem; Tomaz Delfino dos Santos, idem; Conde de Figueiredo, idem; José de M. Carvalho Muniz Freire, Espírito Santo; Antônio Borges de Athayde Júnior, idem; José Leopoldo de Bulhões Jardim, Goiás; Casimiro Dias Vieira Júnior, Maranhão; José Rodrigues Fernandes, idem; Antônio Olinto dos Santos Pires, Minas Gerais; João das Chagas Lobato, idem; Américo Gomes Ribeiro da Luz, idem; Policarpo Rodrigues Viotti, idem; Antonio Dutra Nicacio, idem; Francisco Corrêa Ferreira Rabello, idem; Astolfo Pio da Silva Pinto, idem; Aristides de Araújo Maia, idem; Carlos Justiniano das Chagas, idem; Cesário Motta Júnior, idem; Francisco Glicério, S. Paulo; Manuel de Moraes Barros, idem; Domingos Corrêa de Moraes, idem; Adolfo Afonso da Silva Gordo, idem; Joaquim de Souza Mursa, idem; Paulino Carlos de Arruda Botelho, idem; Francisco de Paula Rodrigues Alves, idem; Carlos Augusto Garcia Ferreira, idem; Alfredo Ellis, idem; Antônio José da Costa Júnior, Minas Gerais; José Luiz de Almeida Nogueira, idem; Ivo do Prado Monte Pires da Franca, Sergipe; Manuel Presciliano de Oliveira Valladão, idem; Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, idem; Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, idem; Joaquim Gonçalves Ramos, Minas Gerais; Francisco de Paula Amaral, idem; José da Costa Machado e Souza, idem; Domingos da Silva Porto, idem; João Antônio de Avellar, idem; Constantino Luiz Palleta, idem; José Joaquim Ferreira Rabello, idem; José Carlos Ferreira Pires, idem; José Teixeira da Matta Bacellar, Pará; Inocêncio Serzedello Correa, idem; Raimundo Nina Ribeiro, idem; João Batista de Sá Andrade, Paraíba; Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, Paraná; Marciano Augusto Botelho de Magalhães, idem; Eduardo Mendes Gonçalves, idem; Joaquim José de Almeida Pernambuco, Deputado por Pernambuco; Raimundo Carneiro de Souza Bandeira, idem; Aníbal Falcão, idem; José Vicente Meira Vasconcellos, idem; Antônio Alves Pereira de Lyra, idem; Vicente Antônio do Espírito Santo, idem; Belarmino Carneiro, idem; Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, Rio Grande do Sul; Antão Gonçalves de Faria, idem; Antônio Augusto Borges de Medeiros, idem; Alcides de Mendonça Lima, idem; Demétrio Nunes Ribeiro, idem; Alexandre Cassiano do Nascimento, idem; Nilo Peçanha, Rio de Janeiro; Urbano Marcondes dos Santos Machado, idem; Virgílio de Andrade Pessoa,

idem; João Batista da Motta, idem; Alcindo Guanabara, idem e Érico M. da Gama Coelho, idem”.

Em data de 3 de novembro, foi decretado o estado de sítio, cujo ato está assim concebido:

“Declara em estado de sítio o Distrito Federal e a cidade de Niterói e toma outras providências para a manutenção da ordem pública. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Tendo em vista os fatos e circunstâncias constantes do manifesto dirigido nesta data ao país e dos quais se evidencia o eminente perigo que correm a conservação e estabilidade da forma republicana consagrada pela Constituição de 24 de fevereiro do corrente ano; Considerando que é de máxima urgência atalhar, desde logo, o movimento, que, no sentido da restauração monárquica, para desonra e ruína da Pátria, começa a operar-se e patentemente se revela, ainda aos menos perspicazes; Considerando que a salvação e segurança das novas instituições, que tanto incremento e prosperidade vão dando ao país, exigem prontas e extraordinárias providências na altura dos gravíssimos perigos que a estão ameaçando; Resolve e decreta o seguinte:

Artigo 1º — São declarados em estado de sítio o Distrito Federal e a cidade de Niterói e suspensas as garantias constitucionais pelo prazo de dois meses.

Artigo 2º — Serão severamente reprimidos de quaisquer fatos e manifestações contrárias à ordem e segurança pública.

Artigo 3º — O governo nomeará uma comissão incumbida de processar e julgar sumariamente os inimigos da República e os que, por qualquer forma, contribuírem para alterar a ordem pública.

Artigo 4º — Serão, sem demora nem processo, deportados, para lugar que no ato se designará, os cidadãos que o devam ser, a bem da segurança pública e da estabilidade da forma republicana, e em geral os que perturbarem gravemente a ordem, ou se lhe tornarem perigosos.

Artigo 5º — O Governo oportunamente dará conta ao Congresso Nacional das providências excepcionais tomadas em virtude deste decreto.

O Ministro de Estado dos Negócios da Justiça o faça executar. Capital Federal, em 3 de novembro de 1891, 3º da República. — Manoel Deodoro da Fonseca, Antônio Luiz Afonso de Carvalho”.

Por ocasião do golpe de Estado, dividiu-se a classe militar em dois grupos opostos.

Uns apoiavam o Generalíssimo Deodoro da Fonseca, outros, porém, manifestaram-se contra o golpe de Estado.

Era comandante do 2º Regimento, estacionado em S. Cristóvão, no Rio, o então Tenente-Coronel Hermes Rodrigues da Fonseca²², sobrinho do Presidente da República.

Para conhecimento do leitor, vamos publicar a ata que foi lavrada sobre uma reunião de oficiais daquele regimento, a propósito do fechamento do Congresso Nacional. Ei-la:

“São Cristóvão, 4 de novembro de 1891 — Ata da reunião havida a 4 de novembro de 1891, na secretaria do 2º Regimento de Artilharia de Campanha.

“No dia 4 de novembro de 1891, às 8 horas da manhã, o Tenente-Coronel Hermes Rodrigues da Fonseca reuniu os oficiais do 2º Regimento, e achavam-se presentes: Major João Baptista de Azevedo Marques, Capitães Adolfo Augusto de Oliveira Galvão, Coriolano de Carvalho e Silva, Inocêncio de Barros e Vasconcelos e Manoel Bruce Junior, 1ºs. Tenentes João José de Lima, Tobias Becker, Pedro Paulo de Cerqueira, Nestor Vilar Barreto Coutinho, José Eduardo Abranches de Moura, José Carlos Lamaignère Teixeira, Alfredo Oscar Fleury de Barros e José da Veiga Cabral; 2ºs. Tenentes Antônio Carlos Brasil, Fileto de Oliveira Pimentel, João Carlos Pereira de Melo, Cláudio da Rocha Lima e José de Oliveira Gameiro.

O comandante, depois de, em reserva, conversar um minuto, se tanto, com o major, tomou a palavra e disse o seguinte aproximadamente: Não reuno aqui a oficialidade do Regimento para saber seu modo de pensar a respeito do golpe de Estado dado ontem; eu já sei como ela pensa.

Quero, entretanto, ouvir confidencialmente, com toda a lealdade, a opinião de cada um e dizer que a minha posição é difícil, mas, todos sabem, ela só pode ser ao lado do Generalíssimo, a quem me acho ligado por laços de parentesco muito íntimos e por quem fui honrado com um cargo de confiança, como seja o comando deste regimento.

Tomou, então, a palavra o 2º Tenente Antônio Carlos Brasil, que, com voz clara e pausada, disse: Como amigo, devo ser o primeiro a falar, e tenho a dizer que a minha opinião individual é a seguinte: Se este povo tivesse vergonha, já a esta hora estaria na rua com armas na mão, para responder a provocação que lhe dirigiu o Presidente da República, e eu, se não fosse um simples 2º Tenente, se dispusesse de elementos, já estaria na praça pública para desafrontar a dignidade deste mesmo povo.

Vencido pela força, mas não convencido, na impossibilidade de reagir, eu, diante do fato consumado, espero que o desmembramento dos Estados da União

²² Hermes da Fonseca foi Presidente da República, no agitadíssimo quadriênio de 1910 a 1914, quando no posto de Marechal.

venha demonstrar que faltaram tino e patriotismo ao primeiro magistrado da nação, quando sancionou um ato impolítico, impatriótico e inconstitucional, como o da dissolução dos representantes do povo brasileiro.

Declaro que o meu lugar será na reação.

Fizeram as suas as palavras do Tenente Brasil os seguintes oficiais: Major João Marques, Capitães Coriolano, Bruce e Inocêncio; 1^{os}. Tenentes Nestor Villar Barreto Coutinho; Tobias de Lima Becker²¹, Pedro Paulo Fleury, José Carlos Lamaignère Teixeira; José da Veiga Cabral; 2^{os}. Tenentes Fileto Pimentel e João Carlos.

“Toma, depois, a palavra o 2^o Tenente Rocha Lima, dizendo estar de acordo com o governo e que estranhava não ter sido já, há mais tempo, dissolvido o Congresso Nacional.

“Falou, de novo, o Tenente-Coronel Hermes e pediu que o Regimento não se manifestasse sem primeiro se pronunciarem os Estados.

“Nenhum dos presentes assumiu qualquer compromisso.

“E para que fique patente, em qualquer tempo, o procedimento do 2^o Regimento de Artilharia de Campanha, lavrei esta ata, que assino com os presentes.

“Quartel em S. Cristóvão, 4 de novembro de 1891. Antônio Carlos Brasil, 2^o Tenente; João Batista de Azevedo Marques, Major; José Carlos Lamaignère Teixeira, 1^o Tenente; Inocêncio de Barros Vasconcellos, Capitão; Nestor Vilar Barreto Coutinho, 1^o Tenente; Tobias Becker, 1^o Tenente; João José de Lima, 1^o Tenente; João Manoel Bruce Júnior, Capitão; Alfredo Oscar Fleury de Barros, 1^o Tenente; José da Veiga Cabral, 1^o Tenente; Fileto de Oliveira Pimentel, 2^o Tenente; Coriolano de Carvalho e Silva, Capitão; João Carlos Pereira de Melo, 2^o Tenente.

“Declaração — Tendo lido a presente ata da reunião dos oficiais do 2^o Regimento de Artilharia a que pertencemos, e não tendo, por doentes, comparecido à citada reunião, declaramos fazer também nossas as palavras que nela proferiu o 2^o Tenente Brasil. S. Cristóvão, 6 de novembro de 1891. — Cassiano da Silveira, Pedro Henrique Cordeiro Júnior.

²¹ O então 1^o Tenente Tobias de Lima Becker posteriormente Capitão, foi mandado fuzilar pelo Coronel Moreira César, em Santa Catarina, quando aquele oficial, no posto de Coronel em comissão, voltava de Buenos Aires, para onde o levava a esquadra de Custódio de Mello. Tobias Becker somou parte nos combates do Rio Grande, em abril de 1864, e fez parte das forças do Marechal Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado.

As conseqüências do golpe de estado

Telegrama de Julio de Castilhos — Discórdia no seio do Partido Republicano — Comissão mal sucedida em palácio — Protesto de católicos — Telegramas do presidente do Estado e do Comandante das Armas a Deodoro — Movimento sedicioso no sul e no interior — Juntas Municipais — Atitude de oficiais do Exército e da Armada — À procura de Barros Cassal e Aníbal Cardoso.

Agora, vai-se tornando, de dia para dia, mais interessante, mais agitada, a vida política no Rio Grande do Sul.

A dissolução do Congresso Nacional, ordenada por Deodoro da Fonseca, a conselho do seu grande amigo e chefe de gabinete, Barão de Lucena, que era, na verdade, o responsável por todos os atos governamentais, bons ou maus, deu causa a uma extensa transformação política no país inteiro, de norte a sul.

Vamos, pois, dar início à publicidade das notícias sobre os acontecimentos provocados pelo irrefletido ato do Governo Federal em relação ao Rio Grande do Sul.

Em resposta ao telegrama em que o Generalíssimo Deodoro da Fonseca comunicava aos governadores dos Estados a dissolução do Congresso, e pedindo-lhes que mantivessem a ordem, todos os presidentes, exceto o Dr. Lauro Sodré, do Pará, se conformaram com o golpe vibrado pelo então primeiro magistrado da nação, manifestando-lhe, alguns, apoio e apresentando-lhe, até, felicitações por tão “patriótica” resolução, necessária à “salvação das instituições”; outros lhe garantiram manter a ordem, sem, sequer, protestar.

A atitude de Julio de Castilhos foi de apoio a Deodoro da Fonseca, segundo se depreende dos termos, se bem lacônicos, deste telegrama:

“Porto Alegre, 4 — Ordem pública será plenamente mantida aqui. Julio de Castilhos”.

Podia o ilustre governante rio-grandense garantir que manteria a ordem? Tinha ele elementos suficientes para se conservar no poder? Podia contar com o apoio da opinião pública, em face da sua atitude?

É o que vamos ver.

Divulgado o golpe de Deodoro da Fonseca, começaram as manifestações de todas as classes conservadora de todos os Estados, e, principalmente, do Rio Grande do Sul.

Vários deputados republicanos à Assembléia Legislativa declararam-se contra a dissolução do Congresso Nacional, entre eles os drs. Alfredo Clemente Pinto, Luiz Englert, Heráclito Americano, Marçal Escobar e Sr. Francisco Miranda, e os deputados federais Dr. Assis Brasil e General Manoel Luiz da Rocha Osório.

Também se manifestou contra o golpe o Dr. Álvaro Batista, que, meses antes, quando o Dr. Julio de Castilhos se achava no Rio, para onde seguira a tomar parte nos trabalhos do Congresso Nacional, o substituíra na direção do órgão do Partido Republicano, “A Federação”.

No Rio, como já vimos, tinham assumido atitude idêntica, antes, por intermédio do manifesto dos congressistas, os deputados federais Drs. Borges de Medeiros, Alcides de Mendonça Lima, Cassiano do Nascimento e Vitorino Monteiro, todos republicanos, e os Drs. Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, dissidentes.

Outros congressistas rio-grandenses, inclusive Pinheiro Machado, que se ausentara, propositadamente, para S. Paulo, não assinaram o manifesto.

Na noite de 4 de novembro de 1891, reuniram-se os sócios da “União Republicana”, sociedade, essa, que apoiava a facção dos dissidentes, e resolveram nomear uma comissão para se entender, em palácio, com o Dr. Julio de Castilhos, sobre a atitude a assumir em face do golpe de Estado.

Do resultado dessa missão, nos dá o “Mercantil”, em sua edição de 5 de novembro, a seguinte nota:

“Com extraordinária concorrência, realizou-se, ontem, uma reunião popular no edifício da “União Republicana”.

Por delegação dos presentes, dirigiu-se ao palácio presidencial uma comissão, composta dos Srs. Drs. João de Barros Cassal, Aníbal Elói Cardoso e João Cândido Jacques, os dois últimos oficiais do nosso Exército.

Ao chegar ao palácio, a comissão esperou demorado tempo na sala de recepção, aparecendo, mais tarde, o Sr. Dr. Possidônio Cunha, Superintendente da Fazenda, declarando que o Presidente se achava em conferência com os amigos e, não podendo atender, determinava que ele ouvisse o que queria a comissão.

Contestou-lhe o Major Dr. Jacques, que a comissão representando a opinião pública, e não indo, ali, solicitar favores, só ao Presidente falaria.

O Dr. Possidônio voltou ao Dr. Castilhos e, após longa demora, veio, novamente, declarar que S. Exa. não podia falar e que ele estava autorizado a ouvir tudo quanto quisesse a comissão.

Então, o patriota Barros Cassal, intemorato republicano, declarou que a comissão lamentava a recusa do Presidente, de vir entender-se com ela sobre a atitude a assumir-se, em face do ato violento do Marechal Deodoro, e que ao retirar-se, dizia que só voltaria a palácio, se isso lhe fosse possível.

Comunicado o fato à reunião, Cassal e Aníbal Cardoso pediram ao povo muita calma em uma emergência tão difícil, como a que atravessamos.

O povo rio-grandense que admire o procedimento de seu primeiro magistrado”.

Estava marcada para as 6 horas da tarde do dia 6 de novembro um grande “meeting”, a fim de se tratar do ato de Deodoro.

Horas antes, o Sr. Assis Brasil procurou, pessoalmente, o seu cunhado, Julio de Castilhos, que lhe declarou que considerava inconveniente esse “meeting”, por lhe parecer que essa reunião poderia ser motivo de irritação dos espíritos, no estado melindroso em que se encontrava a ordem pública.

Apelava, por isso, para o seu parente adiar o “meeting”.

Respondeu-lhe Assis Brasil que lhe era impossível desistir de comparecer ao “meeting”, a não ser em obediência à formal e expressa disposição da autoridade competente.

Castilhos contestou-lhe que tal formalidade seria cumprida, e, meia hora depois, recebia Assis Brasil o seguinte ofício:

“Secretaria de Polícia em Porto Alegre, 6 de novembro de 1891. Cidadão Dr. Assis Brasil — Tendo chegado ao meu conhecimento, por meio de um Boletim — que pretendeis, hoje, às 6 horas da tarde, realizar um “meeting” na Praça da Alfândega, e julgando esse ato uma imprudência, em vista do melindroso estado da ordem pública, não obstante dizer o Boletim que haverá a maior calma na apreciação dos fatos, intimo-vos e aos demais signatários do Boletim, para que não o realizeis. Saúdo-vos — Francisco Alberto Guillon, Chefe de Polícia”.

Em virtude dessa ordem, Assis Brasil, Marçal Escobar, Julio Moreira, Heráclito Americano, Álvaro Batista, Luiz Englert e Francisco Miranda publicaram um artigo no “Jornal do Comércio”, de 7 de novembro, dizendo o seguinte:

“Na situação extraordinária que atravessa nossa pátria, compreendemos que seria funesta uma convulsão revolucionária. Nossas intenções eram e são, portanto, as mais pacíficas.

Mas, pensamos que o melhor modo de garantir a ordem, longe de ser a compressão da opinião pública, deve consistir em permitir que ela se expanda por suas válvulas naturais.

Sem concordarmos, pois, com o pensamento do Governo do Estado, cujos intuitos respeitamos e de cuja sinceridade não duvidamos, parece-nos que seria mais útil a conservação da ordem, que não se impedissem manifestações como a que pretendíamos realizar na qualidade de sinceros amigos da República e da Liberdade, nunca tão seriamente feridos e com tanto arrojo como na atualidade.

Obedecemos, pois, à ordem recebida, mas não a reconhecemos justa ou razoável, e, daqui, como de qualquer parte onde nos encontrarmos, protestamos e protestaremos sempre contra o nefando crime pelo qual se pôs fora da lei o cidadão que exerce a Presidência da República.

Não estamos descrentes da opinião pública, como alguns dos homens que, em nome dela, governam; confiamos que ela há de se levantar pujante para levantar nossa pátria da nódoa da despotismo; mas, se não bastarem, ou, “se não forem possíveis” as soberanas injunções da opinião, pensamos que o povo diante de nada deve vacilar; por mais desesperada e extrema que seja a resolução a tomar, nem diante dela deve deter-se quem não quis legar a seus filhos uma pátria escrava.

Não falamos como homens de partido, nem individualmente temos a menor prevenção contra qualquer dos nossos patrícios investidos ou não do governo; neste supremo instante, esperamos, ainda, que nenhum brasileiro terá dúvidas quando tiver de escolher entre alistar-se com os soldados da liberdade ou com os janízaros da tirania”.

Os Drs. Luiz Englert e Alfredo Clemente Pinto, deputados republicanos à Assembléia, protestaram pela “Época”, em nome do “Centro Católico”, contra o ato de Deodoro da Fonseca.

O artigo, que tem o título de “Alea Jacta Est”, está assim concebido:

“Afim — exclamávamos nós destas colunas, não há ainda um ano, quando foi promulgada a Constituição — afinal entrou o país no regime da legalidade. Afim cessou o período ominoso da ditadura com seus erros e crimes.

Já pertence ao domínio da história esse período de transição que constituirá, para sempre, uma página negra nos anais da Pátria.

Longe estávamos nós de pensar que, no curto espaço de oito meses, seria a Constituição rasgada e calcada aos pés por aquele mesmo que havia prometido respeitá-la e fazê-la respeitar; então a ninguém era dado prever que não levaria muito e a Nação voltaria ao regime da ditadura.

Sim, o Presidente da República; a cujos ouvidos mal chegam as vozes da Nação, aconselhado por áulicos e, sobretudo, apoiado na força das baionetas — única lógica dos déspotas — acaba de dissolver o Congresso Federal, convocando outro com poderes constituintes.

Que motivos teriam atuado no ânimo do primeiro magistrado da República a dar este golpe de morte na nossa Constituição?

Em que lei se fundou ele para rasgar o nosso pacto fundamental?

Para o Generalíssimo Presidente da República a lei é a sua vontade absoluta e caprichosa.

Ele é o homem do posso, quero e mando.

Quem, conhecendo a índole violenta do General Deodoro, tivesse acompanhado de perto as últimas sessões do Congresso Federal, havia de pressagiar que a atitude patriótica, independente e nobre deste, em face dos desatinos político-administrativos do Governo, havia de ter fatalmente esse desfecho.

É que o Presidente da República confia de mais na calma e tolerância do povo brasileiro; ele julga-se demasiado forte, apoiado na força bruta, como se esta quase sempre não acabasse por ferir aqueles mesmos que dela abusam.

E, assim, a vontade despótica de um homem, que nunca esteve na altura da posição a que as circunstâncias especiais o elevaram, impele o país para o abismo em que o despotismo de um Balmaceda precipitou a nação chilena, e é assim também que não estamos longe daquelas cenas sanguinolentas que enlutaram aquele grande povo.

Infelizes tempos esses que atravessamos; e que coração verdadeiramente brasileiro haverá que, diante da gravidade do momento, não se confranja ao presentir a catástrofe que está iminente?

Deus se amerceie do nosso Brasil e o livre da situação angustiosa e cheia de dificuldades que lhe criaram filhos desnaturados e ambiciosos.

Entretanto, saiba cada um de nós cumprir o seu dever de cidadão e patriota, e, dentro dos limites da lei, com a prudência, calma e patriotismo que a gravidade da situação exige, tratemos de reagir contra o despotismo que se quer implantar no país.

Como rio-grandenses, como brasileiros, entendemos do nosso dever não silenciar nestes momentos e daqui, destas colunas, o Centro Católico lavra o seu protesto contra o ato de violência que acaba de praticar o Presidente da República”.

O “Eco do Sul”, do Rio Grande, em sua edição de 5 de novembro, informava o seguinte:

“As principais casas importadoras desta praça suspenderam os seus negócios, algumas desde ontem.

— Os proprietários de padarias não conseguiram, ontem, comprar farinha. Também paralisaram as vendas de molhados em grosso e em fazendas pouco se tem feito.

— O Banco da República sacou a 13 e pouco, segundo informações que tivemos, mas os demais estabelecimentos bancários estão sem tabela.

— Excusado é dizer que já é sensível o aumento de preços em alguns artigos, nas casas varejistas.

Mas não há, por enquanto, receio de fome...

— O Rio Grande do Sul declarou-se em oposição ao ato ditatorial, firmado pelo Presidente da República.

Cumpriu o seu dever e esperamos por mais”.

A mesma folha publicava a seguinte carta do então Capitão Febrônio de Brito:

“Sr. redator do “Eco do Sul” — Dá o “Artista” de hoje noticia de que a officialidade desta guarnição festejará o dia 15 de novembro com um baile.

Causa-me estranheza a noticia aludida.

Entre os officiais da guarnição, não me consta, jamais, se cogitou de semelhante coisa.

O informante da noticia foi, pois, mal informado.

Não se pensa em tal.

E, demais, o momento crítico por que passamos não é para tanto regozijo.

Antes dos bailes e das festas, preciso é que cada brasileiro trate de pensar em que no peito tem um coração e que, nesse coração, deve estar a Pátria agonizante.

Americanos, só nos compete o papel de soldados da liberdade. E se, com certeza, há o tal baile posso lhe garantir que eu não fiz e jamais farei parte dele.

Sei chorar pela Pátria, quando não posso por ela combater — Febrônio de Brito — 5 de novembro de 1891”.

À proporção que a agitação avultava, em virtude do golpe de Estado, Julio de Castilhos ordenava ao Chefe de Polícia, Dr. Francisco Guillon, que procedesse com energia, para diminuir, assim, o entusiasmo da opposição.

Cumprindo essa determinação, foram presas muitas pessoas, conseguindo, outras, fugir desta capital.

Foram recolhidos para bordo das canhoneiras “Marajó” e “Henrique Dias”, ancoradas no nosso porto, o Major do Exército Silvestre Travassos, do 30º Batalhão de Infantaria; o Tenente Luiz José Pimenta, os Alferes Carlos de Andrade Araújo e Raimundo Honorino de Almeida; o Capitão da Polícia Carlos da Costa Bandeira e outros officiais dessa milícia afora grande número de civis.

Num ambiente de inquietação vivia a população de P. Alegre. A polícia percorria a cidade, completamente armada.

O Capitão do Porto proibia a saída de embarcações de vela. Estava ancorado, no Guaíba, o navio inglês “Roca Lowdes”, cujo comandante protestou, por essa ocasião, por perdas e danos.

Do interior e do sul do Estado chegavam tropas do Exército.

O Telégrafo Nacional não funcionava, pois os despachos eram transmitidos pela cabo submarino, no Rio Grande.

As sessões da Assembléia Legislativa realizavam-se com irregularidade.

A guarnição federal e estadual, a Escola Militar, o Arsenal de Guerra e os vasos de guerra ancorados no porto estavam de prontidão.

O General Salustiano dos Reis, Barão de Camaquã, que era Comandante do Distrito, convocava os oficiais do Exército para uma reunião no Quartel General.

As vendas no comércio decresciam de dia para dia.

Os bancos estrangeiros conservavam-se sem tabela cambial e não faziam transações de saques.

Os jornais recebiam ordem de moderar a linguagem.

Anunciado um grande, “meeting” para o dia 6, os oradores não apareceram, por proibição da polícia.

O povo comparecera em massa à Praça da Alfândega e às suas adjacências, e as janelas estavam repletas de senhoras para ouvirem os discursos.

Vamos ver, agora, de onde partiu o primeiro grito de revolta.

Em outubro de 1891, realizaram-se as eleições municipais em Viamão. Julio de Castilhos mandara, para ali, o Major Francisco Guillon, chefe de Polícia, acompanhado de uma força da Guarda Cívica, a fim de “apurar” as eleições”.

Os capelistas — como eram então chamados os filhos Viamão — tinham derrotado o governo nas urnas.

Por essa ocasião, houve um incidente entre um capitão da Polícia e um sargento do 30º Batalhão do Exército, resultando aquele esbofetear este.

O sargento levou o fato ao conhecimento do comandante do Batalhão, Coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães, que, imediatamente, tomou providências no sentido do capitão dar uma satisfação àquele oficial inferior.

Recusou-se a isso o capitão agressor.

Levado o caso ao conhecimento de Julio de Castilhos, este aconselhou o capitão a se retirar desta Capital, por algum tempo, a fim de evitar complicações.

A propósito, escrevia o “Mercantil”, de 3 de novembro de 1891, dia em que se deu o golpe de estado:

“Não é direito. Deste modo, a questão fica de pé. Ao poder público cumpre deliberar de forma satisfatória, e a retirada temporária do oficial não satisfaz, esteja embora a razão do lado deste ou daquele, e é o que compe deslindar.

Eis como surge uma dificuldade nesta República.

A “simples apuração” de umas eleições na Capela, na terra do Marcos²⁴, pode trazer sérias conseqüências e o Sr. Presidente, embaraçado, aconselha paliativos, em circunstância, por certo, menos difícil do que a prova que passou Alexandre diante do “nó górdio”.

Este fato, ligado à fraude eleitoral, contribuiu, e muito, para uma revolta na Capela de Viamão, que, pouco depois, com o golpe de Estado, se estendeu por muitas localidades do Rio Grande do Sul, inclusive Porto Alegre.

Vitoriosos no pleito, e, também, para vingarem a bofetada no sargento, os adeptos de Silveira Martins, naquela localidade, resolveram fazer valer os seus direitos de armas na mão.

Assaltaram a então vila, hoje cidade de Viamão. Sustentaram combate com os republicanos, em que houve mortos e feridos, e prenderam as autoridades, destituindo-as dos respectivos cargos.

Em virtude, pois, desse desenlace, numerosas forças do Governo seguiram, então, para Viamão, a fim de restabelecer a ordem.

Sobre essas ocorrências escreveu ainda o vespertino “Mercantil”, em sua edição de 7 de novembro de 1891:

“O Sr. Dr. Alfredo Varella, Superintendente do Interior, seguiu, ontem, para Viamão, acompanhando uma força que, para ali, foi mandada”.

“A segunda força, quando lá chegou, não encontrou mais os revoltosos, que se haviam internado pelo mato e acampado fora da vila.

Julgando as forças que, num sobrado, havia pessoas, forçaram as portas e entraram.

Por essa ocasião, disparando uma “Comblain”, prostrou, sem vida, um soldado”.

Da primeira força, que era da Guarda Cívica, foi morto um soldado, tendo ficado gravemente ferido um e levemente outro.

Na casa de residência da Exma. Sra. D. Henriqueta de Azevedo Barbosa, foi estabelecido o Hospital para tratamento dos feridos.

Para acudi-los, achavam-se, ali, os Srs. Drs. Bueno do Prado e Alexandre Lisboa, médicos militares.

D. Henriqueta Barbosa, que conta 83 anos de idade, foi de uma solicitude extraordinária, para com os feridos, coadjuvando os curativos.

²⁴ O Coronel Marcos Alencastro de Andrade foi conservador, no Império, e, durante o novo regime, foi chefe local do Partido Republicano, durante a chefia geral de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Disseram-nos que um dos médicos, admirando-se de sua coragem e sangue frio, em momento tão difícil, quando todas as famílias abandonavam a vila, recebera a seguinte resposta:

“Isto não me amedronta. Eu sou do tempo dos heróis de 35”.

Essa senhora, além de ter sido digna enfermeira, foi quem tratou, também, da alimentação dos dois médicos, que estavam sem recurso algum, indo para a cozinha.

A força de linha ficou acampada na vila, onde carneou.

Dois carros que foram, ontem, ficaram inutilizados.

— Segundo nos informam, um próprio que daqui fora, com uma carta para os revoltosos, foi preso no caminho, tendo a força praticado com ele um ato verdadeiramente selvagem.

Dizem que o pobre homem foi amarrado em um pau e suspenso pelos braços ao andaime de uma casa, onde os tem conservado em martírio, muito igual ao do tempo da inquisição”.

A população de Pedras Brancas, hoje cidade do Guaíba, seguindo o exemplo de Viamão, revoltou-se, depôs e prendeu as autoridades.

Lá se achava o Tenente Jordão e teve que se retirar apressadamente para Porto Alegre, pois, do contrário, teria tido a sorte que tiveram as autoridades da vizinha, localidade.

Em Bagé, Rio Grande, Pelotas, Livramento, todos pegaram em armas e tomaram conta das cidades.

Julio de Castilhos e o General Salustiano dos Reis, diante de tudo isso, pediram auxílio, no dia 8 de novembro, a Deodoro da Fonseca, porque não tinham forças suficiente, na capital, para reagir.

Novamente, telegrafaram ao presidente da República, no dia 10, nestes termos, que bem demonstram a crítica situação em que se achava o Governo do Estado:

“Em vista retardarem providências que reclamamos, agravou-se muito a situação. Cidade Livramento foi tomada hoje, sendo gravemente ferido General Isidoro.

Algumas vilas interior do Estado estão em poder dos revoltosos. Estamos agindo com energia, mas precisamos mais recursos. Urgente vinda encorajados, conduzindo mais força. Barra dá passagem.

Sonda 20 palmos. Envidaremos, aqui, todo esforço para sufocar rebelião.

Indispensável declaração estado de sitio. Responda urgente, via Buenos Aires — Uruguiana.

Julio de Castilhos, Barão de Camaquã”.

Enquanto em Porto Alegre se preparava um movimento sedicioso para derrubar Julio de Castilhos, outras localidades do Estado já tinham deposto as autoridades e organizado Juntas Municipais.

A respeito, o “Eco do Sul”, do Rio Grande, nos dava as seguintes informações em sua edição de 10 de novembro de 1891:

“Ontem, fizemos distribuir o seguinte boletim sobre os acontecimentos do dia 8.

O dia 8 de novembro de 1891 marca o início do movimento reorganizador do Rio Grande do Sul.

Sem tempo para uma descrição completa de todos os fatos, de que nos ocuparemos depois, apressamo-nos em dar ao público uma notícia mais ou menos circunstanciada.

Das 2 às 3 horas da tarde, foi distribuído pela cidade o seguinte:

Boletim da Imprensa: — A imprensa, inspirada nos interesses do bem público, convida todas as classes sociais para a reunião popular que se realizará hoje, às 4 horas da tarde, na praça Municipal.

Trata-se de ouvir o pronunciamento do povo em face do grave acontecimento da dissolução do Congresso Nacional. Rio Grande, 8 de novembro de 91. — “Rio Grande do Sul”, “Artista”, “Gazeta Mercantil”, “Gazeta da Tarde”, de Pelotas, “Eco do Sul”.

Deixou de assinar o proprietário e redator do “Diário do Rio Grande”, por se achar ausente.

A reunião estava anunciada para a praça Municipal, mas, em vista da chuva torrencial que impedia a concorrência do povo em massa, uma comissão composta dos cidadãos 1^os. Tenentes da Armada Amorim Rangel e Pio Torelly, Afonso Nunes e José Bernardino Fuão, dirigiu-se à casa de residência do Sr. Coronel José Luiz de Mesquita e a S. Sa. deu conta do movimento até então ignorado pela maioria da população e pediu-lhes as chaves do edifício da Junta Municipal.

S. Sa. acedeu com o maior cavalheirismo à solicitação respeitosa da comissão e mandou chamar o secretário da Junta, o Sr. João Bernardino dos Santos Conde, que, sem mais demora, cumpriu a ordem que lhe foi determinada.

Às 4 horas, as salas da Junta achavam-se repletas de povo, sendo impossível dar entrada à multidão que se aglomerava na rua e na praça.

Depois de ligeira conferência entre os cidadãos Dr. Manoel Antônio Afonso Reis (redator do “Rio Grande do Sul”), Fernando Pimentel (redator do “Artista”)

e João José César (redator do “Eco do Sul”), foi resolvido que a este coubesse a exposição dos motivos do “meeting” convocado pela imprensa.

Achavam-se presentes, além de muitos outros cidadãos ilustres de todas as classes da sociedade, o Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha, os Tenentes-Coronéis Onofre José Antônio dos Santos e Antônio Barbosa, comandantes do 12º de Infantaria e do 3º de Artilharia, os Majores Fiscais e todos os demais oficiais dos mesmos corpos, os 1ºs. Tenentes da Armada Amorim Rangel, Pio Torelly e Sabino Cavalheiro, todos convencidos da alta importância da reunião.

O cidadão João José César começou por ler o § 4º do art. 1º das disposições transitórias da Constituição Federal, o qual determina que, em caso algum, o Congresso pode ser dissolvido.

Historiou em seguida o que se tem dado depois do ato atentatório, prepotente, ignominioso do general Deodoro, que faltou ao compromisso de honra feito perante a Nação, pois criminosamente rasgou o pacto fundamental da República — obra gloriosa de Benjamin Constant e de um punhado de combatentes intemeratos.

Recordou que sobre a classe militar pesava enorme responsabilidade, porque foi ela o grande fator da insurreição gloriosa de 15 de novembro de 1889 e que, portanto, à classe militar competia manter integral a lei, para que a ordem pudesse ser mantida e para que as liberdades públicas não fiquem à mercê de quaisquer tiranetes. Longo foi o discurso do representante da imprensa, o qual passou em revista o que se dava pelo Rio Grande do Sul.

Disse que o brio tradicional desta terra, a dignidade cívica e os princípios austeros da política genuinamente republicana repeliam o privilégio odioso da Constituição do bacharel Castilhos, déspota caricato que fez, dos brasileiros de outros Estados, estrangeiros no Rio Grande do Sul.

Depois passou a dar conta da organização da revolta em nome da lei, declarando que, em seguidas reuniões e na última realizada no dia 8, foi deliberado que os beneméritos rio-grandenses, o Capitão-de-Fragata Rodrigo Rocha e o Tenente-Coronel Onofre dos Santos, assumissem a direção das operações de resistência contra o Presidente do Estado, instrumento da ditadura central.

Obedecendo a essa direção, toda a oficialidade da guarnição e a da armada constituíram-se em garantia da ordem para que fossem respeitados todos os direitos individuais.

Declarou mais que, no município de Bagé, estavam à frente do movimento reivindicador os Generais Joca Tavares e Rocha Osório e o Tenente-Coronel José Cristino de Bittencourt, estando deposto o Tenente-Coronel Ricardo

Fernandes da Silva, que foi substituído no comando de artilharia pelo Capitão Octavio Carlos Pinto.

Deu conta ainda da organização em Santana do Livramento, Uruguaiana, Jaguarão, Santa Vitória e muitos outros pontos, e disse que, na capital do Estado, já havia vítimas da revolução, sendo, portanto, urgente pôr em marcha os companheiros da liberdade, a fim de que fosse destituído quanto antes o bacharel Castilhos.

Entrando na apreciação de outros fatos, pediu o apoio popular para os revolucionários de brio, dizendo que a população podia estar tranqüila, pois zelavam por ela as espadas dos ilustres Capitão-de-Fragata Rodrigo Rocha e Tenente-Coronel Onofre e dos seus leais camaradas.

A multidão cobriu de aplausos as palavras do orador, fazendo uma ovação delirante aos dois bravos da direção militar.

Propôs então o orador que uma comissão fosse convidar o Presidente da Junta, o Sr. Coronel Mesquita, para assistir à reunião, e aceito o alvitre, o orador escolheu para a comissão os Srs. Coronel André Salgado, 1º Tenente Amorim Rangel e Major Montenegro.

Ocupou, então, a atenção do solene auditório o abnegado e heróico Capitão Febrônio de Brito que o povo já conhece como soldado da liberdade. Por entre fervorosos brados de aclamações patrióticas, Febrônio de Brito falou com a altivez de sempre, no alevantado estilo com que abrilhanta as suas produções e com o talento que tanto o exalta aos olhos dos seus inúmeros admiradores.

Republicano convicto, perseguido quando em outras épocas pregava a verdadeira República, ele não pôde dar apoio a esse aleijão que aí está apodrecido, envergonhando a grandeza de um povo que tem às vezes indolências, porém que no momento dado rugem como o leão.

As palavras do ilustre militar provocaram expansões entusiásticas, que cresceram quando ele afirmou de modo positivo a sua colaboração intemerata em favor da República, pois combaterá em todo o terreno a restauração monárquica.

Comparecendo o Sr. Coronel José Luiz de Mesquita, de novo usou da palavra o cidadão João José César, que saudou respeitosamente o venerando coronel, dando parte ao povo da desistência de S. Sa., pois, guardando lealdade para com o poder que o havia investido de um posto provisório, não podia deixar de proceder corretamente. Salientou o orador os serviços do honrado presidente da municipalidade, dando-lhe parte que estavam escolhidos para dirigir a Junta os cidadãos Francisco José Ferreira Camboim Filho (advogado), Dr. José Pio Alves e Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário do “Eco do Sul”.

O auditório, numeroso e ilustre, aclamou a nomeação, e, logo após, o Sr. Coronel Mesquita, agradecendo todas as considerações de que era alvo, declarou que prestava adesão à vontade da maioria dos seus concidadãos.

O cidadão J. J. César pediu ao povo que, como prova de maior apreço, acompanhasse o respeitável Sr. Coronel Mesquita até à sua residência.

Este convite foi correspondido com palmas e bravos, e o povo teve então de prestar todas as atenções ao Sr. 1º Tenente Amorim Rangel, que, de palavra fluente e entusiástica, discursou brilhantemente, apresentando o Sr. Coronel Mesquita como membro do triunvirato.

A proposta foi sancionada pelo elemento popular.

O Sr. Coronel Mesquita foi acompanhado à casa por todos os cidadãos que formavam o *meeting*, e a multidão foi depois cumprimentar o íntegro juiz de Direito da comarca, o Sr. Dr. Antônio José Pinto.

Interprete do pensamento preponderante, o cidadão redator do “Eco do Sul” dirigiu-se ao distinto magistrado e disse-lhe que o povo do Rio Grande continuava a depositar em S. Sa. a confiança de sempre.

O Sr. Dr. Pinto agradeceu, comovido, tão espontânea e significativa manifestação.

A multidão dissolveu-se em frente ao escritório do “Eco do Sul”, depois de falar ao povo o nosso infatigável companheiro Camboim Filho, que mais uma vez deixou em evidência os seus talentos e o seu patriotismo.

Ficou assim constituído este Poder Executivo Provisório: Tenente-Coronel Onofre José Antônio dos Santos, Comandante da Fronteira e Guarnição do Rio Grande; Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha; Coronel José Luiz de Mesquita.

O partido da revolução instituiu esta Comissão Federal Permanente: Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, Capitão Evaristo dos Anjos Sandim, João José César.

O Sr. General João José de Bruce resignou o cargo de comandante desta guarnição. A Junta Municipal provisória é composta, como já dissemos, dos cidadãos Camboim Filho, Dr. Pio Alves e Alfredo de Oliveira.

Assumiu a delegacia de polícia o cidadão Afonso da Silveira Nunes e a subdelegacia o cidadão José Bernardino Fuão.

O comando das forças da Guarda Cívica foi confiado ao Tenente Francisco Téofilo Cardoso.

A noite passou-se em plena tranqüilidade.

Os telégrafos nacional e submarino estão sob a inspeção do poder executivo provisório.

Os 1^{os} Tenentes Sabino Cavalheiro e Pio Torelly comandam os pequenos vapores “Benjamin Constant” e “Buarque de Macedo”, tendo estado encarregados da fiscalização da barra e do porto.

Na capitania do porto e na Rua Riachuelo, foram colocadas várias peças de artilharia do 3^o Corpo da Guarnição.

A Alfândega e a Mesa de Rendas do Estado funcionam de acordo com o poder legitimamente instituído.

Todas as outras repartições obedecem ao novo poder, sem que fosse destituído um único funcionário.

A estrada de ferro do Rio Grande a Bagé, ao longo da linha que une esta cidade a Pelotas, está perfeitamente vigiada por grandes grupos de patriotas, que estão felizmente de acordo com as operações efetuadas entre Rio Grande, Bagé, Pelotas e as cidades da fronteira.

Movimento em Pelotas. — Às 2 horas da madrugada seguiu do Rio Grande para Pelotas um trem expresso da “Southern”, levando 100 praças do 12^o Batalhão de Infantaria, comandadas pelo Capitão Joaquim Machado de Souza, indo mais oficiais.

Também seguiu uma bateria do 3^o Batalhão de Posição.

Dali, embarcou para Porto Alegre, a bordo do “Rio Pardo”, o 29^o Batalhão de Infantaria, ficando apenas uma companhia ao mando do Capitão Braz Odorico Alves Teixeira.

Este oficial, sabendo que desta cidade marcharam forças, saiu para a Serra de Pelotas, acompanhado das praças ali existentes.

Já se têm apresentado ao Sr. Capitão Coelho alguns daqueles soldados.

A cidade está em poder dos reivindicadores da liberdade, achando-se estes dirigindo o movimento.

Foram escolhidos para compor a Junta Municipal os Srs. Tenente-Coronel Lúcio Lopes dos Santos, José Bernardino de Souza e Dr. Ribeiro Tâcques.

A polícia está entregue ao Sr. Capitão José de Miranda Ferreira Campelo.

O General Astrogildo Pereira da Costa era esperado naquela cidade com uma força de 400 homens.

O presidente da Junta Municipal de Pelotas em vista do abuso cometido por muitos negociantes que levantaram extraordinariamente os preços dos artigos de primeira necessidade fez publicar o seguinte edital:

“A Junta Municipal deste município pede aos srs. negociantes de molhados a retalhos e depósito de produtos coloniais, para não alterarem seus preços, sob pena desta Junta tomar medidas enérgicas a bem da população”. — José Bernardino de Souza, Presidente da Junta.

Em diversos pontos. — No Município de D. Pedrito, os bravos Tenente-Coronel Manoel Francisco Machado e Majores Marcelino Pina de Albuquerque e João Garcez de Oliveira estão à frente de quatrocentos gaúchos.

Operam sob as ordens dos beneméritos Joca Tavares e Rocha Osório.

Em Santana do Livramento, dirigem a ação os denodados Coronéis David Martins, Manoel Canabarro e Campos Secco.

Jaguarão também está nas linhas primeiras da reação em prol da moralidade e do direito.

O invicto General Astrogildo e o destemido Coronel Manduca Cipriano, heróis da guerra com o Paraguai, dispõem dos melhores elementos de vitória infalível.

Há grande número de cavalarianos armados e prontos para a defesa da causa nacional.

Os nossos distintíssimos compatriotas, Capitão de Engenheiros Ildefonso Pires de Moraes Castro e Tenentes-Coronéis Marinheiro e Tristão Norberto acham-se a postos, em S. Gabriel, prontos a todos os combates em honra pela Pátria.

Em S. José do Norte, no Povo Novo e em Mostardas, os nossos companheiros organizam o serviço público.

A Junta Revolucionária de Bagé é composta do General Barão de Itaquí, Tenente-Coronel José Cristino Pinheiro de Bittencourt e Capitão Otávio Carlos Pinto.

O comandante do Batalhão de Artilharia de Bagé, Ricardo F. da Silva, fugiu, ao ser proclamada a Revolução.

Rafael Cabeda, uma das figuras mais salientes do movimento revolucionário, que, por perseguições do governo de Julio de Castilhos, se achava refugiado, penetrou em Livramento à frente de um esquadrão de gaúchos.

Devido à sua atitude enérgica, foi que o General Isidoro Fernandes teve de capitular, saindo gravemente ferido e abandonando as tropas que comandava”.

Era cada vez mais melindrosa, nesta Capital, a situação política, diante do levante da oposição em numerosas localidades do Rio Grande do Sul.

No Rio, comentavam que, se o governo do nosso Estado caísse, o Generalíssimo Deodoro da Fonseca, Presidente de República, teria a mesma sorte.

Julio de Castilhos contava com o apoio de alguns batalhões, aqui aquartelados, mas não com os do interior do Estado, nem com a Escola Militar e o povo em sua maioria.

Crítica, pois, muito crítica, era a sua posição, em face do golpe de Estado.

As prisões, feitas diariamente, pelas autoridades policiais, longe de atemorizarem o povo, agitavam-no ainda mais, tornando o ambiente carregadíssimo.

A Rua da Praia, como ainda hoje o é, era o centro das novidades, para onde convergiam todos os políticos.

Era, ali, que se iam ouvir as opiniões de uns e de outros, dos exaltados e dos mais prudentes, dos menos apaixonados.

E à hora da saída dos cinco jornais da época, matutinos e vespertinos — “A Reforma”, gasparista; “O Rio Grande”, demetrista; “A Federação”, castilhista; “O Mercantil” e o “Jornal do Comércio”, independentes — a gurizada não sabia a quem atender em primeiro lugar: ao mesmo tempo todos disputavam o seu órgão predileto. Das sacadas dos sobrados, eram senhoras que chamavam os vendedores; das casas comerciais, eram os negociantes e os empregados; eram os militares, eram os funcionários, eram os industriais, os operários, enfim, não havia mãos a medir: os jornais “voavam”.

Vamos passar em revista o que anunciava a imprensa às vésperas de 12 de novembro da 1891, dia em que rebentou o movimento revolucionário para depor o governo de Julio de Castilhos.

“O Mercantil” escrevia, em sua edição de 9 de novembro:

“A linha telegráfica do norte foi cortada entre Porto Alegre e Conceição do Arroio.

— Os jornais que vão com destino ao interior do Estado são subtraídos nos correios.

— O Palácio do Governo está repleto de amigos, que vão oferecer seus serviços a Julio de Castilhos.

— A força do Palácio foi reforçada por grossos contingentes.

— O aparato bélico em que se encontra a nossa Capital e o movimento de forças fazem prever que não reina a paz em Varsóvia e que o governo do Estado trata de, por todos os meios, impedir qualquer desordem mais grave.

A toda hora do dia e, mesmo, da noite, são vistas pequenas forças, em ordem de marcha, dirigindo-se para os arrabaldes desta cidade, assim como se houvesse denúncia de qualquer movimento sedicioso.

O espírito público não está, pois, calmo. É o que coligimos desse movimento”.

— “A Reforma publicava, em sua edição de 9 de novembro, este telegrama do Rosário:

“Corpo de Transportes seguiu. Outros corpos também seguiram”.

A 10 de novembro, publicava “O Mercantil”, além de outras, as seguintes notícias:

“Ainda não reina a paz necessária na Capital do nosso Estado.

Muito embora o órgão oficial noticie, em suas colunas de honra, que o povo não deve temer qualquer subversão da ordem pública, mesmo assim não há a calma necessária, devido, sem dúvida, às notícias dadas pelo mesmo jornal de concentração de forças na capital.

— Correm várias notícias sobre o estado de tranqüilidade, nas cidades do Rio Grande e Pelotas. Porém, nada se pode afirmar de positivo.

— Na praça General Deodoro, deu-se, hoje, a prisão do estudante Silvestre Guaíba Rache.

Esse moço e diversos companheiros postaram-se na porta do edifício do Congresso, aguardando a saída dos deputados opositores, para, segundo ouvimos, festejá-los.

Todos os outros deputados foram festejados pelo grupo. Ao aparecer o Dr. Frederico Bastos, houve um sussurro de hilariedade. Este representante virou-se para moços e proferiu algumas palavras que não ouvimos, fazendo, ao mesmo tempo, um gesto pouco decente.

Daí a momentos um Cadete Sargento, por ordem do Sr. Tenente-Coronel Bandeira, intimou o grupo a se dispersar.

A intimação foi obedecida depois de um protesto e de terem sido erguidos vivas ao Dr. Marçal Escobar e à República Brasileira.

Ao enfrentar o grupo o palácio presidencial, cujas janelas se achavam repletas, foi dada voz de prisão a Guaíba Rache, tendo cumprido o mandato o sub-delegado Mendes Bastos.

Dois soldados da guarda avançaram de refle desembainhado e teriam maltratado o moço se, de palácio, não obstassem essa “valentia”.

Rache foi conduzido à presença do Sr. Dr. Chefe de Polícia, tendo sido acompanhado por uma escolta e pelo Sr. Delegado de Polícia.

Informam-nos que os estudantes da capital vão protestar contra a prisão de seu companheiro”.

— “Dizem-nos que o Sr. Presidente do Estado manterá a todo transe a ordem pública”.

— “Hoje, ao meio-dia, deu-se um fato na Rua dos Andradas, que foi causa de grande aglomeração de povo.

O professor de Viamão, Sr. Barbosa, deu ordem de prisão a um cidadão que passava, declarando ser ele um dos que, daquela vila, promovera as desordens que o público conhece.

A pessoa em questão entrou pelo corredor da “União Republicana” e a casa foi, imediatamente, cercada.

Compareceram ao lugar o Sub-Delegado Ernesto Paes, Capitão Luiz Telles e outros oficiais da Guarda Cívica.

Quando chegou o mandado de busca, e foi por esta a dada, já não se encontrou a pessoa a quem o Sr. Barbosa prendera”.

“Uma força da polícia seguiu para São Leopoldo, competentemente armada de espadas e espingardas”.

Estava anunciado, em Porto Alegre, um baile de gala na Escola Militar para o dia 15 de novembro.

O secretário da comissão promotora dessa diversão oficiou à imprensa, dizendo que tinham deliberado suspender o baile, alegando o estado anormal por que passava o país.

Passemos, agora, em revista os jornais de 11 de novembro de 1891:

“É gravíssimo — dizia o “Mercantil” — o estado da Pátria rio-grandense.

O monstruoso golpe praticado pelo ditador brasileiro tem sido repellido pela máscula energia dos descendentes dos heróis de 35.

A alma do gaúcho pulsa de amor pátrio e num grito quase que uníssono irrompe de todos os peitos.

Não há mais dúvida, o Rio Grande do Sul vai dar exemplo de civismo ao povo brasileiro e as cadeias que, há muito, arroxam os pulsos de nossos irmãos, parecem querer cair despedaçadas aos pés dos tiranos que nos subjugam.

Não se brinca impunemente com o amor santo de uma causa nobre.

A cidade espera o desfecho dessa luta em que se atiraram o Rio Grande e aqueles que, por ele, por sua autonomia, tudo prometiam envidar.

A boa causa está do lado do povo, ele é soberano em suas manifestações. As notícias que circulam pela capital é que a maioria do nosso Estado está ao lado dos revoltosos, que, independentemente, têm protestado contra Ditadura Deodoreana”.

— “Ontem, foi confirmado pelo órgão oficial, que guarnições do Rio Grande e de Bagé haviam-se declarado pelo lado dos revoltosos, isto é, contra a ditadura.

— Sabemos que se acha com a vara da delegacia de polícia do Rio Grande o nosso colega João José Cézár.

— A força de linha daquela cidade tomou conta do telégrafo e colocou na estação um reforço.

— O paquete “Vitória”, que ontem devia chegar a esta capital, acha-se ancorado naquela cidade.

— À meia noite de ontem, foi tocado rebate a bordo das canhoneiras de guerra “Marajó” e “Henrique Dias”, ancoradas no nosso porto.

Segundo nos disseram, um pequeno vapor apitou e se propalou a notícia de que eram os revoltosos que vinham atacar a cidade.

— Passageiros de Santa Maria dizem que o congressista José Gabriel foi encontrado conduzindo armamento e acompanhado por capangas.

As cidades de Alegrete e Livramento estão em poder dos revoltosos, tendo as forças aderido ao movimento.

— Está gravemente ferido o General Isidoro F. de Oliveira.

— Sabemos que o Dr. Assis Brasil tem tido, hoje, conferências com o Presidente do Estado.

— Na Rua dos Andradas, corria, hoje, que S. Excia. deixaria o governo, sendo esse o desejo dos revoltosos.

— O General Manoel Luiz da Rocha Osório telegrafou Barão de Camaquã, Comandante do Distrito Militar, dizendo que havia assumido o comando das forças do sul, e dando-lhe parte de várias nomeações que havia feito.

A ser isso exato, o valoroso rio-grandense prova, à evidência, a sinceridade com que traçou a ordem do dia, quando comandante de um regimento: — “Deixarei de ser soldado para ser cidadão”.

— O Tenente-Coronel Bandeira já não tem desejos de prender ninguém.

— Ouvimos dizer que o Sr. Castilhos está disposto a dirigir manifesto a seus patrícios, pronunciando-se contra Ditadura.

É muito tarde”.

— Hoje, não houve sessão do Congresso. A oposição não fez caso.

— O estudante Guaíba Rache foi, ontem, posto em liberdade, tendo, para isso, impelido poderosamente o deputado Vasco Bandeira.

— Em Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio e Passo Fundo, houve sérios levantes.

— O Corpo de Transporte chegou hoje, de madrugada, e está acampado junto ao quartel do 30.

Este corpo é comandado pelo Major Francisco de Paula Alencastro, deputado ao Congresso.

— É fora de dúvida que as forças revoltosas triunfam em toda parte.

Um bravo ao civismo do povo rio-grandense.

A mesma folha publicou, à última hora, a seguinte nota:

“Sabemos que foram hoje soltos, pelo Presidente Castilhos, todos os oficiais e mais cidadãos que se achavam presos a bordo das canhoneiras e na cadeia.

De hoje em diante, deixam eles de ser criminosos porque o sr. Presidente, segundo consta, aderiu à causa por eles advogada.

É o caso de dizer-se: o gato foi engolido pelo rato”.

Assis Brasil vinha escrevendo uma série de artigos no “Jornal do Comércio”, em que analisava o golpe de Estado, decretado por Deodoro da Fonseca.

O seu último artigo sobre o assunto, publicou-o ele na edição de 11 de novembro daquele matutino, assim terminando:

“Eu já havia dito em público, ou escrito em qualquer parte, que a revolução republicana do Brasil tinha de ganhar em extensão o que lhe faltou em intensidade.

Parece, entretanto, que o desenlace da crise se aproxima e está por momentos.

A Nação vacila entre o regime da violência e o regime da liberdade, entre a Ditadura e a República.

Se estivéssemos entre povos avassalados pelas misérias de todas as ordens, enervados pela tirania e pela escravidão, poderia perpetuar o regime anormal; mas estamos na livre América, solo ingrato a todos os despotismos, atmosfera onde o pulmão popular respira largos sorvos de liberdade, ainda nas crises e conturbações mais violentas; estamos no Brasil, não estamos na Turquia, e a lição vai ser tremenda e decisiva.

A louca tentativa do despotismo esperava tudo das baionetas, dos sabres e das carabinas, que a Nação confiou a alguns de seus filhos para a defesa dela; mas o Exército brasileiro não é ainda o que alguns cegos, que são os seus membros, e outros que não o são, fazem a injúria de supor que ele seja.

As luzes da ciência têm esclarecido o espírito, têm levantado o coração dos militares, e os grosseiros fazedores de golpes de estado já são a bagagem íntima da guarda armada da Nação Brasileira, como serão em breve curiosidades horrendas dos museus.

A honra do Exército e a honra da Pátria, mais uma vez associadas, continuarão a contrair o estreito laço de intimidade a que estão destinadas”.

Na noite de 11 de novembro de 1891, Julio de Castilhos recebeu, em Palácio, uma comissão, composta da maioria dos oficiais do Batalhão de Engenheiros, aquartelados nesta capital.

Esses militares, por intermédio do 1º Tenente Lobo Vianna, declarou ao presidente que “não podia contar com eles, no caso de uma conflagração, e que as suas espadas não sairiam das bainhas para comandar manobras de guerra contra o povo soberano”.

— Pessoa que estivera, em palácio, na noite de 11, informou à imprensa que o último telegrama recebido pelo presidente Julio de Castilhos fora do Coronel Aureliano de Azevedo Pedra, comandante do 28º de Infantaria, declarando-lhe que o seu Batalhão fizera causa comum com o povo e a Escola de Tiro de Rio Pardo.

Barros Cassal e Aníbal Cardoso estavam sendo procurados pela polícia, mas tinham desaparecido de Porto Alegre e, segundo se dizia, se achavam em Gravataí com o fim de fazer um levante.

Por esse motivo, para lá seguiu força sob o comando do Delegado de Polícia José Joaquim da Silva Azevedo.

Pressentindo a sua aproximação — acrescentava-se — Cassal e Aníbal Cardoso teriam seguido, imediatamente, Santo Antônio da Patrulha, onde pretendiam conferenciar com o prestigioso chefe federalista, Coronel Vicente Gomes, a fim de revolucionar aquela cidade.

A propósito da acidentada fuga de Cassal e Aníbal Cardoso, escreveu o “Mercantil”, em sua edição de 12 de novembro:

“Andam diversas partidas em procura do Dr. Barros Cassal e Aníbal Cardoso, segundo asseveram, com ordens expressas de trazê-los vivos ou mortos.

Foi tal o desejo de aprisionar os valentes patriotas, que abafaram o conselho a que estava respondendo o célebre Alferes A. Marques e, com grandes promettimentos, fizeram-no sair, comandando uma dessas partidas.

É, portanto, o Sr. Presidente do Estado o único responsável por qualquer atentado contra a vida desses ilustres cidadãos; desses popularíssimos heróis, que abandonaram seu bem estar, suas famílias, seus amigos, pondo em jogo todo o futuro, pelo muito amor que consagram à liberdade e à Pátria.

É preciso responsabilizar alguém pelo que possa suceder a esses dois “desordeiros”, conforme a qualificação que lhes dava a gente do órgão oficial, estipendiado pelo Sr. Castilhos.

É preciso ver que os dois “desordeiros” se tornaram, agora, oficialmente, dois heróis, conforme já dizem os assistentes de palácio, depois que o Sr. Presidente, em tão má hora, esquecendo a lealdade indefectível que havia protestado ao General Deodoro, no último momento, depois das formais intimações que recebeu, veio, perturbado e trêmulo, esposar muito apressadamente a causa dos tais “desordeiros”, a quem mandara pouco antes perseguir”.

A Junta Governativa

A queda de Julio de Castilhos — O triunvirato: Assis Brasil, Barros Cassal e Rocha Osório — Ordens do dia — Proclamações — Manifesto do Presidente deposto — Discórdia entre os três membros do novo Governo.

Era enorme o movimento de populares nos pontos centrais da capital, na manhã de 12 de novembro de 1891.

As redações dos jornais estavam repletas de políticos, que esperavam a hora designada para se tomar uma atitude decisiva.

De momento a momento, chegavam notícias de novos levantes e de deposições das autoridades constituídas.

Do que então ocorreu, em Porto Alegre, o “Mercantil”, que se publicava à tarde, nos forneceu estas notícias, em sua edição de 12 de novembro:

“Foi a nossa capital, hoje, teatro de um grande acontecimento.

Às 10 horas da manhã, um grupo de cidadãos se dirigiu ao comércio desta praça e este, ato contínuo, fechou as suas portas.

Na Praça da Alfândega, reuniu-se enorme massa de povo.

Subindo a um banco, o grande patriota Ernesto Paiva concitou o povo a ir, pacificamente, ao palácio presidencial, a fim de dizer ao Dr. Julio de Castilhos, que ele não mais gozava da confiança popular e que, em bem da tranqüilidade do nosso povo, do comércio que estava paralisado ante tais fatos e dos sossegos das famílias, ele devia deixar o Governo.

Aclamado, subiu à tribuna popular o Dr. Marçal Escobar, que recomendou toda calma, fazendo o histórico da grande questão que sobressaltou os espíritos.

O cidadão Emílio Ferreira propôs a nomeação de uma comissão conciliadora, que fosse se entender com o Presidente do Estado.

O povo aclamou, então, este cidadão, que indicou para companheiros os Srs. Comendador Antônio Chaves Barcellos, Sebastião de Barros, Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, Dr. Marçal Escobar, Adolfo Cardoso, Jacob Sehl, Amaro Cândido de Souza e outros cidadãos.

Ao se pôr a massa popular em movimento, o Sr. Alfredo Azevedo se associou a ela e declarou que o Presidente do Estado fazia entrega do Governo.

Este cavalleiro fez parte da comissão, tendo sido aclamado nesse momento.

Até à frente do Teatro S. Pedro, o povo delirantemente saudou os intemeratos republicanos Barros Cassal, Aníbal Cardoso, Assis Brasil, a oposição do Congresso, Rocha Osório, Exército e Armada, Ernesto Paiva e outros.

Aí estacionou a massa popular, tendo a comissão se dirigido a palácio.

Na porta do edifício estava estendida em linha uma força do 29º Batalhão de Infantaria.

A comissão foi introduzida no salão principal do Palácio, onde se achavam reunidos os deputados da maioria, General Salustiano dos Reis, Comandante do Distrito, Comandantes dos Corpos da Guarnição, vários oficiais e Comandante da Flotilha.

O Sr. Ernesto Paiva, que, durante o movimento, assumiu proporções merecedoras de todos os encômios, foi quem dirigiu a palavra ao Dr. Julio de Castilhos, apelando para o seu patriotismo, a fim de deixar o governo.

S. Exa., respondendo, historiou os fatos ocorridos e declarou abandonar o governo.

Ao retirar-se a Comissão foram, de dentro do Palácio, erguidos muitos vivas a Julio de Castilhos.

Subindo as escadas da igreja Catedral, o Sr. Ernesto Paiva dirigiu-se ao povo, declarando que o Sr. Presidente, em vista da manifestação popular, depunha o governo nas mãos ou da Junta Comercial ou daquele que o Povo indicasse.

Que o Tenente-General Barão de Camaquã, solidário com ele, também abandonara o cargo e que os congressistas resignaram as respectivas cadeiras.

Estas resoluções foram acolhidas com grandes aclamações, vitoriando-se, por essa ocasião, a todos os grandes batalhadores da liberdade desta terra.

Foi aclamado Governador Provisório o Sr. General Domingos Alves Barreto Leite, que passará o governo, segundo nos consta, a uma junta revolucionária, composta do Sr. General Manoel Luiz da Rocha Osório, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil e Dr. João de Barros Cassal.

Depois, dirigiu-se o povo em massa, tendo à frente os membros do Governo Provisório, até à sala do Congresso, onde houve entusiásticas manifestações de regozijo.

Aí ficou S. Exa. o Sr. Barreto Leite com a comissão salvadora, dirigindo-se o povo até à Praça da Alfândega, onde o Sr. Ernesto Paiva com ele se congratulou.

Este e o Sr. Emílio Ferreira foram acompanhados até às suas residências por grande massa popular, que os festejou entusiasticamente.

Ao passar pela casa do Dr. Barros Cassal, à Rua Duque de Caxias, o povo estacionou, vivendo entusiasticamente a família do intemerato rio-grandense.

Ao aparecer, na sacada, o vulto venerando de sua digna mãe, o povo, em delírio, aclamou-a, subindo, então, ao sobrado o Sr. Vicente Ferreira de Barcellos, que, em nome da soberania popular, abraçou a progenitora de um dos heróis da revolução de 1891.

A cidade está em paz, felizmente, e para honra do povo rio-grandense, não houve a mais insignificante cena que ofendesse aos vencidos.

Como rio-grandenses, nos congratulamos com o nosso Estado, a quem levantamos um viva entusiástico”.

— O Dr. Assis Brasil compareceu, à 1 hora da tarde, no edifício do Congresso, sendo ovacionado.

Ao saber que o seu nome estava incluído na Junta Revolucionária, declarou aceitar o encargo, prometendo governar com moderação e critério.

Declarou, ainda, que esqueceria pequenos ódios e não procuraria vinganças.

— O General Manoel Luiz da Rocha Osório, que se achava no sul do Estado, foi mandado chamar a Porto Alegre, com toda urgência.

Ainda a propósito desse movimento, foi publicada a seguinte ata, lavrada pelo advogado Albino Pereira Pinto, partidário de Gaspar Martins:

Ata da Proclamação da Junta Governativa do Estado do Rio Grande do Sul — “Aos doze dias do mês de novembro de mil oitocentos e noventa e um às 10 1/2 hora da manhã, reunida na praça Senador Florêncio grande massa popular, da qual faziam parte muitos comerciantes de todas as classes sociais, foi deliberado que, em face das circunstâncias difíceis e excepcionais em que se encontra o Estado, uma comissão de negociantes e outros cidadãos se dirigisse incontinenti ao Palácio do Governo, a fim de entender-se com o Presidente do Estado e falar-lhe no sentido de uma solução tranqüilizadora do espírito público perturbado.

Foi constituída tal comissão com os cidadãos Ernesto dos Santos Paiva, Sebastião de Barros, Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, Adolfo Cardoso, Comendador Antônio Chaves de Barcellos, Emílio da Silva Ferreira, Amaro Candido de Souza, Jacob Sehl, Vicente Trindade de Barcellos, Dr. Marçal Pereira de Escobar, General Domingos Alves Barreto Leite e Dr. Ernesto R. Ludwig.

Encaminhando-se para o Palácio do Governo e fazendo-se anunciar, compareceu logo o Presidente do Estado Dr. Julio de Castilhos, a quem o cidadão Ernesto dos Santos Paiva, como órgão da comissão, significou, depois de uma breve exposição da situação anormal em que se achava o Estado, que o povo não podia depositar confiança no seu governo depois do tardio pronunciamento relativamente ao ato ditatorial de dissolução do Congresso Nacional, pelo que o convidava a deliberar conforme as inspirações do patriotismo.

O Dr. Prates de Castilhos, em resposta, expôs os motivos por que retardou a sua manifestação de reprovação ao ato do Presidente da República e disse que, em vista das palavras proferidas pelo órgão da comissão, abandonava o governo, do mesmo modo que a maioria dos membros da Assembléia dos Representantes resignaria o mandato.

O Marechal Barão de Camaquã, em seguida, declarou que resignava o lugar de comandante do 6º Distrito Militar.

Saindo para a rua, levantou a comissão diversos vivas, que foram correspondidos pelo povo que cercava as adjacências do palácio e que num momento rodeou a mesma comissão.

Dada ao povo conta do desempenho da tarefa, romperam aclamações apresentando para o lugar de Governador o General Domingos Alves Barreto Leite. Este, agradecendo, declarou que accitava somente a honra de proclamar a Junta do Governo Provisório do Estado de acordo com o povo e a comissão que voltava de Palácio.

Assim deliberado, dirigiram-se todos à uma hora da tarde para a Assembléa dos Representantes, onde o General Barreto Leite, tendo convidado para secretário interino o cidadão Albino Pereira Pinto, com gerais aplausos, proclamou para comporem a referida junta os cidadãos General Manoel Luiz da Rocha Osório, Dr. João de Barros Cassal e Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Não se achando na capital os dois primeiros tomou conta do governo o Dr. Assis Brasil, que passou a redigir a proclamação que deve ser espalhada esta tarde, em boletins.

E para constar eu, Albino Pereira Pinto, secretário interino, redigi esta ata, que assino com as pessoas presentes.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, Domingos Alves Barreto Leite, Álvaro Batista, Antônio Chaves de Barcellos, Ernesto dos Santos Paiva, Amaro Cândido de Souza, Emílio da Silva Ferreira, Henrique Hasslocher, Nemésio Gay, João Batista de Sampaio, Virgílio R. Bocira, Bernardo Luiz Pereira, José Luiz Moura de Azevedo, Laudelino Pinheiro de Barcellos, Carl Julius Schröder, Carlos Kaufmeister, Dörken & Cia., Edmundo Dreher, Frederico Dexheimer, Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, Vicente Trindade de Barcellos, Jacob Sehl, Sebastião de Barros, Wenceslau Escobar, Ernesto Reinholdt Ludwig, Mário de Artagão, Francisco Soares de Almeida, Eugênio Luiz Franco Filho, Tomaz José de Campos, Tito Chaves de Barcellos, Armando Mazon, Pedro Chaves Barcellos, José Ferreira de Almeida, Afonso Luiz Esteves, José Gonçalves de Oliveira, Carlos Bento Dias de Carvalho, José da Silva Pinto, Setembrino Fialho, Adolfo Peña Filho, José Pedro Alves, João Aretz (presidente da Praça do Comércio), Gabriel Martins Fay, Luiz Englert, Frederico Christoffel Sucessores, Olavo Ottoni Barreto Vianna, Francisco de Paula Borges Fortes, Hipólito das Chagas Pereira, José Luiz Pereira, A. C. S. Peixoto Sucessores, Augusto Graether, Pedro de Oliveira Rosa, Tomé do Nascimento Medeiros, Carlos Altenbernd, Francisco Gomes Carollo, Frederico Stobb, Leopoldo Dexheimer, Gaspar Tigge,

Francisco Gonçalves Carneiro, Hugo Gertum, Caetano Pinto & Franco, Carlos Bohrer Filho, Borges & Carvalho, José Ripper Monteiro, Araújo Vianna, Luiz Kraemer, João Antônio da Rosa Júnior, Lopes & Carvalho, João C. S. Souto, Laurindo Medeiros, João Ernani de Miranda Castro, Chaves & Filhos, Manoel Sérvulo de Almeida, Joaquim Alves Leite Sucessor, Fausto José da Veiga, José Ferreira Coelho, João Carlos Ratto, Joaquim Ladeira, Monteiro & Cia., Sucessores, Kraemer & Kraemer, Bernardino José de Castilhos, B. Chaná, Mendes Rocha, Leopoldo Masson & Cia., L. H. Rozet, Francisco Paranhos Júnior, Reinaldo Geyer, Valentim Geyer, Fernando Jorge Schneider, José Chaves & Cia., Marçal Pereira de Escobar, Augusto Reichardt, Luiz Leseigneur, Otto Altenbernd, Luiz F. G. Presser, Henrique Dexheimer, Antônio de Paula Macedo, Carlos de la Rue, Aurélio Bastos, Zulmiro Silva, Agostinho Piccardo, Gustavo Bier, Alfredo Albrecht, Luiz Bastian, Felipe Becker, Germano Krot, João Moreira da Silva, Bernardo Wahrlich, Gustavo Goetz, C. Schwerin, H. Th. Möller, Carlos Knabach, Guillh. Jung, Eduardo Secco, João Pätzel, Alfredo Strunck, Guilherme Müller, John Day, Frederico Falff, Gustavo Jahn, F. I. Büllau, John Abadie, Antônio dos Santos Rocha, Augusto Gomes da Silva, o secretário interino Albino Pereira Pinto, Francisco Gonçalves de Miranda, João Alves Canteiro, Leopoldo Reichardt, Francisco Gomes de Araújo Góes, Henrique Ludwig, João Inácio de Barcellos, Serafim Francisco Alves da Silva, Adolfo Cardoso, José da Rocha Monteiro Filho, Francisco José Vieira, Manoel Leão de Oliveira Rey, José Antônio da Fontoura, Henrique Fuhrmeister, Carlos Bercht, Jorge Bercht, Francisco Gonçalves de Azevedo, Rodolfo Augusto Bier, José Carneiro da Fontoura, Otto Niemeyer, Zeirott, Dr. Frederico Scheffel, Emílio Becker, William Booth, R. Thiel, Carlos Augusto Drügg, Júlio Issler, José Emilio Gonçalves, Nicolau Ely, Guilherme Bukler, José Patrocínio de Lemos, — João Aug. Schmitt, João Lourenço Lamb, Porfírio Jobim, Antônio dos Santos Ferreira Pinto, Miguel José Antônio, João Pedro Salgado Dias, Hipólito Pacheco de Castro, Emílio Pinheiro Barcellos, J. C. Magnus, João Rodrigues Vellinho, Alberto Rodrigues Vellinho, General Augusto Cezar da Silva. — O secretário interino, Albino Pereira Pinto”.

Em face desses acontecimentos, o Marechal Salustiano dos Reis, Barão de Camaquã, deixou o comando do 6º Distrito Militar, assumindo-o o General Antônio Joaquim Bacelar. Nesse sentido, foram publicadas as seguintes ordens do dia:

“Ordem do Dia” — Estado do Rio Grande do Sul. Comando do 6º Distrito Militar. Quartel General em Porto Alegre, 12 de novembro de 1891. Ordem do

Dia nº 31. Em vista dos acontecimentos que tanto têm emocionado o interior deste Estado, pelo fato da dissolução do Congresso Nacional, acontecimentos, estes, que ardentemente acabam de estender-se de forma imprevista a esta Capital, dando lugar a que depusesse o cargo o cidadão Dr. Julio Prates de Castilhos, passo, nesta data, o Comando deste Distrito ao cidadão General-de-Brigada Antônio Joaquim Bacelar; porquanto mandam o patriotismo e a minha dignidade militar que assim o faça, pela atitude que, a respeito desses acontecimentos, tem tomado a força armada, sob meu comando — Marechal Barão de Camaquã”.

Ordem do Dia nº 32 — Comando interino do 6º Distrito Militar, no Estado do Rio Grande do Sul. Quartel General em Porto Alegre, 12 de novembro de 1891.

Tendo o cidadão Marechal Barão de Camaquã, pelos motivos constantes da Ordem do Dia nº 31, de hoje, resignado o comando deste Distrito, assumo-o por motivos de máxima relevância.

São eles:

1º A exigência da lei, que determina que, deixando o comando o respectivo proprietário, seja substituído pelo oficial mais antigo em exercício na respectiva guarnição; 2º Porque, no momento extraordinariamente crítico que atravessa este Estado, achando-se infelizmente agitada, de modo assaz lamentável, a tranqüilidade pública, entendi que me cumpria o dever, tanto como soldado, como patriota, de assumir o comando deste Distrito. Posso mesmo garantir que, ao tomar semelhante resolução, obedeci, principalmente, aos impulsos do meu coração de verdadeiro brasileiro. É ocioso declarar que, no posto a que fui elevado pela força das circunstâncias e obediência aos meus sentimentos patrióticos, será minha principal preocupação a manutenção da ordem e, nesse intuito, tudo, tudo envidarei. Alimentando a convicção de que o lema civilizador inscrito em nossa bandeira é bem compreendido pelo povo e pelo exército; tendo a certeza de que a guarnição deste Estado, bem compenetrada de sua elevada missão, repele a anarquia e o desrespeito às leis e saberá auxiliar a autoridade, que somente tem em vista o respeito à ordem, às leis, às autoridades constituídas, à integridade da Pátria e à prosperidade da República, penso que conseguirei atingir o meu fim. General Antônio Joaquim Bacelar, comandante interino do distrito”.

O Tenente-Coronel Onofre dos Santos, comandante do 12º de Infantaria, publicou, no Rio Grande, no dia 13, a seguinte Ordem do Dia, sob nº 1: Camaradas. Está dado o nosso primeiro passo na cruzada reivindicadora da liberdade.

Depostos, ontem, na Capital, os últimos representantes do ditador, que violou a sagrada soberania da lei, não temos mais inimigos no Estado do Rio Grande do Sul, cujo povo glorioso se levanta unânime para conosco defender a inviolabilidade da Constituição.

Estão, pois, salvos a honra e o pundonor nacionais, neste canto meridional da República.

E este alevantado exemplo de abnegação patriótica, de hombridade cívica, ecoará, em breve, até os confins do Norte, acordando o patriotismo, por ventura adormecido, do povo brasileiro e concitando-o à revolta.

Como soldado e como cidadão desta grande Pátria Brasileira, exulto duplamente de satisfação e entusiasmo: como cidadão, porque vejo que o sou de uma Pátria não envilecida; como soldado, por ser o de um exército patriótico, que, compreendendo lucidamente sua alta missão social, é guarda avançada da honra e da integridade da Pátria no exterior, ao mesmo passo que defensor perene de sua liberdade política no interior.

Camaradas: Sirva esta primeira conquista de incitamento ao nosso entusiasmo, se é que ele ainda pode ser maior.

Preparemo-nos e organizemos as nossas forças para continuar a reagir contra a ditadura do Centro, até obrigá-la, lá como aqui, capitular ante a dignidade nacional Revoltada.

Não terminarei, camaradas, sem declarar solenemente, e com orgulho, que vós todos, oficiais como simples soldados, sois dignos dos mais alevantados elogios e de meu maior reconhecimento pela disciplina rigorosa, voluntariamente observada, pela atividade incansável no exercício de vossas respectivas funções, durante quatro memoráveis dias e pela comovente solidariedade revelada na defesa de nossa justa causa. Viva a República dos Estados Unidos do Brasil. Viva o Povo Rio-grandense. Viva o Exército Libertador. — Onofre José Antônio dos Santos, Tenente-Coronel.

À tarde de 12, o Dr. Assis Brasil fez distribuir, pela Capital, o seguinte boletim, sob a epígrafe — “Proclamação da Junta do Governo do Rio Grande do Sul”:

“Não é em nome da violência que nos encontramos no posto difícil, donde vos dirigimos a palavra.

A opinião unânime do Rio Grande do Sul, sem excluir a dos próprios funcionários que acabam de abandonar o poder, resistindo, soberanamente, por um atentado monstruoso contra a liberdade e a República, provocou os acontecimentos que nos trouxeram a situação em que nos encontramos.

Não houve caráter, não houve coração que se não revoltasse contra o insulto irrogado à Nação, representada pelo seu Congresso: não houve

republicano sincero que não estremece em presença da patente de fraude do sábio e livre sistema do governo que a nação solene e unanimemente adotou.

Era preciso renunciar ao brio, ou resistir e renegar a República ou sair a lutar.

O Estado inteiro, mais uma vez, afirmou a sua lealdade às leis da honra e o seu amor à República.

Nossos fins, na situação inesperada em que os sucessos nos colocaram, são os que mais estrito dever e a mais nítida compreensão de momento nos aconselham.

Não fomos elevados por nenhum grupo, não vimos fazer política de exclusão, nem mesmo de partido.

Não estamos, aqui, pelo voto expresso de toda a população do Estado, embora estejamos certos do seu apoio e, por isso, ficaremos, neste posto, apenas os momentos necessários: Cumprir nossa missão de patriotismo.

Com estes princípios e com estas intenções, formularemos franca, decisiva, inabalavelmente nosso programa do seguinte modo: Manter a ordem pública e acalmar a excitação popular de todo o Estado;

Sustentar decidida oposição, sejam quais forem as conseqüências ao ato ditatorial da dissolução do Congresso Nacional, confiando que bastará o solene pronunciamento do Rio Grande para resolver definitivamente essa irritante questão;

Presidir com a maior isenção, imparcialidade e justiça à eleição dos cidadãos que devem substituir os que acabam de deixar os postos que ocupam.

Esperamos que o nosso patriotismo e a compreensão da eminência da missão em que nos achamos empenhados nos hão de inspirar bastante firmeza e superioridade de espírito para resistir a todos os tropeços e levar por diante o sagrado compromisso que hoje tomamos diante da Pátria.

Nenhuma ambição pessoal nos move. Na escolha a que será convocada a soberania popular, nenhum de nós será candidato a qualquer cargo, sob a garantia de nossa honra o afirmamos.

Cidadãos! Do que mais precisa nossa querida Pátria é de filhos que saibam dar tudo pela liberdade; mas que sejam bastante dignos dessa liberdade, sabendo promover e honrar a paz.

Em nome da Pátria, pois, do sossego de nossas famílias, da honra e do progresso do Rio Grande do Sul, vos concitamos a concorrer com o vosso apoio efetivo para a consecução de tão alevantados intuitos.

Sejam estes estranhos sucessos o termo das agitações em que até agora vivemos.

Não haja ressentimentos nem ódios.

Para honra de nossa terra, ninguém se infamou com tudo o que se acaba de dar.

Todos, todos concorreram para o brilhante movimento com que o Rio Grande do Sul, mais uma vez, se recomendou aos aplausos da história.

Pela Junta do Governo Provisório do Estado — J. F. de Assis Brasil”.

Por telegrama do Rio Grande, soube-se que chegara àquela cidade o cruzador de 2ª classe “Parnaíba”, que fazia estação naval em Montevidéu.

A oficialidade desse vaso de guerra, ao ser sabedora dos sucessos ocorridos neste Estado, levantou ferro ao navio e demandou à nossa barra.

Ao chegar, ali, içou o pavilhão rio-grandense e, depois de parlamentar com a terra, aderiu à revolução triunfante, ficando guarnecendo a barra.

Em telegrama dirigido à oficialidade da flotilha, ancorada nesta Capital, os bravos marinheiros do “Parnaíba” ofereceram todo o seu apoio contra Deodoro da Fonseca.

O “Parnaíba” era comandado pelo Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha.

— Ao chefe dos telégrafos no Rio de Janeiro, foi dirigido, no dia 12, do Rio Grande, o seguinte telegrama:

“Todo sul Estado Rio Grande revolucionou-se ostensiva, decididamente, contra ditador Deodoro. Quatro dias de esplêndido movimento, campanha, todas cidades, populações em massa, revoltaram-se, organizando quarenta mil homens com armas. Tomaram atitude hostil, todo terreno, contra a ditadura. Porto Alegre, por imposição formal, terminante, comércio, povo, guarnição, acompanhando todo Estado revolucionado, abraçou vitoriosamente causa liberdade Pátria. Deposto Presidente Estado. Aclamada Junta Provisória. Viva República. — Rodrigo José da Rocha, Capitão-de-Fragata; Onofre José Antônio dos Santos, Tenente-Coronel comandante do 12º Batalhão Infantaria; Antônio Fernandes Barbosa, Tenente-Coronel comandante do 3º Batalhão Artilharia; Pio Torelly, 1º Tenente; Sabino Cavalleiro, 1º Tenente”.

O General Manoel Luiz da Rocha Osório publicou, em Pelotas, a seguinte proclamação, que foi transmitida em telegrama ao Dr. Assis Brasil:

“Aos cidadãos militares brasileiros: — A voz aflita da Pátria operou, com prodígio entre nós, a revolução de 8 de novembro, que identificou todo o Rio Grande, no invencível sentimento de resistência ao regime ditatorial que, em 3 de novembro, quebrou toda ordem constitucional e todos os laços de obediência ao governo, que pretendeu escravizá-lo.

Compreendeis que não há prestígio pessoal, nem programas partidários que gerem aquela maravilha; só o patriotismo e a dignidade cívica podem

assim irromper nestes ímpetos, que, afinal, asseguram a liberdade sobre os destroços do despotismo, a prosperidade e a glória dos povos sobre as misérias e o aviltamento da tirania.

Cidadãos e militares, sempre guardas fiéis das leis, arrebatados pela mesma corrente sagrada do patriotismo em reação contra o conculcamento das mesmas, não podiam, sem que se lhes espedaçasse o coração no peito, nos arroubos de sua indignação, deixar triunfante a audácia do poder executivo em desmando, que ousou e pretendeu ser mais do que a Nação e insensatamente a declarou presa sua à face do mundo.

Neste, nos ruidosos momentos atuais, estará registrado o nome rio-grandense entre os dos povos beneméritos da liberdade na ininterrupta história das grandezas e das decadências da civilização humana.

Brasileiros e irmãos de armas: Por tradição, por índole, pela especialidade de sua situação militar, condições reconhecidas pelas esperanças depositadas por todos vós em nossas energias, competia ao Rio Grande a iniciativa da reivindicação da liberdade proscria da Pátria. Esta iniciativa aí está sem ameaças, mas sem receios também, aí está brilhante e vivaz, provocando o nosso concurso fervoroso para a grande redenção da Pátria escravizada.

Cidadãos militares: retirai os vossos ombros de sob o estrado em que pousa a ditadura, e ela, tombando, cederá imediatamente lugar ao regime único possível para o cidadão brioso: o regime da liberdade.

A Pátria nos merece todos os sacrifícios; o Rio Grande invoca de seus filhos todas as abnegações, e os sacrifícios não hão de falhar à causa santa, cuja bandeira levantamos com o povo, para viver ou morrer com ela.

Viva a República! Viva o Rio Grande! Viva o Exército e viva a Armada brasileira! — Manoel Luiz da Rocha Osório”.

No dia 13 de novembro, Julio de Castilhos publicava, pela “Federação”, o seguinte manifesto:

“Ao Rio Grande do Sul — Mais uma vez, na altiva observância de um dever de honra, dirijo a palavra ao Rio Grande do Sul, cuja generosa atenção invoco confiantemente neste momento excepcional, em que a liberdade e a ordem estão em crise tremenda.

Nada de amor próprio ofendido, nem de paixões em revolta. Calmo, sereno, superior às demasias de agitações demagógicas e consciente da irrepreensível correção da minha atitude de antes e de hoje, falo sob as inspirações do patriotismo, obedeço aos sagrados ditames do amor à terra gloriosa em que nasci e às subidas preocupações de ordem social.

Não me atemorizam os excessos da anarquia, não me intimidam os perigos do momento, não me abatem o ânimo funestos sintomas que estou contemplando.

É preciso dizer a verdade francamente, sem refolhos, de alma aberta, com abundância de coração. Eu vou dizê-la custe o que custar.

Exporei serenamente aos meus patrícios e aos meus concidadãos o que é preciso que eles saibam, para julgamento seguro e definitivo dos sucessos atuais.

Havendo tomado posse da Presidência do Estado em 16 de julho do corrente ano, desde logo comecei a envidar todo o meu esforço, fora das agitações de partido, para corresponder à confiança da nossa Assembléia Constituinte e à da opinião republicana do Estado, de harmonia escrupulosa com o solene compromisso de honra que havia assumido.

Libertei-me cuidadosamente das frementes paixões que se engendram no seio da luta política, que sempre dá lugar a atritos e origem a malquerenças e ódios; despi-me voluntariamente da armadura de lutador tenaz e infatigável, guardando-a como uma grata recordação das ardentes refregas e das batalhas fecundas em que me envolvera em nome do Partido Republicano, que sempre me havia colocado nos postos mais arriscados; procurei ser um fiel promotor do bem público, sem predileções pessoais e sem odiosidades estéreis; consagrei por inteiro a minha atividade indefessa ao serviço da minha terra, tornando-me um consciente instrumento da sua grandeza e da sua felicidade.

Observando escrupulosamente o subido e fecundo programa que eu me traçara, entreguei-me ao insano labor de encaminhar o governo e a administração de modo benéfico, de aparelhar com solicitude os elementos de uma completa reorganização dos serviços públicos, de conceber e aplicar o conjunto das medidas que deviam forçosamente beneficiar o Rio Grande do Sul.

Em face de uma tal conduta, tranqüilizava-me dia a dia o Estado; a própria oposição, que, aliás, se apresentara de lança em riste nos inícios do meu governo, já não encontrava motivos para acusações ou para censuras razoáveis, sendo certo mesmo que vários dos seus órgãos mais autorizados chegaram a reconhecer a pureza das minhas intenções; de toda parte recebia eu demonstrações de apreço e apoio, emanadas de corporações do comércio e da indústria, às quais se associavam espontaneamente ilustres cidadãos que pouco antes estavam em atitude de desconfiança a meu respeito; finalmente, tudo indicava confiança e estabilidade, com o maior proveito da comunhão rio-grandense.

Tal era o estado de cousas, quando apareceu a notícia de que havia sido dissolvido pelo Presidente da República o Congresso Nacional.

Compreendi imediatamente a imensa gravidade do acontecimento e previ com segurança as grandes dificuldades que iam surgir. Busquei haurir na minha reflexão, no meu patriotismo e no conselho prudente de amigos esclarecidos, as inspirações que me deviam guiar.

Estava em face de um evidente golpe de estado. Restava-me saber, assim como a, todos os meus amigos, inclusive as autoridades civis e militares, se ele era ou não legitimável, isto é, se havia sido consumado em nome da salvação da República, para nulificar as maquinações da conspiração monárquica, que vai bem adiantada, ou se fora motivado apenas pelo conflito infelizmente estabelecido entre o poder executivo e o legislativo da União. Sem o pleno conhecimento do sucesso, estudado no conjunto das suas circunstâncias, antecedentes, concomitantes e posteriores, não era logicamente possível formar um juízo estável e decisivo. Encarada em si mesma, sem o exame dessas circunstâncias, a dissolução não podia merecer o meu apoio moral e o meu aplauso.

Entretanto, como primeira autoridade do Estado, responsável pela sua segurança interna, cumpria-me agir com presteza e energia, para evitar, pelos meios ao meu alcance, que uma ruidosa agitação prematura produzisse a alteração da ordem pública com a maior desvantagem para a sociedade. E assim procedi, de pleníssimo acordo com todas as autoridades, entendendo que, qualquer que fosse a minha discordância, não me era lícito, como Presidente do Estado, erguer sôfrega e levemente o brado de alarme e ser o primeiro a excitar o espírito de desordem, como um agitador em desvario. Isto mesmo declarei ao Sr. Assis Brasil, chefe ostensivo da atual situação evolucionária, na presença do Sr. General Júlio Frota, Drs. Fernando Abbott e Possidônio da Cunha Filho, quando aquele cidadão me procurou, no Palácio do Governo, para saber como julgava eu o ato da dissolução. Convém muito acrescentar que o Sr. Assis Brasil manifestou-se plenamente acorde com os meus intuitos; invoco neste sentido o testemunho honrado dos referidos cidadãos.

Em resposta à comunicação telegráfica que recebera do Governo Federal, limitei-me a declarar que proveria por todos os modos a conservação da ordem pública, pela qual envidaria tudo. Depois reclamei diretamente ao Sr. Presidente da República algumas providências para garantir a nossa segurança interior, que me cumpria imperiosamente defender e sustentar, sob pena de faltar aos deveres do meu cargo.

Enquanto eu assim procedia, sublevavam-se as guarnições do Rio Grande e Bagé, as quais, embora declarassem não hostilizar o Governo do Estado, iam praticando atos de força, tomando posse violenta das estações telegráficas,

depondo as autoridades locais e promovendo a propagação do movimento insurrecional.

Não obstante já conhecer, então, na sua íntegra, o Manifesto explicativo da dissolução, o qual chegou morosamente ao meu conhecimento, quanto à parte final (a mais importante), em virtude de interrupção do telégrafo, entendi que era inoportuna a ocasião para um pronunciamento do governo, e redobrei de esforços no sentido de impedir uma convulsão intestina, aguardando a pacificação dos espíritos para manifestar o meu modo de pensar sobre a dissolução.

Infelizmente, apesar do ativo auxílio prestado pelo venerando Sr. Marechal Salustiano, Comandante do Distrito, e pelas autoridades militares e civis, não consegui evitar que o espírito de insurreição penetrasse em certas guarnições do interior, ficando assim seriamente ameaçada a paz pública.

Não me senti, porém, desalentado no cumprimento do meu dever, ao qual me conservei inteiramente fiel.

Todas as precauções foram tomadas; apliquei todos os meios preventivos; não vacilei na adoção das medidas que poderiam contribuir para que o movimento não assumisse as proporções de uma conflagração. E assim procedi por entender que a minha posição oficial não me permitia outra conduta.

Por fim, vendo alastrar-se o movimento, convenci-me de que, para o refrear ou deter, seria inevitável travar a luta armada, que prontamente tomaria o aspecto de uma cruenta guerra fratricida com todas as suas calamitosas conseqüências. Os pródromos já haviam aparecido, desde que em Santana do Livramento se efetuara o choque de forças, no qual fora gravemente ferido o bravo General Isidoro, que acudira com presteza patriótica aos meus reclamos em nome da manutenção da paz. Não poderia eu por forma alguma tornar-me o promotor de uma luta dessa ordem.

Em tal conjuntura, não podendo obter a restauração da normalidade, entendi que devia reunir o Sr. Marechal Comandante do Distrito e mais chefes militares, bem como os membros da Assembléia, para expor-lhes e resolver de comum acordo o que consta do seguinte escrito, publicado na “Federação” de 11 do corrente:

O DEVER SUPREMO

“A “Federação” está expressamente autorizada a declarar:

“Que o Sr. Presidente do Estado, logo que teve notícia oficial da dissolução do Congresso da República, discordou de semelhante ato, esperando, todavia, tomar conhecimento pleno dos altos motivos que o determinaram, para verificar se podia ou não ser legitimável a referida dissolução;

“Que, pesando devidamente a tremenda responsabilidade inerente ao seu cargo, entendeu desde logo que não devia nutrir, no grave momento, outra preocupação senão a de evitar que se conturbasse a ordem pública, sob pena de sobrevir uma conflagração no Estado, e nesse nobre e patriótico empenho desenvolveu toda a sua solicitude;

“Que, ao tomar uma tal resolução, ouviu o Sr. Marechal Comandante do Distrito e as outras autoridades militares, bem como muitos amigos políticos, sendo apoiado por todos, sem distinções, e começou a agir também de acordo com todos, esperando que, serenados os ânimos e tranqüilizada a sociedade, oferecer-se-ia ocasião oportuna para, calmamente, em conselho de amigos civis e militares, julgar com patriotismo e escrúpulo o ato da dissolução no seu conjunto, inclusive as circunstâncias antecedentes, concomitantes e posteriores;

“Que ao Sr. Presidente da República telegrafou por vezes, declarando que o governo do Estado, lealmente auxiliado pelo Sr. Comandante do Distrito e mais chefes militares, envidava e continuaria a envidar o máximo esforço no sentido da manutenção da ordem, reclamando também certas providências destinadas a garantir a segurança pública;

“Que, apesar das medidas de segurança que foram adotadas com a mais patriótica intenção, estão profundamente abaladas a ordem e a tranqüilidade no Estado, de modo tal que não podem ser restauradas já e já, com grave dano aos interesses gerais do Rio Grande do Sul, os quais estão confiados à guarda da sua primeira autoridade;

“Que, em face do exposto, estando iminente uma luta de cidadãos contra cidadãos, o sr. Presidente do Estado resolveu não adiar a manifestação do seu pensamento até conseguir a pacificação dos espíritos; por isso, em reunião dos chefes militares e dos membros da Assembléia dos Representantes, declarou francamente que, amigo pessoal e admirador do sr. Presidente da República, não é nem pode ser solidário com ele quanto ao ato da dissolução, porque julga ser este um golpe de estado não legitimado.

“Ao fazer essa declaração, acompanhada de muitas ponderações, atentamente ouvidas e examinadas, foi o Sr. Presidente unanimemente apoiado, lavrando-se em seguida uma ata donde consta o ocorrido, com honra para todos.

“Igualmente autorizada, cumpre à “Federação” acrescentar que o Presidente do Estado e todas as autoridades militares e civis continuam resolutamente dispostos a evitar desordens, motins e tudo o que possa perturbar a paz pública.

“Tudo pela liberdade, tudo pela República, sem prejuízo da ordem, sem sacrifício da segurança da família e da propriedade”.

Na reunião a que esse escrito se refere tomaram parte e se manifestaram solidários comigo os Srs. Marechal Salustiano, Generais Júlio Frota e Bacelar, Coronéis Artur Oscar, Carlos Eugênio, Tomaz Flores, Antônio Alves Salgado, Tenentes-Coronéis Sampaio, Diogo Fortuna, Müller de Campos, Majores Francisco de Paula Alencastro e Francisco Guillon, Chefe da Flotilha Alvarim Costa, Capitães-Tenentes Lara, Abreu, Pereira da Cunha, Drs. Possidônio Cunha, Parobé e Martins Costa, bem como vinte e dois membros da Assembléia, com os quais se haviam revelado acordes alguns deputados ausentes da cidade.

As declarações feitas pela “Federação” em meu nome não satisfizeram aos agitadores que nesta capital tinham por escopo principal criar dificuldades ao meu governo sob a pressão de paixões subalternas, que ainda agora me causam lástima, senão repugnância.

Durante a noite fui seguramente informado de que, no dia seguinte, promoveriam esses mesmos agitadores uma junção ruidosa de populares, a qual iria a palácio pedir-me que entregasse a outrem o Governo do Estado.

Assim avisado, poderia eu apelar para os meus amigos políticos, isto é, para os membros do Partido Republicano, e promover uma reunião popular muito mais importante, a qual contrastaria brilhantemente com o magote de amotinados, deixando-o de todo confundido; poderia requisitar as forças da guarnição para manter a minha autoridade, invocar o apoio dos meus amigos militares para impedir o ajuntamento tumultuário que se projetava e desfazer, de chofre, as manobras dos falsos patriotas, dominados pela sôfrega ambição de empolgarem o mando.

Mas, não. O que se passava causou-me repugnância tão invencível que preferi abster-me de uma disputa vergonhosa, cujo objetivo era a posse do poder para satisfação de ambições deletérias. Entendi que me devia colocar muito acima dos anarquistas de ocasião e oferecer aos contemporâneos um grande exemplo de abnegação cívica, abandonando altivamente uma posição em que estava garantido pela força armada e sustentado pelo apoio espontâneo da opinião esclarecida, que não se pode confundir com o desvario dos agitadores medíocres, nem com o alarido da garotada desenvolta.

Ficou assim assentada a minha inalterável resolução. Comuniquei-a no dia 12, pela manhã, a muitos amigos, que a julgaram bem inspirada, altamente patriótica, digna de mim, digna da minha terra e do Partido Republicano, que mais especialmente eu representava.

A seu turno, os íntegros membros da Assembléia dos Representantes, solidários comigo na grave emergência, como antes, resolveram abandonar as suas cadeiras, convencidos de que cumpriam o mais elevado dever de honra.

Quando, decorridas algumas horas, foi à minha presença, no palácio do Governo, uma comissão de populares, a qual me declarou haver sido incumbida pelo comércio para fazer apelo ao meu patriotismo e pedir-me que resignasse o cargo, bem compreendi que não estava em face de representantes legítimos dessa classe, nem de qualquer outra, porque tinha certeza de que nenhuma reunião havia efetuado o corpo comercial para delegar semelhante incumbência. Não havia ainda muitos dias, tinha eu recebido do digno presidente da Praça do Comércio, como órgão autorizado da corporação, um ofício concebido em termos honrosos à minha pessoa e indicativo da confiança depositada no meu governo. Eis o que me bastaria para não acreditar na aludida delegação, se não militassem muitos outros motivos de incredibilidade, entre os quais avultava o próprio fato de fazerem parte da cerebrina comissão, aliás numerosa, apenas dois ou três comerciantes. Era esta composta, na sua grande maioria, de populares que não têm nenhuma colocação no comércio ou na indústria, mas que são muito conhecidos como adeptos fervorosos dos inimigos da política republicana.

Conservando-me superior a pequenas paixões, desprezei todas as circunstâncias aludidas, que denotavam inconfessáveis combinações ou conchavos de ocasião. Meu irrevogável propósito estava adotado: nada mais tive a fazer senão dar ciência dele aos pseudo-comissários. E o comuniquei, perante um grande número de cidadãos, com a maior serenidade de ânimo, com a natural altivez ditada pela minha honra pessoal e política, fazendo francamente as indispensáveis ponderações e advertências que me inspirou o patriotismo.

Não relatarei aqui tudo quanto disse então; fá-lo-ei em outras ocasiões sucessivas, nas quais espero encontrar-me em virtude da lógica dos próprios acontecimentos. Basta-me assinalar, em substância, as declarações principais, para legitimação completa da minha conduta.

Disse que nenhum interesse de ordem pessoal me prendia ao cargo do qual havia tomado posse por determinação da nossa Assembléia Constituinte, cedendo ao império do dever político e social, com sacrifício das minhas conveniências individuais; disse que a minha mais vivaz preocupação era a do bem público, como um rio-grandense que tinha o mais sincero interesse em contribuir direta e indiretamente para o engrandecimento progressivo do Rio Grande do Sul, firmando um governo da paz e de fraternidade; disse que, não

podendo, em face das circunstâncias tão imprevistas, realizar a minha sagrada aspiração, porque para manter-me no meu posto teria de usar da força e recorrer à violência, o que repugnava aos meus sentimentos, resolvera retirar-me do governo, com a mais plena isenção de espírito, sem vãos temores, sem funestas odiosidades, sem falsos respeitos, sem falsas conveniências; disse que não entregava a direção governamental a esta ou àquela facção, a tal ou tal indivíduo, porque não reconhecia em quem quer que fosse a necessária competência para assumi-la, preferindo por isso abandoná-la simplesmente, ainda que desse abandono resultasse o efêmero predomínio da anarquia desvairada; disse que o falso sucesso das facções amotinadas, reunidas de momento, era para mim uma satisfação sob o ponto de vista pessoal, porque eu só acreditava, como acredito, nas vitórias definitivas, que só cabem à política inspirada no amor como princípio, na ordem como base, no progresso como fim; disse, finalmente, que esperava assistir ainda à dilaceração dessas facções, entrechocando-se violentamente, e que, nessa conjuntura suprema, eu e todos os meus amigos não nos negaríamos aos novos reclamos das classes conservadoras, de que somos atualmente os verdadeiros representantes, e ao dever da salvação da nossa terra.

Não pretendo nem poderia descrever a comovente e admirável expansão altruística a que assisti, quando, ao retirar-se silenciosa e confusa a suposta comissão popular, achei-me envolvido nos abraços espontâneos dos meus bons e generosos amigos que por todos os modos de expressão do sentimento humano, por todas as formas da manifestação do pensamento, ergueram a minha humilde pessoa a uma altura que eu jamais imaginara!

Nunca, no meu constante labutar de cidadão, nunca, na minha carreira de homem político, nunca, nas várias, peripécias em que me hei encontrado, senti o coração tão comovido, tão profundamente emocionado, tão palpitante de amor e altruísmo, como nesse supremo instante, para mim imorrível!

Daqui agradeço a todos, com o mais íntimo reconhecimento, com o mais intenso e solene protesto de gratidão perpétua, essa eloqüentíssima demonstração de inexcedível afeto e de incomparável solidariedade política e social, que jamais se interromperá, para glória do Rio Grande Sul e da República.

Estou fora do governo, sem despeito e sem ódio, com a minha consciência em paz, com a minha honra impoluta.

Está no governo agora, ou presume estar governando, o sr. Assis Brasil, que à última hora teve a habilidade de assumir o primaciado, em meio das muitas ambições que se agruparam na exploração do momento. Não lhe dirijo parabéns, não o felicito, não louvo o seu atilamento; ao contrário, deploro, em nome de uma velha amizade, outrora inabalável, em nome dos interesses

superiores da sociedade rio-grandense, a sua subordinação a paixões efêmeras, a sua culposa imprevidência e a má sorte a que vai ficar exposto.

O meu patrício, cujo talento é tão aproveitável, colocou-se em uma posição que não poderá subsistir por muito tempo, porque é derivada do imprevisto, e este não é nem pode ser elemento sério de estabilidade, como o atesta a história inteira.

Não há dúvida de que tudo está agora sob o domínio do imprevisto, qualquer que seja a face pela qual se inspecione a extraordinária situação presente.

Mas é incauto quem supõe que estamos em face de uma revolta armada verdadeiramente popular, promovida e iniciada pela própria sociedade; incauto é quem não percebe que a paz pública não se abalaria no Estado, se guarnições militares não houvessem tomado a iniciativa de empunhar armas, em sublevação ruidosa, servindo-lhes de ótima oportunidade a injustificável dissolução do Congresso; incauto é, finalmente, quem não observa que entrou agora no seu período agudo a crise do Brasil, preparada sob o regime monárquico, adiada pelo sucesso de 15 de novembro, crise que há de perdurar, se os acontecimentos, dentro em pouco, não receberem uma direção sábia, capaz de impedir a restauração monárquica.

Para afirmar essas proposições, coloco-me sob o ponto de vista geral, como quem estuda a solução definitiva do problema político da nossa Pátria. Não é esta, porém, a ocasião propícia para indagações que ultrapassam a órbita das considerações que me cumpre expender. Restrinjo-me, pois, ao essencial.

Ao que deixo notado acresce que o fantasmagórico governo provisório do Rio Grande é composto de elementos radicalmente heterogêneos, quanto às idéias e quanto à norma de ação, como um produto da convergência artificial de facções que se agregaram com a mesma facilidade com que se hão de desagregar amanhã, quando se travar a disputa sobre a partilha dos despojos entre os numerosos heróis da anarquia.

Em breve, assistirei ao penoso desmoronamento dessa artificiosa junta governativa, que se formou ao acaso; em breve, verei esmagados sob o peso de uma tremenda responsabilidade aqueles que antepuseram o seu despeito e as suas ambições pessoais às indicações do patriotismo e ao dever de republicanos e de rio-grandenses; em breve, envidarei tudo para refazer e reconstruir o que houverem desfeito e destruído os falsos apóstolos da liberdade.

O que desejo com ardor, o que peço instantemente é que o Partido Republicano se conserve unido e firme, sem hesitações nem desfalecimentos, para acudir compactamente à atividade resoluta, à ação perseverante e indefesa,

quando for mister arrancar às garras da anarquia em delírio a Pátria rio-grandense.

Julgo-me no direito de endereçar, nesse sentido, aos meus correligionários políticos, um apelo de honra.

Mantenha-se cada um no seu posto de sempre; cumpra cada um o seu dever inviolável; contribuam todos, com exuberância d'alma, para a mais completa unificação de intuítos elevados e de iniciativas conscientes.

Nem desavenças, nem rivalidades, nem dispersão de esforços. Um por todos, todos por um. Mais do que nunca, deve ser esta a nossa divisa sagrada.

Nunca fui, não sou, jamais serei capaz de procurar em um injustificável retraimento a satisfação do meu bem-estar, a obtenção das minhas comodidades pessoais.

Conte comigo o Partido Republicano, em todas as emergências futuras, como um servidor de sempre.

Disponha de mim o Rio Grande do Sul como de um rio-grandense que tudo sacrificará pelo bem da sua terra e pela República.

Porto Alegre, 13 de novembro de 1891. — Julio de Castilhos”.

Logo após a queda de Julio de Castilhos, Barros Cassal e Aníbal Cardoso, que haviam seguido para o interior do Estado, com intuítos revolucionários, souberam do movimento em Porto Alegre e, no dia 13, voltaram à Capital, sendo entusiasticamente recebidos.

Eis como o “Mercantil”, daquele dia, dá a sua chegada:

“Chegaram, hoje, à capital, os dois heróis do movimento revolucionário. Em trajes de gaúcho, desembarcaram nesta Capital Barros Cassal e Aníbal Cardoso, os dois intemeratos agitadores, a quem se deve o início da ação vencedora.

Barros Cassal e Aníbal Cardoso desembarcaram no meio de aclamações entusiásticas e delirantes. O povo, em massa, acudiu ao desembarque dos dois heróis, que atravessaram a rua Silva Távares e Andradas por entre entusiásticos vitores.

De todas as janelas das casas localizadas nestas ruas viam-se agitar os lenços, elevar os chapéus em honra ao dois campeões, que entravam em triunfo na Capital do Estado livre.

O “Mercantil” saúda entusiasticamente os dois beneméritos rio-grandenses.

Hurrah! pelos salvadores da dignidade de nossa terra”.

Em missão política, partiram, no dia 14, Barros Cassal e o General Barreto Leite para o Rio Grande.

Acompanhou-os, na qualidade de oficial às ordens, Capitão Alfredo Pinheiro Corrêa da Câmara.

A propósito de sua chegada ao Rio Grande, telegrafaram, dali, para os jornais desta Capital, nos seguintes termos:

“Rio Grande, 15 — Chegaram, aqui, o General Barreto Leite e o Dr. Barros Cassal, os quais foram recebidos com delirante entusiasmo.

Em trem expresso, seguiram eles para Pelotas a conferenciar com os chefes dali”.

Sob a epígrafe “Descortesia”, escrevia o “Mercantil”, em sua edição de 14 de novembro:

“Os redatores da “Federação” bem mal corresponderam, ontem, à urbanidade com que se houve a imprensa na situação decorrente.

Tudo quanto verteu a pena dos ilustres publicistas transuda veneno; da primeira à última coluna, patenteiam o desregramento de quem está dominado por paixões odiosas, sem poder sopitá-las.

Pondo de parte o manifesto firmado pelo Sr. Julio de Castilhos, que, oportunamente, e depois de concluído, refutaremos, relevem-nos dizer algumas palavras sobre os acontecimentos do dia 12, falsamente descritos pela “Federação”.

Começa asseverando uma inverdade contra o que, certamente, protestará todo o comércio de Porto Alegre, quando diz que um grupo de indivíduos impunha o fechamento de portas, ameaçando as casas com a probabilidade de saque e desordens.

Isso não é exato, e nem os redatores daquele órgão estão iludidos a respeito do sucesso, mas propositadamente fazem a malévola insinuação, no intuito de desvirtuar o correto procedimento dos patriotas que, na ocasião, agiram.

Ninguém ignora que a comissão pedia calma, e, prudentemente, o fechamento das portas, no intuito de chamar a concorrência, não só dos comerciantes, como de seus empregados, que quisessem incorporar-se à manifestação.

Se alguém falou em distúrbios, não foram os comissionados, quando, aliás, havia razão para suspeitar sérias desordens, pois sabíamos todos que, em palácio, reinava o propósito de espingardear o povo, caso os patriotas militares se sujeitassem a ser executores de tão temerosa ordem.

Que o diga a distinta oficialidade do 2º Batalhão de Engenheiros sobre que pontos foi interrogada na véspera do acontecimento que motivou a deposição do Sr. ex-Presidente, Dr. J. de Castilhos.

Talvez que o nobre pronunciamento desses militares fosse o último e decisivo desengano, demovendo a primeira autoridade do Estado a abandonar a partida em que se empenhara, mesmo à custa do sangue de seus compatriotas.

O jornal que recebe imediatas inspirações do Sr. Dr. Castilhos, em sua narração, não poupou ferinas ironias, ofendendo cidadãos merecedores de todo o acatamento, por sua honorabilidade, por seu caráter, e que ainda mais dignos se tornaram da estima pública, pacificamente empreendendo uma das mais difíceis situações por que tem passado o Rio Grande.

Ernesto Paiva foi o popular que mais vezes lhes serviu de alvo; talvez não o achassem bastante digno de parlamentar com o Sr. Presidente, por lhe faltar um diploma, um alto cargo no funcionalismo, pois não é capitalista nem desembargador, mas, em compensação, tem caráter.

Nunca cortejou o Sr. Castilhos, enquanto este se manteve firme na Presidência, mas houve-se com a mais escrupulosa cortesia de cavalheiro no momento em que a mesma autoridade ia tornar-se nula.

É bem exigente a democracia dos srs. redatores da “Federação”, porque talvez ignorem ainda que um alto magistrado, cuja opinião muito pesava nas decisões do Sr. ex-Presidente, e que, por outro lado, até o dia 12 do corrente, o defendia incondicionalmente, já agora lhe faz bem tristes ausências.

Não nos admira a estranheza manifestada pela citada folha diante da benemerência e desinteresse dos cidadãos que constituem o Governo Provisório.

Realmente, não está acostumada a abnegação dessa ordem, pois, logo após a proclamação da República, o maior cuidado de seus chefes foi estipular para si uns ordenados de mão cheia.

De quanto disseram os apaixonados colegas nada estranhamos. Entretanto, se nos afigura uma imprudência a forma desrespeitosa por que se referem ao Governo Provisório.

Ele é oriundo do povo e da tropa; assenta o seu poderio em sólida base e as ofensas que lhe forem jogadas necessariamente irão chocar os dois elementos que mui legitimamente representa.

Os cidadãos a quem está confiada tão árdua missão não surgiram da intriga ou da cabala; não foram à morada do empregado público impor-lhe vexatórias condições; não constrangeram os servidores da Pátria com perseguições e transferências; não ludibriaram o povo, fraudando eleições e engendrando atas falsas em compartimentos ocultos, mas, à luz meridiana, viram-se proclamados em plena praça.

Esta simples razão deve acobertá-los das expansões de mesquinhos ódios e rancorosos despeitos”.

Analisando o manifesto, escreveu, posteriormente, a mesma folha:

“O Sr. Dr. Castilhos, no manifesto que dirigiu ao Rio Grande do Sul, ao descer do Governo, comprometeu seu apreciável talento, jogando argumentações que, postas ao lado umas das outras, nulificam-se, dando em resumo resultado negativo. Da primeira à última frase, nota-se a conturbação de um espírito em revolta e desalentado por insofridas paixões.

Nem a gravidade do revés que o fez baquear, nem a honrosa posição de que ainda há pouco esteve investido, conseguiram-lhe dar, ao espírito, a precisa calma e reflexão que se propôs manter no aludido manifesto.

Exarando tal promessa, afirmou inspirar-se no patriotismo, logo após perdida a serenidade para dar vazão ofensas descabidas e injustificáveis. Admirem os leitores esta edificante explosão por ele escrita: “... que não se pode confundir com o desvario dos agitadores medíocres, nem com o alarido da garotada desenvolta”.

Custa crer que semelhante apóstrofe tivesse por alvo honrados comerciantes, e mais pessoas respeitáveis que se incorporaram ao movimento de 12 do corrente.

Mais censurável é essa descortesia, quando a comissão, que a ele se dirigiu, manteve-se em nobilíssima atitude, tratando-o com irrepreensível cavalheirismo, pelo que cumpria ser correspondida, representasse o corpo comercial ou fosse composta de simples proletários. Escravo, porém, dos arrebatamentos de seu gênio, o Sr. ex-Presidente nem sequer mediu os inconvenientes dessa impolida linguagem.

Passemos adiante: S. Sa. diz que, ao assumir o Governo do Estado, à vista do compromisso de honra que havia tomado, se pôs fora das agitações de partido, o que não é absolutamente exato.

Ninguém ignorou que, no limitado decurso de 4 meses incompletos, do Palácio do Governo, em sessões diárias, partiam as mais insignificantes deliberações de uma politicagem acanhada e sempre pronta a anular a opinião pública, em proveito de certa camarilha ambiciosa e insofrida.

Dali, saiu vencida pelo partido governista a apuração de votos da eleição da Capela, mesmo depois de o órgão oficial haver confessado a derrota que sofrera.

E, como se não bastasse essa confissão para evidenciar quanto abuso foi praticado com a aquiescência do Governo, vimos o pronunciamento quase unânime dos valentes habitantes daquela vila, prontos a sustentar seus direitos com armas na mão, se não fosse intervir um ilustre chefe do partido federal, que os afastou desse propósito.

Cumpra, ainda, considerar que, quando S. Sa. foi elevado ao Governo, já havia muito estava divorciado da opinião dos rio-grandenses, porquanto esquecera completamente as cláusulas de seu programa de propaganda, logo após a influência oficial que lhe foi confiada neste Estado.

Para evitar a narração de inúmeros fatos, simplesmente lembramos as cenas de que foi teatro a capital, relativamente aos abnegados alunos da Escola Militar, que vinham da Monarquia com um passado impoluto, pois foram nessa época os mais desinteressados e corajosos soldados da República.

O Sr. ex-Presidente nos mais difíceis momentos da: luta apelou para a intrepidez desses moços e eles não se fizeram esperar, quando se tratou da defesa de uma causa e do interesse da Pátria.

Porém, o apoio da consciente e ilustrada mocidade não podia ser incondicional, por isso o abandonaram no dia em que o programa republicano foi substituído por uma desenvolta politicagem.

Tanto bastou para que S. Sa., esquecendo o benéfico auxílio da véspera, lhes declarasse guerra de extermínio, como jamais haviam sofrido no tempo da monarquia, que resolutamente hostilizavam.

De semelhante forma, poderia acaso s. s. ser fiel promotor do bem público, sem predileções e sem odiosidades? Não é frisante o exemplo da Estrada de Ferro, administrada então por engenheiro íntegro e cumpridor de seus deveres, cuja brilhante administração, em meses, havia conseguido equilibrar a receita com a despesa, caso virgem desde que a linha foi entregue ao tráfego? Quem o promotor do desgosto que levou esse chefe a pedir substituto? Qual o motivo por que assim o afastavam?

Ninguém ignora que o substituto, há muito, estava escondido, para readmitir indivíduos convenientes na defraudação dos cofres públicos, readmissão que o Sr. Dr. Rechsteiner, por força do regulamento e a bem da moralidade pública, recusou fazer.

O único causador desses desmandos pôde agora conscientemente aludir à sua isenção de ânimo? Por certo que não.

O manifesto diz que tudo ultimamente indicava confiança e estabilidade, com proveito da comunhão rio-grandense.

O Sr. ex-Presidente, com certeza, não se abalancharia a afirmar uma cousa tão falsa, se tivesse em melhor conta o bom senso e perspicácia de seus concidadãos.

Mas labora em erro, porque nenhum rio-grandense, por mais abstrato e indiferente aos negócios políticos do Estado, deixou de prestar atenção ao surdo rumor que há muito se sentia em todas as camadas sociais, e

principalmente contra a administração que acaba de ser deposta. Rumor cujo eco repercutiu até no estrangeiro, pois uruguaios e argentinos, há muito, pressagiavam uma revolução no Estado do Rio Grande do Sul. E assim continuaremos a apreciar esse manifesto, cuja argumentação veio ainda mais comprometer o seu autor”.

Ao ter conhecimento de que fora indicado para fazer parte da Junta Governativa, Barros Cassal resolveu declinar do convite em favor de um nome então em grande destaque no meio social e político do Rio Grande do Sul, um dedicado companheiro de Silveira Martins: o ilustre pelotense Conselheiro Francisco Antunes Maciel, ex-Ministro do Império e deputado geral a 15 de novembro de 1889.

Personalidade de alta linhagem, de uma educação esmeradíssima, que trazia do berço, orador fluente, jornalista e homem de Estado, dotado de uma inteligência lúcida, o conselheiro Maciel era, ainda, possuidor de uma grande fortuna.

Pelo seu critério e pela sua cultura variada, vinha se impondo, desde o Império, à consideração de seus concidadãos.

Barros Cassal lembrou-se logo de procurá-lo e oferecer-lhe um lugar na Junta Governativa.

Era um meio hábil de trazer para o novo governo o apoio do “gasparismo”.

Patriota extremado, valente e magnânimo, Barros Cassal, o agitador da revolução de novembro de 91, dirigiu-se do Rio Grande para Pelotas e ali conferenciou com o Conselheiro Antunes Maciel.

A propósito da renúncia de Barros Cassal de membro da Junta Governativa, o “Mercantil” recebia do Rio Grande este lacônico telegrama: “Rio Grande, 16 de novembro, às 2 horas da tarde. — Consta que o Dr. Barros Cassal resigna o cargo de membro do Governo Provisório e que será substituído pelo Conselheiro Francisco Antunes Maciel”.

Do que, então, resultou, damos, mais abaixo, os informes devidos.

Como dissemos, Barros Cassal e o General Domingos Alves Barreto Leite seguiram desta capital, com destino ao sul do Estado, no dia 14 de novembro, em missão política.

Na madrugada de 16 de novembro, eles e outros revolucionários embarcavam no Rio Grande, a bordo do vapor “Bento Gonçalves”, de regresso a Porto Alegre.

Aqui aportaram no mesmo dia, pelas 21,30 horas.

Dando notícia de sua chegada, em sua edição de 17, dizia o “Mercantil”:

“Ontem, às nove e meia horas da noite, ancorou em nosso porto o paquete “Bento Gonçalves”, que saiu do Rio Grande às 3 horas da madrugada e a cujo bordo vinham o General Barreto Leite, o Capitão-de-Fragata Rodrigo Rocha, o 1º Tenente Amorim Rangel, o Dr. Barros Cassal, o Conselheiro Francisco Maciel, Silva Tavares e João José Cezar, nosso colega do “Eco do Sul”.

Desde ao escurecer que o povo começou a aglomerar-se na Praça da Alfândega, notando-se extraordinária concorrência na Rua dos Andradas.

A “Reforma”, o “Jornal do Comércio”, o “Rio Grande” e a “União Republicana” apresentavam as suas fachadas iluminadas.

Uma banda de música tocava na praça.

Às oito e meia horas, começou a subir ao ar uma grande quantidade de foguetes de dinamite, anunciando que o “Bento Gonçalves” demandava o nosso porto.

No cais da Alfândega, era enorme a massa de povo, estando, também aí, formado, o batalhão patriótico.

Grande número de pequenas embarcações cruzava o rio.

Ao aparecer o vapor, os navios da flotilha iluminaram à luz elétrica e em várias janelas de casas da Rua Sete de Setembro e no cais foram queimados fogos de bengala.

O vapor foi logo cercado por botes, dos quais partiam estrepitosas aclamações aos revoltosos do Sul.

Operado o desembarque e sendo os heróis do movimento recebidos por entre aclamações delirantes e prolongadas salvas de palmas, organizou-se, com dificuldade, o préstito, que os devia levar em triunfo.

— Ao entrar na Rua dos Andradas, tornou-se quase impossível o trânsito público.

Das sacadas da “Reforma”, que estavam repletas de povo, rompeu uma salva de palmas estrepitosas, que foi acompanhada pelo povo que se achava na rua e que obstava a passagem do préstito.

Daí até à redação do “Rio Grande”, os ilustres viajantes foram levados em triunfo, repetindo-se, de instante a instante, as aclamações delirantes.

Estacionando a mole de povo em frente ao escritório daquele jornal, assomou a uma sacada o digno republicano Sr. Araújo Góes, que, em frases alevantadas, fez o histórico do nome glorioso de Osório e convidou o povo a levantar uma saudação ao herdeiro das glórias e tradições do bravo entre os bravos.

Barros Cassal — a alma da revolução — foi então aclamado pela multidão e, apesar de visivelmente cansado da viagem, usou da palavra e concitou o povo a continuar empenhado pela vitória da causa da liberdade. Disse ao povo que,

no movimento revolucionário do sul, havia três beneméritos, cujos nomes recomendava à gratidão popular.

Um destes estava a seu lado, era o pundonoroso marinheiro, Capitão-de-Fragata Rocha, os outros eram Silva Tavares e Francisco Maciel, que tinham operado na revolução do Rio Grande, Bagé e Pelotas.

O povo, então, em delirante entusiasmo, saudou o triunvirato da liberdade. O Capitão-de-Fragata Rocha agradeceu a manifestação e disse que, como rio-grandense, estava plenamente satisfeito de ver o povo de sua terra levantar-se como um só homem para esmagar a ditadura.

Saudou a liberdade.

Espalhando-se a notícia de que o Conselheiro Antunes Maciel havia se dirigido para o palácio, o povo, em massa, tendo a sua frente à banda de música, para lá se dirigiu.

Infelizmente, o Conselheiro Maciel havia já, por seu estado de saúde, se recolhido ao Hotel Brasil, onde se hospedou.

Festejando o Governo Provisório, conservou-se postada em frente ao Palácio, até tarde, uma verdadeira onda popular, que teve ocasião de ouvir a palavra, sempre inspirada, de Febrônio de Brito, um benemérito da Revolução, e de Francisco Miranda, um dos poucos independentes congressistas deste Estado.

Foi brilhante a forma por que o povo desta Capital recebeu os heróis da Revolução Rio-Grandense e nós cumprimos um dever, destas colunas, saudando aqueles que souberam honrar as tradições do Rio Grande”.

Não houve entendimento possível entre os três membros da Junta sobre a entrada do Conselheiro Antunes Maciel para o Governo Provisório.

Barros Cassal manteve longa conferência com Assis Brasil, em Porto Alegre, e com o General Rocha Osório, em Pelotas, sobre o assunto, sem resultado positivo.

Devia-se esse fracasso, em parte – segundo se dizia – ao fato de o Conselheiro Antunes Maciel querer governar o Estado individualmente, isto é, sem a intromissão de outros.

A verdade é que essa discórdia veio redundar num grande desastre para a oposição.

O governo do General Barreto Leite

Proclamação – Embarque de Silveira Martins – Formação de batalhões patrióticos para depor Deodoro da Fonseca – Como seria atacado o Rio – Comando em Chefe – Estado Maior – Atitude das forças de terra e mar no Rio

Grande do Sul – Assis Brasil e Estanislau Zeballos – Providências sobre a alta de gêneros – Telegramas de apoio – Chegada do General Rocha Osório a Porto Alegre – Apelo de Julio de Castilhos.

Em virtude da divergência surgida entre os membros da Junta Governativa, isto é, do triunvirato, constituído dos Drs. Assis Brasil, Barros Cassal e General Manoel Luiz da Rocha Osório, ficou assentado, no dia 17 de novembro de 1891, que assumisse a Presidência do Estado o General Domingos Alves Barreto Leite, que não era infenso aos partidários de Silveira Martins.

A propósito, o vespertino “Mercantil” publicou, sua edição daquele dia, sob a epígrafe “Governo do Estado”, a seguinte notícia:

“Houve, hoje, uma importante reunião, em palácio, de todos os chefes da Revolução Rio-grandense.

Nela ficou assentado que assumisse o governo do Estado o Sr. General Domingos Alves Barreto Leite.

A proclamação da Junta Governativa, que abaixo publicamos, explica ao público qual a sua atitude:

Proclamação – Ao Estado do Rio Grande do Sul: – Depois do majestoso pronunciamento que, de todos os pontos do Estado, se levantou, aplaudindo e aprovando, solenemente, a situação, à cuja frente nos achamos, como poder civil e diretor, podemos crer firmemente que a vontade soberana do Rio Grande sancionou a nossa posição e nos habilitou com a sua confiança.

Convencidos desta confiança, em nome do povo e dos princípios que representamos, e reconhecendo a necessidade de dar, desde já, a maior unidade ao Governo do Estado e à direção do movimento patriótico que tem por fim resistir, em qualquer terreno, ao poder ditatorial do Rio de Janeiro, temos resolvido depositar todos os poderes extraordinários de que nos achamos investidos na pessoa do Sr. General Domingos Alves Barreto Leite, que reúne às demais qualidades que o fazem digno deste posto, o mais dedicado amor à causa do Rio Grande e da República.

Por mais que nos julgemos investidos da confiança pública, sujeitamos, entretanto, este nosso ato, como todos, à ratificação livre da soberania do povo do Estado, que nos investiu das funções que hoje passamos de nossas mãos.

Nem o digno General Barreto Leite se conservaria no posto de honra que começa a ocupar hoje, se qualquer demonstração autorizada da opinião pública deixasse de ampará-lo.

Nós, individualmente, estaremos ao lado do atual chefe do Estado com a dedicação e sinceridade que nos impõe o nosso patriotismo e a confiança que

nele depositamos. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 17 de novembro de 1891. — J. F. de Assis Brasil, João de Barros Cassal”.

Não assinou a proclamação o general Manoel Luiz da Rocha Osório, por se haver afastado da Junta Governativa, logo no seu início, quando Barros Cassal propôs ser substituído pelo Conselheiro Francisco Antunes Maciel.

Ao General Rocha Osório, como veremos adiante, estava designado importante posto militar.

No dia em que tomava posse do governo o General Barreto Leite, os jornais noticiavam que embarcara, nesse mesmo dia, no vapor “Clyde”, em Southampton, com destino ao Brasil, o ilustre rio-grandense Gaspar Silveira Martins.

A mocidade rio-grandense mostrava-se animada na formação de batalhões patrióticos, que iriam fazer junção com as forças do Exército que deviam marchar para o Rio de Janeiro, onde pretendiam depor Deodoro da Fonseca.

O plano ideado, muito em sigilo, pelo Contra-Almirante Custódio de Mello, pelo General José Simeão de Oliveira e por outros oficiais superiores do Exército, no Rio, de acordo com os revolucionários rio-grandenses, já senhores de todo o Estado, era o seguinte:

A esquadra, composta dos couraçados “Aquidabã”, “Riachuelo” e “Solimões”, das canhoneiras “Cananéia”, “Centauro”, “Carioca” e “Liberdade”, dos torpedeiros “Marcílio Dias”, “Araguari” e “Iguatemi” e de outros pequenos vasos de guerra, saíam barra a fora, exceto o primeiro navio, que ficaria guardando o porto do Rio.

O “Solimões” ficaria aguardando o couraçado “Bahia”, que estava em viagem para a Capital Federal, a fim de se entender com a sua oficialidade para aderir ao movimento. Se não fosse atendido, o “Solimões” abriria fogo contra o “Baía”.

Ancoraria o restante da esquadra na Ilha Grande, de onde um vaso de guerra iria para Santos, a fim de levar ao conhecimento dos oficiais do cruzador “Trajano”, que ali se achava e era favorável ao movimento revolucionário, o referido plano.

Naquela cidade paulista, seria arrecadado o dinheiro existente na Alfândega, que ficaria sendo o Tesouro dos revolucionários.

Pretendiam, ainda, os rebeldes apoderar-se dos navios ancorados no porto de Santos e dos que fossem encontrados em viagem no oceano.

Esses vapores viriam para Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, a fim de conduzir as tropas do Exército e os batalhões patrióticos, os quais seguiriam sob

o comando do General Manoel Luiz da Rocha Osório, que, tendo chegado de Pelotas, organizara o seguinte estado maior: secretário, Major Dr. João Cândido Jacques; ajudante de pessoa, Capitão Marçal Figueira; ajudante de ordens, Tenente José Silveira Villasboas.

Um grupo de revolucionários entendia, porém, que as tropas deviam ir por terra, em direção a Torres.

Ficando, pois, resolvida a deposição do generalíssimo pelas armas, começaram os revolucionários do Rio Grande do Sul a providenciar sobre a formação de batalhões.

Em Porto Alegre, organizaram-se, logo, três: o “Ernesto Alves”, constituído de operários, comandado pelo Major Travassos Alves; o “Barros Cassal”, composto de estudantes e caixeiros, comandado pelo Sr. Ernesto Paiva; e o “Bento Gonçalves”, composto de pessoas de todas as classes sociais, isto é, dos sócios da “União Republicana”, que era partidária de Demétrio Ribeiro. Era comandante desse último batalhão o Tenente Aníbal Cardoso, professor da Escola Militar.

Barros Cassal alistou-se, como soldado, no “Bento Gonçalves”, e os estudantes Guaíba Rache e Fernando Hasslocher inscreveram-se no “Barros Cassal”.

A propósito, vamos ouvir o que os jornais de então informavam.

O “Mercantil”, de 15 de novembro de 91, escrevia:

“Organizaram-se, nesta capital, três batalhões patrióticos. Um deles, composto de operários, fez ontem o primeiro exercício e, hoje, às 4 horas da tarde, realizou um passeio militar, apresentando-se, em seguida, ao Dr. Assis Brasil e dirigindo-se, após, para a Rua da Floresta, onde fez o exercício de fogo.

Um outro, pertencente aos membros da “União Republicana”, será comandado pelo Tenente Aníbal Cardoso. O outro pertence aos briosos caixeiros e estudantes porto-alegrenses.

Este conta já com 200 e tantas praças. Ofereceram seus serviços a esses patriotas os Srs. Dr. Sarmento Leite e farmacêutico Dantas. Serão instrutores dos briosos moços os Alferes Iracema Gomes e Carlos Araújo.

— Em S. João de Montenegro, está sendo organizado um regimento de voluntários cavalarianos”.

A 16, 17 e 18, foram publicadas respectivamente as seguintes notícias:

“Os briosos oficiais do 30º Batalhão de Infantaria assinaram, ontem, o seguinte compromisso de honra: “Os oficiais abaixo-assinados juram ou empenham a sua palavra de honra em opor toda a resistência ao Governo Federal, enquanto este persistir em manter o ato violento que praticou rasgando a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, com a dissolução do Congresso.

Comprometem-se, também, a manter ileso a integridade da Pátria, voltando-se contra aqueles que pretendem separá-la ou restaurar a monarquia. Quartel em Porto Alegre, 15 de novembro de 1891. (Assinados) Coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães, Major Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, Capitão Cândido Rufino Borges da Fonseca, Capitão Sebastião José Velho Barreto, Capitão João Pedro do Rosário, Tenente Luiz José Pimenta, Tenente Afonso Dias Uruguay, Tenente Francisco de Mesquita Saldanha, Alferes Trogílio de Oliveira, Tenente Luiz Ferreira Prestes, Alferes Benjamim da Cunha Moreira Alves, Alferes Carlos de Andrade Araújo, Alferes Atanagildo Alves de Alencar, Alferes Gonçalo Corrêa Lima, Alferes Francisco Joaquim Marques da Rocha, Alferes Joaquim Xavier de Azevedo Leite, Alferes Luiz Ferreira Soares, Alferes Raimundo Honorino de Almeida, Capitão João Augusto Viegas da Silva”.

“A guarnição desta Capital, de terra e mar, tornou-se solidária com a seguinte declaração: Os oficiais abaixo firmados juram ou empenham sua palavra de honra opor toda a resistência ao Governo Federal enquanto este persistir em manter o ato violento que praticou rasgando a Constituição dos Estados Unidos do Brasil com a dissolução do Congresso Nacional.

Comprometem-se, além disso, a sustentar e manter ileso a integridade da mesma República, voltando-se contra aqueles que pretenderem separá-la ou restaurar a monarquia. Porto Alegre, 15 de novembro de 1891. — Pela guarnição do Exército, General de Brigada Antônio Joaquim Bacelar. Pela Marinha, Cândido dos Santos Lara, Capitão-Tenente da Armada”.

“A Escola Militar ao Público: Sensibilizada por mal infundadas notícias que correm por aí alhures, a Escola Militar, representada pela maioria de seus alunos, praças de pret, vem declarar ao público em geral: 1º, nunca se prestou a acompanhar idéias de um homem qualquer, desde que não seja para o bem de todos; 2º, sempre aplaudiu, de acordo com as sagradas tradições de seus anais, o levantamento heróico e brilhante da massa popular, quando os direitos são olvidados e a liberdade ameaçada. Porto Alegre, 16 de novembro de 1891”.

“Realizou-as ontem, 17, a primeira reunião do batalhão patriótico composto de estudantes e caixeiros. Compareceu no “Salão Cosmopolita”, número superior a 100 moços, que tomaram várias deliberações.

Em seguida, formados a dois de fundo e por entre ruidosas aclamações, os voluntários dirigiram-se ao quartel do batalhão “Ernesto Alves”, situado no edifício do Teatro S. Pedro.

Aí, a guarda formou em continência, tendo o nosso colega Francisco Souto pronunciado uma entusiástica saudação. O comandante do corpo, Sr. Major

Galdino Travassos Alves e seu ajudante Guelfo Zanirati, responderam às saudações.

O batalhão da mocidade, que tomou o nome de “Barros Cassal”, como uma homenagem ao grande revolucionário, dirigiu-se à casa do Coronel Salgado, onde se achava o intemerato propagandista.

Formado em linha, usou da palavra o soldado Póvoas Júnior, que cumprimentou Barros Cassal, o qual, respondendo, declarou que a campanha ainda não estava terminada e concitou à mocidade para, de armas na mão, opor toda a resistência ao centro.

Foram ainda saudados o Coronel Salgado, Capitão-de-Fragata Rodrigo Rocha e o digno e popular Ernesto Paiva, organizador do novo corpo.

Os entusiastas soldados da honra rio-grandense foram ao Hotel Brasil cumprimentar o Conselheiro Francisco Maciel, que não compareceu a agradecer à manifestação, por haver já, pelo seu estado de saúde, se recolhido ao leito.

A reunião dissolveu-se muito depois da meia noite. Um bravo à mocidade porto-alegrense”.

“Uma comissão de alunos da Escola Militar se dirigiu ao Sr. Governador do Estado, pedindo, em caso de invasão, que seja aquele corpo o primeiro a seguir para Torres. É digno de todos os encômios o procedimento da altiva mocidade, que sempre se sacrificou pela República”.

O “Correio Mercantil”, de Pelotas, dava as seguintes notícias em 17 e 18 de novembro:

“Acham-se aquartelados nesta cidade os seguintes corpos provisórios da Guarda Nacional: Batalhão provisório de Infantaria, ao mando do Tenente-Coronel Bernardo José de Souza, 600 praças; corpos provisórios de Cavalaria comandados: pelo Tenente-Coronel Lúcio Lopes dos Santos, 400 praças; pelo Major João Manoel Barboza, 450 praças; esquadrão comandado pelo Capitão Nicomedes Batista de Oliveira, 100 praças; Corpo de Cavalaria, comandado pelo major Caldeira, no Cerrito, 600 praças”.

— “Estão, atualmente, em armas, formando o Exército Popular Revolucionário: na cidade do Rio Grande, cerca de 200 cavalarianos, ao mando do Sr. Quaresma e outros; no Povo Novo e outros distritos daquela cidade, mais de 100. Nesta cidade, uns 800 ou 1.000, ao mando dos cavalheiros que ontem mencionamos. Em Cacimbinhas 500, sob o mando do Comendador Manoel Faustino D’Avila e do Tenente-Coronel Inocência Azambuja. No município de Bagé, cerca de 2.000, ao mando de diversos. Em S. Gabriel, 600 ao mando de um filho do Sr. Barão de Candiota. Em Jaguarão 600, ao mando do General

Astrogildo. No Herval 600, ao mando do Coronel do Exército José Maria Guerreiro Victoria, tendo como auxiliares os Capitães Honorários do Exército Belarmino Luz de Freitas e Justiniano Amaro de Freitas e Tenente-Coronel Ladislau Amaro da Silveira. Em Canguçu e Piratini, 500, ao mando do Tenente-Coronel Antero da Cunha, e em Arroio Grande mais de 200 homens.

Essas forças formam um efetivo de 6.000 homens bem armados e montados, prontos ao primeiro aviso a marchar sobre Bagé ou estações intermediárias da Estrada de Ferro e dirigir-se a esta cidade e Rio Grande.

No Livramento, Alegrete, S. Gabriel, Uruguaiana, Itaqui e outros lugares, deve haver também prontos uns 8.000 homens.

É indescritível o entusiasmo com que, em todas as localidades, se apresentam os cidadãos para o serviço das armas.

Todos, à porfia, querem alistar-se e dedicar os seus serviços à nobre causa rio-grandense.

Os chefes revolucionários encontram em todos os cidadãos a melhor boa vontade para todos os serviços.

Para esse entusiasmo não concorrem pouco a calma, a reflexão e o espírito de justiça, que presidem a todos os atos do poder revolucionário”.

— Noticiavam os jornais, desta Capital, de 19 e 20 de novembro:

“A oficialidade que compõe a flotilha do Alto Uruguai acaba de aderir ao movimento libertador iniciado neste Estado.

Telegrama dirigido pelo chefe da mencionada flotilha, o pundonoroso oficial Quintino Costa, ao Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha, da parte desta deliberação; que vem selar o pronunciamento de todas as forças de terra e mar estacionadas no Rio Grande do Sul.

A flotilha do Uruguai é composta de três vasos de guerra, entre os quais se conta o monitor “Alagoas”, o navio que forçou a até então inexpugnável Humaitá, na gloriosa campanha contra o déspota Solano Lopez.

Este pronunciamento é de encher de satisfação a todos os rio-grandenses, pois que é altamente significativo.

O Exército e a Armada, estes dois grandiosos elementos de um triunfo seguro, estão de mãos dadas ao lado dos revoltosos de 91, opondo barreiras contra o despotismo que tenta avassalar.

O “Alagoas” talvez tenha novamente glórias tão imorredouras, como as que colheu na célebre passagem. Honra ao Exército e à Armada Nacional.

— “Foi nomeado chefe da flotilha estacionada neste Estado o Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha, um dos maiores fatores da Revolução de novembro.

Para o cargo de seu secretário, foi nomeado o 1º Tenente João Augusto Amorim Rangel, um auxiliar de relevantes serviços.

Para exercer o cargo de Delegado de Capitão do Porto, nesta Capital, foi nomeado o 1º Tenente Olímpio Pereira Gomes, que já entrou em exercício”.

— “A fim de estacionar na barra deste Estado, seguiram, às 2 horas da tarde de 18, as canhoneiras de guerra “Marajó”, “Camocim” e “Henrique Dias”.

A bordo do navio chefe, que é a “Marajó”, seguiram o Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha e seu secretário 1º Tenente Amorim Rangel.

Os dois dignos oficiais foram acompanhados até o embarque por S. Excia. o Sr. General Barreto Leite, Governador Provisório, e várias outras pessoas de consideração.

— Ontem, 19, a convite do Tenente-General Augusto César da Silva, reuniu-se, no quartel general, às 6 horas da tarde, grande número de oficiais reformados e honorários do Exército, lavrando o seguinte protesto:

“Os oficiais reformados e honorários do Exército, residentes nesta guarnição, abaixo firmados, impulsionados pelo amor da Pátria e espírito de classe, ante o atentado que acaba de praticar o poder executivo, rasgando a Constituição da República com a dissolução do Congresso Nacional, consorciam-se a seus camaradas oficiais efetivos do Exército e da Armada, no protesto sobre esse fato patrioticamente levantado, e assim formulado: “Os oficiais abaixo firmados juram, ou empenham sua palavra de honra, opor toda a resistência ao Governo Federal, enquanto este persistir em manter o ato violento que praticou, rasgando a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, com a dissolução do Congresso Nacional.

Comprometem-se, além disso, a sustentar e manter ilesa a integridade da mesma República, voltando-se contra aqueles que pretendam separá-la ou restaurar a Monarquia. Porto Alegre, 19 de novembro de 1891. (Assinados) Augusto César da Silva, Tenente-General; Brigadeiro Eugênio Luiz Franco, General-de-Brigada José Diogo dos Reis, General de Brigada Rafael Fernandes de Lima, Coronel Joaquim Antônio Xavier do Valle, Major José Longuinho da Costa Leite, Tenente-Coronel Vasco Antônio de Medeiros, Major Honorário José de Maria da Fontoura Palmeiro, Major Francisco Xavier Barreto, Major Domingos Batista de Carvalho, Major Antônio José Dias da Silva, Major João Batista Pereira Souto, Major José do Rego Barros, Tenente-Coronel José Francisco Soares, Major Luciano Pereira de Souza, Capitão José Antônio L. da Silva, Major Júlio César Carneiro da Fontoura, Tenente-Coronel José Antônio Rodrigues Totta, Capitão João Gonçalves de Oliveira, Tenente Pedro José da Costa, Capitão Inácio José de Freitas Leite de Sampaio,

Tenente Antônio José Gonçalves Guimarães, Capitão Dominiciano Joaquim Ribeiro, Tenente Numa Pompílio de Azambuja Cidade, Capitão Frutuoso José de Leivas, Capitão Joaquim Ferreira Prestes, Capitão João Frederico Homem de Carvalho, Tenente Antônio Rodrigues Dornelles, Capitão Francisco Eusébio Cartier, Capitão João Manoel da Silva, Major Higino Pantaleão da Silva, Major Amâncio Fagundes de Freitas, Capitão Salvador Gomes da Paixão, Tenente Delfino Pinto de Oliveira, Tenente José Joaquim de Carvalho, Capitão Pedro Alves da Cruz, Capitão Luiz José de Almeida Couto, Alferes Eleutério José Gonçalves, Capitão Luiz Antônio Dias de Andradas, Tenente Eduardo de Azevedo e Souza Filho, Tenente Quintino de Azevedo Bandeira, Alferes Francisco Machado Moreira, Tenente Franklin Luiz de Vasconcellos Ferreira, Tenente Antônio Alves Cordeiro, Major João Marinho Falcão, Tenente João da Motta de Souza Aurana, Tenente João Maria Xavier de Britto, Alferes Sinfrônio Ferreira de Barros, Major Antônio José Centeno Júnior, Tenente Manoel Viríssimo da Silva, Tenente José J. Garcez Cabelleira.

— Constando ao governo deste Estado que o governo da ditadura ia se dirigir à República Argentina, pedindo-lhe que não nos reconhecesse como beligerantes, na luta que travamos contra o centro, o Sr. Assis Brasil dirigiu-se ao Sr. Estanislau Zeballos, Ministro das Relações Exteriores daquela República, pedindo-lhe influenciasse junto ao governo argentino, a fim de não ser tomada decisão alguma, antes de ser ouvido o Rio Grande do Sul, de cujos intuitos e atitudes se encarregaria o Dr. Assis Brasil de informar ao governo argentino, na viagem que ia, para esse fim, fazer ao Rio da Prata. Do modo por que o governo argentino atendeu aos reclames do Rio Grande, dá conta, honrosamente para nós, e de maneira a elevar em nossa estima o patriótico povo argentino, o seguinte telegrama, que, guardando todas as conveniências e reservas impostas pela diplomacia, deixa bem entrever as simpatias argentinas pela nossa gloriosa causa: “Buenos Aires, Ministério, 18 de novembro de 1891; Dr. Assis Brasil. Recebido telegrama. Tendré el mayor gusto en examinar los datos que sirve ofrecer-me. Salúdalo afetuosamente, deplorando guerra civil brasileira. Su particular amigo, — Estanislau Zeballos”.

— O Dr. Assis Brasil recebeu, de Pelotas, o seguinte telegrama:

“Passei ao ministro da Guerra²⁵ o seguinte telegrama: “A lealdade obriga a dizer-vos que hostilizarei francamente a ditadura em todos os terrenos. Viva a República. — General Rocha Osório”.

²⁵ Era Ministro da Guerra de Deodoro o General Antônio Nicolau Falcão da Frota.

— Não é verdade que a Junta Revolucionária da cidade do Rio Grande tivesse mandado descarregar os gêneros aqui embarcados no “Curitiba” com destino à Capital Federal.

Tendo-se manifestado, na praça daquela cidade, a especulação, que prejudicava extraordinariamente às classes menos favorecidas da fortuna, o brioso militar, Capitão-de-Fragata Rodrigo José da Rocha, ato contínuo, deu a ordem de descarga para que cessasse tal especulação.

Foi benéfico o resultado, pois que os gêneros voltaram ao preço estabelecido, não sendo, pois, necessária a medida de rigor imposta pelo denodado marinheiro.

Longe de merecer censuras, o ato do Capitão-de-Fragata é digno de todos os aplausos, por ter ele em vista arredar de sobre o povo quase que a miséria.

— O déspota fechou o porto do Rio Grande à comunicação com o resto do Brasil.

O fato de o paquete “Porto Alegre” ter ordem de seguir, diretamente, de Santa Catarina para Montevidéu, quando a sua escala era o Rio Grande, vem provar que o caricato tirano intenta qualquer cousa com este Estado. Sempre déspota, Manoel Deodoro da Fonseca julga que o nosso altivo Rio Grande deve submeter-se ao jugo que oprime o Brasil e, por esse motivo, tenta cortar-nos as comunicações.

Felizmente, as nossas fronteiras são vastas e os nossos vizinhos do Prata não impedirão as nossas vias de comunicação.

Que trama o ditador. O Rio Grande quer reivindicar a liberdade da Pátria e a reivindicará, apesar de todas as suas violências.

Nem mesmo encerrado no Itamarati, estará seguro o ex-Presidente da República.

Dentre os telegramas então recebidos pela Junta Governativa e pelo General Barreto Leite e outros vultos de destaque na política, vamos transcrever os seguintes:

Rio Grande, 12 de novembro — Continua aqui grande regozijo pela instalação do novo Governo do Estado. Grande massa de povo, precedida de muitas bandas de música, percorre as ruas da cidade em passeata cívica. Foram cumprimentados os promotores da revolução triunfante. Discursaram João José César, Fernando Pimentel, Tenente-Coronel Onofre Santos, General Rocha Osório e Capitão Febrônio de Brito.

Pelotas, 12 — A Junta Municipal reuniu-se em sessão solene, com grande concurso de povo. A Guarda Nacional aquartelará amanhã mais 400 praças, para qualquer emergência. O batalhão patriótico, organizado pelo comércio, fez o patrulhamento da cidade. Regozijo geral. Entusiasmo delirante.

Quaraí, 12 — Reina aqui completa tranqüilidade. O General Isidoro Fernandes, ferido em Santana, com dois balaços, seguiu para Taquarembó.

Rio Grande, 13 — Seguem, hoje, para aí, em comissão reservada, no “Lima Duarte”, o Capitão Febrônio de Brito e o 1º Tenente Pio Torelly. Continuam, aqui, a calma e o regozijo popular. Da campanha chegam cidadãos que vêm voluntariamente engrossar as fileiras de defesa dos revolucionários. Os revoltosos de Pelotas organizaram dois batalhões da Guarda Nacional. Nesta cidade, está aquartelada e, faz exercício toda a Guarda Nacional. A nossa barra está bem fortificada, tornando-se inexpugnável. Reina grande entusiasmo pela causa da revolução, não tendo havido a menor perturbação da ordem pública.

Rio Grande, 16 — Ontem, 800 cavaleiros dos distritos rurais percorreram a cidade, sendo aclamados pelo povo. Em Bagé, percorreram as ruas da cidade 3.000 homens, competentemente armados, os quais foram delirantemente festejados pela população. Nota-se crescente entusiasmo pela causa dos revoltosos.

Cachoeira, 16 — Dr. Assis Brasil — Em resposta à vossa circular de hoje, diremos: apoiamos resolução tomada. Podeis contar com o nosso franco e decidido concurso. — Os intendentes Dr. Afonso Pereira da Silva, Augusto Castilhos, João Loreto de Carvalho e Silva, Laurindo Teixeira Machado, Antônio Pereira Fortes.

Livramento, 16 — Drs. Assis Brasil e Cassal — Firme auxiliando; tudo bem. Saudações. — Adolfo Osório.

Santa Maria; 16 — General Barreto Leite — Povo aqui disposto a marchar em auxílio forças do governo do Estado contra o tirano Deodoro.

Passo Fundo; 16 — Dr. Assis Brasil — Gérvasio chegou, ontem, à noite, e assegura apoio para a manutenção da ordem. Reina paz. Autoridades diligentes inspiram confiança.. — Gabriel Bastos, José Pinto de Moraes, Lucas José de Araújo.

Quaraí, 16 — Junta Governativa — De pleno acordo, aplaudimos vossa atitude e resposta. Nada tememos, nem devemos ceder. Só devemos depor as armas quando virmos respeitada a Constituição e deposto Deodoro, único flagelo nacional. Pronta, esta guarnição e decidido o povo para tudo. — Coronel David Martins, Major Carlos Neves, Capitão Fabrício Pillar.

Alegrete, 16 — Dr. Assis Brasil — Respondo vosso telegrama. Esta guarnição sempre pronta a sustentar a revolução a todo transe, até sua conclusão, que deve ser já felicidade da Pátria. Dr. Adriano, Junta Municipal, aqui no quartel, em perfeita confraternização. Estamos assinando manifesto que será publicado amanhã. Tudo em paz. Amanhã, passeata patriótica, a fim de que a população bem se convença da leal confraternização. — Tenente-Coronel Castello.

Lajeado, 16 — Dr. Assis Brasil — Conselho municipal desta vila vos felicita pela atitude patriótica que tomastes em defesa da Pátria, assumindo o governo. Por isso, protesta seu franco apoio em prol da manutenção da ordem — Presidente Frederico Heinich.

Cruz Alta, 16 — Dr. Assis Brasil. — Respondendo telegrama, aplaudimos vossa posição. Podeis contar .nosso franco apoio. — Barão de Inhanduí, Joaquim Luiz de Senna Filho.

Santa Cruz, 16 — Dr; Cassal. — Tratamos organização batalhões patrióticos. — Jacques.

Cruz Alta, 16 — Coronel Joaquim Pedro Salgado. — Parabéns. Por mim e em nome partido, felicito Junta Governativa — Dionísio Amaro.

Conceição do Arroio, 20 — Dr. Cassal. — Para defesa nossa cara Pátria, pode contar com este município, Torres e Santo Antonio, que darão número superior a dois mil patriotas. — Vicente Gomes, Moura Azevedo.

São Gabriel, 20 — Dr. Assis Brasil — Esta guarnição está pronta a arrancar da cadeira presidencial o ditador, ainda que lhe custe a última gota de sangue e muito confiando o General Osório, a quem envia um hurrah! Mandei publicar em boletim vosso telegrama. — Coronel Santiago, Comandante da Guarnição.

Alegrete, 20 de novembro. — O eminente chefe revolucionário, Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, aqui chegado ontem, recebeu uma imponente manifestação da briosa população alegretense, associando-se fraternalmente o Batalhão 18. Entusiasmo indescritível. Antes visitara o acampamento das forças revolucionárias. As tropas em formatura fizeram a devida homenagem ao ínclito chefe.

Regressou, hoje, o corpo de patriotas de Quaraí, ao mando do distinto Coronel Joaquim Severo.

Igualmente, volta o Tenente Câmara, infatigável companheiro e membro da Junta Revolucionária de Quaraí. Ambos prestaram auxílio eficaz. Aqui, garantida a vitória da revolução. Viva a Pátria livre.

Com procedência de Pelotas, chegava a esta Capital, no dia 19, para conferenciar com o Governo, o General Rocha Osório, que vinha assumir o comando das tropas que estavam prestes a embarcar para o Rio, a fim de depor Deodoro da Fonseca.

O seu desembarque foi concorridíssimo, estando presentes o General Barreto Leite, Presidente do Estado, e o Sr. Assis Brasil, além de grande número de militares e civis.

O General Rocha Osório havia recebido intimação, por telegrama, do Governo Federal, para se apresentar no Rio no prazo de trinta dias, sob pena de ser considerado desertor.

A propósito, foi publicado, nas folhas do Rio, um edital pelo qual o Barão do Rio Apa, Ajudante-General do Exército, declarava que, tendo sido chamado àquela Capital, por telegrama de 17 de novembro, e não tendo se apresentado ao Generalíssimo Presidente da República, era declarado ausente o General-de-Brigada Manoel Luiz da Rocha Osório, contra quem se procederia de acordo com a lei de 26 de maio de 1835, se dentro de um mês não comparecesse.

Na noite de 19, sob a presidência do General Rocha Osório, houve uma importante reunião, presentes todos os comandantes de corpos e chefes de várias repartições militares. Sob os planos de defesa, no caso de uma invasão do centro, falaram diversos oficiais.

Foi, então, comunicado aos presentes que o Governo Revolucionário do Rio Grande do Sul havia mandado para Torres, no dia 17 de novembro, uma comissão composta dos Capitães Engenheiros do Exército Hipólito das Chagas Pereira, Eurico Augusto de Oliveira, Inácio Alencastro Guimarães e João José de Oliveira Freitas para estudar o plano de defesa deste Estado.

Em sua companhia, seguiram vinte praças e um telegrafista.

No dia 20, o General Osório conservou-se durante o dia em palácio, sempre cercado de oficiais, versando a sua conversação nos meios de defesa do Rio Grande e na invasão do Distrito Federal.

Apenas, passada uma semana de sua queda, vinha Julio de Castilhos a apelar pelas colunas da “Federação”, para o Exército depor, pelas armas, o novo governante do Rio Grande do Sul, General Barreto Leite.

Comentando esse apelo, escreveu o “Mercantil” em seu número de 20 de novembro, sob a epígrafe “A anarquia”:

“O ex-órgão oficial ocupa a coluna de honra de seu número de ontem com um escrito sob a epígrafe acima.

Despeitado pela forma correta por que vai marchando o Governo Provisório, o jornal em questão qualifica o que se passa no Estado de anarquia, e apela para o Exército para que faça cessar este estado de coisas.

Não houve partido algum que empolgasse o poder; houve, sim, um levantamento popular, impellido pelo crime tremendo praticado pela primeira autoridade da Nação, que, esquecendo o compromisso de honra, rasgou o nosso pacto fundamental.

A alma rio-grandense explodiu entusiástica e a verdadeira soberania popular, pela primeira vez, se manifestou na nossa terra.

Os revolucionários triunfantes têm sido de uma magnanimidade extraordinária.

Para os diretores do movimento, não houve vencidos, nem vencedores. Todos continuam a ocupar as suas posições e ainda não foi registrado o menor ato de violência.

Não falta governo no grandioso Estado do Rio Grande.

O que temos é o mais legítimo possível. Não saiu, é certo, de combinações maquiavélicas, feitas em Palácio; não nasceu da pressão oficial exercida nas urnas, mas veio do coração do povo, que é soberano.

Governa, hoje, o Rio Grande um honrado servidor da Pátria, cujos cabelos foram encanecidos ao sol dos combates, cujo corpo apresenta cicatrizes feitas pelas balas dos inimigos da Pátria.

Não é um especulador que subiu as escadas de palácio com a mira nos proventos.

Está, ali, porque o patriotismo, a dignidade de sua terra, mais uma vez lhe pedem um sacrifício.

O seu nome respeitado é uma égide aos botes da calúnia mesquinha.

Os batalhões patrióticos que todos os dias se formam são armados. Firmam o pedido deste armamento, pelo qual são responsáveis, militares distintos e honestos, cujo caráter impoluto os colocam muito acima das invectivas que lhes dirige o jornal em questão.

Não é verdade que a Junta do Rio Grande se tenha apossado de dinheiros que seguiam para Mato Grosso. Eles já estão a caminho, porque o nosso governo nunca, teve por principal preocupação a pilhagem.

É de admirar que, quando toda a imprensa do Rio Grande do Sul, esquecendo ódios e ressentimentos antigos, confraterniza em um abraço para salvar a honra desta terra, apareça um órgão, que, destoando deste coro uníssono, tente emprestar, aos reivindicadores do nosso brio, intuítos e sentimentos que eles não alimentam.

Para o Exército apela o ex-órgão oficial, sem querer lembrar-se que os honrados militares foram a alma da revolução e que, no sul do Estado, as juntas revolucionárias foram constituídas, entrando, em todas elas, um ou mais membros desta briosa corporação.

À frente do movimento libertador do sul colocaram-se logo Silva Tavares, Rocha Osório, Astrogildo, Rodrigo da Rocha, Onofre, Salgado, José Cristino e tantos outros vultos respeitáveis.

O seu pronunciamento e o fato de estarem eles ao lado dos revolucionários seriam suficientes para que o jornal despeitado não tentasse apelar para o

Exército, que só pode estar ao lado daqueles que honram a Pátria. A especulação não surtirá o efeito desejado e uma voz dissonante nada influirá na vitória das mais justas das causas.

Cale-se o ex-órgão oficial que o seu silêncio será um grandioso serviço prestado ao Rio Grande.

Nada conseguirá. Esta terra de heróis comprometeu-se a salvar a honra do Brasil e a salvará, custe o que custar, aconteça o que acontecer.

A repercussão da revolta deste Estado

Barão de Lucena e Assis Brasil — Troca de correspondência — Reconhecimento do Governo Revolucionário, em troca do apoio deste a Deodoro da Fonseca. — Chegada de Ramiro Barcellos e de oficiais superiores do Exército a Montevidéu — Intimação ao Visconde de Pelotas — Esclarecimentos deste — Planos de Deodoro — A esquadra em atividade — Tiros de metralhadoras — Alarme no Distrito Federal — A queda de Deodoro.

A revolta triunfante, no Rio Grande do Sul, repercutiu impressionantemente na Capital Federal.

O Barão de Lucena procurou um entendimento, pelo telégrafo, com Assis Brasil, no dia 16 de novembro, comprometendo-se o Centro a reconhecer o Governo revolucionário deste Estado em troca do apoio do Rio Grande ao Governo Federal.

Eis os telegramas que, sobre o assunto, foram trocados:

Rio, 16 — Ao Dr. Assis Brasil. — É mais como vosso amigo do que como membro do Governo Federal que respondo ao vosso telegrama. Ele contém asseverações inexatas e que parecem indicar que ainda não lestes o manifesto do Presidente da República, justificando o ato da dissolução do Congresso.

A Constituição é mantida e está sendo observada em toda a extensão do Brasil. A dissolução do Congresso foi ato de salvação pública. O Congresso saiu fora de sua órbita constitucional e preparava-se para levar a efeito a deposição do Presidente da República, deposição que deveria ter lugar no dia imediato ao em que foi dissolvido.

A imprensa monárquica incitava-o à luta contra o executivo. A restauração, em que a princípio não se acreditava, atualmente, não é uma simples aspiração de alguns, mas, sim, partido que se organiza, como consta de documentos de algumas de nossas legações e que oportunamente serão trazidas à publicidade.

O centro de operações está na Europa. Achamo-nos ainda em período revolucionário, porque nem todos os Estados se acham definitivamente

organizados, nem votadas as leis orgânicas da República. Fazendo justiça ao vosso critério e à isenção do vosso espírito, estou convencido de que reconheceréis que o Congresso não soube, ou não quis propositadamente servir ao País.

O seu fito era o de constituir-se o único poder do Estado e derrubar o Governo estabelecido.

Merece louvor quem assim procede?

A nação julgará.

Alguns rio-grandenses, à frente dos quais se achava outrora Silveira Martins, procuram, há muito, isolar o Rio Grande do Sul da comunhão. Não o conseguirão, e, se o conseguirem, será depois de ter alastrado o seu território de sangue e ruínas.

Que lucrará com isso? Como poderá viver fora da união o Rio Grande ou qualquer outro Estado?

Os que exprobam o ato da dissolução, permiti-me dizê-lo, não o fazem porque o achem mau, mas por motivos inconfessáveis, salvas as devidas exceções.

O despeito, a ambição, a inveja, a ingratidão, o predomínio local, tudo se junta para levantar grita contra o homem de bem, patriota, magnânimo, a quem todos devem o que hoje são.

Vinte Estados e todo o Distrito Federal estão identificados com o imortal Generalíssimo, que não tem outro intuito senão o de firmar a República, torná-la amada, moralizando-a, e promover a grandeza da Pátria, do nosso amado Brasil. É tempo ainda de arrepiar carreira. Eu me dirijo a um espírito superior e a uma alma patriótica e é por isso que falo com essa franqueza.

O apelo foi feito à Nação: Esta julgará se o Presidente da República merece ou não louvor pelo que praticou. Se for condenado, ele não apelará do “verdictum”.

Por último, como poderá o Rio Grande do Sul contestar, com fundamento, contra o ato da dissolução, quando acaba de depor revolucionariamente o governo do Estado?

Seria o caso do roto falar do esfarrapado. Isso não é sério. — Barão de Lucena.

Barão de Lucena. Rio. — Agradecendo vossa gentileza, respondo-vos, também mais como amigo do que como representante da resistência, em nome da lei, contra o poder ditatorial, que representais. O manifesto do ex-Presidente, recebido com indignação por todos os sinceros amigos da República, não podia ter a virtude de encobrir a patente violência sofrida pela constituição.

Não se discute se o Congresso foi bom ou mau; se agradava ou não ao ex-Presidente. Ele era sagrado como poder nacional, cuja inviolabilidade estava expressamente garantida pela mesma Constituição, que em outro artigo proclama réu o Presidente que contra ela atentar.

Nenhum homem de bom senso pode crer que o Congresso fizesse a restauração, nem que ele pretendesse depor, o presidente, tentativa que, aliás, a dissolução não evitaria.

Se é possível haver brasileiro que deseje a restauração, se há partido que a pretenda, só poderá vicejar animado pelos atentados grosseiros que viciam e desacreditam a República.

Mas a restauração não se fará, ainda que haja restauradores: não pensem que, porque não houve senão um monarquista que desse o sangue pela Monarquia, não haja republicanos que se deixem matar pela República.

Os restauradores que façam a experiência e verão!

Não há rio-grandense que deseje a separação, não porque ao Rio Grande faltem condições morais e materiais de independência, mas porque nosso coração brasileiro nos atrai para a grande Pátria que amamos.

A presente revolução, como a de 1835, mostrará eloqüentemente que não somos separatistas. Não queremos a separação, não queremos a restauração, não queremos a ditadura.

Se o Governo, representando mal a opinião nacional, nos repelir, saberemos sair das fronteiras, para abraçar nossos irmãos brasileiros e ajudá-los a restaurar a liberdade.

O General Deodoro conquistou a gratidão nacional, mas ninguém pode dever o que é, e quando alguém lhe deva favores, não os deve pagar com a liberdade da Pátria, que se amesquinha, com o luxo de prepotência que presenciamos.

O convite que me fazeis para arrear carreira não será compreendido. Os rio-grandenses e seus bravos compatriotas, que estão com eles, não sabem voltar atrás, não entenderão vossa linguagem.

Falo também de um brasileiro notável e filho de um dos mártires da nossa liberdade, que não apelou para fementidas eleições quando outra tirania escandalizava a Nação.

Não cremos na voz da opinião jungida a regulamentos eleitorais “ad-hoc”.

Por último, vos informarei que aqui não houve deposição alguma. Eu, pelo menos, me oporia a ela com todas as forças, como homem de princípios, que sou.

Permiti-me, pois, que aplique, com mais propriedade, o vosso conceito final perguntando: como é que o General Deodoro, ou quem dirige este ilustre enfermo

irresponsável, arroga ao Congresso, como grande crime, a suspeita de uma tentativa de deposição, e no dia seguinte depõe ditatorialmente esse mesmo Congresso?

Isso é muito sério. — Assis Brasil”.

Fazendo comentários em torno desse fato, o “Mercantil” assim terminava uma sua nota: “Decididamente, o Sr. Lucena não sabe o quanto vale o caráter rio-grandense, para fazer-lhe semelhante proposta”.

Fechados, como estavam, os portos do sul, Ramiro Barcellos embarcava no Rio para Montevidéu, com destino a este Estado, juntamente com os Generais Bernardo Vasques, Jacques Ourique, Lima e Silva, Coronel Medeiros Mallet, Major Bittencourt, que foram encarregados pelo Generalíssimo Deodoro da Fonseca de assumir o comando das principais guarnições do Estado, o que estes não conseguiram. O penúltimo desses oficiais regressou ao Rio e os demais ficaram aguardando ordens em Montevidéu.

Ao mesmo tempo, Deodoro mandava intimar, no porto de Santos, o Visconde de Pelotas, que embarcara no Rio, no dia 6, com destino a este Estado, a voltar para a Capital Federal.

Através da palavra do ilustre nobre rio-grandense, vai o leitor conhecer, com os devidos detalhes, o que então ocorreu:

“Especulam miseravelmente com a minha ida ao palácio do “Itamarati”, depois da dissolução do Congresso.

Para destruir a especulação, desejo a publicidade da seguinte exposição do que se passou.

Achava-me em Santos, em viagem para este Estado, quando fui intimado pelo Capitão do Porto, em nome do General Deodoro e em vista de telegramas deste, dos Ministros da Guerra e da Marinha, para que me recolhesse à Capital Federal.

Chegado ao Rio, fiz minha apresentação, por meio de officios, dirigidos ao Ministro da Guerra e ao Ajudante General do Exército, dizendo-lhes que não me apresentava pessoalmente por não o permitirem incômodos de saúde.

Três ou quatro dias depois, fui procurado por um ajudante do ditador, transmitindo-me ordem deste para ir falar-lhe, acrescentando aquele que me acompanharia, estando com um carro à porta.

Chegando ao “Itamarati”, encontrei na sala, para onde me convidaram, o Barão de Lucena, os Ministros da Guerra e da Marinha, comparecendo imediatamente o General Deodoro.

Falando o Sr. Lucena, disse-me que o Presidente da República queria que eu partisse já para o Rio Grande do Sul e assumisse o Governo do Estado, do qual disporia como quisesse.

Respondi-lhe que me ofereciam o que não tinham, visto não ter o governo nenhum poder sobre o Rio Grande, que acabava de fazer uma revolução contra o General Deodoro.

— Vá, então, tomar conta do Sexto Distrito Militar, replicou-me o Sr. Lucena.

— Não aceito, contestei-lhe, porque daria direito aos meus companheiros políticos a receberem-me de baionetas caladas, se ali me apresentasse nomeado pelo Governo para qualquer comissão.

Tomou então a palavra o Sr. Deodoro, para declarar que mandaria dissolver todos os corpos do Exército, que aqui estão; que faria os Tenentes-Coronéis José Cristino Bitencourt e Onofre dos Santos serem julgados pela comissão militar, e os demais comandantes de corpos por conselho de guerra; que faria vir para a barra do Estado navios de guerra, tirando-nos, assim, os meios de comunicação com o norte, matando-nos à fome; que, para o Estado Oriental, mandaria também um navio de guerra intimar o Governo dessa República que não deixasse passar coisa alguma pelas nossas fronteiras.

Depois de ter isso ouvido, disse-lhe que os Tenentes-Coronéis a quem se referia não seriam tão ingênuos que lhe obedecessem, tendo tomado parte ativa em uma revolução contra ele; que a força aqui estava, com 21 corpos do Exército, e não lá, não podendo, portanto, dissolvê-los; que, do Rio Grande, iam, para o norte, charque, farinha e feijão, não sendo, por isso, possível matar-nos à fome; que, finalmente, o Governo Oriental repeliria a intimação. Alguma coisa mais se deu, mas sem importância, deixando, por isso, de mencionar.

Eis o que ocorreu na entrevista que tive com o General Deodoro e três de seus ministros, depois da dissolução do Congresso. Que continue a exploração dos embusteiros, e que lhes faça bom proveito. — Visconde de Pelotas”.

Desnortado com os sucessivos fracassos, Deodoro, aconselhado pelo Barão de Lucena, ameaçou chamar a Guarda Nacional do Rio e dos Estados a quartel.

Fez, ainda, publicar notícias sobre um vasto plano econômico, nele figurando a redução de número de deputados de 205 para 150.

Na manhã de 23 de novembro, o Barão de Lucena enviou à Tipografia Nacional uma exposição de motivos sobre o decreto reformando o Banco dos Estados Unidos do Brasil, o que estava sendo ansiosamente esperado pelos amigos do peito daquele Ministro, constituído de um grupo de banqueiros, agiotas, bolsistas e advogados administrativos.

Toda esquadra, apoiada, no Rio, pelo Batalhão de Engenheiros, pelo 23º de Infantaria, pelos 1º, 2º e 5º de Artilharia e pelas duas Escolas Militares dali,

estava de prontidão, a fim de dar início à luta, enquanto não chegavam as tropas do sul.

Contavam, ainda, os revolucionários, com mais de mil operários da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Sucedeu que, havendo sido feitas várias prisões de oficiais do Exército e da Marinha, e de numerosos funcionários da referida Estrada de Ferro, também sabedor de que ia ser preso na noite de 22, o Contra-Almirante Custódio de Melo embarcou, depois de vários incidentes, para bordo do couraçado “Riachuelo”, ordenando a toda esquadra que se preparasse para a luta.

Pela manhã de 23, quando três lanchas do Arsenal de Marinha, cheias de soldados, se encaminhavam para abordar o “Aquidabã”, que tomava providências, junto um rebocador, para safar de encalhe o “Riachuelo”, aquele couraçado descarregou vários tiros de metralhadora contra as referidas lanchas.

Várias balas caíram na cidade, uma das quais atingiu a cúpula da igreja “Candelária”, o que alarmou toda população. Fechou o comércio. Carros, tilburis e carroças recolheram-se às cocheiras. Os bondes interromperam o tráfego. Famílias inteiras abandonaram as casas, indo para longe da cidade, com trouxas de roupas às costas. Enfim, o alarme não podia ser maior.

Pouco depois, corria a notícia, mais tarde confirmada, de que Deodoro da Fonseca mandara chamar a Palácio Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República, a quem passara o Governo.

Salvas da esquadra e das fortalezas foram ouvidas, por duas vezes, durante o dia, voltando a cidade à normalidade, sem derramamento de sangue.

Expondo os motivos por que deixava o Governo, Deodoro da Fonseca fez distribuir ao povo o seguinte manifesto:

“Brasileiros!”

“Ao sol de 15 de novembro de 1889 dei-vos, com meus companheiros de armas, uma Pátria livre e descortinei-lhe novos e grandiosos horizontes, dignificando-a e engrandecendo-a aos olhos dos povos todos do mundo”.

“Esse acontecimento de elevadíssimo quilate patriótico, aplaudido pela Nação, fazendo-a entrar em nova fase na altura de seus destinos históricos, é para mim e será sempre motivo do mais nobre e justo orgulho”.

“Circunstâncias extraordinárias, para as quais não concorri, perante Deus o declaro, encaminhavam os fatos a uma situação excepcional e não prevista”.

“Julguei conjurar tão temerosa crise, pela dissolução do Congresso, medida que me custou a tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo”.

“Pensei encarregar a governação do Estado, por via segura e no sentido de salvar tão anômala situação”.

“As condições em que nestes últimos dias, porém, se acha o País, a ingratição daqueles por quem mais me sacrifiquei e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara Pátria, aconselham-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me”.

“E fazendo-o despeço-me de meus bons companheiros e amigos que sempre se me conservaram fiéis e dedicados, e dirijo meus votos ao Todo Poderoso pela perpétua prosperidade e sempre crescente florescimento do meu amado Brasil. Capital Federal, 23 de novembro de 1891. — Manoel Deodoro da Fonseca”.

Sobre aqueles acontecimentos, escreveu o “Jornal do Comércio”, do Rio, em sua edição de 24 de novembro:

“Graças ao altivo proceder do Rio Grande do Sul e do Pará²⁶, graças à atitude denodada e briosa de nossa Marinha, graças ao patriotismo de muitas das forças de terra, e, em suma, graças à magnanimidade e bom senso do nosso Povo, findaram-se ontem os vinte dias do terrível pesadelo que nos oprimia”.

“O regozijo geral que a população desta cidade manifestava ontem mostrou que a revolução que operamos foi essencialmente popular e que o ato de 3 do corrente, pelo qual o Marechal Deodoro apunhalava a República, a legalidade, a ordem, o nosso passado, o nosso futuro, — eliminava enfim a nossa nacionalidade, — não foi recebido com aquela docilidade imbecil que seus conselheiros nefastos aguardavam”.

“Acreditavam esses infelizes que o País que viu com tanta indiferença o banimento da família reinante em 1889, não se levantaria agora por ver-se privado de um Congresso Legislativo. Mas enganaram-se.

“Agiotas desesperados jogaram esta cartada suprema e perderam. O Brasil podia parecer indiferente à queda da Monarquia quando se lhe prometia a República, para a qual a mesma instituição monárquica o preparara, e que lhe vinha assegurar as mesmas liberdades de que virtualmente gozava, aumentadas de outras que se faziam necessárias pela mudança das formas. Era, porém, erro temerário supor-se que o povo brasileiro assistisse indolente ao conculcar de suas liberdades preciosas, em cujo gozo tem-se educado desde os tempos coloniais”.

“A explosão devia vir mais cedo ou mais tarde, e veio depois de três longas semanas de martírio e de asfixia, durante as quais andamos humilhados perante todo o mundo civilizado, como um povo de escravos. Uma célebre folha de

²⁶ No Pará, Lauro Sodré, Presidente, não se manifestou. Entretanto, no dia 11 de novembro, os oficiais de terra e mar, efetivos, reformados e honorários, protestaram contra o golpe de Estado, e tomaram o compromisso de defender a integridade da Constituição e da República.

Londres previra, a 5 do corrente, os maiores desastres à nossa terra, em consequência do ato sacrílego do Marechal Deodoro da Fonseca; e outra folha de Paris, de igual peso, lastimara, a 6, que fosse o nosso Povo tão destituído de pundonor nacional que tolerasse, sem a menor resistência, semelhante abuso contra a sua liberdade”.

“Hoje, as folhas européias devem anunciar que não conhecem o Brasil, que não faltam aqui nem o patriotismo, que resente o abuso, nem o denodo, que se investe a repeli-lo, nem tão pouco a paciência resignada e constante, com que sabemos esperar a nossa oportunidade para fazermos triunfar a justiça e a legalidade”.

“Não há quem possa evitar uma surpresa como a que o Barão de Lucena armou ao nosso País. O próprio fato de que não estávamos preparados para frustrá-la só demonstra o espírito eminentemente pacífico de nossa população, e a confiança que nossa longa e liberal educação política fazia depositar nos poderes constituídos: esse espírito, essa confiança, é que têm sido injustamente traduzidas como indiferença do nosso povo”.

“O Presidente da República era um homem em quem o País confiava. Ele prometera solenemente, havia só pouco mais de oito meses, observar a Constituição do novo Estado. O Exército, sob seu comando imediato, passava por muito patriótico e incapaz de sacrificar os elevados interesses da nossa Nacionalidade, do respeito que o Brasil deve-se a si mesmo e perante o estrangeiro, a quaisquer interesses particulares, por mais veneráveis que fossem: o povo confiava neles e eles abusaram, rasgando a Constituição aos pedaços. Como se pode, pois, taxar o povo fluminense de não ter logo resistido a este plano preparado com cuidado pelas autoridades, auxiliadas pelos inúmeros agiotas que ultimamente têm guiado os destinos desta terra!”

“No dia de sua eleição dissemos que o Marechal sofrera uma derrota moral com os 97 votos dados ao seu antagonista”.

“Esta sua derrota (a nosso ver injusta, porquanto a situação era francamente dele) foi o início das medidas que se ultimaram ontem com o pálido manifesto em que anuncia a sua derrota completa. Convencido de que a República era obra inteiramente, exclusivamente sua e do Exército, era natural que o bravo soldado se sentisse peado pelas restrições condicionais, ele que nunca tivera educação política. Do outro lado, o Congresso Federal, assembléia ainda inexperiente e ingovernável, nem sempre se houve para com o Chefe do Estado com aquela deferência a seus preconceitos que devera mostrar. Nestas circunstâncias, o único meio de evitar o perigo do atrito que ia estabelecer-se entre os dois poderes constitucionais seria um principal

Ministro, dotado, além de talento, da necessária versatilidade para lidar com os homens do Congresso. A política é a arte dos compromissos. Mas não só havia no Congresso caracteres repelentes, de uma instrução indigesta, e de uma ousadia desregrada, como, do outro lado, foi infeliz o Presidente em escolher para seu principal secretário um homem violento e atrabiliário, ateimado nas suas idéias curtas e que provou ser incontestavelmente o mais funesto que a nossa terra tem tido”.

“Do outro lado, apareceu em campo outro fator que mais distanciava ultimamente o Congresso do Presidente, ou antes do seu Ministro: era o problema do Banco da República, cujos amigos tinham adquirido imensa influência no dito Ministro e estavam resolvidos a repelir a reforma que a Câmara já havia aprovado por grande maioria. É à influência dessa camarilha que se deve a perseguição que sofreram alguns dos nossos concidadãos e a que se fez a este “Jornal”.

“Daí, a gravidade do conflito que se feriu”.

“É ainda cedo para apreciarmos definitivamente a curta passagem do General Deodoro na História da República. Parece-nos, porém, que o juízo vindouro só lhe perdoará o crime de 4 de novembro tendo atenção à sua ilibada probidade e bravura, à sua lealdade, ao que ele erroneamente pensava ser o seu dever, à sua dedicação ao amigo que foi o seu mau anjo, cujas asas negras se distenderam por todo este País. Ninguém duvidará jamais do patriotismo do Marechal Deodoro; sente-se pena, porém, que sua idéia de patriotismo seja tão sujeita à que ele pensa dever aderir como militar”.

“A sua renúncia e a chamada do General Floriano Peixoto à Presidência da República fazem-nos voltar, supomos nós, ao ponto em que estávamos quando acordamos rudemente sob tal “golpe de Estado”. A conclusão lógica da revolução pacífica de ontem é desentranharmos de nossos fastos estas páginas negras dos acontecimentos de 3 a 23 de novembro. O que nós queremos é a — Legalidade, — a volta ao domínio da Constituição estritamente executada”.

“Urge que o Sr. Floriano Peixoto ajude-nos a expurgar nossa História daquele incidente e reabilitar o País como República e Estado independente, e não como feitoria de régulos e de agiotas de bolsa. É preciso que a lei seja cumprida. Só assim voltará a confiança geral e poderemos procurar solver os muitos e difíceis problemas que se nos antolham em nossa reorganização política e financeira”.

Transferindo residência para um prédio da Rua Riachuelo, no Rio, Deodoro da Fonseca pediu reforma, declarando, na mesma ocasião, renunciar às honras de Generalíssimo.

Os revolucionários rio-grandenses tinham resolvido mandar, em missão secreta, o Sr. Nemésio Gay, ao Estado do Rio, a S. Paulo e a Minas, a fim de se pôr em contato com a oposição dessas três ex-Províncias para combinarem, numa ação conjunta, e ao mesmo tempo, a derrubada dos seus governantes.

O embarque desse emissário seria por Montevidéu, visto Deodoro da Fonseca haver proibido a navegação para os portos do Rio Grande do Sul.

Para subjugar qualquer movimento que irrompesse naqueles Estados, teria Deodoro que lhes remeter forças do Exército, o que viria a enfraquecer a guarnição do Distrito Federal, já bastante dividida.

Aproveitando-se, então, dessa circunstância, os gaúchos desembarcariam na praia de Sepetiba, em direção ao Realengo, de onde tomariam rumo ao Itamarati, residência de Deodoro da Fonseca.

Momentos antes do embarque do Sr. Nemésio Gay chegou a notícia da queda do ditador.

Chegada de Ramiro Barcellos e Borges de Medeiros

Declarações do primeiro a Assis Brasil — Pinheiro Machado ao lado de Deodoro — Manifesto de Ramiro Barcellos e Borges de Medeiros — Resposta de Julio de Castilhos — Réplica e tréplica — A vibração em Porto Alegre.

De Montevidéu, para onde havia seguido, do Rio, com vários militares, o senador Ramiro Barcellos transportou-se para Porto Alegre.

A propósito o “Jornal do Comércio”, desta Capital, em sua edição de 18 de novembro, publicava a seguinte notícia:

“O Dr. Ramiro Barcellos, havendo chegado, no dia 15, a Montevidéu, teve, hoje, uma longa e importante conferência com o Dr. Assis Brasil.

O senador rio-grandense saiu do Rio de Janeiro com os Generais Jacques Ourique, Lima e Silva e Bernardo Vasques, mandados com o fim de assumir o comando de fronteiras.

Juntamente, vieram e se acham em Montevidéu o Coronel Medeiros Mallet e o Major Bittencourt, com ordens de tomar o comando de corpos.

Dos generais, um mostra-se já simpático ao movimento aqui operado. Os outros oficiais devem estar embarcados para agir.

Rio de Janeiro inspira receios ao ditador, que não se anima a distrair tropas dali.

Informou ainda o Dr. Ramiro Barcellos que toda a deputação rio-grandense resiste à ditadura, com a única exceção do Dr. Pinheiro Machado.

Os Drs. Demétrio Ribeiro e Antão de Faria estão realmente retidos. É ainda de presumir que os demais representantes rio-grandenses estejam igualmente presos, tendo apenas o Dr. Ramiro Barcellos iludido o plano do General Deodoro.

Os Drs. Borges de Medeiros e Alcides Lima haviam partido do Rio no vapor “Santos”, com o General Visconde de Pelotas, que a ditadura resolveu fazer voltar ao Rio.

O Estado de São Paulo, que estava em ativa combinação com os congressistas, repele a ditadura.

Outras comunicações fez ainda o senador Ramiro, cuja atitude honra o Rio Grande. Entre essas comunicações, fez uma que tem a máxima importância: O corpo diplomático do Rio de Janeiro e os Governos Oriental e Argentino não reconhecem o Governo instituído pelo tremendo golpe de estado”.

Ao mesmo tempo que os jornais anunciavam a chegada de Ramiro Barcellos, aportava a esta Capital o deputado Borges de Medeiros, procedente do Rio.

Todos os jornais, inclusive a “Federação”, publicaram o seguinte manifesto assinado pelos dois congressistas rio-grandenses:

“Sendo os primeiros, dentre os representantes deste Estado, que conseguimos pisar o solo amado da Pátria rio-grandense, após o golpe audacioso com que o ex-Presidente da República pretendeu impor soberana e despoticamente a sua vontade à Nação, julgamos de nosso dever declarar a este heróico povo, por nós e por nossos companheiros, que os seus representantes no Congresso Nacional souberam, não somente honrar as tradições gloriosas do Rio Grande, como assumir uma atitude concordante com o valente e digno pronunciamento que aqui se operou para salvar a República, a Liberdade e a Lei.

Pouco antes do golpe de estado, mas, prevendo que ele se ia dar, nós e o deputado Cassiano do Nascimento, cientes das opiniões de nossos companheiros de representação Homero Batista, Alcides Lima, Vitorino Monteiro, Pereira da Costa, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, estando ausentes, em São Paulo, Pinheiro Machado e Menna Barreto, resolvemos passar, e de fato passamos, ao Presidente deste Estado, o seguinte telegrama, em cifra, a fim de que ficasse orientado da atitude que assumiríamos no caso de realizar-se a previsão.

Eis o telegrama, que sabemos ter chegado a seu destino: “Lucena prepara elementos dissolver Congresso. Provoca insensatamente. Entendemos dignidade resistir”.

Dado o golpe de Estado, combinamos, os representantes já citados, escapar-se cada um como fosse possível e reunirmo-nos no Rio Grande, onde convocaríamos o povo à resistência, se esta já não estivesse organizada, como esperávamos, em face de nossa comunicação e do conhecimento que temos do caráter altivo deste povo.

Privados do telégrafo e de qualquer outro meio de comunicação rápida e segura para aqui, nada mais podíamos acrescentar ao telegrama referido.

Eis porque não foi o Rio Grande, há mais tempo, informado do procedimento de seus representantes.

No momento excepcional que atravessamos, é mister que sejam todos os fatos bem aclarados, para que não se falsifique a história de nossos tempos.

É este, unicamente, o fim que nos leva a fazer a publicação do documento acima, no qual fica manifesta e patente a atitude digna e correta dos representantes do Rio Grande, em face do arrojado e criminoso ato do ex-Presidente da República.

Dispusemo-nos logo a cumprir à risca o nosso dever e vínhamos pressurosos nos colocar ao lado dos heróicos cidadãos que aqui organizaram a resistência com incrível rapidez e admirável energia.

Não fazemos esta referência com o fim vaidoso de nos pôr em evidência, mas simplesmente pela necessidade de desmentir boatos pouco lisonjeiros ao nosso patriotismo, que por aqui tiveram curso antes de nossa chegada.

Os que nos conhecem sabem perfeitamente que não somos inclinados ao reclame, nem avesados a alegar serviços.

Estamos acostumados a cumprir o dever pelo dever, e, ainda nesta emergência, temos plena consciência de o haver cumprido em toda a medida de nossas forças e estritamente dentro da raia da dignidade e da honra. Porto Alegre, 30 de novembro de 1891. — O senador Ramiro Barcellos, o deputado Borges de Medeiros”.

Julio de Castilhos mostrou-se contrariadíssimo com esse manifesto e veio à fala pelas colunas da “Federação”, contestando-o.

No dia seguinte, recebeu ele a resposta daqueles dois representantes, que o fizeram da seguinte maneira:

“A declaração que fizemos nos jornais desta Capital sobre a atitude da representação rio-grandense, ante o criminoso ato do General Deodoro, não teve outro intuito que o de tornar conhecido o nosso proceder.

Em face dos acontecimentos, não nos era lícito silenciar. De modo algum, quisemos provocar polêmicas e procuramos cuidadosamente abster-nos de qualquer comentário.

Não acusamos a ninguém e nem a nossa declaração se deve prestar a motivo de retaliações.

No entanto, em um artigo ontem publicado na “Federação”, sob a epígrafe — “A verdade inteira”, diz o Sr. Dr. Julio de Castilhos, signatário do mesmo artigo, que o deputado Borges de Medeiros e o senador Ramiro Barcellos, fazendo a declaração ontem publicada nesta folha, houvessem apenas reproduzido o telegrama que nos enviaram em 1° de novembro, abstendo-se de fazer a mais ligeira alusão à resposta que lhes demos no mesmo dia.

O Dr. Castilhos engana-se, considerando este fato uma lacuna em nossa declaração.

Pela lealdade que lhe devemos a si, ao nosso partido, ao Rio Grande e ao país, vamos dizer, agora, a contra gosto, mas com toda a franqueza, a razão pela qual não publicamos o telegrama a que alude.

A primeira razão decorreu da nossa intenção, que se resume, como já dissemos, no intuito único de tornar pública a nossa atitude, sem referência ao procedimento de quem quer que fosse.

O segundo motivo é este, que bem desejáramos não sermos obrigados a tornar público:

O telegrama em que o presidente do Rio Grande julgava o golpe de Estado um descalabro nos foi entregue somente no dia 4, depois do ato consumado, mas, junto, pelas mãos do mesmo entregador, este outro telegrama:

“Estou mantendo ativamente ordem pública aqui, em face comunicação, recebi hoje, do governo”.

Acresce, ainda, o seguinte: O Sr. Lucena mandou, pressurosamente, publicar, no “Diário Oficial”, um telegrama em que dizia que manteria a ordem o Presidente do Rio Grande do Sul.

Ponhamos, agora, estes documentos em face uns dos outros.

Nós prevenimos que o golpe de estado se ia dar e avisamos ao nosso companheiro, chefe do Estado que representávamos, que julgávamos de nossa dignidade resistir.

O nosso companheiro responde que nos entendêssemos com o General Deodoro para evitar o descalabro.

Antes de chegar a sua resposta dá-se, não o descalabro, mas o estúpido crime a que o Sr. Lucena conseguiu arrastar o chefe da República.

Ora, não sendo a nossa atitude em cousa alguma modificada pelo telegrama do Dr. Castilhos e dizendo-nos mais, ele, que trabalhava ativamente para manter a ordem em face da comunicação que havia recebido do governo, sendo que a

nossa comunicação indicava a resistência, não compreendemos qual a necessidade de nos referirmos àquele telegrama para dar contas ao Rio Grande do nosso procedimento.

Eis o que julgávamos conveniente dizer em satisfação à estranheza que a nossa declaração despertou no espírito do Dr. Castilhos.

Todavia, plenamente convencidos da correção do nosso procedimento, estamos dispostos a dar todas e quaisquer explicações aos reparos que forem feitos à declaração publicada. A verdade inteira será a nossa divisa e julgamos que ninguém precisará retificá-la. — O senador Ramiro Barcellos, o deputado Borges de Medeiros”.

De novo, Julio de Castilhos respondeu aos dois signatários do manifesto, cuja atitude merecera aplausos da grande maioria do povo rio-grandense.

Como já tivemos ocasião de salientar, o Sr. Borges de Medeiros, coerente, de princípio, com a sua atitude, assinara o contra-manifesto dos congressistas com os Srs. Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Alcides Lima, Cassiano do Nascimento e Vitorino Monteiro, o que não fizera a maioria dos representantes do Rio Grande do Sul, inclusive os três senadores.

Mais tarde, voltaram às pazes aqueles três políticos rio-grandenses.

Com a queda de Deodoro, vibrou todo o Rio Grande; vibrou, entusiasticamente, todo o País. Em Porto Alegre, fechou o comércio; bandas de música percorreram as ruas, acompanhadas da massa popular, que vivava a Liberdade, a República e os fatores da revolução. Foguetes, aos milhares, subiam ao ar, por todos os ângulos da cidade. Houve salvas de artilharia. Consulados, sociedades recreativas, repartições públicas, casas comerciais e familiares, embandeiraram as suas fachadas. Carros atravessavam a cidade, cheios de passageiros, que, em delírio, aclamavam os revolucionários...

Havia dois anos, era o honrado soldado vitoriado — não pelo povo — mas pela maioria do Exército e pela minoria da Armada. Agora, era toda uma multidão, de norte a sul, que bendizia a sua queda, malsinando o seu nome.

Não teve ele a ventura que teve Pedro Segundo de assistir, de longe, ao declínio do amigo ingrato. Contudo, o seu pensamento, ao deixar o Governo, teve o poder de se tornar uma realidade no conceito da maioria da Nação: “Atrás de mim virá quem melhor me fará”.



Maioria Liberal da Assembléa Provincial em 1889 (da esquerda para a direita, sentados: 1. José Francisco Diana; 2. Severiano de Freitas Prestes; 3. Joaquim Pedro Salgado; 4. Gaspar Silveira Martins; 5. Joaquim Pedro Soares; 6. Francisco Carlos de Araújo Brusque; 7. Antônio Eleutério de Camargo. De pé, da esquerda para a direita: 8. Joaquim Antônio Vasques; 9. Orlando Carneiro da Fontoura; 10. Alfredo Pinheiro Machado; 11. Albino Pereira Pinto; 12. Antônio Ferreira Prestes Guimarães; 13. Carlos von Koseritz; 14. Luiz Henrique Moura de Azevedo; 15. José Manoel da Silva Só; 16. Frederico Haensel; 17. Barão de Kalden; 18. Pedro Pereira Maciel; 19. João de Deus Martins; 20. Pedro Baptista Corrêa da Câmara; 21. Bento Soares de Oliveira; 22. Diniz Dias Filho)



Membros do Partido Federalista



Grupo de Chefes Revolucionários Federalistas "Maragatos"

Memorial do Rio Grande do Sul



Estado Maior do General Joca Tavares
(da esquerda para a direita: Augusto Tavares,
Zeferino Augusto da Costa Filho,
Antônio Amaro da Silveira)

Arquivo Nacional



Marechal Manuel Deodoro
da Fonseca

Arquivo Nacional



Florianô Vieira Peixoto

Arquivo Nacional



Prudente José de Morais

Memorial Parlamentar/ALRS



Julio Prates de Castilhos

Museu Dom Diogo de Souza - Bagé/RS



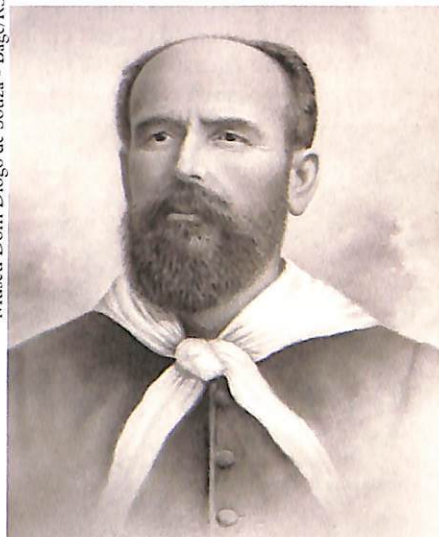
João Nunes da Silva Tavares

Memória Parlamentar/ALRS



Francisco da Silva Tavares

Museu Dom Diogo de Souza - Bagé/RS



Gumercindo Saraiva

Museu Dom Diogo de Souza - Bage/RS



Adão Latorre e Fulião

Livro: João Francisco – A Hiema do Cati. Ivo Caggiani. Martins Livreiro editor. 1988, p. 228.



João Francisco, 1903/Quartel do Cati

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



Coronel Carlos Maria da Silva Teles

Museu Histórico Nacional



General João Batista da Silva Teles

Memória Parlamentar/ALRS



Marechal José Antônio
Corrêa da Câmara

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



General Bernardo Vasques

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



Coronel Joaquim Pantaleão
Telles de Queiroz

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



General Antônio Joaquim Bacelar

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



Marechal Carlos Machado Bittencourt

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



General Artur Oscar Andrade Guimarães

Memória Parlamentar/ALRS



Joaquim Francisco de Assis Brasil

Memória Parlamentar/ALRS



Gaspar Silveira Martins

Memória Parlamentar/ALRS



Demétrio Nunes Ribeiro

Acervo: Memória Parlamentar/ALRS
Fonte: História da 3ª Região Militar



Luis Felipe Saldanha da Gama

Memória Parlamentar/ALRS



Antão Gonçalves de Faria

Memória Parlamentar/ALRS



João de Barros Cassal

Memória Parlamentar/ALRS



Ramiro Fortes Barcellos

Memória Parlamentar/ALRS



José Gomes
Pinheiro Machado

Memória Parlamentar/ALRS



Carlos von Koseritz

Memória Parlamentar/ALRS



Rafael Cabeda

Acervo I.H.G.R.G.S.



Fernando Abbott

Memória Parlamentar/ALRS



Carlos Barbosa Gonçalves

Memória Parlamentar/ALRS



Paulo Germano Hasslocher

Fonte: www.naufragiosdobrasil.com.br



Canhoneira Marajó

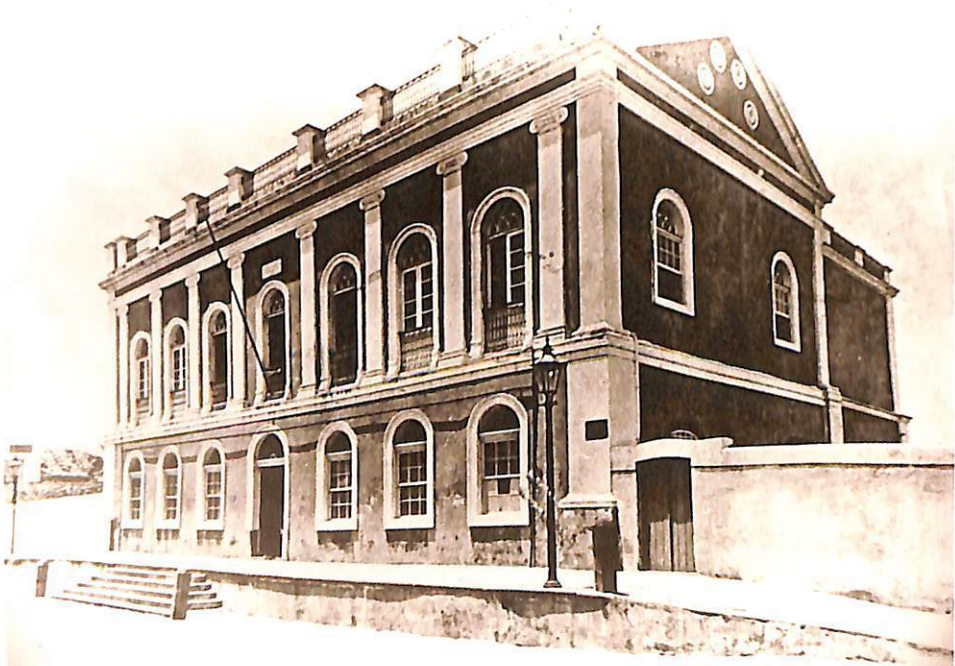
Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa



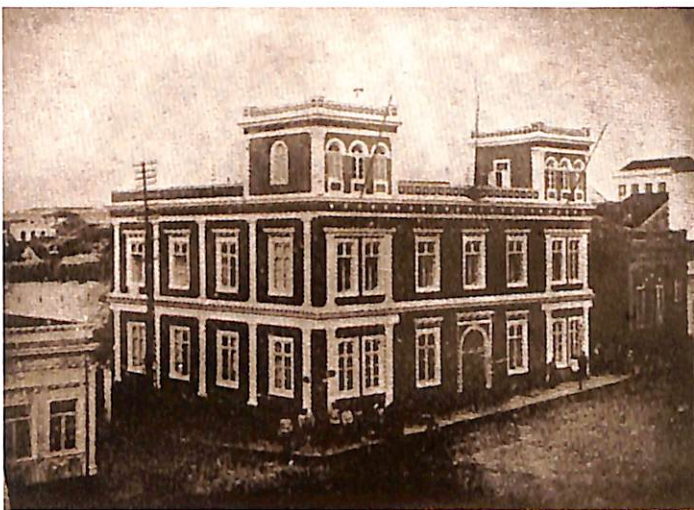
Antiga Rua da Ladeira – Atual Rua General Câmara



Vista da Praça Marechal Deodoro



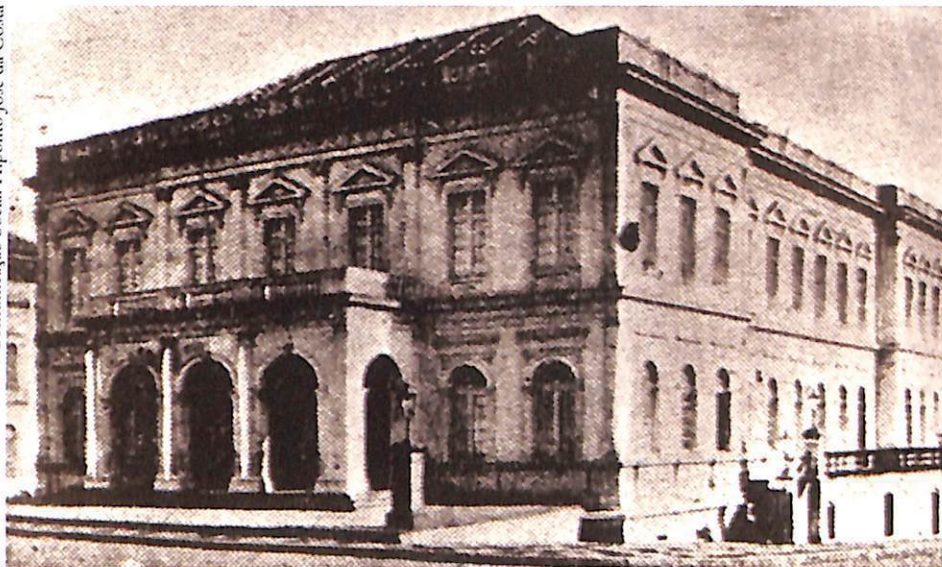
Antigo prédio da Assembléia



“Forte Apache”, em Porto Alegre, que entre 1889 e 1895 abrigou a Secretaria de Obras Públicas, a Estação Telegráfica e o Comando da Brigada Militar



Antigo Palácio do Governo



Antigo prédio do Tribunal de Justiça (1893)



Vista parcial da Escola Militar de Porto Alegre

Parte II

Os acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul de 89 a 95*

Saldanha Marinho, um dos mais notáveis propagandistas, grande idealista que sempre foi, teve, também, assento no Congresso Constituinte, como representante do Distrito Federal.

Ele e alguns outros colegas seus vinham criticando, diariamente, desde o início da implantação do novo regime, nas rodas políticas, o caminho errado que iam trilhando os homens que dirigiam o governo.

Uma carta por ele escrita a um amigo veio a público, em meados de 1891, e causou, em todo o País, funda impressão.

Aqui, no Sul, foi essa missiva largamente divulgada, pois a maioria da imprensa a publicou.

Vamos dá-la a conhecer aos leitores:

“Meu caro Dr. Rosendo Moniz,

— Li, com prazer, e admirador do talento com que vos adornou a natureza, como já o havia feito a vossos ilustres antepassados, as belas poesias a que deste o título de “Tributos e Crenças”.

“Agradecendo-vos a benevolência do vosso testemunho de apreço, à página 147, vos direi:

“A dedicatória do livro ao ilustre brasileiro D. Pedro de Alcântaravos eleva no conceito de todos quantos guardam, religiosamente, os preceitos da gratidão e da justiça.

“Não se trata de quem reina e, sim, de quem já reinou e que não tem graças a prodigalizar.

“Trata-se de um brasileiro ilustre que, abandonado em momento crítico de vida política por seus cortesãos, foi arrastado ao exílio, onde, sem renegar a Pátria, mantém-se na dedicação que sempre lhe consagrara.

“Levado a erro pelos interesseiros que o cercavam viu-se um dia isolado, admirando a ingratidão dos que, após – viva ao Rei – não duvidaram acompanhar os que o exilaram.

“Meus sentimentos de puro republicanismo não me impedem de afirmar que o Brasil, na quadra mais difícil de sua organização política, lhe deveu grandes serviços e que, ainda agora, mesmo no exílio, são confirmados por sua abnegação e patriotismo.

“Rei – que se retira pobre – é honrado.

* Correio do Povo, 25-06-1939.

“Mais de uma vez lhe disse a verdade; porém, a nuvem negra de adutores, que se interpunham entre ele e o povo brasileiro, o levou a não poder avaliar o que de real acontecia neste País.

“Hoje, ele conhecerá os erros de apreciação que cometeu.

“Eu desejaria vê-lo Presidente da República Brasileira, se não temesse que, mais uma vez, ele, iludido, causasse à Pátria e a si próprio maiores infortúnios.

“Sou hoje o que sempre fui, e apraz-me ter como patriota esse homem honesto, que, no exílio, vale, para mim, ao menos, mais do que se ainda ocupasse o trono – que, até por índole do povo americano, era e é planta invegetável no Brasil.

“A vós, meu caro Rosendo, cabe uma grande glória, pela verdade e pelo sentimento que enunciais em vossas poesias, tributárias do bem e do belo e pela mais nobres das virtudes que manifestais: a gratidão.

“Desejo-vos todas as prosperidades, como vosso amigo cordial

Saldanha Marinho

Capital Federal, 8 de maio de 1891.”

Incontestavelmente, foi Júlio de Castilhos o maior ou um dos maiores propagandistas da candidatura de Deodoro da Fonseca para primeiro magistrado da Nação.

Rompeu, até, por esse motivo, com diversos amigos dedicados, e a 10 de agosto de 1890, pelas colunas da “Federação”, órgão do Partido Republicano, escreveu um brilhante artigo sobre o assunto, mostrando a conveniência de o Partido Republicano adotá-la.

Quando estava, no Rio, no desempenho de seu mandato de Deputado Federal, por ela muito trabalhou e se bateu, e teve o prazer de vê-la vencedora,

Já mencionamos, em artigo anterior, que, quando, a 21 de janeiro de 1891, os Ministros, que vinham servindo desde o 15 de novembro de 1889, foram exonerados, a pedido, de seus cargos, o generalíssimo chamou o seu maior e mais devotado amigo, Barão de Lucena, para organizar o novo gabinete.

Daí por diante, estabeleceu-se uma luta sem tréguas entre grande parte de representantes da Nação e o novo governo.

Eleito, pelo Congresso, em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro da Fonseca pôs de lado os conselhos de todos os amigos que a ele se chegavam e atendia tão somente às deliberações que ia dando aos negócios públicos o seu antigo correligionário do Império.

Toda vez que julgava prejudicar os interesses na Nação, qualquer projeto governamental, o Congresso, por maioria de votos, contrariava os seus planos e o não deixava passar.

Os agiotas e os bolsistas, que já tinham prejudicado, e muito, os cofres do País, trabalhavam, agora, junto ao Barão de Lucena, para tirarem, ainda, maiores proveitos. Por isso, incutiram no seu espírito que havia necessidade da reorganização do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

Ao passo que o câmbio baixava, cada vez mais cresciam os “bons e sinceros amigos” de todos os governos, os filhos diletos da República, e iam conferenciar com o Chefe do Ministério sobre a apresentação de um projeto, que, na certa, viria trazer a felicidade e a salvação do País.

O projeto sobre a aludida reorganização não passou.

O Barão de Lucena ficou em estado de furor, e, por isso, aumentou a luta entre os congressistas e o governo.

Cá, pelo Sul, as coisas também não iam bem, pois o povo gaúcho vinha observando os acontecimentos no Rio e se preparava para dar um golpe em Júlio de Castilhos.

No interior do Estado, corriam rumores de revolução.

Júlio de Castilhos via aproximar-se a sua queda. Pedia socorro e Deodoro não o mandava.

Pudera, se as coisas lá pelo Rio também iam de mal a pior...

Pedro II e Saldanha da Gama*

Quando Deodoro da Fonseca, a conselho do Barão de Lucena, Presidente do Conselho de Ministros, mandou fechar o Congresso Nacional, no dia 3 de novembro de 1891, propalou-se, no Rio, que, vitorioso um movimento revolucionário, seria investido como ditador na Presidência da República, apoiado pela maioria dos representantes da nação, pelo povo e pela Marinha, o então Comodoro Luís Felipe Saldanha da Gama, à época o maior e o mais querido dos nossos marinheiros.

Senhor de uma vasta cultura e de uma inteligência lúcida, oficial brilhante, com uma fé de ofício invejável, Saldanha da Gama era, de fato, uma figura empolgante, quer como homem público, quer como militar.

Entretanto, não vingou a sua candidatura pelos vínculos de amizade que o uniam ao imperador.

A notícia correu célere mundo afora e ao conhecimento da imprensa da Europa foi ela levada pelo telégrafo.

* Corrcio do Povo, 04-01-1942.

Um dos redatores do popular órgão parisiense, “Le Figaro”, foi procurar D. Pedro de Alcântara, no dia 7 de novembro de 1891, no pequeno quarto de hotel que habitava, na capital da França, para ouvi-lo a propósito dos acontecimentos políticos brasileiros.

“Ignoro, disse-lhe o imperador, o que, há dois anos, se tem passado no meu país e sou tão estranho aos acontecimentos de ontem como aos de hoje. Essa é a verdade. Durante uma vida já longa, empreguei todas as minhas forças e toda a minha dedicação no sentido de assegurar o progresso e a prosperidade do meu povo. Parece que não fui bem sucedido. Mas não quis ser, próxima ou remotamente, a causa de uma guerra civil. Tudo sacrifiquei por evitar, ao meu país, semelhante flagelo, o pior de todos.

Apelidam-me o imperador filósofo, aquele que encontra consolo em tudo. Esta filosofia atenua, com efeito, a dor que experimento ao ver-me assim desconhecido por aqueles que considerava como meus filhos. Mas nada será capaz de me consolar, vendo um povo tornar-se vítima dos próprios erros. Em verdade, no dia em que me levaram a Petrópolis a notícia da minha deposição podia ter-me dirigido ao Rio, certo de produzir a revolução. Bastar-me-ia colocar-me no meio do meu povo, mostrar-me isolado e sem armas; mas a idéia de que a minha presença poderia ser a causa de uma luta e de uma efusão de sangue, determinou-me preferir o exílio. Acredite, essa determinação foi a maior prova de meu amor pelo Brasil. Outra prova não menos incontestável é a resolução que tomei, de nada tentar para o restabelecimento do trono; porquanto, nunca amei o poder por ambição pessoal; nunca nutri outro desejo, senão de fazer o bem de meu país e nunca quis mais do que ser o “pastor populi”. E, agora, tenho saudade do meu governo paternal. Reconheceram que o novo regime era imposto somente por uma facção, que o explorava com um interesse pessoal. Apenas, sei o que li nos jornais da França, que noticiam a nomeação do Comodoro Saldanha da Gama para ditador. Isto significaria que o antigo governo revolucionário do sr. Deodoro da Fonseca desapareceu em uma contra-revolução. Acrescentam que essa contra-revolução poderia ter por fim o restabelecimento do império, se o Sr. Saldanha da Gama é o que foi outrora, isto é, um dos meus mais dedicados amigos e um dos meus mais fiéis partidários. Mas, que sei?

Tudo isso não passa de suposições, conjeturas e mistérios. Apenas, uma coisa me é permitido afirmar-lhe, acrescentou o imperador, e vem a ser que, em meu exílio, mais do que nunca, amo o meu povo. E se ele fizesse um apelo ao seu velho imperador, eu esqueceria, a um tempo, a minha adiantada idade, as

minhas tristezas, e expor-me-ia imediatamente aos riscos de uma viagem para ir até junto dos meus filhos e para consagrar à sua felicidade o resto das minhas forças e da minha vida. Serei bastante recompensado, se puder dormir o meu último sono em meu amado país.”

O Marechal Floriano Peixoto e o Sargento Silvino Macedo*

Vai o leitor conhecer, hoje, um dos maiores agitadores que teve o nosso regime entre a soldadesca, dois meses depois de deixar o Marechal Deodoro da Fonseca a Presidência da República.

Gaspar Silveira Martins, no seu discurso pronunciado na noite de 21 de fevereiro de 1892, e que o Correio do Povo publicou terça-feira última, nos referiu que um sargento intimara o primeiro magistrado da Nação a depor o governo dentro de duas horas.

Trata-se de Silvino Honório de Macedo, 2.º Sargento, do 1º Batalhão de Engenheiros, sediado na Capital Federal, e que fazia parte da guarnição da fortaleza de Santa Cruz.

Narremos, em poucas linhas, esse interessante episódio a que Silveira Martins, que então se achava no Rio, fez menção.

Com a queda do Marechal Deodoro da Fonseca, não se conformaram muitos amigos e companheiros de armas seus.

Assim é que, no país inteiro, continuava a agitação política a preocupar o espírito público.

Em dezembro de 1891, houve uma sublevação de marinheiros do cruzador Primeiro de Março, que foi abafada, sendo recolhidos, presos, à fortaleza de Santa Cruz, sessenta marinheiros desse vaso de guerra.

Aproveitando-se da agitação que fervia nos meios políticos do Rio, homem valente e disposto a tudo, resolveu o Sargento Silvino Macedo, na madrugada de 19 de janeiro de 1892, soltar aqueles marinheiros e outros presos, soldados do Exército, com os quais combinara um movimento revolucionário.

Não podendo contar com o apoio das praças de pret que guarneciam aquele forte, Silvino usou de um hábil estratagema para prender a todos, sem luta, nem derramamento de sangue: quando, às 5h30min da madrugada, os soldados foram tomar café, o sargento fechou a porta do refeitório onde eles se achavam.

* Correio do Povo, 07-04-1940.

Logo após, dirigiram-se o sargento e os seus companheiros às baterias, apoderando-se delas.

Com o ruído estabelecido, acudiram o oficial de estado, o comandante da fortaleza e os demais oficiais.

Presos todos eles, foi Silvino aclamado chefe da revolta, e, nesse caráter, enviou um ofício ao Marechal Floriano Peixoto, intimando-o a, deixar a Presidência da República no prazo de duas horas, e, se não o fizesse, bombardearia a cidade.

Em face desse grave acontecimento, resolveu o governo fazer seguir, em comissão, para a fortaleza, o Coronel Francisco da Rocha Callado. Esse, tomando uma lancha, para lá se dirigiu, sendo içada, no mastro do navio, bandeira branca.

Momentos depois, falando a Silvino, este lhe declarou: “que estava firme nesse seu posto, obedecendo a seus princípios políticos; que, em uma reunião, no Rio, tinha sido aclamado governador absoluto daquela fortaleza; que estava admirado de seus aliados, em terra, não se terem ainda revoltado, como se haviam comprometido; que, ou Deodoro assumiria a Presidência da Republica, ou, então, iria até o fim; que estava disposto a ficar sepultado nas pedras da fortaleza”.

Momentos depois de se declarar a revolta de Santa Cruz, outra fortaleza aderiu ao movimento: a Lage, cuja guarnição hasteou bandeira vermelha.

O comandante foi preso, assumindo a direção da revolta o almoxarife João da Costa Medeiros Sobrinho.

Entretanto, mais tarde, essa fortaleza entregou-se, sem dar um tiro, declarando a sua guarnição que assim procedia, porque tinha sido traída, pois havia combinação de um movimento geral em terra e no mar.

Quanto à fortaleza de Santa Cruz, o caso foi muito sério.

Movimentaram-se os batalhões e toda esquadra.

Para dar combate aos revoltosos, tinham as forças do governo que escalar aquela fortaleza pelo forte do Pico, o que era difícilimo para os atacantes.

Afinal, na manhã de 20 de janeiro, uma força de oitenta, homens dos 7.º e 10.º Batalhões de Infantaria levaram a efeito um assalto contra os revoltosos, estabelecendo-se, então, vivo tiroteio entre uns e outros. Houve cerca de quarenta mortos, muitos feridos, sendo que, gravemente, por um tiro de revólver, o Sargento Silvino Macedo, que resistiu, heroicamente, à frente de seus companheiros, ao ataque das forças do governo.

Apesar de haver a bala que o atingira quebrado o maxilar inferior, saindo na boca, Silvino Macedo falava com clareza e, ao ser interrogado, prestou

declarações importantes, citando nomes de oficiais superiores do Exército que estavam envolvidos no levante e de numerosos elementos de responsabilidade que haviam prometido revolucionar os estados em que atuavam como chefes políticos.

É essa, em resumo, a história do sargento que intimou o Presidente da República de então a deixar o Governo.

A Revolução Castilhista de 4 de fevereiro de 92*

Quem houver lido o volume que publicamos, com copiosa documentação, sobre o movimento político que irrompeu no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos após a proclamação da República, bem avaliará da agitação então reinante em todos os setores do Estado. E, à proporção que os dias iam passando, mais se avolumava a paixão em todos os espíritos pelos negócios políticos do país, e, principalmente, da sua terra natal.

No Rio de Janeiro e em vários Estados, em princípios do 1892, o elemento que apoiara Deodoro da Fonseca preparou um movimento revolucionário para depor o Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da República, e os respectivos governadores.

Tanto na Capital Federal como em outros pontos do Brasil, a revolução fracassou em toda linha.

Combates em que houve mortos e feridos marcaram uma época de terror.

Vejamos as ocorrências de 4 de fevereiro de 1892 em Porto Alegre e em outras cidades do interior.

Nesse dia, foi a nossa capital alarmada com a notícia que corria, desde pela manhã, de que ia ser deposto o Governador, General Barreto Leite, e aclamado para substituí-lo o ex-Presidente do Estado, Júlio Prates de Castilhos.

Os boatos fervilhavam. As conjecturas multiplicavam-se, cada qual dando a solução que julgava de provável vitória.

Em várias ruas da cidade, principalmente na dos Andradas, reuniam-se grupos populares que comentavam, com mais ou menos fidelidade, os fatos que se desenvolviam no vasto cenário político do Rio Grande.

A *Federação* que até às 2 horas da tarde havia trabalhado regularmente, fechou a essa hora as suas oficinas, não sendo publicada nesse dia.

* Correio do Povo, 04-02-1940.

Do seu escritório, saíam e entravam, a todo momento, numerosas pessoas, que se mostravam muito apressadas.

O General Barreto Leite, sentindo a insegurança do seu governo, resolveu transferi-lo, do palácio, à praça Marechal Deodoro, para bordo da canhoneira Marajó, ancorada no nosso porto, fazendo-se acompanhar de seus auxiliares.

Dando os motivos por que se transportara para aquele vaso de guerra, o General Barreto Leite mandou distribuir o seguinte boletim:

“Ao Estado do Rio Grande do Sul:

“Do Governo deve partir, em primeiro lugar, a palavra significativa da verdade dos sucessos que de ontem para cá se vão desenrolando à face do Rio Grande.

“Fá-lo-ei em breves termos rememorando rapidamente os antecedentes que a um tempo exprimem a sagração da autoridade que represento, o dever em que me encontro de fazê-la respeitar e obedecer, não para dignificação do povo rio-grandense, que inegavelmente é um povo livre, audaz, ordeiro e progressista.

“Concidadãos! Assumi a presidência da reorganização deste Estado por ocasião de haver a opinião, em revolta contra a prepotência insólita que na capital do País erguera, rasgando a Constituição da Pátria e proclamado o despotismo, determinado esse esforço másculo que deu à liberdade as sucessivas vitórias de 12 e 23 de novembro.

“Assim varrido do solo da União o arbítrio de homens sem amor à causa pública, ao instituir-se no Rio o governo que começa a restaurar a República Federativa, já, aqui se achava dirigindo os nossos serviços a autoridade que direta e legitimamente surgira da Revolução.

“Entre ambos os poderes constituídos, o da União e o deste Estado, reinavam, reinam e reinarão respeitosa cordialidade e completa harmonia de vistas.

“Cada um, na esfera de ação que respectivamente lhe cabe, se tem conduzido prudentemente, tolerante para com os indivíduos, mas francamente decidido a manter inflexíveis, em seu conjunto e em seus detalhes, os compromissos políticos que se traduzem na sustentação da unidade nacional e na realização da autonomia dos Estados.

“Explorada, porém, tem sido esta tolerância pelos desordeiros inspirados no despeito da perda das posições que não souberam honrar.

“Assim colocados no falso ponto de vista dos que julgam ser audazes, provocando impatrioticamente a desordem, desde ontem, revelam eles, no seio

desta capital, o tresloucado intento de desacatar ou depor a autoridade de que estou investido.

“Engano manifesto.

“Não conseguirão os inimigos da ordem, que, neste momento, é a República, perturbar sequer a marcha regular da administração e a execução do plano de instalar-se aqui a definitiva organização do Estado do Rio Grande.

“Apenas acentuada a tentativa sediciosa, a autoridade tomou todas as providências e se colocou em situação de proclamar-se possuidora de todos os recursos para sufocar absolutamente, e em toda linha, a grosseira e inepta combinação de políticos malsinados pelo crime de perturbações da ordem pública.

“Entre outras medidas tomadas pelo meu governo ressalta a de haver transferido a sua sede para bordo da canhoneira Marajó, onde me acho administrando serenamente e agindo com segurança e eficácia.

“Compatriotas! Se a firmeza na ação, se a vigilância previdente dos acontecimentos podem vos dar a segurança de que o governo saberá manter a paz, essas condições eu vô-las ofereço.

“Se, por outro lado, quereis contar com a resolução do Governo Federal no sentido de dar apoio à autoridade superior deste Estado, eu vos asseguro que esta é inteira e a cada instante revigorada por confirmações irrecusáveis. Mas, acima das todas estas garantias, tenho a honra e a glória de reconhecê-lo, estão o civismo republicano e a bravura do povo rio-grandense — estímulos do Governo. — forças que não se destroem.

“Tranqüilizemos os nossos lares, porque esta tranqüilidade dimana da nítida noção do dever que o momento nos impõe.

“Não consintamos que, desonrada a pátria, nossos pósteros venham a dizer que fomos indignos dela.

“Contai com a dedicação do governo.

“Contai com os soldados da liberdade e da República.

“O Governador Provisório Domingos Alves Barreto Leite – 5 de fevereiro de 1892”.

Defronte à casa do Coronel¹ João Pinto da Fonseca Guimarães, começaram a se reunir os partidários de Julio de Castilhos, ostensivamente armados.

¹ O coronel João Pinto da Fonseca Guimarães era pai do distinto escritor rio-grandense Dr. José Pinto Guimarães e sogro do ilustre ministro Plínio Casado, atualmente nesta capital.

Diversas pessoas que por ali passavam, partidárias do governo, eram presas. A Escola Militar, que apoiava o Governo, ficou de prontidão, transformando-se em verdadeira praça de guerra.

A Guarda Cívica, sob o comando do Tenente Chachá Pereira², ali aquartelou.

Barros Cassal, Chefe de Polícia, pernoitou na Escola Militar.

As forças do Exército ficaram de prontidão. A passagem pela frente do quartel do 13º Batalhão era privilegiada depois das 5 horas da tarde.

Todo aquele que por ali transitava, era preso, desde que fosse reconhecido como simpático ao Governo.

O General Antonio Joaquim Bacellar, Comandante do Distrito, foi à Escola solicitar neutralidade, caso se verificasse o anunciado movimento castilhistas.

A canhoneira Marajó sob o comando do Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, estava de fogos acesos e convenientemente encartuchada para bombardear a cidade, caso houvesse qualquer assalto às repartições públicas.

À 1 hora da madrugada, sob o comando de José Joaquim da Silva Azevedo, um grupo atacou à Comblain a estação telegráfica, metendo a dentro as portas daquela repartição e fazendo fogo desde a escada. O Major Bento Ribeiro, o Alferes Leonel de Oliveira, João da Silva Rosa e outros resistiram, pondo em debandada os assaltantes.

Resultou desse ataque, ser morto Júlio Knorr, tipógrafo da “Federação”.

Assaltando outro grupo, o edifício da Inspetoria de Terras e Colonização, foi, por essa ocasião, aclamado Governador o Dr. Júlio de Castilhos.

O Sr. Paulo Cartier, que exercia interinamente a chefia da Inspetoria de Terras, lavrou protesto contra o assalto.

A Marajó arvorou sinal de governador, salvando a terra com 21 tiros.

À tarde do dia 6, era preso e conduzido para bordo da Marajó o Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães. A sua prisão foi efetuada pelo Capitão Luiz Telles.

Ao mesmo tempo que isso se passava na capital, o Dr. Fernando Abbott era derrotado e preso em S. Gabriel. O senador Pinheiro Machado sofreu idêntico revés, tendo que se refugiar no estrangeiro.

Na região serrana, eram presos os chefes castilhistas José Gabriel da Silva Lima e Lucas Annes.

² O Tenente Chachá Pereira, meses depois, traiu o Governo e se passou de “armas e bagagens” para o castilhismo.

O 28º de Infantaria, que era governista, derrotou, na Cachoeira, o 29º, que apoiava Júlio de Castilhos.

Em outros pontos do Estado, também não vingou o movimento.

Diante do desastre que sofreram os castilhistas, voltou o governo, no dia 8 de fevereiro, para o Palácio do Governo.

Mas, a agitação continuava, prometendo estender-se cada vez mais.

Meses depois, assistimos, estarecidos, aos fuzilamentos e a degola em massa de vultos eminentes no Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná, em S. Paulo e em outros Estados.

Floriano Peixoto e o Governo de Barreto Leite*

Júlio de Castilhos, deposto do governo, pela revolução popular de 12 de novembro de 1891, não se conformara com a sua queda e com o ostracismo em que ficara o seu grande partido, em consequência daquele movimento.

E apoiado, como era, por um grupo de militares de alta patente, inclusive os comandantes dos 13º, 29º e 30º Batalhões de Infantaria, Coronéis Tomás Thompson Flôres, João César Sampaio e Artur Oscar Guimarães, não esmorecia um momento sequer. Trabalhava com os seus amigos, dia e noite, para derrubar os seus adversários. Pelas colunas de A Federação, em artigos veementes, castigava-os: analisava e ridicularizava os atos do Gen. Barreto Leite, cujo governo, da facção de Demétrio Ribeiro, desde o início, o órgão republicano apelidara de “*governicho*”.

Na manhã de 4 de fevereiro de 1892, estalou a revolução castilhista nesta capital e em vários pontos do interior do Estado, mas não vingou. Conquanto fossem presos muitos de seus cabeças, e processados outros, por crime de sedição, não se abateu, nem se alarmou Júlio de Castilhos, e prosseguiu, sereno e impávido, com mais ardor, no plano já traçado, de se colocar, de novo, à testa dos negócios públicos do Rio Grande do Sul.

De toda parte chegavam notícias de que um segundo movimento castilhista se preparava para invadir o Estado pelas fronteiras.

Apesar do apoio que dera a Deodoro da Fonseca até aos últimos momentos de seu governo, Júlio de Castilhos já se achava, agora, de mãos dadas com Floriano Peixoto, substituto legal daquele seu camarada, na qualidade de Vice-Presidente da República.

* Corrcio do Povo, 08-03-1942.

A política, no Rio Grande do Sul, estava tomando outros rumos. Antônio Carlos Chachá Pereira, Comandante da Guarda Cívica e Chefe de Polícia, que fora, do governo de Barros Cassal, confabulava, em sigilo, com Castilhos e seus amigos, para atrair aquela corporação militar aos seus manejos políticos e deixar o governo do Estado sem defesa.

No interior, como se vê mais abaixo, Castilhos era contrariado, na sua política, por oficiais de alta patente. Entretanto, na capital, a guarnição federal e o General Bernardo Vasques, Comandante do Distrito, apoiavam Castilhos, em virtude de recomendações do Marechal Floriano Peixoto. Só a Escola Militar não rezava pela mesma cartilha. Sem elementos para se sustentar, pois a Guarda Cívica, como acima dissemos, estava sendo trabalhada por Chachá Pereira para traír o General Barreto Leite, os dias estavam contados.

Vejam os telegramas que, a propósito, foram expedidos deste Estado para o Rio de Janeiro ao almirante Custódio José de Melo, Ministro da Marinha:

“Saicã, 18 de abril - confidencial - Ministro da Marinha. Nossa lealdade governo União impõem-nos dever comunicar V.Exa. política Bacharel Castilhos contra Marechal Floriano Peixoto. Véspera sedição aí influências castilhistas vieram acampamento conferenciar oficiais deodoristas, inclusive General Isidoro, donde evidencia-se conhecimento prévio movimento que abortou nessa capital. Aqui nada fizeram talvez contar oporíamos resistência. Marechal não deve fiar protestos lealdade amigos fingidos, que aguardam ocasião dar certo bote. Partido Federal tem maioria absoluta Estado, que apóia decidido Governo União, garantia republicana, tranquilidade Rio Grande. Saudamos Governo malogro criminoso antipatriótica sedição. Coronel Pedra, Coronel Zeferino Campos, Coronel Salgado, Coronel Bitencourt, Coronel Onofre, Tenente-Coronel Andrade Neves, Tenente-Coronel Lopo, Major Figueiredo, Comandante 3º Batalhão”.

A sedição de que falam esses oficiais é a que foi chefiada, na fortaleza de Santa Cruz, no Rio, pelo Sargento Silvino Honório de Macedo, a qual foi debelada.

Quanto ao Partido Federal, trata-se do que era chefe Silveira Martins.

Outros telegramas diziam o seguinte:

“Urgentíssimo. Palácio - Porto Alegre, 9 de maio - Ministro Marinha - Ao vosso colega pasta da Guerra acabo dirigir-me termos seguintes: Expus General Vasques situação gravíssima fronteira, onde acumulam elementos para revolucionar Estado com aquiescência e ostensiva cooperação autoridades Orientais e Argentinas. Emigrados revolucionários, assim protegidos, compram armamento e cavalos, aliciam gente e preparam invasão, determinando até o dia

que será de 12 a 13; requisitei General Vasques, na forma da Constituição Federal, auxílio da força para repelir ataque iminente São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Resposta muito demorada foi a seguinte: 'Estou informado situação S. Borja. Já dei ordens Comando Guarnição. - Ordem Governo Federal considerar unidas forças aqui (Saicã); movê-las-ei assim determinar Ministro que consultei, posto julgue suficiente a que existe localidade'. Entretanto, situação piora momento a momento, conforme meus telegramas hoje dirigidos Presidente e Ministro Exterior. Urge por uma ordem positiva e terminante determinar General Vasques que atenda empenho senão evitar grave comoção que ameaça alastrar-se todo Estado por todas as fronteiras. Sem medidas prontas, enérgicas, decisivas não poderei evitar funestos acontecimentos, com que ameaçam adversários do governo. Peço vossa prestimosa coadjuvação para decisão rápida. O momento é difficilimo, é preciso agir com firmeza manter ordem, que de outro modo será alterada em todos os pontos Estado. Saudações. B. Leite”.

“Palácio - Porto Alegre - maio, 10 - Ministro Marinha. A fim evitar inconveniente perturbação ordem fronteira torna-se urgente providências por mim pedidas, sobretudo, a que se refere força federal. É indispensável ordem hoje Vasques prestar forças à requisição minha manter ordem. Rogo solução urgente a fim poder deliberar acordo reclames situação. Saudações. B. Leite.”

“Porto Alegre - maio, 10 - Ministro Marinha. Diariamente tenho telegrafado Antão - Procure-o. Como sempre espero intervenção resoluta para que Governo Federal todo seja o que o Ministro da Marinha é nos negócios do Rio Grande. Corte o nó. Situação agrava-se. Um movimento qualquer localidade ou em várias determina conflagração tanto mais quanto castilhismo presume e faz crer que é inspirado poder federal. Estas conjecturas generalizam-se, intimidando a uns e irritando a outros, predispondo, em suma, à conflagração, cuja responsabilidade ficará falta de providência do Governo da União. Sei a quem falo e o faço com serena confiança. Demétrio Ribeiro”.

Levados ao conhecimento do Marechal Floriano Peixoto, pelo Almirante Custódio de Melo, os telegramas referidos, respondeu o Presidente da República que os fatos narrados não eram verdadeiros, pois disso estava informado oficialmente. Entretanto, acrescentou o Marechal Floriano Peixoto que já providenciara junto ao General Bernardo Vasques para atender ao Governador Barreto Leite no momento em que corresse perigo o princípio da autoridade.

Processo contra os revolucionários de 4 de fevereiro de 92*

Já tratamos, em artigo publicado a 4 de fevereiro último, da revolução castilhista que irrompera, nessa data, há 48 anos atrás.

Fracassado o movimento sedicioso, o governo do General Barreto Leite mandou abrir rigoroso inquérito, sendo ouvido, na polícia, grande número de testemunhas, inclusive algumas que tomaram parte na revolta.

Depois de estarem de posse dos nomes dos cabecilhas da sedição e de se sentirem seguros no governo, o General Barreto Leite e o Dr. Barros Cassal, este então Chefe de Polícia, conferenciaram a respeito da atitude que deviam tomar em face da agitação frustrada.

Determinaram, em seguida, fossem mandadas à justiça as investigações policiais relativas às ocorrências, para os fins de direito.

Assim é que o governo do General Barreto Leite nomeou, em meados de fevereiro de 1892, o Dr. Germano Hasslocher para exercer as funções de Promotor Público interino da Comarca de Porto Alegre, visto o proprietário do cargo, Dr. Eduardo Fernandes de Lima, haver entrado no gozo de licença.

No dia 1º de março, aquele ilustre representante do Ministério Público oferecia denúncia contra os implicados na revolução castilhista de 4 de fevereiro pelos crimes de conspiração, tentativa de assassinato, entrada em casa alheia e prisões violentas.

Os políticos denunciados foram os seguintes: Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães, José Joaquim da Silva Azevedo, Dr. Alfredo Varella, Dr. Plínio Casado, Dr. Orlando de Araújo Costa, Joaquim Telles Ferreira, Coronel Marcos Alencastro de Andrade, Coronel Antonio Gomes de Carvalho, Dr. Carlos Flores, Dr. Pedro Moacyr, Dr. Inácio Alves, Gaspar Guimarães, Coronel Antonio Soares de Barcelos, Dr. Paulino R. Fernandes Chaves, Dr. Antonio Borges Leal Castelo Branco, Dr. Genuíno F. Vidal Capistrano, Dr. João Abbott, Dr. Joaquim Tibúrcio de Azevedo, Antônio Leite Mendes Bastos, Coronel João Maia, Francisco J. de Mesquita, J.P. Maciel Carvalho, Leopoldo Bier, Alfredo Bellaguarda, C. Schreiner, Aníbal de Freitas Filho, Joaquim Alves, João Bastian Sobrinho, Otávio Dias da Costa, João Bonito, Bernardino de Almeida Gomes, Germano Wagner, João F. dos Santos Júnior, Dr. José de Almeida Martins Costa Júnior, Zacarias Telles Ferreira, Dr. Clemente José Pinto, Manoel Dias

* *Correio do Povo*, 18-02-1940.

da Costa, João Henrique de Oliveira Knorr, Eduardo Marques, Clementino de Luna Freitas, José Garcia, João Carlos Abel, Antônio J. Izaguirre, João Luis da Silva, Joaquim A. de Miranda e Castro, José Villar de Sá, Ernesto Sagebin, Fernando F. Travassos, João de Oliveira Vianna, Artur Gonçalves Ventura, José Francisco dos Santos, Egisto Girolamo, Otaviano Manoel de Oliveira, Rodolfo Saint Clair, Pedro Teobaldo Jaeger, Honório Villela, Raul Abott, Lopo Tiburcio de Azevedo, Joaquim Gonçalves de Lema Filho e Joaquim G. de Albuquerque.

Júlio de Castilhos, então redator de a Federaçãoe que, na véspera da revolução, chegara a esta capital, procedente do interior do Estado, estava ameaçado de ser preso pela polícia, que andava à sua procura.

Em vista disso, dirigiu ele um officio ao Comandante do Distrito Militar, General Antônio Joaquim Bacelar, pedindo garantias de vida e declarando que não podia ser preso por ter a seu favor as imunidades parlamentares, como deputado federal que era.

O governo do General Barreto Leite e o Tribunal de Relação*

Como implicados na revolução de 4 de fevereiro de 1892, foram presos, além de outros, o Desembargador Orlando de Araújo Costa, o Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães e o Coronel Antonio Gomes de Carvalho.

Em seu favor, foram impetradas duas ordens de “habeas corpus” ao Tribunal de Relação.

Em primeiro lugar, foi discutido o pedido impetrado pelo Desembargador Orlando Costa.

Usando da palavra, concederam a ordem os Desembargadores Dias de Castro, Antunes Ribas e Martins Costa, contra o voto do juiz convocado Dr. Ferreira Ferro, que declarou ser de opinião que deviam ser ouvidos, sobre o assunto, o Dr. Barros Cassal, Chefe de Polícia, e o paciente, Desembargador Orlando Costa.

Assim, pois, foi o pedido concedido, por maioria de votos.

Presentes à sessão, para serem ouvidos, os Coronéis João Pinto da Fonseca Guimarães e Antonio Gomes de Carvalho, deu-se um grave incidente: vindo em auxílio do segundo paciente, que não se sabia explicar, o Desembargador

* Corrcio do Povo, 11-04-1940.

Wergne de Abreu, Procurador Geral, disse-lhe: “O senhor assistiu ao ataque à Repartição de Terras e Colonização no caráter de curioso, não é verdade?”.

Por essa ocasião, o recinto do Tribunal, que estava repleto, tornou-se agitadíssimo. O povo, numa algazarra desmedida, exclamava: “Não pode estar insinuando”.

Restabelecida a ordem, o Desembargador Antunes Ribas, ao terminar o seu voto, proferiu as seguintes palavras:

— Covardes e miseráveis que vêm para aqui insultar a um homem.

Novo tumulto, assuadas, protestos. A compacta massa que ali estava começou, numa gritaria infernal, a viver o Dr. Ferreira Ferro e a soberania do povo.

Graças à intervenção da autoridade policial, o povo acalmou-se, dirigindo-se, em seguida, ao palácio do governo.

Nessa ocasião, fazendo uso da palavra, em nome dos presentes, o Sr. Demétrio Seixas declarou que o Tribunal de Relação estava patrocinando uma causa má e, por isso, não merecia a confiança do povo. Reclamava, pois, contra a atitude suspeita do Tribunal de Relação.

Respondeu-lhe, em breves palavras, o General Barreto Leite, que, ao terminar, declarou que saberia fazer justiça à reclamação que ora se lhe fazia.

No dia imediato, isto é, a 17 de fevereiro de 1892, era extinto o mais alto Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O Decreto respectivo assim se expressava:

“Considerando que o Tribunal de Relação desta cidade se tem tornado um embaraço à regular administração do Estado, em relação à manutenção da ordem pública, não somente por se achar um dos seus membros envolvido no último plano sedicioso, como também porque tem, apaixonada e interessadamente, procurado libertar os indiciados, na dita sedição, presos pelo Chefe de Polícia;

Considerando que, no dito Tribunal, funcionam, apenas, três de seus membros efetivos, número este que não constitui maioria, pelo que estão retirados de suas comarcas os juizes que são chamados a substituir, no Tribunal, os desembargadores, causando esse fato grave dano à justiça de primeira instância;

Considerando que será proximamente reorganizado, neste Estado, o Poder Judiciário, de acordo com o artigo 5º das disposições transitórias da Constituição do Estado e 6º, também, das disposições transitórias da Constituição da República;

Considerando que aquele Tribunal, pelo seu procedimento incorreto alienou a confiança pública;

Considerando que a extinção provisória do Tribunal, além de remover um obstáculo ao empenho do governo de manter a ordem e a tranqüilidade pública, não prejudica o interesse da justiça, não somente pela proximidade da reorganização do Poder Judiciário, como, também, porque o Governo Federal providenciou para tal caso;

Resolve expedir o seguinte Decreto:

Artigo 1º - Fica extinto o Tribunal de Relação desta cidade de Porto Alegre.

Artigo 2º - Os feitos pendentes do dito Tribunal e os que para ele tiverem de subir, em virtude de apelação, recurso ou agravo, serão, por intermédio da Secretaria do Tribunal, remetidos ao da Relação do Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto do Governo Federal nº 724 de 2 do corrente.

Artigo 3º - Os desembargadores em disponibilidade provisória em virtude desta extinção, perceberão o respectivo ordenado até à reorganização do Poder Judiciário do Estado.

Artigo 4º - Aqueles que não forem aproveitados nessa reorganização terão as vantagens indicadas no artigo 6º das disposições transitórias da Constituição da República.

Artigo 5º - Ficam subsistindo os cargos de escrivães, secretário, porteiro e demais do mesmo Tribunal.

Artigo 6º - A secretaria e suas dependências continuarão a funcionar de acordo com as disposições e práticas em vigor, sob a direção imediata do secretário.

Publique-se e comunique-se às repartições competentes.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1892.

Domingos Alves Barreto Leite”.

Sensacional discurso de Silveira Martins*

Há meses, referimo-nos à chegada do Conselheiro Silveira Martins a Porto Alegre, quando de regresso do exílio na Europa.

Como ninguém, até então, recebeu o tribuno a maior manifestação levada a efeito pelo povo desta capital a um político rio-grandense.

* Corrcio do Povo, 02-04-1940.

A sua chegada foi a 21 de fevereiro de 1892. À noite, uma verdadeira multidão compareceu defronte ao Hotel Brasil, à Praça Senador Florêncio, no local em que foi edificado o Clube do Comércio, e, ali, depois de aclamadíssimo, diversos oradores saudaram o Conselheiro Silveira Martins.

O seu discurso de agradecimento, por ele mesmo revisto, foi, na íntegra, o seguinte:

“Ilustres compatriotas. Sinto que o abuso que tenho sido obrigado a fazer da palavra em tantos dias consecutivos tenha-me quase privado da voz, para agradecer a manifestação de simpatia que a vossa generosidade me tributa com tanto amor, que bem digo a injustiça que sofri, só por ter a satisfação de recebê-la.

Essas manifestações não são partidárias – dizem os órgãos ilustres das classes que trabalham, das classes comerciais e das colônias alemãs. Foi sempre a ambição que tive de ser homem da minha Província, antes de ser homem do meu partido. Quando Governo, procurei, por fatos, demonstrar que era o representante dos interesses da Nação; protetor dos direitos dos governados e não um chefe de partido que explora o poder em favor de uma facção.

Muito me honram as esperanças que em mim depositam a colônia alemã, a lavoura e o comércio, que tão diretamente contribuiu e contribui para a civilização e o progresso da sociedade. Tiro e Cartago, pequenas cidades, fizeram tremer o mundo, adquirindo imenso poder pela indústria e, sobretudo, pelo comércio.

Filho da Escola Liberal dos Economistas, eu não podia deixar de ser, como político, advogado de todas as facilidades comerciais para a minha terra querida, e me esforcei pela prosperidade do seu comércio, que sempre se distinguiu pela honradez e tem firmada reputação dentro e fora de nossa Pátria.

Quanto mais livres, não nas constituições, mas na prática, são as instituições, mais força, influência e preponderância tem o comércio. Veja-se a Inglaterra, onde os grandes comerciantes têm assento no Parlamento e fazem parte da Câmara Aristocrática dos Lordes; a França, onde, às vezes, como agora, Ministros da Fazenda são tirados do comércio; os Estados Unidos, onde o comércio e a indústria são onipotentes.

Hoje, mais do que nunca, o comércio, progressista pelos melhoramentos que necessita e promove, e, ao mesmo tempo, conservador pela paz, pela tranqüilidade, pela segurança e pela ordem que reclama, deve ser também um fator poderoso para a salvação da Pátria comprometida.

Estamos bloqueados pelo mundo civilizado, havemos de ter juízo à força, ou havemos de perder-nos. Tínhamos crédito outrora; dele, não raras vezes,

abusamos; hoje, não o temos! E por que não o temos, se continuamos a pagar nossas dívidas pontualmente?

Pela má política; pelos erros das administrações da República: ‘Dai-me boa política, eu vos darei boas finanças’ – dizia o célebre Ministro da Fazenda da França, o Barão Louis.

É que outrora, tínhamos estabilidade, que hoje não temos; uma administração que, algumas vezes, não era sábia, mas que sempre foi honrada; um Parlamento perante o qual compareciam os ministros e eram obrigados a defender seus atos e se envergonhar dos seus erros.

Hoje, ninguém confia que o Governo dure até ao dia seguinte. Os pronunciamentos, as deposições dos presidentes e governadores se sucedem diariamente; até um sargento já intimou o Presidente da República para depor o governo em duas horas! Se hoje ainda pagamos as nossas dívidas, neste andar, por mais que seja a nossa probidade – amanhã, não poderemos mais fazê-lo.

De outro lado, o papel moeda nos inunda fora de proporção com as necessidades da circulação. Qual o limite da emissão? A lei determina, mas ninguém confia na sua execução, porque as leis não merecem mais respeito, onde os poderes públicos até as crenças religiosas desrespeitam!

Tudo foi destruído. Nada se tem, até agora, organizado.

A magistratura foi subvertida; aposentados provectoros magistrados e substituídos por moços inexperientes, sem outro critério mais do que a paixão política. Que garantia de justiça pode oferecer essa magistratura?

No funcionalismo, no Tesouro Nacional, o mesmo critério presidiu a reforma da administração, de modo que reinam a desordem, a confusão, senão a improbidade, onde outrora havia ordem e harmonia.

A instrução pública foi anarquizada. Os alunos passaram a ser considerados “corporação”. Os velhos mestres, alguns verdadeiras glórias do magistério, foram privados das cadeiras que enobreciam pela ciência e pelo talento, e substituídos por outros nomeados sem concurso, contra o protesto dos próprios estudantes.

No Exército, que foi e devia ser sempre a glória da Nação, lavra um espírito de indisciplina, que os próprios oficiais já não se julgam seguros diante dos soldados”.

Nessa ocasião, o orador foi interrompido, por diversos soldados, os quais desembainharam os sabres e acutilaram o povo.

Restabelecida a ordem, continuou o orador:

“Senhores: o fato que acabamos de presenciar é a prova prática do que afirmo. Eu sempre fui o defensor dos direitos do Exército e o apologista de suas

glórias, porque o Exército é a representação armada da Pátria no campo de batalha.

Mas para que ele seja a glória e a honra da Pátria; para que ele seja, como em França, o mimo, o carinho de todas as classes sociais, é preciso que ele obedeça à lei e que se afaste das paixões políticas que o enfraquecem e o tornam impróprio de sua nobre missão. Não há causas sem efeitos da mesma natureza, e essas causas durando cinco, dez anos, em que estado ficará o nosso país?

É a dissolução da Pátria que isto prognostica. Em vez da luta das classes, eu desejo a harmonia de todas elas, para o bem da Pátria, e se estivesse no meu poder dar o exemplo da concórdia neste Estado, eu começaria por conceder anistia geral a todos que, nos últimos acontecimentos, não estivessem comprometidos em crimes de morte ou de roubo.

O comércio, a lavoura, as classes conservadoras da sociedade podem concorrer com influência enorme, para ser restituída à Pátria a tranqüilidade que perdeu e salvar sua integridade ameaçada de dissolução.

Viva à Pátria unida, grande e livre. Viva o comércio da cidade de Porto Alegre. Viva o Estado do Rio Grande do Sul.”

O manifesto dos treze generais*

Em 21 de março de 1892, treze generais de terra e mar dirigiram ao Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República, um manifesto copiado qual lhe foi entregue, pessoalmente no Palácio Itamaraty, pelo Marechal José de Almeida Barreto no dia 5 de abril do referido ano.

Com evidência, prova esse documento a anarquia em que se debatia o país, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Divulgado então, pela imprensa de todo o Brasil o manifesto está assim recebido:

“Exmo. Sr. Marechal Vice-Presidente da República

- Os abaixo assinados, Oficiais Gerais do Exército e da Armada, não querendo, pelo silêncio, coparticipar da responsabilidade moral da atual desorganização em que se acham os Estados, devido à indébita intenção da força armada nas deposições dos respectivos Governadores, dando em resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio da família, apelam para vós, para que façais cessar tão lamentável situação.

* Correio do Povo, 19-04-1942.

A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral do País, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia.

E, os abaixo assinados, crentes, como estão, de que se, a eleição do Presidente da República, fôr feita quanto antes, como determinam a Constituição Federal, e a Lei Eleitoral, feita, porém, livremente, sem pressão da força armada, se poderão restabelecer prontamente o sossego e a tranqüilidade na família brasileira, e bem assim o conceito da República no exterior, hoje tão abalado. Esperam e contam que neste sentido dareis vossas acertadas ordens e que não vacilareis em reunir este importante serviço cívico aos muitos que no campo de batalha tendes já prestado a esta Pátria.

Capital Federal, 21 de março de 1892.

Assinados: Marechal José de Almeida Barreto, Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, General-de-Divisão José Clarindo de Queiroz, General-de-Divisão Antônio Maria Coelho, General-de-Divisão Cândido José da Costa, Contra-Almirante José Marques Guimarães, General-de-Brigada João Nepomuceno Malet, Contra-Almirante Dionísio Munhõz Barreto, Dr. João Severiano da Fonseca, General-de-Brigada e Inspetor do Serviço Sanitário do Exército, Contra-Almirante Manoel Ricardo da Cunha Canto, General-de-Brigada João José de Bruce, General-de-Brigada João Luiz de Andrade Vasconcelos”.

Dias depois, declarado o estado de sítio para a Capital da República, eram esses generais todos reformados e desterrados, uns, para o extremo norte do País, outros, detidos nas fortalezas do Rio.

O Decreto de Desterro e de Detenção estendeu-se a numerosos oficiais do Exército e da Armada, de alta patente, e também a jornalistas como, José do Patrocínio, Olavo Bilac, o rio-grandense Pardal Mallet, Egon Muniz, Drs. Dermeval da Fonseca, Francisco Portela, J. J. Seabra, Campos da Paz, os dois últimos professores respectivamente das Faculdades de Direito de Recife e de Medicina do Rio de Janeiro, Conde de Leopoldina e muitos outros vultos de grande projeção na política e na imprensa.

Meses depois, eram todos eles anistiados, voltando, assim, a seus lares, glorificados pela grande maioria da Nação Brasileira.

Um dos signatários do manifesto é um velho conhecido nosso: o General Cândido José da Costa, que tanto trabalhou pela ascensão ao poder da facção de Júlio de Castilhos.

Fora ele nomeado, pelo Governo Provisório da República para exercer as altas funções de Presidente do Rio Grande do Sul, em substituição do General Júlio Frota e veio, afinal, a desempenhar o cargo depois da queda do Dr.

Francisco da Silva Tavares, em 13 de maio de 1890, cargo esse, que até a sua chegada, com procedência do Distrito Federal, foi, interinamente exercido pelo General Carlos Machado de Bittencourt, então Comandante das Armas.

Aqui permaneceu o General Cândido Costa nove meses, mas devido à forte agitação que então reinava em todo o Estado, voltou para o Rio de Janeiro.

O Congresso Federalista e Joca Tavares*

Foi durante o governo do General Barreto Leite que se realizou o Congresso Federalista de Bagé.

Em fins de março de 1892, a convite de Joca Tavares, chefes políticos de maior prestígio de todo o Estado encaminharam-se para aquela cidade a fim de deliberar sobre a atitude a tomar, em face da anárquica situação provocada não só pela revolução de 1889, como, também, pela que se seguiu ao golpe de estado, a 3 de novembro de 1892, desfechado por Deodoro da Fonseca, então Presidente da República, e em consequência do qual foi deposto, a 12 de novembro desse ano, o governante do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos.

Silveira Martins, que chegara a Porto Alegre, na manhã de 21 de fevereiro de 1892, de seu exílio na Europa, para ali também se dirigiu e, durante os trabalhos do Congresso foi aclamado chefe do Partido Federalista. Desfraldada a bandeira parlamentar como programa da nova agremiação política, foram organizadas as seguintes bases para a instituição do governo civil:

1ª Substituição da Constituição de 14 de julho de 1891 por uma Constituição Republicana representativa, modelada segundo os princípios do Governo Parlamentar;

2a. Eleição do Presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte;

3a. Eleição da Câmara por período de quatro anos por distritos eleitorais; voto incompleto e renovação do mandato bienalmente por metade;

4a. Iniciativa do governo e da Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competirem exclusivamente a esta;

5a. Autonomia municipal;

6a. Poder Judiciário do Estado, juízes municipais, juízes de Direito nomeados pelo Governo do Estado, conforme as determinações da lei;

* Correio do Povo, 22-02-1942.

7a. Liberdade de imprensa, sujeito o julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários.

Antes de terminados os trabalhos, tomou a palavra Gaspar Silveira Martins e propôs ao Congresso a candidatura do general João Nunes da Silva Tavares à Presidência do Estado.

Este falou, em seguida, e declarou que aceitaria o cargo uma vez que os chefes locais presentes, no momento, àquela assembléia, empenhassem sua palavra de honra de que, em toda e qualquer emergência, por crítica que fosse, lhe prestariam todo o apoio. Em resposta, todo o Congresso irrompeu, então, em vibrantes aclamações ao glorioso candidato gasparista.

Mais uma vez, fazendo uso da palavra, Silveira Martins, referindo-se ao Marechal Floriano Peixoto, então na Presidência da República, declarou o seguinte:

“Não é um estadista para dirigir o país no momento atual, por lhe faltarem certos predicados; mas é um homem honrado e constitucionalmente se acha investido da autoridade de primeiro magistrado da Nação. Cumpre-nos, pois, pelo amor à ordem, apoiá-lo, a fim de que essa ordem seja uma verdade e possamos ter a liberdade de evidenciar a superioridade de nosso ideal e escolher cidadãos aptos que contribuam eficazmente para o engrandecimento material e moral de nossa Pátria.”

Aplaudidíssimo foi o grande tribuno rio-grandense ao terminar a sua oração.

A 1º de abril, Joca Tavares telegrafou a Floriano Peixoto comunicando a escolha de sua candidatura, nestes termos:

“Bagé, 1º de abril. Gen. Floriano Peixoto, Rio. Apesar de minha recusa, foi ontem em reunião solene chefes Partido Federal aclamada minha candidatura Presidência Estado. Precária situação Rio Grande, continuamente ameaçada tranquilidade, demoveu-me afinal. Meu intento dar organização civil ao Estado, garantir liberdade cidadãos, conciliar elementos civis e militares, fazer emanar pela justiça instituições republicanas. Para levar ao fim tal intento preciso contar com apoio meu velho amigo e camarada, que dirige os destinos da Pátria Grande, como ele deve contar comigo”.

No dia seguinte dirigiu Joca Tavares este outro telegrama:

“Bagé, 2 de abril. Gen. Floriano Peixoto - Rio. Logo após meu telegrama de ontem a V.Exa. chegou notícia semi-oficial, que oficiais recém-chegados declararam ter V.Exa. mandado instituir governo com elementos contrários à obra da revolução. Manda lealdade de amigo e velho camarada ponderar V.Exa não atenda notícias alarmantes adrede espalhadas. Não sacrifique General, Rio

Grande, que é a vanguarda da República Federal, que todos aqui estamos dispostos a sustentar com sacrifício da própria vida. A maioria do Estado aqui reunida por minha convocação condenou procedimento Governador, decretando leis contrárias ao pensamento da revolução, violentando imprensa, adiando a eleição, decretando constituição positivista. Atas serão publicadas e remetidas a V. Exa. *Silva Tavares*.”

A esses telegramas, respondeu o Marechal Floriano Peixoto:

“Rio, 3 de abril - Gen. Tavares. Ciente reunião política levantou vossa candidatura Governador, agradeço fineza comunicação. Meu mais ardente desejo é ver reunidos republicanos para poderem concorrer consolidação da República Federativa mais breve possível, busco este objetivo que o patriotismo aconselha sem repelir concidadãos que quiserem cooperar para pronta realização desse *desideratum* que deve ser de todos os patriotas.

Não mandei emissário algum, menos ordem instituir governo contrário patrióticos princípios revolução triunfante. Fiz regressar oficiais chamados aqui por considerá-los sinceros e ainda porque esforço-me retirar política das fileiras Exército. Essa explicação é dada a meu velho camarada que muito me merece e a quem saúdo afetuosamente. *Floriano Peixoto*”.

O governo de João de Barros Cassal*

Desde seu início, a administração do General Domingos Alves Barreto Leite vinha sofrendo uma forte oposição da Federação, órgão de Júlio de Castilhos, que o não poupava, analisando-lhe, com severidade, todos os atos, para concluir que o governo imposto pela revolução popular de 12 de novembro de 1891, em Porto Alegre, teria que baquear, em face da anarquia então reinante e da discórdia que se observava entre os dirigentes dos poderes públicos do Estado.

Procurando apoiar-se nos elementos de Gaspar Silveira Martins, que já se vinham mostrando desgostosos e retraídos, o General Barreto Leite e Barros Cassal procuraram o tribuno, na casa de residência do Coronel Joaquim Pedro Salgado, na rua General Câmara, logo após a sua chegada a esta capital, o que ocorreu a 21 de fevereiro de 1892, conforme já divulgamos.

Entretanto, enquanto Silveira Martins sustentava as suas idéias parlamentaristas, Barros Cassal batia-se pelo presidencialismo. Quanto ao

* Correio do Povo, 27-04-1940.

General Barreto Leite — segundo declaração que fizera, em palácio, ao Dr. Adriano Nunes Ribeiro, redator da Reforma — era parlamentarista, o que, porém, foi por esse desmentido. Esse fato deu margem a uma polêmica entre ambos, vindo, ainda mais, contribuir para o afastamento dos partidários de Silveira Martins do governo de então.

No dia 4 de março de 1892, o General Barreto Leite passou a Presidência ao Dr. João de Barros Cassal, a quem nomeara 1.º Vice-Governador do Estado, dirigindo, nesse sentido, longo manifesto ao Rio Grande do Sul.

Eis os termos desse interessante documento:

“Aos meus concidadãos — Acabo de passar ao Dr. Barros Cassal a autoridade governamental de que me investira a revolução de novembro último. No posto de que me retiro, me conservei, até agora, sem interrupção de um só dia de atividade; e nele continuaria ainda honrado pela confiança de meus concidadãos, se o grave estado de minha saúde, profundamente alterado, não fora um obstáculo já agora para mim invencível, apesar de minha boa vontade em lhe ser superior.

Já tenho dado, creio, aos meus patrícios rio-grandenses exuberantes provas de que, como eles, sei fazer o sacrifício de todas as adoráveis condições da vida tranqüila e amena do lar, quando a Pátria reclama o esforço abnegado de seus filhos.

Não se presumirá, pois, que um velho servidor da Pátria e soldado decidido da República procure esquivar-se ao cumprimento do dever patriótico de ocupar posição que lhe seja delegada em momento de dignificadora agitação política.

Não, tal procedimento egoístico e criminoso não teria eu.

Se agora deixo de ocupá-la, provisoriamente, é porque absolutamente estou impedido de prosseguir nela.

A minha idade avançada e a enfermidade me estão a determinar que repouse, um pouco, se novos serviços, ainda que modestos, quero prestar ao Rio Grande do Sul.

Que os meus patrícios me permitam, pois, estes lazeres e que observem que, em compensação, nas fileiras dos defensores da honra e autonomia rio-grandense, me substituí cidadão preclaro e de invejável ardor cívico, alma republicana, afeita aos penosos labores da luta pela liberdade.

Foi ele o imediato auxiliar de minha administração, o companheiro, o amigo de todos os momentos.

Conhecia os seus serviços à revolução, os ideais políticos que representa.

Não surge nas alturas do poder como o delegado de um poder estranho à revolução vitoriosa; ao contrario, é o escolhido por mim.

E diz-me a consciência que, em nenhum outro ato por mim praticado, fui intérprete dos sentimentos gerais da opinião rio-grandense com tanta felicidade e segurança como quando o nomeei 1.º Vice-Governador do Estado.

Pressagio para o Rio Grande uma administração exemplar, honesta e progressiva, com a qual, por isso, de antemão, me constituo inteiramente solidário.

Concidadãos: Cercai de prestígio e força o governo do Dr. João de Barros Cassal, assim como já lhe assegurastes lugar assinalado entre os filhos beneméritos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 4 de março de 1892. Domingos Alves Barreto Leite”.

A propósito da passagem do governo do General Barreto Leite para as mãos de Barros Cassal, o Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República, dirigiu ao primeiro o seguinte telegrama, datado de 5 de março:

“Inteirado terdes passado o governo do Estado ao Dr. Cassal, sinto imensamente que incômodos de saúde a isso vos forçasse. Vossos assinalados serviços à causa da República no curto período do vosso governo jamais serão esquecidos e asseguro-vos que tereis sempre em mim um amigo e um admirador de vosso caráter e patriotismo. — Floriano Peixoto”.

Ao Dr. Barros Cassal foi transmitido o seguinte despacho:

“No desempenho do cargo de que vos achais investido, tenho certeza de que, traduzindo perfeitamente o elevado sentimento do povo rio-grandense, sabereis dar novas provas de patriotismo e de vossa dedicação em prol da República e da integridade da Pátria. — Floriano Peixoto”.

Um dos primeiros atos do novo governante foi a instalação do Tribunal de Relação.

Já tivemos oportunidade de dizer que o governo do General Barreto Leite extinguiu aquela alta Corte de Justiça.

Posteriormente, foi reorganizada a magistratura rio-grandense, tendo o governo decretado que as funções judiciais seriam exercidas por um Superior Tribunal, que se denominaria — Relação — e cuja sede seria Porto Alegre; por juízes de comarca, que se denominariam — juízes de Direito; por juízes distritais e pelo júri.

Para constituírem a nova Corte de Justiça, foram nomeados: o Desembargador Francisco Rodrigues Pessoa de Mello, os juízes de Direito Drs. Manoel Duarte Ferreira Ferro, James Franco de Oliveira e Souza, Pantaleão Paulo Pereira, Antonio José Pinto e bacharéis Ulisses Segismundo de Araújo Batinga e Antero Ferreira d’Avila.

No dia 8 de março, pelas 10 horas da manhã, compareceu ao Palácio da Justiça o Dr. Barros Cassal, Governador em exercício.

Recebido com a maior cortesia, sentou-se ele do lado direito do Desembargador Antonio José Pinto, que, assumindo a Presidência, declarou aberta a sessão de instalação do Tribunal e mandou proceder à eleição para Presidente dessa Corte. Para esse cargo, foi eleito o Desembargador Pessoa de Mello, que, usando da palavra e depois de tomar assento, agradeceu a confiança de que tinha sido depositário, declarando que, para o perfeito e correto desempenho das funções que ia ocupar, muito esperava das luzes dos demais colegas.

Finalizou vivando a Republica Federal, o Dr. Barros Cassal e Rio Grande do Sul.

O governo de Barros Cassal e a Imprensa*

A revolução triunfante, que se desencadeara em Porto Alegre, a 12 de novembro de 1891, de que resultou a queda do governo de Júlio de Castilhos, teve no “gasparismo” a sua força dominadora, apoiada como era, pela grande maioria dos jornais da época.

Graças, pois, à influência dos mais graduados correligionários de Silveira Martins, foram os dissidentes guindados ao poder.

A 4 de março de 1892, o General Barreto Leite transmitia o Governo do Estado ao Vice-Presidente João de Barros Cassal, que, logo depois de ascender a essa elevada posição, expediu, além de outros, um decreto, estabelecendo normas a seguir pela imprensa.

A celeuma provocada pela irrefletida resolução governamental foi de tal monta que a quase unanimidade dos periódicos do Estado suspendeu sua publicação.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, e não concordando com a administração de Barros Cassal referente aos negócios públicos, dois políticos, dos mais ilustres, demitiam-se dos seus cargos: Apolinário Porto Alegre, Diretor da Instrução e Germano Hasslocher, Promotor da Comarca da capital, ambos pertencentes ao Partido Federalista.

O primeiro era um cabedal de sabedoria. Jornalista, poliglota, poeta e conhecedor profundo do guarani, deixou trabalhos esparsos sobre o idioma indígena.

* Correio do Povo, 08-09-1940.

O segundo, polemista brilhante, mantinha, na Reforma” uma seção política muito apreciada — “Tiro no Alvo”.

No Congresso Nacional, como representante do Rio Grande do Sul, durante o atual regime, Germano Hasslocher deixou nome invejável, como tribuno eloquente e inigualável.

Publicavam-se em Porto Alegre diversos jornais no vernáculo e nos idiomas alemão e italiano.

Entre eles, o “Jornal do Comercio”, que era dirigido pelo professor Aquiles Porto Alegre e por Caldas Júnior, fundador do “Correio do Povo”; “A Reforma”, que tinha como redator principal Adriano Nunes Ribeiro e como redatores Apolinario Porto Alegre, Germano Hasslocher, Wenceslau Escobar e outros; o “Mercantil”, que era dirigido por Daniel Job, tendo como colaboradores Campos Cartier, o acadêmico de Direito Constantino Pereira da Silva, o Alferes do Exército Antonino Machado e outros; “A Federação”, que tinha como diretor Júlio Prates de Castilhos e como colaboradores Martins Costa Junior, Pedro Moacyr, Alfredo Varella e outros; “O Rio Grande”, que era redatado por Demétrio Nunes Ribeiro, tendo como companheiros Barros Cassal, Antônio de Faria, Anibal Cardoso, Dinarte Ribeiro, Artur Candal e outros; “A Época”, que tinha como diretor Alfredo Clemente Pinto e como colaboradores Lacerda de Almeida, Luís Englert, Bernardino da Cunha Bittencourt e outros; e “A Gazetinha”, que tinha como Diretor-proprietário Otaviano Manoel de Oliveira.

Como já tivemos ocasião de dizer no artigo anterior, o decreto aludido dispunha que era livre a manifestação de pensamento por meio da imprensa, mas que todos os artigos deviam ter, por extenso, os nomes dos autores, sendo multados em duzentos mil réis os que usassem de nomes e assinaturas supostas. Na reincidência, seria suspensa a publicação da folha por trinta dias. As penas eram impostas pelas autoridades policiais, havendo recurso para o governo no prazo de 24 horas.

Os jornais da capital protestaram contra o mencionado preceito governamental, não o fazendo, apenas, “o Rio Grande”, órgão-chefe dos dissidentes: o “Echo do Sul”, do Rio Grande, e “A República”.

A quase totalidade dos periódicos fechou. Para melhor esclarecimento do leitor, vamos reproduzir, a propósito da celeuma levantada, o seguinte telegrama expedido desta capital para a imprensa carioca:

“Porto Alegre, 26 de março de 1892 — O governo do Estado, abolindo o anonimato da imprensa, de acordo com a Constituição Federal, fez um Regulamento omissivo e ridículo, pretendendo que os jornalistas assinem seu

nome por inteiro em todas as publicações, até nos anúncios, anedotas, receitas de pudins, obituário, sujeitando a imprensa à ação imediata da polícia. A imprensa de Porto Alegre não quer o anonimato, mas declara não se sujeitar a estas exigências ridículas.

A polícia multou “A Federação”, o “Jornal do Comercio”, “A Reforma”, que, álias, têm editores e os nomes dos redatores nos cabeços e artigos assinados. A imprensa reunida, com exceção do “Rio Grande”, jornal do governador, foi pedir a este modificação do decreto. Desatendidos, suspenderam sua publicação “A Reforma”, “O Mercantil”, o jornal italiano “Corriere Catholico”, “A Época”, “O Avenire”, “O Século”, “A Gazetinha” e “O Ramalhete”.

Somente “A Federação” continuou, esperando a violência já cometida, pois, ontem foi intimada a suspender sua publicação por 30 dias.

Já aderiram ao movimento o “Artista”, o “Diário do Rio Grande”, o “Rio Grande do Sul”, o “Correio Mercantil”, o “Diário Popular”, o “Nacional”, a “Gazeta da Tarde”, o “Diário de Jaguarão”, a “Ordem”, o “Quinze de Novembro”, a “União Nacional”; o “Canabarro”, o “Comercio”, o “Movimento”, a “Gazeta de Alegrete”, a “Gazeta de Itaqui”, o “Taquariense”, o “Independente”, o “Deutsches Volksblatt”, o “Koseritz”, o “Deutsche Zeitung” e o “Pionier”.

Uns já suspenderam espontaneamente, outros aguardam a violência. A imprensa é solidária em todo o Estado, com exceção, apenas, do “Eco”, redigido pelo juiz distrital, agora nomeado, e da “República”. Imprensa Porto-Alegrense.”

“O Quinze de Novembro”, órgão republicano, publicava-se na cidade de Cachoeira e era dirigido pelo então deputado federal Dr. Borges de Medeiros, que, nessa época, advogava naquele foro.

A maioria dessas folhas, com o tempo, desapareceu. Na capital, apenas existem duas, que se publicam, diariamente, nos idiomas português e alemão: o antigo “Koseritz Deutsche Zeitung” e o “Deutsches Volksblatt”. Quanto aos demais jornais, ainda circulam a “Gazeta de Alegrete”, o “Diário Popular”, de Pelotas, e o “Taquariense”, de Taquari.

Além do ilustre chefe do extinto Partido Republicano Riograndense, três jornalistas de renomes ainda existem e residem, nesta capital, o Dr. Martins Costa Júnior e o Sr. Artur Toscano Soares Barbosa, redatores, então, de “A Federação” e do “Correio Mercantil”, de Pelotas, respectivamente; e o Dr. Alfredo Varella, que fixou residência em Lisboa.

Artur Toscano trabalhou, mais tarde, no “Artista”, no “Eco do Sul” e no “Diário”, do Rio Grande; no “Jornal do Comercio” e na “Federação”, desta capital. Também tem escrito artigos cintilantes nas colunas do “Correio do Povo”.

No dia 31 de março, reuniram-se os jornalistas porto-alegrenses, no edifício do “Jornal do Comércio” e, tomando a palavra, o Sr. Aquiles Porto Alegre, redator da referida folha, declarou que, havendo o governo modificado, a 29 do mesmo mês, o decreto referente às normas estabelecidas à imprensa, os jornais deveriam, de novo, circular.

E, unanimemente, manifestaram-se de acordo com o orador todos os jornalistas presentes.

A 1º de abril voltaram todos os periódicos a se publicar, tanto na capital, como no interior e no sul do Estado.

A modificação que sofrera o decreto era, apenas, exigindo da imprensa que os artigos deviam ser assinados e o nome do responsável pelo noticiário devia figurar no cabeçalho dos respectivos jornais.

E essa nova determinação foi obedecida.

A Brigada Policial criada pelo Governo de Barros Cassal*

Barros Cassal, poucas semanas depois de assumir o governo do Rio Grande do Sul, em face de se ter agravado o estado de saúde do General Domingos Alves Barreto Leite, que se achava à testa dos negócios públicos, desde 17 de novembro do ano de 1891, resolveu decretar uma nova organização à força policial.

Na mesma ocasião, expediu Barros Cassal outro decreto, no qual dispunha que era livre a manifestação de pensamento por meio da imprensa, mas que todos os artigos deviam ter, por extenso, os nomes dos autores, sendo multados em duzentos mil réis os que usavam de nomes e assinaturas supostas. Na reincidência, seria suspensa a publicação da folha por trinta dias. As penas eram impostas pelas autoridades policiais, havendo recurso para o governo no prazo de 24 horas.

Desse seu ato, resultaram sérias consequências para o seu debilitado governo.

Em março de 1892, assumindo, na qualidade de Vice-Presidente, nomeado pelo Marechal Floriano Peixoto, então Presidente da Republica, as rédeas governamentais, e sendo recebido com viva simpatia pela quase unanimidade

* Correio do Povo, 1º-09-1940.

da imprensa rio-grandense, poucos dias depois, em virtude desse decreto, vinha a sofrer uma forte oposição não só de parte dos periodistas, como do elemento popular.

Por hoje, limitamo-nos a tratar da parte, a que acima aludimos, referente à reorganização da milícia estadual.

A escolha do comandante dessa corporação não podia ser mais desastrada para o governo do futuro, veremos a atuação que teve o Tenente do Exército Antonio Carlos Chachá Pereira, no exercício de suas funções.

Figuram no Corpo Policial nomes conhecidos do nosso povo, como, por exemplo, o ilustre clínico Dr. Serapião Mariante, que fazia parte do Estado-Maior, na qualidade de capitão-médico; o então Capitão Aristides de Câmara e Sá, o alferes Nabuco Varejão e tantos outros.

O decreto, organizando essa força e assinado por Barros Cassal e Aurélio de Bittencourt, está assim concebido:

“1.ª Diretoria. N.º 146. Ato de 28 de março de 1892, organizando o Corpo Policial do Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Governador, de conformidade com o disposto no artigo 4.º do ato n.º 146 “A”, desta data, resolve organizar o Corpo Policial do Estado, criado pelo citado ato, da forma seguinte:

ESTADO MAIOR — Tenente-Coronel comandante, o Tenente do Exército Antônio Carlos Chachá Pereira; Major Fiscal, o Capitão Luís da Silva Telles; Major fiscal, o Capitão Carlos da Costa Bandeira; Alferes Ajudante, o Alferes Miguel Soares Moreira; Alferes Ajudante, o Alferes Alcibiades Marcio Ortiz de Borba; Alferes Quartel-Mestre, o Sub-Official Ventura Hygino da Silva Freitas; Alferes Secretario, o Alferes João Garibaldino Rolim; Capitão-Médico, o Dr. Serapião Mariante.

BATALHÃO DE INFANTARIA — 1.ª Companhia. Capitão, o Tenente Miguel José Pereira; Tenente, o Alferes Elias José Soares; Alferes, o Alferes João Antonio Pereira; Alferes, o Alferes Perciliano Bento Xavier dos Anjos; Alferes, o Alferes Luís Gomes de Andrade.

2.ª Companhia — Capitão, o Tenente Aristides da Câmara e Sá; Tenente o Alferes Juvêncio Xavier de Abreu; Alferes, o Alferes Ulisses Pinto Bandeira; Alferes, o Alferes Francisco Nabuco Varejão; Alferes, o Alferes Álvaro Pereira Sarmiento.

3.ª Companhia. — Capitão, o Capitão Antônio Braz de Carvalho; Tenente, o Alferes Francisco Antônio de Freitas; Alferes, o Alferes Luís Antônio Ourique; Alferes, o Alferes Luiz Álvaro Xavier; Alferes, o Alferes Sezefredo Antônio de Moura.

4.^a Companhia. — Capitão, o Tenente Francisco Maria de Souza; Tenente, o Alferes João Machado do Moraes Sarmento; Alferes, o 1.^o Sub-Oficial Francisco Pedro de Araújo e Silva; Alferes, o 1.^o Sub-Oficial, Hermenegildo Antônio Pereira; Alferes, o 2.^o Sub-Oficial Firmiano Joaquim Ignacio Godinho.

REGIMENTO DE CAVALLARIA. — 1.^o Esquadrão, Capitão, o Tenente José Ricardo de Magalhães; Tenente, o Alferes Antonio Braz Ribeiro; Alferes, o Alferes Eleutério José Gonçalves; Alferes, o Alferes Marçal Ferreira Martins; Alferes, o Alferes Francisco de Salles Ferreira.

2.^o Esquadrão. — Capitão, o Capitão Manoel Bento da Fontoura Casado; Tenente, o Alferes João Henrique Otten; Alferes. Manoel Antônio Pires; Alferes, o Alferes André Antônio de Moraes; Alferes, o Alferes Manoel Pinto Bandeira.

3.^o Esquadrão — Capitão, o Tenente Antonio Garibaldi Loureiro; Tenente, o Alferes Rafael Soares de Carvalho; Alferes, o Alferes Geraldo Carlos de Macedo Pires; Alferes, o Alferes Joaquim Vicente Machado; Alferes, o Alferes Joaquim Pereira Marques.

4.^o Esquadrão. — Capitão, o Capitão Tomás José Pereira Júnior; Tenente, o Alferes Jordão Alves de Oliveira; Alferes, o Alferes Marciano de Almeida e Oliveira; Alferes, o Alferes Carlos Cavalheiro Leite; Alferes, Bernardino Ourique de Lima.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 28 de março de 1892 — João de Barros Cassal. Conforme. O Diretor Geral, Aurélio Virissimo de Bittencourt.”

Chachá Pereira e o governo de Barros Cassal*

Vários atos do Governo de Barros Cassal provocaram grande celeuma. Nenhum, porém, teve uma tão forte repercussão como o que traçara regras à imprensa.

“A Federação” aproveitou-se dessa circunstância para tirar partido contra o ilustre republicano dissidente que estava à testa dos negócios públicos da ex-Província.

Exceto o “Rio Grande”, órgão governamental, o “Eco do Sul” e “A República”, todos os outros periódicos da capital, do sul e do interior romperam com Barros Cassal.

Veremos, em breves dias, as conseqüências que resultaram do decreto que tomara o n.º 23, que incompatibilizou o dirigente do Estado com a opinião pública rio-grandense.

* Corrcio do Povo, 15-09-1940.

Tinha, agora, o valente batalhador da propaganda, diante de si, como adversários temíveis, aqueles mesmos elementos que, na manhã de 12 de novembro de 1891, levaram ao poder o triunvirato: Assis Brasil, Barros Cassal e o General Manoel Luís da Rocha Osório.

Já os leitores estão bem elucidados sobre a causa determinante do rompimento da imprensa contra o governo de Barros Cassal: a proibição, por decreto, do anonimato em relação a toda espécie de matéria que publicavam os jornais.

“A Federação”, que tinha, então, Júlio de Castilhos como diretor; João Maia, como noticiarista e Eduardo Marques como editor, publicou vários artigos em que manifestava a ilegalidade do ato do governo, deixando de ceder à intimação do Tenente do Exército Chachá Pereira, Chefe de Polícia e Comandante do Corpo Policial, no sentido de dar cumprimento ao decreto que dispunha sobre as normas a seguir pela imprensa.

Em face disso, foi ordenada a suspensão da folha, por trinta dias. Nova desobediência. O governo, cada vez mais, diminuía o seu prestígio perante o povo.

Tentou prender Eduardo Marques, mas não o conseguiu. Processou-o. Tudo em vão: “A Federação” continuava a sair.

Enquanto tudo isso se passava, Júlio de Castilhos, General Júlio Frota, Coronéis Tomaz Flores, João César Sampaio e outros oficiais de alta patente trabalhavam junto ao seu adversário político, Chachá Pereira, para abandonar a dissidência. Esse trabalho surtiu o efeito desejado: Chachá Pereira não vacilou em aderir poucos dias depois.

Foi um grande golpe vibrado no governo e uma vitória a assinalar para o partido chefiado por Júlio de Castilhos. Em vão, procurou Barros Cassal restabelecer o prestígio de seu governo. Não o conseguiu. Prova-o o fato que passamos a narrar.

O “Jornal do Comercio” órgão matutino, dirigido pelo Professor Aquiles Porto Alegre e por Caldas Júnior, voltando a circular a 1.º de abril, não se atemorizou com as contínuas intimações e ameaças policiais, deliberando seguir o exemplo dado pela “A Federação”, isto é, não dar cumprimento ao decreto em referência.

Assim é que, presos, embora, os seus entregadores e vendedores, na ocasião em que desempenhavam o seu mister, os seus redatores não se acovardaram por esse fato. Nem mesmo quando alta madrugada, a polícia penetrou no edifício do jornal e prendeu dois dos seus funcionários, os menos culpados, e os levou presos.

Vendo-se privado daqueles elementos subalternos, tão necessários à divulgação dos periódicos, o “Jornal do Comércio” passou a ser distribuído e a ser vendido dentro da própria redação.

O governo derrotado desnor-teara. Perdera a partida, trazendo, consigo, a anarquia.

Os maiores agitadores do movimento de 13 de novembro de 1891 foram Ernesto Paiva e Emílio Ferreira, ambos “gasparistas” convictos.

O primeiro fora nomeado pelo governo revolucionário juiz distrital da comarca de Porto Alegre, cujas funções exercia no momento mais crítico, quando a luta mais acesa se apresentava entre o governo dissidente e a imprensa rio-grandense.

Coube a Ernesto Paiva, na qualidade de juiz distrital, proferir sentença nos autos do processo movido contra Eduardo Marques, a que, linhas acima, fazemos menção.

Absolvendo o editor de “A Federação”, feriu o juiz, de cheio, a Chefia de Polícia, sem, porém, julgar o decreto ilegal ou inconstitucional, mas para dar ganho de causa à imprensa.

Vejamos, agora, na íntegra, a decisão de Ernesto Paiva: “Vistos, etc. — O promotor público da comarca deu denúncia contra Eduardo Marques, editor da “A Federação”, jornal que se publica nesta cidade, por ter desobedecido à ordem do Chefe de Polícia do Estado, saindo o mesmo jornal à publicidade dentro dos 30 dias da suspensão que lhe foi imposta pela mesma autoridade, nos termos do artigo 6.º do Decreto n.º 23 de 16 de março último, em virtude de reincidência na infração do artigo 2.º do citado decreto.

Examinando o exemplar do jornal a folhas 6, vê-se que a infração que motivou a ordem de cuja transgressão o réu é acusado, consistiu em não serem os artigos da seção redatorial assinados com o nome por extenso de seus autores e em não terem assinaturas os escritos estampados na seção do noticiário, fazendo-se conhecido o autor dos mesmos escritos pela declaração do nome do noticiário no alto do jornal.

E, desprezando as alegações da defesa, fundadas na ilegalidade do decreto de cuja execução se trata, quer por incompetência do governo que o expediu, quer por antinomia de suas disposições com as do Código Penal, na parte em que este estabelece o regime da responsabilidade solidária por abuso de liberdade de manifestar o pensamento: a primeira, porque o citado decreto está dentro das raias constitucionais, como o seu preâmbulo demonstra; a segunda, porque ele não cria um regime novo de responsabilidades, não ataca, antes facilita a eficaz aplicação do princípio da responsabilidade solidária, estabelecido pelo Código,

dispondo em obediência ao preceito constitucional sobre as publicações pela imprensa, de modo a tornar conhecida a autoria de todos os escritos e perfeita a responsabilidade moral e legal do seus autores — a cercar de garantias os mais caros interesses sociais, expostos aos mais rudes ataques ao regime do anonimato e a moralizar e dignificar a própria imprensa.

Mas, considerando que, sendo o fim do decreto de 16 de março fazer conhecida a autoria de todas as publicações como acima ficou dito, não há violações de suas prescrições no fato de serem as mesmas publicações assinadas com os nomes, embora incompletos, pelos quais são geralmente conhecidos os seus autores.

Considerando que esta inteligência mais liberal deste decreto está firmada por decisão do próprio governo no recurso a. que deu provimento, interposto pelo jornal “Rio Grande”, da multa que lhe foi imposta por igual motivo, como consta do exemplar junto a folhas 30.

Considerando que a mesma razão de decidir, deduzida do pensamento ou intuito que presidiu a confecção do decreto, se aplica ao caso de não encontrarse no fim de cada tópico do noticiário ou no fim deste, mas no alto do jornal, o nome de seu autor responsável.

Considerando que, à vista do exposto, o réu não transgrediu as disposições do decreto, e, portanto, não é passível de pena da desobediência pelo não cumprimento da ordem do Chefe de Polícia, fundada em uma interpretação mais literal do decreto;

E, assim julgando, absolvo o réu Eduardo Marques da acusação contra ele intentada.

As custas pelos cofres municipais. Porto Alegre, 9 de abril de 1892. Ernesto dos Santos Paiva.

O governo de Barros Cassal e a política positiva*

Com o rompimento da grande maioria dos jornais do Estado, inclusive os de Porto Alegre, com Barros Cassal, a situação deste, perante a opinião pública, tornava-se cada vez mais crítica.

Dizia-se que aquele ilustre agitador da propaganda republicana se inspirava em Demétrio Ribeiro para implantar, no seu governo, a doutrina de Augusto

* Corrcio do Povo, 24-09-1940.

Comte, da qual este, Anibal Cardoso e Júlio de Castilhos eram, então, os mais entusiastas e ardorosos adeptos.

E acrescentava-se que a revolução triunfante a 12 de novembro de 1891, em Porto Alegre, fora provocada, justamente para libertar o nosso Estado da Constituição de 14 de julho desse ano, que se inspirara no sistema positivo e que, agora, voltava a dominar, na ex-província.

Demétrio Ribeiro, Adriano Ribeiro e Gaspar Ribeiro eram irmãos, naturais de Alegrete e todos três engenheiros civis.

Demetrio, republicano dissidente, era redator principal do “Rio Grande”, e Adriano Ribeiro era o diretor da redação de “A Reforma”, órgão de Silveira Martins.

Inimigos políticos que eram, mais de uma vez terçaram armas em caminhos opostos.

Vejam, hoje, parte de um artigo que Adriano Ribeiro publicou na folha gasparista, em sua edição de 12 de abril de 1892, numa terça-feira, em resposta a dois editoriais firmados, no “Rio Grande”, pelo seu irmão Demétrio Ribeiro e pelo professor da Escola Militar, o Tenente do Exército Anibal Cardoso, amigo inseparável deste e de Cassal:

“Dos dois editoriais do “Rio Grande”, de sábado, alguns conceitos não podem passar sem contestação.

O primeiro está firmado pelo Sr. Demétrio Ribeiro, que passa, com razão, por ser o inspirador do governo atual; havendo, pois, nesse artigo, além da importância real de ser ele de sua autoria, decorre, ainda, o fato de ser S.Sa. o diretor espiritual da política governamental.

Esse artigo gerou em nosso espírito novas e dolorosas preocupações sobre o futuro que aguarda a sociedade rio-grandense.

Como se não bastasse tudo quanto o governo provisório havia feito em sentido contrário ao pensamento da revolução de novembro, para provocar o desgosto de todos quantos nela tomaram parte ativa, não medindo a extensão dos sacrifícios, anuncia-se, ainda, um novo, ataque ao espírito liberal do Rio Grande, mais uma tentativa de implantar, aqui, um sistema político repellido no mundo inteiro, sistema que não poderá produzir o regime livre para a realização do qual empunhamos armas, escrevendo uma das mais brilhantes páginas de nossa história.

Há intenção de dar-se, também ao município, organização imediata, o que quer dizer que está no pensamento do governo anular, por completo, o poder Legislativo, que passará a ser exercido cumulativamente pelo Executivo.

Recapitulemos: O governo atual conquistou a confiança pública, dando a conhecer o programa governamental de 12 de novembro, pelo qual limitava sua missão “a manter a ordem pública e a presidir a eleição com imparcialidade e com justiça”.

Em conseqüência desse programa digno de um governo patriótico, resolvemos, os que tomamos parte na revolução desde o início da conspiração e os que vieram, à última hora, trazer o concurso de seus talentos e de seu patriotismo, lembrar a conveniência de ser convocada uma “Convenção”, à qual o governo entregaria os poderes que, provisoriamente, lhe foram confiados pela soberania popular, no dia em que aqui caiu o ditador.

Decretada a convocação, não houve ninguém que não aplaudisse o ato, por sem dúvida indicativo de muita probidade política e de muito patriotismo do honrado general autor do decreto.

Os decretos ou, antes, os atos que se seguiram — que tinham por fim manter a ordem pública e estabelecer os elementos por uma eleição livre e digna da revolução — foram, todos, recebidos com aplausos pela população do Estado.

A reforma do poder judiciário era uma medida reclamada pela necessidade de manter a ordem pública, porque a organização existente da magistratura era um obstáculo ao cumprimento da primeira parte do citado programa. E os aplausos a esse ato do governo provisório seriam gerais, se não fora a circunstância de conter o decreto disposições menos justas e menos convenientes, tais como a supressão de comarcas da fronteira, de grandes territórios, onde a ação da justiça precisa ser pronta e a classificação de algumas em primeira instância, quando da segunda foram classificadas outras de importância inferior àquelas.

Mas, sendo a medida necessária e de acordo com o programa do governo, não sofreu este oposição maior, limitando-se, alguns, a negar solidariedade ao ato, por estar ele firmado na Constituição de 14 de julho, contra a qual, principalmente, foi feita a Revolução de novembro. Em seguida, vieram outros decretos — o do exercício da profissão e o da imprensa — manifestamente inconstitucionais e positivamente contrários aos intuitos dos revolucionários triunfantes.

Viu-se, então, este caso estranho: os revolucionários de novembro derrocaram uma ditadura para, sobre as ruínas desta, levantarem o edifício da liberdade rio-grandense; eis, porém, que vai surgindo nova ditadura, semelhante à primeira, que desprezava todas as demonstrações da opinião pública, e que nulificára todos os poderes políticos, que são delegações da soberania do povo, salvo um — o Executivo — que absorverá os outros!

O poder, repito, havemos de tê-lo, mas dignamente, honradamente, no momento em que ele nos for entregue pela soberania popular.

O outro artigo a que aludi, ao começar este, é do Sr. Anibal Cardoso.

Não venho discutir com S.Sa. porque eu sou homem político; homem de partido; ele não o é, conforme sempre o declara, considerando os partidos políticos retrógrados, o que quer dizer que sua aparição na imprensa, nas discussões partidárias, é, sem ofensa, a de um carancho.

Mas, em seu artigo, entre outros conceitos, lemos este:

“Pelo que vemos, “A Reforma” tem teiró velho com a doutrina que quer a política subordinada à moral”.

Temos deixado de responder ao severo filósofo, lente catedrático de Sociologia, porque nos repugnam discussões pessoais.

Nem venho, agora, repito, com o fim de entreter polêmica com S.Sa. mas tão somente para lhe dizer que sua moral não provoca inveja em ninguém, aqui, em nosso acampamento.

Aqui, diz nossa consciência, há verdadeira abnegação patriótica; aqui, não há pensionistas do Tesouro; aqui, os que se dedicam ao serviço da Pátria, conhecem os sacrifícios, os experimentam diariamente.

E nada mais desejo dizer ao Sr. Anibal Cardoso”.

Fim do governo de Barros Cassal*

Pouca duração teve o governo de Barros Cassal no agitado ano de 1892, pois, assumindo-o a 4 de março, nele se conservou apenas até ao dia 19 de abril, isto é, mês e meio.

As diversas leis que promulgara durante o seu período presidencial, foram os motivos mais poderosos que levaram a imprensa, em sua quase unanimidade no Rio Grande do Sul, a romper com Barros Cassal.

Nessa crítica situação, já não mais contando com o apoio da maioria dos revolucionários de 12 de novembro de 1891, que eram gasparistas, só lhe restava uma coisa: renunciar. E o fez, passando, de novo, o governo ao General Domingos Alves Barreto Leite.

A 21 de abril de 1891, Adriano Nunes Ribeiro, Wenceslau Escobar e Apolinário Porto Alegre, redatores de “A Reforma”, órgão chefe do partido de Silveira Martins, dirigiram um apelo ao General Barreto Leite no sentido de

* Corrcio do Povo, 29-10-1940.

serem suspensos vários decretos do seu antecessor, pois, diziam, não representavam o pensamento dos autores da queda de Júlio de Castilhos.

Salientaram, ainda, os três ilustres federalistas, a discordância que havia entre a atitude do governo cassalista e as idéias que presidiram a convocação de uma Convenção em que tinham tomado parte os partidários do parlamentarismo e os dissidentes.

Vamos, pois, ouvir as queixas que os três redatores do paladino das idéias de Silveira Martins fizeram ao assumir, outra vez, a governança da ex-província o General Domingos Alves Barreto Leite:

“O governo continua com os poderes transitórios que a revolução lhe confiou e, hoje, que, de novo, representais essa entidade moral, continuais, pela mesma forma, depositário desses poderes.

Sendo assim, bem compreendeis que vosso honrado antecessor foi infiel no cumprimento das idéias que presidiram a convocação da Convenção Rio-grandense e isso explica a recente Constituição que outorgou e os decretos que promulgou sobre o anonimato na imprensa e sobre a liberdade profissional. Quanto a essa infidelidade, a opinião unânime da sociedade rio-grandense já pronunciou seu julgamento. Assim, pois, o que não pode legalmente continuar são esses decretos inconstitucionais, não só atentatórios da garantia de direitos individuais, como contrários a legítimos interesses de ordem pública.

O Sr. Governador provisório não tinha competência para promulgar leis orgânicas sobre essas teses da Constituição Federal e, fazendo-o, manifestamente se irrogou atribuições privativas do Congresso Nacional.

A disposição relativa à proibição do anonimato é uma tese da Constituição Federal, estando no parágrafo 1º do artigo 72. Ora, nos termos do artigo 34, nº 31, desta lei fundamental, só ao Congresso compete decretar “as leis orgânicas para a execução completa da Constituição”.

Decretando, pois, o vosso honrado antecessor, leis sobre estas disposições da Constituição Federal, o fez ilegalmente sem nenhum poder ter para isso. Estas leis sobre serem inconstitucionais nenhum valor legal têm perante nossas instituições civis e políticas, que têm por base essa própria Constituição.

Se o sistema penal só pode ser imposto por lei emanada do Congresso Federal, o Governador, impondo pena em sua lei sobre a proibição do anonimato na imprensa, claramente se irrogou uma atribuição que só pertencia ao Congresso Federal.

Por essa lei, interesses sociais de alta valia, a saúde pública, a vida dos cidadãos ficam expostos a perigos iminentes.

Além dessas conseqüências desastradas e funestas que pode trazer, tem por si o cunho da ilegalidade, justos e poderosos motivos para ser suspensa em seus efeitos.

Pois bem. Se quereis ainda merecer os aplausos de vossos patrícios, as homenagens dos filhos desta terra legendária, a admiração de todos os brasileiros, atendei ao apelo que ora fazemos ao vosso provado patriotismo, a vossa incontestada abnegação cívica e suspendei, em nome da liberdade da imprensa rio-grandense e dos grandes interesses sociais, a execução do decreto n.º 23, de março do corrente ano, assim como da decisão de 11 do mesmo mês.

Com a magnitude de um tal ato, passará vosso nome glorificado aos anais da História rio-grandense”.

O Marechal Floriano e o Padre Gervásio Campello*

O Marechal Floriano Peixoto, que se mostrara tão amigo dos congressistas filiados na oposição, tomando parte ativa nas reuniões secretas que tinham por fim depor o seu camarada e conterrâneo Deodoro da Fonseca, elevado à Presidência da República, a 23 de novembro de 1891, começou a praticar uma série de desmandos e de atos que deram margem a ataques violentos, de parte dos jornalistas, ao seu governo.

Decorridos poucos meses de administração, atraiu ele contra si a maioria do país; quase toda a Marinha Nacional, parte do Exército, os mais brilhantes publicistas, literatos e poetas da época, enfim, representantes de todas as classes sociais, se arregimentaram nas fileiras da oposição contra o “Marechal Vermelho”, como, então, o denominavam a imprensa e os seus numerosos adversários.

Aplicaram-lhe esse apelido porque, desde o início de seu governo, o sangue vinha jorrando em quantidade por vários estados brasileiros.

Cinco meses eram passados e o povo já assistira aos mais tristes e hediondos crimes. Chegavam notícias sobre movimentos revolucionários em vários estados, deposição de governadores, assassinatos em massa, em circunstâncias trágicas, que traziam o povo brasileiro em contínuos sobressaltos.

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, que, mais tarde, se tornaram o teatro das maiores tragédias que se conhecem no Brasil, não se

* Corrcio do Povo, 21-05-1940.

havam ainda registrado cenas idênticas às que tinham sido observadas em outros pontos do País.

Os movimentos populares, aqui no Sul, não tinham ainda, até então, atingido a um grau tão elevado de selvageria.

Foi por essa época que o Padre Gervásio Campello da Costa Gama, nome tradicional de Pernambuco, levantou sua voz contra o Marechal Floriano Peixoto, enviando-lhe uma missiva, cujos termos bem caracterizam a época de pavor por que passava a Nação.

Pedindo agasalho à “Província”, então o mais popular jornal de Recife, dirigiu-lhe aquele sacerdote a referida carta, fazendo-a acompanhar das seguintes palavras:

“Ao Marechal Floriano

“Petrolina, 30 de abril de 1892.

— Aos ilustres e dignos redatores d’ “A Província”.

— Bastante impressionado com os acontecimentos conhecidos por todos nós, postos em prática pelo governo venal e criminoso do Sr. Marechal Floriano, venho pedir-vos que publiqueis em vossa conceituada folha a carta que dirijo nesta data ao mesmo Marechal.

Não tenho com isso a menor idéia de que o estouvado e inepto Marechal reprima a continuação do seu medíocre e pusilânime proceder; mas, sim, torná-lo ainda mais conhecido do mundo inteiro, que já o aponta como um renegado e maldito monstro, pai de muitos crimes hediondos e irmão legítimo de Satanás.

Até a imagem de Jesus Cristo, o nosso Pai Redentor, foi vítima da mão sacrílega e infame daquele monstro, daquele excomungado, que, estou certo, bem cedo será trucidado e arrastado pelas ruas mais públicas do Rio de Janeiro, golpeado pela mesma soldadesca que hoje o sustenta.

Assim, pois, ilustres redatores, é de todo ponto de vista conveniente que publiqueis esta minha carta, para que o mundo saiba que um velho decrépito ministro de Deus também excomungou o já maldito Marechal Floriano Peixoto, que em carne e osso, foi dado ao diabo!

Sou de vós o menor criado, reverente, muito obrigado.

Padre Gervásio Campello da Costa Gama.

Eis a carta:

“Petrolina, 30 de abril de 1892.

Marechal:

Não sou vosso conhecido e tão pouco nunca vos avistei, careço, portanto, de uma apresentação e eu próprio a faço, sem atavios, nem subterfúgios.

Sou um velho ministro de Deus, que nunca militou nas fileiras de qualquer partido, por entender ser a política incompatível “in totum” com a profissão que exerço; sou um velho que sempre pautou os seus atos pela regra sadia da virtude, da candura e da probidade; eis, Marechal, a minha apresentação.

Agora, duas palavras.

Desejava conhecer-vos para, de viva voz, dizer-vos o seguinte: Sois um ente renegado de Deus e de todos os povos cultos; sois a figura satânica e diabólica do mal, sois a agonia pálida e ofegante daqueles execrados entes que se finaram cobertos de crimes hediondos, sem receberem a santa unção da Igreja Católica; sois um ente acobertado de muitos crimes e amaldiçoado pelo mundo inteiro!

Mas, seria tudo de balde... as minhas palavras não teriam resposta, porque mais fácil se encontraria sangue nas faces macilentas de um cadáver do que nesse rosto venal e desbriado!

Marechal! Não fiquéis persuadido de que tenho parentes vitimados pela vossa cólera; não, mil vezes não; todos eles estão hoje abrigados à sombra de Deus, livres, felizmente, do vosso bafejo maldito; lá, naquelas regiões celestiais, não chega a vossa baba peçonhenta e venenosa; maldito sejais Marechal!

Não sabeis qual o motivo principal da minha carta? Ides conhecê-lo.

Sou os espíritos daqueles infelizes assassinados na hecatombe de 1º de dezembro na minha terra querida que pedem vingança; sou as lágrimas das mães, das viúvas e dos filhos daqueles que foram assassinados em todo o território brasileiro pelo vosso punhal homicida; sou o eco lúgubre dos gemidos aterradores daquelas criaturas que, de improviso, se viram afastadas de seus maridos, dos seus filhos e de seus irmãos, porque vós, a pretexto de perigarem as instituições, os deportastes para plagas longínquas e doentias; sou, finalmente, Marechal, um ministro de Deus que vem pedir-vos conta do sacrilégio feito ao Redentor da Humanidade, a quem mandastes apedrejar por serem os vossos olhos malditos e não poderem absolutamente volverem-se para Deus, que já vos considerou uma alma totalmente desvirtuada dos caminhos do bem.

Em nome daquele Deus onipotente, a quem apedrejastes, ferindo os mais santos preceitos de uma religião, que é até acatada por aqueles que não raciocinam, eu vos asseguro, Marechal, que, dentro em pouco, tombareis na vala comum e vosso pútrido cadáver será arrastado pelas ruas mais públicas da Capital Federal ao som estridente dos assovios dos gavroches, sendo o vosso coração traspassado pela soldadesca infrene que constitui o vosso padrão de glória.

Maldito, mil vezes maldito, seja o ventre que vos concebeu.

Daqui, da minha choupana, onde entram a virtude e as vozes celestiais daqueles anjos divinos, eu, que creio em Deus, não cesso de pedir cotidianamente a sua infinita proteção para os desamparados da sorte.

Aos deportados bendigo o berço que os viu nascer, e envio-lhes, por entre as inúmeras milhas que nos separam, uma suavíssima saudade, que será conduzida por uma gentil esperança conduzida por Deus.

Marechal, se ainda não julgardes suficiente, para saciar o vosso infernal gozo, o sangue dos meus irmãos por vós derramado, mandai assassinar-me, porque assim ficareis livre de mais um vivente que, em nome de Deus e da Virgem Santíssima, considera a vossa alma de propriedade exclusiva dos gênios infernais. Do contrário até outra vez.

Padre Gervásio Campello da Costa Gama”.

Os candidatos à Presidência do Rio Grande em 1892*

A sociedade rio-grandense estava dividida, no ano de 1892, em três partidos políticos: o Republicano Liberal ou dissidente, de que faziam parte Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Sílvio Rangel, Barros Cassal, Ernesto Silva, Francisco Miranda, General Barreto Leite, Dinarte Ribeiro, Coronel de Estado Maior Fernandes de Lima, Tenentes-Coronéis de Estado Maior João Cândido Jacques, Emílio Julien, Tenente Aníbal Cardoso, a quase totalidade dos oficiais-professores da Escola Militar e muitos outros; o Republicano Riograndense, ao qual pertenciam Júlio de castilhos, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Ramiro Barcelos, Alfredo Clemente Pinto, Martins Costa Júnior, Dr. Carlos Barbosa, Pereira Parobé, Lacerda de Almeida, Dr. Fernando Abott, Vitorino Monteiro, Pedro Moacir, Alfredo Varela, Luiz Englert, João Pinto Guimarães, Generais Isidoro Fernandes de Oliveira, Hipólito Ribeiro, Júlio Frota, Rodrigues Lima, Firmino de Paula, Nascimento Vargas (pai do Dr. Getúlio Vargas), Coronéis Thompson Flores, Artur Oscar, João César Sampaio e numerosos civis e oficiais de alta patente; o Parlamentarista ou Federalista, que tinha como figura principal Gaspar Silveira Martins, contava com o apoio do Marechal José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), do General Joca Tavares, de Torquato Severo, Germano Hasslocher, Manoel de Campos

* Correio do Povo, 22-03-1942.

Cartier, Apolinário Porto Alegre, Wenceslau Escobar, Barão de Ibirocay (tio do Ministro Osvaldo Aranha), Adriano Nunes Ribeiro, Carlos Trein Filho, Apeles Porto Alegre, Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, Marechal de Campo Augusto César da Silva, Francisco da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, Facundo Tavares, Rafael Cabeda, Galvão Machado Leal, José Bonifácio da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Conselheiro Antunes Maciel, Joaquim Vasques, General Anacleto Contreiras, Coronel e, mais tarde, Marechal Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, João de Deus Martins, Gomercindo Saraiva, Guerreiro Vitória, Laurentino Pinto Filho, Dr. Cândido Bastos, Prestes Guimarães, Ladislau Amaro da Silveira, Fábio Alexandrino dos Reis, Juca Tigre, David Martins, Dr. Azevedo e Souza, Tomás Mércio Pereira, Dr. Vitor de Brito, Alexandre Colares, Estácio Azambuja, Vasco Martins, Conselheiro Henrique d'Ávila, Pedro Batista Corrêa da Câmara, Marcelino Pina, Vicente Gomes, Dr. Epaminondas de Arruda, Antero Cunha, Dr. Jorge Fayet, Ulisses Reverbel, Felipe Portinho, Gaspar Barreto, Aparício Saraiva, Alfredo Pinheiro Machado, Paulino Vares e Manoel R. de Macedo. Contava também esse partido com o apoio da maioria do povo, inclusive capitalistas, fazendeiros, industrialistas, comerciantes e operários.

Não podemos deixar de mencionar também as simpatias, pelos federalistas, da maioria dos oficiais da Marinha, que faziam parte da flotilha que guarnecia o Estado, achando-se à frente deles o Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara.

Todo o Brasil tinha os olhos voltados para o Rio Grande. É que a política do Sul preocupava o país inteiro, de norte a sul.

Joca Tavares tivera conhecimento, ao ser lançada a sua candidatura à Presidência do Estado, de que os Coronéis Thompson Flores, João César Sampaio e Artur Oscar, comandantes dos 13º, 29º e 30º Batalhões de Infantaria, e numerosos civis e militares, vinham trabalhando para colocar Júlio de Castilhos, de novo, à testa dos negócios públicos do Rio Grande do Sul, e, por isso, reclamou, em telegrama, ao Marechal Floriano, contra a conduta parcial dos três militares acima mencionados. Os referidos oficiais, logo após o fracassado movimento castilhista de 4 de fevereiro de 1892, tinham sido chamados ao Rio, para conferenciar com o marechal, mas não veio a público o que ficou então assentado. O que é certo, porém, é que, naquela época, procurando aqueles oficiais o digno e ilustre rio-grandense, Dr. Antônio Gonçalves de Faria, Ministro da Agricultura do governo de Floriano Peixoto, lembraram-no de que devia ser lançada a sua candidatura à governança do Estado, em substituição aos Drs. Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilhos, agora inimigos irreconciliáveis, e

pretendentes que eram, como Joca Tavares também, ao mais elevado cargo da ex-província.

O Dr. Antão de Faria agradeceu-lhes a honrosa lembrança, mas declarou que não ambicionava a Presidência do Rio Grande.

Aqui chegando, de regresso, os Coronéis Thompson Flores, João César Sampaio e Artur Oscar, partidários dedicados de Júlio de Castilhos, recomeçaram a trabalhar, com outros elementos de grande influência, pela reposição deste na Presidência do Estado.

Foi quando Joca Tavares, candidato federalista, telegrafou a Floriano Peixoto, pedindo que não sacrificasse o Rio Grande, vanguarda da República.

Respondeu-lhe o marechal: “Não mandei emissário algum, menos ordem instituir governo contrário patrióticos princípios revolução triunfante. Fiz regressar oficiais, chamados aqui, por considerá-los republicanos sinceros e ainda porque esforço-me retirar política das fileiras do Exército. Esta explicação é dada a meu velho camarada, que muito me merece e a quem saúdo afetuosamente. Floriano Peixoto”.

Achava-se no Comando do Distrito Militar, desde fevereiro daquele ano, o General Bernardo Vasques.

Este cumpria todas as ordens que lhe vinham do centro e se comunicava diariamente com o Marechal Floriano Peixoto a propósito da política rio-grandense. Concertaram, então, na vinda, em maio de 1892, para o Rio Grande do Sul, do Major Caetano de Faria.

Esse fato serviu de longos comentários às rodas políticas, que se mostravam, uns, dissidentes e federalistas, descontentes; outros, os castilhistas, satisfeitos.

Dando conta, aos ministros, da resolução que tomara, o Marechal Floriano Peixoto declarou-lhes, em uma reunião, que, “à vista de tão repetidas reclamações de nossos amigos do Rio Grande, comunico-vos que fiz seguir, para lá, o Major Caetano de Faria, com o fim de conciliar os ânimos e acabar com as dissensões”.

Estavam as coisas nesse pé, quando o Dr. Demétrio Ribeiro, em missão política, embarcou para o Rio de Janeiro, em fins do mês de maio.

Logo de chegada, procurou ele entender-se com o Almirante Custódio José de Melo, Ministro da Marinha, sobre a data fixada para as eleições à Constituinte Estadual, em vista de haver o governo federal anulado os atos do Marechal Deodoro da Fonseca, seu antecessor, ficando, em face disso, sem valor as eleições para a Constituinte de 1891, que elegera Júlio de Castilhos à Presidência do Estado. Depois de longa palestra, o Dr. Demétrio Ribeiro perguntou àquele ministro se o Marechal Floriano Peixoto apoiaria o decreto

do governo de Barreto Leite marcando o pleito eleitoral para o dia 21 de junho de 1892.

O Almirante Custódio de Melo respondeu-lhe pela afirmativa, pois que o governo da União não podia deixar de apoiar um ato legal.

Diante dessa resposta, o Dr. Demétrio Ribeiro comunicou ao General Barreto Leite a palestra que tivera com o ministro da Marinha.

Os candidatos à Convenção de Junho de 1892*

O General Barreto Leite designara, por decreto, o dia 21 de junho de 1892, para o pleito dos convencionais que deviam fazer a escolha do novo Presidente do Rio Grande do Sul, e o dia 22 do mesmo mês e ano para a eleição de três deputados ao Congresso Nacional.

Imediatamente, reuniram-se os partidos políticos para organização das chapas que deviam ser sufragadas pelos seus correligionários.

Achando-se, então, em Porto Alegre, hospedado na casa do Coronel Joaquim Pedro Salgado, à rua General Câmara, nº 453, o Conselheiro Gaspar Silveira Martins, aclamado chefe do Partido Parlamentarista ou Federalista, no Congresso de Bagé, concordou com as duas chapas que os seus amigos lhe haviam submetido à aprovação.

Por sua vez, os maioriais do Partido Republicano Liberal ou Dissidente, que apoiava o governo do General Barreto Leite, entre os quais figuravam Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Barros Cassal, Silvio Rangel, Dinarte Ribeiro, Ernesto Silva e muitos outros rio-grandenses ilustres, igualmente organizaram as duas chapas que seriam submetidas à votação dos seus adeptos.

Também um grupo de monarquistas resolveu movimentar-se, num ambiente de grande agitação, para tomar parte no pleito de 21 de junho.

Quem, porém, não falava em concorrer à eleição era Júlio de Castilhos, diretor de “A Federação”, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense. Ao contrário do que faziam os outros jornais políticos, que enalteciam as virtudes e as qualidades morais e intelectuais dos seus candidatos, “A Federação” pregava completa abstenção. E por quê? Se, na realidade, o Partido Republicano contava com o apoio da maioria do eleitorado rio-grandense, como afirmava a sua folha, por que, então, pregava a abstenção? Algum motivo secreto, que, de fato, existia, levou o Partido Republicano a não se interessar pelo pleito.

* Corrcio do Povo, 29-03-1942.

Esse mistério, esse segredo, tão ocultado pelos castilhistas, veio, afinal, a furo, mesmo antes deles o imaginarem. Assim, por exemplo, teve conhecimento o público de que o Major Caetano de Faria, que viera ao Rio Grande “com o fim de conciliar os ânimos e acabar com as dissensões”, enviara um telegrama ao Marechal Floriano Peixoto dizendo que Júlio de Castilhos alvittrara que o General Barreto Leite entregaria o governo ao General Bernardo Vasques, chefe do Distrito Militar, e que, em seguida, seria chamado o chefe do Partido Republicano para assumi-lo. Este, porém, desistiria em favor de um vice-governador nomeado, na ocasião própria, para assumir o poder. E para evitar que o governo ficasse sem orçamento, seria chamado o Congresso da Constituinte de 14 de julho de 1891, que elegera Júlio de Castilhos Presidente do Estado.

Votadas as leis necessárias, esses antigos congressistas renunciariam. Proceder-se-iam, então, às eleições de novo Presidente e dos representantes 1ª Assembléia Estadual.

Quais os meios de que lançariam mão os castilhistas para obrigar o General Barreto Leite a renunciar ao poder? É o que veremos em breves dias. Por hoje, contentemo-nos em conhecer as chapas que deviam ser sufragadas pelos partidos políticos que pretendiam disputar, nas urnas, o seu direito de cidadãos.

Para esse pleito, o Partido parlamentarista organizou as seguintes chapas: Para representantes da Convenção - Gaspar Silveira Martins, Dr. Germano Hasslocher, Dr. Jorge Frederico Fayet, Apeles José Gomes Porto Alegre, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Dr. Cândido Tavares Bastos, Dr. Egídio Barbosa de Oliveira Itaquy, Dr. Fábio Alexandrino dos Reis e Silva, Francisco Antônio de Souza, Dr. Francisco da Silva Tavares, João Aretz, Coronel Joaquim Pedro Salgado, Dr. Joaquim Pedro Soares, Dr. José Adolfo Rodrigues Ferreira, Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, Dr. Wenceslau Escobar, cônego Dr. José Gonçalves Viana, Rafael Cabeda, Dr. Severino de Freitas Prestes, Dr. Victor de Britto, Coronel José Bonifácio da Silva Tavares, José Bernardo Gomes de Freitas, Lourenço da Silva e Oliveira e Ernesto Reinhold Ludwig.

Candidatos ao Congresso Nacional: Conselheiro Gaspar Silveira Martins, Dr. Adriano Ribeiro e Apolinário Porto Alegre. A chapa do partido dissidente era a seguinte: Adolfo Luís Osório, Dr. Arthur Antunes Maciel, Coronel Antero Anselmo da Cunha, Desembargador Antero Ferreira d'Ávila, Bartolomeu de Assis Brasil, Carlos Westendorf, Dr. Demétrio Nunes Ribeiro, General Domingos Alves Barreto Leite, Dr. Eduardo Fernandes Lima, Ernesto Francisco de Souza e Silva, Francisco de Paula Chaves Campello, Frederico Arnaldo Engel, Major Inácio de Alencastro Guimarães, Dr. Ildefonso Pires de Moraes

Castro, Dr. João de Barros Cassal, João Maria Von Held, João da Matta Coelho, Dr. Joaquim Marques da Cunha, Coronel João Moreira Fabião, Kurt Vincent Daberkow, Dr. Luís Graciliano de Souza, Dr. Silvio Ferreira Rangel, Coronel Vicente José Gomes Sobrinho e Wilhelm Ter Brueggen.

Candidatos ao Congresso Nacional: Dr. Arthur Antunes Maciel, Dr. João de Barros Cassal e Dr. Ildefonso Pires de Moraes Castro.

Quanto à chapa monarquista, o “Eco do Sul”, do Rio Grande, disse que a compunham os seguintes candidatos: Salatiel Soares de Barros³, Mário de Artagão, Dr. Felipe Saboia Bandeira de Mello, Josino dos Santos Lima e Plínio Canarim.

Fim do governo Barreto Leite*

Quando o General Barreto Leite assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, no dia 17 de novembro de 1891, contava com o apoio dos amigos de Silveira Martins, que se achava na Europa, e com a dissidência republicana de que faziam parte Demétrio Ribeiro, Silvio Rangel, Bartolomeu de Assis Brasil, Dr. Francisco Campello, Barros Cassal, Antão de Faria, Artur Candal, Ernesto Silva, Aníbal Cardoso, Dinarte Ribeiro e tantos outros propagandistas da República.

Entretanto, ao voltar do exílio, que lhe fora imposto pelo Governo Provisório, Silveira Martins desfraldou a bandeira parlamentar como programa político de seu partido, fundado em fins de março de 1892, na reunião dos congressistas de Bagé, pelas maiores influências do Estado, programa esse, manifestamente contrário ao daqueles, que eram presidencialistas.

Daí em diante, começou o Governo de Barreto Leite a debilitar-se. Os gasparistas, que ocupavam posições oficiais, demitiam-se em massa, e, de amigos que eram dos dissidentes, passaram a ser inimigos.

Por sua vez, Júlio de Castilhos, à frente de “A Federação”, não cessava a sua campanha de descrédito contra o governo que saíra do movimento popular, chefiado por Emílio Ferreira e Ernesto Paiva⁴ na manhã de 12 de novembro de 1892. Ainda mais: o chefe do Partido Republicano e os seus amigos, inclusive militares de alta patente, apoiados pelo General Bernardo Vasques, Comandante

³ O Coronel Salatiel Soares de Barros exerce, hoje, as funções de diretor do Banco Nacional do Comércio.

* Correio do Povo, 12-04-1942.

⁴ País, respectivamente, do Sr. Dr. Arnaldo Ferreira e Manoel Paiva residentes nesta Capital.

do Distrito, de combinação com o Marechal Floriano Peixoto, preparavam um golpe à mão armada contra o governo de Barreto Leite.

E como prova clara, patenteando a verdade, aí estavam os artigos lançados pela A Federação, recomendando a abstenção aos seus correligionários, nos pleitos que foram designados para os dias 21 e 22 de junho, e para os quais já tinham organizado as suas chapas os partidos Federalista e dissidente e um grupo de monarquistas abnegados.

Entretanto, o partido de Júlio de Castilhos não quis, então, disputar o poder pelas urnas, mas, sim, pelas armas, conforme verificaremos em artigo subsequente.

Durante a primeira quinzena de junho, fazia-se sentir o frio outonal daqueles tempos e fortes chuvas caíam sem interrupção dia e noite.

Ainda assim, o povo saía à rua, pelo desejo de ver e saber. A preocupação de todos, homens e mulheres, era a política.

Na manhã de 8 daquele mês, Barreto Leite e Barros Cassal resolveram renunciar aos cargos de Governador e Vice-Governador. A mesma atitude tomaram outros membros do governo.

Durante uma conferência com Silveira Martins, manifestou-lhe Barros Cassal o desejo de lhe passar o governo. O chefe federalista, porém, não aceitou o encargo e apontou para desempenhá-lo o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Visconde de Pelotas.

Solucionada, dessa maneira, momentaneamente, a crise que se vinha sentindo há muitos meses, o Visconde de Pelotas, portador de um nobre e glorioso nome, pelos grandes serviços prestados à Pátria, assumiu as rédeas governamentais na tarde de 8 de junho de 1892.

Em seguida, o General Barreto Leite telegrafou ao Marechal Floriano Peixoto, comunicando-lhe que, ameaçado de deposição e não contando com a força federal estacionada em Porto Alegre, que lhe era de todo hostil, havia passado o governo àquele eminente rio-grandense, responsabilizando o Presidente da República pelas conseqüências que daí adviessem.

A esse propósito, em manifesto dirigido ao Rio Grande do Sul, Barreto Leite disse o seguinte:

“As vacilações do Governo Central e as constantes perturbações que ele tem trazido ao funcionamento do aparelho administrativo deste Estado, já adiando indefinidamente medidas de importância capital, já confiando a um funcionalismo hostil à política inaugurada pela revolução de novembro cargos de maior relevância no que diz respeito à manutenção da ordem, colocaram o governo deste Estado em situação difícil.

Todavia, a conduta do Governo Federal não influiria na actual situação da política rio-grandense, se a opinião manifestada pelo órgão de alguns chefes não houvesse quebrado a unanimidade do partido que me levou ao poder.

Esta grave cisão, desde logo operada, no seio desse partido, enfraqueceu as reacções de meu governo contra o Poder Central”.

Barros Cassal, Vice-Governador, também veio à fala, a propósito da reviravolta política que se operara, e em longo manifesto, escreveu, entre outras coisas, o seguinte:

“Alguns dos atos do governo, praticados nesse empenho, começaram a ser, desde logo, condenados por grande número de chefes do Partido Republicano Federal, os quais, até então, prestavam decisivo e valioso apoio à administração. Devo advertir que nenhum desses atos deixava de estar subordinado aos princípios inscritos no programa do partido.

Esta circunstância denunciou imediatamente a existência de uma cisão no seio do partido de que era órgão o governo do General Barreto Leite, cisão que, aliás, tinha começado desde o instante em que o Sr. Silveira Martins, ao aportar a este Estado, arvorara a bandeira da revisão constitucional, para a instituição do parlamentarismo, prática visivelmente repelida pelo programa a que me refiro.

Essa cisão, porém, agravou-se com a reunião do Congresso de Bagé, onde grande número de chefes que haviam, eficazmente, cooperado para a vitória da revolução de novembro, declararam-se abertamente hostis à marcha seguida pelo governo, repudiando, assim, ostensivamente, os princípios que tinham servido de base à criação do Partido Republicano Federal.

Entre outros capítulos da acusação que aí foram levantados contra o Governo do Estado, destacavam-se os que diziam respeito à organização da magistratura e à decretação da Constituição Provisória”.

“A oposição iniciada no Congresso de Bagé repercutiu em diferentes localidades. Autoridades, investidas de suas funções pelo governo revolucionário, começaram a criar embaraços à marcha da administração da actual ordem de coisas, e aconselhavam os seus amigos à desobediência ao governo pela recusa ao pagamento de impostos!

Ao mesmo passo, os adeptos do governo deposto clamavam pela restauração de uma intitulada “legalidade”, pregavam a revolta, estimulavam abertamente a guerra civil, procurando na anarquia e na conflagração da família rio-grandense a satisfação de seus imoderados apetites.

Nesta emergência, coube-me, por mais de uma vez, a missão, em nome dos meus companheiros, de tentar uma possível reconciliação entre os grupos divergentes do Partido Republicano Federal, mas vi sempre meus esforços malogrados.

Ainda ultimamente, vários chefes prestigiosos do sul empreenderam a fusão desses dois grupos. Os Srs. Barão de São Luiz, Coronel Moreira Fabião, Coronel Antero Cunha e outros formulavam bases para a realização do acordo instantaneamente reclamado pela opinião rio-grandense, que via, nele, garantia eficaz de ordem. Esta tentativa foi, também frustrada, por havê-la impugnado o Sr. Silveira Martins, presidente do diretório aclamado no Congresso de Bagé. As bases constantes dessa proposta são já conhecidas do público.

Continuava, pois, perigosa a situação para a ordem pública, quando, depois de ouvir o ilustre Governador do Estado e meus companheiros de direção política, foi-me dada a incumbência de solver, definitivamente, as dificuldades ocorrentes.

Em nome destes, dirigi-me ao Sr. Silveira Martins e lhe expus, com franqueza, a situação. Ponderei-lhe que o Sr. General Barreto Leite estava resolvido a conjurar os perigos que ameaçavam a ordem pública, anulando o decreto convocando a Convenção e providenciando no sentido de proceder-se, com a urgência possível, à eleição presidencial, mediante prévia decretação definitiva da Constituição, consultadas, a respeito, as municipalidades do Estado.

Declarei-lhe que o governo não podia assumir, no momento, a responsabilidade de uma agitação eleitoral, em virtude do atual estado de ordem pública, vítima de permanente ameaça. Disse-lhe também que, para tomar caminho que ao Governo do Estado parecia mais acertado, era-lhe mister o apoio dos companheiros da jornada revolucionária de novembro, e que, caso lhe fosse este recusado, era seu intuito entregar a administração ao mesmo Sr. Silveira Martins, na qualidade de chefe do partido político que criava obstáculos à marcha da administração.

Tendo negado o seu concurso ao aviltre que lhe era proposto, o Sr. Silveira Martins tomou a si a responsabilidade de indicar um sucessor ao Sr. General Barreto Leite. E, de feito, não se fez demorar essa indicação, que recaiu na pessoa do Sr. Marechal Visconde de Pelotas.

Tais foram as circunstâncias que concorreram para a transformação política que se opera no Governo do Estado”.

O governo do Visconde de Pelotas*

Assumindo a governança do Estado na tarde de 8 de junho de 1892, o Visconde de Pelotas procurou cercar-se de elementos de sua confiança, como

* Correio do Povo, 28-04-1942.

eram os amigos de Silveira Martins, convidando para Chefe de Polícia e Diretor da Instrução Pública, respectivamente, dois redatores que figuravam no cabeço da “Reforma”, os Srs. Dr. Wenceslau Escobar e Apolinário Porto Alegre.

Para exercer o cargo de Comandante em Chefe da Brigada Policial, foi nomeado o General Rafael Fernandes de Lima, que pertencia ao partido da dissidência.

A Força Pública estadual sofreu, então, ligeira modificação, passando a constituir-se de dois corpos em vez de um, como era dantes, sendo nomeados seus comandantes o Major Manoel Antônio e o Capitão Luís Telles.

Vinha exercendo o lugar de oficial de gabinete do governo do General Barreto Leite, um dos mais conhecidos e mais competentes funcionários que têm tido as administrações públicas do Rio Grande do Sul: o Coronel Aurélio de Bittencourt.

Como, porém, tivesse ele de atender a uma diversidade de serviço numeroso, na Secretaria do Interior, da qual era Diretor-Geral, e era sempre chamado para opinar ou para decidir sobre os mais delicados casos sujeitos a despacho do governo, pois que ninguém conhecia o mecanismo burocrático melhor do que ele, o Visconde de Pelotas arredou-o daquele primeiro cargo, para nomear seu oficial de gabinete o Capitão Antônio da Fontoura Barreto, também correligionário de Gaspar Martins.

Aparentemente, apreciados os fatos de longe, parecia que as políticas iam correndo bem e tinham entrado no eixo. Entretanto, a crise continuava em Porto Alegre, apesar do seguinte telegrama que o Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República, enviou, no dia 9 de junho, ao Visconde de Pelotas:

“Visconde de Pelotas - Porto Alegre - Fico inteirado de terdes assumido o governo desse Estado e faço votos para que, com o vosso prestígio, possais, sem o menor abalo, fazer entrar o Rio Grande no regime da tranqüilidade e da segurança pública - Floriano Peixoto.”

Ao mesmo tempo que era enviado esse despacho ao Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, com os votos de poder fazer entrar o Estado no regime da tranqüilidade, confabulavam o Marechal Floriano e o General Bernardo Vasques, Comandante do Distrito, todas as noites, pelo telégrafo, sobre o golpe armado que devia ser desfechado contra o novo governo, com a maior urgência possível.

Os boatos que fervilhavam, a respeito de uma revolução castilhistas, tinham todo fundamento.

Sabia-se que o Partido Republicano não concorreria às urnas, nos dias 21 e 22 de junho, para a representação estadual e federal, pois disso nos dava notícia continuamente a própria “A Federação”, que, em seu número de 16 desse mês, publicava um artigo da lavra do ilustre orador e jornalista Pedro Moacyr, que assim rezava:

“Está para se realizar o celeberrimo pleito eleitoral a 21 de junho para a eleição da Convenção.

Corre-nos o dever imperioso de prevenir aos nossos amigos e correlegionários que se abstenham absolutamente desta farsa das urnas.

Desde o dia em que, por força das imposições do civismo e das soberanias de humanidade, abandonamos o poder à anarquia delirante, logo recomendamos aos nossos dedicados amigos do Partido Republicano a mais completa abstenção, a mínima cooperação nos atos e medidas que a sedição pudesse tomar.”

“O decreto que convocou essa assembléia, como todos os outros emanados do poder anarquista, é nulo, não vale coisa alguma, não pode ser obedecido pelos bons e prestativos republicanos.

Julgamos, assim, de bom aviso, mais uma vez, aconselhar aos nossos amigos, pela resistência passiva - a mais terrível de todas - contra a encenação parlamentar dos aventureiros rebeldes, não concorrendo às urnas de modo algum, praticando, enfim, absoluta abstenção.

Deixe o Partido Republicano, firme ao redor dos signos da legalidade, que o liberalismo e ... mais ninguém realize a gosto a farsa da fraudulência, elegendo os seus representantes os quais todos, com algumas exceções honrosas, são os mesmos demagogos que atentavam sediciosamente contra a ordem, a paz e a lei em novembro do ano passado. A nossa bandeira, em breve, tremulará ovante, vitoriosa, nas ameaças do poder, que, de direito, nos pertence.

Abstenham-se todos os bons republicanos da “mise en scène” inútil, e conosco encaminhe para outro ponto a sua fecunda atividade, a fim de salvarmos a República.”

Pedro Moacyr fala claro no seu artigo não precisar o Partido Republicano concorrer às urnas porque a sua “bandeira”, em breve, tremularia ovante, vitoriosa, nas ameaças do poder.”

Preparativos revolucionários para a deposição do Visconde de Pelotas*

À Rua do Ouvidor, no Rio, convergiam “gregos e troianos”, pois era ali o centro das conversações dos partidários apaixonados pela poética gaúcha, nos anos subseqüentes a 1889.

* Correio do Povo, 13-05-1942.

A situação deste Estado era discutida por eles e muita mentira surgia daqui e dali, a respeito da política rio-grandense.

Comentando um despacho que, a propósito de boatos que circulavam no Rio, o “Jornal do Comércio”, desta Capital, publicara na manhã de 15 de junho de 1892, o “Mercantil”, popular vespertino, assim se expressou, na sua edição desse dia:

“O ‘Jornal do Comércio’ recebeu hoje, telegrama de seu correspondente do Rio, comunicando-lhe que corre, ali, a notícia de que o Dr. Antão de Faria continua no Ministério a pedido do Marechal Floriano Peixoto, com a condição de o governo intervir na política deste Estado.

Parece-nos que esta notícia não passa de um simples boato da Rua do Ouvidor, porque custa a crer que um secretário do governo imponha tal condição ao Chefe da Nação.

Qual a posição do Rio Grande do Sul em face de tão desastrosa proposta? Submeter-se ao domínio do centro ou repelir energicamente qualquer intervenção?

Estamos em um regime essencialmente federativo e nele não tem o centro a mínima relação com os governos estaduais.

O Rio Grande do Sul pode governar-se por si, tem bastante autonomia para isso e nunca foi burgo podre!

Esperamos a confirmação da notícia que, para nós, não passará de um “canard”.

Na mesma edição, escrevia o “Mercantil”, sob a epígrafe “É grave”. “Desde ontem que corre pela cidade, com alguma insistência, um boato que, para nós, é de muita gravidade.

“Dizem, por aí, que o grupo que se diz representante da Legalidade aguarda a chegada das forças estacionadas em Cacequi para apossar-se do Governo do Estado, depondo o atual 1º Vice-Governador.

“A gravidade do boato obriga-nos a registrá-lo para que chegue ele até o Sr. General Comandante do Distrito, responsável pela neutralidade da força armada nos negócios políticos do Rio Grande.

A confirmar-se a notícia, a conflagração está iminente”.

Ao lhe ser dada a conhecer a parte da notícia referente a sua pessoa, o ilustre titular da Agricultura, por intermédio de seu amigo Barros Cassal, então, substituto interino de Demétrio Ribeiro na direção do “Rio Grande”, desmentiu-a energicamente.

Homem público dos mais sinceros e ilustres que tem militado na política do Rio Grande do Sul, Antão de Faria sempre pautou a sua vida com exemplar

honestidade, digna de imitação, e seria, portanto, incapaz de entrar em conchavos indecorosos, em troca de posições elevadas, sabendo, como sabia, que iria contrariar a opinião da grande maioria do povo do seu torrão natal, se usasse de um tal estratagema. Opinava, pelo contrário, pela realização dos pleitos anunciados para 21 e 22 de junho, a fim de tirar a limpo a quem cabia o poder.

Bem sabia que seria inevitável a derrota de seu partido, mas a sua honestidade política mandava que imitasse o eminente Visconde de Mauá, no repto que lhe lançou Silveira Martins, isto é, que as urnas solucionassem a rivalidade que existia entre as três agremiações políticas do Rio Grande do Sul.

Os boatos fervilhavam, invariavelmente, sobre o mesmo assunto: a segunda revolução castilhistista estava prestes a rebentar.

Ao Palácio acorriam os amigos de Silveira Martins, para oferecer os seus serviços ao Visconde de Pelotas, diante de notícias alarmantes, propaladas por toda parte, de que no dia 19 de junho de 1892 rebentaria em todo Estado um movimento castilhistista.

Ao mesmo tempo que isso se passava, o Marechal José Antônio Correa da Câmara, não podendo confiar na Brigada Policial, telegrafava a Floriano Peixoto, dizendo que, tendo requisitado auxílio ao General Bernardo Vasques, Comandante do Distrito, este o negara. No mesmo telegrama ao Presidente da República, o Visconde de Pelotas informava que, não tendo sido atendido naquele pedido, ao menos desejava fossem retirados da Capital os batalhões do Exército. Mas, também nisso, não fora atendido pelo General Bernardo Vasques.

Respondeu-lhe Floriano:

“Não têm fundamento boatos alarmantes aí espalhados, que nos Estados reina paz e tudo faz crer que, às contínuas perturbações de ordem, sucederá completo sossego público. Quanto à parada dos corpos dessa guarnição, já aprovei indicação do General Vasques, em cujo critério confio. Confio, também, no bom senso e patriotismo de nossos camaradas, que, estou certo, não se apaixonarão pela política até o extremo de, como receais, concorrerem para uma guerra civil, ocasionando desmembramento da República. Floriano.”

Temia o Visconde de Pelotas, como se vê do telegrama do Presidente da República, um ataque ao Palácio por parte das forças do Exército, comandadas pelos coronéis Thompson Flores e Artur Oscar, em combinação com as do Estado, pois a maioria dos oficiais da Brigada Policial tinha sido trabalhada pelo seu ex-Comandante, Chachá Pereira, para trair o governo do Marechal Correa da Câmara.

Veremos no próximo artigo a trama que se urdira, por detrás das cortinas...

O Primeiro de Novembro de 1892*

São transcorridos, hoje, cinquenta anos que assinalam fatos memoráveis da nossa história e assinalam também uma época de verdadeiro pânico, não só na capital, como em todo o Estado.

Numerosos bondes, puxados a burro, eram conduzidos, ao amanhecer, da estação da Várzea, com destino à praça Senador Florêncio, para receberem, como ainda hoje se faz, os passageiros madrugadores que, com braçadas de flores multicores, iam em visita ao túmulo dos entes queridos.

A situação nos pampas era aterrorizadora. Narravam-se, mui sigilosamente, crimes hediondos, indescritíveis, praticados, por toda parte, no Rio Grande.

Era esse o ambiente em que vivíamos desde os dias subseqüentes à deposição do Governo do Visconde de Pelotas.

Sem mais comentários nossos, vai o leitor apreciar a carta que a seu tio, General Joca Tavares, dirigiu sua sobrinha Cecília Facundo da Silva Tavares:

“Porto Alegre, 5 de novembro de 1892. Tio Joca - Escrevo-lhe para lhe participar o que se deu em nossa casa, e a desgraça horrível que nos feriu. No dia 1º deste, ainda não eram 5 horas da madrugada, acordamos, sobressaltados, com os baques horríveis na porta.

Papai saltou da cama e levantou a janela do quarto dele, que abria para a rua, para ver o que era e foi agarrado pelos braços aos gritos de ‘Agarra! agarra!’ e viu que a casa estava cercada por uma escolta numerosa.

Então, vendo que queriam tirá-lo pela janela fora, puxou os braços e deixou cair as vidraças dizendo: ‘Se querem prender-me, chamem o Chefe de Polícia, que me entrego, mas não me assaltem a casa’.

Eles responderam: ‘Agora, vem o Chefe de Polícia’.

Nós julgávamos que, de fato, fossem chamá-lo, mas aquilo era apenas uma ameaça, porque tocavam a corneta dando sinal de ‘avancar e fogo!’ e imediatamente começaram a arrombar a porta e as janelas a machado.

A janela veio a dentro logo, e eles quiseram pular para o interior da casa. Então, papai e Facundinho deram um tiro cada um e eles dispararam; mas, imediatamente, respondeu uma descarga medonha e logo outra. Nós gritávamos que não fizessem fogo, que papai se entregaria e que chamassem o Chefe de Polícia, mas eles a nada atendiam e continuavam a dar descargas.

Num momento em que cessou, o Facundinho chegou à janela para dizer que papai se entregaria e eles deram-lhe um tiro no peito; ele correu direito a

* Corrcio do Povo, 1º-11-1942.

mim que estava na porta do meu quarto, que é junto da sala em que se deram essas cenas dizendo:

— ‘Estou morto; salvei o papai!’

Eu sentei-me no chão e deitei-o no meu colo para desabotoar-lhe a roupa e mamãe gritou pelo Zeca que viesse acudir papai. Ele veio correndo e, quando chegou à porta do meu quarto, disse: ‘Papai, o senhor está mal aí’. Mas não acabou de dizer, porque uma descarga medonha respondeu a isto, e uma bala passou pela testa de mamãe, ferindo-a, levemente e deu-lhe na cabeça.

Ah! meu tio, fiquei como louca, corri para a janela, gritando, que não atirassem mais, que papai se entregaria, e eles ainda iam fazer fogo quando começaram a gritar: ‘Não atirem, não matem a moça’.

Então, papai chegou à janela e entregou o revólver ainda carregado e eles gritaram: ‘Saia, saia, para a rua!’

Mas a tudo isso, nunca lhe deram voz de prisão. Fizeram um quadrado e puseram o papai dentro.

Nós pedíamos que deixassem amarrar o braço dele, que corria sangue e que deixassem ele vestir-se, mas a nada atenderam e levaram o pobre do papai para a cadeia, de chinelos, sem meias, de camiseta de flanela de dormir e sem chapéu, e com baionetas caladas como um criminoso de morte e o puseram incomunicável dois dias e só com muitíssimos empenhos consegui ir visitá-lo, todos os dias, à cadeia. Ele ainda ignora a morte dos meninos, porque os médicos dizem que é perigoso ele saber, apesar dos ferimentos não serem graves, mas são muito grandes.

Mas eu acho, tio Joca, que ele corre muito perigo no meio destes homens. Eles foram à nossa casa de propósito para matá-lo, porque levaram uma escolta de 40 homens armados de *comblain* e municidados e não lhe deram voz de prisão.

Fizeram isso, porque agarraram quatro cartas do papai que nada absolutamente o comprometem, e porque apareceu uma notícia que o senhor tinha invadido a fronteira.

A nossa casa está em lastimável estado: portas, janelas, paredes, quadros, espelhos e piano, tudo furado à bala. - Saudades nossas. Sua sobrinha CECÍLIA FACUNDO”.

A casa a que se refere a carta acima ficava situada à rua Riachuelo, esquina rua do Arroio, onde hoje estão edificadas dois novos prédios.

No mesmo dia, logo após, foi morto, na sua própria casa, na rua Coronel Genuíno, o deputado provincial Frederico Haensel, pai da conhecida e extinta cantora rio-grandense Amália Iracema.

Carta de Facundo Tavares - escrita na cadeia*

Recolhido, preso, à cadeia, na madrugada de 1º de novembro de 1892, o Tenente-coronel Facundo Tavares, irmão do General Joca Tavares, só mais tarde veio a saber do falecimento de seus filhos, pois os médicos que o tratavam na penitenciária recomendaram todo o sigilo possível sobre o triste destino que tiveram aqueles dois moços, feridos mortalmente quando do assalto à sua casa, situada à rua Riachuelo, esquina da General Bento Martins.

Apesar das circunstâncias terroristas que então predominavam não só na capital, como em todo o Estado, o enterro dos malogrados moços se realizou à tarde daquele dia, com a assistência de muitas pessoas, inclusive grande número de alunos da Escola Militar.

A respeito dos acontecimentos ocorridos com a sua família, já publicamos uma carta da senhorita Cecília Tavares, filha de Facundo Tavares.

Hoje, vai o leitor conhecer o que, na cadeia, escreveu sobre o mesmo assunto o referido Tenente-Coronel Facundo Tavares.

“Muitos dias antes do atentado de que fui vítima, já se propalava, na cidade, a minha prisão e assassinato.

Vendo cada dia mais insistente esse boato, tratei de estudar um meio para evitar que se cometesse tão bárbaro crime e o que me pareceu mais crucial era entregar-me preso à primeira intimação que me fizessem, inda mesmo que ela me fosse feita por um simples soldado.

No dia 31 do passado, véspera do atentado que sofri, indo ao Quartel General, disse ao honrado General Pego Júnior a resolução que tinha tomado de entregar-me à prisão, acrescentando que, para evitar qualquer excesso de indignação que me obrigasse a repelir qualquer ofensa, andava completamente desarmado.

S. Exa. respondeu-me que eu fazia muito bem nisso.

Nesse mesmo dia, multiplicaram-se os avisos, até de respeitáveis senhores, do que me ia suceder.

Eu nenhuma providência podia mais tomar senão a de realizar o meu plano de entregar-me a prisão.

No dia seguinte, 1º de novembro, às 5 horas, mais ou menos, da madrugada, eu fui despertado por pancadas violentas em minha porta e perguntei:

— Que é lá?

Respondeu-me uma voz estrepitosa:

* Corrcio do Povo, 24-02-1943.

— Abra a porta!

Levantei-me, abri a janela do meu quarto, que bota para a rua, e levantei a vidraça a meio e, vendo dois soldados encostados perguntei:

— Que há, camarada?

— Sr. alferes, gritavam eles. Aqui está o homem!

Chegado este, agarrou-me bruscamente o braço direito e disse aos soldados:

— Agarrem!

Arranquei-lhe os braços das mãos, deixando cair a vidraça, que se fez em estilhaços, fechei a janela e disse:

— Se querem alguma coisa comigo, venha o Chefe de Polícia.

Responderam de fora:

— Agora vem o Chefe de Polícia.

Supus que realmente o fossem chamar, vesti a calça e fui ao lavatório lavar o rosto e vestir-me.

Isto fazia, quando ouço bater machados em minha porta para a arrombar. Com o rosto ainda molhado, empunhei uma pistola *Lefauchaux* e um revólver e corri ao corredor, esperando que arrombassem a porta. Senti logo que batiam, arrombando a janela da sala de visitas. Para lá corri e, ao transpor a primeira alcova, vi que subia a janela o mesmo oficial que me tinha agarrado pelo braço. Engatilhei a pistola e desfechei-lhe um tiro.

Meu filho menor, que já me acompanhava, desfechou outro de revólver. O oficial deixou-se cair para fora. Cheguei à janela arrombada e gritei: .

— Chamem o Chefe de Polícia! Chamem o General Pego!

A tudo isso, já se fazia um fogo vivíssimo de Comblain para dentro de minha casa.

Por todas as janelas e portas da casa, cruzavam balas, fazendo terríveis estragos.

Logo que demos os dois tiros citados, disse a meu filho: — Não atires mais.

Meu fim era esperar socorro. Continuamente gritava:

— Venha o Chefe de Polícia! Venha uma autoridade! Chamem o General Pego!

Nessa aflição, meu filho, vendo um grupo de povo atravessar a rua, chegou à janela e gritou:

— Povo! Ide chamar o General Pego Júnior!

No mesmo instante, uma bala atravessou-lhe o peito. Ele voltou para dentro, com o passo vacilante, e me pareceu gravemente ferido. Supu-lo morto. Continuei só, em defesa da entrada de minha casa.

As balas continuavam a cruzar dentro de casa, e, logo, senti-me ferido na mão esquerda. Ouvei o clamor de minha pobre mulher agarrada ao filho, que julgava moribundo!

Ao levantar-se, passa-lhe uma bala, queimando-lhe a fronte e vai ferir, mortalmente, meu outro filho, que caiu redondamente no chão!

Nesse ato, outra bala atravessou-me o braço esquerdo, cortando-lhe os vasos, e um grande lago de sangue forma-se logo ao pé de mim.

Minha pobre mulher, no auge do desespero, vendo seus dois filhos mortalmente feridos, caídos no assoalho, corre para mim, gritando e arrancando os cabelos, e ao ver-me também ferido e banhado em sangue, atira-se à janela e grita:

— Não atirem mais! Basta de desgraças! Ele se entrega! Ele está muito ferido!

Suspenderam, então, o fogo. Eu aproximei-me da janela e disse:

— Aqui está o meu revólver. Alguém o agarrou, mas não sei quem foi, porque estava encostado na parede da parte de fora.

A pobre velha, desganhada e angustiada, abriu a porta da rua, que tinha resistido no machado. Eu apareci no corredor e outro alferes (únicos oficiais que me apareceram) gritou-me com arrogância:

— Saia! Saia! Saia já!

Respondi-lhe: — Eu saio, sim. Eu saio! Minha filhinha, lavada em lágrimas, pedia: — Não matem o papai!

Saí. Logo, o alferes mandou formar quadrado e colocou-me no centro, levando-me sem chapéu, de bombachas, camisa de flanela e chinelos sem meias, pela rua Riachuelo até a cadeia civil!

Não se julgue que era eu desconhecido do alferes que comandava esses homens, em número de 25 ou 30.

Alguns passos de marcha ele disse:

Sr. Coronel: o senhor é muito valente, mas não pode resistir ao número.

Ao que lhe respondi: — Nunca me gabei disso!

Daqui se vê que eles sabiam que eu era oficial superior, não Coronel como me chamavam, mas Tenente-Coronel da Guarda Nacional, Oficial da Ordem da Rosa e Cavalleiro do Cruzeiro, postos e honra que ganhei servindo a Pátria com muita honra e lealdade.

Cadeia Civil de Porto Alegre, 4 de novembro de 1892.

Tenente-Coronel Facundo da Silva Tavares.”

Carta de Dom Cláudio ao Visconde de Tamandaré*

Foi a 4 de fevereiro de 1893 que Joca Tavares e Gomercindo Saraiva invadiram o Estado do Rio Grande do Sul, dando, assim, início ao movimento revolucionário que, rápido, se alastrou por todo o Estado.

Explicando a sua atitude, o primeiro daqueles valentes rio-grandenses dirigiu um manifesto ao Rio Grande do Sul, em data de 5 de fevereiro do mesmo ano, logo após haver acampado com suas forças no lugar denominado Carpintaria.

“O Rio Grande, pátria de heróis - diz Tavares - está convertido em terra de escravos. Qualquer esbirro penetra nos lares, matando chefes de família, ferindo mulheres e crianças a tiros de revólver”.

“Há oito longos meses, muitos de nossos irmãos amargam no exílio o pão duro da necessidade, sofrendo vexames que se lhes impõem nas cidades, e outros, errantes, pelos matos, fogem ao punhal homicida.”

De Porto Alegre, ausentavam-se os federalistas, com o seu chefe, Silveira Martins, alguns para Montevidéu e, outros, em menor número, para Buenos Aires.

Para o leitor fazer um juízo exato dos motivos que determinaram o partido gasparista a pegar em armas, não é necessário publicar a volumosa documentação que temos nesse sentido.

Basta ler a carta que abaixo estampamos, de autoria do então Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Claudio José Ponce de Leão, e dirigida ao ilustre rio-grandense Marquês de Tamandaré, o grande marinheiro da Guerra do Paraguai, e que, como filho desta terra, se colocou, no Rio de Janeiro onde se achava, à frente de uma comissão que angariava donativos para os seus irmãos do sul.

Em resposta a um telegrama que lhe dirigiu Tamandaré, escreveu-lhe aquele prelado as seguintes linhas:

“Porto Alegre, 24 de maio de 1893. Exmo. amigo e Sr. Marquês de Tamandaré. Hoje, pela manhã, recebi seu telegrama, como membro da Comissão da Cruz Vermelha, pedindo meu apoio em favor da grande obra empreendida por essa Comissão. De minha parte, estou disposto a concorrer com meus poucos préstimos para tudo aquilo que de mim desejar a Comissão. Peço-lhe, porém, com toda simplicidade, queira declarar-me, claramente, o que deseja de mim a Comissão. Em favor dos feridos já existe, neste Estado, uma Comissão, a qual, dentro de poucos dias, já angariou mais de 12:000\$000.

* Correio do Povo, 08-07-1943.

Para o mesmo fim de socorrer os feridos, seria difícil organizar-se, aqui, qualquer outra subscrição; mas o mesmo não acontecerá se trabalharmos em favor das viúvas, dos órfãos, e de inúmeros miseráveis que hão de aparecer depois da guerra. É impossível imaginar e ainda menos fácil será descrever o estado atual do Rio Grande, com exceção de alguns poucos pontos.

A fortuna principal é o gado e este tem sido roubado até metade sem utilidade alguma, donde resultará, necessariamente, se acharem reduzidos à miséria muitos estancieiros ricos; trabalhando nas suas lavouras, o povo da campanha não tem e, por isso mesmo, os gêneros alimentícios de primeira necessidade vão subir a preços fabulosos, faltando-nos até a carne; a mortandade dos homens válidos tem sido muito considerável de uma parte e de outra, seja ela produzida ou nas batalhas e tiroteios ou pelas diversas pestes que têm atacado os pobres soldados ou pelos atos de bárbara e inaudita ferocidade; por isso mesmo, o número das viúvas e dos órfãos, reduzidos à miséria, será muito considerável.

Se continuarmos dessa sorte, sem lei, sem garantia alguma para a vida, para a liberdade, para as nossas propriedades, entregues a déspotas rancorosos, a feras desesperadas, ficará o Rio Grande completamente aniquilado. Tem-se chegado a amarrar na estacada o pai, e feito despir filha e neta, para violá-las diante de seus olhos.

A imprensa está por todos os modos amordaçada, e, por isso, nos outros Estados pouco se sabe do que se está passando neste infeliz Rio Grande.

Vamos, pois, procurar socorros para os miseráveis de toda sorte, produzidos por estas lutas fratricidas, pela política egoísta, pelo despotismo.

A caridade de todos os brasileiros não poderá remediar a tantas e tão grandes misérias, mas, pelo menos, trará algum alívio para os desgraçados. Aqui fico, pois, esperando as ordens de V. Exa., com vontade de trabalhar em benefício deste povo, digno, por certo, de melhor sorte; reclamando, também, a generosa compaixão de todos os brasileiros, por meio dessa Comissão.

Com a mais alta estima e consideração, de V. Exa., amigo e criado obrigadíssimo - Claudio José, Bispo do Rio Grande do Sul.”

A Revolta da Armada I*

Estava à testa do governo da República o Marechal Floriano Peixoto.

A 4 de fevereiro de 1893, rebentara o movimento revolucionário federalista no Rio Grande do Sul, provocado pelas injustiças, pelos assassinatos, pelas

* Corrcio do Povo, 06-09-1945.

perseguições e por muitos outros motivos que não precisamos apontar, porque os contemporâneos de então são testemunhas das ocorrências havidas no Estado, durante os primeiros anos da nascente República.

A 31 de julho do mesmo ano, uma força de civis, em número de 150 homens vinha de Blumenau e arregimentada pelos elementos que apoiavam o Dr. Lauro Mueller, assaltou o palácio de Santa Catarina, à Praça 15 de Novembro, para depor o Governo dali, que foi defendido por voluntários, visto o batalhão da polícia estar ausente da Capital.

Houve mortos e feridos.

E já que estamos tratando desse assunto, somos forçados a fazer uns ligeiros reparos a propósito do que escreveu o ilustre historiador Rocha Pombo, no quinto volume de sua importante obra, “ História do Brasil”, pois que S. Exa. nos conta o fato muito diferente da realidade.

Diz ele: “Cumpro aqui referir que, depois dos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, a 23 de novembro de 91, em Santa Catarina, ao Presidente Lauro Mueller sucedera o Tenente de Cavalaria Manoel Machado, o qual, por se haver declarado contra Floriano e amigo dos federalistas do Sul, havia sido, em julho de 93, apeado do governo por um movimento popular.

Agora, a nossa contestação.

Em primeiro lugar, não se achava à frente do governo catarinense, naquela ocasião, o 1º Tenente de Cavalaria Manoel Joaquim Machado, e, sim, o chefe federalista, Coronel Eliseu Guilherme da Silva.

Em segundo lugar, não foi um movimento popular, mas, sim, uma sedição irrompida às duas horas da madrugada praticada por colonos de Blumenau, protegidos pelas forças federais e chefiados pelos engenheiros Hercílio Pedro da Luz, Vitorino de Paula Ramos, membros da comissão federal de terras e pelo Dr. Bonifácio Cunha, médico. Esse episódio foi por nós assistido, pois residíamos, então, na cidade do Desterro.

Esses fatos e muitos outros ocorridos em diferentes Estados da nação, inclusive o manifesto dos treze generais, vinha provocando a ira popular e a revolta da quase totalidade da oficialidade da Armada e de grande parte do Exército.

Ainda mais, o Congresso Nacional, por intermédio dos seus representantes João Lopes, Presidente; Antônio Azevedo, 1º Secretário; e Antônio Borges Athayde Júnior, 2º Secretário, remeteu a 25 de agosto de 1893, um projeto de lei ao Governo, que tornava inelegível para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, o Vice-Presidente que sucedesse ao Presidente, de acordo com o artigo 43 da Constituição Federal.

Tomando conhecimento desse projeto, o Marechal Floriano vetou-o, devolvendo-o ao Congresso, no dia 4 de setembro daquele ano.

Os congressistas Epiácio Pessoa, José Mariano, André Cavalcanti, César Zama, Belarmino de Mendonça, Lopes Trovão, Augusto de Freitas, Índio do Brasil, Luiz Murat, Fonseca Hermes e muitos outros declararam que não aceitavam a responsabilidade de deixar sem solução o aludido projeto, e que, como fosse este submetido a votos, se pronunciariam contra o veto.

Diante desses fatos, o Almirante Custódio José de Mello, Ministro da Marinha demissionário do governo do Marechal Floriano Peixoto, resolveu transportar-se na noite de 5 de setembro de 1893, para bordo do encouraçado “Aquidabã”, de onde, no dia seguinte, começou o fogo contra a Capital Federal, atitude essa acompanhada por toda a esquadra.

Agora, uma nota final: foi preciso que o Marechal Floriano Peixoto descesse as escadas do palácio presidencial e entregasse o poder a Prudente de Moraes para, livremente, sem medo o Congresso se manifestar sobre o veto apostado ao projeto que tornava inelegível para a Presidência o Vice-Presidente da República que sucedesse o Presidente.

E foi por isso que só no ano de 1895 o Congresso resolveu rejeitar o veto do Marechal Floriano.

Bem dizia e repetia aos amigos o grande Silveira Martins: “O poder é o poder”.

A Revolta da Armada II*

As perseguições em massa de pessoas, muitas vezes inocentes e inermes; os roubos de gado nas estâncias; os morticínios diários, por toda parte do Rio Grande do Sul; o martírio cometido, em numerosos lares, por bandos de indivíduos que se diziam autoridades e soldados da legalidade, levaram os federalistas a pegar em armas, a 4 de fevereiro de 1893, para defesa da sua liberdade, da sua vida e da sua propriedade.

Quem não ia para o campo da luta, emigrava para o Uruguai ou para a Argentina, ou mesmo, para qualquer ponto do nosso país.

Os que não podiam viajar, por falta de recursos, tinham que se conformar em passar encarcerados na Casa de Correção, desta capital.

* Correio do Povo, 07-09-1943.

Muitos faziam viagens forçadas, em trem, até Cacequi, de onde não mais voltavam ...

Os jornais deste Estado, em sua maioria, fecharam, em vista do seu amordaçamento e dos contínuos empastelamentos.

No Parlamento Federal, Demétrio Ribeiro, Epitácio Pessoa, J. J. Seabra, César Zama, Augusto de Freitas, José Mariano, André Cavalcanti, Luís Murat e muitos outros pronunciavam discursos violentos contra Floriano Peixoto, acusando-o como principal responsável pelas ocorrências do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde governava um presidente federalista.

A imprensa brasileira em sua maioria, quer dos Estados, quer da capital da República, clamava contra essa situação e demonstrava as suas simpatias pela causa dos revolucionários.

Do Rio, de São Paulo, de Minas e de outros pontos do país, vinham socorros, de toda espécie, para os federalistas. Dinheiro, armas, roupas, gêneros alimentícios, drogas farmacêuticas eram remetidos via Montevidéu, para os insurretos.

Vários ministros, como Antão de Faria, Serzedelo Corrêa, Custódio de Melo, demitiram-se.

Enfim, a anarquia se implantara na República, desde o seu nascimento.

Foi nessa emergência, que a quase totalidade da Armada e numerosos oficiais do Exército resolveram definir posição, abrindo luta armada contra o governo do Marechal Floriano Peixoto.

Na noite de 5 de setembro de 1893, dirigiu-se o Almirante Custódio de Melo para bordo do couraçado *Aquidabã*, em companhia de grande número de camaradas seus e, no dia seguinte, abriram fogo para a terra os seguintes navios de guerra: couraçado *Aquidabã*, navio capitânia; cruzador *República*, então o melhor navio da esquadra brasileira, cruzador *Trajano*, torpedeiras *Marçílio Dia*, *Araguari* e *Iguatemi*.

Outros navios da esquadra se achavam em viagem, por determinação do governo, que já desconfiava da revolta.

Alguns desses se uniram, mais tarde, à frota revolucionária, da qual também vieram a fazer parte quase todos os navios do *Lóide Brasileiro*, das Companhias *Costeira*, *Esperança Marítima* e *Frigorífico*.

Essa luta entre irmãos prolongou-se muito tempo e durante ela sucumbiram de parte a parte vultos de grande valor e moços abnegados que, na defesa de seu ideal, tudo sacrificaram: o seu bem estar e a própria vida.

O ataque ao cruzador auxiliar “Esperança”*

A esquadra brasileira, que a 6 de setembro de 1893 se revoltara na baía da Guanabara, sob a chefia do Almirante Custódio José de Melo, não podendo vencer os obstáculos que, desde logo, o Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República, lhe antepusera, dificultando-lhe o desembarque de tropas no Rio e providenciando no sentido de evitar um movimento sediciosos do povo carioca, apoiado com parte do Exército, viu-se obrigada a forçar a barra e seguir rumo ao sul, onde a sua gente encontraria mais facilidades para pisar em terra.

Assim é que, dias depois, debaixo de uma saraivada de balas de todos os calibres, que partiam de terra e das fortalezas, o cruzador “*República*” e o cruzador auxiliar “*Palas*”, comandados, respectivamente, pelos nossos conterrâneos Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena e 1º Tenente Pio Torelly, conseguiram ancorar na barra do norte de Santa Catarina.

Deram-lhes combate as forças do Coronel do Exército Julião Augusto da Serra Martins, que, dias depois, com os dois vasos de guerra dentro do porto da cidade do Desterro se viu forçado a capitular entregando, no dia 29 de setembro daquele ano, todo o armamento das suas forças à esquadra.

Desembarcando ali os revolucionários, foi constituído um Governo Provisório, do qual se fez chefe o Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Lorena.

Para lá, convergiram as forças maragatas e, fazendo junção com as da Marinha, recebiam copioso material de guerra.

Outros navios revoltados foram depois para o porto do Desterro, que se tornou o centro do movimento sedicioso.

No dia 1º de dezembro de 1893, o cruzador auxiliar “*Esperança*” forçou a barra, resultando, daí, um grande ataque, por parte das fortalezas, contra esse navio, que ficou avariadíssimo e prestes a sossobrar.

Como chefe de máquinas do *Esperança*, ia um velho conhecido nosso e que, mais tarde, se tornou um dos baluartes do **Correio do Povo** - o Sr. Joaquim Alcaraz, pai do Dr. Mário Alcaraz e do Sr. Eugênio Alcaraz, irmão do Dr. Alexandre Alcaraz e tio do Dr. Breno Caldas, atual diretor do **Correio do Povo**.

Resultando várias explosões a bordo, ficou ele seriamente queimado.

A propósito, numa longa ordem do dia o Almirante Custódio de Melo disse o seguinte:

* Correio do Povo, 05-12-1943.

“Onze horas soavam, quando, ao sinal de uma lanterna branca, três vezes agitada na popa do navio capitânia, um vulto negro avança lentamente, na escuridão da noite, como quem, cauteloso, aguarda o momento azado para enfrentar o perigo.

Era o cruzador “*Esperança*” que, à pouca força, procurava ocultar-se das vistas dos poderosos holofotes de São João e da Glória, até então dirigidos sobre a barra.

Pouco tempo durou essa expectativa. Os holofotes acabavam de descobri-lo, por volta das 11 e um quarto, pelo través da Lage, para não mais deixá-lo prosseguir livremente, embuçado no manto de trevas que o envolviam. O ataque brusco e repentino dos canhões da tirania fez criar vigor.

Abertas as comunicações do vapor acumulado nas caldeiras para a máquina, ganhou carreira, e, num frenesi de glória e de renome, investe resoluto e célere por entre o chuveiro de balas com que debalde procuraram empecer-lhe o passo.

Nada o detém, nem a fragilidade da sua contextura, nem a irritabilidade dos seus contendores.

Ao entrar, porém, nas águas do canal, como que o navio retrocede. Densa auréola de fogo e fumo envolve por instantes, mas o *Esperança* avança, avança sempre.

Uma bomba de grosso calibre, lançada a esmo e ao acaso, de São João, penetrara-lhe o costado, entra pelo paiol das tintas e vai explodir com horrído fragor em meio das latas de aguarrás e querosene ali depositadas, determinando uma segunda explosão.

Contíguo a esse paiol e dele apenas separado por um ligeiro anteparo, jaziam milhares de quilogramas de pólvora destinada aos efeitos da guerra. Aturdida com o estampido, a guarnição recobra prontamente a sua reconhecida coragem e pressurosa corre ao lugar do sinistro, a fim de circunscrever o incêndio que tudo ameaçava devorar. Dentro em pouco, o mar esconderia os escombros de mais uma triste e lutuosa catástrofe, se aquele punhado de heróis, zombando do saraivar da fuzilaria de Santa Cruz que os dominava a cavaleiro, não tivesse nítida compreensão da honra e do dever.

Filas de marinheiros e soldados estendidos pela tolda, linha de oficiais, grupo de corajosos cidadãos, animados no mais nobre e santo ardor conseguiram, no entanto, com o auxílio das mangueiras e dos baldes que passavam de mão em mão, dominar o fogo, que, com inexcedível rapidez e segurança, ficou completamente extinto em alguns minutos.

Já neste tempo, singrava o “*Esperança*” as águas do Oceano, quando duas outras balas, entrando cada uma por seu bordo, atingiram-lhe a máquina,

destruindo em sua passagem alguns aparelhos de fácil reparação, entre os quais a válvula de segurança, que, arrebentando, produz sérias queimaduras no primeiro maquinista Joaquim Alcaraz, cabo de foguista João Crisóstomo dos Santos e foguista José Dias de Castro.

O *Aquidabã* não se fez esperar. Artilharia carregada, metralhadoras fornecidas, guarnição a postos, desenvolvendo as máquinas motoras uma velocidade de doze milhas, belo era de ver como seguia intemorato e resoluto para a luta.

Ao enfrentar com a fortaleza da Lage, partiu de bordo o primeiro tiro, que deveria levar a desolação e o pavor ao seio dos nossos adversários.

Ao ronco deste primeiro tiro, sucedeu, por curto espaço, o cadenciado sibilar da bomba, que, certa, se foi fazer em pedaços no recinto daquela fortaleza.

Mais dois tiros do reduto de vante, mais outro do da ré, e estava conseguido o efeito desejado: a Lage, tão intrépida e valorosa contra o Esperança, agora atônita e humilhada, não mais ousou fazer rugir a sua artilharia”.

Apesar das grandes avarias que sofreu, conseguiu o “Esperança” chegar ao porto do destino, a cidade do Desterro.

A discórdia entre os revolucionários de 93*

Em dezembro de 1893, a Revolução Federalista, agora robustecida pela sedição da Armada, já se estendia ao território catarinense e ameaçava dilatar-se mais para o norte.

O General Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, comandante do 2º Corpo do Exército Libertador, atingindo Lagoa Vermelha em fins de outubro daquele ano, comunicou-se com o governador em exercício de Santa Catarina, Cristóvão Nunes Pires, a fim de entrar, com sua gente, no vizinho Estado, o que veio a ocorrer pouco tempo depois.

Em meados de dezembro, acoissadas pela Divisão do Norte, do comando do General Rodrigues Lima, de que faziam parte o Senador Pinheiro Machado, o General Manoel do Nascimento Vargas e outros conhecidos políticos rio-grandenses, as forças do 1º Corpo do Exército Libertador, do comando de Gomercindo Saraiva, depois de sustentarem diversos combates, passaram através de Blumenau, de Itajaí, de Joinville e de outras cidades catarinenses, em direção ao Paraná.

* Correio do Povo, 19-12-1943.

A revolução ia em pleno progresso, quando Saldanha da Gama, ídolo da Armada, a ela aderiu, trazendo consigo um avultado contingente de oficiais e o Batalhão Naval.

Militar competente, enérgico, valente e culto, a sua adesão causou funda impressão em todo o país.

Convidado, meses antes, para ocupar a pasta da Marinha do governo do Marechal Floriano Peixoto, quando Custódio de Melo se demitiu, não aceitou o cargo.

Tudo, pois, corria às mil maravilhas para o federalismo em dezembro de 1893. Em janeiro e em princípios de fevereiro de 1894, todo o Paraná estava em seu poder. E Gomercindo Saraiva, às portas de São Paulo, em Itararé.

Entretanto, os políticos não se entendiam. Enquanto o chefe da esquadra, Custódio de Melo, e Silveira Martins, chefe federalista, queriam a reconstituição do Governo Provisório, instalado em Santa Catarina, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena e os secretários de Estado, 1º Tenente João Carlos Mourão dos Santos e Dr. Aníbal Cardoso, “demetristas”, se opunham a qualquer mudança governamental.

Sobre esse assunto, escreveu o Almirante Custódio de Melo, de bordo do couraçado *Aquidabã*, ancorado no Rio, uma longa carta ao chefe do Governo Provisório, assim concebida: “Lorena. - Recebi uma carta do Dr. Gaspar Silveira Martins, na qual se mostra muito queixoso com a organização do Governo Provisório e concluindo por declarar que não pode aceitar a missão de que esse Governo deve tê-lo incumbido, por indicação anterior minha, para representar a revolução no Rio da Prata. Ele tem muita razão nas reflexões que faz e eu mesmo fiquei muito contrariado com estas dificuldades, que já principiam a aparecer e que podem impedir o triunfo da revolução ou, pelo menos, retardá-lo consideravelmente.

A meu ver, tudo isso se teria evitado se o Governo Provisório não se tivesse formado ‘antes’ de aí chegar a minha proclamação e as indicações por mim feitas para certas nomeações. O mal não seria grande se não fosse a sua “natureza especial”, isto é, o governo de uma rivalidade entre o nosso amigo Demétrio Ribeiro e o Dr. Gaspar Martins, que diz, com razão, que a “revolução rio-grandense não está representada nesse governo, que deve ser o produto das revoluções que estão em campo contra o governo de Floriano, ao tempo em que, parece, diz ele, se dá preferências aos “demetristas” e “comtistas”, fazendo embora justiça aos merecimentos e honradez dos nomeados”.

O Dr. Gaspar aconselha, no interesse da Pátria e da revolução que se constitua um governo de acordo com as minhas vistas primitivas e propõe,

para representar o Rio Grande na Junta Governativa, o Conselheiro Maciel”.

Acompanhando essa carta, Custódio de Melo remeteu também ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Lorena a seguinte proclamação que devia ser publicada, mas não o foi: “Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. - Cidadãos. - Para vosso conhecimento, vos declaramos que os chefes revolucionários do Estado de Santa Catarina, do Estado do Rio Grande do Sul e da Esquadra Nacional, acedendo aos votos manifestados por seus correligionários, resolveram que aqueles Estados e a Esquadra sejam expressamente representados no Governo Provisório da República. Este Governo fica, portanto, constituído pelos abaixo assinados. Presidente, Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena, representante da Esquadra Nacional. - Conselheiro Francisco Antunes Maciel, representante do Rio Grande do Sul. - Tenente Manoel Joaquim Machado, representante do Estado de Santa Catarina”.

Lorena respondeu ao Almirante Melo, pedindo-lhe para assumir a direção do Governo de Santa Catarina, enquanto que Aníbal Cardoso se juntava às forças de Gomercindo Saraiva e João Carlos Mourão dos Santos deixava o cargo de Secretário de Estado.

Estava, assim, aberta a discórdia entre os revolucionários.

A capitulação da Lapa*

O começo do ano de 1894 corria com pleno êxito para os revoltosos de terra e mar

Em seu poder já se achava todo o Estado de Santa Catarina, e, agora, o do Paraná, exceto a cidade da Lapa, onde o bravo Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro vinha resistindo ao ataque revolucionário desde 16 de janeiro, dia em que começou o sítio pelas forças de Gomercindo Saraiva que, cada vez mais, o apertavam.

A luta, ali, prolongou-se até 11 de fevereiro, isto é, depois de 26 dias de combate e quando já extinto por ferimento grave, havia dois dias, o comandante da guarnição florianista, o heróico Coronel Antônio Gomes Carneiro.

Foi, pois, a 11 de fevereiro de 1894, que as forças florianistas capitularam. De um e de outro lado, combateram conhecidos oficiais do nosso Exército.

* Corrcio do Povo, 12-02-1944.

Figuraram entre eles, no ataque à Lapa, o General dessa corporação militar Antônio Carlos da Silva Piragibe, Comandante do Primeiro Corpo das forças de Gomercindo Saraiva; o Tenente-Coronel Sebastião Bandeira, muito conhecido nas rodas intelectuais e militares; o Tenente Isidoro Dias Lopes, hoje Marechal, residente no Rio; o então Alferes-aluno Nestor Passos, Ministro da Guerra do governo de Washington Luís e falecido, há pouco, em Lisboa, no posto de General; o Alferes-aluno Joaquim Inácio da Cunha Rasgado, posteriormente General, comandante do Corpo de Bombeiros desta capital e Presidente da Protetora do Turfe, durante largo período de tempo; o aluno da Escola Militar Plácido de Castro, conhecido no Brasil inteiro pela brilhante defesa que fez, à frente de um grupo de patrícios nossos, por ocasião da invasão de bolivianos ao território do Acre.

Também tomou parte saliente no ataque à cidade de Lapa o nosso conterrâneo Laurentino Pinto Filho, de Caçapava, o qual se portou com extraordinário heroísmo

Na defesa daquela praça, vamos encontrar também vários oficiais do Exército muito conhecidos: os Drs. Lauro Mueller e Felipe Schmidt, respectivamente Capitão e Major do Corpo de Engenheiros e ilustres políticos catarinenses; o hoje Coronel reformado Clemente Argolo Mendes, aqui residente; o então Alferes, hoje General Mário Alves Monteiro Tourinho; o então Capitão Augusto Maria Sisson; e o Alferes Domingo José dos Santos, poeta e produtor.

Como se vê da ata da capitulação que abaixo estampamos, figura ali, entre outros, o Coronel Serra Martins, que, como comandante da guarnição de Desterro, capital de Santa Catarina, entregou-a aos revolucionários, no dia 29 de setembro de 1893, sendo, então, conduzido, no cruzador auxiliar Pallas comandado pelo nosso conterrâneo 1º Tenente Pio Torelly, ao Rio de Janeiro, conforme desejos que então manifestara.

Bravamente se portaram nessa luta gigantesca, numerosos revolucionários rio-grandenses, que, despindo-se da indumentária civil, passaram a usar a blusa militar.

Foram citados, em ordem do dia, entre muitos outros, pela sua conduta heróica ao ataque à Lapa, os coronéis José Serafim de Castilhos, mais conhecido pelo apelido de Juca Tigre, de S. Gabriel; Torquato Antônio Severo, de D. Pedrito; e Franklin Cunha⁵, de S. Sepé.

⁵ Era o Coronel Franklin Cunha pai do Sr. Ivo Cunha, alto funcionário da Secretaria da Educação.

Deixando de salientar muitos outros nomes de combatentes, que se portaram valentemente, passaremos, agora, à transcrição da ata, então lavrada, sobre a capitulação:

“Aos 11 dias do mês de fevereiro de 1894, na cidade da Lapa, no Quartel-General da Segunda Brigada, presentes os Generais Gomercindo Saraiva, Comandante do Exército Revolucionário do Rio Grande do Sul e em Chefe das Forças em Operações neste Estado; Antônio Carlos da Silva Piragibe, Comandante do Primeiro Corpo do Exército Nacional Provisório; Laurentino Pinto Filho, Comandante do Segundo Corpo do mesmo Exército: Coronel Julião Augusto de Serra Martins, Comandante da Primeira Brigada; Coronel Joaquim Lacerda, Comandante da Segunda Brigada; os oficiais abaixo assinados, pertencentes às referidas Brigadas, por eles foi convencionada a capitulação da praça da Lapa, sob as seguintes condições: os três generais, como representantes do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, aceitam a capitulação, concedendo aos comandantes e mais oficiais da guarnição todas as honras de guerra, atendendo à forma heróica porque defenderam a praça, rendendo-se, apenas, por circunstâncias especiais supervenientes, sendo-lhes entregues todas as armas, munições e tropas. Aos oficiais, é concedida plena liberdade e meios de transporte dentro do Estado para, com seus bagageiros, tomarem o destino que lhes convenha, sob condição de não tomarem mais armas contra a revolução que tem por fim a defesa da Constituição e das leis da República.

É do mesmo modo garantida a liberdade, vida e propriedade de todos os civis que se acharem em armas e que não queiram aderir à nossa causa, devendo, também, fazer a entrega de armas e munições. E por acharem todos conforme lavrou-se a presente ata, que assinam Gomercindo Saraiva, Antônio Carlos da Silva Piragibe, Laurentino Pinto Filho, Coronel Julião Augusto de Serra Martins, Joaquim Lacerda, Capitão Augusto Maria Sisson, Major Inácio Gomes da Costa, Alferes Secundino Eustáquio da Cunha, Capitão José Olinto da Silva Castro, 2º Tenente Mario Alves Monteiro Tourinho, Capitão Praxedes A. Morocines Borba, Tenente José Lourenço C. Chaves, Alferes Álvaro César da Cunha Lima, Capitão Clementino Paraná, Major Frederico Koch Angelo, Tenente José Mansbergert, Tenente Alberto J. Ponalz, Major Menandro Barreto, Tenente José Meinel, Alferes Domingos José dos Santos, Tenente-Coronel Libero Guimarães, Capitão Torquato Pinto Ribas, Alferes Pedro Hoffmann, Alferes Ascendino Ferreira do Nascimento, Tenente Oscar Cândido Capela, capitão Dr. José Scutari, Comandante do Pelotão de Sapadores, Alferes Cândido Gomes Coelho (dos Sapadores), Alferes Junckwalder, Tenente Ricardo Stiegler,

Alferes Quintino Jaguaribe de Oliveira, alferes Cândido José Pamplona, Alferes Max Schledler, Alferes Antônio Gomes Ferreira, Alferes Manoel A. Botelho Athayde, Major Engenheiro Joaquim Gonçalves Júnior, Tenente-Coronel Emilio Blum, Américo Vidal, Alferes Teodoro T. Melo, Tenente Raimundo de Abreu, Major Felipe Schmidt, Dr. Tenente Médico Felipe Maria Wolff, Capitão José Maria Sarmiento de Lima, Tenente Adalberto Menezes”.

Não figuram, nessa ata, diversos oficiais legalistas, por motivo que ignoramos.

Os três primeiros signatários da ata eram revolucionários e os demais legalistas.

Caíram prisioneiros, mais ou menos 500 homens, com duas bandas de música, duas metralhadoras, munições, arreamentos, barracas, cavalos, carroças e utensílios diversos.

De Gomercindo Saraiva a Floriano Peixoto*

Tomadas, pelos revolucionários, as cidades de Paranaguá, Tijucas, Morretes, Palmeiras, Curitiba, Lapa e outras, guarnecidas por forças florianistas, desapareceram do Paraná, muito antes da queda dessa última localidade, o Dr. Vicente Machado, Governador e o Marechal Pego Júnior, Comandante do Distrito, que se retiraram para o Rio de Janeiro.

O Dr. Vicente Machado, ao se dar a queda de Paranaguá, dirigiu um manifesto aos paranaenses, pedindo que cumprissem o seu dever, como ele iria cumprir, pois que estava disposto a morrer ao lado dos últimos soldados que se batiam pela República.

Leiamos alguns períodos do manifesto:

“Chega-nos a dolorosa notícia da tomada da heróica cidade de Paranaguá, onde os nossos soldados, os valentes defensores da República, se bateram como heróis contra os bandidos da revolução que matam e roubam, dando vivas à Monarquia!

Por maior que seja o pesar que este fato nos cause, e não obstante o cortejo lúgubre de tristeza com que ele se nos apresenta, podeis estar sossegados, meus patrícios, que a ordem legal será mantida, pelo firmíssimo propósito em que estou de assegurar a integridade do solo paranaense, ainda que tenha de regá-lo com o próprio sangue!

* Correio do Povo, 22-02-1944.

Guardando o posto em que fui colocado pelos votos dos meus patrícios, dele não me arredarei um momento sequer, provendo a todas as necessidades da ordem pública para que, nestes instantes dolorosos que atravessa nossa querida terra, seja garantido o lar de nossas famílias, a propriedade e a vida de nossos concidadãos, e, mais do que tudo, a vida ameaçada da República!

Disposto a morrer ao lado dos últimos soldados, que, neste pedaço de terra da Pátria, se bateram pela República, me encontrareis neste posto até que um sopro de vida me anime pronto para todos os sacrifícios, haja o que houver, custe o que custar”.

Ouçamos, agora, o que escreveu, seis dias depois, quando Vicente Machado já se achava em viagem para o Rio, o novo governador, o chefe federalista paranaense, Dr. João de Menezes Doria, clínico conceituado e possuidor de uma das maiores fortunas daquele Estado:

“Ao Paraná — Depois de dois anos de cruel cativo, depois desse largo espaço de tempo em que vimos desaparecer, uma por uma, todas as regalias e garantias que as leis sociais estabelecem como princípios invariáveis à felicidade da comunhão humana: depois da mais desabrida, bacanal em todos os ramos dirigentes da sociedade paranaense — surgiu deslumbrante e poderosa a luz da liberdade, trazida pela onda revolucionária que vai heroicamente, quebrando os negros grilhões que prendem ao poste da ignonímia e da tirania os valorosos braços brasileiros.

A poderosa esquadra e os invencíveis rio-grandenses, abraçando-se fraternalmente, prenderam já nesse belo amplexo, os dois independentes Estados. — Santa Catarina e Paraná — e corridos pela vergonha e pela covardia, os instrumentos perversos do ditador Floriano fogem espavoridos, desorganizadamente, num atropelo de bandidos, e bandidos são porque não se esqueceram até de saquear os cofres das repartições públicas!”

Toda a gente no Paraná comentava o manifesto enérgico do Dr. Vicente Machado, apesar das falsas acusações feitas aos seus adversários, mas, em todo o caso, vibrante, patriótico, entusiástico, com demonstrações de valentia desmedida.

Mas, quando os revolucionários se aproximaram de Curitiba, em número de 150, apenas, não encontraram com quem brigar, apreendendo, então, 3 bocas de fogo, muito armamento, munições, equipamento, arriamento e outros objetos.

Gumerindo Saraiva, diante dos seus vitoriosos combates no Paraná, dirigiu-se para Itararé, a fim de preparar a invasão de São Paulo, onde os partidários da revolução eram numerosos.

Antes, porém, dirigiu ele, de Curitiba, um despacho ao Marechal Floriano Peixoto, concitando-o a deixar o poder.

O telegrama é do seguinte teor: “Marechal Floriano. — Itamarati — Desde capitulação Tijuca e ocupação Curitiba, 18, que Paraná está conquistado. Vossas forças evadiram-se.

Estou concentrando nesta cidade um Exército para marchar sobre São Paulo.

Muito luto e muita dor encham nossa querida Pátria, e, antes de travarmos novas lutas, faço um apelo vosso patriotismo, concitando-vos deixar suprema magistratura país e reclamar vossa lealdade velho soldado, torneis público que, descendente de farrapos e republicano convicto, me oporei, pela força, qualquer tentativa restauradora.

Mocidade vos apóia está iludida, presume bate-se pela República, que eu e meu exército juramos defender, mas, baste-se, entretanto, por um homem cujas intenções não suspeito, mas que tem fraudado República.

Dizei-lhe verdade, e como vos presumo patriota, concitai-a a respeitar, como eu, vosso sucessor constitucional, pois, conseqüências lutas em que nos empenhamos não podem ser duvidosas.”

O começo da agonia revolucionária*

O começo da agonia da Marinha revolucionária foi em março de 1894.

Fora da barra da Guanabara se achava ancorada, desde princípio daquele mês, a frota que Floriano Peixoto mandara adquirir na América do Norte, à qual se juntaram vários navios brasileiros que os revoltosos não tinham conseguido aprisionar.

Com essas naus, pretendia o Vice-Almirante Jerônimo Gonçalves atacar a esquadra que, no porto do Rio de Janeiro, obedecia ao mando do Contra-Almirante Saldanha da Gama, esquadra, essa, que não podia lutar, pelo seu mau estado e pela sua imprestabilidade, com os seus adversários, bem aparelhados como se achavam.

Chegara, pois, o momento decisivo em que os revoltosos de mar tinham que tomar uma atitude definitiva.

Pediu Saldanha da Gama para Santa Catarina o auxílio imediato do coraçoado Aquidabã, comandado pelo ilustre rio-pardense, Capitão-de-Corveta

* Correio do Povo, 12-03-1944.

Alexandrino de Alencar, um dos seus maiores amigos e admiradores, mas não obteve resposta.

Em face disso, aquele Almirante, não querendo sacrificar os seus companheiros numa luta desigual, resolveu convocar a sua oficialidade, apresentando-lhe à discussão as seguintes fórmulas: primeiro, resistência até à morte; segundo, viagem rumo ao sul; terceiro, capitulação.

A maioria votou pela resistência, mas o Almirante solucionou o caso pela capitulação não queria o sacrifício de vida da mocidade que o acompanhava.

Feita uma proposta condicional ao Marechal Floriano, este respondeu que os revoltosos se entregassem incondicionalmente.

Em face disso, o Almirante Saldanha pediu, a 12 de março de 1894, asilo às corvetas portuguesas Mindelo e Afonso de Albuquerque, ancoradas no porto do Rio, sob o comando do Contra-Almirante Conselheiro Augusto de Castilho.

No dia imediato àquele, pela manhã, quinhentos homens transportaram-se para o primeiro dos aludidos navios e quatrocentos, para o segundo.

Saldanha foi o último a embarcar.

O governo de Floriano Peixoto protestou junto à embaixada portuguesa contra o ato do Contra-Almirante Augusto de Castilho, havendo troca de ofícios e telegramas entre Brasil e Portugal.

Durante cinco dias esperou o Contra-Almirante Augusto de Castilho, na baía do Rio, as ordens do seu governo a respeito do destino que devia dar aos asilados, quando, a 18 de março, resolveu fazer partir os dois navios para a Argentina, com toda gente de Saldanha da Gama.

Ao aportarem, ali, os revolucionários, recebia Augusto de Castilho ordens do governo de Dom Carlos, Rei de Portugal, para conduzir os asilados até aquele país.

Embora muito vigiados, conseguiram numerosos oficiais e marinheiros fugir de bordo, inclusive Saldanha da Gama.

Ao chegar a Lisboa, foi Augusto de Castilho submetido a conselho de guerra e absolvido.

Enquanto tudo isso se passava no mar, Gomercindo Saraiva, preparava as suas forças para invadir S. Paulo por terra.

E aqui no sul, os maragatos, tendo à sua frente Joca Tavares, Prestes Guimarães, Rafael Cabeda, Ulisses Reverbel, Guerreiro Vitória, Alexandre Colares, José Bonifácio da Silva Tavares, Antero Cunha, Davi Martins, Ladislau Amaro da Silveira, Marcelino Pina, Epaminondas Arruda, Joaquim Nunes Garcia, Tomás Mércio Pereira, Francisco Cabeda e tantos outros, derramavam

o seu sangue em prol de seu ideal, numa luta desproporcional em *homens*, dinheiro, armas e alimento.

Rui Barbosa e a Revolta da Armada*

“Numa situação verdadeiramente aflitiva, continuava presa, em abril de 1894, no porto de Buenos Aires, a bordo das corvetas portuguesas Mindelo e Afonso de Albuquerque, grande parte de oficiais e marinheiros brasileiros que lhe haviam pedido asilo na baía de Guanabara.

A imprensa argentina clamava pela liberdade de todos os asilados, mas Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho de Ministros de Dom Carlos, telegrafara que não podia autorizar o desembarque dos que se refugiaram naqueles navios, porque deveres internacionais, a que, de razão e de direito, não podia faltar, só lhe permitiam conduzi-los a território português.

Para evitar os meios da fuga que se tinham preparado desde o início da chegada dos navios a Buenos Aires, pois que, de dia para dia, diminuía o número de asilados, as naves portuguesas fizeram-se ao largo, indo aportar a 60 milhas daquela capital.

Mas, ainda assim, conseguiram muitos asilados evadir-se do vapor “Dom Pedro III”, para cujo bordo tinham sido transferidos, em razão de haver o Governo Português contratado esse navio para conduzir os remanescentes dos revolucionários, ali internados, a Lisboa, a fim de serem recolhidos às suas fortalezas.

Pouco tempo depois, aportavam eles à capital lusitana, onde, foragido, se achava Ruy Barbosa, então redator do “Jornal do Brasil”, o qual deu à publicidade o seguinte artigo, na “Gazeta de Lisboa”:

“Justiça aos Vencidos” — Referindo-se à evasão dos refugiados brasileiros, uma das folhas mais eminentes deste país desfechou contra o seu procedimento o epíteto de ‘desleal’. Não vi, na áspera sentença, a indicação de seus fundamentos, e, pelo contrário, quanto mais considero, mais me convenço de que a razão, os fatos e os documentos lhe opõem a evidência de um desmentido formal, aliás absoluto. Ora, eu pertenco ao número dos que acreditam que a reputação dos infelizes é duas vezes sagrada. No caso vertente, a ausência os inibe de acudir por ela. Não se me leve a mal, pois, a espontaneidade com que me apresso em reclamar pelos indefesos contra o ultraje imerecido e doloroso.

* Correio do Povo, 22-03-1944.

Se a vitória os houvesse coroado com os seus favores não lhes faltaria o aplauso do mundo e a solicitude dos grandes advogados. Vencidos e difamados pelo vencedor poderoso, a venerabilidade da sua desdita não pode encontrar defensores senão os de mais medíocre fama e mais fraco espírito, na classe obscura daqueles a quem a justiça costuma confiar 'ex officio' o patrocínio dos miseráveis. E aqui está por que ousou falar em nome deles. Portugal elevou-se à maior altura da sua legendária grandeza, salvando, envolvida em seu pavilhão, uma vasta e gloriosa parte da Marinha Brasileira. Esse ato de soberana humanidade, operou em um momento um trabalho de anos em benefício das simpatias que cimenta, entre os dois, as relações naturais da origem, do sangue e do idioma. Mas todo o ato humano tem as suas conseqüências inevitáveis na ordem moral como na material. Aquele que pratica uma ação generosa não pode fugir ao corolário de honra. O asilo não confere ao asilante direito de posse e retenção sobre os asilados. Aqueles que o recebem dignificam-se nele, precisamente, porque esse ato de magnificiência não envolve em troca a subalternidade dos agraciados. A mercê, cujo valor consiste na sua gratuidade, ficaria moralmente nulificada, se o benfeitor, para salvar embaraços filiados à generosidade do seu procedimento, se arrogasse o arbítrio de jogar com a liberdade dos beneficiados. Os asilados não se podem transformar em servos do asilo, sob pena de adquirirem o direito de invocar novos protetores contra a dureza arbitrária dessa proteção degenerada.

O governo português não podia desembarcar os companheiros de Saldanha da Gama em território brasileiro, porque seria quebrar as leis da neutralidade, cooperando na revolta. Tampouco podiam os insurgentes exigir dele transporte para o território estrangeiro, cuja escolha lhe conviesse, porque o favor recebido com a hospitalidade não granjeia ao obsequiado títulos a novos sacrifícios do obsequiador. Se, portanto, os navios portugueses, ao deixarem o Rio, fizessem diretamente rumo a terras portuguesas, os refugiados não se poderiam agravar de que o asilo viesse a ter esse paradeiro. Mas, desde que aportaram em plagas de outras nações, de uma nação neutra na luta, recusar aos asilados o desembarque, era assumir uma autoridade que o fato do asilo, absolutamente, não dava ao asilador; era converter o asilo em prisão. O asilo é benefício, não se impõe. Cessa, quando o beneficiado o renuncia. "La Prensa", folha insurgente de Buenos Aires, e uma das de mais prestígio no Rio da Prata, pergunta a esse propósito:

— "En que tratado de derecho internacional se sostiene que el asilo envuelva la prohibición de dejarlo a los que se acogen à el en cualquier momento?"

Não importa a vizinhança entre esse território e o governo interessado em afastá-los do seu. Essa circunstância acidental não altera as condições substanciais e permanentes do direito adquirido. Nem bastavam os interesses, desse governo para anular a obrigação moral contraída com os refugiados por aqueles que ofereceram refúgio. Não bastavam esses interesses para transmudar o hospital em sequestração. Alega-se que o governo português se comprometera com o brasileiro a não desembarcar os companheiros de Saldanha da Gama senão em domínios de Portugal. Mas, a ser assim, esse compromisso, o adscrevia a trazê-los diretamente do Rio de Janeiro a terras portuguesas, porque só destarte semelhante compromisso se compadeceria com os deveres morais do asilador para com os asilados. Entendido, porém, como querem estendê-lo, seu resultado seria reduzir, de fato, os refugiados de prisioneiros da nação que lhes outorgou asilo. Busquem os artifícios de fraseologia que o quiserem, a despeito de todos os eufemismos, aquele a quem se prorroga forçadamente o asilo, quando este lhe repugna e o oprime, já não é um asilado — é um cativo. Foi isto o que os refugiados brasileiros solicitaram, ao buscar guarida nos vasos de guerra portugueses? Foi isto o que os comandantes desses vasos lhes concederam aquiescendo à fineza solicitada? Evidentemente que não. Se os oficiais da Marinha Brasileira previssem que hospedagem do Mindelo e do Afonso de Albuquerque seria a antecâmara forçada de Peniche e de Sagres, que, com ela, perdiam o direito de ficar nos portos não brasileiros por onde transitassem aqueles navios, para mim, não há dúvida nenhuma, que eles não hesitariam em recuar o benefício oneroso e humilhante, o obséquio inconseqüente e ingrato. A vida é muito. Mas, para homens de brio e militares valentes, há exigências do decoro pessoal que valem muito mais do que ela. Esse pacto, que é se diz celebrado entre o governo de Lisboa e o do Rio do Janeiro, quando se acordou? Antes de franqueado o abrigo nos navios portugueses aos revolucionários brasileiros? Não pode ser; pois é notória a ira da ditadura brasileira contra Portugal, em conseqüência do recolhimento dado aos insurgentes e notórios são os esforços tenazes por ela envidados para obter a sua entrega à justiça da morte, pronunciada em um decreto espantoso. Força é logo concluir que essa estipulação se firmou entre os dois governos, após a admissão dos oficiais brasileiros a bordo dos navios portugueses. Sendo assim, porém, duas questões sobrevêm imediatamente, imperiosas e inelutáveis. Concedido o asilo, ato de beneficência, por parte dos que o dão e de confiança, por parte dos que recebem, poderiam os primeiros, mais tarde, a seu talante, subordiná-los a restrições que, desnaturando-o, lhe tornassem duvidosa a aceitabilidade? E, dado que o pudessem, ser-lhes-ia lícito fazê-lo sem ciência, ao menos, daqueles

cuja situação, por esse fato, se modificava profundamente? Parece intuitivo que não. Se é certo que o governo português, depois, do conchavo assentado com o brasileiro, de não desembarcar os refugiados senão em solo de Portugal, não lhes poderia consentir desembarque na República Argentina. — não menos óbvio é que uma obrigação preexistente vedava esse governo à anuência a esse acordo: a obrigação implícita anteriormente dada aos oficiais brasileiros de respeitar-lhes a liberdade, salvo exclusivamente a reserva natural quanto ao território do país, contra a ação de cujas autoridades, eles tinham ido buscar amparo na hospedagem recebida. E tão inerente era ela a esse compromisso para com os asilados, tão subentendido que estava o Sr. Paula Teves, comandante da Afonso de Albuquerque, declarou no porto de Buenos Aires, a um redator de “La Nacion”, respeitabilíssima folha da Argentina, que os refugiados brasileiros iam ficar naquele porto. É o “Século”, o ilustre periódico desta cidade, quem transcreve no seu número de hoje, esse documento, que já tivéramos ocasião de ler na célebre folha sul-americana; disse, mais, o comandante da “Afonso de Albuquerque” que a sua viagem fora direta para Buenos Aires, onde desembarcariam o Contra-Almirante e todos os oficiais. A interdição do desembarque era, portanto, um ajuste reservado entre as duas chancelarias como sedativo, talvez, à irritação do governo do Itamarati; e o sigilo a esse respeito foi tal que nem os próprios asilantes, quanto mais os asilados, vislumbraram a misteriosa combinação. Os oficiais brasileiros não tiveram notícia, do assunto, não foram parte no contrato. Não tinham, por consequência, obrigação nenhuma de observá-lo. Esse contrato, demais, adulterava as relações estabelecidas entre eles e os seus asiladores, invertendo o agasalho em detenção. Uma condescendência clandestina com o inimigo, contra cuja vingança tinham demandado homízio nos navios portugueses alterara singularmente a situação recíproca entre o benfeitor e os beneficiados. E os que haviam accitado, agradecidos, o asilo, não podiam submeter-se, resignados, à prisão. Os oficiais brasileiros pois, ativeram-se ao mais natural e evidente de todos os direitos humanos, buscando na evasão o remédio contra uma situação injurídica e irritante. Desse remédio usam até em plena consciência e sem o mínimo deslumbre da honra, as vítimas dos erros judiciários, contra prisões legalmente decretadas. E, aqui, o caso era, sem termo de comparação, muito mais grave, tratando-se de uma prisão determinada por quem não tinha o direito de prender.

Em hipóteses tais, o recurso ao meio libertador, o direito que nele se envolve orça, mesmo, pelas raias do dever: o dever da reação e do exemplo, na defesa da liberdade e do pundonor, que são irrenunciáveis contra os arbítrios e surpresas da força. Não foi o pacto generoso do asilo o que os oficiais brasileiros quebraram, o pacto entre os asilandos e asilados; foi, pelo contrário, um pacto repugnante a

esse: o pacto secreto entre as duas chancelarias, no qual os refugiados eram apenas o objeto inconsulto do ajuste. Que princípio de lealdade os obrigava a acatarem essa transação? Que sentimento dignamente humano não conspiraria em revoltá-los contra ela? As almas retas não podem estranhar essa reação. Os espíritos justos hão de absolvê-la. E a isso tem ela tanto mais jus, quanto se consumou sem dissimulação, depois de manifestado francamente, o intento da resistência, mediante um protesto formal do Almirante Saldanha, nas folhas argentinas, de que já nos deu notícia o serviço telegráfico da imprensa lisboense. Esse pretexto a que não opôs contradita a oficialidade dos navios portugueses, constitui documento irrefragável de que o Almirante Saldanha da Gama nunca empenhara a sua palavra à condição de sequestrado e de que a degeneração da liberdade aos refugiados brasileiros em águas de uma nação neutra foi, para eles, a mais imprevista das surpresas. Mas, antes desse protesto, já se fizera ouvir, com energia, o grito de revolta, a que eles se esforçaram por dar a maior sonoridade. A “Prensa” de 2 de abril o anunciara alto e bom som: ‘A pessoa que nos transmitiu estas informações dizia ela, em um largo artigo sobre a situação dos refugiados’, comunica-nos achar-se expressamente autorizado pelos oficiais brasileiros de bordo para fazer público o seu propósito de acolherem-se ao pavilhão argentino e a sua resolução de não pouparem meios para levar a efeito.....’

A generosidade de um povo magnânimo como o português não tem senão que enobrecer-se de mostrar aos idólatras do Deus Egoísmo que o vigor moral das nações não se mede pelo seu tamanho, nem pela sua força. A prudência das chancelarias. Infelizmente, é que nem sempre logra ser tão sagaz quanto presume, de modo que, às vezes, onde imagina acautelar dificuldades, o poder de artifícios engenhosos, não faz mais que semear perigos. O ato viril do asilo franqueado nos navios portugueses aos refugiados brasileiros, não admitia a incongruência da promessa particular com que se cuidou propiciar ao vencedor o ânimo agitado. Não há meio termo entre servir à humanidade e transigir com exigências dos que não querem tolerá-la. É preciso ser forte e conseqüente no bem, para não o ver degenerar em males inesperados.”

Ataque ao Rio Grande, por terra e por mar*

Depois de uma longa conferência realizada no palácio do governo Provisório Revolucionário, instalado na ilha de Desterro, capital de Santa

* Correio do Povo, 12-04-1944.

Catarina, ficou resolvido um ataque à cidade do Rio Grande, por terra e por mar.

Do comando das tropas terrestres, compostas de 1.300 homens, foi encarregado o General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado e das tropas marítimas o Almirante Custódio José de Melo, chefe da revolta da Armada.

Assim é que, na noite de 3 de abril de 1894, deixaram o porto do Desterro, rumo ao sul, os cruzadores “República”, como navio capitânia, “Urano”, “Íris”, “Metecoro” e “Esperança”.

Pela manhã de 6 de abril, entrou, em primeiro lugar, à barra do Rio Grande, e rompeu logo fogo contra essa cidade, o “Urano”, do comando do intemorato rio-grandense, 1º Tenente Costa Mendes, que já se vinha distinguindo desde o início da luta.

Em seguida, as baterias de terra fizeram fogo contra a esquadra, tendo esta respondido com energia à fuzilaria inimiga, dominando-a, horas depois, por completo. Às 2 da tarde, mais ou menos, conseguiu a esquadra atracar ao cais, fazendo-se, então, o desembarque das forças do General Oliveira Salgado.

No início da luta, os revolucionários obtiveram êxito, tendo sido, a propósito, enviado um telegrama para Santa Catarina, comunicando a tomada, da cidade.

Entretanto, segundo se vê da troca de correspondência entre os chefes de terra e mar, posteriormente, as coisas assumiram novo aspecto, pois as tropas castilhistas souberam, galhardamente, repelir o adversário com gente vinda de Pelotas e Bagé, em sua maior parte tropas da Cavalaria.

Da vasta documentação que possuímos sobre o assalto à cidade de Rio Grande e de suas conseqüências, passamos a transcrever apenas alguns officios assinados pelos aludidos chefes revoltosos: “Comando em chefe das forças libertadoras, bordo do cruzador “República”, no Rio Grande do Sul, 7 de abril de 1894. Ao Sr. General junto à cidade do Rio Grande, 8 de abril de 1894.

Exmo. Sr. — Sobre o assalto à viva força às trincheiras que defendem a cidade do Rio Grande, sitiada, neste momento, pelas forças revolucionárias, assalto que haveis determinado para levar-se a efeito na madrugada de hoje, tenho a fazer-vos as seguintes considerações para salvar a minha responsabilidade em um feito de tanta importância.

Tratando de providenciar no sentido de serem tomadas as posições convenientes, os comandantes dos diversos corpos que comando, o de Marinha, 17º, e 25º de Infantaria, 8º de Cavalaria, declaram-me que só em obediência às ordens tentariam o assalto, por ser muito duvidoso o resultado, atendendo-se aos importantes trabalhos de defesa que guarnecem a cidade e à força e à

artilharia, e a por não dispormos de força de cavalaria, que possa proteger nossa retirada, quase provável, e impedir o massacre imediato. E, como seja minha a opinião dos dignos oficiais, levo ao vosso conhecimento esta consideração, para que, sob vossa exclusiva responsabilidade, se executem as ordens que entenderdes convenientes dar-me e que serão cumpridas. Saúde e fraternidade. Ao Exmo. Sr. General Luís Alves de Oliveira Salgado — Laurentino Pinto Filho.”

O Estado-Maior revolucionário dirigiu, por sua vez, ao General Salgado o seguinte ofício:

“Acampamento do Exército Libertador junto à cidade do Rio Grande, 8 de abril de 1894. Exmo. Sr. General em Chefe do 2º Corpo do Exército Libertador. Os oficiais abaixo assinados, comandantes de divisões, brigadas e corpos, reunidos em conselho para resolverem a presente situação em referência ao assalto à viva força, à cidade do Rio Grande, fortificada e guarnecida excelentemente, por artilharia, infantaria e alguma cavalaria, e defendida por fortes trincheiras, tomando em consideração a declaração escrita pelo General de Brigada Laurentino Pinto Filho, digno comandante do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório, que também sitia a praça do Rio Grande, julgam de seu dever declarar com franqueza que o assalto referido nos dará brilhantes resultados desde que seja coroado de bons êxitos, mas que nos falta o concurso espontâneo do mencionado Corpo de Exército, tendo em vista os ingentes sacrifícios a fazer-se. Todavia, asseguramos a V. Exa. o cumprimento de suas ordens, com satisfação e lealdade. Saúde e fraternidade. — Coronel Estácio Azambuja, Coronel Cortes, Coronel Gaspar Barreto, Coronel Vasco Alves Pereira, Coronel Laurindo dos Santos Pereira, coronel Filipe Portinho, Tenente-Coronel Clementino Molina, Tenente-Coronel Tibúrcio Silveira, Tenente-Coronel Aníbal Padão, Tenente-Coronel Joaquim Cunha, Tenente-Coronel João Teófilo Claveria, Tenente-Coronel Laurindo Machado⁶, Tenente-Coronel Jônatas, Tenente-Coronel Gregório Soares, Tenente-Coronel Avelino Vieira, Major Ferreira e Santos”.

Depois de outras correspondências trocadas entre Custódio de Mello e o General Salgado, foi, contra a opinião deste, levado a efeito o ataque, sendo as forças parcialmente destroçadas. Houve mortos e feridos em quantidade.

Em vista desse desastre e temendo o Almirante Mello um ataque, por mar, da esquadra florianista que bloqueava Santa Catarina, resolveu seguir com a

⁶ Era o Tenente-Coronel Laurindo Machado pai do ilustre poeta rio-grandense Possidônio Machado, mais conhecido pelo pseudônimo de Marcelo Gama.

sua frota e os remanescentes das forças terrestres até Castilho, de onde rumou para Buenos Aires, onde chegou a 16 de abril.

Nessa ocasião, dirigiu o chefe da esquadra revolucionária o seguinte ofício ao Presidente da República Argentina: “Não podendo continuar, por carência absoluta de recursos, na luta que há 8 meses, se achava empenhada a Marinha Brasileira, com o louvável intuito de defender a Constituição política de seu país, pacificá-lo e anular o militarismo que tanto o tem anarquizado, venho a este porto com a esquadra sob o meu comando, a fim de nos acolhermos à sombra da bandeira da generosa nação Argentina. Achando-me embarcado e todo o pessoal desses navios, composto de oficiais de Marinha, Exército regular, patriotas e marinheiros, desde este momento entrego os ditos navios ao Governo Argentino, que lhes dará o destino mais conveniente. Saúdo a V. Exa. — Custodio José de Mello.”

As tragédias de uma época*

O Coronel Antônio Moreira César chegara à ilha do Desterro quando o mês de abril de 1894 havia atingido a terceira década.

Entre o crepúsculo da tarde e o alvorecer da manhã, o outono assinalava a sua influência na temperatura em declínio. O calor e a luz do sol já vinham reduzindo o seu vigor à proporção que se aproximava a estação melancólica do inverno.

Foi a 23 de abril. Resplandecente de um ocaso pintado em cores multiformes, o dia ia morrendo, sereno, até que a noite se manifestou aziaga, ameaçadora, cheia de agouros, para transformar dezenas de lares felizes em lares tristes e lutuosos.

Estava o Tenente Higino Schutel em casa de sua noiva. O sentimento de amor que lhe votava impelia-o, todas as noites, a uma visita. As núpcias já estavam anunciadas para o dia seguinte, quando esse oficial foi surpreendido com umas batidas na porta.

Abriu-a, ele mesmo:

— Como se chama? É o Tenente Schutel?

— Sim.

— Considere-se preso, desde já. A ordem é do Coronel Moreira César, novo governante do Estado.

* Corrcio do Povo, 02-05-1944.

Amélia, assim se chamava sua noiva, correu à porta, agitada, e, abraçando-se carinhosamente ao noivo, despediu-se dele. Nunca mais o viu.

Depois veio a notícia. Higino fora fuzilado.

Seguiram-se outras prisões: o Desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas, pai de Caldas Júnior, fundador do Correio do Povo, e avô do atual diretor desta folha, Dr. Breno Caldas.

Na noite de 16 de abril, o Desembargador Caldas passou da ilha, num bote, para o continente. Aí, adquiriu um burro e, enveredando para os matos, tomou rumo de Biguaçu, então pequena localidade de Santa Catarina.

Pela madrugada, fático, resolveu repousar. Desencilhou o animal e, depois de amarrá-lo com as rédeas a uma árvore, deitou-se sobre o poncho, fazendo da sela travesseiro. Adormeceu a sono solto. O animal, que durante a viagem não fora alimentado, começou a desassossegar-se até que conseguiu desenlaçar-se, indo dar à estrada.

Oito praças do Exército, sob o comando de um Alferes, deram uma busca no mato, ainda encontrando dormindo o Desembargador Caldas. Prenderam-no e conduziram-no à presença do Coronel Moreira César, no palácio do governo. Eram, então, 4 horas da tarde. Longamente interrogado, respondeu, com altivez, às perguntas.

E por ter sido Chefe de Polícia do Governo Revolucionário, foi muito martirizado e, afinal, fuzilado.

Falaremos, agora, do Marechal-de-Campo Manoel Almeida da Gama Lobo d'Eça, Barão de Batovy.

Lutou com o Duque de Caxias, Osório e Andrade Neves; com o Conde de Porto Alegre e o Visconde de Pelotas, na guerra contra o Paraguai. Ornavam o seu peito muitas condecorações por atos de bravura.

Não se envolveu no movimento revolucionário do de 93, nem militava, então, em partido político algum.

Preso na Praia de Fora, arrabalde daquela ilha, foi conduzido ao palácio. O seu filho, Dr. Alfredo da Gama Lobo d'Eça, pediu licença para acompanhá-lo. Deram-na, e mandaram fuzilar pai e filho abraçados.

A Baronesa do Batovy veio, depois, para S. Gabriel. Pessoas que com ela privavam disseram que de tanto enxugar as lágrimas, vertidas durante mais de trinta anos, ficara com os olhos pisados.

A Baronesa de Batovy era fazendeira em S. Gabriel, e pediu, antes de morrer, que fosse sepultada como o foram seu marido e seu filho: simplesmente vestida e atirada à morada eterna, sem féretro e sem flores.

Outra vítima de fuzilamento foi o Capitão do Exército Luís Inácio Domingues, pai de pessoas vastamente relacionadas no nosso meio social: os Drs. Hercilio Domingues, falecido em janeiro de 1941, e Euclides Domingues, morador nesta capital.

A lista dos fuzilados é grande. Ei-la: Desembargador Vieira Caldas, Barão de Batovy, Dr. Gama d'Eça, Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme Lorena, chefe do Governo Revolucionário, Coronel Luís Gomes Caldeira de Andrade e Israel de Sá Araujo, Tenentes-Coronéis Sérgio Tertuliano Castelo Branco e Fernando Goulart, Dr. Paula Freitas, cunhado do conhecido político baiano J. J. Seabra, Capitães-Tenentes Delfino Lorena, Álvaro Augusto de Carvalho, Artur Augusto de Carvalho, Carlos Augusto Camisão de Melo, Dr. José Amado Coutinho Barata, Capitães do Exército Antônio Manoel da Silva Coelho, Júlio César da Silva Lima, Luís Inácio Domingues, João Evangelista Leal, Romualdo de Carvalho Barros, Tobias Becker, José Bitencourt; Drs. Joaquim Lopes de Oliveira, Carlos Guimarães Passos, irmão do ilustre poeta Guimarães Passos; Major Elesbão Pinto da Luz, tio e sogro do Almirante Pinto da Luz, Ministro da Marinha do governo de Washington Luiz; comerciante Caetano Nicolau de Moura, Engenheiros franceses Pedro Luiz Bicette e Etienne Mueller; 1º Tenentes Manoel Constantino e Brasiliano Alves do Nascimento; 2º Tenentes Higino Schutel, João Machado de Lemos, Olímpio Saturnino Alves, Emídio Teixeira Tales de Azevedo, José Gomes da Silva Fraga, Manoel Teles, Aquiles Coutinho, Domingos Vieira de Souza, José Becker Filho, Raul de Souza; Aspirantes de Marinha Pedroso Lorena e Álvaro Monteiro da Mota; F. Cascais e Miguel Cercal.

Antes de terminar, vamos falar dos três irmãos Becker: Tobias, o mais velho, tinha esposa e um filhinho de três anos, pertencia à arma de artilharia; José e Pedro serviam na infantaria e eram o amparo de sua mãe, de avançada idade.

Pedro foi morto no assalto ao Rio Grande, Tobias e José procedentes de Buenos Aires, onde os levava a frota de Custódio de Mello, resolveram apresentar-se à guarnição do Desterro.

Ninguém os viu desembarcar. E nunca mais se soube notícias deles.

O Barão de Serro Azul e os seus campanheiros de Infortúnio*

Em princípios de maio de 1894, retrocedia Gomercindo Saraiva, apressadamente, à frente de suas forças, para o sul, pois os desastres sofridos por Custódio de Mello no assalto à cidade do Rio Grande e com a retirada do heróico rio-pardense Alexandrino de Alencar da ilha do Desterro, que ele defendia com um só navio, o Aquidabã, impediram aquele destemido general gaúcho a continuar a sua marcha sobre S. Paulo.

Diante disso, novo reviramento na política do Paraná. Sem comentários, narremos os fatos.

Comandante do 5º Distrito Militar, o General Ewerton Quadros. Auxiliar da Secretaria, o Alferes honorário Joaquim Augusto Freire, acusado como autor mental dos horrorosos fuzilamentos de que vamos tratar.

Eram 9 horas da noite de 20 de maio de 1894, domingo da Trindade; quando uma escolta de doze praças se dirigiu ao quartel do 17º Batalhão, em Curitiba, sendo abertas as prisões e chamados nominalmente o grande industrial Ildelfonso Pereira Corrêa, mais conhecido por Barão de Serro Azul, seu primo Preciliano Corrêa; Balbino de Mendonça, José Lourenço Schleder, José Joaquim Ferreira de Moura e Rodrigo de Mattos Guedes.

O Dr. David Carneiro, ilustre historiador paranaense, nos deu a conhecer, com todos os detalhes, trazendo a público diversos depoimentos além de narrativas de autores, os horrorosos assassinios do quilômetro 65, que se tornou famoso em todo o país.

A propósito, ouçamos a palavra autorizada de Rocha Pombo.

“Nada sei de positivo, e direi mesmo, felizmente... porque, afinal, é sempre melhor ignorar como os homens podem tornar-se mais duros, mais insensíveis e mais hediondos do que a própria hiena; nada sei de positivo sobre a “cerimônia” sanguinolenta ali passada, naquele quilômetro 65. Apenas, uma ou outra voz repete, em termos vagos, alguns incidentes. Como é fácil imaginar, os executandos — horrorizados, só saíram dos carros arrastados, violentamente, pela soldadesca.

O primeiro dizem que foi José Ferreira de Moura.

Este já andava quase morto quando recebeu a descarga. José Lourenço Schleder soltou gritos de desesperação que repercutiram pelas montanhas

* Corrcio do Povo, 24-06-1944.

desertas, interrompendo, talvez, o sono tranqüilo das feras, mas sem abalarem aquelas outras implacáveis feras humanas. Balbino de Mendonça agarrou-se a uns vagões de ferro, pedindo que o não matassem, pois agora é que começava ainda a viver...

Os soldados quebraram-lhe os braços e ele, desfalecido, tombou para receber os tiros do revólver. Sim, foram mortos a revólver, e um a um. O Barão pediu... mas pedir a quem?

Disse que o privassem de tudo, mas que lhe deixassem a vida...

Que o deportassem, que o banissem, contanto que lhe deixassem a esposa e os filhos. Sentindo a inutilidade de seus clamores, pediu mais um momento para orar. Ajoelhou-se e, de joelhos recebeu a descarga. Preciliano só teve palavras de revolta. Rugia como um possesso e morreu amaldiçoando os seus assassinos. Mattos Guedes ficou num estado lastimoso. Era homem fraco e doentio. Ia deixar na miséria mulher e nove filhos menores!

As vítimas, a medida em que iam sendo sacrificadas, rolavam para o abismo, onde ficou um coro surdo de gemidos à retirada do trem.

Os infelizes não morreram todos imediatamente e consta que até ao dia seguinte, ou dois dias depois, ainda um dos corpos apresentava indício de que havia expirado recentemente.”

A essa narrativa, vamos acrescentar mais alguns detalhes mencionados pelo autor da biografia de José Lourenço Schleder.

“À luz cirial da lamparina que alumiaava o vagão, as fisionomias das vítimas refletiam a emoção profunda da partida, que supunham ser para o Rio, quando foi para a eternidade!

O aspecto dos soldados, como o desses coveiros de profissão, contrastava diabolicamente com a emoção dos presos enganados...

Chega o momento fatal. Meia-noite. O trem, cortando o espaço vertiginosamente, galga as fraldas da altíssima montanha.

Noite de luar, escurecida na serra por densa cerração.

O Barão de Serro Azul, homem de constituição débil e nervosa, implorou, de joelhos, a piedade do executor.

Os outros todos, dirigindo o pensamento, na hora extrema, para os seus pobres filhinhos e esposas, na confusão e entrechocamento de sentimentos e idéias de quem se conservava tranqüilo à espera de julgamento regular e não podia sequer imaginar tão bárbaro quanto injusto castigo, e vêm-se repentinamente na dolorosíssima condição de condenados à morte!

As vítimas, depois de assassinadas, foram completamente despojadas de tudo que levavam consigo, como se vê da ata de inumação.

Roupas, chapéus, botinas, relógios, anéis de núpcias, tudo foi roubado pelos vorazes executores!

Os cadáveres foram atirados no talude e aí estiveram expostos aos corvos, durante cinco dias, até que uma comitiva de parentes e amigos das vítimas ousou ir fazer-lhes a obra de misericórdia que não se deve negar aos próprios animais, de abrir-lhes uma cova!”

Em Paranaguá, foram presos às 2 horas da madrugada de 21 de maio daquele ano o Major de Cavalaria José Antônio Colônia e o Tenente Pedro Nolasco Alves Ferreira. Comandava a escolta que os prendeu o Tenente João Leite de Albuquerque.

Quando souberam que iam ser fuzilados, aqueles dois oficiais se fardaram.

Durante o trajeto para o cemitério, Colônia ia calmo e fumava, enquanto que Nolasco protestava contra o fuzilamento.

A propósito, o General José Bernardino Bormann, que, em Porto Alegre, exerceu as altas funções de Comandante desta Região Militar, escreveu o seguinte:

‘O comandante da escolta perguntou, primeiro, ao Major Colônia, qual seria sua última vontade. Respondeu: — Morrer como cristão! O tenente, então permitiu-lhe que fizesse as suas orações. Quando se deu por pronto, foi fuzilado sem revolta.

Quando perguntaram ao Tenente Nolasco, este dissera:

— Quero comandar a escolta de fuzilamento.

— Mas os traidores não podem comandar a soldados fiéis!

— Não importa, retrucou Nolasco, a voz é livre.

E todas as ordens dadas por João Leite de Albuquerque eram repetidas por Nolasco:

Carregar! — Carregar! Preparar! — Preparar! Apontar! — Apontar! Fogo!
À última voz, Nolasco teria gritado: Viva a República!”

E o seu corpo caiu de joelhos, primeiro, e, depois, de lado, sobre o peito do Major Colônia”.

Ordem do dia de Gomercindo sobre o combate de Passo Fundo*

Foi a 27 de junho de 1894 que, em Passo Fundo se feriu a maior batalha havida, em campos rio-grandenses, entre maragatos e pica-paus, estes

* Correio do Povo, 05-07-1944.

comandados pelo General Francisco Rodrigues de Lima e aqueles pelo General Gomercindo Saraiva.

Das forças governistas, também faziam parte os eminentes rio-grandenses, Senador Pinheiro Machado, General Manoel do Nascimento Vargas, pai do Dr. Getúlio Vargas; Salvador Pinheiro Machado, General Firmino de Paula e muitos outros vultos destacados do Partido Republicano.

Combatiam do lado oposto, além de Gumercindo e seu irmão Aparício, os denodados gaúchos Prestes Guimarães, Juca Tigre, Torquato Severo, Timóteo Paim e outros abnegados partidários de Silveira Martins.

Não é demais assinalar, aqui, que as tropas federalistas estavam exaustas e desfalcadas pelos contínuos ataques que vinham sofrendo de seus inimigos, desde a sua retirada de Itararé para o Rio Grande do Sul.

Sobre a batalha de Passo Fundo, Gumercindo Saraiva manifestou-se, assim, em ordem do dia:

“Ao declinar o dia, vendo a impossibilidade de destroçar completamente o inimigo, que procurou posição excepcional, vos fiz retirar das posições em que vós estáveis, por serem impossíveis de ser sustentadas como até estavam desde que se ocultasse o sol. Pela primeira vez o inimigo mostrou alguma astúcia, procurando um lugar em que era protegido pela retaguarda por um grande banhado e por valo que impedira que operásseis sobre o flanco esquerdo. Devido à posição que nossos adversários ocupavam, o Corpo do General não pode operar com seus lanceiros; entretanto, eles deixavam, nesse combate, provas dos seus desejos, carregando pelo flanco esquerdo, mas recuando ante os valos e banhados, que cercavam o inimigo, que tornavam impossíveis e irrealizáveis as suas operações de carga e se tais obstáculos não existissem, a esses companheiros caberia a glória de destroçar o inimigo como já a 6 de junho fizera com o 30º Batalhão de Infantaria do Governo do marechal vermelho, Camaradas! Se o meu íntimo de brasileiro se alegra em ter esses denodados sob o meu comando, ele se entristece quando tenho que lamentar perda de alguns companheiros. Entre eles recorde-me do Coronel Pereira Pinto, do meu estado maior; dos Majores Jacinto Lacerda e Felipe Pinto. Essas perdas atingiram ao número de 88 homens, contados pelo Coronel Veríssimo, no campo da luta. A memória desses companheiros perdurará entre vós saudosa e eternamente. Os nossos feridos foram em número de 150. O inimigo, posso vos dizer, sofreu perdas superiores ao triplo das nossas. Acabo de receber parte do Coronel Veríssimo da Veiga e, por ela sou sabedor de que o corpo sob seu comando, que fora ao campo da luta, hoje de manhã, não encontrou o inimigo, o qual, durante a noite, se ausentara, abandonando o terreno e diz-me, o mesmo coronel ter

contado, de mortos do inimigo, 382 pessoas, entre as quais 3 mulheres, e que calcula ser maior esse número visto haver lugares desconhecidos em que foram enterrados mais mortos. Assim, pois, se não tivesses a glória, alcançastes a vitória, que os adversários não poderão alegar, nem a glória, nem a vitória e, se essa mortandade não fosse bastante para vosso triunfo, ainda temos a nosso favor a posse de 143 armas, em sua maioria 'Comblains', e 9 cunhetes de munição, que vieram aumentar o nosso armamento. Sinto não poder citar os nomes de dois dos meus comandados, sendo um destes cabo; julgo eu que foram vítimas das balas. Esses dois patriotas, tendo recebido ordem de fazer pontaria sobre dois vultos no campo inimigo, que reconheceram ser o General Rodrigues Lima e o Coronel Firmino de Paula, cumpriram essa ordem com tanta felicidade que, logo após o estampido dos tiros, se viu a queda desses instrumentos do tirano, sendo de admirar a certeza do tiro que atingiu o General Lima, devido à grande distância que separava esse General da luta. Assim, se esses chefes adversários não pagaram com a vida a sua malvadez na terra, já tiveram a marca merecedora de todo o ingrato ao solo abençoado como o nosso.

Ao terminar, incito-vos, meus comandados, a continuarem na luta, até hoje ainda protegida por Deus e pelos bons brasileiros que querem uma pátria e não um solo. Em primeira ordem do dia, espero fazer as promoções devidas. Avante, camaradas, que o dia da vitória final não está longe”.

Episódios da revolução de 1893*

Dissemos, há dias, quando tratamos dos fuzilamentos do quilômetro 65, no Estado do Paraná, que é apontado como autor intelectual desses crimes o Alferes honorário Joaquim Augusto Freire, Secretário do Comando do 5º Distrito Militar, com sede, então, em Curitiba.

É interessante conhecer-se a vida desse famoso oficial honorário, através a pena de um “Revoltoso”, que assim o descreveu em seu “Diário de bordo”:

“Freire fora fiel de armazém da Alfândega do Rio de Janeiro, e, depois, 2.º escriturário. Dizia-se partidário da revolução prestes a arrebentar. Em companhia do Dr. Dermeval da Fonseca e outras pessoas, embarcou no cais da Glória na tarde de 5 de setembro e dirigiu-se para bordo do encouraçado Aquidabã, onde estavam o Contra-Almirante Custódio de Mello, deputados

* Correio do Povo, 09-07-1944.

Seabra, Anfrísio Fialho, Retumba, Jaques Ourique, Coronel Sebastião Bandeira, Major Eloi Gentil de Figueiredo, Capitães Santos Teixeira, Carvalho e Santos e o 1º Tenente Vinhaes.

Os deputados mencionados concordaram, depois de se acharem a bordo, em dirigir um apelo à Nação. Mas, escrito esse documento, surgiu uma grande dificuldade e essa consistia em se encontrar um meio de fazer a imprensa publicá-lo. Quem levará esse documento a terra para a imprensa? perguntavam os deputados – e Freire, que estava presente, respondeu: Quem? Eu.

Essa resposta foi acompanhada dos mais ardentes protestos à causa da revolução, e tantas aparências tinham eles de sinceridade, que lhe entregaram o documento e ele embarcou, dirigindo-se ao Arsenal de Guerra.

Ali chegando, foi ao Itamarati, mostrou ao Marechal o documento e recebeu dele ordem para a publicação, como desejavam seus autores.

Freire captara a amizade e a confiança do Dr. Dermeval da Fonseca, de quem também se dizia dedicado amigo. Com ele, recolhera-se ao Aquidabã, afetando ser um inimigo implacável do governo.

A história, pois, desse personagem, como vê o leitor, começou por uma infame traição. Ouçamos, agora, a palavra do ilustre escritor pernambucano Dr. Mário Mello sobre Joaquim Freire:

“Em 1932, indo eu a bordo de um navio que se dirigia para o sul, um conhecido, pronunciou o meu nome em voz alta.

Perto estava um velho, baixo, gorducho, que, aproximando-se de mim, me perguntou se eu era o autor de um livro recentemente publicado e no qual havia um capítulo sobre o fuzilamento de Silvino de Macedo, na Imbiribeira.

— Pois eu sou o oficial do Batalhão Tiradentes a que o senhor se refere no seu livro, sem publicar o nome.

Fui eu quem reconheceu Silvino, quem o denunciou e quem o prendeu.

Assisti ao conselho de guerra e levei-o a Imbiribeira para ter certeza do fuzilamento”. Era, para mim, um testemunho preciosíssimo. Sentei-me ao seu lado e fiz-lhe uma série de interrogações. Dotado de boa memória, ia me respondendo com precisão.

Afinal, chegou a hora de qualificar-se: “Sou rio-grandense do norte e chamo-me Joaquim Freire”.

E contou-me, sem denotar o menor peso na consciência, episódios, em que tinha tomado parte durante a revolta. Notei, somente, que era um grande fanático pelo Marechal Floriano”.

Silvino Macedo, a quem se refere Joaquim Freire, é o sargento que, quando na fortaleza de Santa Cruz, do Rio, em janeiro de 1892, soltou todos os presos

ali recolhidos; prendeu a oficialidade que guarnecia esse forte, revoltou a soldadesca, bombardeou a capital para depor Floriano Peixoto e repor Deodoro da Fonseca à testa do governo, sendo, afinal, subjogado, depois de muita luta, em que se houve com heroísmo excepcional.

Mais tarde, quando rebentou a Revolução da Armada, na baía da Guanabara, no dia 6 de Setembro do 1893, Silvino Macedo, comissionado em alferes, a ela aderiu, servindo-a com lealdade e portando-se, mais uma vez, com heroísmo. Em 1894, fugindo para Pernambuco, foi o seu paradeiro descoberto, e, preso, foi fuzilado.

Telegrama de Rodrigues Lima ao Marechal Francisco Moura*

Convém procurar esclarecer bem, com os documentos existentes, o resultado da batalha de Passo Fundo, em que os contendores de ambos os lados — maragatos e pica-paus — avocavam a si a vitória. Até hoje, ainda, perdura uma controvérsia sobre o resultado desse combate, que foi, como já dissemos, o mais sangrento havido em solo rio-grandense. O encontro entre as duas forças foi a 27 de junho de 1894, sendo os federalistas comandados por Gomercindo Saraiva e os republicanos pelo General Francisco Rodrigues Lima, chefe militar da Divisão do Norte.

Publicamos, há dias, a ordem do dia de Gomercindo Saraiva sobre esta batalha. Hoje, trazemos ao conhecimento do leitor o telegrama que, a propósito, o general Francisco Rodrigues Lima dirigiu ao Marechal Francisco Antônio de Moura, então Ministro da Guerra do Governo do Marechal Floriano Peixoto:

“Caudilhos Gomercindo, Aparício e Prestes, depois de seis horas de nutrido fogo, derrotados completamente, fugindo vergonhosamente campo luta, levando como troféus grande número feridos, deixando campo luta juncado cadáveres.

Fizeram duas cargas cavalaria e infantaria, que fomos encontrar, desbaratando a sabres.

Comandantes brigadas e corpos, oficialidade e praças portaram-se heroicamente, fazendo tremer terra nossa fuzilaria. Eu ferido, restando-me ainda muito sangue derramar pela República.

* Correio do Povo, 23-07-1944

Inimigos, número superior a três mil, perseguidos meia légua, aproximação, dispararam completa debandada, indo refugiar-se serra tomando direções diversas.

Muitas Comblains, Mauser, Manlicher e munição tomadas.

Calculo ter mais de cem homens fora combate, entre estes alguns oficiais.

Impossível, hoje, descrever grande feito heróico. Amanhã, darei notícias detalhadas. Viva a República! Viva Marechal Floriano! Viva Presidente Estado!”

Como se vê desse despacho, enquanto que Rodrigues Lima atribuía às suas forças a vitória da batalha de Passo Fundo. Gomercindo Saraiva, em ordem do dia, salientava o triunfo dos seus comandados, fazendo várias promoções de praças e oficiais dos corpos que compunham o seu Exército.

A morte de Gomercindo Saraiva*

Sempre perseguidas por tropas do Governo e sempre se portando com inexcédível bravura, as forças de Gomercindo Saraiva tinham percorrido vários municípios do Estado, quando, a 10 de agosto de 1894, alcançaram Carovi.

Encarregara ele o Coronel Dinarte Dornelles, tio do Dr. Getúlio Vargas e do Tenente-Coronel Ernesto Dornelles, atual interventor do Rio Grande do Sul, de tomar a retaguarda e o flanco direito do inimigo. À tarde, houve uma escaramuça entre as duas forças hostis.

Houve vários feridos, inclusive Gomercindo Saraiva. Seu ajudante, Capitão Hilário Montiel, correu à procura de um dos médicos das tropas, para científicá-lo do ocorrido.

A propósito, conta-nos o Dr. Angelo Dourado, que, como clínico, vinha acompanhando as tropas do denodado guerreiro gaúcho:

“... Montiel contou-me o que se tinha passado. O inimigo tinha pressentido a nossa aproximação e começou a empacar. Só a vanguarda perseguia Gomercindo; vendo isso, resolvera, por já ser tarde, reunir as forças, marchar para a direita, a fim de deixar se incorporarem as duas colunas inimigas, e no outro dia, esperá-las e atacar a ambas de frente. Foi avisar disso a Dinarte: este, porém, vendo chegar Gomercindo, talvez para mostrar a bravura dos seus, ordenou uma carga de lança, destroçou a vanguarda, que fugiu, metendo-se alguns no mato, tomando-lhe 30 Mauser, papéis, etc.

* Corrcio do Povo, 30-07-1944.

Em cima de uma coxilha, estava uma outra coluna. Aparício, para corresponder à saudação da gente de Dinarte, veio pedir a Gomercindo para deixar-lhe ir fazer também uma carga e, apesar de ser tarde, ele consentiu.

Aparício chamou Augusto Amaral e ia costeando a coxilha para apresentar-se já na proximidade, e Gomercindo seguiu pela coxilha para assistir a carga, quando, do mato, partiram os tiros que o feriram, matando-lhe o clarim e o cavalo, sendo conduzido, depois, pelo Major Pianelli, que o acompanhara”.

Quando cheguei à carreta, chegava, também, Aparício, que, sabendo do desastre, desistira do seu intento, e a quem Gomercindo queria ver imediatamente, com receio de que tivesse também sido vítima. Ao entrar Aparício na carreta, Gomercindo, ao vê-lo, levou a mão aos olhos e fechou-os.

Aparício voltou, sem dizer palavra, mas lançou-me um olhar que tudo exprimia. Foi a última vez que se viram aqueles dois heróis, que se amavam mais do que a vida.

Quando me aproximei, já ali estava o Major Dr. Fritz, tendo os primeiros curativos sido feitos pelo Dr. Hungria, médico da Armada. O Dr. Fritz tinha preparado uma injeção de ergotina para privar a hemorragia interna, porém ele não consentiu que fizessem sem eu chegar, e, falando-me Fritz, ele me disse: “Amigo, não me deixem dar nada para dormir; tu sabes que eu não devo dormir”.

— Não é para dormir, disse-lhe eu.

— Então, pode fazer o que você quer... e entregou o braço.

— Onde é o ferimento? perguntei eu. Ele mesmo levantou a camisa ensanguentada e mostrou-me.

Um pequeno orifício entre a 6ª e a 7ª costelas esquerdas, próximo do esterno, por onde saía o ar na aspiração; portanto, fora interessado o bordo do pulmão. A palidez da face indicava que não havia asfixia, e a respiração era pausada. Seu nariz aquilino estava fino como uma lâmina. Tomei-lhe o pulso; era miserável, quase imperceptível, portanto, pensei, a bala penetrou no pericárdio e, talvez, mesmo, na parede do coração, e a assistolia em pouco o matará.

Perguntou por seus arreios; estavam ali. ‘Não deixe os bichos levá-los’ — disse.

Movendo-se, soltou um gemido. — Lembra-se, disse eu, que, quando Aparício foi ferido e gemia, você me disse que todos vocês são fracos para a dor?

— Não, amigo, não é a dor. Eu estou perdido — me disse.

Não é nada, vamos marchar. Eu vim buscar um aparelho para lhe aplicar e em pouco estará bem.

— Sim — me disse. Não é nada. Dêem-me água, tenho sede, água fria, muita água fria.

Quando viu que ia sair, disse-me: 'Dourado, que organizem a marcha já. Torquato que faça a retaguarda e Aparício que tenha muito cuidado com o flanco esquerdo.'

Montei o cavalo para ir procurar os companheiros que comandavam, enquanto se preparava a padiola para transportá-lo.

Quando o transportaram para a padiola, ele disse aos meninos Garcia, netos do famigerado Cândido Garcia, de Bagé, seus ajudantes de ordens e inseparáveis companheiros, e a Hilário Montiel:

'Ah! meus filhos, vocês estão sem mim, eles me mataram'.

Muito custou-me, naquela mistura de corpos, alguns desconhecidos, encontrar os amigos com quem queria falar. O fogo, no campo, ocupava uma extensão de mais de légua e os que estavam ali não viam nada além, pela escuridão, que se tornava mais pronunciada para os que estavam perto do fogo.

Encontrando-me com Fábio Azambuja, que, até ao escurecer, tinha estado com Paim, em frente do inimigo, este me disse: 'Faça apressar a marcha, estamos perdendo um tempo precioso'. Eles vinham marchando, conduzindo Gumerindo em padiola.

O Coronel Brasil que me procurava porque o Dr. Hungria queria falar-me, perguntou-me se era grave a ferida. Perguntei-lhe se ele tinha gemido. Não. Tossiu? Não; vinha quieto como se dormisse,

— Talvez já esteja morto, disse eu, e o coronel Brasil teve um soluçar tão compungido e a dizer, 'Meu General, o nosso General', que eu fui obrigado a dizer-lhe que não fosse criança, que estava alarmando.

Por onde eu passava, todos vinham saber o estado dele e eu era obrigado a dizer-lhes que não havia perigo.

Quando chegou junto da padiola o Dr. Hungria, disse-me que julgava conveniente fazer-lhe uma injeção de éter. Mandeí baixar a padiola, acendi uma vela e levantei o poncho que lhe cobria a cabeça. Estava deitado sobre o lado direito. Calmo como num sono tranquilo, e depois de três anos de luta, sem descanso, era o primeiro dia que ele dormia tranquilo, porque não tinha mais de cuidar da vida e salvação de seus companheiros. Seu papel estava terminado.

Falei para que marchassem apressados para aproveitar enquanto ele 'dormia'.

Garcia, quando o viu morto, não se pode conter; eu, porém, colocando-lhe a mão na cabeça, e, apertando com força, fiz compreender-lhe que era preciso calar-se, e ele calou-se. Por muito tempo, marchamos ao clarão do incêndio, que devorava o campo e se estendia como uma monstruosa serpente luminosa. Eram as luzes de sua câmara ardente...

Para ele, o filho nobre e altivo da campanha, para ele, que nela passara toda a sua vida cheia de afetos e dedicação; para ele, que o coração trouxera para essa luta gloriosa e que, pelo coração, morrera; para ele, que surgira da obscuridade e crescera tanto, que, em pouco tempo, quando desaparecerem os seus companheiros de armas, talvez em poucos dias, sua epopéia não será mais do que uma lenda; para ele, que só poderia viver respirando o ar da campanha, onde a pata de seu cavalo deixava pegadas indeléveis; para ele, cuja lembrança bastará para dizer aos tiranos que o povo oprimido terá, amanhã, como teve, ontem, um Gomercindo Saraiva que não surge das convenções, da troca de interesses recíprocos, que não é feito por ninguém e por ninguém proposto; que não sacrifica a causa de todos pelo egoísmo de poucos, só mesmo o vasto incêndio da campanha, poderia servir para iluminar-lhe o catafalco, que tinha por abóbada o céu e por lágrimas alegóricas as estrelas do firmamento, brilhando na escuridão da noite que cala sobre nós como a negra cortina do nosso destino.

Marchamos até a madrugada, repousando um pouco, para recomeçar ao despontar do dia. Não houve toques de clarina. Os que já iam em marcha acordavam os que dormiam ainda. O cadáver do chefe ia numa carretinha e, dentro, dois dos seus ajudantes. Ele que nos levou tão longe e, de lá, nos tirou, por sua energia inquebrantável; ele que sempre se achou no ponto onde o combate era mais cru e as balas formavam abóbada à sua figura, que nos deu vitórias incríveis ou nos arrancou à morte certa – ia ali, imóvel, já sem préstimo, sem valor.

Aparício, o bravo dos bravos, não se aproxima da carreta fúnebre, leva um lenço de seda negra, cobrindo o rosto como se grave enfermidade dos olhos o atingisse.

É que o pranto não cessa, e ele não quer que se o veja chorar.

Só ao aproximarmos de um arroio, de mau passo, como todos os inúmeros dessa funesta região, pude ver Dinarte Dornelles, Felipe Portinho e os bravos companheiros que não tinha visto ainda. Pianelli deu-me notícia que os meus tinham abandonado o Estado Oriental e seguido para a Bahia.

No profundo desgosto em que me acho, esta notícia foi um alívio. Não tenho esperança de sair vivo desta luta e o que mais me dói é imaginar que terás

notícia da viuvez em terra estranha, o abandono em que te acharias; ali, não, na terra que nos viu nascer e que ainda não se esqueceu de nós, ao menos terás a teu lado rostos amigos, que te darão coragem para a vida e te farão compreender que a morte na guerra é igual à morte entre os seus, quando ela é pelo bem da pátria, quando a ela não se foi levado pela paga com que se compra a vida aos que servem de instrumento aos algozes de seus irmãos!

Sei que o sofrimento te fará me julgar ingrato por te ter abandonado para empunhar armas para a luta, mas bem sabes que, se o não fizesse, seria um homem descaracterizado e, para o homem de coração, a vida é incompatível com a descaracterização. Só os cínicos podem viver assim, porque, neste caso, a vida para eles não é mais do que o viver.

Meus filhos, os meus pobres filhos, talvez se esqueçam do quanto os amo, porque na alma infantil, as afeições não deixam traços, mas tendo fé que, quando homens, eles me compreenderão e seguirão o meu caminho, tal é o dever do homem que queira ter uma pátria digna.

E te escrevo estas coisas, como se, ao menos, nutrisse a esperança de que isto te chegue às mãos!

Depois de dois dias de marcha, numa noite de luar, fria e silenciosa, porque nos nossos não se ouve mais aqueles gritos alegres de uns chamando pelos outros, dirigindo-lhes galhofas, por maior que fosse o perigo que os ameaçasse, deixamos o grande chefe sepultado num pequeno cemitério à beira da estrada.

Para ele, está tudo terminado! A luta cessou com a vida! Para nós, os vivos, a morte continua com o nosso viver. Apesar, porém, de todos os perigos que nos ameaçam, ninguém, creio, pensa neles.

Tal é a insensibilidade do espírito, quando um golpe profundo o abala”.

Uma nota interessante que deve ser assinalada: de um lado, o General Manoel do Nascimento Vargas, como comandante de uma das brigadas da Divisão do Norte, perseguia as tropas de que fazia parte seu cunhado Coronel Dinarte Dornelles. O mesmo fato observa-se em relação à família Pinheiro Machado: Alfredo Pinheiro Machado batia-se com os federalistas contra seus irmãos Senador Pinheiro Machado, General Salvador Pinheiro Machado e Coronel Frutuoso Pinheiro Machado. E, semelhantemente, podíamos citar combates em que tomaram parte pais contra filhos e amigos dedicados de ontem transformados em inimigos ferrenhos de hoje, tal era o entusiasmo que o gaúcho revelava na defesa de seu ideal.

Depois da morte de Gomercindo Saraiva*

Quis a fatalidade que Gomercindo Saraiva encontrasse seu fim em Carovi, na tarde de 10 de agosto de 1894.

A Revolução Federalista, que já vinha declinando, sofreu, assim, o golpe mais pesado que se lhe podia desferir.

Um dos maiores da insurreição maragata, Prestes Guimarães, escreveu, nos seus apontamentos históricos, que “a morte de Gomercindo, enchendo de justa mágoa os corações patriotas, foi um eclipse fatal para a revolução”.

E dando-nos conhecimento da marcha das suas forças, que se haviam ligado às de Gomercindo, narra-nos o valente chefe serrano:

“No dia 17 de agosto, a coluna serrana de Prestes Guimarães e a missioneira de Dinarte Dornelles, baldas de recursos para continuarem na santa cruzada, dividiram-se nas proximidades da “Igrejinha”, margem esquerda do Piratini, e tomaram rumos diferentes. Os Coronéis Francisco dos Santos, Antonio R. Batista e Borges Vieira, com quase todos seus comandados, entenderam dever regressar à Soledade, e Pedro Bueno de Quadros, com seu brilhante Corpo, a Passo Fundo. Prestes Guimarães, Elisiário Prestes, José Prestes, Jorge Sturm, Miguel Queiroz, Major Lima, J. Roiz Dias, Afonso Fontoura, Lourenço M. de Barros, Major Rossarola, Capitão Ibarra, ambos italianos, e muitos outros oficiais e praças, em número de cento e tantos, deliberaram emigrar para a Confederação Argentina, o que puseram em prática, transpondo, em diversos pontos, o Uruguai, desde a barra do Ijuí até ao Passo dos Garruchos e mesmo mais abaixo.

Comovente, comoventíssima, a despedida dos que regressavam, sem recurso algum, ao próprio lar, e dos que também, sem recurso, iam asilar-se em terra estranha, até que pudessem obter meios de continuar na série de sacrifícios imposta pelos ardores do patriotismo!...

Prestes Guimarães emigrou com os seus, levando, na alma, a vontade deliberada de voltar, logo que lhe fossem proporcionados os meios bélicos de prosseguir na gloriosa campanha.

Aparicio Saraiva, no quarto dia posterior à morte do irmão, tinha abandonado a estrada de Itaqui — em frente à Fazenda de Santa Rita — e tomara a esquerda com as relíquias do Exército, dirigindo-se rumo do Passo do Ibicuí, e, não podendo transpô-lo, recambiou por outra estrada a Cruz Alta, e, tomando a direção de Campo Novo, foi passar para o território de Missões, na

* Correio do Povo, 23-08-1944.

Confederação Argentina, pela Colônia Militar do Alto Uruguai, sempre perseguido e sempre combatendo com mais ou menos vantagens.

Prestes Guimarães, o Tenente-Coronel José Dias e o Major Afonso Fontoura foram internados para a capital de Corrientes e ali tratados com civilidade e carinho por parte do Governo de Virasoro, que lhes deu aposentadoria. Os mais companheiros emigrados ficaram esparsos por S. Xavier, Conceição, Garruchos, S. Tomé e outros lugares da Confederação Argentina — tanto à margem direita do Uruguai, como à margem esquerda do rio Paraná — em Posadas, Candelária, Loreto.

O chefe serrano seguiu para Buenos Aires, onde se entendeu com os chefes supremos da Revolução e sendo nomeado comandante em chefe de um novo Corpo de Exército Revolucionário, que abrangia Cima da Serra, expediu para ali suas ordens, colocando-se de observação em S. Tomé, até receber armas, munições e cavallhada, elementos indispensáveis para uma nova invasão. Antes disso, porém, veio a paz. Ainda bem! Contanto que essa paz consolide a liberdade, sagre o direito e afaste para bem longe dos rio-grandenses a desgraça de se constituírem uns hilotas no pátrio berço.

Devemos referir ainda alguns acontecimentos finais, para melhor compreensão da luta fratricida na região serrana, luta provocada pelos abusos reiterados do poder e clamorosas violências de seus agentes nas localidades.

Como o leitor deve lembrar-se, Veríssimo havia ficado em Passo Fundo com cerca de 600 homens, número que aumentava ou diminuía segundo as circunstâncias. Seguiu para lá, por terceira vez, Santos Filho, o feliz prisioneiro de Jararaca, apoiado em uma coluna de 800 homens, reforçada com mais 200 patriotas da localidade. Recursos levou de sobejo, não temendo, portanto, prolongada e, muito menos, vitoriosa resistência. Entrou na cidade a 29 de setembro.

Veríssimo, tomando a defensiva, buscou cansar o inimigo, fazendo-lhe guerra de emboscadas, marchas e contra-marchas, tiroteios, etc. Assim se passou outubro. Quando, em novembro, Santos Filho empreendeu operações mais eficazes, mandando forças numerosas ao coração da Serra, e aí perseguindo com tenaz ardor o chefe revolucionário, este, com os seus, por brenhas invias, foram dar aos confins ermos do Campo do Meio, e, logo, aí mesmo acoçados, seguiram para o Encantado, embaixo da Serra, passando pela Varzinha.

Santos Filho, do Campo do Meio, não seguiu a trajetória dos retirantes. Transpôs o Mato Castellhano pela estreita vereda da Casca e Sanga Funda, saindo, com algum custo, nos campos da Soledade. Tomou posse da vila, quase

deserta; pôs nela guarnição de sua confiança, demorando-se somente o tempo suficiente para saber novas seguras do inimigo errante.

Em dezembro, os serranos, amigos da liberdade, estavam no Encantado, e, fazendo junção com as forças do chefe federalista Anibal Geraldo Pereira, tomaram parte ativa e conspícua nas operações desenvolvidas sobre a Vila do Lajeado, S. João, e outros pontos da região colonial. Sejam mencionados, com o louvor que merecem, os nomes de José Trindade e João Carpes, este natural de Passo Fundo, ambos ali moradores, os quais, com dedicação inexcedível, serviram à causa da revolução conquistando o primeiro, por seu valor, o posto de comandante em chefe dos revoltosos na região colonial, e isso por aclamação, e o segundo o posto de Tenente-Coronel, logo no dia imediato à vitória dos "Três Passos".

Cartas Inéditas de Saldanha da Gama I*

Prudente José de Moraes e Barros, velho político paulista assumiu a presidência da República a 15 de novembro de 1894, data em que Floriano Peixoto terminava o seu mandato governamental.

Apesar do domínio impressionante do jacobinismo no Rio de Janeiro, Prudente de Moraes manifestou, logo, o seu horror pela continuação da guerra civil no Rio Grande do Sul e tratou, meses depois, de provocar um entendimento entre os elementos em luta.

Entretanto, Saldanha da Gama mostrava-se pessimista em relação à política qua iria adotar o filho de Piracicaba durante o seu governo.

Denota-o a carta que abaixo publicamos, por ele dirigida, ao distinto e abnegado federalista, Coronel Galvão Machado Leal, forte fazendeiro em Bagé e no Uruguai e dos mais sinceros amigos de Silveira Martins:

"Montevidéu, novembro 20 de 1894. Exmo. e prezado compatriota e amigo Sr. Galvão Machado.

Pela mesma reponsabilidade que a minha posição me incumbe, também me cabe agradecer-lhe seu prestimoso concurso em prol da causa comum. O serviço último, sobretudo, foi de uma importância extraordinária, pelo valor, assim como pela oportunidade. Talvez, hoje, siga nova remessa do mesmo gênero, se houver tempo para despachá-la: senão, irá pelo trem de quinta-feira.

Desta vez, a coisa é destinada à gente de Luiz Barcellos, que está no Upamaroti.

* Correio do Povo, 27-08-1944.

Também uma pequena encomenda no trem desta noite: são dois fardinhos com cobertores para os meus rapazes, que estão junto ao General Silva Tavares. Peço-lho o obséquio de remeter-lhos.

Temos, que prosseguir na luta.

Prudente de Moraes já faz patente a estreiteza das suas vistas e a mesquinhez do seu ânimo.

Lutemos, pois. Sem dúvida, as dificuldades são grandes vencemo-las pela nossa perseverança. Aproveitemos o momento. Mãos, à obra.

Conto com o concurso dos amigos e correligionários, embora nem todos possam concorrer com dinheiro, e nem todos pegar em armas. Cada um na medida de suas forças, e no seu papel. Mãos à obra. Com os meus agradecimentos, ofereço-lhe, também, nesta ocasião, a segurança da estima e da simpatia com que me prezo de ser seu patrício, atento, afetuoso e gratíssimo, Luiz Ph. de Saldanha da Gama.”

Outra carta para o mesmo Coronel Galvão Machado Leal, com procedência de Buenos Aires, assim reza:

“Buenos Aires, dezembro —5 — 1894. Exmo. e prezado compatriota e amigo Sr. Coronel Galvão Machado Leal. Conforme prometi em minha última, remeto, hoje, as cartas, que me indicou escrevesse aos nossos distintos patrícios e correligionários Olavo e Pedro da Fontoura e Pedro Rodrigues Borba. Também escrevo, por outro canal, ao distinto amigo da causa — Sr. Serafim dos Santos Souza, ora em Cerro Largo.

Oxalá, todos esses esforços sejam coroados de ótimo resultado.

Como não se trate, hoje, acreamente, de donativos à Revolução, e, sim, de adiantamento de empréstimo em espécie ou dinheiro, talvez os nossos amigos desejem possuir um documento comprobatório do seu concurso, e eu não terei dúvida em dar-lhe, na conformidade das indicações que me remeter.

Nisto, como em tudo mais, espero não me privará um só momento do seu valioso e firme concurso.

As mesmas cartas de nada valerão, se não forem apoiadas pelo calor de sua palavra e de sua ação.

Não se esqueça das lanças para o general.

Pela próxima mala, serei mais extenso; falta-me, hoje, o tempo.

Creia-me, sempre, e deveras, seu patrício atento e amigo gratíssimo, Luiz Filipe de Saldanha da Gama.”

Em dias próximos, divulgaremos outras cartas, muito interessantes, firmadas pelo nobre e inesquecível almirante brasileiro, cujo nome, ainda hoje, é venerado e glorificado.

Cartas inéditas de Saldanha da Gama II*

Saldanha da Gama, trazendo consigo, do Rio, a flor da oficialidade da Marinha, que o idolatrava, antes de partir para o campo da luta, viajou do Estado Oriental para a Europa, não só para tratar da defesa dos companheiros que, asilados nas corvetas lusitanas "Afonso de Albuquerque" e "Mindelo", tinham sido conduzidos, presos, para Portugal, visto não terem podido, no porto de Buenos Aires, fugir de bordo desses vasos de guerra, conforme o fizera a maioria de seus comandados, como, também, para conseguir recursos que o habilitassem a prosseguir na pugna.

Políticos de Minas Gerais, S. Paulo e Rio, e, também, do nosso Estado, da Argentina e do Uruguai, muito contribuíam para o sustento da Revolução. Mas o dinheiro que angariavam não chegava para as suas necessidades.

Convidado por Silveira Martins para assumir a chefia militar nos campos de batalha do Rio Grande do Sul, Saldanha da Gama, homem de brio e de dignidade, aceitou a arriscada empresa e pôs "mãos à obra" — como ele costumava dizer.

Achando-se em Paris, em busca dos meios pecuniários, pouco antes de assumir o comando em chefe das forças revolucionárias, um de seus admiradores e companheiro de armas procurou convencê-lo de que não continuasse na luta e aguardasse a anistia, para voltar ao Rio, Saldanha da Gama respondeu-lhe com altivez:

— "No Rio de Janeiro, meu amigo, eu só entrarei vitorioso, ou morto. Se a sorte me for favorável, solicitarei a minha reforma".

Não era de seu feitio fugir das responsabilidades que assumia, pelas suas próprias ações e pelas de seus companheiros de classe.

Considerado o mais culto militar daquela época, Saldanha da Gama fora escolhido para representar o Brasil num congresso da Marinha do mundo civilizado, realizado em Nova York, onde proferiu um discurso em inglês, que o tornou célebre entre os companheiros de classe no estrangeiro.

Dele disse o "País", o seu maior adversário político, o órgão-chefe do jacobinismo odioso, no Rio:

"Foi sempre um bravo; um inimigo com qualidades nobres de coração e virtudes notáveis de guerreiro".

Tinha qualidades de orador, e as suas palavras, fluentes e imaginosas, o tornavam uma figura atraente, despertando simpatias e atenções gerais.

* Correio do Povo, 03-09-1944.

As cartas inéditas, cuja publicação há dias iniciamos, foram escritas às pressas, durante a campanha revolucionária e denotam bem o caráter firme e resoluto de Saldanha da Gama.

Hoje, divulgamos mais uma epístola do ilustre Almirante brasileiro, na qual ele volta a mostrar-se pessimista em relação à paz, dizendo que se tratava de artifícios de Fernando Abbott, representante do governo brasileiro em Buenos Aires, a alguns emigrados revolucionários, entre os quais o General Antônio Carlos Piragibe, cujas forças tanto se distinguiram no ataque da Lapa, no Paraná, ao lado de Gomercindo Saraiva.

A carta a que aludimos tem o seguinte teor:

“Estância Menezes, 3 de fevereiro de 1895. — Exmo. e prezado compatriota e amigo Senhor Coronel Galvão Machado Leal. — O portador desta é o Simeão. O bom do velho adoeceu em viagem de uma diarréia, que lhe abalou o organismo. O nosso amigo Major Menezes, que também é meio curandeiro, medicou-o e tratou-o com desvelo, mas nem por isso o bom do velho melhorou. Por esse motivo, já ele não me acompanhou à excursão que acabo de fazer a Cebalos, Quaró e San Eugênio e, agora, como o vejo triste e abatido, acabo de consentir no que ele me pede, isto é, na sua volta para cá.

Ao mesmo tempo, aproveito-o como portador seguro. Dos cavalos, que nos proporcionou para a viagem, o Coronel Rafael Cabeda ficou-se com os dois, que, diz, lhe pertenciam; o velho Simeão regressou com dois; ficam, portanto, quatro, entre os quais o — Gateado — crioulo da sua estância. Todos os cavalos ficaram um tanto estropiados com a viagem, por causa dos terrenos pedregosos da terra de Taquarembó e desta zona dos Catalans; porém, aqui, se têm reposto.

Depois da minha partida, não recebi mais notícias daí. Interpreto, desse silêncio, que não tem ocorrido novidade maior por lá mas, ainda assim, tenho ficado com o espírito inquieto, por ignorar, em todo caso, se puderam ou não ser levadas a efeito as medidas em vista.

Será sempre de utilidade dizer-me alguma coisa — via Corrales e Rivera. Dêem-me, sobretudo, notícias de Guerreiro e Gaspar Barreto.

Escrevo, longamente, ao General Tavares, a respeito do que por cá vai, e dos meus planos. Não vale, pois, a pena repeti-lo aqui.

A dificuldade maior que temos, de momento, é a demora da remessa dos recursos prometidos. Acabo de ter comunicação do Rio de que os amigos se estão cotizando de novo, porém, a, demora nos põe embaraços desastrosos, e a mim, sobretudo, me colocam na mais aflitiva das circunstâncias.

O que se está passando em Buenos Aires a respeito da pacificação não tem o menor valor. Artifícios do Abbott, com alguns emigrados que não têm o que fazer, entre os quais o Piragibe.

Tenho notícias de que chegou a Tranqueras um companheiro nosso, oficial d'Armada, que veio espontaneamente para a linha de combate. Chama-se Lecoq de Oliveira. Rogo-lhe que o acomode por aí pela estância de algum amigo, enquanto não se incorpora a qualquer das forças em operações.

Apesar dos grandes calores da estação e das marchas forçadas, a minha saúde continua forte, inalterável. Aqui, também, encontrei excelente acolhida; o que, porém, não me fez esquecer a agasalhadora hospitalidade do seu lar.

Queira transmitir a sua excelentíssima esposa e filhas os meus mais gratos cumprimentos, assim como aceitar a segurança de minha mais cordial estima. De Vossa Exa. compatriota atento e amigo gratíssimo. — Luiz Ph. de Saldanha da Gama”.

Cartas Inéditas de Saldanha da Gama III*

Nasceu Luiz Filipe de Saldanha da Gama na fazenda do “Colégio”, na cidade de Campos, Estado do Rio, no dia 7 de abril de 1846.

Descendia de antiga família fidalga da Europa, pois seus ancestrais foram o Conde Sancho Dias de Saldaña e a infanta Dona Ximena, irmã do rei Dom Afonso, segundo o evidencia o estudioso Capitão-de-Mar-e-Guerra Didio Costa, Diretor do Serviço de Documentação da Marinha Brasileira.

Era Saldanha da Gama senhor de uma cultura invejável, de dotes intelectuais preciosos, delicadíssimo, valente e nobre, predicados, esses, que o tornavam, então, o mais idolatrado dos oficiais da nossa Armada. não só entre os seus camaradas como, também, no meio social em que vivia.

Para o ilustre escritor, Conde de Afonso Celso, que numa crônica, esboçou a figura simpática de Saldanha da Gama, teve Dom Demetrio Lastarría, plenipotenciário chileno, as seguintes expressões sobre o almirante brasileiro:

“Caramba! Neste D. Luís Filipe está o homem mais completo que o céu cobre; ele é poliglota; ele toca, ele dança, ele é bravo, ele é belo, ele é um soldado às direitas, um gentleman, um sábio, um companheiro, um demônio”.

Referindo-se a esse fato, acrescenta o eminente Sr. Afonso Celso:

* Correio do Povo, 07-09-1944.

“D. Demetrio traduzia sentimento unânime. Não eivava a sua apreciação o exagero castelhano. Saldanha honrava e glorificava o nome brasileiro”.

Estampando as notas acima, queremos, mais uma vez, ressaltar a figura máxima da Marinha Brasileira, na época tormentosa de 89 a 95, isto é, no período mais agitado da nascente República.

Indiscutivelmente, Saldanha da Gama deve ser mencionado, na história desapaixonada, como um militar de primeira grandeza, quaisquer que fossem as suas idéias políticas.

De sua autoria, publicamos, ainda hoje, mais uma carta, que, como as outras que já estampamos, trata da então situação revolucionária rio-grandense.

A margem dessa epístola, continha a seguinte nota: Reservado.

“Estância Menezes, fevereiro, 16 — 1895. Exmo. e prezado amigo Sr. Galvão Machado. Aproveito um próprio do Major Scotto para escrever-lhe estas linhas.

Após grandes dificuldades, consegui harmonizar os numerosos elementos que, por cá, temos, aprestá-los, mais ou menos, e predispô-los a marchar para a frente.

Não poderei movê-los numa só massa e, talvez, nem isso convenha no momento atual; vou fazê-lo por colunas fortes a de Aparício na frente.

Se nada ocorrer de maior e inesperado, estamos em vésperas de movimento. Previna ao nosso General, a quem cumprimentará de minha parte. Diga-lhe, mais, que minha intenção é convergir, com toda força, na direção de Dom Pedrito, como procurando incorporação com o General Guerreiro. Convém, pois, prevenir, igualmente, a Guerreiro.

No dia em que, por cá, se operar o movimento, eu o prevenirei por telegrama, dizendo: — “Já se fueron”.

O Major Scotto referiu-me, aqui, o desacato cometido numa cavallhada de seu irmão Pedro. Muito sinto o ocorrido; porém, o que posso eu fazer nesta distância, contra maus hábitos inveterados? Mas, se os apanho debaixo da mão, lá dentro, eles aprenderão alguns princípios de disciplina!

Conheço sobrado a sua dedicação, mas chegou a ocasião do esforço final e supremo. Continue a nos animar com o seu auxílio precioso. É preciso fazer vir para esta banda a força de Scotto. Ajude-o com cavallhada. Para a cruzada, qualquer matungo serve.

E de Tomaz Mércio, que há? Está ao menos pronto a mover-se?

E Antero Cunha?

E Pina, em que pé está de reorganização?

Não posso, naturalmente, voltar por lá, ao menos por enquanto. Assim,

peço-lhe o obséquio de mandar levar a Tranqueiras, aos cuidados do dono da pulperia, señor Don Marcos Bourré, os objetos que deixei em sua casa. Entre eles, está o meu revólver de guerra. Mandarei recebê-los de cá.

Diga ao nosso general que é preciso saber ao certo se a força de Guerreiro bandeou para este lado alguma cavallhada, tomada aos adversários. É inadmissível que eles se reservem egoísticamente esse recurso precioso, quando o estamos pagando por alto preço para outras forças.

Acabam de me dizer de Rivera que, a 7 Guerreiro entrou em Piratini. Assim seja.

Estou com ordem de internação mas espero que não me hão de apanhar.

— Seguiram alguns dos rapazes com Gaspar Barreto?

A força de Maneco Machado emigrou intacta; mas precisa renovar a cavallhada.

— Queira fazer-me, respeitosaente, lembrado a sua exma. família e ao general. Saudações cordiais aos companheiros e amigos.

Continuo a ser, com a mesma cordial estima. — De V. Exa. compatriota e companheiro afetuoso e gratíssimo Luiz Ph. de Saldanha da Gama”.

Cartas Inéditas de Saldanha da Gama IV*

Quando, a 6 de setembro de 1893, irrompeu, na Baía de Guanabara a Revolta da Armada, o seu chefe, Almirante Custodio de Mello, convidou Saldanha da Gama a dela participar.

Respondeu-lhe este: “Não sou político; nunca o fui, pelo modo de entender a minha condição de militar ativo”.

Só aspirava, então, acrescentava, “poder ser, num dado momento, o general que, isento de compromissos assim como de levantes, concorra com o seu esforço e a sua força moral para fazer voltar as nossas classes militares à verdadeira trilha, de seu papel e da sua missão, abrindo, destarte, à nossa Pátria, nova era de sossego, de trabalho e de prosperidade”.

Três meses depois, porém, isto é, em manifesto datado de 7 de dezembro de 1893, justificava Saldanha da Gama a sua atitude ao povo brasileiro e, desse dia em diante, declarava-se solidário com a revolta.

A sua deliberação foi acompanhada, por numerosos oficiais da Marinha, que esperavam tão somente a sua ordem para empunhar armas contra os governos do centro e do sul.

* Correio do Povo,

Em circular dirigida a seus camaradas de terra, explicava o ilustre almirante: “Os graves acontecimentos que têm agitado e continuam a agitar o nosso país provam, à evidência, que é tempo de pôr termo a um estado de coisas que nos desacredita aos olhos do mundo civilizado e atrofia nossas forças vitais.

Eis o que explica a atitude que acredito dever assumir no presente momento histórico, atitude para a qual não pouco concorreu o proceder do próprio governo para comigo.

É insensato atribuir ou emprestar à presente luta caráter de uma luta de classe. A mesma Revolta da Armada não representa senão mero fator na agitação revolucionária, que avança da periferia para o centro.

O que está em jogo são os nossos foros de povo livre e civilizado.

Por mais ilustradas que sejam as classes militares de qualquer país e elevado o seu efetivo numérico, não está na essência do seu papel a direção política dos destinos da Pátria.

Acredito poder-me considerar como o oficial da Armada pessoalmente mais relacionado com os nossos camaradas do Exército.

Portanto, o ser forçado a cruzar armas com eles constitui, naturalmente, para mim, a mais acerba das contingências.

O que vos posso afirmar é que nenhuma ambição perturba o meu espírito, assim como que nenhum rancor guardarei da luta, quaisquer que venham a ser suas conseqüências e o seu resultado final”.

Esse documento e a correspondência que manteve com Silveira Martins e outros amigos seus bem denotam o feitio do valoroso Almirante, a maneira como ele encarava as coisas o seu caráter puro sem jaça.

Prosseguindo na publicação das suas epístolas, ainda inéditas, vai o leitor conhecer hoje, mais uma das que escreveu ao Coronel Galvão Machado Leal.

Ei-la:

“Sepulturas, 1º março 1895. — Exmo. e prezado amigo Sr. Galvão Machado. — Confirmo a grata nova, que já dei pelo telégrafo — a da invasão de Aparicio a 26 do próximo passado. A coluna entrou forte, de mil homens, regularmente armados e, sobretudo, bem montados.

O que Aparicio acaba de fazer, Piragibe devera tê-lo feito, entre meado e fins de dezembro, com a diferença de que, naquela ocasião, se não tinha dado o revés de Pina, nem se verificado certa dispersão da coluna que tínhamos no Caverá. Oxalá o movimento de Aparicio esteja a tempo de sanar aquele erro e levar auxilio a Guerreiro, um tanto isolado e adiantado no meio dos próprios triunfos.

Acompanhei a coluna até três léguas da fronteira, e teria seguido com ela, se não fosse a tarefa, que se me impõe, de ter que aprestar, deste lado, nova coluna, não inferior em número e qualidade à que entrou com Aparício.

Nessa coluna, entram os contingentes de Ulisses Reverbel, Vasco Alves, Vasco Martins, Carlos Libindo e Hildebrando Aires, e mais o pessoal da Marinha, que fiz descer de Corrientes.

Não me desfalece o ânimo diante da empresa: assim me ajudem os amigos a levá-la ao cabo, em tempo.

Sei bem da sua dedicação pela causa, e por isso, conto terá auxiliado o nosso general com todas as suas forças e "savoir faire". Não nos prive um só momento de seu valioso concurso.

Rediviva, hoje, a revolução não pode, não deve mais fracassar — ou triunfa ou se impõe. Mas, para isso se faz mister o concurso de todos. Anime os outros nossos amigos.

Não sei se aí foram ter umas encomendas — luvas, rédeas, cabeçada, etc. — vindas de Montevidéu, da parte do Dr. Lourenço de Carvalho e Francisco Secco. Se estão aí ou com o amigo Dr. Candinho Bastos, rogo m'as remeta na primeira oportunidade.

Também recebi um telegrama seu do Salto referente à desinteligência entre os Generais Tavares e Pina.

Não respondi, mas tratei de providenciar sobre o caso.

Não deixe de expressar às suas excelentíssimas consorte e filhas as minhas mais gratas e saudosas recordações e creia-me, sempre, com a mais cordial estima e sincera simpatia, seu patricio e amigo atento e gratíssimo. Luiz de Saldanha".

Cartas inéditas de Saldanha da Gama V*

Saldanha da Gama, como já dissemos em artigo anterior, nasceu a 7 de abril de 1846, em Campos, Estado do Rio. Eram seus pais Dom José de Saldanha da Gama e D. Maria Carolina Barroso de Saldanha. Sua fê de ofício é brilhante, como se vê das notas abaixo mencionadas.

Embarcando, no Rio, para Montevidéu, aí chegou a 28 de outubro de 1864. A 6 de dezembro, então Porta-Bandeira do 1º Batalhão de Fuzileiros,

* Correio do Povo, 17-09-1944.

entrou em combate em Paissandu. Também tomou parte nos ataques até a tomada dessa cidade, a 31 de dezembro de 1864, e a 1^o e 2 de janeiro de 1865.

Em 13 de fevereiro desse ano, foi elogiado, em ordem do dia, da seguinte maneira: — “Deve ser nomeado distintamente, pelo valor e galhardia com que se portou em combate, o Guarda-Marinha Luiz Filipe de Saldanha da Gama”.

Esteve no sítio de Uruguaiana, desde 23 de agosto até 18 de setembro de 1865, dia em que se renderam os paraguaios. Promovido, sempre, por atos de bravura, foi servir como 1^o Tenente no encouraçado “Brasil” quando, a 15 de agosto de 67, forçou o passo de Curupaiti. Por esse feito, foi elogiado em ordem do dia. A 19 de fevereiro de 1868, em frente às baterias denominadas “Londres” auxiliou a passagem da divisão avançada. Foi elogiado pelos esforços empregados para impedir que o inimigo, refugiado no Chaco, se evadisse em canoas, pelas lagoas fronteiras. Tomou ainda parte nos combates de Angustura e Timbó. Voltou da Guerra do Paraguai como Capitão-Tenente, contando apenas 23 anos de idade, pois o decreto de sua promoção a esse posto é datado de 2 de dezembro de 1869.

Saldanha da Gama, posteriormente, sendo encarregado de numerosas funções, desempenhou-se de todas com galhardia.

Prosseguindo na publicação das cartas inéditas de sua autoria, ainda hoje vamos reproduzir mais a seguinte:

“Sepulturas, costa do Quaraí, 21 de março de 1895 Exmo. e prezadíssimo compatriota e amigo Sr. Galvão Machado.

Antes de tudo, cordiais congratulações pelos recentes triunfos das nossas armas.

Apesar dos pesares, o plano preparado surtiu o efeito de uma série de vitórias, desde o desbarato de Sampaio até à ação esmagadora do dia 16.

A Revolução está reerguida de sob o peso de seus desastres do ano passado. Agora, ela deve vencer ou, pelo menos, se impor!

Ah! Se os nossos chefes se curassem do tremendo vezo de desobediência, assim como da pretensão de cada um querer obrar por si! Se os nossos amigos, com o benéfico efeito do calor das recentes vitórias afrouxassem um pouco mais o cordão da bolsa, sobretudo os que podem! Até onde podíamos parar!

Escrevo, longamente, ao general, e, apesar de ser reservada a carta, vai aberta para que a leia e se inteire de seu conteúdo.

Diz-me, no seu recado escrito, que se sente a falta da minha presença à frente dos nossos companheiros, que se estão batendo. Acredito-o bem, sobretudo pelo que respeita à necessidade da harmonia entre os chefes. Mas, meu caro amigo, que fazer? Coisas de revolução, e sobretudo, desta nossa revolução! O

que está lá dentro se muito pode fazer, não basta contudo, para vencer a campanha, e, o que aqui está, não entrará nunca sem a minha presença, sem o meu esforço diário, constante.

E isto que aqui tenho, nas minhas mãos, é um Corpo de Exército, de mais de mil homens, de boa gente, e bem comandado. O pessoal já está reunido, vestido e até montado, o que não é pouco: apenas lhe falta o armamento de fogo que, entretanto, está chegando.

Com esse Exército, entro eu também, por força, e espero ainda fazê-lo, ou no fim do corrente mês, ou logo nos primeiros dias de abril. Entretanto, se absolutamente for preciso, lá vou correndo, mas receoso de que percamos este precioso reforço.

Sobre munição, não pense que me tenha esquecido da necessidade de uma reserva na fronteira; mas, como obtê-la em face da absoluta carência de recursos? Quando apelo para os amigos, falando-lhes em providência, negam-se; depois concorrem com alguma coisa no momento da necessidade. Este trecho da presente carta, si a guardar, poder-me-á servir de justificação para o futuro.

Em todo caso, já telegrafei, mais de uma vez, para Montevidéu. Faça o mesmo, de seu lado, ao vosso amigo Joaquim Pedro Salgado, que é o encarregado, lá, dessas cousas. E, para facilitar-lhe os telegramas, vai junto uma combinação que tenho com o mesmo amigo a tal respeito.

Expliquei ao general que, por enquanto ao menos, Lima e Pinheiro não se moveram.

Não gostei do telegrama do nosso ilustre amigo de Buenos Aires: ele foi imprudente em fazê-lo. Seria preferível que ele viesse para cá recorrer aos Departamentos de Taquembó, Cerro Largo, Paissandú, Salto e Artigas e marcar a contribuição dos amigos abastados para este lance supremo e decisivo da luta. Isto, sim, só ele pode fazer; mas deixe-se de telegramas de acusação, lá dos confins de Buenos Aires, e redigido sobre o primeiro boato que lhe chega aos ouvidos.

— Peço-lhe dizer ao Armando Burlamaqui que, desta vez, não lhe escrevo por absoluta falta de tempo. Que lhe recomendo faça seguir, para as diversas forças, todos os rapazes que se aí acham e que ele mesmo esteja pronto a partir.

Muito senti o triste fim de Scotto e de seus companheiros. Mas, ainda, nessa desgraça, ele teve culpa, por sua obstinada teimosia.

Quanto ao Exército Brasileiro, continua mentindo à sua missão e aos seus nobres fins, desde 15 de novembro de 1889.

Com a República, fez-se hoste pretoriana; diante da revolução, transformou-se em horda de assassinos.

A Nação Brasileira, que o tolera, que também o agüente! Sua alma, sua palma. Nós outros, porém, o combateremos enquanto pudermos.

Continuemos nossa correspondência por Tranqueras, enquanto não invado, também, mas convém recomendar ao próprio que vem de lá, que espere pelo que vai de cá, em casa do nosso amigo Don Marcos Bourré.

Convém que os dois próprios se encontrem, e se troquem, diretamente, de mão à mão, a correspondência de que são portadores. O que chega primeiro, deve esperar pelo outro que, por qualquer motivo, pode ficar retardado.

Estamos entendidos, não?

Uma última recomendação. A não ser que, com o calor das últimas vitórias, nossos amigos se movam e pinguem alguma coisa, — os fundos, em Montevidéu, estão exaustos por agora. Porém, de lá, também só precisamos, agora, de armas de fogo. Convém, pois, remeter algum auxílio ao nosso amigo Joaquim Pedro Salgado, a fim de, ao menos, animar o nosso supridor, Sr. Brocqua, da calle Sarandy, amortizando a dívida que já temos em casa dele.

De meu lado, vou fazer o possível nesse sentido; faça também o possível do seu e fale ao general a tal respeito.

Ao Ladislau Amaro, que está encarregado da cobrança de direitos nas fronteiras de Aceguá e Jaguarão, já escrevi no mesmo sentido.

Confiemos, sem dúvida, na Divina Providência e na Justiça e Nobreza da nossa causa; mas confiemos, também, no nosso esforço.

Saudosas recordações a todos os seus, assim como aos nossos bons companheiros e creia-me, com a mais sincera estima e viva simpatia, seu compatriota e correligionário atento, afetuoso e gratíssimo. — Luiz de Saldanha.”

A reorganização das forças federalistas*

Procurando reorganizar as forças revolucionárias, que se achavam desordenadas, Saldanha da Gama dividiu-as em quatro exércitos, assim constituídos: 1º Corpo, com 1.400 homens, sob o comando de Aparício Saraiva; 2º Corpo, com 1.000 homens, sob o comando do General Antônio Carlos da Silva Piragibe; 3º Corpo, composto de 1.800 homens, comandados pelo General Guerreiro Vitória; 4º Corpo, comandado pelo General Prestes Guimarães.

Vários hospitais de sangue foram criados, tendo como médicos, entre outros, os Drs. Carlos Laudares, Ângelo Dourado, Nabuco de Araújo, José

* Corrcio do Povo, 07-10-1944.

Leite, e o então doutorando J. C. Nabuco de Gouvêa. Este último representou, durante muitos anos, o Rio Grande do Sul no Congresso Federal, na qualidade de Deputado pelo Partido Republicano e morreu, há pouco tempo no Rio de Janeiro, no elevado posto de embaixador brasileiro aposentado.

Formado em Montevidéu, um "comitê" revolucionário, este ficou constituído do Conselheiro Silveira Martins e dos Almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Mello.

Entretanto, apesar dos esforços que vinham sendo empregados para melhorar a situação do movimento sedicioso, sempre, surgiam divergências, aqui e ali, entre os chefes do movimento.

Já a discórdia na organização do Governo Provisório de Santa Catarina fora um exemplo mau, dado por elementos destacados da revolta.

Saldanha da Gama respondendo a uma carta do Major Ovídio Batista de Oliveira, que tivera uma desavença com o Coronel Luiz Barcellos, ambos revolucionários, escreveu, a propósito, ao primeiro longa missiva, da qual transcrevermos os seguintes períodos:

"A mim, pessoalmente, causa-me tudo isto profundíssima mágoa. Quando, no Rio de Janeiro, me sacrifiquei pela causa da revolução, e agora, vindo assumir sobre os meus ombros o pesado fardo de sua direção, responsabilidade no difícil e crítico momento presente, pus de parte as prevenções e dissensões pessoais. Os grandes desastres da revolução foram devidos tão somente a esse mal terrível e dissolvente e, no entanto, ei-lo que renasce, de novo, em nossas fileiras, quando a revolução, por um esforço supremo, dá ao Brasil, às nações platinas, ao mundo, em suma, o exemplo raro, talvez único, de reviver das próprias cinzas, mais potente que antes.

Barcellos acatou a resolução do Diretório, submeteu-se ao comando de Pina e, no momento de perigo, não duvidou marchar em auxílio da coluna comandada por seu desafeto, o digno Coronel Zeca Tavares.

Acredito, pois, poder dirigir um apelo a V. Exa, afim de que deixe de parte as suas prevenções, suas queixas, por muito justas que sejam ou possam ser, no interesse de não perturbar o andamento da luta, no presente instante. Não posso acreditar que V. Exa., ou quem quer que seja da revolução, prefira uma satisfação pessoal à vitória da causa pela qual nos temos todos sacrificado.

Quero crer que seja esta a solução preferida e, mesmo, a mais nobre no momento atual. Os antigos e probos cavalheiros não ajustavam entre si suas contendas pessoais, senão depois de vencido o inimigo comum. Eis o meu conceito. Subscrevo-me, com estima, de V. Exa., patricio atento e agradecido — Luiz Filipe de Saldanha da Gama".

Invasão federalista planejada por Saldanha da Gama*

Reorganizadas as forças federalistas, de acordo com o plano do Almirante Saldanha da Gama, novo Comandante-em-Chefe dos revolucionários, coube a Aparicio Saraiva, em primeiro lugar, invadir o Rio Grande do Sul, à frente de 1800 homens, que se achavam homiziados na fronteira da Argentina com o Brasil.

Essas tropas constituíam três Divisões, sob o comando, respectivamente, dos Coronéis Torquato Severo, Augusto Amaral e Rafael Cabeda.

Seguiram-se, depois, as invasões das forças dos Generais Antonio Carlos da Silva Piragibe e José Maria Guerreiro Vitória, este, veterano do Paraguai.

Ao mesmo tempo que isso se passava, tentaram três oficiais de Marinha, os 1^{os} Tenentes Antão da Silva, Viriato Hall e Filinto Perry, apoderar-se da flotilha brasileira do Alto Uruguai, sem conseguirem o seu intento.

Por sua vez, Saldanha da Gama tratava de organizar um corpo de tropas de seu comando, composto de marinheiros e civis. A oficialidade desse corpo pertencia, em sua maioria, à Armada Nacional, a qual vinha acompanhando o almirante desde a sua entrada na luta.

Aparicio Saraiva e Guerreiro Vitória fizeram prodígios, tendo Piragibe, pouco tempo depois, sofrido uma queda do cavalo em que montava, em virtude do que se retirou da luta. Substituiu-o no comando das suas tropas o coronel Rafael Cabeda, que já se tinha distinguido em árduos combates com o inimigo.

Sobre a marcha da coluna de Aparicio Saraiva, durante o mês de abril de 1895, escreveu um revolucionário que fazia parte dessas tropas:

“Aparicio, à noite, marchou, passando o dia 14 na estância do Barão de S. Luiz, à margem esquerda do Santa Maria Grande; na noite de 14, marchou em direção ao Guabijú, mudando, deste ponto, e passando o Ponche-Verde, no Tarouco. Nesse mesmo dia, se tinham incorporado ao nosso Exército 450 homens. Os Teles e Menna Barreto, no referido dia 14, vieram do Guabijú, sempre seguindo o nosso caminho. Nós tornamos a passar a 15 o Ponche-Verde, no Cortado, seguindo Santa Maria acima, na direção da estância do Barão da São Luiz e o inimigo sempre nos seguindo pelo caminho que deixávamos.

Passamos o Santa Maria, no Bento Rengo; o inimigo também aí passou e mandou os seus feridos que estavam em Dom Pedrito e foram postos em cinco

* Corrcio do Povo, 22-10-1944.

carretas de bois, e com eles seguiram os Telles com direção à Bagé, onde chegaram a 21. Menna Barreto com 1600 homens, seguira, perseguindo-nos, indo direito aos Três Passos, no Camaquãzinho. Os Telles tornaram a sair de Bagé no dia 23; depois de reforçarem a coluna com gente daquela guarnição, seguiram em direção à estância do Limoeiro e, dali, à estância do Barão de Santa Tecla, a fim de sair adiante do nosso Exército. Menna Barreto, sempre nos perseguindo, passamos na Barra do Arroio das Palmas, em direção ao Passo do Camaquã, nos Enforcados. Depois que Menna Barreto chegou à estância de Serapião de Freitas, nós passamos o Passo da Areia, no Camaquãzinho, para o Rincão dos Saraivas e, dali, viemos por Lavras, com direção a S. Gabriel, deixando os Telles e Menna Barreto nos procurando nas grutas e serras do Camaquã, sem saberem a direção que tínhamos tomado. Nós, a 24, saímos, de Lavras. Às 4 horas da tarde, fazíamos a nossa passagem por dentro da cidade de Dom Pedrito, transpondo o Passo Real e acampando à margem esquerda do Santa Maria.

Já recebemos munições e estamos recebendo cavalos e breve seguiremos nossas operações.”

Preparativos para o combate de Campo Osório*

Prudente de Moraes, desde 15 de novembro de 1894, dia em que tomou posse do Governo da República, em substituição de Floriano Peixoto, vinha-se preocupado com a pacificação do Rio Grande do Sul, segundo se depreende da sua primeira mensagem dirigida ao Congresso Nacional. A população inteira do país e a imprensa mais destacada clamavam pela paz nos pampas. Os revolucionários, em sua maioria, não lhe eram infensos, tanto assim que, embora se manifestando pessimista, a sua principal figura militar, o Almirante Saldanha da Gama, escrevia a Silveira Martins, em carta datada de 4 de maio de 1895, entre outras coisas o seguinte: “Obstáculo à pacificação? Isso, nunca! Apenas faço votos para que a pacificação, se vier a realizar-se, seja tão profícua quanto honrosa.” Mas, observava, ao mesmo destinatário, em missiva de 17 do mesmo mês: — “A paz com Castilhos no poder! Será isso possível para o Rio Grande e para os rio-grandenses?

“No meu conceito, o tópico da Mensagem referente à Revolução deve, ao contrário, ser considerado como uma provocação. O que ali está dito exprime agachamento ou extermínio. Pois bem: eu prefiro o extermínio.”

* Corcio do Povo, 10-12-944.

Enérgico e valente, o mais culto e o mais idolatrado dos nossos oficiais de Marinha de então, com as expressões acima, denotava o seu feitio, e preparava-se para a continuação da luta, em campo aberto, organizando o seu estado maior da seguinte maneira: 1ºs Tenentes Sílvio Pellico Belchior e Augusto Monteiro de Barros; Guarda-Marinha Conrado Heck; médico Dr. Gouvêa.

Brigada de Marinha: Comandante, 1º Tenente Francisco da Costa Mendes.

Batalhão de Franco Atiradores, constituído de oficiais da Marinha: 1º Comandante, 1º Tenente Honório de Barros; 2º Comandante, 2º Tenente Manoel De Lamare; Primeira Companhia, Guarda-Marinha Alberto de Sá Peixoto; Aspirantes Otacílio Pereira de Lima, Adrião Chaves e Campello, Piloto Luder, Teodoro Jardim e Messeder; 2ª Companhia, 2º Tenente Francisco Barreto, Aspirantes Artur Etchebarne, Agerico de Souza, Henrique Aristides Guilhem, hoje Almirante e atual Ministro da Marinha; Oscar Campos, Nunes de Souza e Caldas.

Batalhão da Marinha: Comandante, 1º Tenente Luiz Pereira da Rosa, irmão do ilustre jurista rio-grandense Dr. Timóteo Pereira da Rosa. Como oficiais, faziam também parte desse Corpo o 1º Tenente Fernando Pinto Ribeiro, Guardas-Marinhas Augusto de Souza e Silva, Artur Torres, Inácio Ribeiro, Cândido de Carvalho, Bormann de Borges e Oscar Muniz; Aspirantes Hermann Palmeira, Roberto de Barros, Roque Ribeiro e Cândido Dortas.

1º Brigada de Cavalaria: Coronel-Comandante Ulisses Reverbel; Secretário, Aspirante Dorval de Moraes; Sub-Comandante, Major Processo de Andrade.

2º Brigada de Cavalaria: Cel. Comandante Vasco Martins.

Eram essas as forças com que contava Saldanha da Gama para enfrentar, em Campo Osório, uma das brigadas do General Hipólito Ribeiro, comandada, pelo Coronel João Francisco, que ainda é vivo e foi figura destacada na Revolução Paulista de 1924.

Eram mais ou menos, setecentos homens, bem armados, que iam enfrentar, a 24 de junho de 1895, as forças governistas, em número superior a mil homens.

Na carta a que acima aludimos, datada de 17 de maio, dizia Saldanha da Gama a Silveira Martins sobre a posição que ocupava em Campo dos Osórios:

“Temos, aqui, uma posição admirável para a defesa, com a retaguarda garantida e duas magníficas linhas de resistência na frente: o arroio denominado Quaraf-Chico e o arroio dos Mourões. O terreno oferece toda a vantagem para uma força pequena. E, se pudesse dispor dos seis canhões Krupp que estão retidos em Buenos Aires, desafiaria as forças contrárias durante todo o inverno”.

Carta do General Galvão de Queiroz a Joca Tavares*

A Revolução ia em completo declínio, quando Saldanha da Gama conseguiu trinta e dois mil pesos ouro de diversos partidários do federalismo, e mais algum dinheiro que Silveira Martins lhe entregou.

Comprou armamento e se pôs em atividade para prosseguimento da luta porque não acreditava na tão almejada pacificação, pois Prudente de Moraes, então Presidente da República, na sua mensagem, enviada ao Congresso, manifestou que só mediante submissão incondicional dos rebeldes poder-se-ia tratar da paz.

Não querendo abrir luta com o jacobinismo, vindo do governo passado e que, ainda continuava, com terror, a dominar, em parte, a situação no Rio e também no sul, Prudente de Moraes achou de bom alvitre expressar-se daquela forma. Foi tolerando o jacobinismo até que, aos poucos, apoiado por toda nação, conseguiu extingui-lo por completo.

Havemos de tratar desse assunto, com detalhes, em ocasião oportuna. Assim, pois, o novo governante do país nomeou Comandante do 6.^o Distrito Militar, com sede em Porto Alegre, o General Inocêncio Galvão de Queiroz. Este, em seguida, e antes de embarcar para o sul, dirigiu a seguinte carta ao General João Nunes da Silva Tavares, um dos mais abnegados chefes revolucionários, que se achava nas Pontas de Ponche Verde, em Dom Pedrito: “Capital Federal, 28 de maio de 1895. — Cidadão General João Nunes da Silva Tavares. Tendo sido nomeado Comandante do 6.^o Distrito Militar e de todas as forças em operações no Rio Grande do Sul, tenciono partir, para lá, nos primeiros dias do mês vindouro. Meus intuitos, no desempenho dessa penosa comissão, são de todo o ponto patrióticos, e feliz me julgaria, se a pacificação do Rio Grande se realizasse, sem que uma só gota de sangue fosse vertida por aqueles que lutam, sabendo que se batem com irmãos.

Inteiramente alheio aos interesses e planos partidário do vosso Estado natal, não tenho ódios ou vinganças a exercer; desejoso que termine essa guerra de irmãos, que vai conduzindo à ruína um Estado que pode prosperar e ser feliz, no gozo da paz; interessado pelos créditos da República e pela sorte futura do País, como brasileiro que sou e soldado que tem o dever de sustentar as instituições de sua Pátria; aninhando, assim, com sinceridade, tais princípios, não posso, não me devo atirar à luta, antes de empregar meios conciliatórios para alcançar dos revoltosos a deposição das armas, mediante condições honrosas

* Correio do Povo, 03-01-1945.

para o Governo Federal, que represento, e para os rebeldes de que sois o verdadeiro Chefe.

Creio em vosso patriotismo e dedicação à terra que vos foi berço; estou intimamente convencido de que não hostilizais as instituições do país, e sei que nem hombridade vos falta, nem de maior honorabilidade precisais para que vos repute um homem de bem e um cidadão prestimoso. Assim, pois, antes de hostilizar as forças que comandais, é meu dever ouvir-vos e tratar convosco como chefe, a pacificação do vosso Estado. Para isso, é que vos dirijo estas linhas, ditadas por amor dos créditos do Exército que comando, e pela consideração que me mereceis como cidadão de valor e serviços prestados à Pátria. Para isso é que vos convido a marcar dia em que vos possa mandar receber na fronteira de Bagé, a fim de conferenciardes comigo, no meu Quartel-General.

Podeis acreditar na lealdade do vosso camarada — General Inocência Galvão de Queiroz.”

Antes de tomar qualquer atitude em relação à carta acima, Joca Tavares dirigiu ao Conselheiro Silveira Martins a seguinte missiva:

“Ao Conselheiro Gaspar Silveira Martins, em 18 de junho de 1895. — Apresento a V. Excia. as minhas cordiais saudações. Junto a esta remeto cópia de uma carta do Sr. General Inocência Galvão de Queiroz, Comandante do 6.º Distrito Militar, e da resposta que vou dar.

V. Excia., inteirado do conteúdo da dita carta e da resposta, me cientificará de modo de pensar de V. Excia. sobre tão importante questão. — De V. Excia. — J. N. da Silva Tavares.”

Também a Saldanha da Gama, foi dirigida, por Silva Tavares, a seguinte carta: — “Ao Almirante Saldanha da Gama, em 18 de junho de 1895. — Pelo conteúdo das cópias juntas, V. Excia. se inteirará do que ocorre, neste momento no Estado do Rio Grande, relativamente à nossa questão. Pela minha resposta, protelando o dia da conferência, verá V. Excia. que é meu intuito ouvir a opinião dos amigos, e, principalmente, a de V. Excia., cujo alto critério, lealdade e patriotismo são tão apreciados, por quem é de V. Excia., etc. — J. N. da Silva Tavares.”

A morte de Saldanha da Gama*

Joca Tavares, que, a 18 de junho de 1895, escrevera a Gaspar Martins e a Saldanha da Gama, pedindo a sua opinião a propósito da carta que lhe dirigira

* Correio do Povo, 12-01-1945.

do Rio, o General Galvão de Queiroz, então Comandante do 6.º Distrito Militar, com sede em Porto Alegre, propondo a pacificação do Rio Grande do Sul, só teve resposta do chefe do Partido Federalista, porque o ilustre almirante, no dia, em que devia receber a aludida missiva, dava o combate nos Campos de Osório, durante o qual veio a ser morto.

Foi na manhã de 24 de junho que as forças legalistas, pertencentes à Divisão do General Hipólito Ribeiro, e comandadas pelo Coronel Cândido Azambuja e pelo Tenente-Coronel João Francisco Pereira e Souza, tiveram um encontro, nos campos de Osório, com as tropas de Saldanha da Gama.

Os governistas, em número superior a mil homens, distribuíram a infantaria no centro e a cavalaria nos flancos.

Numa distância de três quilômetros de seus adversários, os legalistas deles se aproximavam, cada vez mais, tiroteando.

Às vésperas do combate, as forças de Saldanha, constituídas de número superior a 600 homens, ficaram reduzidas a pouco mais de 400, visto 200 praças terem partido para o interior do Estado, a fim de se reunirem às tropas de Aparício Saraiva, um tanto desfalcadas.

Assim, pois, os federalistas distribuíram as suas forças da seguinte maneira: parte da infantaria, no centro; outra parte, entrincheirada, e, a cavalaria, nos flancos.

Em dado momento, um esquadrão maragato dá um impetuoso assalto contra os adversários. Estes reagem e levam de vencida os cavalarianos federalistas. Desatinados, procuram estes apoiar-se na infantaria, que cessa o fogo, para dar passagem ao esquadrão em debandada. Grande confusão se estabelece entre a gente de Saldanha da Gama.

A derrota já se fazia sentir. Saldanha da Gama, montado num cavalo escuro, vem acompanhado de Hildebrando Ayres e Processo de Andrade, que o defendem a tiros, a todo momento, contra as lanças dos adversários.

Aconselhado, a galopar, não quis. Foi-se ficando para trás. Alcançou-o Salvador Tambeiro, que o matou a lanças. Quando recebeu o ferimento mortal. Saldanha exclamou:

“Basta, miserável”.

Enquanto tudo isso se passava, morriam, no campo de luta, os seguintes oficiais da Marinha: Luiz Timóteo Pereira da Rosa, Fernando Pinto Ribeiro, Artur Torres, Tranquilino Diogo, Alberto de Sá Peixoto, Adrião Chaves, Campelo, Piloto Ludder, Durval Alves de Moraes, Cândido de Carvalho, e muitos outros, pois, dos 105 homens da Marinha, que entraram em combate, apenas se salvaram 29.

Em face, pois, da morte de Saldanha da Gama, recebeu, apenas, o General Joca Tavares a resposta do chefe civil da Revolução, Conselheiro Silveira Martins, aprovando a carta que a seguir damos, dirigida ao General Inocêncio Galvão de Queiroz:

“Pontas de Ponche Verde, 18 de junho de 1895. — Cidadão General Inocêncio Galvão de Queiroz. — Acabo de receber vossa carta, datada de 28 do mês passado, invocando o meu patriotismo e dedicação à terra que me deu berço, para convosco combinar os meios de pacificar o glorioso Estado do Rio Grande do Sul, de modo honroso para o Governo da União, que dignamente representais e para a revolução.

Permiti que vos pondere que nunca estiveram em jogo nem o Governo Federal nem as instituições de nossa Pátria, a despeito da intervenção da União em uma questão de caráter puramente local, que obrigou o país ao desgosto de presenciar uma luta entre irmãos, em que têm desaparecido milhares de cidadãos úteis à Pátria brasileira, ao Estado e a família.

Sou o primeiro a lamentar as desgraças ocorridas em tão largo período. Mas bem sabeis não foi mero capricho que me levou às armas — e mais tarde o Brasil inteiro fará Justiça às nossas intenções e a história será inflexível na apreciação dos fatos.

Conquanto parte neste pleito de honra, sinto-me, como vós, com ânimo calmo e sereno para tratar a paz com honra para todos e com a paz conquistarmos o direito de viver em liberdade.

Não vos posso marcar o dia em que me deveis mandar receber na fronteira, porque o Exército Revolucionário se acha muito internado no Estado e eu, como vós, desejo suspender as hostilidades, enquanto durar a nossa conferência.

Por telegrama, logo que se aproxime o Exército, que, para isso, já mandei ordem, marquei dia e lugar em que estarei à vossa disposição.

Confiado na vossa lealdade, vos saúda, o vosso camarada — João Nunes da Silva Tavares”.

A primeira conferência para pacificar o Rio Grande*

Divulgada a notícia da morte do Saldanha da Gama, ocorrida durante o combate dos Campos de Osório, a 24 de junho de 1895, foram prestadas à sua

* *Correio do Povo*, 23-01-1945.

memória as mais significativas homenagens, tanto por parte da imprensa, como por parte de figuras destacadas na sociedade brasileira e estrangeira. Dando a conhecer o desaparecimento do ilustre Almirante aos seus companheiros de armas, o General Joca Tavares assim se expressou, em ordem do dia:

“Quartel-General do Comando-em-Chefe das Forças Revolucionárias, em 30 de junho de 1895. Ordem do Dia. Armas em funeral! O Almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama, que apesar de suas conhecidas idéias, se mostrou sempre disposto a servir o Governo Civil de sua Pátria ou a retirar-se à vida privada, se seu nome fosse um obstáculo à pacificação do nosso glorioso Estado, acaba de desaparecer das fileiras dos lutadores pela liberdade.

No dia 24 do corrente, pela manhã, forças inimigas, em número de 1.500 homens, atacaram os 250 bravos marinheiros comandados pelo ínclito almirante, que, depois de heróica resistência, foi aniquilado com todos os seus companheiros pela brutalidade numérica.

A perda foi sensível, tanto para a revolução, como para o país inteiro. Saldanha da Gama é um nome histórico e que muito honra a nossa Pátria, nos diversos certames profissionais em que a representou, fazendo sobressair a Marinha Brasileira. A mutilação do seu cadáver é a desonra das forças legais lançadas contra os libertadores da nossa terra natal, asselvajada por uma horda de fanáticos, pela Ditadura Positivista.

A nossa causa continua a ser a causa da liberdade e da humanidade, e quanto mais bárbaro e selvático for o procedimento dos nossos adversários, mais justificado será perante a história o nosso procedimento, a nossa tenacidade na luta.

Chamam-nos os assassinos do Rio Negro, onde aprisionamos o Marechal Isidoro, o Coronel Pantoja, toda oficialidade do 28º Batalhão de Infantaria que hoje gozam de plena liberdade; e eles, os puros, os imaculados, mutilam cadáveres; nunca fizeram um só prisioneiro!

As forças legais têm-se conservado fora das leis da humanidade, e enquanto durar o domínio do assassinato e das mutilações no Rio Grande do Sul, com armas ou sem elas, conserve-se de pé o nosso protesto contra o aviltamento da Pátria.

Armas em funeral!

Que todos os nossos companheiros se cubram de luto por oito dias, em honra, à memória de Saldanha da Gama, são as ordens que deveis transmitir aos vossos comandados.

Não vos recomendo coragem e resignação, porque essas são as vossas companheiras dos dias de glória e das horas de amargura — João Nunes da Silva Tavares, General em Chefe.”

Com a morte de Saldanha da Gama, aumentou, consideravelmente, o desânimo entre as hostes federalistas, pois que a luta, que sempre fora desigual, desde o seu início, não podia ter longa duração.

Sem armamento e sem dinheiro, vivendo a expensas da bolsa particular, a revolução se vinha arrastando, exausta e empobrecida, principalmente depois que a Armada ficara fora da luta e os Governos Federalistas de Santa Catarina e do Paraná deixaram o poder, resultando, daí, a falta da contribuição monetária, muito valiosa, de dois Estados que tinham rendas.

Privados de tudo, sem meios para se refazerem, aos revoltosos só cabia uma coisa: aceitar a paz, tão sinceramente proposta por Prudente de Moraes, por intermédio do abnegado General Inocêncio Galvão de Queiroz, Comandante do 6º Distrito Militar, com sede nesta Capital.

Assim, pois, a 1º de Julho de 1895, Joca Tavares enviava o seguinte telegrama a esse oficial superior: “General Galvão — Pelotas — No dia 8 do corrente, estou às vossas ordens, no Passo do Viola. Dei ordem para a suspensão das hostilidades; desde já, espero idêntico procedimento de vossa parte. Estando vosso Quartel-General em Pelotas, vos peço seja nossa conferência em Bagé. Aguardo vossa resposta. — General Tavares.”

Contestando esse telegrama, no dia 2 de julho, assim o fazia o General Galvão de Queiroz:

“General Tavares — Melo — Recebi vosso telegrama. Ordenei suspensão das hostilidades. No dia 8, mandarei oficial e força de confiança, receber-vos no Passo do Viola. Meu estado de saúde não permite ir a Bagé. Peço-vos a fineza de vir a Pelotas. Em trem especial, meu estado-maior vai receber-vos ali. Confiai na minha lealdade e dos camaradas. A conferência será demorada e aqui melhor trataremos. Saudades. — General Galvão de Queiroz.”

Nessas condições, reuniram-se, em Piratini, no dia 10 daquele mês, os dois acima citados, sendo lavrada, a respeito da conferência, a seguinte ata:

“Ata da conferência que, em 10 de julho de 1895, teve o General de Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz, Comandante-em-Chefe das Forças em Operações no Estado do Rio Grande do Sul, com o General honorário João Nunes da Silva Tavares, Chefe dos Revolucionários contra o Governo do Estado, em Piratini.

O General Silva Tavares declarou, em nome dos seus comandados, que nunca lutou nem luta contra a República nem contra o governo da União: que é e sempre será sustentáculo das instituições republicanas: que somente o Governo do Dr. Julio de Castilhos o levou a pegar em armas com seus companheiros para defesa de seus direitos políticos e evitar violências de que

foram vítimas. Declara, mais que está pronto a depor as armas perante o Governo da União, desde que este lhe garanta e a seus companheiros, efetiva posse de todas as garantias e direitos que a Constituição confere a todo o cidadão brasileiro, procedendo-se à reconstituição do Estado do Rio Grande de acordo com a Constituição Federal e ficando-lhe o direito salvo de requerer indenização por prejuízos que sofreram com o abastecimento das forças do Governo e outros em suas propriedades. Eu, Tenente Emílio Sarmiento, Ajudante de Ordens, servindo de Secretário, a presente escrevi em duas vias, que vão pelos dois referidos Generais assinadas — Inocêncio Galvão de Queiroz, General João Nunes da Silva Tavares.”

Estudando as condições impostas por Joca Tavares nessa ata, resolveu o Governo de Prudente de Moraes aprovar a 1ª e a 3ª, não aceitando a 2ª, porque era da competência do Poder Legislativo discuti-la e solucioná-la.

Comunicada, reservadamente, essa resolução do Governo Federal ao General Galvão de Queiroz, foi, posteriormente, fixada nova conferência, para não perder o andamento da pacificação encetada.

Ata sobre a pacificação do Rio Grande do Sul*

Depois de vários incidentes ocorridos durante o período que vai de 1º de julho a 20 de agosto de 1895, sobre os termos da ata da pacificação, foi esta, afinal, assinada, a 23 desse último mês.

Divulgada tão ambicionada notícia para todos os recantos do país e do estrangeiro, foi esse acontecimento festejadíssimo por toda a parte, só não o sendo pela jacobinada vermelha, que ainda pensava dominar o Brasil.

Para não cansar o leitor com considerações outras passemos a publicar aquele interessante documento;

“Aos 23 dias do mês de agosto de 1895, 7º da República, no Quartel-General do Comando do 6º Distrito Militar e de todas as Forças em Operações no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, reunidos os Generais, Bacharel Inocêncio Galvão de Queiroz, Comandante em Chefe, e João Nunes da Silva Tavares, Chefe dos Revolucionários contra o governo do Dr. Júlio de Castilhos, para ajustarem a pacificação do Estado, foi, pelo General-de-Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz, declarado, em nome do Presidente da República:

* Correio do Povo, 1º-02-1945.

Que o Governo da União, tomando em consideração a proposta de paz que, por intermédio do Comandante das forças legais, lhes fora presente, resolvera aceitar duas das condições da mesma proposta, recusando a terceira, por estar fora das atribuições do Poder Executivo da República determinar revisão da Constituição dos Estados e ser isso da competência exclusiva do Poder Legislativo; que o Governo entende ser dever do Poder Público Federal e Estadual assegurar a todos os brasileiros obedientes à lei a posse efetiva ou o livre exercício de todos os direitos e garantias que a Constituição lhes confere e a sinceridade do regime republicano impõe; que, depositas armas pelos rebeldes, com a sua submissão à lei, o Governo cumprirá esse dever em relação a eles e não consentirá que seja iludido; que tais garantias não importarão anistia, que se o Congresso Federal pode conceder e concederá, provavelmente, desde que os rebeldes depuserem as armas, visto já lhes ter negado, por se acharem eles de armas na mão; que, cessada a luta armada no sul, não só os rebeldes, como os que lutaram pela legalidade e os que não tomaram parte na luta, ficarão todos com direito para reclamarem pelos trâmites legais, de quem de direito, a indenização dos prejuízos que houverem sofrido.

E, exposta a decisão do Governo Federal pelo Comandante em Chefe das Forças em Operações no Rio Grande do Sul, consultado a respeito o General João Nunes da Silva Tavares, respondeu este: “Que a condição da revisão da Constituição Estadual, exigida pelos revoltosos para deposição das armas, não foi com vista ao Governo Executivo da República, esperam os revoltosos que, tendo dela conhecimento, o Congresso resolva acerca do assunto, a fim de se firmar real e duradoura a paz no Rio Grande do Sul, esperança que ainda nutrem porquanto quaisquer que sejam os bons desejos e a sinceridade do Presidente da República, afirmando a efetividade dos direitos e garantias permitidos, serão tais direitos e regalias ilusórios, diante da impossibilidade de uma fiscalização permanente e efetiva sobre justiça e governo, que se baseiam em constituição contrária à Lei Federal; que, confiantes no patriotismo e lealdade do Chefe do Governo da União, vão depor as armas para que o fato de se acharem em luta armada não seja empecilho a que se lhes reconheça a justiça da causa pela qual até hoje se bateram; que outra não foi senão a necessidade de repelirem, pela força, as violências e os arbítrios de um poder inconstitucional e discricionário; que acredita no critério e na justiça do Congresso Federal, para o qual vai, em nome dos rebeldes, apelar no momento em que estes se submetem ao regime da lei; o que, no dizer do Governo da República, lhes permite gozarem dos direitos e regalias que o poder público deve assegurar a todos os cidadãos brasileiros; que os rebeldes não fizeram questão de indenização de prejuízos,

nem reputam favor ou concessão o que o Governo promete a todos — neutros e os que lutaram — e que decorre da simples condição de brasileiros; que não acredita que o Governo deseje desarmá-los para puni-los pelo fato de se haverem rebelado contra o Governo do Estado, porquanto cria isso o requinte da má fé e da iniquidade; que têm na lealdade e correção do Exército Brasileiro os mais significativos penhores para não recusarem depor, com hombridade, perante ele, as armas de que lançaram mão, não para combatê-lo, mas para lutarem com adversários políticos do seu Estado; que ele, Chefê dos revolucionários, não pode, porém, prescindir para a deposição das armas que o Comandante em Chefê das Forças Legais tome também o compromisso de dirigir-se ao Governo da União, pedindo o exame da Constituição do Estado do Rio Grande, que vai de encontro à Lei Federal. E o General em Chefê das Forças Legais, anuindo a essa exigência, lavrou-se a presente ata que eu, Capitão escriturário Marcolino Antônio dos Santos, escrevi. — General Inocência Galvão de Queiroz. — General João Nunes da Silva Tavares.”

O Governo Federal aprovou os termos dessa ata, exceto na parte em que o General Galvão de Queiroz tomara o compromisso sobre o exame da Constituição do Estado, porque era isso da competência do Poder Legislativo.

Telegrama de Julio de Castilhos a Prudente de Moraes*

Assinada a paz, em Pelotas, no dia 23 de agosto de 1895, pelos representantes do Governo Federal e dos revolucionários, Generais Galvão de Queiroz e Joca Tavares, o primeiro destes comunicou-o ao Dr. Prudente de Moraes, Presidente da República, nos seguintes termos:

“Quartel em Pelotas, 23 de agosto. Sr. Presidente da República. — Está assinada a paz do Rio Grande, de acordo com o vossos desejos e decisão. Tavares está aqui. Pelotas em regozijo indescritível. Aceitai sinceros parabéns pela glorificação do vosso nome, acatamento da vossa autoridade e paz do Estado do Rio Grande. Viva a República. General Galvão.”

Dando conhecimento a Júlio de Castilhos, então Presidente do Estado, da assinatura da pacificação, Prudente de Moraes teve a seguinte contestação: “Palácio em Porto Alegre, 23. — Dr. Prudente de Moraes, Presidente da República. — Acabo de receber vosso telegrama, que, cordialmente, agradeço, confessando-

* Correio do Povo, 11-02-1945.

me penhorado pelas vossas expressões. Restabelecimento da paz neste Estado, mediante submissão dos rebeldes, nos elevados termos de vossa digna decisão, determina imenso regozijo no Rio Grande do Sul, que, como teatro principal da caracterizada tentativa contra instituições republicanas, sofre, desde fevereiro de 1893, os funestos efeitos da luta armada.

Ao mesmo tempo, tão auspicioso sucesso envolve vossa justa e nobre benemerência, atenta a situação honrosa em que se conservam prestigiados os poderes públicos. Faço votos para que aquela submissão seja definitiva. Pela minha parte, tudo envidarei no sentido de auxiliar-vos a tornar efetivas as garantias e direitos constitucionais.

Em nome do Rio Grande do Sul, dirijo-vos sinceras congratulações, extensivas ao vosso governo. Aceitai minhas cordiais saudações. – Júlio de Castilhos.”

Ao Congresso Nacional, os aludidos generais dirigiram o seguinte telegrama, a propósito da pacificação:

“Congratulamo-nos com o Congresso Nacional pela pacificação do Estado do Rio Grande do Sul, que acabamos de assinar, dependendo a consolidação da paz e o conagraçamento da família rio-grandense da efetividade e da permanência no gozo dos direitos e garantias constitucionais, que o Governo da República promete aos que depuseram as armas, da revisão da Constituição do Estado, que é, indubitavelmente, contrária à Lei Federal. Esperam os abaixo assinados do patriotismo e da justiça do Congresso Nacional que essa revisão seja tomada na devida consideração.”

Esse telegrama causou funda impressão no espírito público, de Norte a Sul do País, em virtude de tê-lo assinado o Comandante deste Distrito Militar, General Galvão de Queiroz, que, por isso, sofreu rudes ataques, na Câmara e no Senado dos representantes rio-grandenses eleitos pelo partido de Júlio de Castilhos.

No decorrer do discurso proferido pelo Deputado Vitorino Monteiro, houve violentos apartes, tornando-se agitadíssima a sessão de 25 de agosto de 1895, vendo-se o Presidente da Câmara obrigado a suspender os trabalhos até que os ânimos se acalmassem.

O elemento castilhista mostrava-se francamente contrário, em parte, aos termos da ata da pacificação, mas, afinal, teve que se conformar e se submeter à firme resolução do Governo Central, que colocava os interesses da Nação acima dos interesses de uma facção partidária.

As coisas políticas vinham tomando novos rumos no Rio Grande do Sul, não obstante o intenso ódio manifestado pelo jacobinismo contra o honrado filho de Piracicaba.

Curtindo invernos rigorosos na Argentina e no Uruguai, com falta absoluta de dinheiro próprio, a maioria dos emigrados brasileiros, entre eles muitos civis, oficiais do Exército e Marinha, vivia às expensas do bolso alheio. Homens de elevada posição política e social no Brasil, que sempre tiveram fartura nos seus lares e estavam habituados a uma vida de regalos, viram-se forçados, de um momento para outro, esgotados os últimos recursos financeiros, a levar uma vida de privações e sofrimentos. Foi quando, graças ao interesse patenteador por Prudente de Moraes e à sua influência, como Primeiro Magistrado da Nação, se tratou, logo, no Congresso Nacional, de fazer executar umas das cláusulas constantes da ata assinada pelos Generais Galvão de Queiroz e Joca Tavares: a anistia geral, isto é, perdão àqueles que, diretas ou indiretamente, tinham tomado parte na Revolução Federalista e na Revolta da Armada.

Foi mais uma luta que o Governo Prudente de Moraes teve de enfrentar com os inimigos da paz no Rio Grande do Sul, nos termos em que foi assinada.

Os últimos momentos de D. Pedro II*

Na data de hoje, há meio século, sucumbiu, em Paris, na idade de 66 anos, o ex-Imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara.

Nasceu em Petrópolis, a 2 de dezembro de 1825 e, pouco depois, ficou órfão de mãe, que era a princesa austríaca D. Leopoldina, da casa dos Habsburgos, e da qual o filho herdou as qualidades de bondade, de inteligência e de caráter.

Vamos destacar, aqui, um fato da sua vida, que bem demonstra a altivez do grande monarca.

Quando, a 17 de novembro de 1889, embarcou, destronado, para a Europa, o governo provisório ofereceu-lhe cinco mil contos para recebê-los num banco do velho continente. O Imperador repeliu a dádiva, com o que se mostrou melindrado o Governo Provisório. A propósito desse acontecimento, uma folha do Rio comentou-o nas seguintes linhas:

“Houve negociações entre o Sr. Lassance, Mordomo do Paço, e os ministros Ruy Barbosa e Quintino Bocayuva, com a intervenção discreta do Conde d’Eu, que estimaria que D. Pedro aquiescesse e embolsasse o dinheiro. O soberano deposto, entretanto, resistiu”.

“No exílio, sua vida foi precária. Passou privações. O que o Imperador reclamava era a contribuição que o Brasil lhe devia e que tinha o nome de lista civil. A República, aborrecida pela recusa, tornou sem efeito o cheque e suspendeu a referida lista. Escrevendo de Baden-Baden ao pai, o Duque de Nemours, o conde acentuava que neste particular a vida de D. Pedro estava no momento ‘reduzida a zero’”.

“Sem recursos, o soberano tentou um empréstimo na casa dos Rotschild. Estes, porém, exigiram a garantia e a responsabilidade de seus herdeiros, com o que D. Pedro não concordou. Sua Majestade já havia tomado de empréstimo vinte contos ao capitalista português Visconde de Alves Machado. Teve que pedir mais vinte contos, o que conseguiu.

“Depois que sepultou a ex-Imperatriz, raros, raríssimos brasileiros o procuravam. Ao Conde de Afonso Celso, então jovem e que acompanhou o

* Correio do Povo, 05-12-1941.

pai, o Visconde de Ouro Preto, no desterro, queixou-se D. Pedro II do abandono a que velhos e devotados amigos o tinham atirado. Assim foi.

— ‘Receiam comprometer-se ... incorrer em punição ... observava Afonso Celso’.

— ‘Qual! insistia D. Pedro. Há assuntos que não comprometem a ninguém. Nem acredito que o governo levasse a mal que meus amigos indagassem, por exemplo, da minha saúde, e me enviassem notícia própria. Não: é singular, é muito, que já não exista, no Brasil, quem se recorde de mim para enviar-me uma carta ou um jornal’.

“ Isolado e melancólico, pouco saindo, porque os pés se lhe arrastavam, mandou buscar um bocado de terra brasileira.

— “Desejo qua a ponham no meu caixão”, declarou ele aos parentes.

“No dia 2 de dezembro de 1891, dia de seu aniversário natalício, sentiu enorme fraqueza. Recebeu visitas de cumprimentos, no Hotel Bedford, em Paris, onde se achava morando. A 3, piorou. Pronunciou-se a pneumonia. A 4, desanimava a todos pela manhã. Ao anoitecer, seu estado era desesperador. Às 10 da noite, o cura da Igreja da Madalena ministrava-lhe a extrema-unção. E, pela madrugada do dia 5, morria serenamente o derradeiro dos imperadores americanos.”

D. Pedro II expirou num pequeno quarto contíguo à sala geral do 2º andar do Hotel Bedford.

Perto do leito, sobre uma pequena mesa, estava um crucifixo. Oravam a Princesa D. Isabel, o Conde d’Eu e o Príncipe D. Pedro Augusto, chegado de Viena.

Achavam-se presentes muitos brasileiros.

Finda a oração, D. Isabel abraçou o corpo de seu pai, observando entre as mãos a destra paterna.

Todos os presentes beijaram a mão do Imperador, que parecia, apenas, dormir, tal era a placidez e a compostura do venerando rosto.

O Conde da Motta Maia, auxiliado pelos criados Carner Lower e Boucher, vestiu o cadáver, que repousava num leito pequeno de madeira preta, com cortinas azuis.

Foi erigido um altar no aposento. Nas mãos, cruzadas sobre o peito, havia um crucifixo de prata, abençoado pelo Papa.

O Conde de Aljezur lavrou o auto de falecimento, que foi assinado por todos os presentes.

Espalhada a notícia da morte, o povo de Paris encheu as imediações do hotel, mostrando-se extremamente comovido.

D. Pedro, havia quinze dias, assistira a uma sessão do Instituto Histórico da capital da França. Acabada a reunião, contra a vontade do médico, passou de carro até Saint Cloud, margeando o Sena.

A noite estava fria, e D. Pedro ficou atacado de gripe. A moléstia parecia ceder; mas, repentinamente, recrudesceu, terminando pelo desenlace fatal.

E foi assim, numa manhã fria de outono europeu, que sucumbiu o grande e último monarca brasileiro.

Os últimos momentos de Deodoro da Fonseca*

Passa, hoje, o 50º aniversário da morte do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, proclamador da República dos Estados Unidos do Brasil e Chefe do Governo Provisório.

Durante o regime monárquico, filiou-se no Partido Conservador, do qual era um membro proeminente o Marechal Lima e Silva – Duque de Caxias.

Mais tarde, aderiu às idéias democráticas e tornou-se, depois da questão militar, em 1886, um fervoroso adepto e propagandista da República.

Foi, durante os últimos anos do Império e no início do novo regime, o mais prestigioso membro da classe militar.

Eleito pela Constituinte de 24 de fevereiro de 1891 Presidente da República, o Marechal Deodoro encarregou da organização do seu novo Ministério o Barão de Lucena, seu velho correligionário do Império e seu amigo inseparável.

Ao renunciar ao seu alto posto de Primeiro Magistrado da Nação, a 23 de novembro daquele mesmo ano, em virtude do golpe de estado, foi o Marechal residir à Rua Senador Vergueiro, onde, diariamente, até à morte, o ia visitar e animar o seu leal amigo Barão de Lucena.

Eram 4 horas da madrugada de 23 de agosto de 1892, justamente nove meses após o golpe de estado, quando Deodoro da Fonseca chamou as pessoas de sua família, e, por sinais, fez sentir a sua esposa que ia expirar. Às 11 horas, já não podia segurar o copo de leite que lhe oferecia seu irmão, o Dr. João Severiano da Fonseca. Foram-lhe faltando as forças aos poucos até que, pelas 12 horas e 20 minutos, veio a sucumbir, cercado de sua esposa, do Dr. Severiano da Fonseca, do Dr. Pedro Paulino, do Barão de Lucena, da sua cunhada, Baronesa de Alagoas e do Dr. José Félix.

* *Correio do Povo*, 23-09-1942.

Deodoro da Fonseca era filho do Tenente-Coronel Manoel Mendes da Fonseca; nasceu em Alagoas a 5 de agosto de 1827 e assentou praça em 1845, fazendo o curso de Artilharia.

Serviu em Pernambuco, onde assistiu ao ataque dos rebeldes a 3 de fevereiro de 1840, quando, dias depois, foi promovido a 2º Tenente.

Esteve no cerco de Montevidéo até a capitulação, em 20 de fevereiro de 1865.

Seguiu, depois, para o Paraguai, onde se houve com extraordinária valentia, em todos os combates em que tomou parte.

Durante essa campanha foi, sucessivamente, promovido de Capitão a Major, a Tenente-Coronel e a Coronel, sempre por atos de bravura.

Serviu em Quaraí e em Livramento, neste Estado, como Comandante de Fronteira e, mais tarde, Comandantes das Armas do Rio Grande do Sul por duas vezes.

Além de outros cargos importantes, exerceu durante o Império, o de Quartel-Mestre General, no Rio de Janeiro.

Pouco antes de proclamar a República, Deodoro da Fonseca exercia as funções de Comandante das Armas de Mato Grosso, das quais fora exonerado a 28 de junho de 1889.

Antes de falecer, Deodoro da Fonseca declarou às pessoas presentes que dispensava todas as honras militares.

A propósito desse fato, o seu irmão, Dr. João Severiano da Fonseca, dirigiu-se em ofício ao General Antônio Enéas Gustavo Galvão, então Ajudante-General do Governo Marechal Floriano Peixoto, nos seguintes termos:

“Sr. General.

- Fui encarregado pela viúva do Marechal Deodoro da Fonseca, falecido hoje, às 12 horas e 20 minutos da tarde, de comunicar-vos que foram suas últimas vontades, terminantemente expressas, que não queria nenhuma demonstração militar oficial por ocasião do seu enterramento. O que tenho a honra de levar ao vosso conhecimento, Excelentíssimo Senhor General Antônio Enéas Gustavo Galvão.

Dr. Severiano da Fonseca”.

Atendendo a esse pedido, o então Ministro da Guerra, General Francisco Antônio de Moura, ordenou que fossem suspensas as honras militares a que tinha direito o Marechal Deodoro da Fonseca.

Este vestia casaca preta e tinha entre as mãos um rico crucifixo de marfim.

O seu enterro foi extraordinariamente concorrido, a ele comparecendo membros das classes civis e militares.

Vamos reproduzir, a seguir, alguns tópicos do artigo que o "Jornal do Comércio", do Rio, publicou, no dia 24 de agosto de 1892, a propósito do falecimento de Deodoro da Fonseca:

"Deodoro procurou acertar e era de certo animado dos intentos os mais patrióticos.

Os grandes defeitos de sua gerência da causa pública provieram todos da completa falta de educação política e do seu excessivo orgulho e vaidade.

Foram estes defeitos que o fizeram confiar cegamente, não só em amigos da família, que o traíram, como, também, num homem político, igualmente ignorante como ele, e que, a seu turno, se fez manequim de quanto ha e tem havido de torpe na chamada política do nosso País.

De outro lado, o Marechal Deodoro era dotado, como dissemos, das melhores intenções. Seus primeiros conselheiros foram os homens que a vitória da sedição militar, auxiliado pelo elemento republicano, lhes impunham. O Marechal confiava cegamente neles. Pode-se dizer que cada Ministro do Governo Provisório, era um ditador na sua pasta. Mas, ingratos, bem ingratos, foram eles no tratamento, que, afinal, deram ao pobre homem que lhes fizera todas as vontades e que, com tanta lealdade, os sustentara.

Nem admira que, repellido por aqueles em quem tanto confiava e que agora o procuravam colocar em má posição, Deodoro corresse a descansar em outro elemento diverso, composto de antigos amigos pessoais, nos quais enxergava dedicação e sinceridade.

Foi, porém, ainda mais infeliz nesta escolha: o seu principal amigo o perdeu, impondo-lhe o papel inconsciente de traidor à República, de que, aliás, Deodoro se considerava a própria encarnação.

Desde, porém, que viu que se havia enganado, o Marechal deu nobre escrúpulo de patriótica abnegação, resignando o poder a 23 de novembro de 1891. Desde então, vivia retirado, sem que, todavia, perdoasse aqueles que, por uma aberração orgulhosa de seu espírito, condenava como tendo-o privado de um direito seu. Ultimamente, dizia-se que lhe repugnava a classe militar, da qual se queixava amargamente.

E, assim, finou-se ele, malgrado em suas esperanças, tendo tragado até ali o cálice de desamparo de seus amigos e protegidos, - já não falando dos longos e cruéis padecimentos físicos que suportou com tanta bravura e resignação.

Outro homem, educado na liça política, teria evitado as escolhas em que sossobrou a sua Presidência.

As suas próprias qualidades como militar, como soldado, foram, porém, os pontos vulneráveis por onde o atacou a adversidade."

A Guerra de Canudos*

Nasceu Antônio Vicente Mendes Maciel, em Quixeramobim, no Ceará, entre os anos 1835 e 1836.

Descendia de boa família e estudou em escolas primárias. Depois, abraçou a carreira comercial, para, mais tarde, abandoná-la, indo exercer as funções de escrivão de paz em Campo Grande, no Mato Grosso.

Esteve depois em Crato, no Ceará, transferindo-se, posteriormente, para Sergipe, onde atraía os olhares curiosos de todos pela esquisitice de seus trajes: túnica azul sem cintura, chapéu de abas largas, sandálias. Usava cabelo e barba crescidos, trazendo entre as mãos um bastão cheio de nós.

Estamos no ano 1884. Antônio Maciel percorria os sertões entre Sergipe e Bahia e vivia de esmolas.

Apelidaram-no, então, de Antônio Conselheiro. Durante as suas excursões, dormia ou numa tabua rasa ou no duro chão.

Com o tempo, conquistou muitos fanáticos, que o seguiam para lugares longínquo, carregando consigo um oratório, com a imagem de Cristo. Nas paradas, ele e seus adeptos, rezavam. Em 1876, prenderam Antônio Conselheiro, e o remeteram para o Ceará, visto a sua gente praticar ato de desrespeito e de desacato às autoridades. Mais tarde, soltaram-no.

Voltou para os sertões percorrendo vilas e povoações sempre acompanhado de uma multidão de homens, mulheres e crianças que aos entrarem triunfalmente nas localidades, entoavam terços e ladainhas.

Depois de muito vagar, passou Antônio Conselheiro a percorrer, de 1877 a 1889, a serra de Piraguaçá, mais conhecida hoje, por Monte Santo, onde havia sido construído um templo, sob a invocação do Santíssimo Coração de Jesus e de Nossa Senhora da Conceição.

Durante as suas viagens, levantavam ele e seus companheiros muros de cemitérios caídos, reconstruíam e construía capelas. Nas povoações e vilas, fazia discursos, que impressionavam. Discorria sobre o juízo final e predizia o fim do mundo para o ano de 1900. Atribuía-lhe milagres, que o celebrizavam, cada vez mais, nas localidades sertanejas.

O governo da Bahia, atendendo a várias queixas, mandou no ano 1887, atacar a gente de Antônio Conselheiro. A força foi derrotada completamente. Outra, que se seguiu a essa, nem coragem teve de entrar nos sertões.

Mais tarde, transferiram-se Antônio Conselheiro e os seus asseclas para a decadente fazenda de gado denominada Canudos, cercada, então, de um grupo

* Correio do Povo, 30-09-1945.

de casas em ruínas. Para aí, acorriam os seus devotos, que os chamavam de Bom Jesus e o adoravam como a um Deus.

Em Canudos, construíram uma Igreja. Era ali que Antônio Conselheiro ditava as suas leis divinas.

Em 1895, há portanto 50 anos o Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governante da Bahia, combinou com o arcebispo dali, enviar um emissário a Canudos, para conferenciar com o chefe dos fanáticos, com o fim de fazer a sua gente voltar à vida normal. Como emissário escolhido o ilustrado capuchinho João Evangelista de Monte Marciano. Já no caminho, encontrou homens mal encarados, armados de espingardas e fâcoes, os quais serviam de guardas avançadas.

Conseguindo atingir Canudos, em princípios de maio de 1895, foi falar a Antônio Conselheiro, que assim lhe respondeu: “É para minha defesa que tenho comigo estes homens armados, porque Vossa Reverendíssima há de saber que a policia me atacou no lugar chamado Masseté, onde houve mortos, de um e de outro lado. No tempo da monarquia, deixei-me prender, porque reconhecia o governo: hoje, não; porque não reconheço a República.”

Replicou o capuchinho: “Senhor, se é católico, deve considerar que a Igreja condena os revoltosos e, aceitando todas as formas de governos, ensina que os poderes constituídos regem os povos em nome de Deus. É assim em toda a parte”.

Um dos fanáticos aparteou: “É uma doutrina errada a vossa e não a do nosso conselheiro.”

Por fim, declarou Antônio Maciel que não desarmaria a sua gente, mas também não estorvaria a missão do capuchinho.

Assim é que este voltou a Salvador, capital da Bahia, sem um resultado satisfatório.

Referindo a sua palestra com Antônio Conselheiro, escreveu o culto capuchinho João Evangelista.

“Não insisti no assunto, e, acompanhados da multidão, saímos todos, indo escolher lugar para a latada e providenciar para que, no dia seguinte principiassem os exercícios. Feito isto e quando me retirava, os fanáticos levantaram estrondosamente viva à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e a Antônio Conselheiro...”

Do que vi e ouvi apurei o que passo a referir. Ninguém pode falar-lhe a sós, porque os seus pretorianos não deixam. Ele inculcando zelo religioso, disciplina e ortodoxia católica, não tem nada disso; pois contesta o ensino, transgride a leis e desconhece as autoridades eclesiásticas sempre que de algum

modo, lhe contrariam as idéias e os caprichos: e arrastando, por esse caminho, os seus infelizes sequazes, consente ainda que eles lhe prestem homenagem que importam em culto e que propalem, em seu nome, doutrinas subversivas da ordem, da moral e da fé. Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir a Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República. Ali, porém, nem é preciso trabalhar. É a terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho os barracos. Quem tiver bens, dispunha deles e entrega o produto da venda ao Bom Conselheiro, não reservando para si mais de um vintém a cada cem mil réis. Se possuir imagens traga-as para o santuário comum. O que seguir isto à risca terá vestuário e ração. Contam-se em tais condições para mais de 800 homens e 200 mulheres no séqüito do conhecido fanático. As mulheres se preocupam em preparar a comida, coser e enfeitar os gorros de que usam os homens; e à noite vão cantar “bem-ditos”, na latada, acendendo fogueiras quando é tempo de frio. Os homens estão sempre armados e, dia e noite, montam guarda a Antônio Conselheiro; parecem idolatrá-lo e cada vez que ele transpõe o limiar da casa em que mora é logo recebido com ruidosas aclamações e vivas a Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo. Entre essa turba desorientada, há vários criminosos.”

Tomada a resolução de ser atacado a Antônio Conselheiro, pôs-se à frente de uma força de 100 homens do Exército o Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira. De tudo foi informado o chefe dos fanáticos. No dia 21 de novembro de 1895, estes atacaram, em Uauá, a força militar, que teve fora logo de combate 31 homens, sendo 20 feridos e 11 mortos, inclusive um oficial. Pouco depois chegaram essas praças em debandada a Juazeiro, recolhendo-se, em seguida à capital baiana.

Outra expedição se seguiu a essa, sob o comando do Major Febrônio de Brito. Eram ao todo 543 praças, 14 oficiais e 3 médicos. Levaram dois canhões Krupp 7 ½ e duas metralhadoras Nordenfelt.

A força se pôs em marcha em 25 de novembro de 1896 e só em 19 de janeiro de 1897, iniciou combate com os fanáticos. Também esta expedição malograra com perdas de muitas vidas.

Imediatamente, o Governo Federal, que tinha como Presidente da República o Dr. Prudente de Moraes e como Ministro da Guerra o Marechal Carlos Machado de Bittencourt resolveu designar para comandante de uma terceira expedição o Coronel Antônio Moreira César.

Este seguiu, com destino a Canudos, em fevereiro de 1897, com uma força composta de 1.300 homens. O desastre foi completo. Foram mortos muitos oficiais e praças o próprio chefe da expedição e o Coronel Tamarido.

Esse fato abalou fundamentalmente o país inteiro. Homens apaixonados, querendo fazer acreditar que se tratava de uma revolução restauradora, acusaram os monarquistas como responsáveis desse movimento sedicioso. Mataram a tiro dentro de um trem, a 18 de março de 1897, o Coronel Gentil de Castro, redator do órgão imperialista "Liberdade". O mesmo teria sucedido ao eminente e notável jurista Visconde de Ouro Preto, que viajava no mesmo trem, se não fosse a interferência de seu ilustre filho Dr. Afonso Celso.

Nessa ocasião, empastelaram as tipografias da "Liberdade", da "Gazeta da Tarde", do "Apóstolo" e do "Comércio de São Paulo", todos jornais monarquistas.

Mas, deixando de lado a narrativa dessas violências, vamos tratar da quarta e última expedição militar contra os fanáticos.

Estamos agora em abril de 1897. O comando foi confiado ao General Arthur Oscar Guimarães. Essa força era constituída de 1.993 homens. Uma segunda coluna era comandada pelo General Savaget, e compunha-se de 2.350 homens.

Depois de muitos combates, no caminho para Canudos, cercaram as forças do governo o reduto dos insurretos, nessa localidade.

Já então, muito bem aparelhados, com canhões e armas modernas, os jagunços se entrincheiraram nos melhores pontos de Canudos.

Pediam-se mais batalhões, mais munições e mais armas. O Governo atendia, com a presteza possível. Já eram conhecidas a morte dos bravos Coronéis Tomás Thompson Flores e Tupi Caldas e de muitos outros oficiais de projeção. Feridos já estavam os Coronéis Carlos Teles, Carlos Frederico de Mesquita e Major Cunha Matos e outros.

Afinal, a 30 de setembro de 1897, ficou resolvido um ataque geral, com 5.871 homens, para 1º de outubro.

O combate durou até a noite de 5 de outubro, quando terminou a guerra de Canudos.

Antônio Conselheiro foi encontrado morto, sendo-lhe decepada a cabeça.

O 50º aniversário da pacificação do Rio Grande do Sul*

A data de hoje traz à memória um dos mais importantes fatos históricos do Rio Grande do Sul: o décimo lustro da assinatura da paz entre legalistas e federalistas, então representados, respectivamente, pelos Generais Inocêncio Galvão de Queiroz e João Nunes da Silva Tavares.

Durante o período revolucionário, que vai de 4 de fevereiro de 1893 a 23 de agosto de 1895, muitos vultos de projeção nacional perderam a vida. Dentre eles, devem ser destacados o General João da Silva Telles, legalista, ferido gravemente, no dia 12 de dezembro de 1893, na Ilha do Governador, num encontro sangrento com as forças do Almirante Saldanha da Gama, em consequência do que veio a falecer aquele ilustre militar poucos dias depois desse combate; o General federalista Gomercindo Saraiva, que, recebendo, em Carovi, na tarde de 10 de agosto de 1894, certo tiro, poucas horas após, apesar de todos os socorros, que lhe foram prestados, morria em caminho, dentro da padiola que o conduzia; o Almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama, que perdeu a vida no combate de Campo Osório, neste Estado, na manhã de 24 de junho de 1895.

Muitos oficiais do Exército e da Armada e numerosos civis derramaram o seu sangue, em defesa de seus idéias políticas, durante a guerra civil do Rio Grande do Sul. Além de tudo isso, os fuzilamentos, em massa, nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, foram causados pela paixão política então dominante no País.

Foi, pois, com verdadeira alegria que o povo brasileiro e, principalmente, o desta terra, recebeu a notícia de que Prudente José de Moraes e Barros, Presidente da República, resolvera pôr termo à luta fratricida.

Incumbindo-se dessa missão, fê-lo, com êxito, o General Inocêncio Galvão de Queiroz, então Comandante desta Região Militar.

Durante a conferência da paz, o General federalista Joca Tavares declarou que, “confiantes no patriotismo e na lealdade do chefe do governo da União, os federalistas iam depor as armas para que o fato, de se acharem em luta armada, não fosse empecilho pelo qual se batiam, pois outra não fora senão a necessidade de repelirem pela força as violências e os arbítrios de um poder inconstitucional e discricionário; que acreditava no critério e na justiça do Congresso Federal,

* Corrcio do Povo, 24-08-1945.

para o qual ia apelar, em nome dos rebeldes, no momento em que estes se submetiam ao regime da lei, o que, no dizer do governo da República, lhes permitia gozarem dos direitos e das regalias que o poder público devia assegurar a todos os cidadãos brasileiros: que os rebeldes não fizeram questão de indenização de prejuízos, nem reputavam favor ou concessão o que o governo prometia a todos – neutros e os que lutavam – o que decorria da simples condição de brasileiros; que não acreditava que o governo deixasse desarmá-los pelo fato de se haverem rebelado contra o Governo do Estado, porquanto seria isso o requinte da má fé e da iniquidade; que tinha na lealdade e na correção do Exército Brasileiro os mais significativos penhores, para não recusarem os revolucionários depor, com hombridade, perante ele, as armas de que lançavam mão, não para combatê-lo, mas para lutarem com adversários políticos do seu Estado, que ele, chefe dos revolucionários, não podia, porém, prescindir, para a deposição das armas, que o Comandante em Chefe das forças legais tomasse também o compromisso de se dirigir ao governo da União, pedindo o exame da Constituição do Estado, visto estar de encontro à Lei Federal”.

Assinada a ata da pacificação, com todas as garantias pedidas pelos revolucionários, exceto a parte relativa à revisão da Constituição do Estado, cessou a luta entre castilhistas e federalistas no território rio-grandense.

Pouco depois, veio a anistia ampla para todos os sediciosos de terra e mar.

O 111º aniversário do nascimento de Silveira Martins*

Passa hoje, o 111º aniversário do nascimento de Gaspar Silveira Martins, ocorrido em Aceguá, no município de Bagé.

Filho do abastado fazendeiro Carlos Silveira e de D. Maria das Dores Martins, Gaspar começou os seus estudos preliminares em Pelotas, de onde saiu para se empregar no comércio dessa cidade.

Mais tarde, fizeram-no embarcar para o Rio, sendo confiado, aí, a sua educação ao Conselheiro Vitório, em cujo colégio tirou os preparatórios.

Matriculando-se na Faculdade de Direito de Recife, veio a concluir o curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em S. Paulo, no ano de 1856.

Advogou no Rio, durante algum tempo, e, tendo sido convidado, pelo Visconde de Muritiba, para exercer o Juizado Municipal da Corte, aceitou-o.

* Corrcio do Povo, 06-09-1945.

Foi por essa ocasião que Silveira Martins começou a atrair a atenção de todos pela independência que manifestou no exercício de seu cargo. Chamou à ordem Ministros e a membros do Tribunal de Justiça que se queriam intrometer em coisas que só a ele competia resolver.

Casou-se, logo após a sua formatura, com a Exma. Sra. D. Adelaide Augusta de Freitas Coutinho, filha do Dr. José Júlio de Freitas Coutinho, então considerado um dos mais notáveis advogados da Corte.

Eleito Deputado geral, em 1865, pelo Rio Grande do Sul, foi depurado, sendo reconhecido o candidato conservador.

Silveira Martins, quer como Juiz ou como Ministro, quer como Senador do Império ou Presidente da Província, quer como Deputado geral ou provincial, foi sempre uma individualidade superior, fazendo justiça a “gregos e troianos”.

Talento brilhante, ele foi, durante o seu tempo, o maior orador e, nos últimos anos da monarquia, o político de maior prestígio não só na sua terra natal, como em todo o País.

Durante o tempo em que militou no Partido Liberal, proferiu discursos notáveis, sendo repetidas, em toda a parte, as frases que, aqui e ali, pronunciava. De entre elas, lembramo-nos de momento, das seguintes: “As coisas são como são e não como nós queremos que elas sejam.”

“Nem sempre se governa como se quer, mas como se pode.”

“Na guerra civil, a Pátria é sempre a vencida.”

“O poder é o poder.”

“Câmara de servis” – disse ele – ao condenar a conduta de certos companheiros na divergência liberal.

Acima de tudo, amava Silveira Martins o seu Rio Grande, pois tudo fez pelo progresso de sua estremecida terra natal.

Assinado o decreto de seu desterro para a França, em 18 de dezembro de 1889, embarcou para o seu destino no dia 22 desse mês, no vapor alemão “Lissabon”, ancorado no Rio.

Com a queda de Deodoro da Fonseca, a 23 de novembro de 1891, regressou Silveira Martins ao Brasil, chegando em Porto Alegre a 21 de fevereiro de 1892, quando a população o recebeu com uma grandiosa manifestação. Desfraldando a bandeira parlamentarista, acompanhou-o, no seu pronunciamento a maioria do povo rio-grandense.

Veio, depois, a luta armada, que se prolongou de fevereiro de 1893 a julho de 1895, quando, em 23 de agosto deste último ano, foi assinada a ata de pacificação.

Fixando residência definitiva em Montevideo, veio a falecer nessa capital, na tarde de 23 de julho de 1901, quando em visita a seu amigo João José Gabim, a quem, momentos antes, se queixara de fortes dores cardíacas.

A imprensa e o povo do Brasil prestaram-lhe, então, as maiores homenagens, destacando-se, entre os artigos publicados, o de José do Patrocínio, que, além de outros períodos, escreveu o seguinte:

“Descansa em paz Demóstenes dos Pampas! Ninguém pode pisar um palmo de terra sul-rio-grandense sem lembrar o teu nome, benfeitor glorioso do teu Estado natal.

Servidor indefesso da liberdade, perdida a vibração da tua palavra e da tua energia, ficará a tua memória para nos ensinar, pelo teu exemplo, como se serve aos princípios, sacrificando a fortuna, o bem estar e a vida. Não há, agora, uma alma liberal que não esteja de luto e o Estado em que nasceste, e que te não conheceu para prezar-te nos últimos anos de tua vida, e o primeiro a confessar que perdeu o maior de seus filhos, pela inteligência, pelo saber e pela generosidade.”

NOVA PROVA
A IMPRESSÃO DA MARCA HUMANA
(51) 2136-6454
NOVAPROVA@NOVAPROVA.COM.BR
WWW.NOVAPROVA.COM.BR

Trata-se de uma das quadras mais tumultuadas da História política brasileira, a passagem do Império para a República, quando os acontecimentos no Rio Grande do Sul atraíram a atenção de todo o País, influenciando decisivamente nos rumos da Nação. Contemporâneo dos fatos, pois nascera em Florianópolis, em 1876, Gustavo Moritz conheceu e, possivelmente, conviveu com participantes e testemunhas de muitos dos episódios narrados. Além disso, sua condição de homem de jornal deve ter-lhe facilitado o acesso a preciosas coleções de periódicos, muitos, infelizmente, desaparecidos. O mesmo teria ocorrido quanto a documentos e a obras que se tornaram raridades, muitos dos quais aqui mencionados e transcritos. De leitura saborosa e convidativa, a narrativa de Moritz é cuidadosa e rica na referência a fatos e personagens de uma época tão complexa.

Memorial do Ministério Público

Série Memória Política e Jurídica
do Rio Grande do Sul

Volume 4/ Partes I e II



ISBN 85-88802-10-4

